Documentos Históricos do Protestantismo

As 95 teses de Lutero, Confissões de Fé e Catecismos

(Apêndice: Credos Antigos)

Documentos Históricos do Protestantismo

Textos Clássicos da Reforma

ÍNDICE

Nota introdutória sobre este e-book _____5

As 95 Teses de Lutero _____ 6
As famosas teses que foram afixadas na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg em outubro de 1517, chamando os estudantes e os teólogos daquele seminário para um debate sobre o seu conteúdo. Este ato é tido por muitos como o marco inicial da Reforma Protestante.

Sobre as Confissões de Fé Históricas _____ 18
Breve porém fundamental nota.

A Relevância dos Credos e Confissões _____19
Excelente artigo por Heber Carlos de Campos.

Catecismo Menor de Martinho Lutero (1929) ___43
A intenção de Lutero através deste catecismo era dar uma introdução às crenças cristãs.

A Confissão de Augsburgo (1530) _____ 54
Compilada por Philipp Melanchthon, é considerada a principal profissão de fé luterana. Foi apresentada na Dieta de Augsburgo de 1530.

A Confissão de Fé de Guanabara (1558) _____ 92
Confissão de Fé dos huguenotes (calvinistas franceses) martirizados por Villegaignon em terras brasileiras no ano de 1558.

A Confissão de Fé Escocesa (1560) _____ 99
Confissão de Fé dos crentes escoceses sob a liderança de John Knox e alguns outros no ano de 1560.

A Confissão Belga (1561) _____ 119
De Guido de Brès.

O Catecismo de Heidelberg (1563)_____ 153
De Zacarias Ursino e Gaspar Oleviano, elaborada a pedido do príncipe eleitor Frederico III, que se tornou calvinista em 1560.

Segunda Confissão Helvética (1566) _____ 194
De Johann Bullinger, discípulo de Calvino.

Os Cânones de Dort (1618)_____ 250
Decisão do Sínodo de Dordt sobre os Cinco Pontos Principais de Doutrina em Disputa na Holanda, popularmente conhecida como os Cânones de Dordt, em resposta à Representação de 1610, e alguns textos posteriores, dos seguidores de Jacob Arminius.

A Confissão de Fé Menonita de Dordrecht(**1632**)282
Confissão de Fé do povo de Deus chamado de Menonitas no ano de 1632.

A Confissão de Fé de Westminster (1646)_____293
Confissão de Fé do povo de Deus chamado de Presbiterianos no ano de 1647.

Breve Catecismo de Westminster (1647) _____ 331
Formulado por teólogos ingleses e escoceses da Assembléia de Westminster, no séc. XVII. É um catecismo resumido, de orientação calvinista, composto de 107 questões. Junto da Confissão de Fé de Westminster e do Catecismo Maior de Westminster, compõe os símbolos de fé das igrejas presbiterianas ao redor do mundo.

Catecismo Maior de Westminster (1648) _____354
Formulado pela Assembléia de Westminster, no séc. XVII, é um catecismo de orientação calvinista.

Confissão de Fé Batista de 1689 _____381
Confissão de Fé do povo de Deus chamado de Batistas, no ano de 1689, em Londres.

APÊNDICE – Credos Antigos _____ 414

(Credos anteriores à Reforma, e geralmente aceitos pelos Protestantes, além de duas Confissões de Fé dos valdenses)

Credo Apostólico _____ 415
Antigo Credo da Igreja Cristã. É um resumo da crença da Igreja de Cristo, e tem sido aceito quase que universalmente pelas Igrejas Cristãs.

Credo Niceno (325 d.C.)_____ 416
Credo derivado do Credo de Nicéia (325 dC.), com pequenas alterações introduzidas no Concílio de Calcedônia (451 dC.).

Credo Atanasiano (Séc. V)_____ 417
Credo atribuído a Atanásio, bispo de Alexandria no século IV, mas que provavelmente tem sua origem no século V.

Confissão de Fé Waldense do Ano de 1120 ____ 419
Confissão de Fé do povo de Deus chamado de Waldenses no ano de 1120.

Confissão de Fé Waldense do Ano de 1544 ____ 421
Confissão de Fé do povo de Deus chamado de Waldenses no ano de 1544.

Breve nota sobre este e-book

Dando prosseguimento ao esforço de disponibilizar na internet diversos e bons livros cristãos, formando e sempre enriquecendo aquela que se poderia chamar de uma virtual 'Biblioteca Evangélica Gratuita', eis aqui reunidos alguns textos fundamentais para se pensar e entender o Protestantismo, partindo das 95 Teses de Lutero, e passando pelas Confissões de Fé, Credos e Catecismos.

Estão reunidos aqui a maioria dos principais documentos desta natureza, textos que se encontravam já disponíveis em vários sites da internet. Foram agrupados para facilitar a pesquisa e o estudo por parte dos interessados no tema, num único (*e*-)livro.

Embora em domínio público, não foi senão graças aos esforços abnegados de diversos irmãos que se empenharam na tradução de tais textos, que podemos hoje desfrutar deste material. E estes tradutores trabalham ainda hoje, muitas vezes disponibilizando o fruto de seu labor gratuitamente na Internet, e sempre realizando mais, pois há muito material abençoado esperando para ser vertido ao português.

Eis as principais fontes de consulta, onde podem também ser encontrados diversos e excelentes estudos, informações e traduções de textos de grandes homens de Deus, como Charles Spurgeon, J.C. Ryle, John Knox e muitos outros. Visite:

Luz para o Caminho - www.luz.eti.br

Monergismo - www.monergismo.com

Faculdade Teológica Charisma - www.teologia.org.br

Centro Apologético Cristão de Pesquisas – www.cacp.org.br

Covenant Protestant Reformed Church – (O site é inglês, mas há a opção de textos em diversas línguas, inclusive português) www.cprf.co.uk

As 95 Teses de Lutero

As 95 Teses afixadas por Martinho Lutero na Abadia de Westminster a 31 de outubro de 1517, fundamentalmente "Contra o Comércio das Indulgências"

Movido pelo amor e pelo empenho em prol do esclarecimento da verdade, discutir-se-á em Wittemberg, sob a presidência do Rev. Padre Martinho Lutero, o que segue. Aqueles que não puderem estar presentes para tratarem o assunto verbalmente conosco, o poderão fazer por escrito. Em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1ª Tese

Dizendo nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo: Arrependei-vos... etc., certamente quer que toda a vida dos seus crentes na terra seja contínuo e ininterrupto arrependimento.

2ª Tese

E esta expressão não pode e não deve ser interpretada como referindo-se ao sacramento da penitência, isto é, à confissão e satisfação, a cargo dos sacerdotes.

3ª Tese

Todavia não quer que apenas se entenda o arrependimento interno; o arrependimento interno; o arrependimento interno nem mesmo é arrependimento quando não produz toda sorte de mortificação da carne.

4ª Tese

Assim sendo, o arrependimento e o pesar, isto é, a verdadeira penitência, perdura enquanto o homem se desagradar de si mesmo, a saber, até à entrada para a vida eterna.

5ª Tese

O papa não quer e não pode dispensar de outras penas além das que impôs ao seu alvitre ou nem acordo com os cânones, que são estatutos papais.

6ª Tese

O papa não pode perdoar dívida, senão declarar e confirmar aquilo que já foi perdoado por Deus, ou então o faz nos casos que lhe foram reservados. Nestes

casos, se desprezados, a dívida em absoluto deixaria de ser anulada ou perdoada.

7ª Tese

Deus a ninguém perdoa a dívida sem que ao mesmo tempo o subordine, em sincera humildade, ao ministro, seu substituto.

8ª Tese

Cânones poenitentiales, que são as ordenanças de prescrição da maneira em que se deve confessar e expiar, apenas são impostos aos vivos, e, de acordo com as mesmas ordenanças, não dizem respeito aos moribundos.

9ª Tese

Eis por que o Espírito Santo nos faz bem mediante o papa, excluindo este de todos os seus decretos ou direitos o artigo da morte e da necessidade suprema.

10ª Tese

Procedem desajuizadamente e mal os sacerdotes que reservam e impõe aos moribundos penitências canônicas ou para o purgatório a fim de ali serem cumpridas.

11ª Tese

Este joio, que é o de transformar a penitência e satisfação, prevista pelos cânones ou estatutos, em penitência ou penas do purgatório, foi semeado enquanto os bispos dormiam.

12ª Tese

Outrora canônica poenae, ou seja, penitência e satisfação por pecados cometidos, eram impostos, não depois, mas antes da absolvição, com a finalidade de provar a sinceridade do arrependimento e do pesar.

13ª Tese

Os moribundos tudo satisfazem com a sua morte e estão mortos para o direito canônico, sendo, portanto, dispensados, com justiça, de sua imposição.

14ª Tese

Piedade ou amor imperfeitos da parte daquele que se acha às portas da morte, necessariamente resultam em grande temor; logo, quanto menos o amor, tanto maior o temor.

15ª Tese

Este temor e espanto em si tão só, sem nos referirmos a outras coisas, basta para causar o tormento e o horror do purgatório, pois se avizinham da angústia do desespero.

16ª Tese

Inferno, purgatório e céu parecem ser tão diferentes quanto o são um do outro o desespero completo, incompleto ou quase desespero e certeza.

17ª Tese

Parece que assim como no purgatório diminuem a angústia e o espanto das almas, também deve crescer e aumentar o amor.

18ª Tese

Bem assim parece não ter sido provado, nem por boas razões e nem pela Escritura, que as almas do purgatório se encontram fora da possibilidade do mérito ou do crescimento no amor.

19ª Tese

Parece ainda não ter sido provado que todas as almas do purgatório tenham certeza de sua salvação e não receiem mais por ela, não obstante nós termos esta certeza.

20ª Tese

Por isso o papa não quer dizer e nem compreender com as palavras "perdão plenário de todas as penas" o perdão de todo o tormento, mas tão só as penas por ele impostas.

21ª Tese

Eis por que erram os apregoadores de indulgências ao afirmarem ser o homem perdoado de todas as penas e salvo mediante indulgência do papa.

22ª Tese

Com efeito, o papa nenhuma pena dispensa às almas do purgatório das que, segundo os cânones da igreja, deviam ter expiado e pago na presente vida.

23ª Tese

Verdade é que se houver qualquer perdão plenário das penas, este apenas será dado aos mais perfeitos, que são muitos poucos.

24ª Tese

Logo, a maioria do povo é ludibriado com as pomposas promessas do indistinto perdão, impressionando-se o homem singelo com as penas pagas.

25ª Tese

Exatamente o mesmo poder geral que o papa tem sobre o purgatório, qualquer bispo e cura d'almas o tem no seu bispado e na sua paróquia, quer de modo especial e quer para com os seus em particular.

26ª Tese

O papa faz muito bem em não conceder o perdão às almas em virtude do poder das chaves (coisa que não possui), mas pela ajuda ou em forma de intercessão.

27ª Tese

Pregam futilidades humanas quantos alegam que no momento em que a moeda soa ao cair na caixa a alma se vai do purgatório.

28ª Tese

Certo é que, no momento em que a moeda soa na caixa, vem lucro, e o amor ao dinheiro cresce e aumenta; a ajuda, porém, ou a intercessão da igreja tão só correspondem à vontade e ao agrado de Deus.

29ª Tese

E quem sabe, se todas as almas do purgatório querem ser libertadas, quando há quem diga o que sucedeu com S. Severino e Pascoal.

30ª Tese

Ninguém tem certeza da suficiência do arrependimento e pesar verdadeiros, muito menos certeza pode ter de haver alcançado pleno perdão dos seus pecados.

31ª Tese

Tão raro como existe alguém que possui arrependimento e pesar verdadeiros, tão raro também é aquele que verdadeiramente alcança indulgência, sendo bem poucos os que se encontram.

32ª Tese

Irão para o diabo, juntamente com os seus mestres, aqueles que julgam obter certeza de sua salvação mediante breves de indulgência.

33ª Tese

Há que acautelar-se muito e ter cuidado daqueles que dizem: A indulgência do papa é a mais sublime e mais preciosa graça ou dádiva de Deus, pela qual o homem é reconciliado com Deus.

34ª Tese
Tanto assim que a graça da indulgência apenas se refere à pena satisfatória, estipulada por homens.

35ª Tese
Ensinam de maneira ímpia quantos alegam que aqueles que querem livrar almas do purgatório ou adquirir breves de confissão não necessitam de arrependimento e pesar.

36ª Tese
Tudo o cristão que se arrepende verdadeiramente dos seus pecados e sente pesar por ter pecado, tem pleno perdão da pena e da dívida, perdão esse que lhe pertence mesmo sem breve de indulgência.

37ª Tese
Todo e qualquer cristão verdadeiro, vivo ou morto, é participante de todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem breve de indulgência.

38ª Tese
Entretanto se não devem desprezar o perdão e a distribuição deste pelo papa. Pois, conforme declarei, o seu perdão consiste numa declaração do perdão divino.

39ª Tese
Ë extremamente difícil, mesmo para os mais doutos teólogos, exaltar diante do povo ao mesmo tempo a grande riqueza da indulgência e, ao contrário, o verdadeiro arrependimento e pesar.

40ª Tese
O verdadeiro arrependimento e pesar buscam e amam o castigo; mas a profusão da indulgência livra das penas e faz com que se as aborreça, pelo menos quando há oportunidade para tanto.

41ª Tese
É necessário pregar cautelosamente sobre a indulgência papal, para que o homem singelo não julgue erradamente ser a indulgência preferível às demais obras de caridade ou melhor do que elas.

42ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos, não ser pensamento e opinião do papa que a aquisição de indulgências de alguma maneira possa ser comparada com qualquer obra de caridade.

43ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos, proceder melhor quem dá aos pobres ou empresta ao necessitado do que os que compram indulgência.

44ª Tese

É que pela obra de caridade cresce o amor ao próximo e o homem torna-se mais piedoso; pelas indulgências, porém, não se torna melhor senão mais seguro e livre da pena.

45ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que aquele que vê seu próximo padecer necessidade e a despeito disto gasta dinheiro com indulgências, não adquire indulgência do papa, mas desafia a ira de Deus.

46ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem fartura, fiquem com o necessário para a casa e de maneira nenhuma o esbanjem com indulgências.

47ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos ser a compra de indulgência livre e não ordenada.

48ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que se o papa precisa conceder mais indulgências, mais necessita de uma oração fervorosa do que de dinheiro.

49ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos serem muito boas as indulgências do papa enquanto o homem não confiar nelas; mas muito prejudiciais quando, em conseqüência delas, se perde o temor de Deus.

50ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que se o papa tivesse conhecimento da traficância dos apregoadores de indulgência, preferiria ver a basílica de São Pedro ser reduzida a cinzas a ser edificada com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.

51ª Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que o papa, por um dever seu, preferiria distribuir o seu dinheiro aos que em geral são despojados do dinheiro pelos apregoadores de indulgência, vendendo, se necessário, a própria basílica de São Pedro.

52ª Tese

Esperar ser salvo mediante breves de indulgência é vaidade e mentira, mesmo se o comissário de indulgências e o próprio papa oferecessem sua alma como garantia.

53ª Tese

São inimigos de Cristo e do papa quantos por causa da prédica de indulgências proíbem a palavra de Deus nas demais igrejas.

54ª Tese

Comete-se injustiça contra a palavra de Deus quando, no mesmo sermão, se consagra tanto ou mais tempo à indulgência do que à pregação da palavra do Senhor.

55ª Tese

A intenção do papa não pode ser outra do que celebrar a indulgência, que é a coisa menor, com um toque de sino, uma pompa, uma cerimônia, enquanto o evangelho, que é o essencial, importa ser anunciado mediante cem toques de sino, centenas de pompas e solenidades.

56ª Tese

Os tesouros da igreja, dos quais o papa tira e distribui as indulgências, não são bastante mencionados e nem suficientemente conhecidos na Igreja de Cristo.

57ª Tese

É evidente que não são bens temporais, porquanto muitos pregadores não os distribuem com facilidade, antes os ajuntam.

58ª Tese

Também não são os merecimentos de Cristo e dos santos, porquanto este sempre são suficientes, e, independente do papa, operam graça do homem interior e são a cruz, a morte e o inferno do homem exterior.

59ª Tese

São Lourenço chama aos pobres, os quais são membros da Igreja, tesouros da Igreja, mas no sentido em que a palavra era usada na sua época.

60ª Tese
Afirmamos com boa razão, sem temeridade ou leviandade, que estes tesouros são as chaves da Igreja, que lhe foram dadas pelo merecimento de Cristo.

61ª Tese
Evidente é que, para o perdão das penas e para a absolvição em determinados casos, o poder do papa por si só basta.

62ª Tese
O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo evangelho da glória e da graça de Deus.

63ª Tese
Este tesouro, porém, é muito desprezado e odiado, porquanto faz com que os primeiros sejam os últimos.

64ª Tese
Enquanto isso o tesouro das indulgências é notoriamente o mais apreciado, porque faz com que os últimos sejam os primeiros.

65ª Tese
Por essa razão os tesouros evangélicos foram outrora as redes com que se apanhavam os ricos e abastados.

66ª Tese
Os tesouros das indulgências, porém, são as redes com que hoje se apanham as riquezas dos homens.

67ª Tese
As indulgências, apregoadas pelos seus vendedores como a mais sublime graça, decerto assim são consideradas porque lhes trazem grandes proventos.

68ª Tese
Nem por isso semelhante indulgência é a mais ínfima graça, comparada com a graça de Deus e a piedade da cruz.

69ª Tese
Os bispos e os sacerdotes são obrigados a receber os comissários das indulgências apostólicas com toda reverência.

70ª Tese

Entretanto tem muito maior dever de conservar abertos os olhos e ouvidos, para que estes comissários, em vez de cumprirem as ordens recebidas do papa, não apregoem os seus próprios sonhos.

71ª Tese

Quem levanta a sua voz contra a verdade das indulgências papais é excomungado e maldito.

72ª Tese

Aquele, porém, que se insurgir contra as palavras insolentes e arrogantes dos apregoadores de indulgências, seja abençoado.

73ª Tese

Da mesma maneira em que o papa usa de justiça ao fulminar com a excomunhão aos que em prejuízo do comércio de indulgências procedem astuciosamente.

74ª Tese

Muito mais deseja atingir com o desfavor e a excomunhão àqueles que, sob pretexto de indulgências, prejudicam a santa caridade e a verdade pela sua maneira de agirem.

75ª Tese

Considerar a indulgência do papa tão poderosa, a ponto de absolver alguém dos pecados, mesmo que (coisa impossível de se expressar) tivesse deflorado a mãe de Deus, significa ser demente.

76ª Tese

Bem ao contrário afirmamos que a indulgência do papa nem mesmo pode anular o menor pecado venial no que diz respeito a culpa que representa.

77ª Tese

Afirmar que nem mesmo São Pedro, se no momento fosse papa, poderia dispensar maior indulgência, constitui insulto contra São Pedro e o papa.

78ª Tese

Dizemos, ao contrário, que o atual papa, e todos os que o sucederam, é detentor de muito maior indulgência, isto é, o evangelho, dom de curar, etc., de acordo com o que diz 1 Coríntios 12.6-9.

79ª Tese

Alegar ter a cruz de indulgências, erguida e adornada com as armas do papa, tanto valor como a própria cruz de Cristo é blasfêmia.

80ª Tese

Os bispos, padres e teólogos que consentem em semelhante linguagem diante do povo, terão de prestar contas desta atitude.

81ª Tese

Semelhante pregação, a enaltecer atrevida e insolentemente a indulgência, torna difícil até homens doutos defenderem a honra e dignidade do papa contra a calúnia e as perguntas mordazes e astutas dos leigos.

82ª Tese

Haja vista exemplo como este: Por que o papa não livra duma só vez todas as almas do purgatório, movido pela santíssima caridade e considerando a mais premente necessidade das mesmas, havendo santa razão para tanto, quando, em troca de vil dinheiro para a construção da basílica de São Pedro, livra inúmeras delas, logo por motivo bastante infundado?

83ª Tese

Outrossim: Por que continuam as exéquias e missas de ano em sufrágio das almas dos defuntos e não se devolve o dinheiro recebido para esse fim ou não se permite os doadores busquem de novo os benefícios ou prebendas oferecidos em favor dos mortos, quando já não é justo continuar a rezar pelos que se acham remidos?

84ª Tese

E: Que nova santidade de Deus e do papa é esta a consentir a um ímpio e inimigo resgate uma alma piedosa e agradável a Deus por amor ao dinheiro e não livrar esta mesma alma piedosa e amada por Deus do seu tormento por amor espontâneo e sem paga?

85ª Tese

E: Por que os cânones de penitência, isto é, os preceitos de penitência, que faz muito caducaram e morreram de fato pelo desuso, tornam a remir mediante dinheiro, pela concessão de indulgência, como se continuassem em vigor e bem vivos?

86ª Tese

E: Por que o papa, cuja fortuna é maior do que a de qualquer Creso, não prefere construir a basílica de São Pedro de seu próprio bolso em vez de o fazer com o dinheiro de cristãos pobres?

87ª Tese

E: Que perdoa ou concede o papa pela sua indulgência àqueles que pelo arrependimento completo tem direito ao perdão ou indulgência plenária?

88ª Tese

Afinal: Que benefício maior poderia receber a igreja se o papa, que atualmente o faz uma vez ao dia cem vezes ao dia concedesse aos fiéis este perdão a título gratuito?

89ª Tese

Visto o papa visar mais a salvação das almas mediante a indulgência do que o dinheiro, por que razão revoga os breves de indulgência outrora por ele concedidos, quando tem sempre as mesmas virtudes?

90ª Tese

Desfazer estes argumentos muito sutis dos leigos, recorrendo apenas à força e não por razões sólidas apresentadas, significa expor a igreja e o papa ao escárnio dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91ª Tese

Se, portanto, a indulgência fosse apregoada no espírito e sentido do papa, estas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92ª Tese

Fora, pois, com todos este pregadores que dizem à igreja de Cristo: Paz! Paz! Sem que haja paz!

93ª Tese

Abençoados, porém, sejam todos os pregadores que dizem à igreja de Cristo: Cruz! Cruz! Sem que haja cruz!

94ª Tese

Admoeste-se os cristãos a que se empenhem em seguir seu Cabeça, Cristo, através da cruz, da morte e do inferno;

95ª Tese

E desta maneira mais esperem entrar no reino dos céus por muitas aflições do que confiando em promessas de paz infundadas.

Cortesia LCC Publicações Eletrônicas

Sobre as Confissões de Fé Históricas

As Confissões e Declarações de Cristãos de séculos nos ajudam a compreender o desenrolar de nossa fé de hoje. As divergências entre si nos despertam para o que o historiador C. C. Goen nos lembra: "*Se a história do pensamento cristão nos mostra algo, então é o fato de que nenhuma pessoa se apossou de toda a verdade de Deus*"*

*GOEN, Clarence C. Church History is My Vocation.
American Baptist Quarterly, 10:4. Dezembro de 1991, o. 311.

A Relevância dos Credos e Confissões

por: Heber Carlos de Campos

Por que um artigo dessa natureza? Se o leitor for a uma livraria procurar algo a respeito do assunto em nossa língua, provavelmente não irá encontrar muita coisa. É incomum achar essa matéria na literatura evangélica, mesmo em inglês. Essa é, em parte, a razão deste artigo. Contudo, não é a única, como se poderá observar no decorrer destas notas.

Em tempos de tanta confusão teológica por que passa a igreja cristã neste final do século XX, não é aconselhável professar o cristianismo sem afirmar com clareza aquilo em que se crê. A igreja de Cristo sempre foi uma igreja confessante, porque a genuinidade da nossa fé tem que ser evidenciada naquilo em que cremos e confessamos. Temos que ter a ousadia de afirmar clara e abertamente e, de preferência, de forma escrita, as coisas em que cremos. Reconheço que vivemos numa era que rejeita a noção credal ou confessional, mas esta posição tem que ser repensada. Tantas são as heresias e as tentativas de assalto à fé genuína que tornam-se necessárias a formulação e a confissão daquilo em que cremos, para que a igreja, na sua inteireza, não venha a ficar perdida, lançada de um lado para outro por quaisquer ventos de doutrina.

Em todas as épocas os crentes foram chamados a expressar a sua fé de uma forma confessional. É importante nos lembrarmos de que não é necessária a adesão a um credo para que uma pessoa se torne cristã, mas, uma vez cristã, a pessoa tem que confessar a sua fé. Essa confissão é, em algum grau, um credo.

I. A Definição de Credo e Confissão

Philip Schaff diz que "um credo, regra de fé ou símbolo é uma confissão de fé para uso público, ou uma forma de palavras colocadas com autoridade... que são consideradas como necessárias para a salvação, ou, ao menos, para o bem-estar da igreja cristã."[1] Esta definição parece contradizer a sentença do parágrafo anterior, mas obviamente devemos entender que Schaff está falando da necessidade de confissão antes que da necessidade da elaboração escrita de um credo.

Um credo é uma elaboração científica daquilo que cremos com base na Escritura Sagrada. "Um credo ou regra de fé é uma afirmação concisa daquilo que alguém deve crer a fim de ser um cristão."[2] Se alguém se confessa cristão, tem que possuir um conjunto de verdades devidamente elaboradas em que professa crer. É necessário que o cristão confesse a sua fé de forma que outros venham a saber em que ele crê. É uma insensatez professar fé em Cristo sem saber o conteúdo do que se confessa.

Paul Wooley definiu credo como "uma série de afirmações conectadas que são cridas como verdadeiras e que são derivadas de fontes de informação tais como os registros dos acontecimentos na história."[3]

A definição de uma confissão não difere basicamente da de um credo, senão na forma. Uma confissão contém mais ou menos os mesmos elementos de um credo, mas de forma bem mais elaborada, com detalhes que um credo não possui, por ser mais conciso. Uma confissão aborda mais assuntos do que um credo, e os apresenta de forma mais sistemática. Um credo sempre começa como *credo* ou *credemus* ("eu creio" ou "nós cremos"), enquanto que as confissões geralmente não possuem essa característica.

II. A Importância da Historicidade da Fé

Os credos são extremamente importantes para os cristãos que vivem no limiar do terceiro milênio, porque estes não são essencialmente diferentes dos crentes que viveram nos primeiros séculos da era cristã. Para os cristãos da era patrística, os credos foram absolutamente necessários para a definição teológica e para a vida cristã prática. A nossa fé tem que possuir raízes históricas, e os credos nos ajudam a entendê-las. Por exemplo, o Credo Apostólico dá-nos informações sobre quem foi Jesus Cristo. Ali se diz que ele nasceu da virgem Maria, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, ressurgindo dos mortos ao terceiro dia. Esses todos são dados históricos. Eles são uma afirmação de nossa fé histórica. Se a redenção trazida por Cristo não é um fato histórico, como alguns teólogos contemporâneos chegaram a afirmar, então nós não somos realmente redimidos.

Se a queda no Éden não foi um fato histórico, então não existe corrupção nem culpa. Se negamos a historicidade do Éden haveremos de negar a historicidade da redenção em Cristo e a autoridade do próprio Cristo, que creu nas afirmações do Gênesis. É absolutamente essencial que levemos em conta as raízes históricas de nossa fé.

Na mente de uma porção de teólogos e de cristãos individuais, as coisas mencionadas acima são meras idéias, não fatos. Se o pecado humano é uma mera idéia, é não um fato, a salvação que se diz ter sido trazida por Cristo também o é. Mas a escravidão ao pecado é algo tão real que ninguém pode negar, nem mesmo os homens mais ímpios, e a redenção trazida por Cristo é uma realidade histórica em nossa vida pessoal, e é absolutamente inegável. Que o digam os que foram alcançados por ela! Por essa razão, precisamos confessá-la. Se a nossa fé não tem raízes históricas, ela perde o seu fundamento. Uma fé sem essas raízes é docética, isto é, solta no espaço, sem qualquer ligação com o real, e nada tem a ver conosco. Os credos e as confissões sempre nos situaram historicamente com respeito a pessoas e eventos, especialmente os relacionados com Jesus Cristo, o Senhor e Redentor. Deus, que é eterno e a-histórico, fez com que seu Filho se tornasse um personagem da história para poder ser um de nós, um membro de nossa raça, a fim de que pudesse realizar a obra da redenção em nosso favor. Por essa razão, a Escritura sempre nos situa no tempo e na história (falando, por exemplo, de Belém no tempo de Herodes), e os credos fazem exatamente o mesmo.

Portanto, os credos e confissões da igreja cristã sempre nos reportam às origens e ao desenvolvimento histórico de nossa fé. Como já vimos anteriormente, primeiro vieram os credos, expressões resumidas da fé cristã. Posteriormente, vieram as confissões, que foram expressões mais elaboradas, sendo ambos, credos e confissões, resultado direto das controvérsias vigentes na época em que foram preparados. Nenhum de nós pode dizer, em sã consciência, da falta de importância dos credos e confissões nos tempos modernos, embora o tempo presente nos convide a isso. É um tempo de anti-dogmatismo e de aversão a afirmações confessionais. No entanto, os genuínos cristãos sempre se importaram

com a historicidade da sua fé. Nisso também não sejamos diferentes daqueles com quem queremos ser parecidos!

III. A Origem Eclesiástica dos Credos e Confissões

Os credos tiveram a sua origem nos primeiros séculos da igreja cristã, especialmente quando das controvérsias dos séculos IV e V. O primeiro credo conhecido historicamente foi o chamado Credo Apostólico, que provavelmente tenha sido formulado no segundo século, mas sofreu algumas alterações até o século VI, quando algumas coisas lhe foram acrescentadas. Não conhecemos a sua verdadeira origem, nem quem foram os seus autores.

Há outros credos na história da igreja dos quais sabemos bastante, embora o espaço aqui não nos permita dizer muito sobre eles. No ano 325, cerca de 300 bispos formularam um credo no Concílio de Nicéia, na Ásia Menor, que tratou das controvérsias cristológicas relacionadas à trindade e condenou as heresias de Ário. Depois houve o Credo de Constantinopla (381), elaborado por 150 bispos, que é popularmente conhecido como o "Credo Niceno" simplesmente por refletir o ensino de Nicéia. Todavia, ele vai além dos ensinos de Nicéia, pois afirma a plena divindade do Espírito Santo. O Credo de Calcedônia (451) trata especificamente das duas naturezas de Jesus Cristo, sobre as quais a igreja pouco acrescentou posteriormente, em virtude da precisão das suas idéias. Além desses primeiros credos, vários outros apareceram posteriormente, expressando a fé da igreja e dando-lhe um norte teológico para fazer face às heresias.

Somente bem mais tarde, na época da Reforma, é que apareceram as confissões de fé, que trataram da doutrina cristã de um modo bem mais elaborado que os credos. Inicialmente surgiu a Confissão de Augsburgo (1530), de tradição luterana. Depois vieram as de cunho calvinista: a Segunda Confissão Helvética (1566), a Confissão Escocesa (1560) e a Confissão de Fé de Westminster (1646), que foi a última das grandes confissões e certamente a que veio a apresentar as definições mais precisas da doutrina reformada. Houve outras confissões de menor importância histórica, além dos catecismos que formaram a base doutrinária das igrejas, especialmente as de cunho luterano e calvinista.

IV. A Origem Escriturística dos Credos

O cristianismo é a única grande religião do mundo que tem esboçado o conteúdo de sua fé na forma de credos. Um credo não é a Palavra de Deus aos homens, mas é composto de palavras de homens a respeito de Deus, uma resposta humana à revelação divina. Uma afirmação credal é a primeira elaboração de teologia feita pelos cristãos. Todavia, os credos não precisam ser necessariamente escritos, pois nos começos do cristianismo a fé era expressa oralmente aos catecúmenos ou professada por eles no batismo, muito antes de eles serem colocados em forma escrita.

O começo das formulações confessionais está evidenciado nas afirmações proto-credais das páginas do Novo Testamento. O eminente historiador Schaff disse que "os credos nunca precedem a fé, mas a pressupõem."[4] A fé elaborada pela igreja é apenas uma exteriorização daquilo que os cristãos crêem no coração. Se crêem com o coração, disse Paulo, eles têm que confessar com a boca (Rm 10.9-10). Schaff diz ainda que os credos "emanam da vida interior da igreja, independentemente da ocasião externa... Em um certo sentido pode se dizer que a igreja cristã nunca ficou sem um credo."[5]

Parece que as formulações doutrinárias já eram comuns no tempo dos apóstolos. O gérmen dos credos está afirmado nos escritos apostólicos. Judas, por exemplo, faz referência direta a algum tipo de formulação existente no seu tempo. Ele fala da "*fé* que uma vez por todas foi entregue aos santos" (v. 3). Essa fé é o conjunto de verdades reveladas que estavam de alguma forma sistematizadas e eram aceitas pelos crentes de então. No v. 20 Judas fala da edificação dos crentes na *fé santíssima*, o que pressupõe a existência de uma formulação pré-credal. Em contraste com as doutrinas errôneas ensinadas no seu tempo (1 Tm 1.3; 6.3), Paulo fala a Timóteo (e a Tito) a respeito da "*sã doutrina*" (1 Tm 1.10; 4.6; 2 Tm 4.3; Tt 2.1), que ele devia ensinar (2 Tm 4.2-3) e pela qual deveria zelar (1 Tm 4.16; 6.1). A pregação da "palavra fiel" deve ser "segundo a doutrina" (Tt 1.9), e a doutrina deve ser "ornada" pelo proceder dos crentes (Tt 2.10).

No período apostólico já havia algumas doutrinas elaboradas que o escritor aos Hebreus chama de "princípios elementares da doutrina de Cristo" (ver Hb 6.1-3).

Ele também expressa a sua preocupação com a entrada de "doutrinas várias e estranhas" no seio das igrejas (Hb 13.9), que exigiam a definição da verdadeira doutrina. Portanto, nos tempos do Novo Testamento já se via a grande importância de se crer corretamente, isto é, a importância de permanecer na doutrina ensinada por Cristo (ver 2 Jo 8-11).

Os escritores bíblicos usam outros sinônimos para *doutrina* nos seus escritos: *fé* (Gl 1.23; Fp 1.27; Cl 2.7; 1 Tm 1.19-20; Tt 1.13; Judas 3); *tradição*, significando a verdade passada adiante (1 Co 11.2,23; 15.3; 2 Ts 2.15); *padrão das sãs palavras* (2 Tm 1.13); *bom depósito* (1 Tm 6.20; 2 Tm 1.14); a p*alavra que vos foi evangelizada* (1 Pe 1.25). Essas doutrinas já eram elaboradas, embora não exaustivamente e, de alguma forma, confessadas publicamente pelos crentes do Novo Testamento.

Contudo, a essa altura, não se pode falar que havia credos formalmente elaborados na igreja do Novo Testamento, mas a idéia de um credo já estava perfeitamente a caminho. Segundo Bruce Demarest, "Paulo em Rm 10.9-10 esboça três elementos essenciais de uma confissão que salva: crença na divindade de Cristo, sua morte expiatória, e sua ressurreição."[6]

Mesmo não havendo uma elaboração propositada, podemos perceber os fragmentos de um credo em alguns escritos do Novo Testamento, especialmente os elementos relacionados com a obra redentora de Jesus Cristo:

Antes de tudo vos entreguei o que também recebi:
Que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras,
Que foi sepultado,
Que ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras.
E apareceu a Cefas,
E, depois, aos doze.
Depois foi visto por mais de quinhentos irmãos de uma só vez....
Depois foi visto por Tiago,
E, então, por todos os apóstolos,
E, finalmente, por mim... (1 Co 15.3-8)

Parece-nos que este texto revela algum propósito de catequese ou pregação. Kelly justifica tal possibilidade dizendo que este sumário "dá a essência da mensagem cristã numa forma concentrada."[7] (Ver outros exemplos similares em Rm 1.3-5; 8.34; 1 Co 8.6; 1 Tm 3.16; 1 Pe 3.18-22.)

Um texto que fala de uma espécie de credo-confissão está patente em 1 Tm 6.13-14. Provavelmente essa confissão preparava as pessoas para o batismo. Um texto semelhante é 2 Tm 4.1 (ver também Rm 4.24).

Esses exemplos não devem ser considerados credos no sentido usual do termo, mas parecem indicar a presença dos elementos de um credo. Philip Schaff estava absolutamente certo quando afirmou que "num certo sentido, a Igreja Cristã nunca existiu sem um credo."[8]

V. A Necessidade dos Credos e Confissões

As Igrejas Reformadas sempre primaram pela elaboração de credos e confissões. É característica das mesmas serem confessionais. Com base nas afirmações confessionais da Escritura, as Igrejas Reformadas viram a necessidade de possuírem uma identidade teológica. E há algumas *razões que tornam necessária a formulação de um credo*:

A. A Natureza da Igreja

A igreja de Cristo não é simplesmente uma reunião de pessoas que coincidentemente pensam a mesma coisa. Elas devem pensar basicamente as mesmas coisas porque para elas existe um só padrão de referência que é a Santa Escritura. A igreja de Cristo sempre foi confessante, porque a fé do coração deve ser expressa em proposições, em termos lúcidos, de forma que todos possam saber claramente em que a igreja crê.

Um credo deve ser a expressão exterior daquilo que a igreja crê interiormente. Ele é o produto da reflexão da igreja sobre a revelação divina. "Quanto mais rica for a reflexão da igreja, mais pleno e mais profundo torna-se o tom de sua confissão."[9] Um credo ou confissão sempre deve expressar o labor da igreja sob a orientação do Espírito Santo.

Todavia, houve uma outra razão para a elaboração dos credos e confissões na história da igreja:

B. O Ataque de Outras Tradições Religiosas

Onde quer que a igreja professe abertamente a sua fé, ela irá encontrar oposição. Quando mais definida em sua teologia, mais oposição a igreja receberá. É importante observar que foi nos períodos de maior confrontação que a igreja mais produziu em termos de credos e confissões. Qual é a razão por que a igreja contemporânea não tem sido perseguida e atacada? É porque ela tem deixado de ser definida teologicamente. Historicamente, todas as vezes em que a igreja enfrentou oposição, ela se definiu. Certamente, a igreja contemporânea haverá de enfrentar discriminação quando tiver definido os seus rumos teológicos de maneira inequívoca. Será que a igreja contemporânea está disposta a pagar esse preço? Os credos e as confissões mostram que a igreja tem definições a fazer e rumos a seguir. A verdadeira igreja de Cristo tem que possuir um norte teológico a ser seguido; ela não pode permanecer neutra nas questões espirituais, éticas e morais. Ela tem que ser confessional para poder combater os inimigos teológicos. Do contrário, ficará desnorteada.

Uma outra razão que torna necessária a existência de credos e confissões na atualidade é:

C. O Espírito do Tempo Presente

Vivemos num tempo muito diferente do período da Reforma, quando as confissões foram formuladas. Havia então muitos inimigos da fé protestante, mas agora a situação é absolutamente diferente. Os protestantes não são tratados da mesma forma, e ninguém os tem atacado como aconteceu no passado. Contudo, essa situação não dispensa a necessidade de credos e confissões, pois é exatamente num tempo como o de hoje, de indefinição teológica, que se faz necessária a afirmação da verdade de forma objetiva. O ambiente teológico atual é o de um pluralismo onde as pessoas fogem de verdades objetivamente afirmadas.

A Escritura tem sido abordada por óticas diferentes, que geralmente são chamadas de cosmovisões. Ela tem sido interpretada por pessoas que possuem cosmovisões muito diversas, que ocasionam entendimentos bastante diferentes dos mesmos textos. A fé reformada é uma tentativa justa e consistente de interpretar a Escritura de acordo com a própria Escritura. Portanto, ao encerrar-se

o século XX, as Igrejas Reformadas têm que fazer jus à sua história e reafirmar veementemente a fé que uma vez por todas nos foi entregue, da forma em que está interpretada pelos símbolos reformados de fé.

Uma outra razão que torna absolutamente necessária a afirmação objetiva da nossa fé é:

D. O Experiencialismo Vigente em Nossos Dias

O subjetivismo de nossa geração obriga a igreja a voltar aos padrões confessionais. Muitos evangélicos estão embarcando num experiencialismo desenfreado, onde os sentimentos têm sido a medida de todas as coisas, assim como no Iluminismo a razão tornou-se a medida de todas as coisas. Muitos ministros têm desprezado a verdade da Escritura e preferido as experiências místicas, que têm se tornado a sua "regra de fé." O resultado disso é que a igreja evangélica no mundo tornou-se uma Babel teológica, onde ninguém consegue falar a mesma língua, porque não existe padrão objetivo de verdade em que se possa confiar.

No cristianismo atual não há paradigmas confiáveis. A ênfase está na subjetividade das opiniões que controlam todo o arcabouço teológico de muitos líderes espirituais, os quais, com muita facilidade e maestria, controlam a mente e os sentimentos de "seus fiéis." É patente a necessidade dos credos nos dias de hoje, para que tenhamos um paradigma confiável baseado na totalidade da Palavra de Deus.

Há mais uma razão a evidenciar a necessidade da reafirmação dos credos e confissões. Trata-se de um problema específico de nossa geração:

E. A Influência do Pluralismo Religioso

A presente geração anda tateando às cegas, sem saber onde apoiar-se. Tem sido ensinado nas escolas e, o que é mais desconcertante, em muitas igrejas da Europa, dos Estados Unidos e em algumas aqui do Brasil, que as religiões não-cristãs são caminhos alternativos para Deus. Jesus não é o único modo de chegar-se a Deus. Alguns cristãos admitem que Jesus é até o melhor, mas não o único. Por causa dessa filosofia religiosa, a verdade que foi pregada até o período pré-moderno não é mais a única. Não existe *uma* verdade na qual as pessoas

possam confiar, porque elas têm sido ensinadas que ninguém possui a verdade, e sim que as verdades dependem do ponto de vista de cada um. Há uma variedade de verdades, dependendo do gosto do freguês. E, como não possuem discernimento espiritual, as pessoas andam desnorteadas.

Este tempo é de grande urgência para a igreja cristã, que pode e deve assumir posições teológicas e ético-morais a fim de poder ser uma bússola para as pessoas desorientadas. O tempo presente exige dos genuínos cristãos uma fé seguramente formulada e confessada, a fim de que seja o único caminho de salvação, um guia seguro para o céu, pois aponta a única verdade que é Jesus, e tudo o que ele disse e fez por pecadores perdidos.

Há uma última razão que torna necessária a reafirmação dos credos e confissões em nossos dias. Talvez esta seja a mais importante de todas, porque tem uma conotação positiva:

F. A Pureza da Doutrina

Escrevendo à igreja de Filipos, Paulo disse de maneira inequívoca que os irmãos deviam "lutar juntos *pela fé* evangélica" (Fp 1.27). Essa fé mencionada por Paulo era o conjunto de verdades que os crentes haviam recebido dos apóstolos e que deviam preservar até mesmo ao custo de suas próprias vidas. Esse espírito de união na luta pela fé deveria unir todos os cristãos. Estes é que deveriam preservar a pureza da doutrina. Se os cristãos genuínos não fizerem isto, eles põem a perder todo o seu fundamento teológico.

A mesma idéia teve Judas, provavelmente o irmão do Senhor, quando escreveu aos seus leitores, exortando-os a batalharem "diligentemente *pela fé* que uma vez por todas foi entregue aos santos" (v. 3). É responsabilidade nossa defender a fé, mas como defendê-la se não a temos afirmada e confessada? A Escritura tem que ser entendida da maneira mais clara possível e este entendimento tem que ser afirmado confessionalmente, a fim de mostrarmos ao mundo aquilo em que cremos, sendo homens e mulheres teologicamente definidos. Além disso, Judas diz que essa batalha tem que ser *diligente*, mostrando todo o nosso esforço na preservação da pureza da doutrina. Na época em que Judas escreveu, o Novo Testamento ainda não havia sido reunido canônicamente. As verdades eram

conhecidas dos crentes de um modo verbal. Só um pouco mais tarde é que as cartas foram colecionadas. Judas, portanto, referia-se aos conceitos doutrinários que os crentes haviam recebido dos apóstolos e pelos quais deveriam batalhar diligentemente. Eles não deviam permitir que a fé fosse deturpada, como alguns costumavam fazer (2 Pe 3.16). A pureza da doutrina é uma questão prioritária e fundamental em todas as épocas, especialmente quando ela se encontra debaixo de tantos ataques.

Não há como preservar a pureza da doutrina de Deus se ela não for devidamente escrita e confessada.

VI. Os Principais Propósitos na Formulação dos Credos

Originalmente os credos foram elaborados para serem úteis à vida da igreja. Eles eram a confissão daquilo que estava no coração dos crentes; serviam para que os crentes se tornassem conhecidos na sociedade como seguidores de Jesus Cristo; e serviam também para conduzir outras pessoas a ele pela influência do seu testemunho.

Mas, poderíamos dizer de forma mais elaborada que:

A. Jesus Sempre quis que os Homens Fizessem uma Confissão Daquilo em que Criam

Sempre houve a necessidade de se confessar aquilo em que se crê (Mt 10.32-33; Rm 10.9-10). Segundo Mt 16.15, Jesus perguntou aos seus discípulos: "Mas vós quem dizeis que eu sou?" Ele queria que os seus discípulos afirmassem sua posição com relação à sua pessoa. Todos nós temos que confessar Jesus, quem ele é, o que ele fez. Talvez a primeira formulação de uma doutrina ou dogma cristão esteja relacionada com a resposta de Pedro: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo." Obviamente, esta confissão de Pedro foi, posteriormente, expandida e melhor articulada.

A confissão é um elemento essencial da fé. Este princípio fundamental não pode ser negado, segundo a ensino do Novo Testamento. Melanchton, uma das mentes mais brilhantes do tempo da Reforma, disse: "Nenhuma fé é firme se não é mostrada em confissão."[10] Não existe uma fé em Cristo que não se expresse em uma formulação doutrinária ou dogmática. "Uma fé sem dogma, sem confissão,

está continuamente em perigo de não mais saber o que realmente crê e, portanto, em perigo de cair ao nível de uma mera religiosidade."[11]

B. Na Igreja Apostólica os Crentes Começaram a Orar ao Senhor Exaltado

Este é um fato que não pode ser ignorado. Mas qual é a dificuldade, alguém perguntaria. De forma correta, cria-se que as orações deviam ser dirigidas somente a Deus. Se eles estavam orando a Jesus Cristo, eles teriam que começar a elaborar uma formulação doutrinária que justificasse aquela sua atitude de oração. Logo, a questão do relacionamento entre Deus e Jesus Cristo tinha que ser estabelecida. Não havia outra forma de tratar o problema. Algum tempo mais tarde começaram as formulações credais oriundas das controvérsias sobre a doutrina da trindade e dos problemas cristológicos. Obviamente, as elaborações mais sofisticadas foram posteriores, somente nos séculos IV e V, nos primeiros concílios ecumênicos. Não é de se estranhar, portanto, que os primeiros dogmas a serem formulados na igreja cristã tenham sido o da trindade e o das duas naturezas de Cristo. Também não foi acidente que, logo em seguida, aparecessem problemas de antropologia, com as doutrinas do pecado e da graça sendo esclarecidas na igreja ocidental nas lutas que Agostinho teve com Pelágio.

C. O Aparecimento de Crenças Estranhas Levou à Necessária Formulação dos Credos, para que a Genuína Fé Cristã fosse Distinguida das Heresias que Apareciam

Com freqüência os credos tinham que ser elaborados para explicar melhor a formulação doutrinária já existente na igreja. Em todos os tempos a formulação de doutrinas revelou uma preocupação séria da igreja com algum ponto fundamental da fé. Todas as doutrinas apareceram para explicar problemas de importância fundamental para a vida da igreja, tanto sobre o entendimento como sobre o conteúdo da fé. Era a melhor maneira de educar e catequizar a igreja — que estava em franco crescimento — a respeito das verdades cristãs mais importantes.

VII. Os Credos e Confissões São o Resultado de Uma Experimentação?

Se considerarmos que tais documentos são formulados cientificamente, então temos que admitir que revelam o resultado de uma experimentação. Neles os

teólogos trabalham arduamente para chegarem a uma conclusão bem elaborada que reflita a interpretação correta das Escrituras, após analisarem as várias interpretações disponíveis no decurso da história da igreja e na averiguação das interpretações correntes.

Qual deve ser a fonte última de pesquisas para os credos e confissões cristãos? Obviamente, é a Escritura Sagrada. Ela é a fonte básica para a formulação dos credos, assim como a natureza é a fonte básica para as outras formulações científicas. A Escritura *deve* ser a fonte de toda pesquisa porque ela é uma revelação singular de Deus.

Uma outra questão surge na mente das pessoas: os credos devem ter como fonte única a Escritura, ou a experiência cristã também deve contribuir para a formulação dos mesmos? Wooley diz que

a experiência de fato lança luz sobre a Bíblia, mas uma ou a outra deve ter a prioridade. Se a Bíblia é apenas um registro da experiência humana, então a questão está resolvida. A fonte básica é a experiência. Mas se as reivindicações da Bíblia devem ser aceitas, ela é um livro que contém um registro singular, totalmente distintivo, da verdade dada por Deus. Em outras palavras, não há nada mais igual a ela. Se isto é verdade, a Bíblia é a fonte definitiva. Neste ponto, a escolha tem que ser feita. O cristão diz que ela tem que ser feita com a assistência de Deus.[12]

Qual é o significado da Bíblia? O que a Bíblia realmente quer dizer a nós? Os credos e confissões são uma tentativa de responder a estas perguntas de forma sistemática, porque a Bíblia não é um compêndio sistematizado de doutrinas. Quando da formulação de tais documentos, os estudiosos trabalham científicamente para produzir aquilo que crêem ser expressão da verdade de Deus, com base nas informações que possuem. O investigador da Escritura começa por tentar descobrir o que autor humano tinha em mente quando escreveu, o que ele estava tentando dizer. Mas o investigador não pode parar aí se ele crê que a Bíblia é a revelação, ou mesmo um meio de revelação. O investigador também tenta descobrir o que Deus pretendeu que o texto significasse para o leitor de então, e para o leitor de agora.[13]

Wooley diz ainda que os estudiosos da Escritura devem usar outras ferramentas que os ajudem na sua interpretação e que, conseqüentemente, ajudem na formulação dos credos e confissões:

Uma das ferramentas usadas na descoberta do significado da Escritura é a história daquilo que as pessoas pensaram sobre ela. A história usa com um propósito didático a evidência do que aconteceu aos homens no passado. A história de como os homens formularam os credos, por que assim o fizeram, qual a utilidade que os credos têm tido na prática, e qual a sua real utilidade, é de extrema importância na avaliação de nossa situação presente.[14]

Portanto, quando estiverem reafirmando as verdades credais e confessionais, os cristãos deste final de século devem levar em conta a fonte autorizada que é a Escritura e as fontes secundárias de pesquisa, que estão na experiência dos homens verificada na história da igreja.

VIII. São os Credos uma Imposição da Igreja sobre os seus Membros?

Muitos cristãos de hoje não aceitam as formulações doutrinárias estabelecidas pelo simples fato de pensarem que são uma imposição das autoridades da igreja sobre eles.

De fato, dentro da Igreja Católica Romana a idéia de "dogma" tem alguma ligação com imposição. Todos os católicos têm que aceitar as formulações infalíveis da igreja[15], sem qualquer possibilidade de questionamento ou posterior alteração.

Roma reivindica infalibilidade para todos os pronunciamentos do magistério da igreja. Cristo fundou a igreja e ordenou que ela deveria ser a guardiã infalível e intérprete da verdade... Inspirados pelo Espírito de Deus, os concílios da igreja não podem errar. Justiniano I (morto em 565) considerou os ensinos dos quatro concílios ecumênicos da igreja como Palavra de Deus e seus cânones como leis do império. Gregório, o Grande (morto em 604), colocou os decretos dos primeiros quatro concílios em pé de igualdade com os quatro evangelhos. O catolicismo medieval, na plenitude da sua exuberância, elevou os credos acima da Bíblia...

Por esta razão, a perspectiva de Roma é que as antigas formulações dos credos contêm verdades reveladas imediatamente por Deus e, assim, são dotadas de autoridade para todas as épocas.[16]

Os protestantes têm uma atitude diferente com relação aos credos e confissões. Embora eles considerem o Credo dos Apóstolos e os decretos dos quatro concílios ecumênicos em consonância com a Escritura, esta última é a única regra de fé e prática para a igreja. Os dogmas e as confissões sempre têm que estar sujeitos à Escritura. Devem ser testados à luz da Escritura e sua interpretação deve estar sempre em consonância com a mesma. Quando isto acontece, então pode-se dizer que as doutrinas dos credos e das confissões são uma expressão de um correto entendimento das Escrituras e devem ser aceitas pela igreja.

Os protestantes sempre reconheceram concílios fiéis e concílios infiéis. Portanto, alguns expressaram-se corretamente e outros não, em matéria de fé. É exatamente esse o pensamento da *Confissão de Fé de Westminster*.

Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa (Confissão de Fé de Westminster, XXXI, 3).

Para que os cristãos aceitem os credos e confissões, estes têm que refletir o pensamento da Escritura e têm que ser julgados pela própria Escritura. Se isto acontecer, os credos nunca serão uma imposição da igreja, mas os crentes terão o dever de aceitá-los.

IX. A Possibilidade de Revisão dos Credos

Um credo ou confissão, pelo menos dentro da teologia reformada, não é um sistema de doutrina absolutamente fechado que não possa ser alterado com o desenvolvimento sério dos estudos sobre uma determinada matéria. Wooley diz que "os credos existem para o propósito de aplicação e deveriam ser frutíferos para experimentação e teste posteriores, e sujeitos a constante mudança e revisão."[17]

É importante observar que a teologia reformada não é um sistema hermeticamente fechado ou irreformável. Não possuímos um credo sacrossanto, que nenhum concílio possa alterar. A teologia reformada sempre se desenvolveu, desde a Reforma Protestante do Século XVI. Quanto mais os teólogos refletem sobre a revelação divina da Escritura, mais eles podem aprender com ela. A

teologia reformada permite a revisão dos credos para que se melhore a formulação das doutrinas.

Um padrão de fé não pode ser mudado sem um exame acuradíssimo das Escrituras. Toda e qualquer alteração tem que possuir uma base escriturística justificável. A idéia de reformar os credos e confissões não é algo simples, nem deve ser tratada levianamente. "A revisão de uma confissão é sempre possível, mas tal revisão é proveitosa somente se a própria igreja estiver num plano espiritual elevado e for capaz de inteligentemente descobrir com precisão, nas Escrituras, as expressões da sua fé."[18]

Embora a teologia reformada não seja irreformável, por causa da sua solidez ela não tem sido alterada em sua história. As gerações presentes têm que possuir um elo de ligação com as gerações passadas. Esses elos nunca podem ser quebrados. O que cremos hoje tem que refletir a fé dos nossos antepassados. Devemos diferir deles naquilo em que eles não foram absolutamente justos com o ensino geral das Santas Escrituras, mas onde estiveram certos, devemos seguir com eles. O que foi verdade no passado, deve ser verdade para o povo de Deus no presente.

A verdade de Deus conforme revelada na Escritura nunca muda. O entendimento da Escritura é que pode ser melhorado. Nesse sentido, a fé reformada se desenvolve.

X. As Razões para a Depreciação dos Credos

Vivemos numa época anti-dogmática e muitos crentes querem que a igreja viva sem um corpo de doutrinas. Eles dizem que somente a Bíblia é necessária. Eles querem saber somente de Jesus Cristo, e não de doutrinas, o que é uma grande insensatez. Como pode haver amor a Cristo e à sua Palavra sem haver amor pela sã doutrina ensinada de maneira inequívoca na Escritura?

Contudo, há algumas razões para esse comportamento da igreja contemporânea:

A. O Subjetivismo Radical do Iluminismo e do Pós-Modernismo

Uma razão para esse comportamento pode sem depreendida do fato de que desde o período do Iluminismo apareceu dentro da igreja um subjetivismo radical

que levou a uma depreciação dos credos. No período pós-iluminista, com Schleiermacher, Kierkegaard e toda a tradição existencialista, creu-se que a realidade de Deus não podia ser objetivamente conceptualizada. A verdade tinha que ser alcançada pela exploração do caráter intrínseco da existência humana. O teólogo católico Karl Rahner insiste que "o conteúdo da fé não é visto como um número vasto e quase incalculável de proposições que, coletiva e diversamente, estão garantidas pela autoridade formal de um Deus que se revela."[19] Segundo Rahner, a verdade é subjetiva, não objetiva.

B. A Aridez do Protestantismo Escolástico

A segunda razão para a depreciação dos credos e confissões pode ser vista na aridez do protestantismo escolástico dos séculos XVII e XVIII, com sua tonalidade racionalista, que enfatizava as formulações confessionais esvaziadas de verdadeira piedade cristã. Essa aridez resultou no aparecimento do Pietismo, que rejeitou quase todas as formulações doutrinárias. Mais recentemente, como resultado da aridez ortodoxa dentro do catolicismo, começou-se a enfatizar a ortopraxia ao invés da ortodoxia. Demarest diz que "os modernos católicos progressistas tais como Schillebeeckx, Dulles and Küng insistem que o que vale não é um credo cristão, mas os atos concretos dos cristãos."[20]

Por causa da ênfase extremada nos credos e confissões do protestantismo escolástico e da aridez com que ensinavam as doutrinas, sofremos ainda hoje algumas consequências. Todas as igrejas que são confessionais levam sobre si o estigma de "ortodoxia morta." Num certo sentido isto tem sido verdadeiro. Várias igrejas confessionais têm perdido historicamente o gosto pela evangelização, pelo testemunho cristão e pela vibração com o evangelho de Cristo. Por essa razão, o evangelicalismo moderno tem apelado mais para a religião prática e para a experiência individual do que para confissões de fé objetivamente afirmadas.

Esse erro comportamental do passado não é justificativa para abandonar-se os credos. É perfeitamente possível afirmá-los e confessá-los e ainda assim possuir ardor pela evangelização, missões e comunhão pessoal com Deus, pois eles próprios ensinam estas coisas.

C. O Relativismo Cultural

Uma terceira razão para a depreciação dos credos e confissões está relacionada com o problema do relativismo cultural. O pós-modernismo foi o grande beneficiado com o relativismo cultural, mas nos seus resultados ele não foi diferente do Iluminismo. Apenas mudou a metodologia. Ele retirou a verdade afirmada objetivamente e colocou a verdade na subjetividade do indivíduo. O pós-modernismo democratizou a verdade, fazendo com que ela fosse propriedade de cada indivíduo, e não uma verdade afirmada objetivamente, como está na Escritura, por exemplo. A cosmovisão individual determina a verdade.

Alguns críticos dizem que "as crenças e formulações do passado são inevitavelmente condicionadas pela cultura da época que as produziu."[21] Os credos e confissões são sempre a expressão cultural de um povo, numa determinada época. Portanto, aquilo que foi válido para aquela época, não o é para a nossa presente geração.

Como consequência, alguns pensamentos são vigentes na igreja moderna:

a) Freqüentemente se diz que alguém pode ser um cristão bom e sincero sem ter suas doutrinas formuladas sistematicamente. Isto tem sido o produto de um pietismo que sempre procurou o seu cristianismo na vida prática, sem a crença necessária em dogmas para ser cristão. Alguns ainda pensam que doutrinas são meras palavras, que não têm qualquer aplicação prática.

b) Tem-se dito que as doutrinas são o produto de uma época particular com as suas características próprias, como o tempo da Reforma. Naquela época as doutrinas eram necessárias por causa das controvérsias religiosas. Mas a situação daquele período não mais se repetiu. Ele foi singular.

c) Tem-se dito que as doutrinas mudam quando comparadas com a Bíblia. "Nós temos que ficar com o que não muda." Isso é verdade quando as doutrinas não tem um fundamento correto. Por exemplo: os Reformadores alteraram aquilo que era crido no período medieval. Por quê? Porque algumas doutrinas medievais não expressavam o conteúdo geral das Escrituras. Foi exatamente o princípio da *Sola Scriptura* que alterou o que estava estabelecido. Mas as doutrinas não são algo

que necessariamente se altera. A mutabilidade das mesmas está relacionada com a sua fidelidade ou não à Escritura.

XI. A Autoridade dos Credos e Confissões

Modernamente tem havido duas atitudes para com os credos e confissões: uma de divinização e a outra de rejeição dos mesmos. Uma atitude sábia está em evitar esses dois extremos.

Classicamente falando há duas posições com respeito aos credos e confissões, expressas em frases latinas: *norma normata*, que deve ser preferida a *norma normans*.

A expressão *norma normans* ("uma regra que regula") reflete a posição católica romana. Ela expressa a idéia de que a autoridade dos antigos credos é absoluta e infalível. Os credos antigos eram considerados Palavra de Deus.

A expressão *norma normata* ("uma regra que é regulada") reflete a posição protestante. Observe-se que o credo é uma regra, uma norma. Os credos sempre refletiram a consciência doutrinária e religiosa das gerações da igreja cristã. Eles são de uma importância enorme para a igreja contemporânea, pois expressam aquilo que os nossos antigos creram. E tem que haver uma identidade de fé que nos une a todos, cristãos de todas as épocas. Mas temos que observar também que o credo é não somente uma norma, mas uma norma que é regulada. Como o credo é uma formulação humana, ele tem que estar submisso (regulado) à Escritura, a regra infalível e suprema de fé e prática. A Escritura, sim, é *norma normans*, isto é, ela é divina e absoluta, e tem a finalidade de regular os credos, que são uma autoridade secundária e derivada. Em última análise, os credos e confissões devem sempre ser testados e regulados pela Palavra de Deus.

Os Padrões de Fé de Westminster, por exemplo, não são *norma normans*, mas *norma normata*, não uma regra com norma intrínsica, mas uma regra derivada da fé. Eles são um produto humano, totalmente subordinado à Palavra de Deus. A Escritura possui uma autoridade intrínseca, e não a igreja ou os seus credos. Tanto a igreja como os seus padrões de fé devem ser julgados pela *norma normans*, que é a Escritura.

Vivemos num tempo de indefinição teológica e doutrinária por causa do abandono dos credos e confissões. O retorno aos credos e confissões é absolutamente necessário para que essa indefinição termine. Contudo, a aceitação de proposições confessionais deve levar a uma vida prática, sadia, cheia de amor pela Palavra de Deus e santo temor e reverência pelo seu autor e inspirador.

XII. A Necessidade da Volta aos Credos e Confissões

Essa volta é absolutamente necessária porque precisamos rejeitar a subjetividade daquilo que tem sido ensinado nas universidades e em alguns seminários evangélicos. O retorno aos credos precisa incluir a rejeição do subjetivismo moderno que tem negligenciado a verdade como é revelada objetivamente. Temos que afirmar as verdades de Deus que estão objetivamente reveladas nas Escrituras Sagradas.

Essa volta aos credos deve ser uma resposta à ênfase exclusiva na ortopraxia. Demarest diz que "a única garantia de uma ortopraxia bíblica responsável é uma ortodoxia bíblica autêntica, tal como a fé que temos enraizada nos credos. Não há nenhuma integridade de vida à parte de uma integridade de crença.[22]

Essa volta aos credos deve ser uma resposta à idéia do relativismo cultural. O que é verdade espiritual uma vez, sempre o será. A verdade não está condicionada a um tempo ou época. A verdade de Deus é para sempre. Aquilo que se considerou verdade numa época e depois caiu, não é expressão da verdade. Por essa razão os credos não são infalíveis. Eles podem ser aperfeiçoados e melhorados.

XIII. A Importância da Subscrição dos Credos e Confissões

Nos dias em que vivemos, por causa do baixo nível ético de crentes e de ministros da Palavra que prometem verbalmente fidelidade aos padrões doutrinários mas logo se afastam deles por uma questão de conveniência teológica, precisamos subscrever um conjunto de doutrinas que expressem a nossa fé. Essa atitude significa nadar contra a correnteza. Por causa do pluralismo vigente em nossos dias, as pessoas têm reservas até mesmo quanto à idéia de subscrever uma formulação teológica.

Contudo, esta época é extremamente apropriada para que mostremos a nossa definição teológica, assinando documentos de fidelidade ao que professamos crer.

Segue abaixo uma sugestão do que os oficiais e ministros das igrejas confessionais deveriam assinar:

Nós, abaixo assinados, sinceramente e de boa consciência, *declaramos* que, por esta subscrição, estamos firmemente persuadidos de que todos os pontos contidos em nossos símbolos de fé reformados, elaborados pelos nossos antepassados espirituais, refletem com fidelidade, por sua interpretação, os ensinos da Palavra de Deus.

Prometemos, assim, ensinar com toda a diligência as doutrinas afirmadas em nossos símbolos de fé, sem que as contradigamos direta ou indiretamente, quer por pregação pública ou pelos nossos escritos.

Declaramos, além disso, que não somente rejeitamos os erros que militam contra essas doutrinas, mas estamos dispostos a refutar e a contradizer os ataques à sã doutrina, para que a conservemos pura, e a igreja seja livre de cair em heresia.

A subscrição de padrões doutrinários deveria ser exigida por seminários e concílios da igreja, os subscritores ficando passíveis de ser submetidos ao juízo das autoridades eclesiásticas caso sigam um padrão diferente daquilo que subscreveram. Contudo, uma pessoa não deve ficar para sempre presa ao que assinou, no caso de não mais concordar com o que subscreveu anteriormente. O subscritor tem o direito de ter as suas dificuldades doutrinárias, e pode querer o reexame das doutrinas afirmadas. Uma saída para essa situação está prevista na fórmula de subscrição sugerida:

Se, porventura, tivermos quaisquer dificuldades ou sentimentos diferentes com respeito ao que subscrevemos, prometemos não ensinar sobre eles nem pública nem particularmente, seja por pregação ou por escritos, até que tenhamos primeiro revelado tais dificuldades aos concílios competentes, e sejam essas dificuldades e sentimentos *devidamente examinados* por eles, estando nós dispostos a aceitar o juízo desses concílios, ficando sob penalidade, em caso de recusa, de sermos suspensos de nosso ofício.[23]

Creio firmemente que muitos oficiais das igrejas confessionais teriam dificuldade em assinar um documento como o sugerido acima, porque o tempo presente dificulta essa atitude. Infelizmente, a igreja sempre tem se defrontado com a falta

de seriedade de alguns de seus ministros ordenados, numa atitude não condizente com a ética cristã. Juram e não cumprem o juramento feito ao tempo da sua ordenação. Como agravante, as dificuldades individuais de ministros e professores de seminários não têm feito com que esses problemas e sentimentos opostos aos padrões confessionais cheguem aos concílios superiores. Eles preferem ignorar os problemas que vêem e fecham os olhos aos padrões doutrinários violados por muitos colegas, em nome do "amor." Em nome desse mesmo "amor de coleguismo," permitem que a verdade de Deus seja sacrificada. É uma pena que as coisas sejam assim.

Todavia, eu conclamo os meus colegas de presbiterato, sejam eles docentes ou regentes, a assumirem uma postura de lealdade àquilo que cremos ser uma exposição fiel das verdades da Escritura Sagrada. Somente assim, haveremos de livrar a igreja que amamos das ameaças teológicas que a rodeiam. Que Deus assim nos ajude!

English Abstract

The article argues for the present relevance of creeds and confessions. After showing the biblical origin and historical development of creedal and confessional statements, Campos emphasizes their great importance for the church at the end of the twentieth century. Then, he deals with the reasons why creeds and confessions are not appreciated by the contemporary church. Such reasons are historical, cultural, philosophic and theological. As a response to this undervaluation of the creeds and confessions, the author stresses their continuing validity and the consequent need for their reappropriation. He admits that creeds and confessions can be perfected, but always in accordance with the norma normans (Scripture), since they are not unchangeable like Roman Catholic dogmas. Additionally, Campos acknowledges that, in order for Christians not to fall in the error of post-modernist subjective truth, they should have creeds and confessions not only as norma normata (a rule that is ruled), but they also should meet the challenge of subscribing to them, so that everyone will know the truths they embrace.

_____

Notas

1 Philip Schaff, *The Creeds of Christendom* (Grand Rapids: Baker, 1990), vol. 1, 3. (Minha tradução).

2 Bruce A. Demarest, "Christendom's Creeds: Their Relevance in the Modern Word," *Journal of the Evangelical Theological Society* 21 (December 1978), 345.

3 Paul Wooley, "What is a Creed For? Some Answers from History," em *Scripture and Confession*, ed. John H. Skilton (Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1973), 96.

4 Schaff, *The Creeds of Christendom*, 5.

5 *Ibid.*

6 Demarest, "Christendom's Creeds," 345.

7 J. N. D. Kelly, *Early Christian Creeds* (New York: Longman, 1972), 17.

8 Philip Schaff, *The Creeds of Christendom* (New York, 1919), I.5.

9 Philip Hughes, ed. geral, *The Encyclopedia of Christianity*, "Confessions and Creeds" (Marshalton, Delaware: The National Foundation for Christian Education, 1972), vol. 3, 89.

10 Philip Melanchton, *Apology of the Augsburg Confession*, IV, 385, em Thedore G. Tappert, ed., *The Book of Concord* (Philadelphia: Fortress Press, 1959), 166.

11 Bernhard Lohse, *A Short History of Christian Doctrine* (Philadelphia: Fortress Press, 1989), 10.

12 Wooley, "What is a Creed For?," 97.

13 *Ibid.*

14 *Ibid.*

15 Obviamente, nos dias de hoje nem todos os católicos, sejam eles teólogos ou não, aceitam a infalibilidade dos dogmas como foi crido em tempos passados. Otto Karrer enfatizou que "os dogmas da Igreja Católica Romana devem ser entendidos e apreciados com referência ao período do desenvolvimento dos mesmos. Infalibilidade significa que uma certa explicação é apropriada e livre de erro na sua resposta a certas questões condicionadas historicamente" (Lohse*, Short History of Christian Doctrine*, 13).

16 Demarest, "Christendom's Creeds," 347.

17 *Ibid.*, 97.

18 Hughes, *The Encyclopedia of Christianity*, "Confessions and Creeds," vol. 3, 90.

19 Karl Rahner, *Belief Today* (New York, 1967), 71.

20 Demarest, "Christendom's Creeds," 353.

21 *Ibid.*

22 *Ibid.*

23 Esta sugestão de fórmula de subscrição é parcialmente retirada daquela seguida pelos ministros da Igreja Cristã Reformada dos Estados Unidos, que está inserida no *Psalter Hymnal*, 71.

http://www.thirdmill.org/portuguese/teologia.asp

Catecismo Menor de Martinho Lutero

por

Martinho Lutero

Este é um pequeno catecismo escrito por Martinho Lutero em 1529. A intenção de Lutero através deste catecismo era dar uma introdução às crenças cristãs. Lutero o escreveu logo no início da Reforma em resposta à ignorância que ele observou no povo alemão. Ele é apresentado numa forma de perguntas e respostas. As respostas são curtas e diretas.

Primeira Parte: Os Dez Mandamentos

Primeiro Mandamento:

Eu sou o Senhor, seu Deus. Você não deve ter outros deuses além de mim.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e confiar nele acima de tudo.

Segundo Mandamento:

Não abuse do nome do Senhor, seu Deus, porque o Senhor não considerará inocente quem abusar do seu nome.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, em seu nome não amaldiçoar, jurar, praticar a magia, mentir ou enganar; mas devemos pedir a sua ajuda em todas as necessidades, orar, louvar e agradecer.

Terceiro Mandamento:

Santifique o dia de descanso.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não desprezar a pregação e a sua palavra; mas devemos ter respeito por ela, ouvi-la e estudá-la com gosto.

Quarto Mandamento:

Honre o seu pai e a sua mãe.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não desprezar nem irritar nossos pais e as pessoas que têm autoridade sobre nós; mas devemos honrá-los, servir e obedecer-lhes, amar e querê-los bem.

Quinto Mandamento:

Não mate.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não agredir nem ferir o nosso próximo; mas devemos ajudá-lo para que tenha tudo de que precisa para viver.

Sexto Mandamento:

Não cometa adultério.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, levar uma vida sexual responsável e disciplinada, amar e respeitar a esposa ou o marido.

Sétimo Mandamento:

Não roube.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não tirar o dinheiro ou os bens do próximo nem nos apoderar deles por meio de mercadorias falsificadas ou negócios desonestos; mas devemos ajudá-lo a conservar e melhorar seu meio de vida.

Oitavo Mandamento:

Não fale mentiras a respeito do próximo.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não enganar o nosso próximo com falsidade, traí-lo, caluniá-lo ou fazer acusação falsa contra ele; mas devemos desculpá-lo, falar bem dele e interpretar tudo da melhor maneira.

Nono Mandamento:

Não deseje possuir a casa do seu próximo.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não tentar conseguir com esperteza a herança ou a casa do nosso próximo nem nos apoderar delas como se tivéssemos direito a isso; mas devemos ajudar e cooperar para que possa conservá-las.

Décimo Mandamento:

Não cobice a esposa ou o marido do seu próximo, nem as pessoas que trabalham com eles nem coisa alguma que lhes pertença.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus e, por isso, não seduzir, desviar ou afastar a esposa ou o marido do próximo, nem as pessoas que trabalham com eles; mas devemos aconselhá-los para que fiquem e cumpram o seu dever.

Que diz Deus de todos estes mandamentos?

Ele diz: "Eu, o Eterno, sou o seu Deus e não tolero outros deuses. Eu castigo aqueles que me odeiam, até os netos e bisnetos. Porém, sou bondoso com aqueles que me amam e obedecem aos meus mandamentos e abençôo os seus descendentes por milhares de gerações."

Deus ameaça castigar todas as pessoas que não cumprem estes mandamentos; por isso, devemos temer a sua ira e não deixar de cumpri-los; mas ele promete graça e todo o bem às pessoas que os praticam. Por isso, devemos amá-lo, confiar nele e guardar os seus mandamentos de boa vontade.

Segunda Parte: O Credo Apostólico

Primeiro Artigo: da criação - Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra.

Que significa isto?
Creio que Deus me criou junto com todas as criaturas, e me deu corpo e alma, olhos, ouvidos e todos os membros, inteligência e todos os sentidos, e ainda os conserva; além disto, me dá roupa, calçado, comida e bebida, casa e lar, família, terra, trabalho e todos os bens. Concede cada dia tudo de que preciso para o corpo e a vida; protege-me de todos os perigos e guarda-me de todo o mal. E faz tudo isso unicamente por ser meu Deus e Pai bondoso e misericordioso, sem que eu mereça ou seja digno. Por tudo isso devo dar-lhe graças e louvor, servi-lo e obedecer-lhe. Isto é certamente verdade.

Segundo Artigo: da salvação - E em Jesus Cristo, seu Filho unigênito, nosso Senhor, o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da virgem Maria, padeceu sob o poder do Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno, no terceiro dia ressuscitou dos mortos, subiu ao céu, e está sentado à direita de Deus Pai, todo-poderoso, de onde virá para julgar os vivos e os mortos.

Que significa isto?
Creio que Jesus Cristo, verdadeiro Deus, gerado do Pai desde a eternidade, e também verdadeiro ser humano, nascido da virgem Maria, é meu Senhor. Ele perdoou a mim, pessoa perdida e condenada, e me libertou de todos os pecados, da morte e do poder do diabo. Fez isto não com dinheiro, mas com seu santo e precioso sangue e sua inocente paixão e morte. Fez isto para que eu lhe pertença, seja obediente a ele em seu reino e lhe sirva em eterna justiça, inocência e felicidade, assim como ele ressuscitou da morte, vive e governa eternamente. Isto é certamente verdade.

Terceiro Artigo: da Santificação - Creio no Espírito Santo, na santa Igreja cristã, a comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição do corpo e na vida eterna. Amém.

Que significa isto?
Creio que, por minha própria inteligência ou capacidade, não posso crer em Jesus Cristo, meu Senhor, nem chegar a ele. Mas o Espírito Santo me chamou pelo Evangelho, iluminou com seus dons, santificou e conservou na verdadeira fé. Assim também chama, reúne, ilumina e santifica toda a Igreja na terra, e em Jesus Cristo a conserva na verdadeira e única fé. Nesta Igreja ele perdoa, cada dia e

plenamente, todos os pecados a mim e a todas as pessoas que crêem. E, no último dia, ressuscitará a mim e a todos os mortos e dará a vida eterna a mim e a todas as pessoas que crêem em Cristo. Isto é certamente verdade.

Terceira Parte: O Pai Nosso

Introdução - Pai nosso que estás nos céus.

Que significa isto?
Deus quer atrair-nos com estas palavras para crermos que ele é nosso Pai de verdade e nós somos seus filhos e filhas de verdade. Portanto, podemos pedir a ele sem medo e com toda a confiança, como filhos queridos ao seu querido pai.

Primeiro Pedido - Santificado seja o teu nome.

Que significa isto?
O nome de Deus é santo por si mesmo. Mas pedimos nesta oração que ele seja santificado também entre nós.

Como acontece isto?
Quando a palavra de Deus é ensinada de forma clara e pura, e nós, como filhos e filhas de Deus, também vivemos uma vida santa de acordo com ela. Ajuda-nos para que isto aconteça, querido Pai no céu. A pessoa, porém, que ensina e vive de modo diferente do que ensina a palavra de Deus, desonra o nome de Deus entre nós. Guarda-nos disso, Pai celeste.

Segundo Pedido - Venha o teu reino.

Que significa isto?
O reino de Deus vem por si mesmo, sem a nossa oração. Mas pedimos nesta oração que ele venha também a nós.

Como acontece isto?
Quando o Pai celeste nos dá o seu Espírito Santo para crermos, por sua graça, em sua santa palavra e vivermos em comunhão com Deus neste mundo e na eternidade.

Terceiro Pedido - Seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu.

Que significa isto?
A boa e misericordiosa vontade de Deus é feita sem a nossa oração. Mas pedimos nesta oração que ela seja feita também entre nós.

Como acontece isto?
Quando Deus desfaz e impede todo mau plano e vontade que não querem nos deixar santificar o nome de Deus e não querem que seu reino venha. Vontades assim são a do diabo, do mundo e de nós mesmos. E, por outro lado, isto acontece quando Deus nos fortalece e mantém firmemente na sua palavra e na fé, até o fim. Esta é a sua vontade boa e misericordiosa.

Quarto Pedido - O pão nosso de cada dia nos dá hoje.

Que significa isto?
Deus dá o pão de cada dia, também sem o nosso pedido, a todas as pessoas, inclusive às pessoas más. Mas pedimos nesta oração que ele nos faça reconhecer isso e receber com gratidão o pão nosso de cada dia.

O que significa pão de cada dia?
Tudo que se refere ao sustento e às necessidades da vida, como por exemplo: comida, bebida, roupa, calçado, casa, lar, meio de vida, dinheiro e bens, marido e esposa íntegros, filhos íntegros, empregados íntegros, patrões íntegros e fiéis, bom governo, bom tempo, paz, saúde, disciplina, honra, amigos leais, bons vizinhos e coisas semelhantes.

Quinto Pedido - E perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores.

Que significa isto?
Pedimos nesta oração que o Pai no céu não leve em conta os nossos pecados nem por causa deles recuse os nossos pedidos. Pois não somos dignos das coisas que pedimos nem as merecemos. Pedimos que Deus nos conceda tudo por graça, já que diariamente pecamos muito e nada merecemos a não ser castigo. Da mesma forma queremos nós perdoar de coração e de boa vontade e fazer o bem aos que pecam contra nós.

Sexto Pedido - E não nos deixes cair em tentação.

Que significa isto?
Deus não tenta ninguém. Mas pedimos nesta oração que ele nos proteja e guarde, para que não sejamos enganados pelo diabo, pelo mundo e por nós mesmos nem sejamos levados a crenças falsas, desespero e outra grande vergonha ou vício. E pedimos que, mesmo sendo tentados, vençamos no final e mantenhamos a vitória.

Sétimo Pedido - Mas livra-nos do mal.

Que significa isto?
Pedimos nesta oração, em resumo, que o Pai no céu nos livre de todos os males que afetam o corpo e a alma, os bens e a honra. E pedimos que, na hora de nossa morte, ele nos dê um fim bem-aventurado e nos leve por graça deste mundo para junto de si no céu.

Conclusão - Pois, teu é o reino, o poder e a glória, para sempre. Amém.

Que significa amém?
Devemos ter certeza de que estes pedidos agradam ao Pai no céu e de que ele os atende. Pois ele mesmo nos mandou orar assim e prometeu atender-nos. Amém, amém, isto significa: sim, assim seja!

Quarta Parte: O Sacramento do Santo Batismo

Primeiro

a) O que é o batismo?

O batismo não é só água, mas é a água contida no mandamento de Deus e ligada à palavra de Deus.

b) Qual é esta palavra de Deus?

É a que nosso Senhor Jesus Cristo diz no último capítulo de Mateus: "Portanto, vão a todos os povos do mundo e façam que sejam meus seguidores, batizando esses seguidores em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo."

Segundo

a) Que dá ou para que serve o batismo?

Realiza o perdão dos pecados, livra da morte e do diabo, e dá a salvação eterna a todas as pessoas que crêem no que dizem as palavras e promessas de Deus.

b) Quais são estas palavras e promessas de Deus?

São as palavras que nosso Senhor Jesus Cristo diz no último capítulo de Marcos: "Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado."

Terceiro

a) Como pode a água fazer coisas tão grandes?

Não é a água que faz isso, mas é a palavra de Deus unida à água e a fé que confia nesta palavra. Pois sem a palavra de Deus a água é só água e não é batismo. Mas unida à palavra de Deus ela é batismo, isto é, água de vida, cheia de graça, um banho de novo nascimento no Espírito Santo, como diz Paulo na Carta a Tito, no terceiro capítulo: "Ele nos salvou não porque fizemos alguma coisa boa, mas por causa da sua própria misericórdia. E, por meio do Espírito Santo, ele nos purificou e nos fez nascer de novo e nos deu uma nova vida. Deus foi generoso e derramou o seu Espírito Santo sobre nós, por meio de Jesus Cristo, o nosso Salvador. E fez isso para que, pela sua graça, fiquemos livres de qualquer culpa e recebamos a vida eterna que esperamos. Esse ensino é certo."

Quarto

a) Que significa este batizar com água?

Significa que, por arrependimento diário, a velha pessoa em nós deve ser afogada e morrer com todos os pecados e maus desejos. E, por sua vez, deve sair e ressurgir nova pessoa, que viva em justiça e pureza diante de Deus para sempre.

b) Onde está escrito isto?

Paulo diz na Carta aos Romanos, no sexto capítulo: "Assim, quando fomos batizados, fomos enterrados com ele por termos morrido junto com ele. E isso para que, como Cristo foi ressuscitado pelo poder glorioso do Pai, assim também nós vivamos uma vida nova."

Quinta Parte: O Ministério da Absolvição e a Confissão

1) O que é o ministério da absolvição dos pecados?

É o poder especial que Cristo deu à sua Igreja na terra, para perdoar os pecados às pessoas que se arrependem e não os perdoar a quem não se arrepende.

2) Onde está escrito isto?

Nosso Senhor Jesus Cristo diz a Pedro, no Evangelho de Mateus, capítulo dezesseis: "Eu lhe darei as chaves do Reino do céu; o que você proibir na terra será proibido no céu, e o que permitir na terra será permitido no céu." Do mesmo modo diz o Senhor aos discípulos, no Evangelho de João, capítulo vinte: "Recebam o Espírito Santo. Se vocês perdoarem os pecados de alguém, esses pecados são perdoados; mas, se não perdoarem, eles não serão perdoados."

3) Que é a confissão?

A confissão tem duas partes: Primeiro, confessamos os nossos pecados; segundo, aceitamos a absolvição que a pessoa que ouve a nossa confissão nos anuncia. Podemos aceitá-la como vinda de Deus mesmo, não duvidando de modo algum, mas crendo firmemente que por ela os pecados estão perdoados perante Deus no céu.

4) Que pecados devemos confessar?

Diante de Deus devemos confessar que somos culpados de todos os pecados, também dos pecados dos quais não nos damos conta, como fazemos no Pai-Nosso. Mas, diante da pessoa que ouve a nossa confissão, devemos somente confessar os pecados dos quais nos damos conta e que pesam na consciência.

5) Que pecados são estes?

Examine a sua vida à luz dos dez mandamentos: se você é pai, mãe, filho, filha, patrão, patroa, empregado, empregada, se você foi desobediente, infiel, negligente, raivoso, desrespeitoso, briguento, mentiroso, se você fez mal a alguém com palavras ou ações, se roubou, descuidou ou deixou de fazer o que devia.

6) Como confessamos os nossos pecados à pessoa que ouve a nossa confissão?

Podemos fazê-lo dizendo: "Peço que ouça a minha confissão e me anuncie o perdão em nome de Deus." Depois confessamos que somos culpados de todos os pecados diante de Deus. À pessoa que ouve a nossa confissão dizemos o pecado que mais nos pesa na consciência. Podemos concluir dizendo: "Arrependo-me de tudo isto. Peço misericórdia. Quero mudar de vida."

7) Como se dá a absolvição?

A pessoa que ouve a confissão diz: "Deus tenha misericórdia de você e fortaleça a sua fé! Amém. Você crê que a minha absolvição é a absolvição de Deus?"

Respondemos: "Sim, eu creio."

A pessoa que ouve a confissão fala: "Como você crê, assim será. Por ordem de nosso Senhor Jesus Cristo lhe perdôo os seus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém. Vá em paz!"

8) Breve forma de confessar os pecados:

Deus todo-poderoso, Pai misericordioso. Eu, pessoa pobre, miserável e pecadora, confesso-te todos os meus pecados e injustiças que cometi em pensamentos, palavras e ações. Com eles, em algum momento, causei a tua ira, merecendo o teu castigo nesta vida e na eternidade. Todos estes pecados pesam na minha consciência e me arrependo deles profundamente. Peço-te, por causa da tua misericórdia infinita e da inocente e amarga paixão e morte de teu Filho Jesus Cristo: tem misericórdia de mim, pobre pessoa pecadora. Perdoa-me todos os meus pecados. Concede-me a força do teu Espírito Santo para melhorar a minha vida. Amém!

Sexta Parte: O Sacramento do Altar ou Ceia do Senhor

Primeiro

a) Que é a ceia do Senhor?

É o verdadeiro corpo e sangue de nosso Senhor Jesus Cristo para ser comido e bebido por nós, cristãos, sob o pão e o vinho. Este sacramento foi instituído pelo próprio Cristo.

b) Onde está escrito isto?

Assim escrevem os santos evangelistas Mateus e Lucas, e o apóstolo Paulo: "Nosso Senhor Jesus Cristo, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e o deu aos seus discípulos, dizendo: Tomem, comam; isto é o meu corpo que é dado por vocês; façam isto em memória de mim. A seguir, depois de cear, tomou também o cálice e, tendo dado graças, o deu aos seus discípulos dizendo:

Bebam dele todos; porque este cálice é a nova aliança no meu sangue, derramado em favor de vocês para remissão dos pecados; façam isto, todas as vezes que o beberem, em memória de mim."

Segundo

a) Para que serve este comer e beber?

Isto nos mostram as palavras: "Dado e derramado em favor de vocês, para remissão dos pecados." Por estas palavras nos são dados, no sacramento, perdão dos pecados, vida e salvação. Pois onde há perdão dos pecados, também há vida e salvação.

Terceiro

a) Como pode o simples comer e beber fazer coisas tão grandes?

Não é o comer e o beber que fazem tudo isto, mas sim as palavras: "Dado e derramado em favor de vocês para remissão dos pecados." Estas palavras são, junto com o comer e o beber, o mais importante na ceia do Senhor. E quem crê nestas palavras tem o que elas dizem: perdão dos pecados.

Quarto

a) Quem recebe dignamente este sacramento?

Jejuar e preparar-se exteriormente é, sem dúvida, uma boa disciplina. Mas verdadeiramente digna e bem preparada é a pessoa que crê nestas palavras: "Dado e derramado em favor de vocês para remissão dos pecados." A pessoa, porém, que não crê nestas palavras ou delas duvida é indigna e não está preparada. Pois as palavras "em favor de vocês" exigem que a pessoa creia de fato.

Fonte: Textosdareforma.net

A CONFISSÃO DE AUGSBURGO
25 de junho de 1530

INFORMAÇÃO INICIAL

O material que ora se encontra em seu computador (ou em suas mãos, impresso) não é em nada original.

Trata-se, tão somente, de uma cópia fiel do material que é apresentado no LIVRO DE CONCÓRDIA, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana, tradução e notas de ARNALDO SCHÜLER, 4ª Edição 1993, uma co-edição de EDITORA SINODAL e EDITORA CONCÓRDIA.

Qual o objetivo? O luteranismo mundial comemorou em 1997 o 500º aniversário de nascimento de Philipp Melanchthon.

Não podemos falar de Confissão de Augsburgo sem falar de Melanchthon. Ele foi o autor intelectual, o compilador, não somente da CA, como também de outro documento muito importante, conhecido como Apologia da Confissão de Augsburgo.

Philipp Schwarzert (o sobrenome significa "terra negra") nasceu em Bretton, Baden, em 1497. Seu tio-avô, o famoso humanista Reuchlin, certamente havia exercido grande influência sobre ele, pois lhe seguiu os passos no humanismo, tornando-se, a partir de 1518, com apenas 21 anos de idade, professor das línguas hebráica e grega na Universidade de Wittenberg. Por seu grande amor à língua grega, "helenisou" o seu sobrenome, adotando o nome de Melanchthon, conforme a tradução de "terra negra" para o grego.

Tornou-se grande amigo de Lutero e o seu mais fiel aliado na causa da Reforma. Se, de um lado, havia Lutero, um profundo conhecedor da Palavra de Deus, de outro lado havia Melanchthon, um dos maiores conhecedores das línguas originais nas quais a Palavra de Deus havia sido escrita. A partir de 1526 inicia, junto com Lutero, a visitação a igrejas e escolas, visando solidificá-las, o que redundou no fortalecimento eclesial de um modo geral.

Nosso objetivo é, portanto, fazer com que a CONFISSÃO DE AUGSBURGO se torne mais conhecida e, por conseguinte, mais usada como base confessional. Só isso.

Que o Senhor da Igreja, que certamente inspirou os homens que estiveram por trás da CA, também inspire todo(a) aquele(a) que hoje trabalha com ela.

Também é preciso que fique firmado que o presente trabalho não visa nenhuma comercialização e nenhum lucro, e será usado publicamente apenas após consentimento das Editoras Sinodal e Concórdia sendo, portanto, proibída qualquer comercialização do mesmo.

UM POUCO DA HISTÓRIA

INTRODUÇÃO

No dia 21 de janeiro de 1530, o Imperador Carlos V convocou uma dieta imperial a reunir-se em abril seguinte, em Augsburgo, Alemanha. Ele desejava ter uma frente unida nas suas operações militares contra os turcos, e isso parecia exigir um fim na desunião religiosa que tinha sido introduzida como resultado da Reforma. Conseqüentemente, convidou os príncipes e representantes das cidades livres do Império para discutir as diferenças religiosas na futura dieta, na esperança de superá-las e restaurar a unidade. De acordo com o convite, o Eleitor da Saxônia pediu aos seus teólogos em Wittenberg que preparassem um relato sobre as crenças e práticas nas igrejas da sua terra. Uma vez que uma exposição de doutrinas, conhecida com o nome de *Artigos de Schwabach*, tinha sido preparada no verão de 1529, tudo o que parecia ser necessário agora era uma exposição adicional a respeito das mudanças práticas introduzidas nas igrejas da Saxônia. Tal exposição foi, por isso, preparada por teólogos de Wittenberg e, visto que foi aprovada num encontro em Torgau, no fim de março de 1530, é chamada comumente de *Artigos de Torgau*.

Juntamente com outros documentos, os *Artigos de Schwabach* e *Torgau* foram levados para Augsburgo. Lá foi decidido fazer uma declaração luterana conjunta em vez de uma simples declaração saxônica, a explanação a ser apresentada ao Imperador. Circunstâncias também exigiram que se deixasse claro na declaração que os luteranos não fossem reunidos ao acaso com os demais oponentes de Roma. Outras considerações indicaram que seria desejável enfatizar mais a harmonia com Roma do que as diferenças. Todos estes fatores contribuiram para determinar as características do documento que estava sendo preparado por Felipe Melanchthon. Os *Artigos de Schwabach* tornaram-se a base para a primeira parte do que veio a ser chamado de ***Confissão de Augsburgo***, e os *Artigos de Torgau* tornaram-se a sua segunda parte. Lutero, que não estava presente em Augsburgo, foi consultado por correspondência, mas as emendas e revisões continuaram sendo feitas até a véspera da apresentação formal ao imperador, em 25 de junho de 1530. Assinada por sete príncipes e pelos representantes de duas cidades livres, a Confissão imediatamente adquiriu importância peculiar como uma declaração pública de fé.

De acordo com as instruções do imperador, os textos das confissões foram apresentados em alemão e latim. A leitura diante da Dieta foi feita do texto alemão, que é, por isso, tido como mais oficial. Infelizmente, nem o texto alemão nem o latino existem nas formas exatas em que foram apresentados. De qualquer maneira, mais de cinqüenta cópias que datam de 1530 foram encontradas, incluindo esboços que representam vários estágios no preparo antes de 25 de junho, bem como cópias com uma variedade de novas mudanças no vocabulário feitas após 25 de junho. Estas versões têm sido objeto de extensos estudos críticos da parte de muitos estudiosos, e um texto latino e outro alemão foram reconstruídos e podem ser considerados próximos, embora não idênticos, aos documentos apresentados ao Imperador. Existem diferenças entre os dois textos, razão por que ambos estão reproduzidos nesta obra.

PREFÁCIO[A]

(Tradução do texto latino do prefácio original)

Invictíssimo Imperador[B], César Augusto, Senhor clementíssimo. Porquanto Vossa Majestade Imperial convocou uma dieta imperial para Augsburgo, destinada a deliberar sobre esforços bélicos contra o turco, adversário atrocíssimo, hereditário e antigo do nome e da religião cristãos, isto é, sobre como se possa resistir ao seu furor e ataques com preparação bélica durável e permanente; e depois também quanto às dissensões com respeito a nossa santa religião e fé cristã, e a fim de que neste assunto da religião as opiniões e sentenças das partes, presentes umas às outras, possam ser ouvidas, entendidas e ponderadas entre nós, com mútua caridade, brandura e mansidão, para que, corrigido o que tem sido tratado incorretamente[C] nos escritos de um e outro lado, possam essas coisas ser compostas e reduzidas a uma só verdade simples e concórdia cristã, de forma tal, que, quanto ao mais[D], seja praticada e mantida por nós uma só religião pura e verdadeira; e para que assim como estamos e militamos sob um mesmo Cristo, possamos da mesma forma viver em uma só igreja cristã, em unidade e concórdia; e porque nós, os abaixo assinados, assim como os outros eleitores, príncipes e ordens, fomos chamados à supramencionada dieta, prontamente viemos a Augsburgo, a fim de nos sujeitarmos obedientes ao mandato imperial, e, queremos dizê-lo sem intuito de jactância, estivemos entre os primeiros a chegar.

Como, entretanto, Vossa Majestade Imperial também aqui em Augsburgo, no próprio início desta dieta[E], fez que, entre outras coisas, se indicasse aos eleitores, aos príncipes e a outras ordens do Império que as diversas ordens do Império, por força do edito imperial, deveriam propor e submeter suas opiniões e juízos nas línguas alemã e latina, e como quarta-feira passada[F], após deliberação, se respondeu, em seguida, a Vossa Majestade Imperial que de nossa parte submeteríamos os artigos de nossa Confissão sexta-feira próxima[G], por isso, em obediência à vontade de Vossa Majestade Imperial, oferecemos, nesta matéria da religião, a Confissão de nossos pregadores e de nós mesmos, tal qual eles, haurindo da Sagrada Escritura e da pura palavra de Deus, ensinaram[H] essa doutrina até hoje entre nós.

Agora, se os demais eleitores, príncipes e ordens do Império igualmente apresentarem, de conformidade com a precitada indicação da Majestade Imperial, em escritos latinos e germânicos, suas opiniões na questão religiosa, estamos dispostos, com a devida obediência a Vossa Majestade Imperial, como nosso Senhor clementíssimo, a conferir, amigavelmente, com os precitados príncipes, nossos amigos, e com as ordens, sobre vias idôneas e toleráveis, a fim de que cheguemos a um acordo, até onde tal se possa fazer honestamente, e, discutida a questão entre nós, dessa maneira, com base nos propostos escritos de ambas as partes, pacificamente, sem contenda odiosa, possa a dissensão, com a ajuda de Deus, ser dirimida e haja retorno a uma só verdadeira e concorde religião. Assim como todos estamos e militamos[I] sob o mesmo Cristo, devemos outrossim

confessar um só Cristo, segundo o teor do edito de Vossa Majestade Imperial, e todas as coisas devem ser conduzidas em acordo com a verdade de Deus, e pedimos a Deus com ardentíssimas preces que auxilie esta causa e dê a paz.

Se, porém, no que diz respeito aos demais eleitores, príncipes e ordens, que constituem a outra parte, esse tratamento da causa não se processar segundo o teor do edito de Vossa Majestade Imperial, e ficar sem fruto, nós outros em todo o caso deixamos o testemunho de que nada retemos que de algum modo possa conduzir a que se efetue uma concórdia cristã possível de fazer-se com Deus e de boa consciência, como também Vossa Majestade Imperial, e bem assim os demais eleitores e ordens do Império, e quantos forem movidos por sincero amor e zelo pela religião, quantos derem ouvidos a essa causa com equanimidade, dignar-se-ão, bondosamente, a reconhecer e entender dessa Confissão nossa e dos nossos.

Como Vossa Majestade Imperial também bondosamente significou, não uma, senão muitas vezes, aos eleitores, príncipes e ordens do Império, e na Dieta de Espira, celebrada em 1526 A.D., fez que fosse lido e proclamado, de acordo com a forma dada e prescrita de Vossa imperial instrução, que Vossa Majestade Imperial, nesse assunto de religião, por certas razões, que então foram alegadas, não queria decidir, mas queria empenhar-se junto ao Romano Pontífice a favor da reunião de um concílio, conforme também essa questão foi mais amplamente exposta, faz um ano, na próxima-passada Dieta de Espira, onde Vossa Majestade Imperial, por intermédio do Governante Fernando[J], rei da Boêmia e da Hungria, clemente amigo e senhor nosso, e além disso através do embaixador e dos comissários imperiais, fez que, entre outras coisas, fosse apresentado, segundo a instrução, o seguinte: que Vossa Majestade Imperial notara e ponderara a resolução do representante de Vossa Majestade Imperial no Império, bem como do presidente e dos conselheiros do regime imperial, e dos legados de outras ordens que se reuniram em Ratisbona[K], concernente à reunião de um concílio geral, e que Vossa Majestade Imperial, outrossim, julgara que seria útil reunir um concílio, e que Vossa Majestade Imperial não duvidou de que seria possível induzir o Pontífice Romano a celebrar um concílio geral, porquanto as questões que então eram tratadas entre Vossa Majestade Imperial e o Romano Pontífice avizinhavam-se de uma concórdia e reconciliação cristã. Por isso Vossa Majestade Imperial bondosamente significava que se empenharia no sentido de que o Romano Pontífice consentisse, o quanto antes possível, em congregar tal concílio, através da emissão de cartas.

Se, pois, o resultado for tal, que essas dissensões não sejam compostas amigavelmente entre nós e a outra parte, oferecemos aqui, de superabundância, em toda obediência perante Vossa Majestade Imperial, que haveremos de comparecer e defender a causa em tal concílio geral, cristão e livre, para cuja reunião sempre tem havido, em razão de gravíssimas deliberações, em todas as convenções imperiais celebradas durante os anos de reinado de Vossa Majestade Imperial, magno consenso da parte dos eleitores, príncipes e ordens do Império. Para esse concílio e para Vossa Majestade Imperial mesmo já anteriormente apelamos da maneira devida e na forma da lei, nessa questão, incontestavelmente a maior e mais grave. A essa apelo continuamos a aderir. E não intentamos nem

podemos abandoná-lo, por este ou outro documento, a menos que a causa fosse amigavelmente ouvida e levada a uma concórdia cristã, de acôrdo com o teor da citação imperial. Quanto a isso, também aqui testificamos publicamente.

A CONFISSÃO DE AUGSBURGO
- 25 DE JUNHO DE 1530 -

Artigo 1: DE DEUS

Em primeiro lugar, ensina-se e mantém-se, unanimemente, de acordo com o decreto do Concílio de Nicéia,[1] que há uma só essência[2] divina, que é chamada Deus e verdadeiramente é Deus. E todavia há três pessoas nesta única essência divina, igualmente poderosas, igualmente eternas, Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo, todas três uma única essência divina, eterna, indivisa, infinita, de incomensurável poder, sabedoria e bondade, um só criador e conservador de todas as coisas visíveis e invisíveis. E com a palavra *persona* se entende não uma parte, não uma propriedade em outro, mas aquilo que subsiste por si mesmo, conforme os Pais usaram esse termo nessa questão.[3]

Rejeitam-se, por isso, todas as heresias que são contrárias a esse artigo, como os maniqueus,[4] que afirmaram a existência de dois deuses, um bom e um mau; também os valentinianos,[5] arianos,[6] eunomianos,[7] maometanos[8] e todas as similares, também os samosatenos,[9] os antigos e os novos,[10] que afirmam uma só pessoa e sofismam acerca do Verbo e do Espírito Santo, dizendo não serem pessoas distintas, porém que Verbo significa palavra ou voz física, e que o Espírito Santo é movimento criado em suas criaturas.

ARTIGO 2: DO PECADO ORIGINAL[11]

Ensina-se, outrossim, entre nós que depois da queda de Adão todos os homens naturalmente nascidos[12] são concebidos e nascidos em pecado, isto é, que desde o ventre materno todos estão plenos de concupiscência e inclinação más, e por natureza não podem ter verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé em Deus. Também, que essa inata pestilência e pecado hereditário verdadeiramente é pecado e condena à eterna ira de Deus a quantos não renascem pelo batismo e pelo Espírito Santo.

Condenam-se, além disso, os pelagianos[13] e outros[14] que não consideram pecado ao hereditário, com o que tornam a natureza justa por virtudes naturais, para ignomínia da paixão e do mérito de Cristo.

ARTIGO 3: DO FILHO DE DEUS

Ensina-se, além disso, que Deus Filho se fez homem, nascido da pura[15] Virgem Maria, e que as duas naturezas, a divina e a humana, inseparavelmente unidas em uma única pessoa,[16] são um só Cristo, que é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, que verdadeiramente nasceu, padeceu, foi crucificado, morreu e foi sepultado, a fim de ser oblação não só pelo pecado hereditário, mas ainda por todos os outros pecados, e para aplacar a ira de Deus. Ensina-se, outrossim, que o mesmo Cristo desceu ao inferno, no terceiro dia ressurgiu verdadeiramente dos mortos, subiu ao céu e está sentado à destra de Deus, para dominar eternamente sobre todas as criaturas e governá-las, a fim de santificar, purificar, fortalecer e consolar, pelo Espírito Santo, a quantos nele crêem, dar-lhes também vida e toda sorte de dons e bens, e proteger e defendê-los contra o diabo e o pecado. Também se ensina que o mesmo Cristo Senhor, conforme o *Symbolum Apostolorum*,[17] no fim virá visivelmente, para julgar os vivos e os mortos. etc.

ARTIGO 4: DA JUSTIFICAÇÃO

Ensina-se também que não podemos alcançar remissão do pecado e justiça diante de Deus por mérito, obra e satisfação nossos, porém que recebemos remissão do pecado e nos tornamos justos diante de Deus pela graça, por causa de Cristo, mediante a fé, quando cremos que Cristo padeceu por nós e que por sua causa os pecados nos são perdoados e nos são dadas justiça e vida eterna. Pois Deus quer considerar e atribuir essa fé como justiça diante de si, conforme diz São Paulo em Romanos 3 e 4.[18]

ARTIGO 5: DO OFÍCIO DA PREGAÇÃO[19]

Para conseguirmos essa fé, instituiu Deus o ofício da pregação, dando-nos o evangelho e os sacramentos, pelos quais, como por meios, dá o Espírito Santo, que opera a fé, onde e quando lhe apraz, naqueles que ouvem o evangelho, o qual ensina que temos, pelos méritos de Cristo, não pelos nossos, um Deus gracioso, se o cremos.

Condenam-se os anabatistas e outros que ensinam alcançarmos o Espírito Santo mediante preparação, pensamentos e obras próprias, sem a palavra física do evangelho.[20]

ARTIGO 6: DA NOVA OBEDIÊNCIA

Ensina-se ainda que essa fé deve produzir bons frutos e boas obras, e que, por amor de Deus, se deve praticar toda sorte de boas obras por ele ordenadas,[21] não se devendo, porém, confiar nessas obras, como se por elas se merecesse graça diante de Deus. Pois é pela fé em Cristo que recebemos perdão dos pecados e justiça, como diz o próprio Cristo: “Depois de haverdes feito tudo isso, deveis dizer: Somos servos inúteis.”[22] Assim também ensinam os Pais. Pois Ambrósio diz: “Assim está estabelecido por Deus que aquele que crê em Cristo é

salvo, e tem a remissão dos pecados não por obras, mas pela fé somente, sem mérito".

ARTIGO 7: DA IGREJA

Ensina-se também que sempre haverá e permanecerá uma única santa igreja[23] cristã, que é a congregação[24] de todos os crentes, entre os quais o evangelho é pregado puramente e os santos sacramentos são administrados de acordo com o evangelho.

Porque para a verdadeira unidade da igreja cristã é suficiente que o evangelho seja pregado unanimemente[25] de acordo com a reta compreensão dele e os sacramentos sejam administrados em conformidade com a palavra de Deus. E para a verdadeira unidade da igreja cristã não é necessário que em toda a parte se observem cerimônias uniformes instituídas pelos homens.[26] É como diz Paulo em Efésios 4: "Há somente um corpo e um Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo."[27]

ARTIGO 8: QUE É A IGREJA

Além disso, ainda que a igreja cristã, propriamente falando, outra coisa não é senão a congregação de todos os crentes e santos, todavia, já que nesta vida continuam entre os piedosos muitos falsos cristãos e hipócritas, também, pecadores manifestos, os sacramentos nada obstante são eficazes, embora os sacerdotes que os administram não sejam piedosos. Conforme o próprio Cristo indica: "Na cadeira de Moisés estão sentados os fariseus, etc."[28]

São condenados, por isso, os donatistas[29] e todos os outros que pensam de maneira diversa.

ARTIGO 9: DO BATISMO

Do batismo se ensina que é necessário e que por ele se oferece graça; que também se devem batizar crianças, as quais, pelo batismo, são entregues a Deus e a ele se tornam agradáveis.

Por essa razão se rejeitam os anabatistas, os quais ensinam que o batismo infantil não é correto.

ARTIGO 10: DA SANTA CEIA

Da ceia do Senhor se ensina que o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo estão verdadeiramente presentes na ceia[30] sob[31] a espécie do pão e do vinho[32] e são nela distribuídos e recebidos. Por isso também se rejeita a doutrina contrária.

ARTIGO 11: DA CONFISSÃO

Da confissão se ensina que se deve conservar a *privata absolutio*,[33] não a deixando cair em desuso na igreja, ainda que na confissão é desnecessário enumerar todos os maus feitos e pecados, porque tal nem é possível. Salmo 18: "Quem conhece os delitos?"[34]

ARTIGO 12: DO ARREPENDIMENTO

Do arrependimento se ensina que os que pecaram depois do batismo, recebem perdão dos pecados a qualquer tempo em que cheguem ao arrependimento, não lhes devendo a igreja negar a absolvição. Agora, arrependimento verdadeiro, autêntico, propriamente outra coisa não é que sentir contrição e pesar ou terror por causa do pecado e todavia crer ao mesmo tempo no evangelho e na absolvição, isto é, crer que o pecado foi perdoado e que por Cristo foi obtida a graça, fé essa que volta a consolar e serenar o coração. Deve seguir-se a melhora de vida e o abandono do pecado; pois esses devem ser os frutos do arrependimento, como diz João Mt 3: "Produzi, pois, fruto digno do arrependimento."[35]

Aqui se rejeitam os que ensinam não poderem voltar a cair aqueles que já uma vez se tornaram piedosos.[36]

Condenam-se também os novacianos,[37] que negavam a absolvição aos que haviam pecado depois do batismo.

Rejeitam-se, outrossim, os que não ensinam alcançar-se perdão dos pecados mediante a fé, e sim por nosso satisfazer.

ARTIGO 13: DO USO DOS SACRAMENTOS

Com respeito ao uso dos sacramentos se ensina que foram instituídos não somente para serem sinais por que se possam conhecer exteriormente os cristãos, mas para serem sinais e testemunhos da vontade divina para conosco, com o fim de que por eles se desperte e fortaleça a nossa fé. Essa também a razão por que exigem fé, sendo usados corretamente quando a gente os recebe em fé e com isso fortalece a fé.[38]

ARTIGO 14: DA ORDEM ECLESIÁSTICA[39]

Da ordem eclesiástica se ensina que sem chamado regular,[40] ninguém deve publicamente ensinar ou pregar ou administrar os sacramentos na igreja.

ARTIGO 15: DAS ORDENAÇÕES ECLESIÁSTICAS

Das ordenações eclesiásticas estabelecidas por homens se ensina observar aquelas que possam ser observadas sem pecado e contribuam para a paz e a boa ordem na igreja, como, por exemplo, certos dias santos,[41] festas e coisas semelhantes. Esclarecemos, porém, que não se devem onerar as

consciências com essa coisas, como se fossem necessárias para a salvação. Ensina-se, ademais, que todas as ordenanças e tradições feitas pelo homem com o propósito de por elas reconciliar-se a Deus e merecer graça são contrárias ao evangelho e à doutrina da fé em Cristo. Razão por que votos monásticos e outras tradições concernentes a distinção de alimentos, dias, etc. pelas quais se pensa merecer graça e satisfazer por pecados, são inúteis e contrários ao evangelho.

ARTIGO 16: DA ORDEM POLÍTICA[42] E DO GOVERNO CIVIL

Da ordem política e do governo civil se ensina que toda autoridade no mundo e todos os governos e leis ordenados são ordenações boas, criadas e instituídas por Deus, e que cristãos podem, sem pecado, ocupar o cargo de autoridade, de príncipe e de juiz, proferir sentença e julgar segundo as leis imperiais e outras leis em vigor, punir malfeitores com a espada, fazer guerras justas, combater, comprar e vender, fazer juramentos requeridos,[43] possuir propriedade, casar, etc.

Aqui são condenados os anabatistas, os quais ensinam que nenhuma das coisas supramencionadas é cristã.

Condenam-se, outrossim, aqueles que ensinam ser perfeição cristã abandonar fisicamente casa e lar, mulher e filhos, e renunciar as coisas citadas, quando o fato é que apenas verdadeiro temor de Deus e verdadeira fé constituem a perfeição autêntica. Pois o evangelho não ensina uma forma de vida e justiça exteriores, temporais, senão uma interior e eterna vida e justiça do coração,[44] e não abole o governo civil, a ordem política e o casamento, querendo, ao contrário, que se guarde tudo isso como genuína ordem divina e que cada qual, de acordo com sua vocação, mostre, em tais ordenações, amor cristão e obras verdadeiramente boas. Por isso os cristãos têm o dever de estar sujeitos à autoridade e de obedecer-lhe aos mandamentos e leis em tudo o que não envolva pecado. Porque se não é possível obedecer à ordem da autoridade sem pecar, mais importa obedecer a Deus do que aos homens. Atos 5.[45]

ARTIGO 17: DA VOLTA DE CRISTO PARA O JUÍZO

Também se ensina que nosso Senhor Jesus Cristo voltará no último dia para julgar, e que ressuscitará todos os mortos, dará aos crentes e eleitos vida e alegria eternas, porém condenará os homens ímpios e os demônios ao inferno e castigo eterno.

Rejeitam, por isso, os anabatistas, os quais ensinam que os diabos e os homens condenados não sofrerão dor e tormento eternos.[46]

Aqui se rejeitam, outrossim, algumas doutrinas judaicas que também ao presente se manifestam e segundo as quais antes da ressurreição dos mortos um grupo constituído integralmente de santos e piedosos terá um reino terrestre e aniquilará todos os ímpios.

ARTIGO 18: DO LIVRE ARBÍTRIO

Quanto ao livre arbítrio se ensina que o homem tem até certo ponto livre arbítrio para viver exteriormente de maneira honesta e escolher entre aquelas coisas que a razão compreende. Todavia, sem a graça, o auxílio e a operação do Espírito Santo o homem é incapaz de ser agradável a Deus, temê-lo de coração, ou crer, ou expulsar do coração as más concupiscências inatas. Isso, ao contrário, é feito pelo Espírito Santo, que é dado pela palavra de Deus. Pois Paulo diz em 1 Coríntios 2: "O homem natural nada entende do Espírito de Deus".[47]

E para que se possa reconhecer que nisso não se ensina novidade, eis aí as claras palavras de Agostinho a respeito do livre arbítrio, aqui citadas do livro III do *Hypognosticon*: "Confessamos que em todos os homens há um livre arbítrio, pois todos têm entendimento e razão naturais, inatos. Não no sentido de que sejam capazes de algo no que concerne a Deus, como, por exemplo, amar e temer a Deus de coração. Somente em obras externas desta vida têm liberdade para escolher coisas boas ou más. Por obras boas entendo as de que é capaz a natureza, tais como trabalhar ou não no campo, comer, beber, visitar ou não um amigo, vestir-se ou despir-se, edificar, tomar esposa, dedicar-se a um ofício ou fazer alguma outra coisa proveitosa e boa. Tudo isso, entretanto, não é nem subsiste sem Deus; ao contrário: dele e por ele são todas as coisas. Por outro lado pode o homem também praticar por escolha própria o mal, como, por exemplo, ajoelhar-se diante de um ídolo, cometer homicídio, etc."

ARTIGO 19: DA CAUSA DO PECADO

Com respeito à causa do pecado ensina-se entre nós que, embora o Deus onipotente haja criado a natureza toda e a conserve, todavia é a vontade pervertida que opera o pecado em todos os maus e desprezadores de Deus. Pois esta é a vontade do diabo e de todos os ímpios, a qual, tão logo Deus retraiu a mão, desviou-se de Deus para o mal, conforme diz Cristo Jo 8: "Quando o diabo profere a mentira, fala do que lhe é próprio."[48]

ARTIGO 20: DA FÉ E DAS BOAS OBRAS

Os nossos são acusados falsamente de proibirem boas obras. Pois os seus escritos sobre os Dez Mandamentos bem como outros escritos[49] provam que deram bom e útil ensino e admoestação a respeito de estados e obras cristãos verdadeiros, de que pouco se ensinou antes de nosso tempo. Insistia-se, ao contrário, em todos os sermões principalmente em obras pueris e desnecessárias, tais como rosários, culto de santos, vida monástica, romarias, jejuns e dias santos prescritos, confrarias, etc. Também o nosso oponente já não exalta essas obras desnecessárias tanto quanto antigamente. Além disso, também aprenderam a falar agora da fé, sobre a qual nada pregaram em tempos anteriores. Agora, contudo, ensinam que não nos tornamos justos diante de Deus unicamente por obras, mas acrescentam a fé em Cristo, e dizem que a fé e as obras nos tornam justos diante de Deus. Essa doutrina pode trazer um pouco mais consolo do que quando apenas se ensina confiar em obras.

Visto, pois, que a doutrina da fé, que é o artigo principal no cristianismo, foi negligenciada por tempo tão longo, como é forçoso confessar, havendo-se pregado apenas doutrina de obras por toda a parte, os nossos deram a seguinte instrução a respeito:

Em primeiro lugar, que nossas obras não nos podem reconciliar com Deus e obter graça; isso, ao contrário, sucede apenas pela fé, quando cremos que os pecados nos são perdoados por amor de Cristo, o qual, ele só, é o mediador que pode reconciliar o Pai.[50] Agora, quem pensa realizar isso mediante obras e imagina merecer a graça, esse despreza a Cristo e procura seu próprio caminho a Deus, contrariamente ao evangelho.

Essa doutrina respeito à fé é tratada aberta e claramente por Paulo em muitas passagens, de modo especial em Efésios 2: "Pela graça fostes salvos, mediante a fé; e isso não vem de vós, porém é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie, etc."[51]

E que aqui não se introduziu interpretação nova é coisa que se pode provar com Agostinho, que trata essa questão diligentemente e também ensina assim, a saber, que alcançamos a graça e nos tornamos justos diante de Deus por intermédio da fé em Cristo e não por obras, conforme mostra todo o seu livro *De spiritu et litera*.

Conquanto essa doutrina seja muito desprezada entre pessoas não experimentadas, verifica-se, todavia, que é muito consoladora e salutar para as consciências tímidas a apavoradas. Porque a consciência não pode alcançar descanso e paz mediante obras, porém somente pela fé, quando chega à segura conclusão pessoal de que por amor de Cristo possui um Deus gracioso, conforme também diz Paulo Rm 5: "Justificados mediante a fé, temos descanso e paz com Deus".[52]

Em sermões de outrora não se promoveu esse consolo, porém se impeliram as pobres consciências para as próprias obras, e se empreenderam diversas espécies de obras. A alguns a consciência impeliu para os mosteiros, na esperança de que lá poderiam granjear graça mediante vida monástica. Alguns excogitaram outras obras com o propósito de merecer graça e satisfazer por pecados. A experiência de muitos deles foi não haverem alcançado a paz mediante essas coisas. Razão por que foi necessário pregar essa doutrina da fé em Cristo e dela tratar diligentemente, a fim de que se soubesse que é somente pela fé, sem mérito, que se apreende a graça de Deus.

Dá-se, outrossim, instrução para mostrar que aqui não se fala da fé possuída também pelos demônios e os ímpios, os quais também crêem os relatos[53] que contam haver Cristo padecido e que ressuscitou de entre os mortos; fala-se, ao contrário, da fé verdadeira, que crê alcançarmos por Cristo a graça e a remissão dos pecados.

Aquele que sabe que por Cristo possui um Deus gracioso, esse conhece a Deus, o invoca, e não está sem Deus, como os gentios. Porque demônios e ímpios não crêem nesse artigo da remissão dos pecados. Por isso é que são inimigos de Deus, não o podem invocar, e nada de bom podem esperar dele. A Escritura fala sobre a fé no sentido que acabamos de indicar, e não entende por fé um conhecimento que demônios e homens ímpios têm. Pois em Hebreus 11

ensina-se, com respeito à fé, que crer não é apenas conhecer a história, mas ter confiança em Deus e receber sua promessa.[54] E Agostinho também nos lembra que devemos entender a palavra "fé", na Escritura, como significando confiança em Deus de que nos é clemente, não apenas conhecer tais notícias históricas que também os demônios conhecem.[55]

Ensina-se, ademais, que boas obras devem e têm de ser feitas,[56] não para que nelas se confie a fim de merecer graça, mas por amor de Deus e em seu louvor. Sempre é a fé somente que apreende a graça e o perdão dos pecados. E visto que pela fé é dado o Espírito Santo, o coração também se torna apto para praticar boas obras. Porque antes, enquanto está sem o Espírito Santo, é demasiadamente fraco. Além disso, está no poder do diabo, que impele a pobre natureza humana a muitos pecados, como vemos nos filósofos que se lançaram à empresa de viver vida honesta e irrepreensível e contudo não conseguiram realizá-lo, porém caíram em muitos pecados graves e manifestos. É o que acontece ao homem quando está sem a fé verdadeira e sem o Espírito Santo e se governa apenas pela própria força humana.

Por isso não se deve fazer a essa doutrina concernente à fé a censura de que proíbe boas obras; antes de ser louvada por ensinar que se façam boas obras[57] e oferecer auxílio quanto a como se possa chegar a praticá-las. Pois que sem a fé e sem Cristo a natureza e capacidade humanas são por demais frágeis para praticar boas obras, invocar a Deus, ter paciência no sofrimento, amar o próximo, exercer com diligência ofícios ordenados, ser obediente, evitar maus desejos, etc. Tais obras elevadas e autênticas não podem ser feitas sem o auxílio de Cristo, conforme ele mesmo diz em Jo 15: "Sem mim nada podeis fazer."[58]

ARTIGO 21: DO CULTO AOS SANTOS

Do culto aos santos os nossos ensinam que devemos lembrar-nos deles, para fortalecer a nossa fé ao vermos como receberam graça e foram ajudados pela fé; e, além disso, a fim de que tomemos exemplo de suas boas obras, cada qual de acordo com sua vocação, assim como Sua Majestade Imperial pode seguir, salutar e piedosamente, o exemplo de Davi, fazendo guerra ao turco;[59] pois ambos estão investidos em ofício real, que exige protejam e defendam os seus súditos. Entretanto, não se pode provar pela Escritura que se devem invocar os santos ou procurar auxílio junto a eles. "Porquanto há um só reconciliador e mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo," 1 Tm 2,[60] o qual é o único Salvador, o único Sumo Sacerdote, Propiciatório e Advogado diante de Deus Rm 8.[61] E somente ele prometeu que quer atender a nossa prece. E buscar e invocar de coração a esse Jesus Cristo em todas as necessidades e preocupações também é o culto divino mais elevado segundo a Escritura: "Se alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo, etc."[62]

Esta[63] é, aproximadamente,[64] a suma da doutrina que é pregada e ensinada em nossas igrejas, para correta instrução cristã e consolo das consciências, e para melhora dos crentes. Pois que de modo nenhum vamos querer pôr as nossas próprias almas e consciências diante de Deus no mais sério,

no maior dos perigos, mediante abuso do nome ou da palavra de Deus, nem deixar ou herdar aos nossos filhos e descendentes doutrina diversa da que concorda com a palavra pura, divina, e com a verdade cristã. Visto, pois, que essa doutrina se fundamenta claramente na Sagrada Escritura, e além disso não é contrária nem se opõe à igreja cristã universal, e, na verdade, tampouco à Igreja Romana,[65] quanto se pode coligir dos escritos dos Pais,[66] pensamos também que os nossos oponentes não podem estar em desacordo conosco nos artigos acima indicados. Agem, por isso, de maneira totalmente inamistosa, precipitada e contrariamente a toda unidade e amor cristãos aqueles que por essa razão empreendem, sem qualquer fundamento sólido em preceito ou Escritura divina, separar, rejeitar e evitar os nossos como hereges. Porque o distúrbio[67] e a dissensão dizem respeito precipuamente a algumas tradições e abusos. Portanto, já que nos artigos principais não há ausência de fundamento ou defeito perceptíveis,[68] e sendo esta nossa confissão divina e cristã, deveriam os bispos, justiçosamente, mostrar-se mais brandos, ainda que falha houvesse entre nós com respeito à tradição, muito embora esperemos apresentar sólido fundamento e causa quanto à razão por que entre nós houve mudança relativamente a algumas tradições e abusos.

Artigos sobre os quais há divergências e em que se recenseiam os abusos que foram corrigidos

Visto, pois, que em nossas igrejas nada[69] se ensina sobre os artigos da fé que seja contrário à Sagrada Escritura ou à igreja cristã universal,[70] havendo-se apenas corrigido alguns abusos, que, em parte, se introduziram por si mesmos com o correr do tempo, e em parte foram estabelecidos à força, vemo-nos obrigados a recenseá-los e a indicar a razão por que nestes casos se admitiu modificação, a fim de que a Majestade Imperial possa ver que não se procedeu aqui de maneira não-cristã ou petulante,[71] porém que fomos compelidos a permitir tal modificação pelo mandamento de Deus, que com justiça se há de respeitar mais do que qualquer costume.

ARTIGO 22: DAS DUAS ESPÉCIES DO SACRAMENTO

Aos leigos são dadas entre nós ambas as espécies do sacramento, porque é clara ordem e mandamento de Cristo Mt 26:[72] “Bebei dele todos.” Cristo aí ordena com palavras claras, a respeito do cálice, que todos bebam dele.

E para que ninguém pudesse questionar essas palavras e glosá-las como se[73] pertencesse somente aos sacerdotes, Paulo[74] mostra, em 1 Co 11, que toda a assembléia da igreja corintíaca usou de ambas as espécies. E esse uso continuou por longo tempo na igreja, conforme se pode provar com a história e os escritos dos Pais.[75] Cipriano[76] menciona em muitos lugares que naquele tempo se dava o cálice aos leigos. E São Jerônimo diz que os sacerdotes que administram o sacramento distribuem ao povo o sangue de Cristo.[77] O próprio Papa Gelásio ordena que não se divida o sacramento *Distinct . 2 . De consecratione cap.*

Comperimus.[78] Também não se encontra em parte nenhuma[79] um cânone que ordene se receba apenas uma das espécies. E ninguém pode saber quando ou por quem foi introduzido esse costume de receber uma só espécie, ainda que o Cardeal Cusano menciona o tempo em que esse uso teria sido aprovado. Agora, é manifesto que tal costume, introduzido contrariamente ao preceito de Deus, bem como contrariamente aos cânones antigos, é incorreto. Razão por que foi impróprio onerar as consciências daqueles que desejaram fazer uso do santo sacramento de acordo com a instituição de Cristo, e coagi-los a procederem contrariamente à ordenação de Cristo Senhor nosso. E visto ser a divisão do sacramento contrária à instituição de Cristo, omite-se também entre nós a costumeira procissão com o sacramento.[80]

ARTIGO 23: DO MATRIMÔNIO DOS SACERDOTES

Houve no mundo entre todos, quer de alto, quer de baixo estado, magna e poderosa queixa a respeito de grande incontinência e procedimento e vida dissolutos dos sacerdotes que não foram capazes de se manterem continentes, e, na verdade, se alcançara o auge com tais vícios terríveis. Para evitar tanto escândalo feio e grande, adultério e outra impudicícia, alguns sacerdotes entre nós entraram no estado matrimonial. Com razão indicam que a isso foram impelidos e movidos por grande aflição de suas consciências, à vista do fato de a Escritura testemunhar claramente que o estado matrimonial foi instituído pelo Senhor Deus para evitar impureza, como diz Paulo: "Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa."[81] Também: "É melhor casar do que viver abrasado."[82] E Cristo, ao dizer, em Mt 19: "Nem todos captam essa palavra",[83] indica, ele que bem sabia qual a situação do homem, que poucas pessoas têm o dom da castidade. "Pois Deus criou o ser humano como homem e mulher" Gênesis 1.[84] Se está ou não no poder ou capacidade do homem melhorar ou modificar, sem especial dom e graça de Deus, por resolução ou voto próprios, a criação de Deus, a excelsa Majestade, decidiu-o muito claramente a experiência. Qual o bem, que vida honrosa e casta, que conduta cristã, honesta ou íntegra daí resultou no caso de muitos, quão terrível e pavoroso desassossego e tormento de consciência muitos tiveram no fim da vida por causa disso, é coisa manifesta, e muitos dentre eles o confessaram pessoalmente. Como, pois, a palavra e o mandamento de Deus não podem ser alterados por nenhum voto ou lei humanos, por essas e outras razões e causas os sacerdotes e outros clérigos casaram.

Também se pode provar com a história e os escritos dos Pais que na igreja cristã antiga houve o costume de os sacerdotes e diáconos casarem.[85] Diz Paulo, em vista disso 1 Tm 3: "É necessário, portanto, que o bispo seja irrepreensível, esposo de uma só mulher".[86] E faz apenas quatrocentos anos que na Alemanha os sacerdotes foram compelidos à força a deixarem o matrimônio e fazerem voto de castidade. Todos se opuseram a isso com tamanha seriedade e rijeza, que um arcebispo de Mogúncia, o qual publicara o novo edito papal a respeito, quase foi morto no tumulto de uma revolta de todo o corpo sacerdotal.[87] E aquela proibição logo no começo foi efetivada com tanta rapidez e impropriedade, que o papa, ao

tempo, não só proibiu o matrimônio de sacerdotes para o futuro, mas ainda rompeu o casamento daqueles que havia muito já estavam nesse estado, o que não é apenas contrário a todo direito, divino, natural e civil, mas também inteiramente oposto e contrário aos cânones estabelecidos pelos próprios papas, bem como aos mais renomados concílios.[88]

Também se tem ouvido freqüentes vezes muitas pessoas eminentes, devotas e sensatas expressarem opiniões e receios similares: que tal celibato obrigatório e privação do matrimônio, que o próprio Deus instituiu e deixou livre ao homem, nunca produziu qualquer bem, mas introduziu muitos vícios grandes e malignos e muitas maldades. Até um dos papas, Pio II, conforme mostra sua biografia, muitas vezes disse - e permitiu que lhe fossem atribuídas - estas palavras: que pode haver algumas razões por que seja o matrimônio proibido aos clérigos; mas que havia razões muito mais elevadas, muito maiores e muito mais importantes por que novamente se lhes devia deixar livre o matrimônio.[89] Sem dúvida nenhuma, o Papa Pio, como homem ajuizado e sábio, falou essa palavra por causa de grave receio.[90]

Queremos, por isso, em submissão à Majestade Imperial, confiar que Sua Majestade, como imperador cristão, digno de alto louvor, graciosamente levará em conta que ao presente, nesses últimos tempos e dias, de que faz menção a Escritura, o mundo se tornará cada vez pior e os homens sempre mais infirmes e frágeis.

Por isso é muito necessário, útil e cristão fazer esse exame cuidadoso, a fim de não suceder que, proibido o casamento, se alastrem piores e mais vergonhosas impudicícias e vícios nas terras germânicas. Pois que sem dúvida ninguém será capaz de alterar ou fazer essas coisas mais sabiamente ou melhor que o próprio Deus, que instituiu o matrimônio, para socorrer a fragilidade humana e prevenir a impureza.

Assim também os antigos cânones dizem que de vez em quando se deve abrandar e relaxar a severidade e o *rigor*,[91] por causa da fragilidade humana e a fim de acautelar e atalhar coisas piores.

Ora, tal sem dúvida seria cristão e mui necessário também no caso presente. E que prejuízo poderia trazer para a igreja cristã universal o matrimônio dos sacerdotes e do clero, especialmente o dos pastores e de outros que devem servir a igreja ? A continuar por mais tempo essa dura proibição do matrimônio, provavelmente haverá falta de sacerdotes e pastores no futuro.

Estando, pois, fundamentado na palavra e no mandamento de Deus isso de os sacerdotes e clérigos poderem casar, e provando a história, além disso, que os sacerdotes casavam, e havendo o voto de castidade produzido número tão elevado de feios e incristãos[92] escândalos, tanto adultério, tão horrível e inaudita imoralidade e vícios hediondos, que até alguns homens honestos de entre os cônegos,[93] bem como alguns cortesões[94] de Roma, muitas vezes reconheceram o fato e lastimosamente alegaram que tais vícios *in clero*,[95] por horrendos e desmedidos, haveriam de suscitar a ira de Deus, é deplorável que o matrimônio cristão não só tenha sido proibido, mas que em alguns lugares se haja tido o atrevimento de castigá-lo sem demora, como se fosse grande maldade, não

obstante haver Deus ordenado na Sagrada Escritura que se tenha em toda a honra o estado matrimonial. Da mesma forma é o matrimônio grandemente exaltado no direito imperial e em todas as monarquias em que houver leis e direito. Só[96] em nosso tempo é que se começa a martirizar as pessoas, apesar de inocentes, apenas por causa de casamento, e acresce que se faz isso com sacerdotes, que deveriam ser poupados acima de outros. E isto sucede não só contrariamente ao direito divino, mas ainda em oposição aos cânones. Paulo apóstolo 1 Tm 4 chama às doutrinas que proíbem o casamento ensino de demônios.[97] Assim o mesmo Cristo diz Jo 8 que o diabo é homicida desde o princípio.[98] Bem concordam as duas sentenças, por forma que realmente devem ser ensinos de demônios proibir o casamento e atrever-se a manter semelhante doutrina com derramamento de sangue.

Todavia, assim como nenhuma lei humana pode abrir ou modificar o mandamento de Deus, da mesma forma também nenhum voto pode alterar o preceito divino. Essa também a razão de São Cipriano aconselhar deverem casar as mulheres que não guardam a castidade jurada, e diz *epist.* 11 assim: "Se, porém, não querem ou não podem guardar a castidade, é melhor que casem do que caírem no fogo por sua volúpia. E devem acautelar-se bem para não causarem nenhum escândalo aos irmãos e irmãs.[99]

Ademais, todos os cânones mostram grande leniência e eqüidade para com aqueles que fizeram voto quando jovens. E foi na mocidade que a maioria dos sacerdotes e monges acabou nesse estado, por ignorância.

ARTIGO 24: DA MISSA

Injustamente são ao nossos acusados de haverem abolido a missa. Pois é manifesto, sem jactância, que a missa entre nós é celebrada com maior devoção e seriedade que entre os adversários. E as pessoas também são instruídas muitas vezes e com o máximo zelo sobre o santo sacramento, para que foi instituído e como deve ser usado, a saber, a fim de com ele consolar as consciências atemorizadas, através do que o povo é atraído para a comunhão e missa. Ao mesmo tempo também se dá instrução contra outras, errôneas doutrinas concernentes ao sacramento. Não houve, outrossim, modificação notável nas cerimônias públicas da missa, à exceção do fato de em alguns lugares se cantarem hinos alemães além dos latinos, para instruir e exercitar o povo, já que a finalidade principal de todas as cerimônias é que o povo delas aprenda o que lhe é necessário saber de Cristo.

Antes de nosso tempo, entretanto, a missa foi mal-usada de diversas maneiras, como é notório, de tal sorte, que foi transformada em feira, havendo sido comprada e vendida, e, na maior parte, celebrada em todas as igrejas por causa do dinheiro. Homens eruditos e piedosos censuraram esse abuso repetidas vezes, mesmo antes de nosso tempo. Depois que os pregadores entre nós pronunciaram sermões a esse respeito e os sacerdotes foram advertidos da terrível ameaça[100] que deve com justiça[101] mover a todo cristão, a saber, que é réu do corpo e do sangue de Cristo quem usar o sacramento indignamente,[102] depois

disso essas missas comerciais e missas particulares,[103] que até aqui haviam sido celebradas compulsoriamente por causa do dinheiro e das prebendas,[104] foram abolidas em nossas igrejas.

Ao mesmo tempo foi censurado o terrível erro de se haver ensinado que Cristo, Senhor nosso, mediante a sua morte satisfez apenas pelo pecado original e que instituiu a missa como sacrifício pelos outros pecados, tendo-se, assim, transformado a missa em sacrifício pelos vivos e pelos mortos, sacrifício pelo qual se tirem pecados e se reconcilie a Deus. Disso, ademais, resultou haver-se discutido se uma missa rezada por muitos merecia tanto como dizer missas especiais para indivíduos. Daí é que veio a grande, inumerável multiplicidade de missas, de forma tal, que se quis com essa obra alcançar junto a Deus tudo quanto se precisava. Entrementes, a fé em Cristo e o culto verdadeiro ficaram esquecidos.

Houve, por isso, instrução a respeito, como sem dúvida o exigia a necessidade, para que se soubesse qual a maneira acertada de usar o sacramento. Em primeiro lugar, a Escritura mostra, em muitos lugares, que pelo pecado original e por outros pecados nenhum sacrifício há senão a só morte de Cristo. Pois está escrito *ad Hebraeos*[105] que Cristo se ofereceu uma única vez, satisfazendo com esse sacrifício por todos os pecados.[106] É novidade de todo inaudita na doutrina eclesiástica isso de que a morte de Cristo haja satisfeito somente pelo pecado hereditário e não também por outros pecados. É de se esperar, por isso, compreendam todos[107] que esse erro não foi censurado injustamente.

Em segundo lugar, São Paulo ensina que alcançamos graça diante de Deus pela fé, não por obras. Manifestamente contrário a isso é o abuso da missa de pensar que se obtém graça mediante essa obra. E é sabido que se usa a missa a fim de por ela remover pecados, bem como para conseguir de Deus graça e toda sorte de bens, não apenas o sacerdote para si mesmo, porém ainda pelo mundo inteiro e por outros, vivos e mortos.

Em terceiro lugar, o santo sacramento foi instituído não para com ele estabelecer um sacrifício pelo pecado - pois o sacrifício já sucedeu anteriormente - , mas a fim de que por ele se nos desperte a fé e se consolem as consciências, as quais pelo sacramento percebem que Cristo lhes promete a graça e a remissão dos pecados. Razão por que esse sacramento requer fé, sendo em vão seu uso sem fé.

Visto, pois, que a missa não é sacrifício para tirar os pecados de outros, vivos ou mortos, devendo, ao contrário, ser comunhão em que o sacerdote e outros recebem o sacramento para si mesmos, observa-se entre nós o costume de celebrar missa em dias santos, e, havendo comungantes, em outros dias; e aqueles que o desejam são comungados. De sorte que entre nós a missa é preservada em seu uso correto, tal como foi observada na igreja em outros tempos, conforme se pode provar com São Paulo 1 Co 11.[108] e além disso pelos escritos de muitos Pais. Crisóstomo informa como o sacerdote, diariamente, fica em pé e convida uns à comunhão e a outros proíbe que se aproximem. Também indicam os cânones antigos que um oficiava e comungava os outros sacerdotes e diáconos. Pois assim rezam as palavras no cânone niceno: Os diáconos, de

acordo com sua ordem, devem receber o sacramento depois dos sacerdotes, das mãos do bispo ou do sacerdote.[109]

Já que nisso não se introduziu, por conseguinte, nenhuma coisa nova, que não haja existido na igreja desde tempos antigos, e visto que também não houve modificação notável nas cerimônias públicas da missa, excetuado o fato de as outras missas, desnecessárias, rezadas, talvez[110] por abuso, a de mais da missa paroquial,[111] foram eliminadas, não se deve, por justiça, condenar como herética e não-cristã essa maneira de celebrar missa. Pois em tempos passados, também nas igrejas grandes, onde havia gente, não se rezava missa diariamente , nem mesmo nos dias em que o povo se reunia. Conforme indica a *Tripartita Histria lib. 9,*[112] em Alexandria, às quartas e sextas-feiras, era lida e interpretada a Escritura, e realizavam-se os demais atos de culto sem a celebração da missa.

ARTIGO 25: DA CONFISSÃO

Os nossos pregadores não aboliram a confissão. Pois conserva-se entre nós o costume de não dar o sacramento àqueles que não foram previamente examinados e absolvidos. Ao mesmo tempo se instrui diligentemente o povo sobre o quanto é consoladora a palavra da absolvição e em quão elevada estima se deve ter a absolvição. Pois que não é voz ou palavra do homem que a pronuncia,[113] senão palavra de Deus, o qual perdoa os pecados. Por que é pronunciada em lugar de Deus e por ordem de Deus. No tocante a essa ordem e poder das chaves ensina-se, com grande diligência, quanto é consoladora e necessária para as consciências aterrorizadas. Ensina-se, além disso, como Deus Exige que creiamos nessa absolvição, não menos do que se a voz de Deus soasse do céu, e que alegremente nos devemos consolar da absolvição e saber que por essa fé alcançamos a remissão dos pecados. Em tempos passados os pregadores, que ensinavam muito a respeito da confissão, não mencionaram sequer uma palavrinha concernente a esses pontos necessários, porém apenas martirizaram as consciências com longa enumeração de pecados, com satisfações, indulgências, romarias e coisas semelhantes. E muitos de nossos oponentes confessam eles mesmos que escrevemos e tratamos do verdadeiro arrependimento cristão mais apropriadamente do que se fez, anteriormente, por longo tempo.

E da confissão se ensina assim: que ninguém deve ser constrangido a contar os pecados designadamente.[114] Porque isso é impossível, conforme diz o Salmo: “Quem conhece os delitos?”[115] E Jeremias diz: “Tão maligno é o coração do homem, que não há penetrar-lhe os segredos.”[116] A mísera natureza humana está engolfada tão profundamente em pecados, que é incapaz de ver ou conhecer a todos, e se fôssemos absolvidos apenas daqueles que podemos enumerar, pouco nos ajudaria isso. Razão por que é desnecessário constranger as pessoas a contarem os pecados nomeando-os expressamente. Assim também pensaram os Pais, como se vê em *Dist. I de poenitentia,* onde são citadas estas palavras de Crisóstomo: “Não digo que te exponhas publicamente, nem que a ti mesmo denuncies ou declares culpado junto a outrem, mas obedece ao profeta, que diz:

"Revela ao Senhor os teus caminhos."[117] Por isso, além de tua oração, confessa-te ao Senhor Deus, o verdadeiro juiz: não diga os teus pecados com a língua, mas em tua consciência."[118] Aqui se vê claramente que Crisóstomo não obriga a uma enumeração especificada dos pecados. Também a *Glossa in Decretis, de poenitentia, Dist. 5* ensina que a confissão não é ordenada pela Escritura, porém que foi instituída pela igreja.[119] Os nossos pregadores, todavia, ensinam diligentemente que a confissão deve ser conservada por causa da absolvição - que é sua parte principal e mais importante - , para consolo das consciências aterrorizadas, e ainda por algumas outras razões.[120]

ARTIGO 26: DA DISTINÇÃO DE COMIDAS

Em tempos anteriores ensinou-se, pregou-se e escreveu-se que diferença de comidas e tradições semelhantes instituídas por homens servem para merecer graça e satisfazer pelos pecados.[121] Por essa razão se excogitaram diariamente novos jejuns, novas cerimônias, novas ordens e coisas semelhantes, e nisso se insistiu com veemência e energia, como se tais coisas fossem culto divino necessário pelo qual se merecesse graça se a gente o observasse e como se sua inobservância constituísse grande pecado. Disso resultaram muitos erros perniciosos na igreja.

Em primeiro lugar, com isso se obscurecem a graça de Cristo e a doutrina da fé, que o evangelho põe diante de nós com grande seriedade, insistindo vigorosamente que se considere o mérito de Cristo como algo de grande e precioso e se saiba que a fé em Cristo deve ser posta muito acima de todas as obras. Por isso São Paulo batalhou com veemência contra a lei de Moisés e as tradições humanas, para aprendermos que diante de Deus não nos tornamos piedosos mediante as nossas obras, porém somente pela fé em Cristo, que alcançamos a graça por amor de Cristo. Essa doutrina extinguiu-se quase que por completo com isso de se haver ensinado a merecer graça por jejuns prescritos, distinção de manjares, vestimenta, etc.

Em segundo lugar, tais tradições também obscureceram os mandamentos de Deus, pois foram colocadas muito acima dos preceitos divinos. Só se considerava vida cristã isto: observar as festas dessa maneira, rezar dessa maneira, jejuar dessa maneira, vestir-se dessa maneira. A isso é que se chamava vida espiritual, cristã. Ao mesmo passo, outras obras necessárias e boas eram consideradas coisa mundana, não-espiritual, a saber, aquelas que cada qual deve fazer de acordo com sua vocação, como, por exemplo, que o chefe de família trabalhe para sustentar mulher e filhos e criá-los no temor de Deus, que a mãe de família dê a luz filhos e zele por eles, que um príncipe e magistrado governe o país e o povo, etc. Tais obras, ordenadas por Deus, cumpria tê-las na conta de coisa secular e imperfeita. As tradições, porém, tinham de ter o esplêndido nome de serem as únicas obras santas e perfeitas. Razão por que não havia limite nem fim quanto à feitura de tais tradições.

Em terceiro lugar, essas tradições se tornaram grande peso para as consciências. Porque não era possível guardá-las todas, e o povo todavia pensava que isso era culto divino necessário. Escreve Gérson que muitos caíram em

desespero com isso e alguns até cometeram suicídio por não terem ouvido nenhum consolo da graça de Cristo. Vê-se nos sumistas e teólogos como as consciências eram confundidas. Meteram eles ombro à tarefa de coligir as tradições e procuraram atenuantes para auxiliar as consciências. Tanto se ocuparam com isso, que entrementes ficaram negligenciados todos os salutares ensinamentos cristãos a respeito de coisas mais necessárias, como, por exemplo, a fé, o consolo em tentações severas, e coisas semelhantes. Também grande número de pessoas piedosas e eruditas antes de nosso tempo queixaram-se muito de que tais tradições causavam muita contenda na igreja e de que pessoas devotas eram impedidas com isso de chegarem ao verdadeiro conhecimento de Cristo. Gérson e alguns outros fizeram queixa veemente a esse respeito. Na verdade, também desagradou a Agostinho o fato de as consciências haverem sido oneradas com tantas tradições. Razão por que no assunto dá instrução no sentido de que não se devem considerá-las coisas necessárias.

Os nossos, por isso, não ensinaram acerca dessas coisas por petulância ou desprezo da autoridade espiritual: foi, isto sim, a grande necessidade que exigiu dessem instrução concernente aos erros supramencionados, que surgiram de inteligência errônea da tradição. Porque o evangelho obriga a urgir na igreja a doutrina da fé, a qual, todavia, não pode ser entendida quando se pensa merecer graça por obras de própria escolha.

Ensina-se a esse respeito que pela observância das mencionadas tradições humanas não se pode merecer graça, ou reconciliar a Deus, ou satisfazer pelo pecado. E por isso não se deve fazer delas culto divino necessário. Para tanto citamos razões da Escritura. Em Mt 15[122] Cristo escusa os apóstolos quando não observaram tradições costumeiras, e diz: “Em vão me adoram com preceitos humanos.”[123] Ora, se a isso chama de culto vão, não pode ser necessário. E logo em seguida: “Não é o que entra pela boca o que contamina o homem.”[124] Paulo também diz Rm 14: “O reino de Deus não é comida nem bebida.” [125] Cl 2: “Ninguém vos julgue por causa de comida, bebida, sábados, etc.”[126] Diz Pedro em Atos 15: “Por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós? Mas cremos que seremos salvos pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como também aqueles o foram.”[127] Aqui Pedro proíbe onerar as consciências com mais cerimônias externas, sejam de Moisés, sejam de outro. E em 1 Tm 4 interdições tais como proibir comidas, proibir o casamento, etc. são chamadas doutrinas de demônios.[128] Pois é diametralmente oposto ao evangelho instruir ou fazer semelhantes obras com o fim de por elas merecer perdão dos pecados ou por pensar que ninguém pode ser cristão em tal culto.

Agora, quanto ao fato de aqui os nossos serem acusados de proibir mortificação e disciplina, como fez Joviniano,[129] colher-se-á coisa bem diversa dos escritos deles. Pois com respeito à santa cruz sempre ensinaram que os cristãos devem sofrer, e isto é mortificação verdadeira, séria, que não inventada.

Ensinam, além disso, que cada um deve haver-se de tal maneira com exercício corporal, como jejum e outros labores, que não dê ocasião ao pecado, não para merecer graça com tais obras. Esse exercício corporal não deve ser

praticado apenas em alguns dias determinados, mas continuamente. Cristo fala disso em Lc 21: “Acautelai-vos por vós mesmos, para que nunca vos suceda que os vossos corações fiquem sobrecarregados com as conseqüências da orgia”.[130] Também: “Essa casta de demônios não pode ser expulsa senão por meio de jejum e oração.”[131] E Paulo diz que esmurra o seu corpo e o reduz à obediência.[132] Com isso indica que a mortificação não deve servir para a finalidade de com ela merecermos graça, mas para manter o corpo idôneo, a fim de que não impeça o que a cada qual é ordenado fazer segundo a sua vocação. De sorte que não se condena o jejum, mas isso de se haver feito dele um culto necessário, com dias e comidas determinados, para confusão das consciências.

Também se guardam entre nós muitas cerimônias e tradições, como a ordem da missa e outros cânticos, festas, etc., que servem para manter ordem na igreja. Ao mesmo tempo, todavia, ensina-se ao povo que esse culto divino externo não torna justo diante de Deus e que se deve observá-lo sem onerar a consciência, por forma que, se for omitido sem causar escândalo, não há nisso pecado. Essa liberdade em cerimônias exteriores também foi mantida pelos Pais antigos. Pois no Oriente a Páscoa era celebrada em época diversa da de Roma. E como alguns quisessem considerar essa diversidade como cisma na igreja, foram admoestado por outros de que não era necessário observar uniformidade em tais costumes. Ireneu diz o seguinte: “Diferença no jejum não rompe a unidade da fé.”[133] Também na *Dist. 12* está escrito, no tocante a essa dessemelhança em ordenações humanas, que ela não contraria a unidade da cristandade. E a *Tripartita Hist. lib. 9* colige muitos usos eclesiásticos desiguais e inclui uma proveitosa sentença cristã: “Não foi intenção dos apóstolos instituir dias santos, mas ensinar fé e amor.”[134]

ARTIGO 27: DOS VOTOS MONÁSTICOS

Para falar dos votos monásticos é preciso que lembremos em primeiro lugar como se procedeu a esse respeito até agora, que espécie de vida houve nos mosteiros, e que muitas coisas se fizeram neles todos os dias não só contrariamente à palavra de Deus, mas também ao direito papal. Nos tempos de Santo Agostinho as ordens monásticas eram livres. Depois, quando se corromperam a verdadeira disciplina e doutrina, inventaram-se votos monásticos, e por meio deles se tentou restaurar a disciplina, como que por cárcere planejado.

Além disso, adicionou-se aos votos monásticos grande número de outras coisas, e com tais cadeias e gravames foram carregados muitos, também antes da idade apropriada.

Aconteceu outrossim que muitas pessoas chegaram à vida monacal por ignorância. Ainda que não eram demasiadamente jovens, todavia não mediram nem entenderam suficientemente sua capacidade. Todos esses, enredados e envolvidos dessa maneira, eram obrigados e compelidos a permanecer nessas cadeias, não obstante o próprio direito papal conceder liberdade a muitos deles. E isso foi mais duro em conventos de freiras do que nos de frades, quando teria sido conveniente poupar as mulheres, como o sexo frágil. Esse rigor e dureza também desagradaram em tempos anteriores a muitas pessoas piedosas, pois certamente

viam que meninos e meninas eram metidos em mosteiros para fins de subsistência material. Por certo viram, outrossim, quão mau foi o resultado dessa empresa, que escândalos e opressão de consciências trouxe. E muitas pessoa se queixaram do fato de em tão perigoso assunto os cânones haverem sido de todo negligenciados. Houve, além disso, opinião tal sobre os votos monásticos, que, como é manifesto, desagradou também a muitos monges de algum entendimento.

Alegavam que votos monásticos eram iguais ao batismo e que pela vida monástica se mereciam remissão dos pecados e justificação diante de Deus.[135] Na verdade, acrescentavam ainda que pela vida monástica se merecia não só justiça e santidade, mas também que por essa vida se cumpriam os preceitos e os conselhos incluídos no evangelho, de modo que se exaltavam os votos monásticos mais do que o batismo. Afirmava-se, outrossim, que se merece mais com a vida monástica do que com todos os outros estados de vida que Deus ordenou, como o de pastor e pregador, o de governante, príncipe, senhor e similares, os quais todos servem a sua vocação, de acordo com o mandamento, a palavra e a ordem de Deus, sem espiritualidade fictícia. Nenhum desses pontos pode ser negado, pois que se encontram em seus próprios livros.

Ademais, quem era assim enredado e acabava no mosteiro, pouco aprendia sobre Cristo. Antigamente havia nos mosteiros escolas de Letras Sagradas e de outras disciplinas úteis à igreja cristã, de sorte que dos mosteiros se tomavam pastores e bispos. Agora, porém, a coisa é muito diferente. Em tempos passados congregavam-se em vida monacal para estudar a Escritura; agora alegam que o monacato é de natureza tal, que por ele se merecem a graça de Deus e a justiça diante dele. Na verdade, consideram-no estado de perfeição e o põem muito acima dos outros estados, que foram instituídos por Deus. Tudo isso é mencionado, sem qualquer detração, para que se possa perceber e entender tanto melhor o que os nossos ensinam e pregam e como o fazem.

Em primeiro lugar, ensina-se entre nós, com respeito aos que casam, que todos aqueles que não são aptos para o celibato têm poder, razão e direito de contrair matrimônio. Porque os votos não podem anular a ordenação e o mandamento de Deus. Ora, o preceito divino reza assim 1 Co 7: “Por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido.”[136] Ademais, não só o mandamento de Deus, mas também a criação e a ordenação de Deus impulsam, obrigam e compelem ao estado matrimonial a quantos não foram agraciados com o dom da castidade[137] por especial obra de Deus, segundo estas palavras do próprio Deus Gn 2: “Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea.”[138]

Que é que se pode objetar a isso? Enalteça-se o voto e a obrigação o quanto se queira; sobreexalte-se a coisa o quanto se possa; ainda assim não se pode conseguir que com isso seja ab-rogado o mandamento de Deus. Dizem os doutores que os votos também não são obrigatórios quando feitos contrariamente ao direito papal; quanto menos então devem vincular, ser válidos e ter força contra o mandamento de Deus!

Se nenhuma razão existisse pela qual a obrigação dos votos pudesse ser anulada, também os papas não teriam dispensado e desobrigado deles. Pois não é da competência de nenhum homem rescindir obrigação que se origina de direito

divino. Razão por que ao papas julgaram acertadamente que se deve exercer alguma eqüidade nessa obrigação, e muitas vezes concederam dispensa, como no caso de um rei de Aragão e em grande número de outros casos. Ora, se houve dispensa para conservar coisas temporais, com muito mais justiça deve haver dispensa por causa de necessidade das almas.

Depois, por que os oponentes insistem com tanta energia que se devem guardar os votos sem considerarem primeiro se é própria a espécie de voto? Pois o voto deve dizer respeito a coisa possível e deve ser voluntário, inconstrangido.[139] Mas bem se sabe como a castidade perpétua está no poder e na capacidade do homem. E são poucos os homens e as mulheres que fizeram o voto monástico de moto próprio, voluntária e refletidamente. Antes de chegarem a correto entendimento, são persuadidos ao voto monástico. Vez que outra também são forçados e impelidos a isso. Razão por que não é justo que se discuta com tanta imponderação[140] e rigidez sobre a obrigação do voto, à vista do fato de todos confessarem ser contrário à natureza e ao caráter do voto isso de não se prometer voluntariamente e a bom conselho e com reflexão.

Alguns cânones e leis papais anulam os votos feitos antes da idade de quinze anos, pois julgam que antes dessa idade não se tem entendimento suficiente para poder determinar a ordem de toda a vida, como se deve constituí-la. Outro cânone concede mais anos ainda à fragilidade humana, pois proíbe que se faça o voto monástico antes dos dezoito anos. Isso dá à maioria escusa e razão para abandonarem os mosteiros, porquanto a maior parte chegou aos mosteiros na infância, antes daquela idade.

Por último, ainda que se pudesse censurar a violação do voto monástico não poderia, contudo, seguir-se daí que se deva dissolver o casamento de tais pessoas. Porque Santo Agostinho diz *27. quaest. I, cap. Nuptiarum* que não se deve dissolver tal matrimônio. E não é diminuto o prestígio de Santo Agostinho na igreja cristã, ainda que outros, posteriormente, julgaram de maneira diversa.

Se bem que o mandamento de Deus concernente ao matrimônio liberta a muitos deles do voto monástico, os nossos, contudo, apresentam ainda mais razões para mostrar que votos monásticos são nulos e não-vinculativos. Porque todo culto divino instituído e escolhido por homens, sem mandamento e ordem de Deus, para alcançar justiça e a graça de Deus, é oposto a Deus e contrário ao santo evangelho e à ordem de Deus, como diz o próprio Cristo em Mt 15: “Em vão me adoram com preceitos de homens.”[141] Também São Paulo ensina em toda a parte que não devemos procurar a justiça em nossos preceitos e cultos divinos, inventados por homens, porém que justiça e piedade diante de Deus vêm da fé e da confiança, de crermos que Deus nos recebe na graça por causa de Cristo, seu único Filho.

Ora, é mui notório haverem os monges ensinado e pregado que a espiritualidade excogitada satisfaz pelo pecado e alcança a graça e a justiça de Deus. Que é isto senão diminuir a glória e o louvor da graça de Cristo e negar a justiça da fé? Segue-se, portanto, daí que esses votos costumeiros foram cultos divinos impróprios, falsos. Razão por que também não vinculam. Pois voto ímpio e feito contrariamente ao preceito de Deus é não-vinculativo e nulo. Também os cânones ensinam que o juramento não deve ser vínculo de pecado.

Diz São Paulo em Gálatas 5: “De Cristo vos desligastes vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes.”[142] Por isso também estão desligados de Cristo e decaíram da graça aqueles que querem ser justificados por intermédio de votos, pois roubam a honra de Cristo, o único que justifica, e dão essa honra a seus votos e a sua vida monástica.

Não se pode negar, outrossim, haverem os monges ensinado e pregado que eram justificados e mereciam a remissão dos pecados por meio de seus votos e vida e observância monásticas. Na verdade, inventaram coisa ainda mais desastrada e absurda, dizendo que partilhavam suas boas obras aos outros. Agora, se alguém quisesse repisar e salientar tudo isso impiedosamente,[143] quanta coisa poderia reunir de que os próprios monges agora se envergonham e que quiseram não ter feito! Além de tudo isso também persuadiram as pessoas de que as ordens espirituais inventadas são estados de perfeição cristã. Isto, sem dúvida, é exaltar as obras como meio de justificação. Ora, não é pequeno escândalo na igreja cristã apresentar ao povo semelhante culto, inventado pelos homens sem preceito de Deus, e ensinar que tal culto torna os homens íntegros e justos diante de Deus. Porque a justiça da fé, em que se deve insistir mais do que qualquer outra coisa na igreja cristã, é obscurecida quando os homens são deslumbrados com essa singular espiritualidade angélica e a simulação de pobreza, humildade e castidade.

Ademais, também os mandamentos de Deus e o verdadeiro e genuíno culto são obscurecidos quando o povo ouve que apenas os monges estão no estado de perfeição. Porque a perfeição cristã é isto: temer a Deus de coração e seriamente, e, contudo, ter, outrossim, cordial certeza, fé e confiança de que por causa de Cristo temos um Deus gracioso e misericordioso, que podemos e devemos pedir-lhe e dele desejar aquilo de que carecemos, e confiantes esperar dele auxílio em todas as aflições, de acordo com a profissão e o estado de cada um; e que, entrementes, também devemos praticar, com diligência, boas obras na vida exterior e servir a nossa vocação. Nisso consiste a verdadeira perfeição e o verdadeiro culto a Deus, não em mendigar ou em vestir hábito preto ou cinza, etc. Mas o povo comum concebe muitas opiniões perniciosas a partir da falsa exaltação da vida monástica, quando ouve que se enaltece sem qualquer moderação o estado celibatário. O resultado é que o povo está no estado matrimonial de consciência pesada. Quando o homem comum ouve que apenas os mendicantes são perfeitos, não lhe é possível saber que pode possuir bens e negociar sem pecado. Quando o povo ouve que não vingar-se é apenas um conselho, segue-se que alguns pensam não ser pecado exercer vingança fora do ofício. Alguns entendem que vingança de forma nenhuma convém aos cristãos, nem mesmo à autoridade.

Também se encontram, em leituras, muitos exemplos de alguns que abandonaram mulher e filhos, também seu ofício governamental, retirando-se a mosteiros. Isto, disseram eles, é fugir do mundo e procurar vida que agrada mais a Deus do que o modo de vida dos outros. Nem podiam saber que se deve servir a Deus nos mandamentos dados por ele, não nos mandamentos inventados por homens. Ora, estado de vida bom e perfeito é aquele que tem a seu favor o mandamento de Deus; por outro lado, é perigoso o estado de vida que não tem a

seu favor o mandamento de Deus. Foi necessário dar ao povo boa instrução a respeito de tais coisas.

Em tempos passados também Gérson censurou o erro dos monges concernente à perfeição, e indicou que em sua época era novidade[144] isso de se dizer que a vida monástica é estado de perfeição.

Tantas opiniões e erros ímpios se prendem aos votos monásticos: que justificam e tornam íntegro diante de Deus, que são a perfeição cristã, que com eles se cumprem tanto os conselhos como os preceitos evangélicos, que têm obras supererogatórias,[145] as quais não se devem a Deus. Porquanto tudo isso é falso, vão e inventado, segue-se que também torna nulos e sem vínculo os votos monásticos.

ARTIGO 28: DO PODER DOS BISPOS

Muito se escreveu, em tempos passados, sobre o poder dos bispos, e alguns confundiram, desastrosamente, o poder dos bispos com a espada temporal. Desse baralhamento desordenado resultaram mui grandes guerras, tumultos e rebeliões pelo fato de os bispos, sob o pretexto do poder a eles dado por Cristo, não só haverem instituído novos cultos e onerado as consciências com a reserva de alguns casos[146] e com violentas excomunhões, mas também se haverem atrevido a entronizar e depor, a seu talante, imperadores e reis,[147] abuso que já muito antes de nosso tempo foi censurado por pessoas eruditas e piedosas na cristandade. Por isso os nossos, para consolo das consciências, se viram compelidos a mostrar a diferença entre o poder, espada e autoridade espiritual e a secular, e ensinaram que por causa do mandamento de Deus ambos os regimes e poderes devem ser honrados e estimados, com toda a reverência, como os dois maiores dons de Deus na terra.

Os nossos ensinam que, de acordo com o evangelho, o poder das chaves ou dos bispos é o poder e ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir e reter pecados e administrar e distribuir os sacramentos. Pois Cristo enviou os apóstolos com esta ordem Jo 20: “Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio. Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos.”[148]

Esse poder das chaves ou dos bispos é praticado e exercido apenas através do ensino e pregação da palavra de Deus e pela administração dos sacramentos a muitos ou a indivíduos, dependendo da vocação que se tiver. Pois com isso se conferem não bens corporais, senão coisas e bens eternos, a saber, justiça eterna, o Espírito Santo e a vida eterna. Não se podem obter esses bens senão pelo ministério da pregação e pela administração dos santos sacramentos. Porque São Paulo diz: “O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.”[149] Visto, pois, que o poder da igreja ou dos bispos confere bens eternos e é praticado e exercido apenas pelo ofício da pregação, de modo nenhum embaraça o governo e autoridade temporal. Porque o poder secular trata de coisas muito diferentes das do evangelho. O poder temporal não protege a alma, porém defende, com a espada e penas físicas, corpo e bens contra poder externo.

Por isso não se devem baralhar e confundir o poder espiritual e o temporal. Pois o poder espiritual tem a ordem de pregar o evangelho e administrar os sacramentos. Também não deve invadir ofício alheio. Não deve entronizar e destronar reis, não deve ab-rogar ou minar as leis civis e a obediência ao governo, não deve fazer e prescrever ao poder temporal leis a respeito de matéria secular, conforme disse o próprio Cristo: "O meu reino não é deste mundo."[150] Também: "Quem me constituiu juiz entre vós?"[151] E São Paulo, em Fp 3: "A nossa pátria está nos céus."[152] E na Segunda Epístola aos Coríntios, capítulo décimo: "As armas da nossa milícia não são carnais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas; anulando sofismas e toda altivez que se levante contra o conhecimento de Deus."[153]

Dessa maneira os nossos distinguem os ofícios de ambas as autoridades e poderes e mandam que os dois sejam tidos em honra como os dons mais elevados de Deus na terra.

Onde, porém, os bispos possuem autoridade temporal e a espada, não as têm como bispos, de direito divino, mas de direito humano, imperial, dadas por imperadores e reis romanos, para administração temporal de seus bens. E isso nada tem que ver com o ofício do evangelho.

Por isso, segundo o direito divino, o ofício episcopal é pregar o evangelho, perdoar pecados, julgar doutrina e rejeitar doutrina que é contrária ao evangelho, e excluir da congregação cristã os ímpios cuja vida ímpia seja manifesta, sem o emprego de poder humano, mas apenas pela palavra de Deus. E nisso os paroquianos[154] e as igrejas têm o dever de obedecer aos bispos, de acordo com esta palavra de Cristo Lucas 10: "Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim."[155] Todavia, quando ensinam, introduzem ou estabelecem algo contrário ao evangelho, temos ordem de Deus de que em tal caso não devemos obedecer. Mt 7: "Acautelai-vos dos falsos profetas."[156] E São Paulo em Gl 1: "Mas, ainda que nós, ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema."[157] E na Segunda Epístola aos Coríntios, capítulo 13: "Porque nada podemos contra a verdade, senão em favor da própria verdade."[158] Também: "Segundo a autoridade que o Senhor me conferiu para edificação, e não para destruir".[159] O mesmo ordena o direito canônico em 2,q.7, nos capítulos *"Sacerdotes"* e *"Oves".* E Santo Agostinho escreve na *Epístola contra Petiliano* que também aos bispos regularmente eleitos não se deve obedecer caso errem ou ensinem ou ordenem algo contra a santa e divina Escritura.

Agora, que os bispos, quanto ao mais, tenham poder e jurisdição em algumas coisas, como, por exemplo, em questões matrimoniais ou no dízimo, têm-nos em virtude de direito humano. Quando, porém, os ordinários são negligentes em tal ministério, os príncipes têm a obrigação, quer o façam prazerosamente ou não, de pronunciar nisso direito[160] aos seus súditos, por amor da paz, para evitar discórdia e grandes distúrbios nos territórios.

Discute-se, além disso, sobre se os bispos têm poder para instituir cerimônias na igreja e fazer leis respeito a alimentos, dias santos e diferentes ordens de ministros da igreja. Os que concedem esse poder aos bispos alegam

esta palavra de Cristo João 16: “Tenho ainda muito que vos dizer, mas vós não o podeis suportar agora; quando vier, porém, o Espírito da verdade, ele vos ensinará toda a verdade”.[161] Referem também o exemplo de Atos 15, onde proibiram o sangue e o sufocado. Alega-se ainda que o sábado foi mudado para o domingo, contrariamente aos Dez Mandamentos, segundo pensam, e nenhum exemplo é enfatizado e alegado tanto quanto a mudança do sábado. Querem sustentar com isso que é grande o poder da igreja, porquanto dispensou nos Dez Mandamentos e modificou algo neles.

Mas a respeito dessa questão os nossos ensinam que os bispos não têm poder para instituir e estabelecer algo contra o evangelho, conforme se mostrou acima e como ensina o direito canônico em toda a Distinção nona. Ora, é evidentemente contrário à ordem e à palavra de Deus fazer ou decretar leis com o intuito[162] de por isso satisfazer pelo pecado e alcançar a graça. Pois a glória do mérito de Cristo é blasfemada quando ousamos merecer graça com tais observâncias. Também é patente que por causa dessa opinião as ordenanças humanas cresceram incalculavelmente na cristandade e que enquanto isso a doutrina da fé e da justiça da fé esteve completamente[163] suprimida. Diariamente se ordenavam novos feriados, novos jejuns, e se estabeleciam novas cerimônias e novas venerações de santos, a fim de com tais obras merecer graça e todo o bem junto a Deus.

Da mesma forma os que instituem ordenanças humanas também agem contra o mandamento de Deus com isso de porem pecado em alimentos, dias e coisas semelhantes, e oneram a cristandade com a escravidão da lei, como se, para merecer a graça de Deus, fosse necessário que existisse entre os cristãos culto semelhante ao levítico, cuja instituição Deus teria ordenado aos apóstolos e bispos, como alguns escrevem a respeito. E é bem crível que alguns bispos foram enganados com o exemplo da lei de Moisés. Daí provieram tão inumeráveis ordenações: que é pecado mortal fazer trabalho manual em dias santos, ainda quando não haja ofensa a outros; que é pecado mortal omitir as horas canônicas;[164] que alguns alimentos poluem a consciência; que jejum é obra com que se reconcilia a Deus; que em caso reservado o pecado não é perdoado a menos que se preocupe primeiro o reservante do caso, não obstante o direito canônico não falar da reserva da culpa, senão da reserva das penas eclesiásticas.

De onde têm os bispos o direito e poder de impor tais ordenações[165] à cristandade, para ilaquear as consciências? Pois em Atos dos Apóstolos, capítulo 15, São Paulo proíbe que se ponha o jugo na cerviz dos discípulos.[166] E São Paulo diz em Coríntios que o poder lhes foi dado para edificar, não para destruir.[167] Por que então multiplicam os pecados com tais ordenações?

Existem, porém, claras passagens da divina Escritura que proíbem estabelecer semelhantes ordenações para merecer a graça de Deus, ou como se fossem necessárias para a salvação. Assim diz São Paulo em Colossenses 2: “Ninguém vos julgue, pois, por causa de comida, ou bebida, ou dias determinados, a saber, os dias de festa, ou as luas novas, ou os sábados, que é sombra das coisas que haviam de vir, porém o corpo é de Cristo.”[168] Também: “Se morrestes com Cristo para os rudimentos do mundo, por que, como se vivêssemos no

mundo, vos deixais prender por ordenanças: não manuseies, não proves, não toques? Todas estas coisas, com o uso, se destroem e são preceitos e doutrinas dos homens e têm aparência de sabedoria."[169] E em Tito 1 São Paulo proíbe abertamente que demos ouvidos a fábulas judaicas e mandamentos de homens que se desviam da verdade.[170]

Também o próprio Cristo diz, Mt 15, a respeito daqueles que insistem com as pessoas sobre preceitos humanos: "Deixai-os: são cegos, guias de cegos."[171] E reprova tais cultos, dizendo: "Toda planta que meu Pai celeste não plantou, será arrancada.."[172]

Se os bispos têm o poder de onerar as igrejas com inúmeras ordenanças e de ilaquear as consciências, por que então a divina Escritura proíbe tantas vezes fazer e observar ordenanças humanas? Por que lhes chama doutrinas de demônios?[173] Teria o Espírito Santo prevenido contra tudo isso em vão?

Por isso, visto que tais ordenações, instituídas como necessárias, para reconciliar a Deus e merecer graça, são contrárias ao evangelho, de modo nenhum é próprio para os bispos impor semelhantes cultos. Pois é necessário reter na cristandade a doutrina da liberdade cristã de que não é necessária a servidão da lei para a justificação, conforme escreve São Paulo aos gálatas, capítulo quinto; "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão."[174] É necessário conservar o artigo principal do evangelho: que alcançamos a graça de Deus pela fé em Cristo, sem mérito nosso, e que não a merecemos mediante culto instituído por homens.

Que se deve pensar, então, do domingo e de similares ordenanças e cerimônias eclesiásticas? A isso respondem os nossos que os bispos ou pastores podem fazer ordenações para que as coisas sejam feitas com ordem na igreja, não a fim de com elas alcançar a graça de Deus, também não a fim de por elas satisfazer pelo pecado ou obrigar as consciências a que as tenham na conta de cultos necessários e a julgar que pecam quando deixam de observá-las sem escândalo. Assim São Paulo ordenou em Coríntios que as mulheres velem a cabeça na congregação[175] e que os pregadores não falem todos ao mesmo tempo na assembléia, mas ordenadamente, um após outro.[176]

É conveniente que a assembléia cristã, por causa do amor e da paz, observe tais ordenações e obedeça aos bispos e pastores nestes casos, e as guarde até onde um não ofenda o outro, para que não haja desordem ou anarquia na igreja. Contudo, de maneira tal, que não se onerem as consciências, de forma a pesarem que são coisas necessárias para a salvação e haverem que pecam quando as violam sem ofensa para outros. Assim como ninguém diz pecar a mulher que, sem ofensa para outros, se apresenta em público de cabeça descoberta.

Tal é a observância do domingo, da Páscoa, do Pentecostes e feriados e ritos semelhantes. Pois erram muito os que julgam que a observância do domingo em lugar do sábado foi estabelecida como necessária. A Sagrada Escritura ab-rogou o sábado e ensina que depois da revelação do evangelho podem omitir-se todas as cerimônias da lei antiga. Contudo, visto que era necessário estabelecer

um dia determinado, a fim de que o povo soubesse quando devia reunir-se, a igreja cristã destinou o domingo para esse fim, e tanto mais agrado e disposição teve relativamente a tal mudança, para que o povo tivesse um exemplo da liberdade cristã e se soubesse que nem a guarda do sábado nem de qualquer outro dia é necessária.

Há muitas discussões falhas sobre a mudança da lei, sobre as cerimônias do Novo Testamento, sobre a mudança do sábado. Originaram-se todas da falsa e errônea opinião de que devia haver na cristandade um culto similar ao levítico ou judaico, e de que Cristo haja ordenado aos apóstolos e bispos que excogitassem novas cerimônias necessárias para a salvação. Esses erros se introduziram na cristandade quando não se ensinava e pregava de maneira límpida e pura a justiça da fé. Alguns sustentam a respeito do domingo que se deve guardá-lo, posto não de direito divino, contudo quase que como de direito divino. E prescrevem a forma e a medida em que se pode trabalhar em dia santo. Mas que outra coisa são tais disputas senão laços para a consciência? Pois ainda que procuram mitigar e epiqueizar ordenações humanas, contudo não se pode alcançar nenhuma epiquéia[177] ou mitigação enquanto está de pé e permanece a opinião de que são necessárias. Ora, essa opinião necessariamente permanece quando nada se sabe da justiça da fé e da liberdade cristã.

Os apóstolos ordenaram abstenção do sangue e do sufocado. Mas quem observa isso hoje em dia? E contudo não pecam os que não o observam, porque os próprios apóstolos não quiseram onerar as consciências com tal escravidão, mas apenas o proibiram por algum tempo, a fim de evitar escândalo. Pois nessa ordenação é preciso atentar no artigo principal da doutrina cristã, que não é ab-rogado por esse decreto.[178]

Quase nenhum dos cânones antigos é observado tal qual reza. E diariamente muitas das ordenações se tornam obsoletas, mesmo entre aqueles que observam essas ordenações de maneira diligentíssima. Não se pode aconselhar nem auxiliar as consciências onde não se observa essa mitigação, para sabermos observar essas ordenações de maneira que não as tenhamos por necessárias, cientes também de que as consciências não são feridas, ainda que desapareçam tais ordenações.

Os bispos, entretanto, manteriam facilmente a obediência, se não insistissem na observância daquelas ordenações que não se podem guardar sem pecado. Mas o que fazem agora é proibir a administração das duas espécies no santo sacramento, proíbem o casamento dos clérigos e a ninguém recebem a menos que jure primeiro que não vai pregar essa doutrina, não obstante acordar ela, fora de dúvida, com o santo evangelho. As nossas igrejas não pedem que os bispos voltem a estabelecer a paz e a unidade com prejuízo para a honra e a dignidade deles, conquanto em caso de necessidade os bispos devem fazer também isso. Pedem somente que os bispos relaxem algumas cargas injustas que em tempos passados não existiam na igreja e foram recebidas contrariamente ao costume da igreja cristã universal. Talvez de início hajam tido alguma razão, mas em nossos tempos já não são congruentes. Também é manifesto que algumas ordenanças foram recebidas por causa de falta de entendimento. Razão por que os bispos deveriam ter a bondade de mitigar essas ordenanças, visto que tal

mudança não prejudica a conservação da unidade da igreja cristã. Porque muitas ordenações de origem humana com o passar do tempo caíram por si mesmas, não sendo necessário guardá-las, conforme testifica o próprio direito papal. Se isso, porém, é de todo impossível, e se não se pode conseguir que eles moderem e ab-roguem ordenações humanas que não se possam guardar sem pecado, então devemos seguir a norma apostólica que nos ordena obedecer antes a Deus que aos homens.[179]

São Pedro proíbe aos bispos o domínio, como se tivessem o poder de coagir as igrejas ao que eles quisessem.[180] Agora não se trata de como privar os bispos de seu poder; pede-se e deseja-se, isto sim, que não coajam as consciências a pecado. Se, porém, não fizeram isso, desprezando esse pedido, reflitam então sobre como responderão a Deus por isso, porquanto com essa sua pertinácia dão causa a divisão e cisma, coisa que em justiça devem ajudar a prevenir.

CONCLUSÃO

Estes são os artigos principais que são considerados como controvertidos. Embora se pudesse haver falado de número muito maior de abusos e erros, contudo, para evitar prolixidade e extensão, citamos apenas os precípuos, a partir dos quais facilmente se pode ajuizar quanto aos outros. Pois em tempos passados houve muita queixa sobre as indulgências, sobre peregrinações, abuso em matéria de excomunhão. Os pastores tinham infinitas contendas com os monges quanto a ouvir confissões, a respeito de sepultamento, no tocante a prédicas em ocasiões extraordinárias e relativamente a inúmeras outras coisas. Com as melhores intenções e por amor da cortesia passamos tudo isso por alto, a fim de que tanto melhor se pudessem notar os pontos principais nessa questão. Não se deve julgar que qualquer coisa haja sido dita ou mencionada por ódio ou para infamar. Relatamos apenas aquilo que julgamos necessário aduzir e mencionar, a fim de que daí se pudesse tanto melhor perceber que, em doutrina e cerimônias, entre nós nada se recebeu que seja contra a Sagrada Escritura ou a igreja cristã universal. Porque deveras é público e manifesto havermos evitado, diligentissimamente e com a ajuda de Deus (para falar sem vanglória), que se introduzisse, alastrasse e prevalecesse em nossas igrejas qualquer doutrina nova e ímpia.

Seguindo o edito, quisemos apresentar os artigos supramencionados, como declaração de nossa confissão e da doutrina dos nossos. E caso alguém entenda que fala algo, estamos prontos a dar-lhe informação mais ampla, com base na divina Escritura Sagrada.

De Vossa Majestade Imperial mui submissos e obedientes:

João, Duque da Saxônia, eleitor
Jorge, Margrave de Brandenburg
Ernesto, Duque de Lüneburg
Filipe, Landgrave de Hesse

João Frederico, Duque da Saxônia
Francisco, Duque de Lüneburg
Wolfgang, Príncipe de Anhalt
Burgomestre e Conselho de Nurembergue
Burgomestre e Conselho de Reutlingen

NOTAS

A - O texto alemão do prefácio é de pena de Gregor Brück, chanceler do Eleitorado Saxônio. Justus Jonas é o autor da tradução latina do prefácio. É essa tradução latina que vertemos em português. Enquanto diminui o número de pessoas capazes de ler, com inteiro proveito, os originais alemão e latino das Confissões Luteranas, cresce o número daqueles que entendem inglês. A edição inglesa de T. G. Tappert *(The Book of Concord,* Fortress Press, Philadelphia, 1959*)*, que traz a tradução do prefácio germânico, é livro de fácil aquisição. Favorecerá, por isso, a número crescente de leitores o fato de havermos traduzido o prefácio latino para a edição portuguesa.

B - Carlos V, 1500 - 1558.

C - No original, *secus.* Texto alemão: *nicht recht.* Na *Concordia Triglotta,* em que a tradução do prefácio da Confissão de Augsburgo se baseia no texto latino, lê-se: "in a different manner." O advérbio *secus* tem ambas as acepções, mas já que o prefácio latino é tradução do prefácio germânico, damos preferência ao *nicht recht.*

D - No original, *de cetero. Concordia Triglotta* traduz "for the future". Assim também Leif Grane e Bernd Moeller *(Die Confessio Augustana,* p. 13): "in Zukunft". Cremos que Justus Jonas teria escrito *in ceterum* houvesse sua intenção sido a de dizer "para o futuro", se bem que o contexto parece sugerir a tradução "para o futuro" como a melhor.

E - No dia 20 de junho de 1530.

F - No dia 22 de junho.

G - Dia 24 de junho. *Concordia Triglotta* (p. 40), por engano, traduz *proxima sexta feria* (sic) com "on next Wednesday". A apresentação foi transferida para sábado, 25 de junho.

H - Ou *transmitiram.* No original: *tradiderint.*

I - Adotamos a variante *sumus et militamus.* Cf. BSLK.

J - A Arquiduque Fernando da Áustria, desde 1526 rei da Hungria e da Boêmia, irmão do imperador.

K - Regensburg. 1527. Compareceu número muito reduzido de pessoas, e a dieta terminou sem resultados.

1. Vid. Nota em I, Símbolo Niceno.

2. No original alemão: *Wesen.* Texto latino: *essentia.*

3 "Aquilo que subsiste por si mesmo" = *hupóstasis,* termo usado na igreja antiga conta o modalismo, segundo o qual o Pai, o Filho e o Espírito Santo são três modos ou manifestações do Deus único. Cf. em CR 4,38 as autoridades citadas por Melanchthon no Colóquio de Worms de 1541 para CA I. Em *definitiones multarum appellationum, quarum in Ecclesia usus est (Melanchthons Werke in Auswahl,* vol. II,2, 1953, ed. Hans Engelland, p. 782s.). Melanchthon define "pessoa" assim: *Persona est substantia, individua, intelligens, incommunicabillis, non sustentata in alia natura. Sic loquitur Ecclesia et vocabulo personae hoc modo utitur. Graeci hupóstasin et huphistámenon dixerunt, id est, subsistens.* Leonardo Hutter *(Loci communes theologici,* locus I, cap. I, q. III, prop. III*)* descreve a elaboração do conceito de pessoa congruente com o mistério da Trindade. Sobre o uso do conceito de subsistência *(hupóstasis)* para determinar o conceito de pessoa (reduzindo este ao sentido formal, único que lhe convém na doutrina da Trindade) vid., p. ex., Werner Elert, *Der christliche Glaube,* 3ª ed., de Ernst Kinder, 1956, p. 220.

4. Adeptos da heresia de Manes, do século III d. C. Combinação do dualismo persa de Zoroastro com elementos gnósticos e cristãos.

5. Gnósticos do século II.

6. Do nome do heresiarca Ário, teólogo de Alexandria (ca. 270-336), que negava a consubstanciabilidade do Filho com o Pai (Cristo, ainda que anterior ao mundo, é, contudo, um *poiema* de Deus). O Concílio de Nicéia (Bitínia, Ásia Menor, 325, também chamado I Concílio de Nicéia – o II reuniu-se em 787) condenou essa doutrina. Os arianos dividiram-se em "homoi-usianos" *(homoios e ousia),* também chamados semi-arianos, ou seminicenos (o Filho é de substância similar à do Pai, i. e., não idêntica nem diferente. P. ex., Basílio de Ancira, o líder), "homoianos" (o Filho é semelhante ao Pai. V. g., Acácio de Cesaréia, de onde os acacianos, mais tarde liderados por Eudóxio) e "an-homoianos", os arianos radicais, chamados de arianos propriamente ditos (o Filho em tudo é dessemelhante do Pai. P. ex., Eunômio). O Concílio de Nicéia definiu-se pelo "homoousios" (o Pai e o Filho são de substância idêntica). Daí o termo heterousianos para designar os sectários do arianismo. Semi-ariano, inicialmente sinônimo de "homoi-usiano", mais além passou a ser sinônimo de macedoniano e pneumatômaco, porque muitos "homoi-usianos", ainda que tinham chegado a aceitar uma formula "homo-usiana" quanto ao Pai e ao Filho, haviam aderido a Macedônio (patriarca de Constantinopla, deposto pelo Sínodo de Constantinopla em 360), e diziam que o Espírito Santo não é *homoousios* com o Pai e o Filho, de onde o nome de peneumatômacos, que significa "difamadores do Espírito".

7. De Eunômio, falecido cerca de 393, e que chegou a ser a figura principal do arianismo radical.

8. Como negadores da Trindade.

9. Os samosatenos, também chamados paulianistas, foram sectários de Paulo de Samôsata, bispo de Antioquia. Em 269 foi deposto da sé antioquiana. Lutero e Melanchthon o condenaram porque negava a personalidade do Logos. Há quem julgue duvidosa a inclusão de Paulo de Samôsata entre os adeptos do monarquianismo dinamista (o Filho é simplesmente

um poder de Deus, o divino repousava sobre o homem Jesus como um poder, *dúnamis*). Também há quem pensa que binitarismo dinamista seria descrição mais exata (porque falavam da existência do Pai e do Filho, ou Espírito, dentro da Divindade, sem ênfase especial sobre a unidade e a relação entre ambos). Outros preferem chamá-los de trinitários econômicos (nome dos adeptos da teoria de que o Filho e o Espírito não são hipóstases plenas, mas têm o status de economias ou dispensações funcionais do Deus único extrapoladas para as finalidades da criação e da redenção.

10. Texto latino: *neotericos* (novos, modernos). Com samosatenos novos a Confissão de Augsburgo mira aos primeiros espiritualistas antitrinitários da época da Reforma (V. g. João Campano: o Espírito Santo é apenas operação ou efeito de Deus e do Cristo).

11. No original, *Erbsünde,* "pecado hereditário". Texto latino: *Peccatum originis.* Na dogmática neo-escolástica a expressão *peccatum originale* geralmente é usada para designar duas coisas: o *peccatum originale originans*, o pecado adâmico, e o *peccatum originale originatum,* o pecado hereditário dos filhos de Adão. Cf. Urs Baumann, *Erbsünde?* (1970), p. 18 s. Num ensaio intitulado "Die Erbsünde und das Konzil von Trient", E. Gutwenger SJ, no interesse de uma terminologia impecável ("Im Interesse einer einwandfreien Terminologie"), reserva o termo "Ursünde" para o *peccatum originale originans* e usa "Erbsünde" para designar o *peccatum originale originatum (Zeitschrift für katholische Theologie,* vol. 89, 1967, p. 433, nota 1). Outros autores traduzem *peccatum originale originans* com *Ursprungssünde.*

12. *So naturlich geborn werden.* Texto latino: *Secundum naturam propagati.* Com "naturalmente" se quer excluir o Cristo.

13. Sectários de Pelágio, frade britânico (c. 360 - c. 420).

14. Os reformadores acusaram os escolásticos de pelagianos. Também a Zwinglio, que considerava o pecado original enfermidade, não pecado, argumentando que o pecado está ligado com a culpa: *Sic ergo diximus originalem contagionem morbum esse, non peccatum, quod peccatum cum culpa coniunctum est (de peccato originali declaratio, CR 92, 372, 4).*

15. No original: *geborn aus der reinen Jungfrauen Maria.* Vid. BSLK, p. 54. Vid. Artigos de Esmalcalde, Parte I, 4, e nota.

16. *In einer Person also unzertrennlich vereiniget.* Não traduzimos o "also", que aliás falta na cópia de Espalatino (cf. BSLK, p. 54, aparato crítico). A doutrina das duas naturezas inseparavelmente unidas na unidade da pessoa é formulada na confissão do Concílio de Calcedônia (451).

17. O Símbolo dos Apóstolos, ou Credo Apostólico.

18. Rm 3.21-26; 4.5.

19. Ou: do ministério da pregação. No original: *Vom Predigtamt.*

20. Por exemplo Sebastião Franck, falecido em 1542. Ensinava que a palavra invisível operava sem meios.

21. Em contraste com as obras desnecessárias mencionadas nos artigos XX e XXVI da CA.

22. Lc 17.10.

23. Comenta Wilhelm Maurer que esse *allezeit sein und bleiben* resiste a uma compreensão apenas futura da *perpetuo mansura,* encerrando antes em si a existência dela no presente e no passado. No ensaio "Ecclesia perpetuo mansura im Verständnis Luthers", publicado em *Erneuerung der Einen Kirche,* vol. 11 de *Kirche und Konfession,* Göttingen, 1966, p. 32.

24. *Versammlung.* Texto lat.: *congregatio.*

25. Na ed. *Tappert* (p. 32) falta a tradução da palavra *einträchtiglich.*

26. Cf. artigo XV, Das Ordenações Eclesiásticas.

27. Ef 4.5,6.

28. Mt 23.2.

29. Rigoristas da igreja africana antiga. Negaram o ofício aos bispos que se haviam portado indignamente na perseguição de Diocleciano, declararam nulas as ordenações feitas por esses bispos e afirmavam que os sacramentos administrados por pessoas dignas de excomunhão não tinham valor.

30. Observa Peter Brunner (*Pro Ecclesia,* 185-186) que as palavras "im Abendmahl" ("in coena Domini") devem ser entendidas não só como indicação de lugar e tempo, mas antes em sentido instrumental (a realização da ceia seria o meio por que o corpo e sangue de Cristo se tornam presentes). "Na ceia" significaria, portanto, a celebração toda, desde as palavras da instituição até a distribuição. Conclui o autor que à luz da CA X se pode desistir de isolar um ponto de celebração, assinalando-o como o momento que efetuaria a presença do corpo e sangue.

31. *Unter.* Cf. Apologia X, 1: *cum*; Catecismo Maior, Do Sacramento do Altar, 8: *in und unter*; Fórmula de Concórdia, Epítome VII, 6: *mit.* Werner Elert *(Der christliche Glaube, p. 387)* observa que essa viariação no uso das preposições prova que elas não tem a tarefa de uma definição precisa. Segundo o autor, parafraseiam o simples fato de que pão e vinho continuam pão e vinho, sendo, porém, no ato sacramental, portadores da presença, do oferecimento e da recepção do corpo e sangue de Cristo. A fórmula "in, sub et cum", diz ele, não tem o sentido de um sucedâneo especulativo de alguma fórmula escolástica ("spekulative Ersatz irgendeiner scholastischen Formel").

32. *Unter der Gestalt des Brots und Weins.* "Gestalt" = aparência, forma; "Erscheinungsform" (BSLK, p. 64, nota 1), forma externa, espécie. Na doutrina da transubstanciação: espécies = acidentes do pão e do vinho. Observa a nota 1, p. 64, BSLK, a propósito do termo "Gestalt" em CA X: "Vielleicht Anklang na kath. Sprauchgebrauch...." ("talvez reminiscência do uso idiomático católico...".) E ilustra com um texto das teses de Wimpina contra os *Artigos de Schwabach:* depois da "Tirmung" (consagração), diz Wimpina, fica apenas a "Gestalt" do pão e do vinho, e "unter jetlicher Gestalt" ("sob cada uma

das espécies") está o verdadeiro corpo e sangue de Cristo, e o Cristo inteiro, individido e completo (WA XXX, 3; 190, 10 ss.) Cf. E. F. Karl Müller, *Symbolik,* 1896, p. 347, nota 7: "Die Worte des deutschen Textes, 'dass wahrer Leib und Blud Christi wahrhaftiglich *unter der Gestalt des Brods un Weins* im Abendmahl gegenwärtig sei', entsprechen der geläufigen römischen Redeweise". (grifo do autor.) Sobre as espécies eucarísticas, ou santas espécies, no sentido de aparências do pão e do vinho depois da transubstanciação cf. também IV Concílio de Latrão, 1215 (Denziger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* 802): *Iesus Christus, cuius corpus et sanguis in sacramento altaris sub speciebus panis et vini veraciter continentur, transsubstantiatis pane in corpus, et vino in sanguinem potestate divina.* – Observa P. Brunner *(Pro Ecclesia,* p. 187*)* que não se deve aceitar uma interpretação da expressão "unter der Gestalt" no sentido da doutrina romana da transubstanciação. O sentido, diz ele, é: "unter dem sinnlich wahrnehmbaren Ding, das Brot und Wein ist" ("sob a coisa sensorialmente perceptível, que é pão e vinho")

33. A absolvição particular, individual.

34. SL 19.12. Almeida RA: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?" Sobre a confissão cf. artigo XXV e notas.

35. Mt 3.8.

36. P. ex. João Denck (ca. 1500-1525)

37. Rigoristas de Roma (século III) que negavam readmissão aos que haviam apostatado em tempo de perseguição e aos impuros e assassinos.

38. Acréscimo no texto alemão da edição príncipe de Melanchthon (1531): *Darumb werden diejenigen verworfen, so lehren, die Sakrament machen gerecht ex opere operato ohne Glauben, und lehren nicht, dass dieser Glaub dazu getan soll werden, dass da Vergebung der Sünde angeboten werde, welche durch Glauben, nicht durchs Werk erlangt wird.* Esse texto é substancialmente idêntico ao acréscimo que aparece na edição príncipe latino de Melanchthon. (Cf. o texto latino do acréscimo e a tradução portuguêsa em CA XIII, 2, tradução do texto latino, nota em "pelos sacramentos".)

39. *Vom Kirchenregiment.* Texto latino: *De ordine ecclesiastico. Kirchenregiment, ordo* aqui designam o ofício da direção espiritual da congregação.

40. *Ohn ordentlichen Beruf.*

41. *Feier,* aqui no sentido de *Feiertag. Texto latino: Feriae.*

42. *Polizei.* Aqui no sentido de *Staatsordnung, politeia* (cf. BSLK, p. 70, nota 3) ou *Staatsverwaltnung.*

43. *Aufgelegte Eide Tun.* Texto latino: *iurare postulantibus magistratibus.*

44. Max Keller -Hüschemenger *(Die Augsburgische Konfession,* p. 16), adotando uma variante do manuscrito de Espalatino (cf. BSLK, p. 71, aparato crítico), entendem a parte que vai de "quanto o fato é" até "justiça do coração" como razões atribuídas aos adversários condenados aqui pela CA. Isso os obriga a transformar um "dann" em "und" e um "und" em "aber".

45. At 5.29.

46. Segundo um relatório da época, os anabatistas da Turíngia ocidental (Melchior Rinck) ensinavam que separado de Deus nada pode ser eterno, razão porque todos os diabos e os homens condenados devem, finalmente, chegar a Deus e ser salvos.

47. 1 Co 2.14. Almeida RA: "não aceita as coisas do Espírito de Deus".

48. Jo 8.44.

49. Cf. , vg. , Lutero, *Sermon von den guten Werken,* 1520, WA VI, 202 ss.; *Kurze Form der zehn Gebote,* 1520, WA VII, 104 ss.; os
Dez Mandamentos no Catecismo Menor e no Catecismo Maior, adiante, Partes VI e VII.

50. Cf. 1 Tm 2.5.

51. Ef 2.8,9.

52. Rm 5.1. Almeida RA: "Justificados, pois, mediante a fé, tenhamos (ou temos) paz com Deus."

53. Cf. Tg 2.19.

54. Hb 11.1.

55. *Tract. In Ep. Joh. Ad Parth.* X 2. MSL 34, 2055. Pseudo-Agostinho, *De congnitione verae vitae* 37. MSL 40, 1025.

56. *Sollen und mussen.*

57. Lutero: "Quando assino à fé posição tão excelsa e rejeito tais obras infiéis, incriminam-me de proibir as boas obras, quando a verdade é que bem quero ensinar obras da fé verdadeiramente boas." WA VI, 205.

58. Jo 15.5.

59. Sob o sultão Suleimã II, os turcos conquistaram a Hungria e chegaram até diante de Viena (1529), constituindo-se no grande perigo para o Império.

60. 1 Tm 2.5.

61. Rm 8.34.

62. 1 Jo 2.1.

63. Os artigos I - XXI.

64. *Fast.* Cf. as acepções de *fast* em A. Götze, *Glossar.* Texto latino: *fere.*

65. *Gemeiner chritlichen, já auch romischer Kirchen.* "Gemeine" = "allgemeine." Texto latino: *vel ab ecclesia catholica vel ab ecclesia Romana.*

66. Original: *so viel aus der Väter Schriften zu vermerken.* Cf. texto latino *(quatenus ex scriptoribus nobis nota est.*

67. *Irrung* = "Störung", "Streit." Cf. A. Götze, *Glossar.*

68. *Kein befindlicher Ungrund oder Mangel.* "Empfindlich" e "bemerkenswert" são as duas acepções do adjetivo "befindlich" registradas por A. Götze, *(Glossar).*

69. *Nicht.* Sobre "nicht – nichts" Cf. A. Götze, *Glossar.* Espalatino: *nichts.* Texto latino: *de nullo articulo fidei dissentiant.*

70. *Gemeiner christlichen Kirchen.* Texto latino: *ab ecclesia catholica.* Vid. Nota em Conclusão da Parte I, seção 1ª.

71. *Unchristlich oder frevenlich.* A. Götze, *Glossar,* em *fref(en)lich:* "kühn, unverschämt; mutwillig; gewalttätig."

72. Mt 26.27.

73. Ou: *e interpretá-las erroneamente, como se.* No original:....., *und glossieren.....,* als.

74. 1 Co 11.20 ss.

75. Até o século XIII. Cf. Pe. Dr. M. Teixeira - Leite Penido, *Os Mistérios dos Sacramentos,* Vozes, 1954, p. 250: "De fato, na sinaxe antiga comungavam todos sob as duas espécies. Aliás, só no século XIII cessou por completo este uso na Igreja latina. Continuam-no ao orientais."

76. Caecilius Cyprianus Thascius, bispo de Cartago, nasceu em Cartago, entre 200 e 210. Muitas vezes chamado de Papa Africano. Decapitado em 258. Foi o primeiro bispo africano que teve morte de mártir. Sua obra mais importante é *De ecclesiae catholicae unitate.*

77. *Comm. In Zeph.* c. 3. MSL 25.

78. Papa Gelásio, 492 – 496. *Decretum Gratiani p. III, De consecr. dist. 2 c. 12.* A *Confessio Augustana variata* traz a íntegra da sentença de Gelásio: *Comperimus autem quod quidam, sumpta tantum corporis sacri portione, a calice sacri cruoris abstineant, qui procul dubio, quoniam nescio qua superstitione docentur astringi, aut integra Sacramenta percipiant, aut ab integris arceantur, quia diuisio vnius eiusdemque mysterij, sine grandi sacrilegio non potest accidere (Corpus Reformatorum* 27, 381).

79. *Nindert* (= nirgends).

80. A procissão de Corpus Christi, em que se leva a hóstia consagrada. A procissão realiza-se desde o século XIV. A festa de Corpus Christi (quinta-feira seguinte à Oitava de Pentecostes, isto é, quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade), também chamada festa do Corpo de Deus e festa do Santíssimo, foi instituída pelo Papa Urbano IV (século XIII).

81. 1 Co 7.2.

82. 1 Co 7.9.

83. Mt 19.11. Almeida RA: "Nem todos são aptos para receber este conceito."

84. Gn 1.27.

85. A princípio proibiam-se aos clérigos apenas o segundo matrimônio, o casamento depois da ordenação, mais tarde relações sexuais antes da celebração da eucaristia, e, finalmente, desde o século IV, depois do surgimento da missa diária, todo o relacionamento conjugal. Na Alemanha do século XII a maioria dos sacerdotes ainda era casada.

86. 1 Tm 3.2.

87. Siegfried de Mogúncia, por ocasião de sínodos em Erfurt e Mogúncia, 1075.

88. O Concílio de Nicéia (325) recusou-se a exigir o celibato. Quanto aos cânones a que se refere o texto, vid. *Decretum Gratiani* I, d. 82, c. 2 – 5; d. 84, 4.

89. Vid. Nota à tradução do texto latino, seção 2ª.

90. Ou *reflexão.* No original, *aus grossem Bedenken.*

91. No original: die Schärfen und *rigorem.*

92. *Unchristliche.*

93. *Tumbherrn* - Domherren.

94. *Kurtisan* - Höfling.

95. Assim no original. *In clero* = no clero.

96. Ou *entretanto.* No original, *allein.*

97. 1 Tm 4.1,3.

98. Jo 8.44.

99. Tradução da tradução alemã.

100. *Betrauung* - Bedrohung.

101. Ou *merecidamente.* No original, *billing.*

102. Cf. 1 Co 11.27.

103. *Kaufmess und Winkelmess.* Missa particular = missa celebrada sem congregação.

104. *Präbende* = Einnahme, Pfründe.

105. Na carta aos Hebreus.

106. Hb 9.26,28; 10.10,14.

107. *Männiglich* = jedermann.

108. 1 Co 11.20 ss.

109. No original: Die Diakonen sollen nach den Priestern ordentlich das Sakrament empfahen vom Bischof oder Priester. Cânone 18 do Concílio de Nicéia.

110. *Etwa.* Cf. A. Götze, *Glossar.*

111. *Pfarrmess.*

112. Cassiodoro, *Historia ecclesiastica tripartita,* IX, 38. MSL 69, 1155D, citado de Sócrates Escolástico, *Historia ecclesiastica* (para os anos 305 – 439), V. 22, MSG 67, 636 s. Cassiodoro (Flavius Magnus Aureolus Cassiodorus Senator), ca. 485 –ca.580, nascido na Calábria, tornou-se monge em 540. A *Historia tripartita* compreende uma tradução das histórias eclesiásticas de Sócrates Escolástico, Teodoreto e Sozômeno, feita sob a supervisão de Cassiodoro.

113. *Des gegenwärtigen Menschen,* "do homem presente", ou "do homem que está diante de nós."

114. Ou *nomeadamente, nomeando-os expressamente.* No original, *namhaftig.* Cf. A. Götze, *Glossar.*

115. Sl 19.12. Almeida RA: "Quem há que possa discernir as próprias faltas?"

116. Jr 17.9. traduzimos o texto alemão (BSLK, p. 99): *Des Menschen Herz ist so arg, dass man's nicht auslernen kann.* (Em alemão moderno, "auslernen" significa levar a cabo o aprendizado, aprender totalmente.) Almeida RA: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto, quem o conhecerá?"

117. Sl 37.5. Almeida RA: "Entrega o teu caminho ao Senhor."

118. *Decr. Grat.* p. II c. 33 qu. 3. *De poenitentia* d. I c. 87, 4. Crisóstomo, *Homilia 31, in ep. ad Hebr.* MSG 63, 216.

119. Glosa ao Decr. Grat. De poenitentia 5, 1. Lião 1506 s. 375 b: *Melius dicitur eam [i.e., confessionem] institutam fuisse a quadam universalis ecclesiae traditione quam ex novi vel veteris testamenti auctoritate.*

120. Cf. sobre a confissão Concílio de Trento, sessão XIV, cânone 8 (Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* ed. de 1965, número 1708): *Si quis dixerit, confessionem omnium peccatorum, qualem Ecclesia servat, esse impossibilem, et traditionem humanam a piis abolendam; aut ad eam non teneri omnes et singulos utriusque sexus Christi fideles iuxta magni Concilii Lateranensis constitutionem, semel in anno, et ob id suadendum esse Christi fidelibus, ut non confiteantur tempore Quadragesimae: an.s.* ("Se alguém disser que a confissão de todos os pecados, tal como a observa a Igreja, é impossível e é tradição humana que deva ser abolida por pessoas piedosas; ou que não são obrigados a ela, uma vez por ano, todos e cada um dos fiéis de Cristo, de ambos sexos, segundo a constituição do grande Concílio Lateranense, e que por isso os fiéis de Cristo devem ser persuadidos a não se confessarem no tempo da Quaresma: seja anátema.") O cânone refere-se ao IV Concílio de Latrão, de 1215 (Cf. Capítulo 21, Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum,* 812: *Omnis utriusque sexus fidelis, postquam ad annos discretionis prevenerit, omnia sua solus peccata saltem semel in anno fideliter confiteatur proprio sacerdoti.....*) Sobre a obrigatoriedade da confissão de pecados mortais cf. Concílio de Trento, sessão XIV, cânone 7 (Denzinger-Schönmetzer, 1707): *Si quis dixerit, in sacramento paenitentiae ad remissionem peccatorum necessarium non esse iure divino confiteri omnia et singula peccata mortalia, quorum memoria cum debita et diligenti praemeditatione habeatur, etiam occulta, et quae sunt contra duo ultima decalogi praecepta, et circumstantias, quae peccati speciem mutant; sed eam confessionem tantum esse utilem ad erudiendum et consolandum paenitentem, et olim observatam fuisse tantum ad satisfactionem canonicam imponendam; aut dixerit, eos, qui omnia peccata confiteri student, nihil relinquere velle divinae misericordiae ignoscendum; aut demum non licere confiteri peccata venialia: an. s.* ("Se alguém disser que no sacramento da penitência não é necessário por direito divino, para a remissão dos pecados, confessar todos e cada um dos pecados mortais de que haja lembrança depois de devida e diligente reflexão, também pecados ocultos, e aqueles que são transgressões dos dois últimos preceitos de Decálogo, e as circunstâncias que mudam a natureza do pecado, porém que essa confissão é apenas útil para instruir e consolar o penitente, e que antigamente ela foi observada tão-só com a finalidade de impor uma satisfação canônica; ou se disser que aqueles que se esforçam para confessar todos os pecados não querem deixar nada à divina misericórdia para perdão; ou, finalmente, que não é lícito confessar pecados veniais: seja anátema.")

121. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae,* secunda secundae, questio 147, articulus 1 (texto latino da *S. Th.,* cura et studio Sac. Petri Caramello, cum textu ex recensione Leonina, Taurini – 1952 – Romanae, p. 634): *Assumitur enim ieiunium principaliter ad tria. Primo quidem, ad concupiscentias carnis comprimendas.... Secundo, assumitur ad hoc quod mens*

liberius elevetur ad sublimia contemplanda.... Tertio, ad stisfaciendum pro peccatis. Unde dicitur Ioel 2,/12/: Convertimini ad me in toto corde vestro: in ieiunio et fletu et planctu. ("Pois do jejum se faz uso principalmente para três finalidades. Em primeiro lugar, para reprimir as concupiscências da carne.... Usa-se dele em segundo lugar a fim de que a mente se eleve de maneira mais livre para contemplar as coisas elevadas.... Em terceiro lugar, a fim de satisfazer por pecados. De onde dizer-se Joel 2.12: Convertei-vos a mim de todo o vosso coração; em jejum, e choro, e pranto.")

122. Mt 15.1-20.

123. Mt 15.9 Almeida RA: "E em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens."

124. Mt 15.11.

125. Rm 14.17.

126. Cl 2.16.

127. At 15.10,11.

128. 1 Tm 4.1-3.

129. Sobre Joviniano vid. Apologia XXIII, 67, nota em "tempo de Joviniano."

130. Lc 21.34. No original, *mit Fullerei = Völlerei,* comilança, orgia.

131. Mt 17.21; Mc 9.29.

132. 1 Co 9.27.

133. Eusébio, *História Eclesiástica* V, 24, 13, p. 494, 24, ed. de Schwartz. Vid. FC, Epítome X, 7; Decl. Sól. X, 31.

134. Cassiodoro, *Historia tripartita* IX, 38. MSL 69, 1154 A, citado de Sócrates, *História ecclesiastica* V 22. MSG 67, 628 B.

135. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae,* 2a. 2ae., q. 189, art.3, ad 3 (texto lat. cura et studio Sac. Petri Caramello, p. 852): *Rationabiliter autem dici potest quod etiam per ingressum religionis aliquis consequatur remissionem omnium peccatorum. Si enim aliquibus eleemosynis factis homo potest statim stisfacere de peccatis suis, secundum illud Dan. 4, 'Peccata tua eleemosynis redime'; muto magis in satisfactionem pro omnibus peccatis sufficit quod aliquis se totaliter divinis obsequiis mancipet per religionis ingressum, quae exedit omne genus satisfactionis, etiam publicae poenitentiae, ut habetur in Decretis, XXXIII caus., qu. 2, cap. Admonere; sicut etiam holocaustum excedit sacrificium, ut Gregorius dicit, super Ezech. Unde in Vitis Patrum legitur quod eandem gratiam consequuntur religionem ingredientes quam consequuntur baptizati.* ("Além disso, pode dizer-se razoavelmente que também pelo ingresso na religião a gente obtém remissão de todos os pecados. Pois se, feitas algumas esmolas, pode o homem satisfazer imediatamente pelos seus pecados, de acordo com Daniel 4: 'Redime os teus pecados por meio de esmolas', muito mais é suficiente para satisfazer por todos os pecados que a pessoa se devote integralmente ao serviço divino pelo ingresso na religião, o que excede todo gênero de satisfação, até o da penitência pública, conforme os Decretos, XXXIII caus., qu. 2, cap. Admonere; assim como um holocausto excede a um sacrifício, conforme diz Gregório, Homilia sobre Ezequiel. De onde ler-se nas *Vidas dos Pais* que pelo ingresso na religião se consegue a mesma graça que se alcança pelo batismo.") – "Ingressar na religião", neste texto, quer dizer entrar numa ordem religiosa, fazer votos monásticos, também chamados "votos da religião" (os três votos de pobreza, obediência e castidade).

136. 1 Co 7.2.

137. *Mit der Gabe der Jungfrauschaft.*

138. Gn 2.18.

139. Cf. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae* II, 2, q. 88 art. 1, 8.

140. *So geschwind.* Cf. A. Götze, *Glossar* (rasch, entschlossen, schlagfertig; pfiffig, listig, vorschnell; böse, túckisch, etc.) *Concordia Triglotta,* p.78: *scharf.*

141. Mt 15.9.

142. Gl 5.4.

143. *Unglimpflich treiben und aufmutzen.*

144. Mal traduzido em *Tappert,* p. 80: "that it was an innovation of his time."

145. *Ubermasswerk.*

146. *Casus reservati,* nos quais a absolvição era reservada aos bispos ou ao papa.

147. Gregório VII (1073 - 1085): *Quod illi liceat imperatores deponere* ("Que lhe é lícito depor os imperadores). Mirbt, *Quellen,* 4ª ed., número 278. Bonifácio VIII, bula *Unam sanctam: Spiritualis potestas terrenam potestatem instituere habet et iudicare, si bona non fuerit* ("O poder espiritual pode instituir o poder terreno e julgá-lo, caso não seja bom"). Mirbt, *Quellen,* 4ª ed., 211, 8.

148. Jo 20.21-23.

149. Rm 1.16.

150. Jo 18.36.

151. Lc 12.14.

152. Fp 3.20.

153. 2 Co 10.4,5.

154. *Pfarrleut. Tappert* (p.84) traduz "parish ministers". O texto latino só tem *ecclesiae.*

155. Lc 10.16.

156. Mt 7.15.

157. Gl 1.8.

158. 2 Co 13.8.

159. 2 Co 13.10.

160. Ou: administrar justiça.

161. Jo 16.12,13.

162. *Der Meinung.* Cf. A. Götze, *Glossar, Tappert* (p. 86) interpreta erroneamente: "... to make laws out of opinions."

163. *Gar.*

164. *Die Siebenzeit.* Texto latino: *horae canonicae.* As orações canônicas: meia-noite, 7h, 9h, meio-dia, 15h, 18h, e à hora do repouso ou antes de dormir.

165. *Aufsätze.* Cf. A. Götze, *Glossar,* verbete "Aufsaz (ung)." Texto latino: *traditiones.*

166. At 15.10.

167. 2 Co 10.8.

168. Cl 2.16.

169. Cl 2.20-23.

170. Tt 1.14.

171. Mt 15.14.

172. Mt 15.13.

173. Cf. 1 Tm 4.1.

174. Gl 5.1.

175. 1 Co 11.5,6.

176. 1 Co 14.26-31.

177. Vid. Nota em Confissão de Augsburgo, trad. Texto lat., XXVI, 14.

178. O chamado *decreto Apostólico,* de Atos 15.

179. Cf. At 5.29.

180. 1 Pe 5.2.

A iniciativa de apresentar a Confissão de Augsburgo digitada em Diskette é dos pastores Antonio Carlos Behrens (IECLB) e Osmar Schneider (IELB) que, para tal, contaram com o valioso auxílio de Sra. Naemi Ledi Skalee Schneider, Sr. Willy Quandt e Sr. Loiri Jürgensen (membros de ambas as denominações).

Fazemos nossas as palavras de Justus Jonas, autor do Prefácio Latino à CA (vide pág. 4), quando diz: *"... a fim de que neste assunto da religião as opiniões e sentenças das partes, presentes umas às outras, possam ser ouvidas, entendidas e ponderadas entre nós, com mútua caridade, brandura e mansidão, para que ... possam essas coisas ser compostas e reduzidas a uma só verdade simples e concórdia cristã, de forma tal, que, quanto ao mais, seja praticada e mantida por nós* ***uma só religião pura e verdadeira****; e para que assim como estamos e militamos sob o mesmo Cristo, possamos da mesma forma viver uma só igreja cristã, em unidade e concórdia".*

"Tu, porém, fala o que convém à sã doutrina ... a fim de ornarem, em todas as cousas, a doutrina de Deus, nosso Salvador." Tt 2.1,10

A Confissão de Fé de Guanabara

por

Jean de Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon e André la Fon

No dia 7 de março de 1557 chegou a Guanabara um grupo de huguenotes (calvinistas franceses) com o propósito de ajudar a estabelecer um refúgio para os calvinistas perseguidos na França. Perseguidos também na Guanabara em virtude de sua fé reformada, alguns conseguiram escapar; outros, foram condenados à morte por Villegaignon, foram enforcados e seus corpos atirados de um despenhadeiro, em 1558. Antes de morrer, entretanto, foram obrigados a professar por escrito sua fé, no prazo de doze horas, respondendo uma série de perguntas que lhes foram entregues. Eles assim o fizeram, e escreveram a primeira confissão de fé na América (ver Apêndice 2), sabendo que com ela estavam assinando a própria sentença de morte. [1]

TEXTO DA CONFISSÃO [2]

Segundo a doutrina de S. Pedro Apóstolo, em sua primeira epístola, todos os cristãos devem estar sempre prontos para dar razão da esperança que neles há, e isso com toda a doçura e benignidade, nós abaixo assinados, Senhor de Villegaignon, unanimemente (segundo a medida de graça que o Senhor nos tem concedido) damos razão, a cada ponto, como nos haveis apontado e ordenado, e começando no primeiro artigo:

I. *Cremos em um só Deus*, imortal, invisível, criador do céu e da terra, e de todas as coisas, tanto visíveis como invisíveis, o qual é distinto em três pessoas: o Pai, o Filho e o Santo Espírito, que não constituem senão uma mesma substância em essência eterna e uma mesma vontade; o Pai, fonte e começo de todo o bem; o Filho, eternamente gerado do Pai, o qual, cumprida a plenitude do tempo, se manifestou em carne ao mundo, sendo concebido do Santo Espírito, nasceu da virgem Maria, feito sob a lei para resgatar os que sob ela estavam, a fim de que recebêssemos a adoção de próprios filhos; o Santo Espírito, procedente do Pai e do Filho, mestre de toda a verdade, falando pela boca dos profetas, sugerindo as coisas que foram ditas por nosso Senhor Jesus Cristo aos apóstolos. Este é o único Consolador em aflição, dando constância e perseverança em todo bem.

Cremos que é mister somente adorar e perfeitamente amar, rogar e invocar a majestade de Deus em fé ou particularmente.

II. *Adorando nosso Senhor Jesus Cristo*, não separamos uma natureza da outra, confessando as duas naturezas, a saber, divina e humana nele inseparáveis.

III. *Cremos, quanto ao Filho de Deus e ao Santo Espírito*, o que a Palavra de Deus e a doutrina apostólica, e o símbolo,[3] nos ensinam.

IV. *Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo virá julgar os vivos e os mortos*, em forma visível e humana como subiu ao céu, executando tal juízo na forma em que nos predisse no capítulo vinte e cinco de Mateus, tendo todo o poder de julgar, a Ele dado pelo Pai, sendo homem.

E, quanto ao que dizemos em nossas orações, que o Pai aparecerá enfim na pessoa do Filho, entendemos por isso que o poder do Pai, dado ao Filho, será manifestado no dito juízo, não todavia que queiramos confundir as pessoas, sabendo que elas são realmente distintas uma da outra.

V. *Cremos que no santíssimo sacramento da ceia*, com as figuras corporais do pão e do vinho, as almas fiéis são realmente e de fato alimentadas com a própria substância do nosso Senhor Jesus, como nossos corpos são alimentados de alimentos, e assim não entendemos dizer que o pão e o vinho sejam transformados ou transubstanciados no seu corpo, porque o pão continua em sua natureza e substância, semelhantemente ao vinho, e não há mudança ou alteração.

Distinguimos todavia este pão e vinho do outro pão que é dedicado ao uso comum, sendo que este nos é um sinal sacramental, sob o qual a verdade é infalivelmente recebida. Ora, esta recepção não se faz senão por meio da fé e nela não convém imaginar nada de carnal, nem preparar os dentes para comer, como santo Agostinho nos ensina, dizendo: “Porque preparas tu os dentes e o ventre? Crê, e tu o comeste.”

O sinal, pois, nem nos dá a verdade, nem a coisa significada; mas Nosso Senhor Jesus Cristo, por seu poder, virtude e bondade, alimenta e preserva nossas almas, e as faz participantes da sua carne, e de seu sangue, e de todos os seus benefícios.

Vejamos a interpretação das palavras de Jesus Cristo: “Este pão é meu corpo.” Tertuliano, no livro quarto contra Marcião, explica estas palavras assim: “este é o sinal e a figura do meu corpo.”

S. Agostinho diz: “O Senhor não evitou dizer: — Este é o meu corpo, quando dava apenas o sinal de seu corpo.”

Portanto (como é ordenado no primeiro cânon do Concílio de Nicéia), neste santo sacramento não devemos imaginar nada de carnal e nem nos

distrair no pão e no vinho, que nos são neles propostos por sinais, mas levantar nossos espíritos ao céu para contemplar pela fé o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus, sentado à destra de Deus, seu Pai.

Neste sentido podíamos jurar o artigo da Ascensão, com muitas outras sentenças de Santo Agostinho, que omitimos, temendo ser longas.

VI. *Cremos que, se fosse necessário pôr água no vinho*, os evangelistas e São Paulo não teriam omitido uma coisa de tão grande conseqüência.

E quanto ao que os doutores antigos têm observado (fundamentando-se sobre o sangue misturado com água que saiu do lado de Jesus Cristo, desde que tal observância não tem fundamento na Palavra de Deus, visto mesmo que depois da instituição da Santa Ceia isso aconteceu), nós não podemos hoje admitir necessariamente.

VII. *Cremos que não há outra consagração senão a que se faz pelo ministro, quando se celebra a ceia*, recitando o ministro ao povo, em linguagem conhecida, a instituição desta ceia literalmente, segundo a forma que nosso Senhor Jesus Cristo nos prescreveu, admoestando o povo quanto à morte e paixão do nosso Senhor. E mesmo, como diz santo Agostinho, a consagração é a palavra de fé que é pregada e recebida em fé. Pelo que, segue-se que as palavras secretamente pronunciadas sobre os sinais não podem ser a consagração como aparece da instituição que nosso Senhor Jesus Cristo deixou aos seus apóstolos, dirigindo suas palavras aos seus discípulos presentes, aos quais ordenou tomar e comer.

VIII. *O santo sacramento da ceia não é alimento para o corpo como para as almas* (porque nós não imaginamos nada de carnal, como declaramos no artigo quinto) recebendo-o por fé, a qual não é carnal.

IX. *Cremos que o batismo é sacramento de penitência, e como uma entrada na igreja de Deus, para sermos incorporados em Jesus Cristo.* Representa-nos a remissão de nossos pecados passados e futuros, a qual é adquirida plenamente, só pela morte de nosso Senhor Jesus.

De mais, a mortificação de nossa carne aí nos é representada, e a lavagem, representada pela água lançada sobre a criança, é sinal e selo do sangue de nosso Senhor Jesus, que é a verdadeira purificação de nossas almas. A sua instituição nos é ensinada na Palavra de Deus, a qual os santos apóstolos observaram, usando de água em nome do Pai, do Filho e do Santo Espírito. Quanto aos exorcismos, abjurações de Satanás, crisma, saliva e sal, nós os registramos como tradições dos homens, contentando-nos só com a forma e instituição deixada por nosso Senhor Jesus.

X. Qu*anto ao livre arbítrio*, cremos que, se o primeiro homem, criado à imagem de Deus, teve liberdade e vontade, tanto para bem como para mal, só ele conheceu o que era livre arbítrio, estando em sua integridade. Ora, ele nem apenas guardou este dom de Deus, assim como dele foi privado por seu pecado, e todos os que descendem dele, de sorte que nenhum da semente de Adão tem uma centelha do bem.

Por esta causa, diz São Paulo, o homem natural não entende as coisas que são de Deus. E Oséias clama aos filho de Israel: "Tua perdição é de ti, ó Israel." Ora isto entendemos do homem que não é regenerado pelo Santo Espírito.

Quanto ao homem cristão, batizado no sangue de Jesus Cristo, o qual caminha em novidade de vida, nosso Senhor Jesus Cristo restitui nele o livre arbítrio, e reforma a vontade para todas as boas obras, não todavia em perfeição, porque a execução de boa vontade não está em seu poder, mas vem de Deus, como amplamente este santo apóstolo declara, no sétimo capítulo aos Romanos, dizendo: "Tenho o querer, mas em mim não acho o realizar."

O homem predestinado para a vida eterna, embora peque por fragilidade humana, todavia não pode cair em impenitência.

A este propósito, S. João diz que ele não peca, porque a eleição permanece nele.

XI. *Cremos que pertence só à Palavra de Deus perdoar os pecados*, da qual, como diz santo Ambrósio, o homem é apenas o ministro; portanto, se ele condena ou absolve, não é ele, mas a Palavra de Deus que ele anuncia.

Santo Agostinho, neste lugar diz que não é pelo mérito dos homens que os pecados são perdoados, mas pela virtude do Santo Espírito. Porque o Senhor dissera aos seus apóstolos: "recebei o Santo Espírito;" depois acrescenta: "Se perdoardes a alguém os seus pecados," etc.

Cipriano diz que o servo não pode perdoar a ofensa contra o Senhor.

XII. *Quanto à imposição das mãos*, essa serviu em seu tempo, e não há necessidade de conservá-la agora, porque pela imposição das mãos não se pode dar o Santo Espírito, porquanto isto só a Deus pertence.

No tocante à ordem eclesiástica, cremos no que S. Paulo dela escreveu na primeira epístola a Timóteo, e em outros lugares.

XIII. *A separação entre o homem e a mulher legitimamente unidos por casamento não se pode fazer senão por causa de adultério*, como nosso

Senhor ensina (Mateus 19:5). E não somente se pode fazer a separação por essa causa, mas também, bem examinada a causa perante o magistrado, a parte não culpada, se não podendo conter-se, deve casar-se, como São Ambrósio diz sobre o capítulo sete da Primeira Epístola aos Coríntios. O magistrado, todavia, deve nisso proceder com madureza de conselho.

XIV. *São Paulo, ensinando que o bispo deve ser marido de uma só mulher*, não diz que não lhe seja lícito tornar a casar, mas o santo apóstolo condena a bigamia a que os homens daqueles tempos eram muito afeitos; todavia, nisso deixamos o julgamento aos mais versados nas Santas Escrituras, não se fundando a nossa fé sobre esse ponto.

XV. *Não é lícito votar a Deus, senão o que ele aprova*. Ora, é assim que os votos monásticos só tendem à corrupção do verdadeiro serviço de Deus. É também grande temeridade e presunção do homem fazer votos além da medida de sua vocação, visto que a santa Escritura nos ensina que a continência é um dom especial (Mateus 15 e 1 Coríntios 7). Portanto, segue-se que os que se impõem esta necessidade, renunciando ao matrimônio toda a sua vida, não podem ser desculpados de extrema temeridade e confiança excessiva e insolente em si mesmos.

E por este meio tentam a Deus, visto que o dom da continência é em alguns apenas temporal, e o que o teve por algum tempo não o terá pelo resto da vida. Por isso, pois, os monges, padres e outros tais que se obrigam e prometem viver em castidade, tentam contra Deus, por isso que não está neles o cumprir o que prometem. São Cipriano, no capítulo onze, diz assim: “Se as virgens se dedicam de boa vontade a Cristo, perseverem em castidade sem defeito; sendo assim fortes e constantes, esperem o galardão preparado para a sua virgindade; se não querem ou não podem perseverar nos votos, é melhor que se casem do que serem precipitadas no fogo da lascívia por seus prazeres e delícias.” Quanto à passagem do apóstolo S. Paulo, é verdade que as viúvas tomadas para servir à igreja, se submetiam a não mais casar, enquanto estivessem sujeitas ao dito cargo, não que por isso se lhes reputasse ou atribuísse alguma santidade, mas porque não podiam bem desempenhar os deveres, sendo casadas; e, querendo casar, renunciassem à vocação para a qual Deus as tinha chamado, contudo que cumprissem as promessas feitas na igreja, sem violar a promessa feita no batismo, na qual está contido este ponto: “Que cada um deve servir a Deus na vocação em que foi chamado.” As viúvas, pois, não faziam voto de continência, senão porque o casamento não convinha ao ofício para que se apresentavam, e não tinha outra consideração que cumpri-lo. Não eram tão constrangidas que não lhes fosse antes permitido casar que se abrasar e cair em alguma infâmia ou desonestidade.

Mas, para evitar tal inconveniência, o apóstolo São Paulo, no capítulo citado, proíbe que sejam recebidas para fazer tais votos sem que tenham a idade de sessenta anos, que é uma idade normalmente fora da incontinência. Acrescenta que os eleitos só devem ter sido casados uma vez, a fim de que por essa forma, tenham já uma aprovação de continência.

XVI. *Cremos que Jesus Cristo é o nosso único Mediador*, intercessor e advogado, pelo qual temos acesso ao Pai, e que, justificados no seu sangue, seremos livres da morte, e por ele já reconciliados teremos plena vitória contra a morte.

Quanto aos santos mortos, dizemos que desejam a nossa salvação e o cumprimento do Reino de Deus, e que o número dos eleitos se complete; todavia, não nos devemos dirigir a eles como intercessores para obterem alguma coisa, porque desobedeceríamos o mandamento de Deus. Quanto a nós, ainda vivos, enquanto estamos unidos como membros de um corpo, devemos orar uns pelos outros, como nos ensinam muitas passagens das Santas Escrituras.

XVII. *Quanto aos mortos*, São Paulo, na Primeira Epístola aos Tessalonicenses, no capítulo quatro, nos proíbe entristecer-nos por eles, porque isto convém aos pagãos, que não têm esperança alguma de ressuscitar. O apóstolo não manda e nem ensina orar por eles, o que não teria esquecido se fosse conveniente. S. Agostinho, sobre o Salmo 48, diz que os espíritos dos mortos recebem conforme o que tiverem feito durante a vida; que se nada fizeram, estando vivos, nada recebem, estando mortos.

Esta é a resposta que damos aos artigos por vós enviados, segundo a medida e porção da fé, que Deus nos deu, suplicando que lhe praza fazer que em nós não seja morta, antes produza frutos dignos de seus filhos, e assim, fazendo-nos crescer e perseverar nela, lhe rendamos graças e louvores para sempre. Assim seja.

Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André la Fon.

---

* Extraído de Paulo R. B. Anglada, *Sola Scriptura*: A Doutrina Reformada das Escrituras (São Paulo: Editora Os Puritanos, 1998), 190-197.

[1] O relato da história dos mártires huguenotes no Brasil, bem como a Confissão de Fé que escreveram, encontra-se no livro *A Tragédia da Guanabara: História dos Protomartyres do Christianismo no Brasil*, traduzido por Domingos Ribeiro; de um capítulo intitulado *On the Church of the Believers in the Country of Brazil, part of Austral America: Its*

Affliction and Dispersion, do livro de Jean Crespin: *l' Histoire des Martyres*, originalmente publicado em 1564. Este livro, por sua vez, é uma tradução de um pequeno livro: *Histoire des choses mémorables survenues en le terre de Brésil, partie de l' Amérique australe, sous le governement de N. de Villegaignon, depuis l' an 1558*, publicado em 1561, cuja autoria é atribuída a Jean Lery, um dos huguenotes que vieram para o Brasil em 1557, o qual também publicou outro livro sobre sua viagem ao Brasil: *Histoire d'an voyage fait en la terre du Brésil*.

[2] O texto foi transcrito de Jean Crespin, *A Tragédia da Guanabara; História dos Protomartyres do Christianismo no Brasil*, 65-71. O português antigo de Domingos Ribeiro (o tradutor) foi atualizado.

[3] Uma referência ao Credo Apostólico.

A Confissão de Fé Escocesa

E será pregado este evangelho do reino por todo o mundo, para testemunho a todas as nações. Então, virá o fim (Mateus 24.14)

Prefácio

Os Estados da Escócia, com seus habitantes, professando o evangelho santo de Jesus Cristo: para os seus compatriotas, e para todos os outros reinos e nações, professando o mesmo Senhor Jesus com eles, deseja graça, misericórdia, e paz de Deus o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, com um espírito de justo julgamento, para saudação, etc.

Durante muito tempo, queridos irmãos, nós tivemos o desejo de notificar ao mundo, a soma daquela doutrina a qual nós professamos, e pela o qual nós temos recebido infâmia e perigo. Mas tal foi a fúria de Satanás contra nós, e contra a verdade eterna de Jesus Cristo, recentemente nascida entre nós, que até este dia nenhum tempo foi concedido a nós para clarear nossas consciências, como alegremente nós teríamos feito. Como nós temos sido lançados a um ano inteiro de passado, a maior parte de Europa (como nós supomos) entende. Mas vendo que a infinita bondade de nosso Deus (que nunca faz sofrer o aflito completamente para não ser confundido), acima de qualquer expectativa, nós obtivemos algum descanso e liberdade, nós não pudemos, mas passo adiante esta breve e simples confissão de tal doutrina como é proposta à nós, e como nós acreditamos e professamos; em parte para satisfação de nossos irmãos cujos corações, não temos dúvida, temos sido ainda feridos apesar da ira que ainda temos de não aprender a falar bem; e em parte pelo parar as bocas de insolentes blasfemadores que corajosamente amaldiçoam aquilo que eles nem mesmo ouviram, e o que nem ainda entendem.

Não que julguemos que tal cancerosa malícia pode ser curada por esta nossa simples confissão. Não, nós sabemos que o doce sabor do evangelho é, e deve ser, morte para os filhos de perdição. Mas nós temos respeito principalmente para com nossos irmãos fracos e enfermos, para quem nós comunicaríamos o fundo de nossos corações, para que eles não sejam aborrecidos ou levados por diversos rumores que Satanás espalha [contra] nós, para derrotar este nosso empreendimento religioso; protestando que, se qualquer homem notar nesta nossa confissão, que qualquer artigo ou sentença seja repugnante para com a Palavra santa de Deus, isto nos agradará, por sua gentileza, e pela causa da caridade cristã, nos prevenir destes mesmos escritos; e nós, por nossa honra e fidelidade, prometemos a ele satisfação da boca de Deus (quer dizer, de suas Escrituras Santas), ou qualquer reforma que ele prove em que temos nos extraviado. Para Deus nós levamos as historias de nossas consciências, que de nossos corações nós detestamos todas as seitas heréticas, e todos os professores de doutrina errônea; e que, com toda humildade, nós abraçamos a pureza do evangelho de Cristo que é o único alimento de nossas almas; e isto é tão precioso

para nós, que nós estamos determinados a sofrer a extremidade do perigo mundano, ao invés de que nós sofreremos ao ser defraudados pelo mesmo. Pela espera nós somos certamente persuadidos, que aquele que de alguma forma negar a Cristo Jesus, ou ter vergonha dele, na presença dos homens, será negado diante do Pai, e diante de seus santos anjos. E então, pela ajuda do poderoso Espírito do nosso mesmo Senhor Jesus, nós firmemente propomos ficar juntos até o fim, na confissão desta nossa fé, como se seguem nestes artigos.

Capítulos	Conteúdo
1º	De Deus
2º	Da Criação do Homem
3º	Do Pecado Original
4º	Da Revelação da Promessa
5º	Continuidade, Aumento e Preservação das Igrejas
6º	Da Encarnação de Cristo
7º	Porque Devia o Mediador Ser Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem
8º	A Eleição
9º	A Morte, A Paixão e o Sepultamento de Cristo
10º	A Ressurreição
11º	A Ascenção
12º	A Fé no Espírito Santo
13º	A Causa das Boas Obras
14º	As Obras Que São Consideradas Boas Diante de Deus
15º	A Perfeição da Lei e a Imperfeição do Homem
16º	Da Igreja
17º	Da Imortalidade Das Almas
18º	Os Sinais Pelos Quais a Verdadeira Igreja Será Distinguida da Falsa e Quem Será Juiz da Doutrina
19º	A Autoridade Das Escrituras
20º	Dos Concilios Gerais, Seu Poder, Sua Autoridade e Causas de Sua Convocação
21º	Dos Sacramentos
22º	Da Reta Administração dos Sacramentos
23º	A Quem Interessam os Sacramentos
24º	Do Magistrado Civil
25º	Os Dons Livremente Concedidos à Igreja

1º CAPÍTULO - DE DEUS

Confessamos e reconhecemos um só Deus, a quem, só, devemos apegar-nos, a quem, só, devemos servir, a quem, só, devemos adorar e em quem, só, devemos depositar nossa confiança. Ele é eterno, infinito, imensurável, incompreensível, onipotente, invisível; um em substância e, contudo, distinto em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Cremos e confessamos que por ele todas as coisas que há no céu e na terra, visíveis e invisíveis, foram criadas, são mantidas em seu ser, e são governadas e guiadas pela sua inescrutável providência para o fim que determinaram sua eterna sabedoria, bondade e justiça, e para a manifestação de sua própria glória.

Ref. Bíblicas.
Dt 6:4; 1Co 8:6; Dt 4:35; Is 44:5-6. I Tm 1:17; I Rs 8:27; II Cr 6:18; Sl 139:7-8; Gn 17:1; I Tm 6:15-16; Êx 3:14-15. Mt 28:19; 1Jo 5:7. Gn 1:1; Hb 11:3; At 17:28; Pv 16:4.

2º CAPÍTULO - DA CRIAÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que nosso Deus criou o homem, isto é, nosso primeiro pai, Adão, segundo sua própria imagem e semelhança, e lhe deu sabedoria, domínio, justiça, livre arbítrio e consciência de si mesmo, de modo que em toda a natureza do homem não se podia encontrar nenhuma imperfeição. Dessa perfeição e dignidade caíram o homem e a mulher; a mulher, enganada pela serpente e o homem dando ouvido à voz da mulher, ambos conspirando contra a soberana majestade de Deus, que, com palavras claras, os havia previamente ameaçado de morte, se ousassem comer da árvore proibida.

Ref. Bíblicas.
Gn 1:26-28; Cl 3:10; Ef 4:24. Gn 3:6; 2:17.

3º CAPÍTULO - DO PECADO ORIGINAL

Por essa transgressão, geralmente conhecida como pecado original, a imagem de Deus foi totalmente deformada no homem, e ele e seus filhos se tornaram, por natureza, inimigos de Deus, escravos de Satanás e servos do pecado, de modo que a morte eterna tem tido e terá poder e domínio sobre todos os que não foram, não são e não forem regenerados do alto. Essa regeneração se realiza pelo poder do Espírito Santo, que cria nos corações dos escolhidos de Deus uma fé firme na

promessa de Deus a nós revelada pela sua Palavra; por essa fé aprendemos Jesus Cristo com os seus dons gratuitos e com as bênçãos nele prometidas.

Ref. Bíblicas
Sl 51:5; Rm 5:10; 7:5; II Tm 2:26; Ef 2:1-3. Rm 5:14,21 6:23; Jo 3:5; Rm 5:1; Fp 1:29

4º CAPÍTULO - DA REVELAÇÃO DA PROMESSA

Cremos firmemente que Deus, depois da tremenda e horrenda defecção de sua obediência feita pelo homem, procurou Adão, chamou-o a si, foi ter com ele, repreeendeu-o e convenceu-o do seu pecado e fez-lhe afinal a promessa gratuita e a mais grata de que a semente da mulher esmagaria a cabeça da serpente, isto é, destruiria as obras do Diabo. Essa promessa foi repetida e tornada cada vez mais clara com o correr do tempo; foi abraçada com firmeza e alegria por todos os fiéis, de Adão a Noé. Semelhantemente, de Noé a Abraão, de Abraão a Davi e assim por diante até a encarnação de Jesus Cristo; todos - isto é, os patriarcas crentes sob a lei - viram os dias agradabilíssimos de Cristo e se regozijaram.

Ref. Bíblicas.
Gn 3:9. Gn 3:15. Gn 12:3; 15:5-6; 2Sm 7:14; Is 7:14; 9:6; Os 2:6; Jo 8:56.

5º CAPÍTULO - CONTITUIDADE, AUMENTO E PRESERVAÇÃO DA IGREJAS

Cremos, com a maior segurança, que Deus preservou, instruiu, multiplicou, honrou, adornou e vocacionou, da morte para a vida, a sua Igreja em todas as épocas, desde Adão até a vinda de Cristo Jesus em carne. Ele chamou Abraão da terra de seu pai, instruiu-o e multiplicou a sua semente; ele o preservou maravilhosamente e mais admiravelmente livrou sua semente da servidão e da tirania de Faraó; deu-lhe as suas leis, constituições e cerimônias, deu-lhes a terra de Canaã. Depois de lhes haver dado juizes, e posteriormente Saul, deu-lhes Davi para ser rei, a quem prometeu que do fruto dos seus lombos um devia assentar-se para sempre no seu trono real. A esse mesmo povo ele enviou profetas, em contínua sucessão de tempo, a fim de, da idolatria pela qual eles freqüentes vezes se desviaram, reconduzi-los ao caminho reto do seu Deus. E, embora, por seu obstinado desprezo da justiça, tenha sido ele, compelido a entregá-los nas mãos dos seus inimigos, como fora previamente ameaçado pelos lábios de Moisés, de modo que a cidade santa foi completamente destruída, o templo devorado pelo fogo, e toda a terra desolada durante setenta anos, contudo, por sua graça e misericórdia ele os reconduziu a Jerusalém, onde a cidade e o templo foram restaurados e onde eles resistiram contra todas as tentações e assaltos de Satanás, até a vinda do Messias, segundo a promessa.

Ref. Bíblicas.
Ez 6:6-14. Gn 12:1; 13:1. Êx. 1, etc. Jo 1:3; 23:4. I Sm 10:1; 16:13. II Sm 7:12. II Rs 17:13-19. II Rs 24:3-4. Dt 28:36, 48. II Rs 25. Dn 9:2. Jr 30; Ed 1, etc.; Os 1:14; 2:7-9; Zc 3:8.

6º CAPÍTULO - DA ENCARNAÇÃO DE CRISTO

Quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou ao mundo o seu Filho - sua eterna sabedoria, a substância da sua própria glória - o qual assumiu a natureza humana da substância de uma mulher, uma virgem, e isso por obra do Espírito Santo. E assim nasceu a “semente justa de Davi”, o “Anjo do grande conselho de Deus”, o próprio Messias prometido, a quem reconhecemos e confessamos como o Emanuel, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, por duas naturezas unidas e ligadas em uma só pessoa. Assim, por esta nossa Confissão condenamos as condenáveis e pestilentas heresias de Ário, Márcion, Eutiques, Nestório e outros, que, ou negaram a sua divindade eterna ou a verdade da sua natureza humana, ou as confundiram ou dividiram.

Ref. Bíblicas.
Gl 4:4. Lc 1:31; Mt 1:18; 2:1; Rm 1:3; Jo 1:45; Mt 1:23. I Tm 2:5.

7º CAPÍTULO - POR QUE DEVIA O MEDIADOR SER VERDADEIRO DEUS E VERDADEIRO HOMEM

Reconhecemos e confessamos que esta admirável união entre a divindade e a humanidade, em Jesus Cristo, procedeu do decreto eterno e imutável de Deus, do qual decorre e depende toda a nossa salvação.
Ref. Bíblicas
1. Ef 1:3-6.

8º CAPÍTULO - A ELEIÇÃO

O mesmo eterno Deus e Pai, que somente pela graça nos escolheu em seu Filho, Jesus Cristo, antes que fossem lançados os fundamentos do mundo, designou-o para ser nosso chefe, nosso irmão, nosso pastor e o grande bispo de nossas almas. Mas, visto que a inimizade entre a justiça de Deus e os nossos pecados era tal que nenhuma carne por si mesma poderia ter chegado a Deus, foi preciso que o Filho de Deus descesse até nós e assumisse o corpo de nosso corpo, a carne de nossa carne e o osso de nossos ossos, para que se tornasse o perfeito Mediador entre Deus e o homem, dando a todos os que crêem em Deus o poder

de se tornarem filhos de Deus, como ele mesmo diz: “Subo para o meu Pai e vosso Pai, para o meu Deus e vosso Deus”. Por meio desta santíssima fraternidade, tudo o que perdemos em Adão nos é de novo restituído, e por isso não tememos chamar a Deus nosso Pai, não tanto por nos ter ele criado - o que temos em comum com os próprios réprobos – como por nos ter dado o seu Filho unigênito para ser nosso irmão, e por nos ter concedido graça para reconhecê-lo e abraçá-lo como nosso único Mediador, como ficou dito acima.

Além disso, era preciso que o Messias e Redentor fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porque ele seria capaz de suportar o castigo devido a nossas transgressões e apresentar-se ante o juízo de seu Pai, como em nosso lugar, para sofrer por nossa transgressão e desobediência, e, pela morte, vencer o autor da morte. Mas, porque a Divindade, só, não podia sofrer a morte, nem a humanidade podia vencê-la, ele uniu as duas numa só pessoa, a fim de que a fraqueza de uma pudesse sofrer e sujeitar-se à morte que nós merecíamos - e o poder infinito e invencível da outra, isto é, da Divindade, pudesse triunfar e preparar-nos a vida, a liberdade e a vitória perpétua. Assim confessamos e cremos sem nenhuma dúvida.

Ref. Bíblicas
Ef 1:11; Mt 25:34. Ef 1:22-23. Hb 2:7-8, 11-12; Sl 22:22. Hb 13:20; 1Pd 2:24; 5:4. Sl 130:3; 143:2. I Tm 2:5. Jo 1:12. Jo 20:17. Rm 5:17-19. Rm 8:15; Gl 4:5-6. At 17:26. Hb 2:11-12. I Pd 3:18; Is 53:8. At 2:24. Jo 1:2; At 20:20; 1Tm 3:16; Jo 3:16

9º CAPÍTULO - A MORTE, A PAIXÃO E O SEPULTAMENTO DE CRISTO

[Confessamos] que nosso Senhor Jesus Cristo se ofereceu ao Pai em sacrifício voluntário por nós, que sofreu a contradição dos pecadores, que foi ferido e açoitado pelas nossas transgressões, que, sendo o Cordeiro de Deus puro e inocente foi condenado na presença de um juiz terreno, a fim de que fôssemos absolvidos perante o tribunal de nosso Deus; que sofreu não só a cruel morte de cruz - que foi maldita pela sentença de Deus - mas também sofreu por um pouco a ira de seu Pai, que os pecadores mereciam. Mas declaramos que ele permanece como o Filho unicamente amado e bendito do Pai, mesmo em meio à angústia e ao tormento que ele sofreu na alma e no corpo, para dar plena satisfação pelos pecados do povo, e agora confessamos e declaramos que não resta nenhum outro sacrifício pelo pecado. Se há alguns que assim afirmam, não necessitamos em declarar que são blasfemos contra a morte de Cristo e contra a satisfação eterna que por ela nos foi preparada.

Ref. Bíblicas.
Hb 10:1-12. Is 53:5; Hb 12:3. Jo 1:29. Mt 27:11,26; Mc 15; Lc 23. Gl 3:13. Dt 21:23. Mt 26:38-39. 2Co 5:21. Hb 9:12; 10:14.

10º CAPÍTULO - A RESSURREIÇÃO

Visto que era impossível que as dores da morte pudessem reter cativo o Autor da vida,1 cremos sem nenhuma dúvida que nosso Senhor Jesus Cristo foi crucificado morto e sepultado, o qual desceu ao inferno, ressuscitou para nossa justificação e para a destruição daquele que era o autor do pecado, e nos trouxe de novo a vida, a nós que estávamos sujeitos à morte e ao seu cativeiro. Sabemos que sua ressurreição foi confirmada pelos testemunhos de seus inimigos e pela ressurreição dos mortos, cujos sepulcros se abriram e eles ressuscitaram e apareceram a muitos dentro da cidade de Jerusalém, e que foi também confirmada pelos testemunhos dos anjos, pelos sentidos e pelo julgamento dos apóstolos e de outros que privaram com ele e com ele comeram e beberam depois da sua ressurreição.

Ref. Bíblicas.
At 2:24. At 3:26; Rm 6:5, 9; 4:25. Hb 2:14-15. Mt 28:4. Mt 27:52-53. Mt 28:5-6. Jo 20:27; 21:7,12-13; Lc 24:41-43.

11º CAPÍTULO - A ASCENSÃO

Não duvidamos, de modo nenhum, que exatamente o mesmo corpo que nasceu da Virgem, foi crucificado, morto e sepultado, e que ele ressurgiu e subiu aos céus, para cumprimento de todas as coisas,1 onde em nosso nome e para a nossa consolação recebeu todo o poder no céu e na terra,2 onde ele está sentado, à destra do Pai, tendo sido coroado no seu reino, como o único advogado e mediador por nós;3 essa glória, honra e prerrogativa possuirá ele, só, entre os irmãos, até que todos os seus inimigos sejam feitos escabelo dos seus pés.4 Assim também cremos, sem dúvida alguma, que haverá um juízo final, para cuja execução o mesmo Senhor Jesus há de vir visivelmente, como foi visto subir.5 E cremos firmemente que virá então o tempo da recriação e restauração de todas as coisas,6 de modo que aqueles que desde o principio sofreram violência e afronta por causa da justiça, entrarão na posse da bendita imortalidade a eles prometida desde o princípio.7

Mas, por outro lado, os obstinados, os desobedientes, os cruéis, os perseguidores, os impuros, os idólatras e incrédulos de toda sorte serão lançados no cárcere das trevas exteriores, onde o seu verme não morrerá, nem seu fogo se apagará.8 A lembrança daquele dia e do juízo que nele será executado não é apenas freio para coibir nossos apetites carnais, mas também uma consolação tão grande e tão incomparável que nem a ameaça dos príncipes deste mundo, nem o medo da morte temporal e do perigo presente podem levar-nos a renunciar e abandonar aquela bendita sociedade que nós, os membros, temos com o Cabeça e nosso único Mediador, Jesus Cristo:9 a quem nós confessamos e reconhecemos ser o Messias prometido, o único Cabeça da Igreja, nosso justo Legislador, nosso único Sumo-Sacerdote, Advogado e Mediador,10 em cujas honras e funções, se homem

ou anjo ousa intrometer-se, nós os detestamos e repudiamos completamente como blasfemos de nosso soberano e supremo Governador, Jesus Cristo.

Ref. Bíblicas.
Mc 16:9; Mt 28:6; Lc 24:51; At 1:9. Mt 28:18. I Jo 2:1; 1Tm 2:5. Sl 110:1; Mt 22:44; Mc 12:36; Lc 20:42-43. At 1:8. At 3:19. Mt25:34. 2Tss 1:4-8. Ap 21:27; Is 66:24; Mt 25:41; Mc 9:44, 46,48; Mt 22:13. II Pd 3:11; II Co 5:9-11; Lc 21:27-28; Jo 14:1, etc. Is 7:14; Ef 1:22; Cl 1:18; Hb 9:11,15; 10:21; I Jo 2:1; I Tm 2:5.

12º CAPÍTULO - A FÉ NO ESPÍRITO SANTO

Esta fé e a sua certeza não procedem da carne e do sangue, isto é, de uma faculdade natural que há em nós, mas são a inspiração do Espírito Santo,1 que nós confessamos ser Deus, igual com o Pai e com seu Filho, que nos santifica e nos conduz em toda verdade pela sua operação, sem o qual permaneceríamos para sempre inimigos de Deus e ignorantes de seu Filho, Jesus Cristo. Porque por natureza somos mortos, cegos e perversos, de maneira que nem sequer sentimos quando somos aguilhoados, nem vemos a luz quando brilha, nem podemos assentir à vontade de Deus quando ela se revela, se o Espírito de nosso Senhor não vivificar o que está morto, não remover as trevas de nossas mentes e não dobrar a rebelião dos nossos corações à obediência da sua bendita vontade. Dessa forma, assim como confessamos que Deus o Pai nos criou quando ainda não existíamos, assim como o seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, nos redimiu quando éramos seus inimigos, assim também confessamos que o Espírito Santo nos santificou e regenerou, sem qualquer respeito a qualquer mérito nosso - seja anterior seja posterior à nossa regeneração. Para deixar isto ainda mais claro: como de boa vontade renunciamos a qualquer honra e glória pela nossa própria criação e redenção, assim também o fazemos pela nossa regeneração e santificação, pois por nós mesmos nada de bom somos capazes de pensar, mas só aquele que em nós começou a obra nos faz continuar nela, para o louvor e glória de sua graça imerecida.

Ref. Bíblicas
Mt 16:17; Jo 14:26; 15:26; 16:13. 2. At 5:3-4. Cl 2:13; Ef 2:1; Jo 9:39; Ap 3:17; Mt 17:17; Mc 9:19; Lc 9:41; Jo 6:63; Mq 7:8; 1Rs 8:57-58. Sl 100:3. Rm 5:10. Jo 3:5; Tt 3:5; Rm 5:8. Fp 3:7. Fp 1:6; 2 Co 3:5. Ef 1:6.

13º CAPÍTULO - A CAUSA DAS BOAS OBRAS

Assim, confessamos que a causa das boas obras não é nosso livre arbítrio, mas o Espírito de Jesus, nosso Senhor, que habita em nossos corações pela verdadeira fé, produz as obras, quais Deus as preparou para que andássemos nelas. Por isso, com toda a ousadia afirmamos que é blasfêmia dizer que Cristo habita nos

corações daqueles em quem não há nenhum espírito de santificação. Portanto, não hesitamos em afirmar que os assassinos, os opressores, os cruéis, os perseguidores, os adúlteros, os fornicários, os idólatras, os alcoólatras, os ladrões e outros que praticam a iniqüidade, não têm nem verdadeira fé, nem qualquer porção do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na impiedade.

Pois, logo que o Espírito do Senhor Jesus, a quem os escolhidos de Deus recebem pela verdadeira fé, toma posse do coração de alguém, imediatamente ele regenera e renova esse homem, que assim começa a odiar aquilo que antes amava e a amar o que antes odiava. Daí resulta a contínua batalha entre a carne e o espírito: a carne e o homem natural, segundo a sua corrupção, cobiçam coisas que lhes são agradáveis e deleitáveis, murmuram na adversidade e enchem-se de orgulho na prosperidade e estão em todos os momentos propensos e prontos a ofender a majestade de Deus. Mas o Espírito de Deus, que dá testemunho junto ao nosso espírito de que somos filhos de Deus, leva-nos a resistir aos prazeres imundos e a suspirar na presença de Deus pelo livramento desse cativeiro da corrupção, e finalmente a triunfar sobre o pecado, para que ele não reine em nossos corpos mortais.

Os homens carnais não têm esse conflito, pois são destituídos do Espírito de Deus, mas seguem e obedecem com avidez ao pecado, sem nenhum pesar, estimulados pelo Diabo e por sua cupidez depravada. Os filhos de Deus, porém, como antes foi dito, lutam contra o pecado, suspiram e gemem quando se sentem tentados à prática do mal; e, se caem, levantam-se outra vez com arrependimento não fingido. Eles fazem estas coisas não pelo seu próprio poder, mas pelo poder do Senhor Jesus, sem quem nada podem fazer.

Ref. Bíblicas.
Ef 2:10; Fp 2:13; Jo 15:5; Rm 8:9. Rm 7:15-25; Gl 5:17. Rm 8:16. Rm 7:24; 8:22. Rm 6:12. 2Tm 2:26. Jo 15:5.

14º CAPÍTULO - AS OBRAS QUE SÃO CONSIDERADAS BOAS DIANTE DE DEUS

Confessamos e reconhecemos que Deus deu ao homem sua santa Lei, na qual se proíbem não só as obras que desagradam e ofendem sua divina majestade, mas também se ordenam todas aquelas que lhe agradam e que ele prometeu recompensar. Essas obras são de duas espécies. Umas são praticadas para a honra de Deus e as outras para benefício de nosso próximo, e ambas têm a vontade revelada de Deus como sua garantia.
Ter um só Deus, adorá-lo e honrá-lo, invocá-lo em todas as nossas dificuldades, reverenciar o seu santo nome, ouvir a sua Palavra e crer nela, participar dos seus

santos sacramentos, são obras da primeira espécie. Honrar pai, mãe, príncipes, governantes e poderes superiores, amá-los, sustentá-los, obedecer às suas ordens - se estas não são contrárias aos mandamentos divinos - salvar as vidas dos inocentes, reprimir a tirania, defender os oprimidos, conservar nossos corpos limpos e santos, viver em sobriedade e temperança, tratar de modo justo todos os homens tanto por palavras como por obras e, finalmente, reprimir quaisquer desejos pelos quais nosso próximo recebe ou pode receber dano, são as boas obras da segunda espécie, as quais são mui gratas e aceitáveis a Deus, visto que ele mesmo as ordenou.

Os atos contrários são pecados dignos da maior indignação, que sempre lhe desagradam e o provocam à ira. São eles: não invocar só a ele quando temos necessidade, não ouvir com reverência a sua Palavra, mas desprezá-la e rejeitá-la, ter ou adorar ídolos, alimentar e defender a idolatria, fazer pouco do venerável nome de Deus, profanar, abusar ou desprezar os sacramentos de Jesus Cristo, não obedecer ou resistir aos que Deus colocou em autoridade, enquanto se mantenham dentro dos limites da sua vocação, cometer homicídio ou ser conivente com homicídio, odiar o próximo, permitir que seja derramado o sangue inocente, se podemos impedi-lo. Em conclusão, confessamos e afirmamos que a quebra de qualquer mandamento da primeira ou da segunda espécie é pecado, pelo qual se acende a ira de Deus contra o mundo soberbo e ingrato. Assim, afirmamos serem boas obras somente as que são praticadas com fé, segundo o mandamento de Deus, que, em sua lei, expôs o que lhe agrada. Afirmamos que as obras más não são apenas as que se praticam expressamente contra o mandamento de Deus, mas também as que em assuntos religiosos e de culto a Deus, não têm outro fundamento senão a invenção e a opinião do homem. Desde o princípio Deus as vem rejeitando, como aprendemos das palavras do profeta Isaías e de nosso Senhor Jesus Cristo: “Em vão me adoram, ensinando doutrinas e mandamentos de homens”.

Ref. Bíblicas.
Êx 20:3, etc.; Dt 5:6, etc.; 4:8. Lc 10:27-28; Mq 6:8. Ef 6:1,7; Ez 22:1,etc.; 1Co 6:19-20; 1Tss 4:3-7; Jr 22:3, etc.; Is 50:1, etc.; 1Tss. 4:6. Rm 13:2. Ez 22:13, etc. I Jo 3:4. Rm 14:23; Hb 11:6. I Sm 15:22; 1Co 10:31. 1Jo 3:4. Is 29:13. Mt 15:9; Mc 7:7.

15º CAPÍTULO - A PERFEIÇÃO DA LEI E A IMPERFEIÇÃO DO HOMEM

Confessamos e reconhecemos que a Lei de Deus é a mais justa, a mais imparcial e a mais santa, e o que ela ordena, se perfeitamente praticado, iluminaria e poderia conduzir o homem à felicidade eterna;1 mas a nossa natureza é tão corrupta, fraca e imperfeita que jamais seríamos capazes de cumprir perfeitamente as obras da Lei. Mesmo depois de sermos regenerados, se

dissermos que não temos pecados, enganamo-nos a nós mesmos e a verdade de Deus não está em nós. Por isso, importa que nos apeguemos a Cristo, em sua justiça e satisfação, pois ele é o fim e o complemento da Lei e é por ele que somos libertados, de modo que, embora não cumpramos a Lei em todos os pontos, contudo, estamos imunes da execração de Deus.4 Deus o Pai contempla-nos no corpo de seu Filho Jesus Cristo, aceita como perfeita a nossa obediência imperfeita5 e cobre todas as nossas obras, que estão poluídas por muitas manchas,6 com a perfeita justiça do seu Filho.

Não queremos dizer que fomos libertados, de modo a não devermos mais obediência alguma à Lei - pois já reconhecemos o lugar dela - mas afirmamos que ninguém na terra, pela sua conduta - com exceção apenas de Cristo Jesus - deu, dá e dará à Lei a obediência que ela requer. Quando tivermos feito tudo, devemos prostrar-nos e confessar sinceramente que somos servos inúteis.7 Portanto, todos os que se vangloriam dos méritos de suas obras põem sua confiança em obras de supererrogação, ou se vangloriam da vaidade, ou põem sua confiança em idolatria condenável.

Ref. Bíblicas.
Lv 18:5; Gl 3:12; 1Tm 1:8; Rm 7:12; Sl 19:7-9; 19:11. Dt 5:29; Rm 10:3. I Rs 8:46; 2Cr 6:36; Pv 20:9; Ec 7:22; 1Jo 1:8. Rm 10:4; Gl 3:13; Dt 27:26. Fp 2:15. Is 64:6. Lc 17:10.

16º CAPÍTULO - DA IGREJA

Assim como cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, assim também firmemente cremos que houve desde o princípio, há agora e haverá até o fim do mundo uma só Igreja, isto é, uma sociedade e multidão de homens escolhidos por Deus, que corretamente o adoram e aceitam, pela verdadeira fé em Jesus Cristo,1 o qual, só, é a Cabeça da Igreja, assim como é ela o corpo e a esposa de Jesus Cristo. Essa Igreja é católica, isto é, universal, porque compreende os escolhidos de todos os tempos, de todos os reinos, nações e línguas, ou dos judeus ou dos gentios, que tenham comunhão e associação com Deus o Pai, e com seu Filho, Jesus Cristo, pela santificação do Espírito Santo.2 Por isso ela é chamada comunhão, não dos profanos, mas dos santos, que, como cidadãos da Jerusalém celestial,3 gozam de benefícios inestimáveis: um só Deus, um só Senhor Jesus Cristo, uma só fé e um só batismo.4 Fora dessa Igreja não há nem vida nem felicidade eterna. Portanto, detestamos completamente a blasfêmia dos que sustentam que os homens que vivem segundo à equidade e a justiça serão salvos, não importando que religião professem. Pois, visto que sem Cristo não há vida nem salvação,5 ninguém terá parte nesta senão aquele que o Pai deu ao seu Filho, Jesus Cristo, e aqueles que no tempo oportuno a ele vierem,6 confessarem a sua doutrina e nele crerem (incluímos as crianças de pais crentes).7 Essa Igreja

é invisível, conhecida só de Deus - que é o único a conhecer os que ele escolheu8 - e compreende, como já ficou dito, tanto os escolhidos que já partiram, e é chamada geralmente a “Igreja Triunfante”, como os que ainda vivem e lutam contra o pecado e Satanás, e os que viverem daqui por diante.

Ref. Bíblicas.
Mt 28:20; Ef 1:4. Cl 1:18; Ef 5:23-24, etc.; Ap 7:9. Ef 2:19. Ef 4:5. Jo 3:36. Jo 5:24; 6:37; 6:39; 6:65; 17:6. At 2:39. II Tm 2:19; Jo 13:18. Ef 1:10; Cl 1:20; Hb 12:4.

17º CAPÍTULO - DA IMORTALIDADE DAS ALMAS

Os escolhidos, que partiram, estão em paz e descansam de seus trabalhos;1 não que durmam e estejam perdidos no esquecimento, como sustentam alguns fantasistas, mas porque foram libertados de todo medo, de tormentos, e de toda tentação, coisas a que nós e todos os escolhidos de Deus nesta vida estamos sujeitos.2 Por isso a Igreja é chamada Militante. Por outro lado, os réprobos e infiéis falecidos padecem angústia, tormentos e penas inenarráveis.3 Nem estes nem aqueles se encontram em tal sono que os impeça de sentir em que situação estejam, como claramente atestam a parábola de Jesus Cristo em São Lucas 16,4 as suas próprias palavras na cruz ao ladrão5 e o clamor das almas, sob o altar:6 “Senhor, que és justo e imparcial, até quando deixarás sem vingança o nosso sangue entre os habitantes da terra?”

Ref. Bíblicas.
Ap 14:13. Is 25:8; Ap 7:14-17; 21:4. Ap 16:10-11; Is 66:24; Mc 9:44, 46, 48. Lc 16:23-26. Lc 23:43. Ap 6:9-10.

18º CAPÍTULO - OS SINAIS PELOS QUAIS A VERDADEIRA IGREJA SERÁ DISTINGUIDA DA FALSA E QUEM SERÁ JUIZ DA DOUTRINA

Satanás vem trabalhando desde o princípio para adornar sua pestilenta sinagoga com o título de Igreja de Deus, e inflamando corações de crudelíssimos assassinos, para perseguirem, perturbarem e molestarem a verdadeira Igreja e seus membros, como Caim com Abel,1 Ismael com Isaque,2 Esaú com Jacó3 e todos os sacerdotes dos judeus com Jesus Cristo e seus apóstolos que vieram depois dele.4 Por isso, é necessário que a verdadeira Igreja, por sinais claros e perfeitos, se distinga de tais sinagogas corruptas, a fim de que não sejamos enganados e, para nossa própria condenação, recebamos e abracemos a falsa pela verdadeira. As marcas, os sinais e as características pelos quais a noiva imaculada de Cristo se distingue da impura e horrível meretriz - a Igreja dos maldosos - nós afirmamos que não são nem a antiguidade, nem o título usurpado, nem a sucessão linear, nem a multidão de homens que aprovam o erro. Caim existiu primeiro do que Abel e Sete5 quanto à idade e ao título; Jerusalém tinha

precedência sobre todos os outros lugares da terra,6 pois nela os sacerdotes descendiam linearmente de Aarão, e maior era o número que seguia os escribas, fariseus e sacerdotes do que aqueles que verdadeiramente criam em Jesus Cristo e aprovavam a sua doutrina.7 No entanto ninguém de são juízo, supomos, sustentará que qualquer dos acima nomeados era a Igreja de Deus.

Portanto, nós cremos, confessamos e declaramos que as marcas da verdadeira Igreja são, primeiro e antes de tudo, a verdadeira pregação da Palavra de Deus, na qual Deus mesmo se revelou a nós, como nos declaram os escritos dos profetas e apóstolos; segundo, a correta administração dos sacramentos de Jesus Cristo, os quais devem ser associados à Palavra e à promessa de Deus para selá-las e confirmá-las em nossos corações;8 e, finalmente, a disciplina eclesiástica corretamente administrada, como prescreve a Palavra de Deus, para reprimir o vício e estimular a virtude.9 Onde quer que essas marcas se encontrem e continuem por algum tempo - ainda que o número de pessoas não exceda de duas ou três - ali, sem dúvida alguma, está a verdadeira Igreja de Cristo, o qual, segundo a sua promessa, está no meio dela.10 Isto não se refere à Igreja universal de que falamos antes, mas às igrejas particulares, tais como as que havia em Corinto,11 na Galácia,12 em Éfeso13 e noutros lugares onde o ministério foi implantado por Paulo e às quais ele mesmo chamou igrejas de Deus.

Tais igrejas nós, habitantes do reino da Escócia, confessando a Jesus Cristo, afirmamos ter em nossas cidades, vilas e distritos reformados, porque a doutrina ensinada em nossas igrejas está contida na Palavra de Deus escrita, isto é, no Velho e no Novo Testamentos, nos livros originalmente reconhecidos como canônicos. Afirmamos que neles todas as coisas que devem ser cridas para a salvação dos homens estão suficientemente expressas.14 Confessamos que a interpretação da Escritura não é atribuição de nenhuma pessoa particular ou pública, nem mesmo de qualquer igreja em virtude de qualquer preeminência ou prerrogativa, pessoal ou local, que uma tenha sobre a outra, mas esse direito e autoridade só pertencem ao Espírito de Deus por quem as Escrituras foram escritas.15

Quando surge, pois, controvérsia acerca do exato sentido de qualquer passagem ou sentença da Escritura, ou para a reforma de algum abuso na Igreja de Deus, devemos perguntar não tanto o que os homens disseram ou fizeram antes de nós, como o que o Espírito Santo, uniformemente, fala no corpo das Escrituras Sagradas e o que Jesus Cristo mesmo fez e mandou.16 Pois todos reconhecem sem discussão que o Espírito de Deus, que é o Espírito de unidade, não pode contradizer-se a si mesmo.17 Assim, se a interpretação ou decisão ou opinião de qualquer doutor da Igreja ou concílio é contrária à expressa Palavra de Deus em qualquer outra passagem da Escritura, é certo que essa interpretação não representa a mente e sentido do Espírito Santo, ainda que concílios, reinos e nações a tenham admitido e aprovado. Não ousamos admitir nenhuma interpretação contrária a qualquer artigo principal de fé, ou a qualquer texto claro da Escritura, ou à regra do amor.

Ref. Bíblicas
Gn 4:8. Gn 21:9. Gn 27:41. Mt 23:34; Jo 15:18-20,24; 11:47,53; At 4:1-3; 5:17, etc. Gn 4:1. Sl 48:2-3; Mt 5:35. Jo 12:42. Ef 2:20; At 2:42; Jo 10:27; 18:37; 1Co 1:13; Mt 18:19-20; Mc 16:15-16; 1C. 11:24-26; Rm 4:11. Mt 18:15-18; 1Co 5:4-5.Mt 18:19-20. I Co 1:2; 2Co 1:2. Gl 1:2. Ef 1:1; At 16:9-10; 18:1, etc.; 20:17, etc. Jo 20:31; II Tm 3:16-17. II Pd 1:20-21. Jo 5:39. Ef 4:3-4.

19º CAPÍTULO - A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Cremos e confessamos que as Escrituras de Deus são suficientes para instruir e aperfeiçoar o homem de Deus, e assim afirmamos e declaramos que a sua autoridade vem de Deus e não depende de homem ou de anjo.1 Afirmamos, portanto, que os que dizem não terem as Escrituras outra autoridade a não ser a que elas receberam da Igreja são blasfemos contra Deus e fazem injustiça à verdadeira Igreja, que sempre ouve e obedece à voz de seu próprio Esposo e Pastor, mas nunca se arroga o direito de senhora.2

Ref. Bíblicas.
I Tm 3:16-17. Jo 10:27.

20º CAPÍTULO - DOS CONCÍLIOS GERAIS, SEU PODER, SUA AUTORIDADE E CAUSAS DE SUA CONVOCAÇÃO

Assim como não condenamos irrefletidamente o que homens bons, reunidos em concílio geral legalmente convocado, estabeleceram antes de nós, assim não admitimos sem justo exame tudo o que tenha sido declarado aos homens em nome de concílio geral, pois é manifesto que, sendo humanos, alguns deles manifestamente erraram, e isso em questões de máximo peso e importância.1 Então, na medida em que um concílio confirma sua decisão e seus decretos pela clara Palavra de Deus, nós os respeitamos e acatamos. Mas, se homens, em nome de um concílio, pretendem forjar-nos novos artigos de fé, ou tomar decisões contrárias à Palavra de Deus, então devemos definitivamente negar como doutrinas de demônios tudo aquilo que afasta nossas almas da voz do único Deus para levar-nos a seguir doutrinas e decisões de homens.2

A razão por que os concílios gerais se reuniram não foi para elaborar qualquer lei permanente que Deus não tivesse feito antes, nem para formular novos artigos para a nossa fé, nem para conferir autoridade à Palavra de Deus; muito menos para afirmá-la como Palavra de Deus, ou para dela dar a verdadeira interpretação que não fora previamente expressa pela sua santa vontade em sua Palavra.3 Mas a razão dos concílios - pelo menos daqueles que merecem tal nome - foi em parte refutar heresias e fazer confissão pública de sua fé a ser seguida pela posteridade, e eles fizeram uma e outra coisa pela autoridade da Palavra de Deus

escrita, sem apelar a qualquer prerrogativa de que, pelo fato de serem concílios gerais, não poderiam errar. Foi essa a razão primeira e principal dos concílios gerais, em nossa opinião. Uma segunda foi constituir e observar boa administração na Igreja, em que - como casa de Deus que é4 – convém que tudo seja feito com decência e ordem.5 Não que pensemos que a mesma administração ou ordem de cerimônias possa ser estabelecido para todas as épocas, tempos e lugares; pois, como cerimônias que os homens inventaram, são apenas temporais, e, assim, podem e devem ser mudadas quando se percebe que o seu uso fomenta antes a superstição que a edificação da Igreja.

Ref. Bíblicas.
Gl 2:11-14. 1Tm 4:1-3; Cl 2:18-23. At 15:1, I Tm 3:15; Hb 3:2. I Co 14:40.

21º CAPÍTULO - DOS SACRAMENTOS

Assim como os patriarcas sob a Lei, além da realidade dos sacrifícios, tinham dois sacramentos principais, isto é, a circuncisão e a páscoa, e aqueles que os desprezavam e negligenciavam não eram contados entre o povo de Deus,1 assim nós também reconhecemos e confessamos que agora, na era do Evangelho, só temos dois sacramentos principais, instituídos por Cristo e ordenados para uso de todos os que desejam ser considerados membros de seu corpo, isto é, o Batismo e a Ceia ou Mesa do Senhor, também chamada popularmente Comunhão do seu Corpo e do seu Sangue.2 Esses sacramentos, tanto do Velho Testamento como do Novo, foram instituídos por Deus, não só para estabelecer distinção visível entre o seu povo e os que estavam fora da Aliança, mas também para exercitar a fé dos seus filhos e, pela participação de tais sacramentos, selar em seus corações a certeza da sua promessa e daquela associação, união e sociedade mui felizes que os escolhidos têm com seu Cabeça, Jesus Cristo.

E, assim, condenamos inteiramente a vaidade dos que afirmam que os sacramentos não são outra coisa que meros sinais desnudos. Muito ao contrário, cremos seguramente que pelo Batismo somos enxertados em Jesus Cristo, para nos tornarmos participantes de sua justiça, pela qual todos os nossos pecados são cobertos e perdoados; cremos também que na Ceia corretamente usada, Cristo se une de tal modo a nós, que se torna o próprio alimento e sustento de nossas almas. Não que imaginemos qualquer transubstanciação do pão no corpo natural de Cristo e do vinho em seu sangue natural, como têm ensinado perniciosamente os pontifícios e como crêem para sua condenação; mas essa união e associação que temos com o corpo e o sangue de Jesus Cristo no uso reto dos sacramentos se realiza por meio do Espírito Santo, que pela verdadeira fé nos transporta acima de todas as coisas visíveis - que são carnais e terrenas - e nos habilita a alimentar-nos do corpo e do sangue de Jesus Cristo, uma vez partido e derramado por nós, e que agora está no céu e se apresenta por nós na presença do Pai. Não obstante a distância entre o seu corpo agora glorificado no céu e nós mortos aqui na terra, contudo cremos firmemente que o pão que partimos é a comunhão do

corpo de Cristo e o cálice que abençoamos é a comunhão do seu sangue.5 Assim, confessamos, e cremos, sem nenhuma dúvida, que os fiéis, mediante o uso reto da Ceia do Senhor, comem o corpo e bebem o sangue de Jesus Cristo, porque ele permanece neles e eles nele; eles, até, se tornam carne da sua carne e osso dos seus ossos6 de maneira tal que, como a Divindade eterna conferiu à carne de Jesus Cristo vida e imortalidade,7 assim também o comer e o beber da carne e do sangue de Jesus Cristo nos confere essas prerrogativas. Declaramos, contudo, que isto não nos é dado só na ocasião do sacramento, nem pela sua ação ou virtude; mas afirmamos que os fiéis, mediante o uso certo da Ceia do Senhor, têm com Jesus Cristo,8 uma união que o homem natural não pode compreender.

Além disso afirmamos que, embora os fiéis, impedidos pela negligência e pela fraqueza humana, não aproveitem tanto quanto desejariam, na própria ocasião em que se celebra a Ceia, no entanto subseqüentemente ela produzirá frutos, sendo semente viva semeada em boa terra, pois o Espírito Santo, que nunca pode estar separado do uso reto da Instituição de Cristo, não privará os fiéis do fruto dessa ação mística. Mas tudo isto, dizemos, vem da verdadeira fé que apreende Jesus Cristo, o único que faz o sacramento eficaz em nós. Portanto, todos os que nos difamam dizendo que afirmamos ou cremos que os sacramentos não são outra coisa que sinais desnudos e vazios, fazem-nos injustiça e falam contra a verdade manifesta.

Isto, no entanto, admitimos livre e espontaneamente, que fazemos distinção entre Cristo em sua substância eterna e os elementos dos sinais sacramentais. Assim, nem adoramos os elementos em lugar do que eles significam, nem os julgamos dignos de adoração, nem os desprezamos, ou interpretamos como inúteis e vãos, mas deles participamos com grande reverência, examinando-nos a nós mesmos o mais diligentemente antes de participarmos deles, pois somos persuadidos pelos lábios do apóstolo, de que “aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue de Jesus Cristo”.

Ref. Bíblicas.
Gn 17:10-11; Êx 23:3,etc.; Gn 17:14; Nm 9:13. Mt 28:19; Mc 16:15-16; Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22:19-20; I Co 11:23-26. I Co 10:16; Rm 6:3-5; Gl 3:27. Mc 16:19; Lc 24:51; At 1:11; 3:21. I Co 10:16. Ef 5:30. Mt 27:50; Mc 15:37; Lc 23:46; Jo 19:30. Jo 6:51; 6:53-58. I Co 11:27-29.

22º CAPÍTULO - DA RETA ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

Duas coisas são necessárias para a reta administração dos sacramentos. A primeira é que eles devem ser ministrados por ministros legítimos; e declaramos que tais são apenas os que são designados para a pregação da Palavra, em cujos lábios pôs Deus a Palavra de exortação e que estes são os que são para isso legitimamente escolhidos por alguma Igreja. A segunda é que devem ser

ministrados com os elementos e da maneira que Deus estabeleceu; de outra forma, afirmamos que deixam de ser os sacramentos corretos de Jesus Cristo.

Esse o motivo por que abandonamos a sociedade da Igreja pontifícia e fugimos à participação dos seus sacramentos. Primeiramente, porque seus ministros não são ministros de Jesus Cristo (o que é mais horrendo é que eles permitem que mulheres batizem, quando a estas o Espírito Santo não permite ensinar na congregação). Em segundo lugar, porque adulteraram de tal modo um e outro sacramentos com as suas próprias invenções que nenhuma parte do ato original de Cristo permanece em sua simplicidade original. O óleo, o sal, o cuspo e outras coisas, no batismo, são simples invenções humanas; a adoração ou veneração do sacramento, o transportá-lo pelas ruas e praças das cidades, a conservação do pão num escrínio ou cápsula, não é o uso legítimo do sacramento do corpo de Cristo, mas simples profanação dele. Cristo disse. “Tomai e comei”, e “Fazei isto em memória de mim.”1 Por estas palavras e por esta ordem ele santificou o pão e o vinho para sacramento do seu corpo e do seu sangue, de modo que um seria comido e todos bebessem do outro, e não que se conservem, e se adorem e honrem como Deus, como até agora fizeram os pontifícios, que, subtraindo ao povo o cálice da bênção, praticaram um horrendo sacrilégio.

Além disso, para uso correto dos sacramentos, requer-se que o fim e a causa da sua instituição sejam entendidos e observados não menos pelos comungantes do que pelos ministros. Se a intenção no participante se mudar, cessa o uso correto, o que é muito evidente na rejeição dos sacrifícios (assim como também se o ministro ensinar doutrina claramente falsa, o que seria odioso e detestável diante de Deus), ainda que os sacramentos sejam instituições dele próprio, porque homens ímpios deles usam para fim diverso daquele para que foram ordenados por Deus. Afirmamos que isto foi feito aos sacramentos na Igreja Pontifícia, na qual toda a ação de Jesus Cristo é adulterada, tanto na forma exterior, como no fim e na concepção. O que Cristo fez e ordenou que se fizesse é evidente dos Evangelistas e de São Paulo; o que o sacerdote pontifício faz junto do altar não é necessário repetir. O fim e a causa da instituição de Cristo, e por que o que ele instituiu deve ser feito por nós, exprime-se nestas palavras: “Fazei isto em memória de mim”; “Todas as vezes que comerdes deste pão e beberdes deste cálice, anunciais” isto é, enalteceis, pregais, engrandeceis e louvais – “a morte do Senhor, até que ele venha”.2 Mas qual é o fim, qual a concepção com que os sacerdotes dizem a sua missa; revelem-no as suas próprias palavras na missa: e é que, como mediadores entre Cristo e sua Igreja, eles oferecem a Deus o Pai um sacrifício propiciatório pelos pecados dos vivos e dos mortos, doutrina blasfema porque anula a suficiência do sacrifício único de Cristo, uma vez oferecido para a purificação de todos os que são santificados. Nós aborrecemos, detestamos e repudiamos profundamente essa blasfêmia contra o próprio Jesus Cristo.

Ref. Bíblicas.
Mt 26:26; Mc 14:22; Lc 22:19; I Co 11:24. I Co 11:24-26. Hb 9:27-28; 10:14.

23º CAPÍTULO - A QUEM INTERESSAM OS SACRAMENTOS

Reconhecemos e sustentamos que o batismo se aplica tanto aos filhos dos fiéis como aos fiéis adultos, dotados de discernimento, e assim condenamos o erro dos Anabatistas, que negam o batismo às crianças até que elas tenham compreensão e fé.1 Mas sustentamos que a Ceia do Senhor é somente para aqueles que pertencem à família da fé e podem examinar-se e provar-se a si mesmos, tanto em sua fé como no dever da fé para com o próximo. Os que sem fé ou permanecendo em dissensão com os seus irmãos comem e bebem naquela santa mesa comem indignamente. Esta a razão por que os pastores da nossa Igreja fazem exame público e particular, tanto no conhecimento como na conduta e na vida, daqueles que devem ser admitidos à Ceia do Senhor Jesus.

Ref. Bíblicas.
Cl 2:11-12; Rm 4:11; Gn 17:10; Mt 28:19. I Co 11:28-29.

24º CAPÍTULO - DO MAGISTRADO CIVIL

Confessamos e reconhecemos que impérios, reinos, domínios e cidades foram diferenciados e ordenados por Deus; o poder e a autoridade neles - dos imperadores nos impérios, dos reis nos reinos, dos duques e príncipes em seus domínios, e dos outros magistrados nas cidades – são uma santa ordenança de Deus destinada à manifestação de sua própria glória e à singular utilidade do gênero humano. Por isso afirmamos que todos os que procuram levantar ou confundir todo o estado do poder civil, já há muito estabelecido, não são apenas inimigos da humanidade, mas lutam impiamente contra a vontade manifesta de Deus.

Além disso, confessamos e reconhecemos que todos os que foram colocados em autoridade devem ser amados, honrados, temidos e tidos na mais respeitosa estima, pois fazem as vezes de Deus, e em seus concílios o próprio Deus se assenta e julga. São eles os juizes e príncipes a quem Deus entregou a espada para o louvor e defesa dos bons e para justo castigo e vingança de todos os malfeitores. Além disso, afirmamos que a purificação e preservação da religião é, sobretudo e particularmente, dever de reis, príncipes, governantes e magistrados. Não foram eles ordenados por Deus apenas para o governo civil, mas também para manter a verdadeira religião e para suprimir toda idolatria e superstição. Pode-se ver isso em Davi, Josafá, Josias, Ezequias e outros altamente recomendados pelo seu singular zelo.

Por isso, confessamos e declaramos que todos quantos resistem à suprema autoridade, usurpando o que pertence ao ofício desta, resistem a essa ordenação de Deus e, portanto, não podem ser considerados inculpáveis diante dele. Afirmamos mais que, enquanto príncipes e governantes vigilantemente cumprirem

sua função, quem quer que lhes recusar auxílio, conselho e assistência nega-o a Deus, que pela presença do seu lugar-tenente lhes solicita isso.

Ref.. Bíblicas.
1. Rm 13:1; Tt 3:1; 1Pd 2:13-14. Rm 13:2.Rm 13:7; lPd 2:17. Sl 82:1. I Pd 2:14.I Cr 22-26.II Cr 17:6, etc.; 19:8, II Cr 29-31. II Cr 34-35.

25º CAPÍTULO - OS DONS LIVREMENTE CONCEDIDOS À IGREJA

Embora a Palavra de Deus verdadeiramente pregada, os sacramentos corretamente ministrados e a disciplina executada segundo a Palavra de Deus sejam sinais certos e incontestáveis da verdadeira Igreja, contudo nem por isso julgamos nós que toda pessoa, individualmente, nessa comunidade seja um membro escolhido de Jesus Cristo.1 Reconhecemos e confessamos que o joio pode ser semeado com o bom trigo, e joio e palha crescem em grande abundância no trigal, isto é, que réprobos podem unir-se às congregações dos escolhidos e comungar com eles nos benefícios externos da Palavra e dos sacramentos. Mas, como eles só confessam a Deus por um pouco com seus lábios e não com seus corações, desviam-se e não continuam até o fim.2 Portanto, não participam dos frutos da morte, ressurreição e ascensão de Cristo.

Mas os que de coração crêem, sem nenhuma simulação, e corajosamente confessam com seus lábios o Senhor Jesus, receberão esses dons com a mais absoluta certeza, como dissemos acima.3 Primeiramente, nesta vida terão a remissão dos pecados, e isso unicamente pela fé no sangue de Cristo; Pois, apesar de o pecado permanecer e continuamente habitar nestes nossos corpos mortais, contudo ele não nos será imputado, mas será perdoado e coberto pela justiça de Cristo.4 Em segundo lugar, no juízo geral conceder-se-á a cada homem e mulher a ressurreição da carne.5 O mar devolverá os seus mortos e a terra aqueles que nela estão sepultados. Sim, o eterno Deus estenderá a sua mão sobre o pó da terra e os mortos ressurgirão incorruptíveis,6 e na substância da mesma carne que cada um agora tem,7 para receber, segundo as suas obras, ou a glória ou o castigo.8 Os que agora se deleitam na vaidade, na crueldade, na impureza, na superstição ou idolatria serão condenados ao fogo inextinguível, no qual em seus corpos e espíritos - os quais agora servem o Diabo cometendo toda abominação - eles serão atormentados para sempre. Mas os que continuam a fazer o bem até o fim confessando corajosamente o Senhor Jesus cremos firmemente que eles possuirão a glória, a honra e a imortalidade, para reinarem para sempre na vida eterna com Jesus Cristo,9 a cujo corpo glorificado todos os escolhidos se tornarão semelhantes,10 quando ele aparecer de novo no juízo e entregar o Reino a Deus, seu Pai, o qual será então e para sempre permanecerá tudo em todas as coisas, Deus bendito para todo o sempre,11 a quem, com o Filho e o Espírito Santo seja toda honra e glória, agora e para sempre. Amém.

Levanta-te, ó Senhor, e sejam confundidos todos os teus inimigos; fujam da tua presença os que odeiam o teu divino Nome. Dá aos teus servos forças para proclamarem a tua Palavra com ousadia, e que todas as nações se apeguem ao verdadeiro conhecimento de ti. Amém.12

Ver. Bíblicas: - Mt 13:24, Mt 13:20-21.Rm 10:9,13.Rm 7. II Co 5:21. Jo 5:28-29. Ap. 20:13.

7. Jó 19:25-27.
8. Mt 25:31-46.
9. Ap 14:10; Rm 2:6-10.
10. Fp 3:21.
11.1Co 15:24,28.
12. Nm 10:35; Sl 68:1; At 4:29.

Confissão Belga

Artigo 1: O ÚNICO DEUS

Todos nós cremos com o coração e confessamos com a boca que há um só Deus, um único e simples ser espiritual. Ele é eterno, incompreensíve, invisível, imutável, infinito, todo-poderoso; totalmente sábio, justo e bom, e uma fonte muito abundante de todo bem.

Artigo 2: COMO CONHECEMOS A DEUS

Nós O conhecemos por dois meios. Primeiro: pela criação, manutenção e governo do mundo inteiro, visto que o mundo, perante nossos olhos, é como um livro formoso, em que todas as criaturas, grandes e pequenas, servem de letras que nos fazem contemplar "os atributos invisíveis de Deus", isto é, "o seu eterno poder e a sua divindade", como diz o apóstolo Paulo (Romanos 1:20). Todos estes atributos são suficientes para convencer os homens e torná-los indesculpáveis.

Segundo: Deus se fez conhecer, ainda mais clara e plenamente, por sua sagrada e divina Palavra, isto é, tanto quanto nos é necessário nesta vida, para sua glória e para a salvação dos que Lhe pertencem.

Artigo 3: A PALAVRA DE DEUS

Confessamos que a palavra de Deus não foi enviada nem produzida "por vontade humana, mas homens falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo", como diz o apóstolo Pedro (2 Pedro 1:21).

Depois, Deus, por seu cuidado especial para conosco e para com a nossa salvação, mandou seus servos, os profetas e os apóstolos, escreverem sua palavra revelada. Ele mesmo escreveu com o próprio dedo as duas tábuas da lei.

Por isso, chamamos estas escritas: sagradas e divinas Escrituras.

Artigo 4: OS LIVROS CANÔNICOS

A Sagrada Escritura consiste de dois volumes: O Antigo e o Novo Testamento, que são canônicos e não podem ser contraditos de forma alquma.

A Igreja de Deus reconhece a lista seguinte:

Os livros do Antigo Testamento:

Gênesis, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronômio (os cinco livros de Moisés); Josué, Juízes, Rute, 1 e 2 Samuel, 1 e 2 Reis, 1 e 2 Crônicas, Esdras, Neemias, Ester, Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cantares; Isaías, Jeremias (com Lamentaçoes), Ezequiel, Daniel (os quatro profetas maiores); Oséias, Joel, Amós, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuque, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias (os doze profetas menores);

Os livros do Novo Testamento:

Mateus, Marcos, Lucas, João (os quatro evangelistas); Atos dos Apóstolos; Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Efésios, Filipenses,

Colossenses, 1 e 2 Tessalonicenses, 1 e 2 Timóteo, Tito, Filemom (as treze epístolas do apóstolo Paulo); Hebreus, Tiago, 1 e 2 Pedro,

1, 2 e 3 João, Judas e Apocalipse.

Artigo 5: A AUTORIDADE DA SAGRADA ESCRITURA

Recebemos todos estes livros, e somente estes, como sagrados e canônicos, para regular, fundamentar e confirmar nossa fé. Acreditamos, sem dúvida nenhuma, em tudo que eles contêm, não tanto porque a igreja aceita e reconhece estes livros como canônicos, mas principalmente porque o Espírito Santo testifica em nossos corações que eles vêm de Deus, como eles mesmos provam. Pois até os cegos podem sentir que as coisas, preditas neles, se cumprem.

Artigo 6: A DIFERENÇA ENTRE OS LIVROS CANÔNICOS E APOCRIFOS

Distinguimos estes livros sagrados dos livros apócrifos que são os seguintes: 3 e 4 Esdras, Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, os Acréscimos ao livro de Ester e Daniel, a Oração de Manassés e 1 e 2 Macabeus.

A igreja pode, sim, ler estes livros e tirar deles ensino, na medida em que concordem com os livros canonicos. Porém, os apocrifos não tem tanto poder e autoridade que o testemunho deles possa confirmar qualquer

artigo da fé ou da religião cristã; e muito menos podem eles diminuir a autoridade dos sagrados livros.

Artigo 7: A SAGRADA ESCRITURA : PERFEITA E COMPLETA

Cremos que esta Sagrada Escritura contém perfeitamente a vontade de Deus e suficientemente ensina tudo o que o homem deve crer para ser salvo. Nela, Deus descreveu, por extenso, toda a maneira de servi-Lo. por isso, não e lícito aos homens, mesmo que fossem apóstolos "ou um anjo vindo do céu", conforme diz o apóstolo Paulo (Gálatas 1:8), ensinarem outra doutrina, senão aquela da Sagrada Escritura. É proibido "acrescentar algo a Pa lavra de Deus ou tirar algo dela" (Deuteronômio 12:32; Apocalipse 22:18,19). Assim se mostra claramente que sua doutrina é perfeitíssima e, em todos os sentidos, completa].

Não se pode igualar escritos de homens, por mais santos que fossem os autores, às Escrituras divinas. Nem se pode igualar à verdade de Deus costumes, opiniões da maioria, instituições antigas, sucessão de tempos ou de pessoas, ou concílios, decretos ou resoluções. Pois a verdade está acima de tudo e todos os homens são mentirosos (Salmo 116:11) e "mais leves que a vaidade" (Salmo 62:9).

Por isso, rejeitamos, de todo o coração, tudo que não está de acordo com esta regra infalível, conforme os apóstolos nos ensinaram: "Provai os espíritos se procedem de Deus" (I João 4:1), e: "Se alguém vem ter convosco e não traz esta doutrina, não o recebais em casa" (2 João :10).

Artigo 8: A TRINDADE: UM SÓ DEUS, TRÊS PESSOAS

Conforme esta verdade e esta palavra de Deus, cremos em um só Deus, que é um único ser, em que há três Pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Estas são, realmente e desde a eternidade, distintas conforme os atributos próprios de cada Pessoa.

O Pai é a causa, a origem e o princípio de todas as coisas visíveis e invisíveis. O Filho é o Verbo, a sabedoria e a imagem do Pai. O Espírito Santo, que procede do Pai e do Filho, é a eterna força e o poder.

Esta distinção não significa que Deus está dividido em três. Pois a Sagrada Escritura nos ensina que cada um destes três, o Pai e o Filho e o Espírito Santo, tem sua própria existência, distinta por seus atributos, de tal maneira, porém, que estas três pessoas são um só Deus. É claro, então, que o Pai não é o Filho e que o Filho não é o Pai; que, também, o Espírito Santo não é o Pai ou o Filho.

Entretanto, estas Pessoas, assim distintas, não são divididas nem confundidas entre si. Porque somente o Filho se tornou homem, não o Pai ou o Espírito Santo. O Pai jamais existiu sem seu Filho e sem seu Espírito Santo, pois todos os três têm igual eternidade, no mesmo ser. Não há primeiro nem último, pois todos os três são um só em verdade, em poder, em bondade e em misericórdia.

Artigo 9: O TESTEMUNHO DA ESCRITURA SOBRE A TRINDADE

Tudo isto sabemos tanto pelo testemunho da Sagrada Escritura, como pelas obras das três Pessoas, principalmente por aquelas que percebemos em nós. Os testemunhos das Sagradas Escrituras, que nos ensinam a crer nesta Trindade, se acham em muitos lugares do Antigo

Testamento. Não é preciso alistá-los, somente escolhê-los cuidadosamente. Em Gênesis 1:26 e 27, Deus

diz: "Façamos o homem a nossa imagem, conforme a nossa semelhança" etc. "Criou Deus, pois, o homem a sua imagem; homem e mulher os criou".

Assim também em Gênesis 3:22: "Eis que o homem se tornou como um de nós". Com isto se mostra que há mais de uma pessoa em Deus, porque Ele

diz: "Façamos o homem a nossa imagem"; e, em seguida, Ele indica que há um só Deus, quando diz: "Deus criou". É verdade que Ele não diz quantas pessoas há, mas o que é um tanto obscuro, para nós, no Antigo Testamento, é bem claro no Novo. Pois quando nosso Senhor foi batizado no rio Jordão, ouviu-se a voz do Pai, que falou: "Este é o meu filho amado" (Mateus 3:17); enquanto o Filho foi visto na água e o Espírito Santo se manifestou em forma de pomba.

A ém disto, Cristo instituiu, para o batismo de todos os fiéis, esta forma: Batizai todas as nações "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mateus 28:19). No evangelho segundo Lucas, o anjo Gabriel diz a Maria, mãe do Senhor: "Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus" (Lucas 1:35). Do mesmo modo: "A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós" (2 Coríntios 13:13). Em todos estes lugares, nos é ensinado que há três Pessoas em um só ser divino. E embora esta doutrina ultrapasse o entendimento humano,

cremos nela, baseados na Palavra, e esperamos gozar de seu pleno conhecimento e fruto no céu.

Devemos considerar, também, a obra própria que cada uma destas três Pessoas efetua em nós: o Pai é chamado nosso Criador, por seu poder; o Filho é nosso Salvador e Redentor, por seu sangue; o Espírito Santo é nosso Santificador, porque habita em nosso coração.

A verdadeira igreja sempre tem mantido esta doutrina da Trindade, desde os dies dos apóstolos até hoje, contra os judeus, os muçulmanos e falsos cristãos e hereges como Marcião, Mani, Práxeas, Sabélio, Paulo de Samósata, Ário e outros. A igreja antiga os condenou, com toda a razão. por isso, nesta matéria, aceitamos, de boa vontade, os três Credos ecumênicos, a saber: o Apostólico, o Niceno e o Atanasiano; e também o que a igreja antiga determinou em conformidade com estes credos.

Artigo 10: JESUS CRISTO É DEUS

Cremos que Jesus Cristo, segundo sua natureza divina, é o único Filho de Deus, gerado desde a eternidade. Ele não foi feito, nem criado - pois, assim, Ele seria uma criatura, - mas é de igual substância do pai, co-eterno, "o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser" (Hebreus 1:3), igual a Ele em tudo.

Ele é o Filho de Deus, não somente desde que assumiu nossa natureza, mas desde a eternidade, como os seguintes testemunhos nos ensinam, ao serem comparados uns aos outros:

Moisés diz que Deus criou o mundo, e o apóstolo João diz que todas as coisas foram feitas por intermédio do Verbo que ele chama Deus. O apóstolo diz que Deus fez o universo por seu Filho e, também, que Deus criou todas as coisas por meio de Jesus Cristo. Segue-se necessariamente que aquele que é chamado Deus, o Verbo, o Filho e Jesus Cristo, já existia, quando todas as coisas foram criadas por Ele. O profeta Miquéias, portanto, diz: "Suas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade" (Miquéias 5:2); e a carta aos Hebreus testemunha: "Ele não teve princípio de dias, nem fim de existência" (Hebreus 7:3).

Assim, Ele é o verdadeiro, eterno Deus, o Todo-poderoso, a quem invocamos, adoramos e servimos.

Artigo 11: O ESPÍRITO SANTO É DEUS

Cremos e confessamos, também, que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, desde a eternidade. Ele não foi feito, nem criado, nem gerado; mas procede de ambos.

Na ordem, Ele é a terceira pessoa da Trindade, de igual substância, majestade e glória do Pai e do Filho, verdadeiro e eterno Deus, como nos ensinam as Sagradas Escrituras.

Artigo 12: A CRIACAO DO MUNDO; OS ANJOS

Cremos que o Pai, por seu Verbo - quer dizer: por seu Filho -, criou, do nada, o céu, a terra e todas as criaturas, quando bem Lhe aprouvel. A cada criatura Ele deu sua própria natureza e forma e sua própria função para servir ao seu Criador. Também, Ele ainda hoje sustenta todas essas

criaturas e as governa segundo sua eterna providencia e por seu infinito poder, para elas servirem ao homem, a fim de que o homem sirva a seu Deus.

Ele também criou bons os anjos para serem seus mensageiros e servirem aos eleitos. Alguns deles caíram na eterna perdição, da posição excelente em que Deus os tinha criado, mas os outros, pela graça de Deus, perseveraram e continuaram em sua primeira posição. Os demonios e os espíritos malignos são tão corrompidos que são inimigos de Deus e de todo o bem. Como assassinos, com toda a sua força, estão a espreita da igreja e de cada um de seus membros, para demolir e destruir tudo com sua astúcia. Por isso, por causa de sua própria malícia, estão condenados a maldição eterna e aguardam, a cada dia, seus tormentos terríveis.

Neste ponto, rejeitamos e detestamos o erro dos saduceus que negam a existência de espíritos e de anjos; também o erro dos maniqueus que dizem que os demónios têm sua origem em si mesmos e são maus por natureza; eles negam que os demónios se corromperam.

Artigo 13: A PROVIDÊNCIA DE DEUS

Cremos que o bom Deus, depots de ter criado todas as coisas, não as abandonou, nem as entregou ao acaso ou a sorte, mas que as dirige e governa conforme sua santa vontade, de tal maneira que neste mundo nada acontece sem sua determinação. Contudo, Deus não é o autor, nem tem culpa do pecado que se comete. Pois seu poder e bondade são tão grandes e incompreensíveis, que Ele ordena e faz sua obra muito bem e com justiça, mesmo que os demónios e os ímpios ajam

injustamente. E as obras dEle que ultrapassam o entendimento humano, não queremos investigá-las curiosamente, além da nossa capacidade de entender. Mas, adoramos humilde e piedosamente a Deus em seus justos julgamentos, que nos estão escondidos. Contentamo-nos em ser discípulos de Cristo, a fim de que aprendamos somente o que Ele nos ensina na sua Palavra, sem ultrapassar estes limites.

Este ensino nos traz um inexprimível consolo, quando aprendemos dele, que nada nos acontece por acaso, mas pela determinação de nosso bondoso Pai celestial. Ele nos protege com um cuidado paternal, dominando todas as criaturas de tal modo que nenhum cabelo - pois estes estão todos contados- e nenhum pardal cairão em terra sem o consentimento de nosso Pai (Mateus 10:29,30). Confiamos nisto, pois sabemos que Ele reprime os demônios e todos os nossos inimigos, e que eles, sem sua permissão, não nos podem prejudicar. Por isso, rejeitamos o detestável erro dos epicureus, que dizem que Deus não se importa com nada e entrega tudo ao acaso.

Artigo 14: A CRIAÇÃO DO HOMEM. SUA QUEDA E SUA INCAPACIDADE DE FAZER O BEM

Cremos que Deus criou o homem do pó da terra, e o fez e formou conforme sua imagem e semelhança: bom, justo e santo, capaz de concordar, em tudo, com a vontade de Deus. Mas, quando o homem estava naquela posição excelente, ele não a valorizou e não a reconheceu. Dando ouvidos às palavras do diabo, submeteu-se por livre vontade ao pecado e assim à morte e à maldição. Pois transgrediu o mandamento da vida, que tinha recebido e, pelo pecado, separou-se de

Deus, que era sua verdadeira vida. Assim ele corrompeu toda a sua natureza e mereceu a morte corporal e espiritual.

Tornando-se ímpio, perverso e corrupto em todas as suas práticas, ele perdeu todos os dons excelentes, que tinha recebido de Deus. Nada lhe sobrou destes dons, senão pequenos traços, que são suficientes para deixar o homem sem desculpa. Pois toda a luz em nós se tornou em trevas como nos ensina a Escritura: "A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela" (João 1:5). Aqui o apóstolo João chama os homens "trevas". Por isso, rejeitamos todo o ensino contrário, sobre o livre arbítrio do homem, porque o homem somente é escravo do pecado e "não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada" (João 3:27). Pois quem se gloriará de fazer alguma coisa boa pela própria força, se Cristo diz: "Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer" (João 6:44)? Quem falará sobre sua própria vontade sabendo que "o pendor da came e inimizade contra Deus" (Romanos 8:7)? Quem ousará vangloriar-se sobre seu próprio conhecimento, reconhecendo que "o homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus" (1 Coríntios 2:14)? Em resumo: quem apresentará um pensamento sequer, admitindo que não somos "capazes de pensar alguma coisa como se partisse de nós", mas que "a nossa suficiencia vem de Deus" (2 Coríntios 3:5)?

Por isso, devemos insistir nesta palavra do apóstolo: "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua vontade" (Filipenses 2:13). Pois, somente o entendimento ou a vontade que Cristo opera no homem, está em conformidade com o entendimento e vontade de Deus, como Ele ensina: "Sem mim nada podeis fuzer" (João 15:5).

Artigo 15: O PECADO ORIGINAL

Cremos que, pela desobediência de Adão, o pecado original se estendeu por todo o gênero humanol. Este pecado é uma depravação de toda a natureza humana e um mal hereditário, com que até as crianças no ventre de suas mães estão contaminadas. É a raiz que produz no homem todo tipo de pecado. por isso, é tão repugnante e abominável diante de Deus que é suficiente para condenar o gênero humano.

Nem pelo batismo o pecado original é totalmente anulado ou destruído, porque o pecado sempre jorra desta depravação como água corrente de uma fonte contaminada. 0 pecado original, porém, não é atribuído aos filhos de Deus para condená-los, mas é perdoado pela graça e misericórdia de Deus. Isto não quer dizer que eles podem continuar descuidadamente numa vida pecaminosa. Pelo contrário, os fiéis, conscientes desta depravação, devem aspirar a livrar-se do corpo dominado pela morte (Romanos 7:24).

Neste ponto rejeitamos o erro do pelagianismo, que diz que o pecado é somente uma questão de imitação.

Artigo 16: ELEIÇÃO ETERNA POR DEUS

Cremos que Deus, quando o pecado do primeiro homem lançou Adão e toda a sua descendência na perdiçãol mostrou-se como Ele é, a saber: misericordioso e justo. Misericordioso, porque Ele livra e salva da perdição aqueles que Ele em seu eterno e imutável conselho, somente pela bondade, elegeu em Jesus Cristo nosso Senhor, sem levar em

consideração obra alguma deles. Justo, porque Ele deixa os demais na queda e perdição, em que eles mesmos se lançaram.

Artigo 17: O SALVADOR, PROMETIDO POR DEUS

Cremos que nosso bom Deus, vendo que o homem havia se lançado assim na morte corporal e espiritual e se havia feito totalmente miserável, foi pessoalmente em busca do homem, quando este, tremendo, fugia de sua presençal. Assim Deus mostrou sua maravilhosa sabedoria e bondade. Ele confortou o homem com a promessa de lhe dar seu Filho, que nasceria de uma mulher (Gálatas 4:4) a fim de esmagar a cabeca da serpente (Gênesis 3:15) e de tornar feliz o homem.

Artigo 18: A ENCARNAÇÃO DO FILHO DE DEUS

Confessamos, então, que Deus cumpriu a promessa, feita aos pais antigos pela boca dos seus santos profetasl, quando enviou ao mundo seu próprio, único e eterno Filho, no tempo determinado por Ele. Este assumiu a forma de servo e tornou-se semelhante aos homens (Filipenses 2:7), tomando realmente a verdadeira natureza humana com todas as suas fraquezas, mas sem o pecado. Foi concebido no ventre da bemaventurada virgem Maria, pelo poder do Espírito Santo, sem intervenção do homem. E não somente tomou a natureza humana quanto ao corpo, mas também a verdadeira alma humana, para que fosse um verdadeiro homem. Pois, estando perdidos tanto a alma como o corpo, Ele devia tomar ambos para salvá-los.

Por isso, confessamos (contra a heresia dos anabatistas que negam que Cristo tomou a natureza de sua mãe), que Cristo participou do sangue e

da carne dos filhos de Deus (Hebreus 2:14); que Ele, "segundo a carne, veio da descendência de Davi" (Romanos 1:3); fruto do ventre de Maria (Lucas 1:42); nascido de uma mulher (Gálatas 4:4); rebento de Davi (Jeremias 33:15; Atos 2:30); renovo da raiz de Jessé (Isaías 11:1); brotado de Judá (Hebreus 7:14); descendente dos judeus, segundo a carne (Romanos 9:5); da descendência de Abraão6, tornando-se semelhante aos irmãos em tudo, mas sem pecado (Hebreus 2:16,17; 4:15).

Assim Ele é, na verdade, nosso Emanuel, isto é: Deus conosco (Mateus 1:23).

Artigo 19: AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO

Cremos que, por esta concepção, a pessoa do Filho está unida e conjugada inseparavelmente, com a natureza humana1. Não há, então, dois filhos de Deus, nem duas pessoas, mas duas naturezas, unidas numa só pessoa, mantendo cada uma delas suas características distintas. A natureza divina permaneceu não criada, sem início, nem fim de vida (Hebreus 7:3), preenchendo céu e terra. Do mesmo modo a natureza humane não perdeu suas características, mas permaneceu criatura, tendo início, sendo uma natureza finita e mantendo tudo o que é próprio de um verdadeiro corpo. E ainda que, por meio da sua ressurreição, Cristo tenha concedido imortalidade a sua natureza humana, Ele não transformou a realidade da mesma, pois nossa salvação e ressurreição dependem também da realidade de seu corpo.

Estas duas naturezas, porém, estão unidas numa só pessoa de tal maneira que nem por sua morte foram separadas. Ao morrer, Ele

entregou, então, nas mãos de seu Pai um verdadeiro Espírito humano, que saiu de seu corpo6, entretanto, a natureza divina sempre continuou unida a humana, mesmo quando Ele jazia no sepulcro. A divindade não cessou de estar nEle, assim como estava nEle quando era criança, embora, por algum tempo, não se tivesse manifestado.

Por isso, confessamos que Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem: verdadeiro Deus a fim de veneer a morte por seu poder; verdadeiro homem a fim de morrer por nós na fraqueza de sua carne.

Artigo 20: A JUSTIÇA E A MISERICÓRDIA DE DEUS EM CRISTO

Cremos que Deus, perfeitamente misericordioso e justo, enviou seu Filho para assumir a natureza humane em que foi cometida a desobediência. Nesta natureza, Ele satisfez a Deus, carregando o castigo pelos pecados, através de seu mui amargo sofrimento e morte. Assim Deus provou sua justiça sobre seu Filho, quando carregou sobre Ele nossos pecados e derramou sua bondade e misericórdia sobre nós, culpados e dignos da condenação. Por amor perfeitíssimo, Ele entregou seu Filho a morte, por nós, e O ressuscitou para nossa justificação4, a fim de que, por Ele, tivéssemos a imortalidade e a vida eterna.

Artigo 21: A SATISFAÇÃO POR CRISTO

Cremos que Jesus Cristo é um eterno Sumo Sacerdote, segundo a ordem de Melquisedeque, o que Deus confirmou por juramentol. Perante seu Pai e para apaziguar-Lhe a ira, Ele se apresentou em nosso nome, por satisfação própria, sacrificando-se a si mesmo e derramando seu

precioso sangue, para purificação dos nossos pecados, conforme os profetas predisseram.

Pois, está escrito que "o castigo que nos traz a paz estava sobre " o Filho de Deus e que "pelas suas pisaduras fomos sarados"; "como cordeiro foi levado ao matadouro"; "foi contado com os transgressores" (Isaías 53: 5,7,12); e como criminoso foi condenado por Pôncio Pilatos embora este o tivesse declarado inocente. Assim, então, restituiu o que não tinha furtado (Salmo 69:4), e sofreu, "o justo pelos injustos" (I Pedro 3:18), tanto no seu corpo como na sua alma, de maneira que sentiu o terrível castigo que os nossos pecados mereceram. Assim "o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra " (Lucas 22:44). Ele "clamou em alta voz: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mateus 27:46) e padeceu tudo para a remissão dos nossos pecados.

Por isso, dizemos, com razão, junto com Paulo que não sabemos outra coisa, "senão Jesus Cristo, e este crucificado" (1 CorIntios 2:2). Consideramos "tudo como perda por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus", nosso Senhor (Filipenses 3:8). Encontramos toda consolação em seus ferimentos e não precisamos buscar ou inventar qualquer outro meio para nos reconciliarmos com Deus, "porque com uma única oferta aperfeicoou para sempre quantos estão sendo santificados, (Hebreus 10:14). Por isso, o anjo de Deus O chamou Jesus, quer dizer: Salvador, porque ia salver "o seu povo dos pecados deles " (Mateus 1:21).

Artigo 22: A JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ EM CRISTO

Cremos que, para obtermos verdadeiro conhecimento desse grande mistério, o Espírito Santo acende, em nosso coração, verdadeira fé. Esta fé abraça Jesus Cristo com todos os seus méritos, apropria-se dEle e nada mais busca fora dEle. Pois das duas, uma: ou não se ache em Jesus Cristo tudo o que é necessário para nossa salvação, ou tudo se acha nEle, e, então, aquele que possui Jesus Cristo pela fé, tem a salvação completa. Dizer porém que Cristo não é suficiente, mas que, além dEle, algo mais é necessário, significaria uma blasfêmia horrível. Pois Cristo seria apenas um salvador incompleto.

Por isso, dizemos, com razão, junto com o apóstolo Paulo, que somos justificados somente pela fé, ou pela fe sem as obras (Romanos 3:28). Entretanto, não entendemos isto como se a própria fé nos justificasse5, mas ela é somente o instrumento com que abraçamos Cristo, nossa justiça. Mas Jesus Cristo, atribuindo-nos todos os seus méritos e tantas obras santas, que fez por nós e em nosso ugar, é nossa justiça6. E a fé é o instrumento que nos mantém com Ele na comunhão de todos os seus benefícios. Estes, uma vez dados a nós, são mais que suficientes para nos absolver dos pecados.

Artigo 23: NOSSA JUSTIÇA PERANTE DEUS EM CRISTO

Cremos que nossa verdadeira felicidade consiste no perdão dos pecados, por causa de Jesus Cristo, e que isto significa para nós a justiça perante Deusl. Assim nos ensinam Davi e Paulo, declarando: "Bem-aventurado o homem a quem Deus atribui justiça, independentemente de obras" (Romanos 4:6; Salmo 32:2). E o mesmo

apóstolo diz que somos "justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (Romanos 3: 24).

Portanto, perseveramos neste fundamento, dando toda a glória a Deus, humilhando-nos e reconhecendo que nós, homens, somos maus. Não nos vangloriamos, de nenhuma maneira, de nós mesmos ou de nossos méritos. Somente nos apoiamos e repousamos na obediência do Cristo crucificado. Esta obediência é nossa se cremos nEle. Ela é suficiente para cobrir todas as nossas iniqüidades. Ela liberta nossa consciência de temor, perplexidade e espanto e, assim, nos dá ousadia de aproximarmo-nos de Deus, sem fazermos como nosso primeiro pai Adão que, tremendo, quis cobrir-se com folhas de figueira. E, certamente, se tivéssemos que comparecer perante Deus, apoiando-nos, por pouco que fosse, em nós mesmos ou em qualquer outra criatura - ai de nós -, pereceríamos. Por isso, cada um deve dizer com Davi: "Ó Senhor, não entres em juízo com o teu servo, porque a tua vista não há justo nenhum vivente" (Salmo 143:2).

Artigo 24: A SANTIFICAÇÃO

Cremos que a verdadeira fé, tendo sido acesa no homem pelo ouvir da Palavra de Deus e pela obra do Espírito Santol, regenera o homem e o torna um homem novo. Esta verdadeira fé o faz viver na vida nova e o liberta da escravidão do pecado.

Por isso, é impossível que esta fé justificadora leve os homens a se descuidarem da vida piedosa e santa. Pelo contrário, sem esta fé jamais farão alguma coisa por amor a Deus, mas somente por amor a si mesmos e por medo de serem condenados. É impossível, portanto, que

esta fé permaneça no homem sem frutos. Pois, não falamos de uma fé vã, mas da fé, de que a Escritura diz que "atua pelo amor" (Gálatas 5:6). Ela move o homem a exercitar-se nas obras que Deus mandou na sua Palavra. Estas obras, se procedem da boa raíz da fé; são boas e agradáveis a Deus, porque todas elas são santificadas por sua graça.

Entretanto, elas não são levadas em conta para nos justificar. Porque é pela fé em Cristo que somos justificados, mesmo antes de fazermos boas obras. De outro modo, estas obras não poderíam ser boas, assim como o fruto da árvore não pode ser bom, se a árvore não for boa.

Então, fazemos boas obras, mas não para merecermos algo. Pois, que mérito poderíamos ter? Antes, somos devedores a Deus pelas boas obras que fazemos e não Ele a nós. Pois, "Deus e quem efetua em" nós "tanto o querer como o realizar, segundo sua boa vontade" (Filipenses 2:13). Então, lev emos a sério o que está escrito: "Assim também vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer" (Lucas 17:10). Contudo, não queremos negar que Deus recompensa as boas obras; mas, por sua graça, Ele coroa seus próprios dons.

E, em seguida, mesmo que façamos boas obras, nelas não fundamentamos nossa salvação. Porque, por sermos pecadores, não podemos fazer obra alguma que não esteja contaminada e não mereça ser castigada. E, ainda que pudéssemos produzir uma só boa obra, a lembrança de um só pecado bastaria para torná-la rejeitável perante DeusII. Assim, sempre duvidaríamos, levados de um lado para o outro, sem certeza alguma, e nossa pobre consciência estaria sempre aflita, a

não ser que se apoiasse no mérito do sofrimento e da morte de nosso Salvador.

Artigo 25: CRISTO, O CUMPRIMENTO DA LEI

Cremos que as cerimônias e figuras da lei terminaram com a vinda de Cristo e que, assim, todas as sombras chegaram ao fim. Por isso, os cristãos não devem mais usá-las. Contudo, para nós, sua verdade e substância permanecem em Cristo Jesus, em quem têm seu cumprimento.

Entretanto, ainda usamos os testemunhos da Lei e dos Profetas para confirmarmo-nos no Evangelho e, também, para regularmos nossa vida em toda honestidade, para a glória de Deus, conforme sua vontade.

Artigo 26: CRISTO, NOSSO ÚNICO ADVOGADO

Cremos que nenhum acesso temos a Deus, senão pelo único Mediador e Advogado Jesus Cristo, o Justo. Porque Ele se tornou homem e uniu as naturezas divina e humana, para que nós, homens, tivéssemos acesso à majestade divina. De outro modo, nenhum acesso teríamos. Mas este Mediador que o Pai constituiu entre Ele e nós, não nos deve assustar por sua grandeza, a ponto de fazer-nos procurar um outro, conforme nossa própria vontade. Porque não há ninguém , nem no céu, nem na terra, entre as criaturas, que nos ame mais que Jesus Cristo. "Pois ele, subsistindo em forma de Deus ... a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens" por nós, "em todas as coisas ... semelhante aos irmãos" (Filipenses 2:6,7; Hebreus 2:17).

Agora, se tivéssemos que buscar outro mediador que nos fosse favorável, quem poderíamos encontrar que mais nos amasse senão Ele que entregou sua vida por nós, sendo nós ainda inimigos (Romanos 5:8,10)? E se tivéssemos que buscar alguém que tivesse poder e estima, quem os teria tanto quanto Ele que está sentado a direita de seu Pai, e que tem "toda a autoridade... no céu e na terra" (Mateus 28:18)? E quem será ouvido antes do que o próprio bem-amado Filho de Deus?

Foi, então, somente falta de confiança que levou os homens ao costume de desonrar os santos em vez de honrá-los. Pois fazem o que estes santos jamais fizeram ou desejaram mas sempre rejeitaram conforme era seu dever, como mostram seus escritos.

Aqui não se deve alegar que não somos dignos; pois não apresentamos as orações a Deus em razão de nossa dignidade, mas somente pela excelência e dignidade de nosso Senhor Jesus Cristo, cuja justiça é a nossa, mediante a fé. Por isso, a Escritura nos diz, querendo tirar de nós esse tolo receio, ou antes, essa falta de confiança, que Jesus Cristo tornou-se "em todas as coisas... semethante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus, e para fazer propiciação pelos pecados do povo. Pois naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados" (Hebreus 2:17,18). E a Escritura diz também, para animar-nos ainda mais a ir para Ele: "Tendo, pois, a Jesus, o Filho de Deus, como grande sumo sacerdote que entrou nos céus, conservemos firmes a nossa confissão. Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, antes foi ele tentado em todas as coisas, a nossa semelhança, mas sem pecado. Acheguemo-nos,

portanto, confiadamente, junto ao trono da graça, a fim de recebermos misericordia e acharmos graça para socorro em ocasião oportuna" (Hebreus 4:14-16). A Escritura diz ainda: "Tendo, pois, irmãos, intrepidez para entrar no Santo dos santos, pelo sangue de Jesus... aproximemo-nos... em plena certeza de fé etc." (Hebreus 10:19-22). E também: Cristo "tem o seu sacerdócio imutável. Por isso, também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles " (Hebreus 7:24,25).

Então, do que precisamos mais, visto que o próprio Cristo declara: "Eu sou o camninho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim" (João 14:6)? Por que buscaríamos outro advogado visto que agradou a Deus nos dar seu Filho como Advogado? Não O abandonemos para buscar outro que nunca encontraremos. Pois quando Deus O deu a nós, bem sabia que éramos pecadores.

Por isso, conforme o mandamento de Cristo, invocamos o Pai celestial mediante Cristo, nosso únicoMediador, como nos foi ensinado na oração do Senhor. E temos a certeza de que o Pai nos concederá tudo o que Lhe pedirmos em nome de Cristol4 (João 16:23).

Artigo 27:A IGREJA CATÓLICA OU UNIVERSAL

Cremos e confessamos uma só igreja católica ou universal. Ela é uma santa congregação e assembléia dos verdadeiros crentes em Cristo, que esperam toda a sua salvação de Jesus Cristo3, lavados pelo sangue dEle, santificados e selados pelo Espírito Santo.

Esta igreja existe desde o princípio do mundo e existirá até o fim. Pois, Cristo é um Rei eterno, que não pode estar sem súditos. Esta santa igreja é mantida por Deus contra o furor do mundo inteiro, mesmo que ela, às vezes, por algum tempo, seja muito pequena e na opinião dos homens, quase desaparecida. Assim, Deus guardou para si, na perigosa época de Acabe, sete mil homens, que não tinham dobrado os joelhos a Baal.

Esta santa igreja também não está situada, fixada ou limitada em certo lugar, ou ligada a certas pessoas, mas ela está espalhada e dispersa pelo mundo inteiro. Contudo, está integrada e unida, de coração e vontade, no mesmo Espírito, pelo poder da fé.

Artigo 28: O DEVER DE JUNTAR-SE À IGREJA

Esta santa assembléia é a congregação daqueles que são salvos, e fora dela não há salvação. Cremos, então, que ninguém, qualquer que seja a posição ou qualidade, deve viver afastado dela e contentar-se com sua própria pessoa. Mas cada um deve se juntar e se reunir a ela, mantendo a unidade da igreja, submetendo-se a sua instrução e disciplina, curvando-se diante do jugo de Jesus Cristo e servindo para a edificação dos irmãos, conforme os dons que Deus concedeu a todos, como membros do mesmo corpo.

Para observar melhor tudo isto, o dever de todos os fiéis é, conforme a Palavra de Deus, separar-se daqueles que não pertencem a igreja, e juntar-se a esta assembléia em todo lugar onde Deus a tenha estabelecido. Este dever deve ser cumprido, mesmo que os governos e

as leis das autoridades o contrariem e mesmo que a morte ou a pena corporal sejam a consequência disto.

Por isso, todos os que se separam desta igreja ou não se juntam a ela, contrariam a ordem de Deus.

Artigo 29: AS MARCAS DA VERDADEIRA IGREJA, DE SEUS MEMBROS E DA FALSA IGREJA

Cremos que se deve discernir diligentemente e com muito cuidado, pela Palavra de Deus, qual é a verdadeira igreja, visto que todas as seitas, que atualmente existem no mundo, se chamam igreja, mas sem razão. Não falamos aqui dos hipócritas que, na igreja, se acham entre os sinceros fiéis; contudo, não pertencem à igreja, embora sejam membros dela. Mas queremos dizer que se deve distinguir o corpo e a comunhão da verdadeira igreja, de todas as seitas que se dizem igreja.

As marcas para conhecer a verdadeira igreja são estas: ela mantém a pura pregação do Evangelho, a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu, e o exercício da disciplina eclesiástica para castigar os pecados. Em resumo: ela se orienta segundo a pura Palavra de Deus, rejeitando todo o contrário a esta Palavra e reconhecendo Jesus Cristo como o único Cabeça. Assim, com certeza, se pode conhecer a verdadeira igreja; e a ninguém convém separar-se dela.

Aqueles que pertencem à igreja podem ser conhecidos pelas marcas dos cristãos, a saber: pela fé e pelo fato de que eles, tendo aceitado Jesus Cristo como único Salvador, fogem do pecado e seguem a justiça, amando Deus e seu próximo, não se desviando para a direita nem para a

esquerda e crucificando a carne, com as obras dela. Isto não quer dizer, por ém , que eles não têm ainda grande fraqueza, mas, pelo Espírito, a combatem, em todos os dias de sua vida , e sempre recorr em ao sangue, à morte, ao sofrimento e à obediência do Senhor Jesus. NEle eles têm a remissão dos pecados, pela fé.

Quanto à falsa igreja, ela atribui mais poder e autoridade a si mesma e a seus regulamentos do que à Palavra de Deus e não quer submeter-se ao jugo de Cristo. Ela não administra os sacramentos como Cristo ordenou em sua Palavra, mas acrescenta ou elimina o que lhe convém. Ela se baseia mais nos homens que em Cristo. Ela persegue aqueles que vivem de maneira santa, conforme a Palavra de Deus, e que lhe repreendem os pecados, a avareza e a idolatria.

É fácil conhecer estas duas igrejas e distingui-las uma da outra.

Artigo 30: O GOVERNO DA IGREJA

Cremos que esta verdadeira igreja deve ser governada conforme a ordem espiritual, que nosso Senhor nos ensinou na sua Palavra. Deve haver ministros ou pastores para pregarem a Palavra de Deus e administrarem os sacramentos; deve haver também presbíteros e diaconos para formarem, com os pastores, o conselho da igreja. Assim, eles devem manter a verdadeira religião e fazer com que a verdadeira doutrina seja propagada, que os transgressores sejam castigados e contidos, de forma espiritual, e que os pobres e os aflitos recebam ajuda e consolação, conforme necessitam.

Desta maneira, tudo procederá, na igreja, em boa ordem, quando forem eleitas pessoas fiéis, conforme a regra do apóstolo Paulo na carta a Timóteo.

Artigo 31: OS OFÍCIOS NA IGREJA

Cremos que os ministros da palavra de Deus, os presbíteros e os diáconos devem ser escolhidos para seus ofícios.mediante eleição legítima pela igreja, sob invocação do nome de Deus e em boa ordem, conforme a palavra de Deus ensina.

Por isso, cada membro deve cuidar para não se apoderar do ofício por meios ilícitos, mas deve esperar a hora em que é chamado por Deus, a fim de ter, assim, a certeza de que sua vocação vem do Senhor.

Quanto aos ministros da Palavra, eles têm, onde quer que estejam, igual poder e autoridade, porque todos são servos de Jesus Cristo, o único Bispo universal e o único Cabeça da igreja.

Além disto, a santa ordem de Deus não pode ser violada ou desprezada. Dizemos, portanto, que cada um deve ter respeito especial pelos ministros da Palavra e presbíteros da igreja, em razão do trabalho que realizam. Cada um deve viver em paz com eles, tanto quanto possível, sem murmuração, contenda ou discórdia.

Artigo 32: A ORDEM E A DISCIPLINA DA IGREJA

Cremos que os que governam a igreja devem cuidar para não se desviarem do que Cristo, nosso único Mestre, nos ordenou; embora seja

útil e bom que, entre eles, se estabeleça e conserve determinada ordem para manter o corpo da igreja.

Por isso, rejeitamos todas as invenções humanas e todas as leis que se queiram introduzir para servir a Deus, mas que venham, de qualquer maneira, comprometer e constranger a consciência. Aceitamos, então, somente o que serve para promover e guardar a concórdia e a unidade e para manter tudo na obediência a Deus.

Esta ordem (caso desobedecida exige a excomunhão), feita conforme a Palavra de Deus, com todas as suas conseqüências.

Artigo 33: OS SACRAMENTOS

Cremos que nosso bom Deus, atento à nossa ignorância e fraqueza, instituiu os sacramentos, a fim de nos selar suas promessas e nos conceder penhores de sua benevolência e graça para conosco e, também, alimentar e sustentar nossa fé1. Ele acrescentou os sacramentos à palavra do Evangelho para melhor apresentar aos nossos sentidos tanto o que Ele nos declara por sua Palavra, como o que Ele opera em nossos coraçoes.

Assim, Ele confirma a salvação de que nos fez participar. Pois os sacramentos são visíveis sinais e selos de uma realidade interna e invisível. Através deles, Deus opera em nós, pelo poder do Espírito Santo. Por isso, os sinais não são vãos nem vazios para nos enganar, porque Jesus Cristo é a verdade deles e, sem Ele, nada seriam.

Além disto, nos contentamos com o número dos sacramentos que Cristo, nosso Mestre, instituiu e que não são mais de dois: o sacramento do batismo4 e o da santa ceia de Jesus Cristo.

Artigo 34: O SANTO BATISMO

Cremos e confessamos que Jesus Cristo, o qual é "o fim da lei" (Romanos 10:4), derramando seu sangue, acabou com qualquer outro derramamento de sangue, que se possa ou queira realizar para reconciliação dos pecados. Tendo abolido a circuncisão, que se praticava com sangue, Ele instituiu, em lugar dela, o sacramento do batismo.

Pelo batismo somos recebidos na igreja de Deus e separados de todos os outros povos e outras religiões para pertencermos totalmente a Ele, tendo sua marca e estandarte. O batismo nos serve para testemunhar que Ele eternamente será nosso Deus e misericordioso Pai.

Por isso, Cristo mandou batizar todos os seus "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mateus 28:19), somente com água. Desta forma Ele nos dá a entender que assim como a água tira a impureza do corpo, quando derramada em nós, e também assim como a água é vista no corpo de quem recebe o batismo, assim o sangue de Cristo, através do Espírito Santo, lava a alma, purificando-a dos pecados, e faz com que nós, filhos da ira nasçamos de novo para sermos filhos de Deus.

Porém, não somos purificados de nossos pecados pela água do batismo, mas pela aspersão com o precioso sangue do Filho de Deus. Ele é nosso Mar Vermelho, que devemos atravessar para escapar da tirania de Faraó - que é o diabo - e para entrar na Canaã espiritual.

Os ministros, por sua parte, nos administram somente o sacramento, que é visível, mas nosso Senhor nos concede o que o sacramento significa, a saber: os dons invisíveis da graça. Ele lava nossa alma, purificando-a e limpando-a de todas as impurezas e iniqüidades. Ele renova nosso coração, enchendo-o de toda a consolação, e nos dá a verdadeira certeza de sua bondade paternal. Ele nos reveste do novo homem, despindo-nos do velho com todas as suas obras .

Por isso, cremos que quem quer entrar na vida eterna, deve ser batizado só uma vez. O batismo não pode ser repetido, porque também não podemos nascer duas vezes e porque este batismo tem utilidade não somente no momento de recebê-lo, mas durante a vida inteira.

Rejeitamos, portanto, o erro dos anabatistas, que não se contentam com o batismo que uma vez receberam e que, além disto, condenam o batismo dos filhos pequenos dos crentes. Nós cremos, porém, que eles devem ser batizados e, com o sinal da aliança, devem ser selados, assim como as crianças em Israel eram circuncidadas com base nas mesmas promessas que foram feitas a nossos filhos. Cristo, de fato, derramou seu sangue para lavar, igualmente, as crianças dos fiéis e os adultos. Por isso, elas devem receber o sinal e o sacramento da obra que Cristo fez para elas, como o Senhor, outrora, na lei, determinava que as crianças p.articipassem, pouco depois do seu nascimento, do sacramento do sofrimento e da morte de Cristo, através da oferta de um cordeiro, que era um sacramento de Jesus Cristo.

Além disto, o batismo tem, para nossos filhos, o mesmo efeito que a circuncisão tinha para o povo judeu. É por esta razão que o apóstolo Paulo chama ao batismo: "a circuncisão de Cristo" (Colossenses 2:11).

Artigo 35: A SANTA CEIA

Cremos e confessamos que nosso Salvador Jesus Cristo ordenou e instituiu o sacramento da santa ceia, a fim de alimentar e sustentar aqueles que Ele já fez nascer de novo e incorporou à sua família, que é a sua igreja.

Agora, aqueles que nasceram de novo têm duas vidas diferentes. Uma é corporal e temporária: eles a trouxeram de seu primeiro nascimento e todos os homens a tem. A outra é espiritual e celestial: ela lhes é dada no segundo nascimentp que se realiza pela palavra do Evangelho, na comunhão com o corpo de Cristo. Esta vida apenas os eleitos de Deus possuem. Assim Deus ordenou para a manutenção da vida corporal e terrestre, pão comum, terrestre, que todos recebem como recebem a vida.

Porém, a fim de manter a vida espiritual e celestial, que os crentes possuem, Ele lhes enviou um "pão vivo, que desceu do céu" (João 6:51) , isto é, Jesus Cristo. Ele alimenta e mantém a vida espiritual dos crentes quando é comido, quer dizer: aceito espiritualmente e recebido pela fé.

A fim de nos figurar este pão espiritual e celestial, Cristo ordenou um pão terrestre e visível como sacramento de seu corpo e o vinho como sacramento de seu sangue. Com eles nos assegura: tão certo como recebemos o sacramento e o temos em nossas mãos e o comemos e

bebemos com nossa boca, para manter nossa vida, tão certo recebemos em nossa alma pela fé - que é a mão e a boca da nossa alma -, o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Cristo, nosso único Salvador, para manter nossa vida espiritual.

Agora, há certeza absoluta de que Jesus Cristo não nos ordenou seus sacramentos a toa. Então, Ele realiza em nós tudo o que nos apresenta por estes santos sinais, embora de maneira além da nossa compreensão, como também a ação do Espírito Santo é oculta e incompreensível.

Entretanto, não nos enganamos, dizendo que, o que comemos e bebemos, é o próprio corpo natural e o próprio sangue de Cristo. Porém, a forma pela qual os tomamos não é pela boca, mas, espiritual, pela fé. Desta maneira, Jesus Cristo permanece sentado a direita de Deus, seu Pai, no céu e, contudo, Ele se comunica a nós pela fé. Nesta ceia festiva e espiritual, Cristo nos faz participar de si mesmo com todas as suas riquezas e dons e deixa-nos usufruir tanto de si mesmo como dos méritos de seu sofrimento e morte. Ele alimenta, fortalece e consola nossa pobre alma desolada pelo comer de seu corpo, e a reanima e renova pelo beber de seu sangue.

Depois, embora os sacramentos estejam unidos com a realidade da qual são um sinal, nem todos recebem ambos. O ímpio recebe, sim, o sacramento, para sua condenação, mas não a verdade do sacramento, como Judas e Simão, o Mago: ambos receberam o sacramento, mas não a Cristo que por este é figurado. Porque somente os crentes participam dEle.

Finalmente, recebemos na congregação do povo de Deus este santo sacramento com humildade e reverência. Assim comemoramos juntos, com ações de graça, a morte de Cristo, nosso Salvador, e fazemos confissão da nossa fé e da religião cristã. Por isto, ninguém deve participar da ceia antes de ter-se examinado a si mesmo, da maneira certa, para, enquanto comer e beber, não comer e beber juízo para si (lCoríntios 11:28,29). Em resumo, somos movidos, pelo uso deste santo sacramento, a um ardente amor para com Deus e nosso próximo.

Por esta razão rejeitamos como profanação dos sacramentos todos os acréscimos e abomináveis invenções que o homem introduziu neles e misturou com eles. E declaramos que se deve contentar com a ordenação que Cristo e seus apóstolos nos ensinaram e falar sobre os sacramentos conforme eles falaram.

Artigo 36: O OFÍCIO DAS AUTORIDADES CIVIS

Cremos que nosso bom Deus, por causa da per versidade do gênero humano, constituiu reis, governos e autoridades. Ele quer que o mundo seja governado por leis e códigos, para que a indisciplina dos homens seja contida e tudo ocorra entre eles em boa ordem. Para este fim Ele forneceu às autoridades a espada para castigar os maus e proteger os bons (Romanos 13:4).

Seu ofício não é apenas cuidar da ordem pública e zelar por ela, mas também proteger o santo ministério da igreja a fim de * promover o reino de Jesus Cristo e a pregação da Palavra do Evangelho em todo lugar, para que Deus seja honrado e servido por todos, como Ele ordena na sua Palavra.

Depois, cada um, em qualquer posição que esteja, tem a obrigação de submeter-se às autoridades, pagar impostos, render-lhes honra e respeito, obedecer-lhes em tudo o que não contraria a Palavra de Deus, e orar em favor delas para que Deus as guie em todos os seus caminhos, "para que vivamos vida tranqüila e mansa com toda piedade e respeito" (lTimóteo 2:2).

Neste assunto rejeitamos os anabatistas e outros revolucionários e em geral todos os que se opõem às autoridades e aos magistrados, e querem derrubar a ordem judicial, introduzindo a comunhão de bens, e que abalam os bons costumes que Deus estabeleceu entre as pessoas.

Artigo 37: O JUÍZO FINAL

Finalmente, cremos conforme a palavra de Deus que, quando chegar o momento determinado pelo Senhor - o qual todas as criaturas desconhecem -, e o número dos eleitos estiver completo, nosso Senhor Jesus Cristo virá do céu, corporal e visívelmente, assim como subiu ao céu (Atos 1:11), com grande glória e majestade. Ele se manifestará Juiz sobre vivos e mortos, enquanto porá em fogo e chamas este velho mundo para purificá-lo.

Naquele momento comparecerão perante este grande Juiz, pessoalmente, todas as pessoas que viveram neste mundo: homens, mulheres e crianças, citados pela voz do arcanjo e pelo som da trombeta divina (1Tessalonicenses 4:16). Porque todos os mortos ressuscitarão da terra e as almas serão reunidas aos seus próprios corpos em que viveram. E a respeito daqueles que ainda estiverem vivos: eles não

morrerão como os outros, mas serão transformados num só momento. De corruptíveis se tornarão incorruptíveis.

Então, se abrirão os livros e os mortos serão julgados (Apocalipse 20:12), segundo o que tiverem feito neste mundo, seja o bem ou o mal (2Coríntios 5:10). Sim, "de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta" (Mateus 12:36), mesmo que o mundo a considere apenas brincadeira e passatempo. Assim será trazido à luz diante de todos o que os homens praticaram às escondidas, inclusive sua hipocrisia.

Portanto, pensar neste juízo e realmente horrível e pavoroso para os homens maus e ímpios, mas muito desejável e consolador para os justos e eleitos. A salvação destes será totalmente completada e eles receberão os frutos de seu penoso labor. Sua inocência será reconhecida por todos e eles presenciarão a vingança terrível de Deus contra os ímpios, que os tiranizaram, oprimiram e atormentaram neste mundo. Os ímpios serão levados a reconhecer sua culpa pelo testemunho da própria consciência. Eles se tornarão imortais, mas somente para serem atormentados no "fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos " (Mateus 25:41).

Os crentes e eleitos, porém, serão coroados com glória e honra. O Filho de Deus confessará seus nomes diante de Deus, seu Pai (Mateus 10:32), e seus anjos eleitos e Deus "lhes enxugará dos olhos toda lagrima" (Apocalipse 21:4). Assim ficará manifesto que a causa deles, que agora por muitos juízes e autoridades está sendo condenada como herética e ímpia, é a causa do Filho de Deus. E, como recompensa

gratuita, o Senhor os fará possuir a glória que jamais poderia surgir no coração de um homem.

O Catecismo de Heidelberg

DOMINGO 1

Pergunta 1. Qual é o seu único fundamento, na vida e na morte?

Resposta. O meu único fundamento é meu fiel Salvador Jesus Cristo [l].

A Ele pertenço, em corpo e alma, na vida e na morte [2], e não pertenço a mim mesmo [3]. Com seu precioso sangue Ele pagou [4] por todos os meus pecados e me libertou de todo o domínio do diabo [5].

Agora Ele me protege de tal maneira [6] que, sem a vontade do meu Pai do céu, não perderei nem um fio de cabelo [7]. Além disto, tudo coopera para o meu bem [8].

Por isso, pelo Espírito Santo, Ele também me garante a vida eterna [9] e me torna disposto a viver para Ele, daqui em diante, de todo o coração [10].

[1] 1Co 3:23; Tt 2:14. [2] Rm 14:8; 1Ts 5:9,10. [3] 1Co 6:19,20. [4] 1Pe 1:18,19; 1Jo 1:7; 1Jo 2:2,12. [5] Jo 8:34-36; Hb 2:14,15; 1Jo 3:8. [6] Jo 6:39; Jo 10:27-30; 2Ts 3:3; 1Pe 1:5. [7] Mt 10:29,30; Lc 21:18. [8] Rm 8:28. [9] Rm 8:16; 2Co 1:22; 2Co 5:5; Ef 1:13,14. [10] Rm 8:14; 1Jo 3:3.

P. 2. 0 que você deve saber para viver e morrer neste fundamento?

R. Primeiro: como são grandes meus pecados e minha miséria [1] .

Segundo: como sou salvo de meus pecados e de minha miséria [2] .

Terceiro: como devo ser grato a Deus por tal salvação [3] .

[1] Mt 9:12; Jo 9:41; Rm 3:10; 1Jo 1:9,10. [2] Lc 24:46,47; Jo 17:3; At 4:12; At 10:43; 1Co 6:11; Tt 3:3-7. [3] Sl 50:14,15; Sl 116:12,13; Mt 5:16; Rm 6:12,13; Ef 5:10; 2Tm 2:15; 1Pe 2:9,12. Veja também Mt 11:28-30; Ef 5:8.

PARTE 1: NOSSA MISÉRIA

DOMINGO 2

P. 3. Como você conhece sua miséria?

R. Pela lei de Deus [1] .

[1] Rm 3:20.

P. 4. 0 que a lei de Deus exige de nós?

R. Isto Cristo nos ensina num resumo, em Mateus 22:37-40:

"Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento.

Este é o grande e primeiro mandamento.

O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas" [1] .

[1] Lv 19:18; Dt 6:5; Mc 12:30,31; Lc 10:27.

P. 5. Você pode observar esta lei perfeitamente?

R. Não, não posso [1] , porque por natureza sou inclinado a odiar a Deus e a meu próximo [2] .

[1] Rm 3:10,20,23; 1Jo 1:8,10. [2] Gn 6:5; Gn 8:21; Jr 17:9; Rm 7:23; Rm 8:7; Ef 2:3; Tt 3:3.

DOMINGO 3

P. 6. Mas Deus criou o homem tão mau e perverso?

R. Não, Deus criou o homem bom [1] e à sua imagem [2] , isto é, em verdadeira justiça e santidade, para conhecer corretamente a Deus seu Criador, amá-Lo de todo o coração e viver com Ele em eterna felicidade, para louvá-Lo e glorificá-Lo [3] .

[1] Gn 1:31. [2] Gn 1:26,27. [3] 2Co 3:18; Ef 4:24; Cl 3:10.

P. 7. De onde vem, então, esta natureza corrompida do homem?

R. Da queda e desobediência de nossos primeiros pais, Adão e Eva, no paraíso [1] . Ali, nossa natureza tornou-se tão envenenada, que todos nós somos concebidos e nascidos em pecado [2] .

[1] Gn 3; Rm 5:12,18,19. [2] Sl 51:5; Jo 3:6.

P. 8. Mas nós somos tão corrompidos que não podemos fazer bem algum e que somos inclinados a todo mal?

R. Somos sim [l] , se não nascermos de novo pelo Espírito de Deus [2] .

[1] Gn 6:5; Gn 8:21; Jó 14:4; Jo 15:14,16,35; Is 53:6; Tt 3:3. [2] Jo 3:3,5; 1Co 12:3; 2Co 3:5.

DOMINGO 4

P. 9. Então, Deus exige do homem, em sua lei, o que este não pode cumprir. Isto não é injusto?

R. Não, pois Deus criou o homem de tal maneira que este pudesse cumprir a lei [1] . O homem, porém, sob instigação do diabo e por sua própria rebeldia, privou a si mesmo e a todos os seus descendentes destes dons [2] .

[1] Gn 1:27; Ef 4:24. [2] Gn 3:4-6; Rm 5:12; 1Tm 2:13,14.

P. 10, Deus deixa sem castigo esta desobediência e rebeldia?

R. Não, não deixa, porque Ele se ira terrivelmente tanto contra os pecados em que nascemos como contra os que cometemos, e quer castigá-los por justo julgamento, agora, nesta vida, e na futura [1] .

Ele mesmo declarou: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las" (Gálatas 3: [10] [2] .

[1] Gn 2:17; Êx 20:5; Êx 34:7; Sl 5:5; Na 1:2; Rm 1:18; Rm 5:12; Ef 5:6; Hb 9:27. [2] Dt 27:26.

P. 11. Mas Deus não é também misericordioso?

R. Deus na verdade é misericordioso⁽¹⁾, mas também e justo [2] .

Por isso, sua justiça exige que o pecado, cometido contra a suprema majestade de Deus, seja castigado também com a pena máxima, quer dizer, com o castigo eterno em corpo e alma [3] .

[1] Êx 20:6; Êx 34:6,7. [2] Êx 20:5; Êx 23:7; Êx 34:7; Sl 7:9. [3] Na 1:2,3; 2Ts 1:9.

PARTE 2: NOSSA SALVAÇÃO
DOMINGO 5

P. 12. Então, conforme o justo julgamento de Deus, merecemos castigo, nesta vida e na futura. Como podemos escapar deste castigo e, de novo, ser aceitos por Deus em graça?

R. Deus quer que sua justiça seja cumprida [1] . Por isso, nós mesmos devemos satisfazer essa justiça, ou um outro por nós [2] .

[1] Gn 2:17; Êx 20:5; Êx 23:7; Ez 18:4; Hb 10:30. [2] Mt 5:26; Rm 8:3,4.

P. 13. Nós mesmos podemos satisfazer essa justiça?

R. De maneira alguma. Pelo contrário, aumentamos, a cada dia, a nossa dívida com Deus⁽¹⁾.

[1] Jó 4:18,19; Jó 9:2,3; Jó 15:16; Sl 130:3; Mt 6:12; Mt 16:26; Mt 18:25.

P. 14. Será que uma criatura, sendo apenas criatura, pode pagar por nós?

R. Não, não pode. Primeiro: porque Deus não quer castigar uma outra criatura pela dívida do homem⁽¹⁾.

Segundo: porque tal criatura não poderia suportar o peso da ira eterna de Deus contra o pecado e dela livrar outros [2] .

[1] Gn 3:17; Ez 18:4. [2] Sl 130:3; Na 1:6.

P. 15. Que tipo de Mediador e Salvador, então, devemos buscar?

R. O Mediador deve ser verdadeiro⁽¹⁾ homem e homem justo [2] , contudo, mais poderoso que todas as criaturas; portanto, alguém que é, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus [3] .

[1] 1Co 15:21. [2] Hb 7:26. [3] Is 7:14; Is 9:6; Jr 23:6; Lc 11:22; Rm 8:3,4.

DOMINGO 6

P. 16. Por que o Mediador deve ser verdadeiro homem e homem justo?

R. Deve ser verdadeiro homem, porque a justiça de Deus exige que o homem pague o pecado do homem [1] .

Deve ser homem justo, porque alguém que tem seus próprios pecados, não pode pagar por outros [2] .

[1] Is 53:3-5; Jr 33:15; Ez 18:4,20; Rm 5:12-15; 1Co 15:21; Hb 2:14-16. [2] Sl 49:7; Hb 7:26,27; 1Pe 3:18.

P. 17. Por que o Mediador deve ser, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus?

R. Porque, somente sendo verdadeiro Deus⁽¹⁾, Ele pode suportar [2] , como homem, o peso da ira [3] de Deus, e conquistar e restituir, para nós, a justiça e a vida [4] .

[1] Is 9:6; Rm 1:4; Hb 1:3. [2] Is 53:4,11. [3] Dt 4:24; Sl 130:3; Na 1:6. [4] Is 53:5,11; Is 54:8; Jo 3:16; At 20:28; 1Pe 3:18.

P. 18. Mas quem é esse Mediador que, ao mesmo tempo, é verdadeiro Deus [1] e verdadeiro [2] homem e homem justo [3] ?

R. Nosso Senhor Jesus Cristo [4] , que nos foi dado para completa salvação e justiça [5] .

[1] Jr 23:6; Mt 3:1; Rm 8:3; Gl 4:4; 1Jo 5:20. [2] Lc 1:42; Lc 2:6,7; Rm 1:3; Fp 2:7; Hb 2:14,17; Hb 4:15. [3] Is 53:9,11; Jr 23:5; Lc 1:35; Jo 8:46; Hb 4:15; Heb 7:26; 1Pe 1:19; 1Pe 2:22; 1Pe 3:18. [4] Mt 1:23; Lc 2:11; Jo 1:1,14; Jo 14:6; Rm 9:5; 1Tm 2:5; 1Tm 3:16; Hb 2:9. [5] 1Co 1:30; 2Co 5:21.

P. 19. Como você sabe isto?

R. Pelo santo Evangelho, que o próprio Deus, de início, revelou no paraíso⁽¹⁾. Depois mandou anunciá-lo pelos santos patriarcas [2] e profetas [3] e, de antemão, o representou através dos sacrifícios e das outras cerimônias do Antigo Testamento. [4]

Finalmente, o cumpriu por seu único Filho [5] .

[1] Gn 3:15. [2] Gn 12:3; Gn 22:18; Gn 26:4; Gn 49:10. [3] Is 42:1-4; Is 43:25; Is 49:6; Is 53; Jr 23:5,6; Jr 31:32,33; Mq 7:18-20; Jo 5:46; At 3:22-24; At 10:43; Rm 1:2; Hb 1:1. [4] Cl 2:17; Hb 10:1,7. [5] Rm 10:4; Gl 3:24; Gl 4:4,5; Cl 2:17.

DOMINGO 7

P. 20. Todos os homens, então, tornam-se salvos por Cristo, assim como pereceram em Adão?

R. Não⁽¹⁾, somente aqueles que pela verdadeira fé são unidos a Cristo e aceitam todos os seus benefícios [2] .

[1] Mt 7:14; Mt 22:14. [2] Sl 2:12; Mc 16:16; Jo 1:12,13; Jo 3:16,18,36; Rm 3:22; Rm 11:20; Hb 4:2,3; Hb 5:9; Hb 10:39; Hb 11:6.

P. 21. O que é a verdadeira fé?

R. A verdadeira fé é o conhecimento e a certeza de que é verdade tudo o que Deus nos revelou em sua Palavra⁽¹⁾.

É também a plena confiança [2] de que Deus concedeu, por pura graça, não só a outros, mas também a mim, a

remissão dos pecados, a justiça eterna e a salvação [3] , somente pelos méritos de Cristo [4] .

O Espírito Santo [5] opera esta fé em meu coração, por meio do Evangelho [6] .

[1] Rm 4:20,21; Hb 11:1,3; Tg 1:6. [2] Sl 9:10; Rm 4:16-21; Rm 5:1; Rm 10:10; Ef 3:12; Hb 4:16. [3] Hc 2:4; At 10:43; Rm 1:17; Gl 3:11; Hb 10:10,38. [4] Lc 1:77,78; Jo 20:31; At 10:43; Rm 3:24; Rm 5:19; Gl 2:16. [5] Mt 16:17; Jo 3:5; Jo 6:29; At 16:14; 2Co 4:13; Ef 2:8; Fp 1:29. [6] Mc 16:15; At 10:44; At 16:14; Rm 1:16; Rm 10:17; 1Co 1:21.

P. 22. Em que um cristão deve crer?

R. Em tudo o que nos é prometido no Evangelho. O Credo Apostólico, resumo de nossa universal e indubitável fé cristã, nos ensina isto⁽¹⁾.

[1] Mt 28:19; Mc 1:15; Jo 20:31.

P.23. O que dizem os artigos deste Credo?

R. I 1. Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra;

II 2. e em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor;

3. que foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da virgem Maria;

4.padeceu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno;*

5. no terceiro dia ressurgiu dos mortos;

6. subiu ao céu e esta sentado à direita de Deus Pai Todo-Poderoso;

7. donde há de vir a julgar os vivos e os mortos.

III 8. Creio no Espírito Santo;

9 na santa igreja universal de Cristo, a comunhão dos santos;

10. na remissão dos pecados;

11. na ressurreição da carne

12. e na vida eterna.

*O texto do Credo Apostólico, aqui no domingo 7 do Catecismo de Heidelberg, tem as palavras "desceu ao inferno" (em lugar de "desceu ao reino dos mortos").

DOMINGO 8

P. 24. Como se divide este Credo?

R. Em três partes:

a primeira trata de Deus Pai e da nossa criação;

a segunda de Deus Filho e da nossa salvação;

a terceira de Deus Espírito Santo e da nossa santificação.

P. 25. Por que você fala de três Pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo, visto que há um só Deus [(1)] ?

R. Porque Deus se revelou, em sua Palavra, de tal maneira que estas três Pessoas distintas são o único, verdadeiro e eterno Deus [(2)] .

[(1)] Dt 6:4; Is 44:6; Is 45:5; 1Co 8:4,6; Ef 4:5,6. [(2)] Gn 1:2,3; Is 61:1; Mt 3:16,17; Mt 28:19; Lc 1:5; Lc 4:18; Jo 14:26; Jo 15:26; At 2:32,33; 2Co 13:13; Gl 4:6; Ef 2:18; Tt 3:4-6.

DEUS PAI E NOSSA CRIAÇÃO

DOMINGO 9

P. 26. Em que você crê quando diz: "Creio em Deus Pai, Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra"?

R. Creio que o eterno Pai de nosso Senhor Jesus Cristo criou, do nada, o céu, a terra e tudo o que neles há⁽¹⁾ e ainda os sustenta e governa por seu eterno

conselho e providência [2] . Ele é também meu Deus e meu Pai, por causa de seu Filho Cristo [3] .

NEle confio de tal maneira, que não duvido que dará tudo o que for necessário para meu corpo e minha alma [4] ; e que Ele transformará em bem todo mal que me enviar, nesta vida conturbada [5] . Tudo isto Ele pode fazer como Deus todo-poderoso [6] e quer fazer como Pai fiel [7] .

[1] Gn 1:1; Gn 2:3; Êx 20:11; Jó 33:4; Jó 38:4-11; Sl 33:6; Is 40:26; At 4:24; At 14:15. [2] Sl 104:2-5,27-30; Sl 115:3; Mt 10:29,30; Rm 11:36; Ef 1:11. [3] Jo 1:12; Rm 8:15; Gl 4:5-7; Ef 1:5. [4] Sl 55:22; Mt 6:25,26; Lc 12:22-24. [5] Rm 8:28. [6] Rm 8:37-39; Rm 10:12; Ap 1:8. [7] Mt 6:32,33; Mt 7:9-11.

DOMINGO 10

P. 27. 0 que é a providência de Deus?

R. É a força Todo-Poderoso e presente [1] , com que Deus, pela sua mão, sustenta e governa o céu, a terra e todas as criaturas [2] .

Assim, ervas e plantas, chuva e seca [3] , anos frutíferos e infrutíferos, comida e bebida, saúde e doença, riqueza e pobreza e todas as coisas [4] não nos sobrevêm por acaso, mas de sua mão paternal [5] .

[1] Sl 94:9,10; Is 29:15,16; Jr 23:23,24; Ez 8:12; Mt 17:27; At 17:25-28. [2] Hb 1:3. [3] Jr 5:24; At 14:17. [4] Pv 22:2; Jo 9:3. [5] Pv 16:33; Mt 10:29.

P. 28. Para que serve saber da criação e da providência de Deus?

R. Para que tenhamos paciência⁽¹⁾ em toda adversidade e mostremos gratidão [2] em toda prosperidade e para que, quanto ao futuro, tenhamos a firme confiança em nosso fiel Deus e Pai, de que criatura alguma nos pode separar do amor dEle [3] . Porque todas as criaturas estão na mão de Deus, de tal maneira que sem a vontade dEle não podem agir nem se mover [4] .

[1] Jó 1:21,22; Sl 39:9; Rm 5:3,4; Tg 1:3. [2] Dt 8:10; 1Ts 5:18. [3] Sl 55:22; Rm 5: 4,5; Rm 8:38,39. [4] Jó 1:12; Jó 2:6; Pv 21:1; At 17:25-28.

DEUS FILHO E NOSSA SALVAÇÃO

DOMINGO 11

P. 29. 0 nome "Jesus" significa "Salvador". Por que o Filho de Deus tem este nome?

R. Porque Ele nos salva de todos os nossos pecados⁽¹⁾ e porque, em ninguém mais, devemos buscar ou podemos encontrar salvação [2] .

[1] Mt 1:21; Hb 7:25. [2] Is 43:11; Jo 15:4,5; At 4:11,12; 1Tm 2:5; 1Jo 5:11,12.

P. 30. Será que aqueles que buscam, o bem e a salvação nos assim chamados "santos", ou em si mesmos ou em qualquer lugar, realmente crêem no único Salvador?

R. Não, não crêem, pois na prática negam o único Salvador Jesus, ainda que falem tanto dEle⁽¹⁾.Pois das duas, uma: ou Jesus não é o perfeito Salvador, ou aqueles que O aceitam como Salvador com verdadeira fé, encontram nEle tudo o que é necessário para a salvação [2] .

[1] 1Co 1:13,30,31; Gl 5:4. [2] Is 9:7; Jo 1:16; Cl 1:19,20; Cl 2:10; Hb 12:2; 1Jo 1:7.

DOMINGO 12

P. 31. 0 nome "Cristo" significa "Ungido". Por que Jesus tem também este nome?

R. Porque Ele foi ordenado por Deus Pai e ungido⁽¹⁾ com o Espírito Santo para ser nosso supremo Profeta e Mestre, nosso único Sumo Sacerdote e nosso eterno Rei.

Como Profeta Ele nos revelou plenamente o plano de Deus para nossa salvaçao [2] ;

como Sumo Sacerdote Ele nos resgatou pelo único sacrifício de seu corpo [3] e, continuamente, intercede por nós junto ao Pai [4] ;

como Rei Ele nos governa por sua Palavra e Espírito e nos protege e guarda na salvação [5] que Ele conquistou para nós.

[1] Sl 45:7; Is 61:1; Lc 4:18; At 10:38; Hb 1:9. [2] Dt 18:15; Is 55:4; Mt 11:27; Jo 1:18; Jo 15:15; At 3:22. [3] Sl 110:4; Hb 7:21; Hb 9:12,14,28; Hb 10:12,14. [4] Rm 8:34; Hb 7:25; Hb 9:24; 1Jo 2:1. [5] Sl 2:6; Zc 9:9; Mt 21:5; Mt 28:18; Lc 1:33; Jo 10:28; Ap 12:10,11.

P. 32. Por que você e chamado cristão [1] ?

R. Porque pela fé sou membro de Cristo e, por isso, também sou ungido [2] para ser profeta, sacerdote e rei.

Como profeta confesso o nome dEle [3] ;

Como sacerdote ofereço minha vida a Ele como sacrifício vivo de gratidão [4] ;

e como rei combato [5] , nesta vida, o pecado e o diabo, de livre consciência, e depois, na vida eterna, vou reinar com Ele sobre todas as criaturas [6] .

[1] At 11:26. [2] Is 59:21; Jl 2:28; At 2:17; 1Co 6:15; 1Jo 2:27. [3] Mt 10:32,33; Rm 10:10. [4] Êx 19:6; Rm 12:1; 1Pe 2:5; Ap 1:6; Ap 5:8,10. [5] Rm 6:12,13; Gl 5:16,17; Ef 6:11; 1Tm 1:18,19; 1Pe 2:9,11. [6] 2Tm 2:12; Ap 22:5.

DOMINGO 13

P. 33. Por que Cristo é chamado "o único Filho de Deus", se nós também somos filhos de Deus?

R. Porque só Cristo é, por natureza, o Filho eterno de Deus⁽¹⁾. Nós, porém, somos filhos adotivos de Deus [2] , pela graça, por causa de Cristo.

Jó 1:14,18; Jo 3:16; Rm 8:32; Hb 1:1,2; 1Jo 4:9. [2] Jo 1:12; Rm 8:15-17; Gl 4:6; Ef 1:5,6.

P. 34. Por que você chama Cristo "nosso Senhor"?

R. Porque Ele nos comprou e resgatou, corpo e alma, dos nossos pecados e de todo o domínio do diabo, não com ouro ou prata, mas com seu precioso sangue. Assim pertencemos a Ele⁽¹⁾.

[1] Jo 20:28; 1Co 6:20; 1Co 7:23; Ef 1:7; 1Tm 2:6; 1Pe 1:18,19; 1Pe 2:9.

DOMINGO 14

P. 35. 0 que você entende, quando diz que Cristo "foi concebido pelo Espírito Santo e nasceu da virgem Maria"?

R. Entendo que o eterno Filho de Deus, que é e permanece verdadeiro e eterno Deus⁽¹⁾, tornou-se verdadeiro homem [2] , da carne e do sangue da virgem Maria [3] , por obra do Espírito Santo. Assim Ele é, de fato, o descendente de Davi [4] igual a seus irmãos em tudo, mas sem pecado [5] .

[1] Mt 1:23; Mt 3:17; Mt 16:16; Mt 17:5; Mc 1:11; Jo 1:1 Jo 17:3,5; Jo 20:28; Rm 1:3,4; Rm 9:5; Fp 2:6; Cl 1:15,16; Tt 2:13; Hb 1:3; 1Jo 5:20. [2] Mt 1:18,20; Lc 1:35. [3] Lc 1:31,42,43; Jo 1:14; Gl 4:4. [4] 2Sm 7:12; Sl 132:11; Mt 1:1; Lc 1:32; At 2:30,31; Rm 1:3. [5] Fp 2:7; Hb 2:14,17; Hb 4:15; Hb 7:26,27.

P. 36. Que importância tem para você Cristo ter sido concebido e nascido sem pecado?

R. Que Ele e nosso Mediador⁽¹⁾ e com sua inocência e perfeita santidade, cobre diante de Deus meu pecado [2] no qual fui concebido e nascido.

[1] Hb 2:16-18; Hb 7:26,27. [2] Sl 32:1; Is 53:11; Rm 8:3,4; 1Co 1:30,31; Gl 4:4,5; 1Pe 1:18,19; 1Pe 3:18.

DOMINGO 15

P. 37 O que você quer dizer com a palavra "padeceu"?

R. Que Cristo, em corpo e alma, durante toda a sua vida na terra, mas principalmente no final, suportou a ira de Deus contra os pecados de todo o gênero humano⁽¹⁾.

Por este sofrimento, como o único sacrifício propiciatório [2] , Ele salvou, da condenação eterna de Deus, nosso corpo e

alma [3] e conquistou para nós a graça de Deus, a justiça e a vida eterna [4] .

[1] Is 53:4,12; 1Tm 2:6; 1Pe 2:24; 1Pe 3:18. [2] Is 53:10; Rm 3:25; 1Co 5:7; Ef 5:2; Hb 9:28; Hb 10:14; 1Jo 2:2; 1Jo 4:10. [3] Gl 3:13; Cl 1:13; Hb 9:12; 1Pe 1:18,19. [4] Jo 3:16; Jo 6:51; 2Co 5:21; Hb 9:15; Hb 10:19.

P. 38. Por que Ele padeceu "sob Pôncio Pilatos"?

R. Cristo, embora julgado inocente, foi condenado pelo juiz oficial [1] , para que nos libertasse do severo juízo de Deus que devia cair sobre nós [2] .

[1] Mt 27:24; Lc 23:13-15; Jo 18:38; Jo 19:4; Jo 19:11. [2] Is 53:4,5; 2Co 5:21; Gl 3:13.

P. 39. Cristo "foi crucificado". Isto tem mais sentido do que morrer de outra maneira?

R. Tem sim, porque pela crucificação tenho certeza de que Ele tomou sobre si [1] a maldição que pesava sobre mim. Pois a morte da cruz era maldita por Deus [2] .

[1] Gl 3:13. [2] Dt 21:23.

DOMINGO 16

P. 40. Por que Cristo devia sofrer a morte?

R. Porque a justiça e a verdade de Deus⁽¹⁾ exigiam a morte do Filho de Deus; não houve outro meio de pagar nossos pecados [2] .

[1] Gn 2:17. [2] Rm 8:3,4; Fp 2:8; Hb 2:9,14,15.

P. 41. Por que Ele foi "sepultado"?

R. Para dar testemunho de que estava realmente morto⁽¹⁾.

[1] Mt 27:59,60; Lc 23:53; Jo 19:40-42; At 13:29; 1Co 15:3,4.

P, 42. Se Cristo morreu por nós, por que devemos nós morrer também?

R. Nossa morte não é para pagar nossos pecados⁽¹⁾, mas somente significa que morremos para o pecado e que passamos para a vida eterna [2] .

[1] Mc 8:37. [2] Jo 5:24; Rm 7:24,25; Fp 1:23.

P. 43. Que importância tem, para nós, o sacrifício e a morte de Cristo na cruz?

R. Pelo poder de Cristo, nosso velho homem é crucificado, morto e sepultado com Ele⁽¹⁾, para que os maus desejos da carne não mais nos dominem [2] , mas que nos ofereçamos a Ele, como sacrifício de gratidão [3] .

[1] Rm 6:6. [2] Rm 6:8,11,12. [3] Rm 12:1.

P. 44. Por que se acrescenta: "desceu ao inferno"?

R. Porque meu Senhor Jesus Cristo sofreu, principalmente na cruz inexprimíveis angústias, dores e terrores⁽¹⁾.Por isso, até nas minhas mais duras tentações, tenho a certeza de que Ele me libertou da angústia e do tormento do inferno [2] .

[1] Mt 26:38; Mt 27:46; Hb 5:7. [2] Is 53:5.

DOMINGO 17

P. 45. Que importância tem, para nós, a ressurreição de Cristo?

R. Primeiro: pela ressurreição, Ele venceu a morte, para que nós pudéssemos participar da justiça, que Ele conquistou por sua morte [1] .

Segundo: nos também, por seu poder, somos ressuscitados para a nova vida [2] .

Terceiro: a ressurreição de Cristo é uma garantia de nossa ressurreição em glória [3] .

[1] Rm 4:25; 1Co 15:16-18; 1Pe 1:3. [2] Rm 6:4; Cl 3:1-3; Ef 2:4-6; [3] Rm 8:11; 1Co 15:20-22.

DOMINGO 18

P. 46. 0 que você quer dizer com as palavras: "subiu ao céu"?

R. Que Cristo, à vista de seus discípulos, foi elevado da terra ao céu⁽¹⁾ e lá esta para nosso bem [2] , até que volte para julgar os vivos e os mortos [3] .

[1] Mt 16:19; Lc 24:51; At 1:9. [2] Rm 8:34; Ef 4:10; Cl 3:1; Hb 4:14; Hb 7:24,25; Hb 9:24. [3] Mt 24:30; At 1:11.

P. 47. Cristo, então, não está conosco até o fim do mundo, como nos prometeu⁽¹⁾?

R. Cristo é verdadeiro homem e verdadeiro Deus. Segundo sua natureza humana não está agora na terra [2] , mas segundo sua divindade, majestade, graça e Espirito jamais se afasta de nós [3] .

[1] Mt 28:20. [2] Mt 26:11; Jo 16:28; Jo 17:11; At 3:21; Hb 8:4. [3] Mt 28:20; Jo 14:16-18; Jo 16:13; Ef 4:8.

P. 48. Mas se a natureza humana não está em todo lugar onde a natureza divina está, as duas naturezas de Cristo não são separadas uma da outra?

R. De maneira nenhuma; a natureza divina de Cristo não pode ser limitada e está presente em todo lugar.

Por isso, podemos concluir que a natureza divina dEle está na sua natureza humana e permanece pessoalmente unida a ela, embora também esteja fora dela [2] .

[1] Is 66:1; Jr 23:23,24; At 7:49; At 17:27,28. [2] Mt 28:6; Jo 3:13; Jo 11:15; Cl 2:8.

P. 49. Que importância tem, para nós, a ascensão de Cristo?

R. Primeiro: Ele é, no céu, nosso Advogado junto a seu Pai⁽¹⁾.

Segundo: em Cristo temos nossa carne no céu, como garantia segura de que Ele, como nosso Cabeça, também nos levará para si, como seus membros [2] .

Terceiro: Ele nos envia seu Espírito, como garantia [3] , pelo poder do Espírito buscamos as coisas que são do alto, onde

Cristo está sentado a direita de Deus, e não as coisas que são da terra [4] .

[1] Rm 8:34; 1Jo 2:1. [2] Jo 14:2,3; Jo 17:24; Ef 2:6. [3] Jo 14:16; Jo 16:7; At 2:33; 2Co 1:22; 2Co 5:5. [4] Fp 3:20; Cl 3:1.

Domingo 19

P.50. Por que se acrescenta: "e está sentado à direita de Deus"?

R. Porque Cristo subiu ao céu para mani festar-se, lá mesmo, como o Cabeça de sua igreja cristã⁽¹⁾ e para governar tudo em nome de seu Pai [2] .

[1] Ef 1:20-23; Cl 1:18. [2] Mt 28:18; Jo 5:22.

P. 51. Que importância tem, para nós, essa glória de Cristo, nosso Cabeça?

R. Primeiro: por seu Espírito Santo, Ele derrama sobre nós, seus membros, os dons celestiais⁽¹⁾.

Segundo: Ele nos defende e protege, por seu poder, contra todos os inimigos [2] .

[1] At 2:33; Ef 4:8,10-12. [2] Sl 2:9; Sl 110:1,2; Jo 10:28; Ef 4:8; Ap 12:5.

P. 52. Que consolo traz a você a volta de Cristo "para julgar os vivos e os mortos"?

R. Que, em toda miséria e perseguição, espero, de cabeça erguida, o Juiz que vem do céu, a saber: o Cristo que antes se apresentou em meu lugar ao tribunal de Deus e tirou de mim toda a maldição [1] .

Ele lançará, na condenação eterna, todos os seus e meus inimigos [2] , mas Ele me levará para si mesmo, com todos os eleitos na alegria e glória celestiais [3] .

[1] Lc 21:28; Rm 8:23,24; Fp 3:20; 1Ts 4:16; Tt 2:13. [2] Mt 25:41-43; 2Ts 1:6,8,9. [3] Mt 25:34-36; 2Ts 1:7,10.

DEUS ESPÍRITO SANTO E NOSSA SANTIFICAÇÃO
DOMINGO 20
P. 53. 0 que você crê sobre o Espírito Santo?

R. Primeiro: creio que Ele é verdadeiro e eterno Deus com o Pai e o Filho [1] .

Segundo: que Ele foi dado também a mim [2] . Por uma verdadeira fé, Ele me torna participante de Cristo e de todos os seus benefícios [3] . Ele me fortalece [4] e fica comigo para sempre [4] .

[1] Gn 1:2; At 5:3,4; 1Co 2:10; 1Co 3:16; 1Co 6:19. [2] Mt 28:19; 2Co 1:21,22 Gl 3:14; Gl 4:6; Ef 1:13. [3] Jo 16:14; 1Co 2:12; 1Pe 1:2. [4] Jo 15:26; At 9:31. [5] Jo 14:16,17; 1Pe 4:14.

DOMINGO 21
P. 54. O que você crê sobre "a santa igreja universal de Cristo"?

R. Creio que o Filho de Deus [1] reúne, protege e conserva [2] , dentre todo o gênero humano [3] , sua comunidade [4] eleita para a vida eterna [5] . Isto Ele fez por seu Espírito e sua Palavra [6] , na unidade da verdadeira fe [7] , desde o princípio do mundo até o fim [8] .

Creio que sou membro vivo [9] dessa igreja, agora e para semprel0).

[1] Jo 10:11; Ef 4:11-13; Ef 5:25,26. [2] Sl 129:4,5; Mt 16:18; Jo 10:16,28. [3] Gn 26:4; Is 49:6; Rm 10:12,13; Ap 5:9. [4] Sl 111:1; At 20:28; Hb 12:22,23. [5] Rm 8:29,30; Ef 1:10-14; 1Pe 2:9. [6] Is 59:21; Rm 1:16; Rm 10:14-17; Ef 5:26. [7] Jo 17:21; At 2:42; Ef 4:3-6; 1Tm 3:15. [8] Is 59:21; 1Cor 11:26 [9] Rm 8:10; 1Jo 3:14,19-21. [10] Sl 23:6; Jo 10:28; Rm 8:35-39; 1Co 1:8,9; 1Pe 1:5; 1Jo 2:19.

P. 55, Como você entende as palavras: "a comunhão dos santos"?

R. Primeiro: entendo que todos os crentes, juntos e cada um por si, têm, como membros, comunhão com Cristo, o Senhor, e todos os seus ricos dons [1] .

Segundo: que todos devem sentir-se obrigados a usar seus dons com vontade e alegria para o bem dos outros membros [2] .

[1] Rm 8:32; 1Co 6:17; 1Co 12:12,13; 1Jo 1:3. [2] 1Co 12:21; 1Co 13:1-7; Fp 2:2-5.

P. 56. 0 que você crê sobre "a remissão dos pecados"?

R. Creio que Deus, por causa da satisfação em Cristo, jamais quer lembrar-se de meus pecados [1] e de minha natureza pecaminosa [2] , que devo combater durante toda a minha vida. Mas Ele me dá a justiça de Cristo [3] , pela graça, e assim nunca mais serei condenado por Deus [4] .

[1] Sl 103:3,10,12; Jr 31:34; Mq 7:19; 2Co 5:19. [2] Rm 7:23-25. [3] 2Co 5:21; 1Jo 1:7; 1Jo 2:1,2. [4] Jo 3:18; Jo 5:24.

DOMINGO 22

P. 57. Que consolo traz a você "a ressurreição da carne"?

R. Meu consolo é que depois desta vida minha alma será imediatamente elevada para Cristo, seu Cabeça [1] . E que também esta minha carne, ressuscitada pelo poder de Cristo, será unida novamente à minha alma e se tornará semelhante ao corpo glorioso de Cristo [2] .

[1] Lc 16:22; Lc 20:37,38; Lc 23:43; Fp 1:21,23; Ap 14:13. [2] Jó 19:25-27; 1Co 15:53,54; Fp 3:21; 1Jo 3:2.

P. 58. Que consolo traz a você o artigo sobre a vida eterna ?

R. Meu consolo é que, como já percebo no meu coração o início da alegria eterna [1] , depois desta vida terei a salvação perfeita. Esta salvação nenhum olho jamais viu, nenhum ouvido ouviu e jamais surgiu no coração de alguém. Então louvarei a Deus eternamente [2] .

[1] Jo 17 3; 2Co 5:2,3. [2] Jo 17:24; 1Co 2:9.

A JUSTIFICAÇÃO
DOMINGO 23

P. 59. Mas que proveito tem sua fé no Evangelho?

R. O proveito é que sou justo perante Deus, em Cristo, e herdeiro da vida eterna [1] .

[1] Hc 2:4; Jo 3:36; Rm 1:17.

P. 60. Como você é justo perante Deus?

R. Somente por verdadeira fé em Jesus Cristo [1] .

Mesmo que minha consciência me acuse de ter pecado gravemente contra todos os mandamentos de Deus, e de não ter guardado nenhum deles, e de ser ainda inclinado a todo mal [2] , todavia Deus me dá, sem nenhum mérito meu, por pura graça [3] , a perfeita satisfação, a justiça e a santidade de Cristo [4] . Deus me trata [5] como se eu nunca tivesse cometido pecado algum ou jamais tivesse sido pecador; e, como se pessoalmente eu tivesse cumprido toda a obediência que Cristo cumpriu por mim [6] .

Este benefício é meu somente se eu o aceitar por fé, de todo o coração [7] .

[1] Rm 3:21-26; Rm 5:1,2; Gl 2:16; Ef 2:8,9; Fp 3:9. [2] Rm 3:9; Rm 7:23. [3] Dt 9:6; Ez 36:22; Rm 3:24; Rm 7:23-25; Ef 2:8; Tt 3:5. [4] 1Jo 2:1,2. [5] Rm 4:4-8; 2Co 5:19. [6] 2Co 5:21. [7] Jo 3:18; Rm 3:22.

P. 61. Por que você diz que é justo somente pela fé?

R. Eu o digo não porque sou agradável a Deus graças ao valor da minha fé, mas porque somente a satisfação por Cristo e a justiça e santidade dEle me justificam perante Deus [1] . Somente pela fé posso aceitar e possuir esta justificação [2] .

[1] 1Co 1:30; 1Co 2:2. [2] 1Jo 5:10.

DOMINGO 24

P. 62. Mas por que nossas boas obras não nos podem justificar perante Deus, pelo menos em parte?

R. Porque a justiça que pode subsistir perante o juízo de Deus deve ser absolutamente perfeita e completamente conforme a lei de Deus [1] . Entretanto, nesta vida, todas as nossas obras, até as melhores, são imperfeitas e manchadas por pecados [2] .

[1] Dt 27:26; Gl 3:10. [2] Is 64:6.

P. 63. Nossas boas obras, então, não têm mérito? Deus não promete recompensá-las, nesta vida e na futura?

R. Essa recompensa não nos é dada por mérito, mas por graça [1] .

[1] Lc 17:10.

P. 64. Mas essa doutrina não faz com que os homens se tornem descuidosos e ímpios?

R. Não, pois é impossível que aqueles que estão implantados em Cristo, por verdadeira fé, deixem de produzir frutos de gratidão [1] .

[1] Mt 7:18; Jo 15:5.

A PALAVRA E OS SACRAMENTOS
DOMINGO 25

P. 65. Visto que somente a fé nos faz participar de Cristo e de todos os seus benefícios, de onde vem esta fé?

R. Vem do Espírito Santo [1] que a produz em nossos corações pela pregação do Evangelho [2] , e a fortalece pelo uso dos sacramentos [3] .

[1] Jo 3:5; 1Co 2:12; 1Co 12:3; Ef 1:17, 18; Ef 2:8; Fp 1:29. [2] At 16:14; Rm 10:17; 1Pe 1:23. [3] Mt 28:19.

P. 66. Que são sacramentos?

R. São visíveis e santos sinais e selos.

Deus os instituiu para nos fazer compreender melhor e para garantir a promessa do Evangelho, pelo uso deles.

Essa promessa é que Deus nos dá, de graça, o perdão dos pecados e a vida eterna, por causa do único sacrifício de Cristo na cruz [1] .

[1] Gn 17:11; Lv 6:25; Dt 30:6; Is 6:6,7; Is 54:9; Ez 20:12; Rm 4:11; Hb 9:7,9; Hb 9:24.

P. 67. Então, tanto a Palavra como os sacramentos têm a finalidade de apontar nossa fé para o sacrifício de Jesus Cristo na cruz, como o único fundamento de nossa salvação [1] ?

R. Sim, pois o Espírito Santo ensina no Evangelho e confirma pelos sacramentos que toda a nossa salvação está baseada no único sacrifício de Cristo na cruz.

[1] Rm 6:3; Gl 3:27.

P. 68. Quantos sacramentos Cristo instituiu na nova aliança?

R. Dois: o santo batismo e a santa ceia.

O SANTO BATISMO
DOMINGO 26

P. 69. Como o batismo ensina e garante a você que o único sacrifício de Cristo na cruz é para seu bem?

R. Cristo instituiu essa lavagem com água [1] e acrescentou a promessa de lavar, com seu sangue e Espírito, a impureza da minha alma (isto é, todos os meus pecados) [2] tão certo como por fora fico limpo com a água que tira a sujeira do corpo.

[1] Mt 28:19. [2] Mt 3:11; Mc 1:4; Mc 16:16; Lc 3:3; Jo 1:33; At 2:38; Rm 6:3,4; 1Pe 3:21.

P. 70. 0 que significa ser lavado com o sangue e o Espírito de Cristo?

R. Significa receber perdão dos pecados, pela graça de Deus, por causa do sangue de Cristo, que Ele derramou por nós, em seu sacrifício na cruz [1] .

Significa também ser renovado pelo Espírito Santo e santificado para ser membro de Cristo. Assim morremos mais e mais para o pecado e levamos uma vida santa e irrepreensível [2] .

[1] Ez 36:25; Zc 13:1; Hb 12:24; 1Pe 1:2; Ap 1:5; Ap 7:14. [2] Ez 36:26,27; Jo 1:33; Jo 3:5; Rm 6:4; 1Co 6:11; 1Co 12:13; Cl 2:11,12.

P. 71. Onde Cristo prometeu lavar-nos com seu sangue e seu Espírito, tão certo como somos lavados com a água do batismo?

R. Na instituição do batismo, onde Ele diz:

"Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mateus 28:1 [9] .

E: "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porem, não crer será condenado" (Marcos 16:1 [6] .

Esta promessa se repete também onde a Escritura chama o batismo de "lavagem da regeneração" (Tito 3: [5] e de "purificação dos pecados" (Atos 22:1 [6] .

DOMINGO 27

P. 72. Então, a própria água do batismo é a purificação dos pecados?

R. Não [1] , pois somente o sangue de Jesus Cristo e o Espírito Santo nos purificam de todos os pecados [2] .

[1] Mt 3:11; Ef 5:26; 1Pe 3:21. [2] 1Co 6:11; 1Jo 1:7.

P. 73. Por que, então, o Espírito Santo chama o batismo "lavagem da regeneração" e "purificação dos pecados"?

R. É por motivo muito sério que Deus fala assim.Ele nos quer ensinar que nossos pecados são tirados pelo sangue e Espírito de Cristo assim como a sujeira do corpo é tirada por água [1] .

E, ainda mais, Ele nos quer assegurar por este divino sinal e garantia que somos lavados espiritualmente dos nossos pecados tão realmente como nosso corpo fica limpo com água [2] .

[1] 1Co 6:11; Ap 1:5; Ap 7:14.
[2] Mt 16:16; Gl 3:27.

P. 74. As crianças pequenas devem ser batizadas?

R. Devem, sim, porque tanto as crianças como os adultos pertencem à aliança de Deus e à sua igreja [1] .Também a elas como aos adultos são prometidos, no sangue de Cristo, a salvação do pecado e o Espírito Santo que produz a fé [2] .

Por isso, as crianças, pelo batismo como sinal da aliança, devem ser incorporadas à igreja cristã e distinguidas dos filhos dos incrédulos [3] . Na época do Antigo Testamento se fazia isto pela circuncisão [4] . No Novo Testamento foi instituído o batismo, no lugar da circuncisão [5] .

[1] Gn 17:7. [2] Sl 22:10; Is 44:1-3; Mt 19:14; At 2:39. [3] At 10:47. [4] Gn 17:14. [5] Cl 2:11,12.

A SANTA CEIA
DOMINGO 28

P. 75. Como a santa ceia ensina e garante que você tem parte no único sacrifício de Cristo na cruz e em todos os seus benefícios?

R. Da seguinte maneira: Cristo me mandou, assim como a todos os fiéis, comer do pão partido e beber do cálice, em sua memória.

E Ele acrescentou esta promessa:

primeiro: que, por mim, seu corpo foi sa crificado na cruz e que, por mim, seu sangue foi derramado, tão certo como vejo com meus olhos que o pão do Senhor é partido para mim e o cálice me é dado;

segundo: que Ele mesmo alimenta e sacia minha alma para a vida eterna com seu corpo crucificado e seu sangue derramado, tão certo como recebo da mão do ministro e tomo com minha boca o pão e o cálice do Senhor. Eles são sinais seguros do corpo e do sangue de Cristo [1] .

[1] Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22:19,20; 1Co 10:16,17; 1Co 11:23-25.

P. 76. 0 que significa comer o corpo cruci ficado de Cristo e beber seu sangue derramado?

R. Significa aceitar com verdadeira fé todo o sofrimento e morte de Cristo e assim receber o perdão dos pecados e a vida eterna [1] .Significa também ser unido cada vez mais ao santo corpo de Cristo [2] , pelo Espírito Santo que habita tanto nEle como em nós. Assim somos carne de sua carne e osso de seus ossos [3] mesmo que Cristo esteja no céu [4] e nós na terra; e vivemos eternamente e somos governados por um só Espírito, como os membros do nosso corpo o são por uma só alma [5] .

[1] Jo 6:35,40,47-54. [2] Jo 6:55,56. [3] Jo 14:23; 1Co 6:15,17,19; Ef 3:16,17; Ef 5:29,30; 1Jo 3:24; 1Jo 4:13. [4] At 1:9,11; At 3:21; 1Co 11:26; Cl 3:1. [5] Jo 6:57; Jo 15:1-6; Ef 4:15,16.

P. 77, Onde Cristo prometeu alimentar e saciar os fieis com seu corpo e seu sangue, tão certo como eles comem do pão partido e bebem do cálice?

R. Nas palavras da instituição da ceia, que são :"O Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha" (1Coríntios 11:23-2 [6] .O apóstolo Paulo já se tinha referido a esta promessa, dizendo: "Porventura o cálice da bênção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão" (1Coríntios 10:16,1 [7] .

[1] Mt 26:26-28; Mc 14:22-24; Lc 22-19,20.

DOMINGO 29

P. 78. Pão e vinho, então, se transformam no próprio corpo e sangue de Cristo?

R. Não [1] . Neste ponto há igualdade entre o batismo e a ceia. A água do batismo não se transforma no sangue de Cristo, nem tira os pecados. Ela é somente um sinal divino e uma garantia disto [2] .Igualmente o pão da santa ceia não se transforma no próprio corpo de Cristo [3] , mesmo que seja chamado "corpo de Cristo", conforme a natureza e o uso dos sacramentos [4] .

[1] Mt 26:29. [2] Ef 5:26; Tt 3:5. [3] 1Co 10:16; 1Co 11:26. [4] Gn 17:10,11; Êx 12: 11,13; Êx 12:26,27; Êx 13:9; Êx 24:8; At 22:16; 1Co 10:1-4; 1Pe 3:21.

P. 79. Por que, então, Cristo chama o pão "seu corpo" e o cálice "seu sangue" ou "a nova aliança em seu sangue", e por que Paulo fala sobre "a comunhão do corpo e do sangue de Cristo"?

R. É por motivo muito sério que Cristo fala assim.Ele nos quer ensinar que seu corpo crucificado e seu sangue derramado são o verdadeiro alimento e bebida de nossas almas para a vida eterna, assim como pão e vinho mantêm a vida temporária [1] .E, ainda mais, Ele nos quer assegurar por estes visíveis sinais e garantias,primeiro: que participamos de seu corpo e sangue, pela obra do Espírito Santo, tão realmente como recebemos com nossa própria boca estes santos sinais, em memória dEle [2] ;e segundo: que todo o seu sofrimento e obediência são nossos, tão certo, como se nós mesmos tivéssemos sofrido e pago por nossos pecados.

[1] Jo 6:51,53-55. [2] 1Co 10:16.

DOMINGO 30

P. 80. Que diferença há entre a ceia do Senhor e a missa do papa?

R. A ceia do Senhor nos testemunha que temos completo perdão de todos os nossos pecados, pelo único sacrifício de Jesus Cristo, que Ele mesmo, uma única vez, realizou na cruz [1] ; e também que, pelo Espírito Santo, somos incorporados a Cristo, que agora, com seu verdadeiro corpo, não está na terra mas no céu, à direita do Pai [3] e lá quer ser adorado por nós [4] .A missa, porem, ensina que Cristo deve ser sacrificado todo dia, pelos sacerdotes na missa, em favor dos vivos e dos mortos, e que estes, sem a missa, não tem perdão dos pecados pelo sofrimento de Cristo; e também, que Cristo está corporalmente presente sob a forma de pão e vinho e, por isso, neles deve ser adorado.A missa, então, no fundo, não é outra coisa senão a negação do único sacrifício e sofrimento de Cristo e uma idolatria abominável [5] .

[1] Mt 26:28; Lc 22:19,20; Jo 19:30; Hb 7:26,27; Hb 9:12; Hb 9:25-28; Hb 10:10,12,14. [2] 1Co 6:17; 1Co 10:16,17. [3] Jo 20:17; Cl 3:1; Hb 1:3; Hb 8:1,2. [4] At 7:55,56; Fp 3:20; Cl 3:1; 1Ts 1:10. [5] Hb 9:26; Hb 10:12,14.

P. 81. Quem deve vir a santa ceia?

R. Aqueles que se aborrecem de si mesmos por causa dos seus pecados, mas confiam que estes lhes foram perdoados por amor de Cristo e que, também, as demais fraquezas são cobertas por seu sofrimento e sua morte; e que desejam, cada vez mais, fortalecer a fé e corrigir-se na vida.Mas os pecadores impenitentes e os hipócritas comem e bebem para sua própria condenação [1] .

[1] 1Co 10:19-22; 1Co 11:28,29.

P. 82. Podem vir a essa ceia também aqueles que, por sua confissão e vida, se mostram incrédulos e ímpios?

R. Não, porque assim é profanada a aliança de Deus e é provocada sua ira sobre toda a congregação [1] .Por isso, a igreja cristã tem a obrigação, conforme o mandamento de Cristo e de seus apóstolos, de excluir tais pessoas, pelas chaves do reino dos céus, até que demonstrem arrependimento.

(1) Sl 50:16; Is 1:11-15; Is 66:3; Jr 7:21-23; 1Co 11:20,34.

DOMINGO 31

P. 83. Que são as chaves do reino dos céus?

R. A pregação do santo Evangelho e a disciplina cristã.É por estes dois meios que o reino dos céus se abre para aqueles que crêem e se fecha para aqueles que não crêem (1) .

(1) Mt 16:18,19; Mt 18:15-18.

P. 84. Como se abre e se fecha o reino dos céus pela pregação do santo Evangelho?

R. Conforme o mandamento de Cristo, se proclama e testifica aos crentes, a todos juntos e a cada um deles, que todos os seus pecados realmente lhes são perdoados por Deus, pelo mérito de Cristo, sempre que aceitam a promessa do Evangelho com verdadeira fé.Mas a todos os incrédulos e hipócritas se proclama e testifica que a ira de Deus e a condenação permanecem sobre eles, enquanto não se converterem (1) .Segundo este testemunho do Evangelho Deus julgará todos, nesta vida e na futura.

(1) Mt 16:19; Jo 20:21-23.

P. 85. Como se fecha e se abre o reino dos céus pela disciplina cristã?

R. Conforme o mandamento de Cristo, aqueles que, com o nome de cristãos, se comportam na doutrina ou na vida como não-cristãos, são fraternalmente advertidos, repetidas vezes.Se não querem abandonar seus erros ou maldades, são denunciados à igreja e aos que, pela igreja, foram ordenados para este fim.Se não dão atenção nem a admoestação destes, não são mais admitidos aos sacramentos e, assim, excluídos da congregação de Cristo, e, pelo próprio Deus, do reino de Cristo.Eles voltam a ser recebidos como membros de Cristo e da sua igreja, quando realmente prometem e demonstram verdadeiro arrependimento (1) .

(1) Mt 18:15-18; 1Co 5:3-5,11; 2Co 2:6-8; 2Ts 3:14,15; 1Tm 5:20; 2Jo :10,11.

PART 3: NOSSA GRATIDÃO

DOMINGO 32

P. 86. Visto que fomos libertados de nossa miséria, por Cristo, sem mérito algum de nossa parte, somente pela graça, por que ainda devemos fazer boas obras?

R. Primeiro: porque Cristo não somente nos comprou e libertou com seu sangue, mas também nos renova, à sua imagem, por seu Espírito Santo, para que mostremos, com toda a nossa vida, que somos gratos a Deus por seus benefícios [1] , e para que Ele seja louvado por nós [2] .Segundo: para que, pelos frutos da fé, tenhamos a certeza de que nossa fé é verdadeira [3] e para que ganhemos nosso próximo para Cristo, pela vida cristã que levamos [4] .

[1] Rm 6:13; Rm 12:1,2; 1Co 6:20; 1Pe 2:5,9. [2] Mt 5:16; 1Pe 2:12. [3] Mt 7:17,18; Gl 5:6,22; 2Pe 1:10. [4] Mt 5:16; Rm 14:18,19; 1Pe 3:1,2.

P. 87. Não podem ser salvos, então, aqueles que continuam vivendo sem Deus e sem gratidão e não se convertem a Ele?

R. De maneira alguma, porque a Escritura diz que nenhum impuro, idólatra, adúltero, ladrão, avarento, bêbado, maldizente, assaltante ou semelhante herdará o reino de Deus [1] .

[1] 1Co 6:9,10; Ef 5:5,6; 1Jo 3:14,15.

DOMINGO 33

P. 88. Quantas partes há na verdadeira conversão do homem?

R. Duas: a morte do velho homem e o nascimento do novo homem [1] .

[1] Rm 6:4-6; 1Co 5:7; 2Co 7:10; Ef 4:22-24; Cl 3:5-10.

P. 89. 0 que é a morte do velho homem?

R. É a profunda tristeza por causa dos pecados e a vontade de odiá-los e evitá-los, cada vez mais [1] .

[1] Jl 2:13; Rm 8:13.

P. 90. 0 que é o nascimento do novo homem?

R. É a alegria sincera em Deus, por Cristo [1] , e o forte desejo de viver conforme a vontade de Deus em todas as boas obras [2] .

[1] Is 57:15; Rm 5:1,2; Rm 14:17. [2] Rm 6:10,11; Gl 2:19,20.

P. 91. Que são boas obras?

R. São somente aquelas que são feitas com verdadeira fé [1] conforme a lei de Deus [2] e para sua glória [5] ; não são aquelas que se baseiam em nossa própria opinião ou em tradições humanas [4] .

[1] Rm 14:23. [2] Lv 18:4; 1Sm 15:22; Ef 2:10. [3] 1Co 10:31. [4] Is 29:13,14; Ez 20:18,19; Mt 15:7-9.

OS DEZ MANDAMENTOS
DOMINGO 34
P. 92. Que diz a lei do SENHOR?

R. Deus falou todas estas palavras (Êxodo 20:1-17; Deuteronômio 5:6-2 [1] :

"Eu sou o SENHOR teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.

Primeiro mandamento:

Não terás outros deuses diante de mim.

Segundo mandamento:

Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o SENHOR teu Deus, Deus zeloso, que visito a iniqüidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Terceiro mandamento:

Não tomarás o nome do SENHOR teu Deus em vão, porque o SENHOR não terá por inocente o que tomar seu nome em vão.

Quarto mandamento:

Lembra-te do dia de descanso, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do SENHOR teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias fez o SENHOR os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou: por isso o SENHOR abençoou o dia de sábado, e o santificou.

Quinto mandamento:

Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o SENHOR teu Deus te dá.

Sexto mandamento:

Não matarás.

Sétimo mandamento:

Não adulterarás.

Oitavo mandamento:

Não furtarás.

Nono mandamento:

Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

Décimo mandamento:

Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo".

P. 93. Como se dividem estes Dez Mandamentos?

R. Em duas partes [1] .A primeira nos ensina, em quatro mandamentos, como devemos viver diante de Deus; a segunda nos ensina, em seis mandamentos, as nossas obrigações para com nosso próximo [2] .

[1] Êx 31:18; Dt 4:13; Dt 10:3,4. [2] Mt 22:37-40.

P. 94. 0 que Deus ordena no primeiro mandamento?

R. Primeiro: para não perder minha salvação, devo evitar e fugir de toda idolatria [1] , feitiçaria, adivinhação e superstição [2] . Também não posso invocar os santos ou outras criaturas [3] .Segundo: devo reconhecer devidamente o único e verdadeiro Deus [4] , confiar somente nEle [5] , me submeter somente a Ele [6] com toda humildade [7] e paciência. Devo amar [8] , temer [9] e honrarl0) a Deus de todo o coração, e esperar todo o bem somente dElel [1] . Em resumo, devo renunciar a todas as criaturas e não fazer a menor coisa contra a vontade de Deusl [2] .

[1] 1Co 6:10; 1Co 10:7,14; 1Jo 5:21. [2] Lv 19:31; Dt 18:9-12. [3] Mt 4:10; Ap 19:10; Ap 22:8,9. [4] Jo 17:3. [5] Jr 17:5,7. [6] Rm 5:3-5; 1Co 10:10; Fp 2:14; Cl 1:11; Hb 10:36. [7] 1Pe 5:5. [8] Dt 6:5; Mt 22:37,38. [9] Dt 6:2; Sl 111:10; Pv 1:7; Pv 9:10; Mt 10:28. [10] Dt 10:20; Mt 4:10. 1 [1] Sl 104:27-30; Is 45:7; Tg 1:17. 1 [2] Mt 5:29,30; Mt 10:37-39; At 5:29.

P. 95. Que é idolatria?

R. Idolatria é inventar ou ter alguma coisa em que se deposite confiança, em lugar ou ao lado do único e verdadeiro Deus, que se revelou em sua Palavra [1] .

[1] 1Cr 16:26; Is 44:16,17; Jo 5:23; Gl 4:8; Ef 2:12; Ef 5:5; Fp 3:19; 1Jo 2:23; 2Jo :9.

DOMINGO 35

P. 96. 0 que Deus exige no segundo mandamento?

R. Não podemos, de maneira alguma, representar Deus por imagem ou figura [1] . Devemos adorá-Lo somente da maneira que Ele ordenou em sua palavra [2] .

[1] Dt 4:15,16; Is 40:18,19,25; At 17:29; Rm 1:23-25. [2] Dt 12:30-32; lSm 15:23; Mt 15:9.

P. 97. Não se pode fazer imagem alguma?

R. Não se pode nem deve fazer nenhuma imagem de Deus. As criaturas podem ser representadas, mas Deus nos proíbe fazer ou ter imagens delas para adorá-las ou para servir a Deus por meio delas [1] .

[1] Êx 34:13,14,17; Dt 12:3,4; Dt 16:22; 2Rs 18:4 Is 40:25.

P. 98. Mas não podem ser toleradas as imagens nas igrejas como 'livros para ignorantes'?

R. Não, porque não devemos ser mais sábios do que Deus. Ele não quer ensinar a seu povo por meio de ídolos mudos [1] , mas pela pregação viva de sua Palavra [2] .

[1] Jr 10:5,8; Hc 2:18,19. [2] Rm 10:14-17; 2Tm 3:16,17; 2Pe 1:19.

DOMINGO 36

P. 99. 0 que Deus exige no terceiro mandamento?

R. Não devemos blasfemar ou profanar o santo nome de Deus por maldições [1] ou juramentos falsos [2] nem por juramentos desnecessários [3] .Também não devemos tomar parte em pecados tão horríveis, ficando calados quando os ouvimos [4] .Em resumo, devemos usar o santo nome de Deus somente com temor e reverencia [5] a fim de que Ele, por nós, seja devidamente confessado [6] , invocado [7] e glorificado por todas as nossas palavras e obras [8] .

[1] Lv 24:15,16. [2] Lv 19:12. [3] Mt 5:37; Tg 5:12. [4] Lv 5:1; Pv 29:24. [5] Is 45:23; Jr 4:2. [6] Mt 10:32; Rm 10:9,10. [7] Sl 50:15; 1Tm 2:8. [8] Rm 2:24; Cl 3:17; lTm 6:1.

P. 100. Será que blasfemar o nome de Deus por juramentos e maldições é um pecado tão grande, que Deus se ira também

contra aqueles que não se esforçam para impedir e proibir tal coisa?

R. Claro que sim, pois não há pecado maior ou que mais provoque a ira de Deus do que blasfemar seu nome. Por isso, Ele mandava castigar este pecado com a pena da morte [1] .

[1] Lv 24:16; Ef 5:11.

DOMINGO 37

P. 101. Mas não podemos nós, de modo piedoso, fazer juramento em nome de Deus?

R. Podemos sim, quando as autoridades o exigirem ou quando for preciso, para manter e promover a fidelidade e a verdade, para a glória de Deus e o bem-estar do próximo. Por tal juramento está baseado na Palavra de Deus [1] e era praticado, com razão, pelos santos do Antigo e Novo Testamento [2] .

[1] Dt 6:13; Dt 10:20; Hb 6:16. [2] Gn 21:24; Gn 31:53; 1Sm 24:22,23; 2Sm 3:35; 1Rs 1:29,30; Rm 1:9; Rm 9:1; 2Co 1:23.

P. 102. Podemos jurar também pelos santos ou por outras criaturas?

R. Não, porque o juramento legítimo é uma invocação a Deus, para que Ele, o único que conhece os corações, testemunhe a verdade e nos castigue, se jurarmos falsamente[l)].

[1] Tal honra não pertence a criatura alguma [2] .

[1] Rm 9:1; 2Co 1:23. [2] Mt 5:34-36; Tg 5:12.

DOMINGO 38

P. 103. 0 que Deus ordena no quarto mandamento?

R. Primeiro: o ministério do Evangelho e as escolas cristãs devem ser mantidos [1] , e eu devo reunir-me fielmente com

o povo de Deus, especialmente no dia de descanso [2] , para conhecer a palavra de Deus [3] , para participar dos sacramentos [4] , para invocar publicamente ao Senhor Deus [5] e para praticar a caridade cristã para com os necessitados [6] .Segundo: eu devo, todos os dias da minha vida, desistir das más obras, deixando o Senhor operar em mim, por seu Espírito. Assim começo nesta vida o descanso eterno [7] .

[1] 1Co 9:13,14; 1Tm 3:15; 2Tm 2:2; 2Tm 3:14,15; Tt 1:5. [2] Lv 23:3; Sl 40:9,10; Sl 122:1; At 2:42,46. [3] 1Co 14:1,3; lTm 4:13; Ap 1:3. [4] At 20:7; 1Co 11:33. [5] 1Co 14:16; 1Tm 2:1-4. [6] Dt 15:11; 1Co 16:1,2; 1Tm 5:16. [7] Hb 4:9,10.

DOMINGO 39

P. 104. 0 que Deus exige no quinto mandamento?

R. Devo prestar toda honra, amor e fidelidade a meu pai e a minha mãe e a todos os meus superiores; devo submeter-me à sua boa instrução e disciplina com a devida obediência [1] , e também ter paciência com seus defeitos [2] ; porque Deus nos quer governar pelas mãos deles [3] .

[1] Êx 21:17; Pv 1:8; Pv 4:1; Pv 15:20; Pv 20:20; Rm 13:1; Ef 5:22; Ef 6:1,2,5; Cl 3:18,20,22. [2] Pv 23:22; 1Pe 2:18. [3] Mt 22:21; Rm 13:2,4; Ef 6:4; Cl 3:20.

DOMINGO 40

P. 105. 0 que Deus exige no sexto mandamento?

R. Eu não devo desonrar, odiar, ofender ou matar meu proximo [1] , por mim mesmo ou através de outros. Isto não posso fazer, nem por pensamentos, palavras, ou gestos e muito menos por atos.Mas devo abandonar todo desejo de vingança [2] , não fazer mal a mim mesmo ou, de propósito, colocar-me em perigo [3] .

Por isso as autoridades dispõem das armas para impedir homicídios [4] .

[1] Gn 9:6; Mt 5:21,22; Mt 26:52. [2] Mt 5:25; Mt 18:35; Rm 12:19; Ef 4:26. [3] Mt 4:7; Cl 2:23. [4] Gn 9:6; Êx 21:14; Rm 13:4.

P. 106. Este mandamento trata somente de matar?

R. Não, proibindo o homicídio, Deus nos ensina que Ele detesta a raiz do homicídio, a saber: a inveja [1] , o ódio [2] , a ira [3] e o desejo de vingança. Ele considera tudo isto homicídio [4] .

[1] Sl 37:8; Pv 14:30; Rm 1:29. [2] 1Jo 2:9-11. [3] Tg 1:20; Gl 5:19-21. [4] 1Jo 3:15.

P. 107. Mas é suficiente não matar nosso próximo?

R. Não, porque Deus, condenando a inveja, o ódio e a ira, manda que amemos nosso próximo como a nós mesmos [1] e mostremos paciência, paz, mansidão, misericórdia e gentileza para com ele [2] .Devemos evitar seu prejuízo, tanto quanto possível [3] , e fazer bem até aos nossos inimigos [4] .

[1] Mt 7:12; Mt 22:39; Rm 12:10. [2] Mt 5:5,7; Lc 6:36; Rm 12:18; Gl 6;1,2; Ef 4:1-3; Cl 3:12; 1Pe 3:8. [3] Êx 23:5. [4] Mt 5:44,45; Rm 12:20,21.

DOMINGO 41

P. 108. 0 que o sétimo mandamento nos ensina?

R. Toda impureza sexual é amaldiçoada por Deus [1] . Por isso, devemos detestá-la profundamente e viver de maneira pura e disciplinada [2] , sejamos casados ou solteiros [3] .

[1] Lv 18:27-29. [2] 1Ts 4:3-5. [3] Ml 2:16; Mt 19:9; 1Co 7:10,11; Hb 13:4.

P. 109. Mas Deus, neste mandamento, proíbe somente adultério e outros pecados vergonhosos?

R. Não, pois como nosso corpo e nossa alma são o templo do Espírito Santo, Deus quer que os conservemos puros e santos [1] .Por isso, Ele proíbe todos os atos, gestos, palavras [2] , pensamentos e desejos [3] impuros e tudo o que possa atrair o homem para tais pecados [4] .

[1] 1Co 6:18-20. [2] Dt 22:20-29; Ef 5:3,4. [3] Mt 5:27,28. [4] 1Co 15:33; Ef 5:18.

DOMINGO 42

P. 110. 0 que Deus proíbe no oitavo mandamento?

R. Deus não somente proíbe o furto [1] e o roubo [2] que as autoridades castigam, mas também classifica como roubo todos os maus propósitos e as práticas maliciosas, através dos quais tentamos nos apropriar dos bens do próximo [3] , seja por força, seja por aparência de direito, a saber: falsificação de peso, de medida, de mercadoria e de moeda [4] , seja por juros exorbitantes ou por qualquer outro meio, proibido por Deus [5] .Também proíbe toda avareza [6] bem como todo abuso e desperdício de suas dádivas [7] .

[1] 1Co 6:10. [2] Lv 19:13. [3] Lc 3:14; 1Co 5:10. [4] Dt 25:13-15; Pv 11:1; Pv 16:11; Ez 45:9-12. [5] Sl 15:5; Lc 6:35. [6] 1Co 6:10. [7] Pv 21:20; Pv 23:20,21.

P. 111. Mas o que Deus ordena neste mandamento?

R. Devo promover tanto quanto possível, o bem do meu próximo e tratá-lo como quero que outros me tratem [1] .Além disto, devo fazer fielmente meu trabalho para que possa ajudar ao necessitado [2] .

[1] Mt 7:12. [2] Ef 4:28.

DOMINGO 43

P. 112. 0 que Deus exige no nono mandamento?

R. Jamais posso dar falso testemunho contra meu próximo [1] , nem torcer suas palavras [2] ou ser mexeriqueiro ou caluniador [3] . Também não posso ajudar a condenar alguém levianamente, sem o ter ouvido [4] .Mas devo evitar toda mentira e engano, obras próprias do diabo [5] , para Deus não ficar aborrecido comigo [6] .Em julgamentos e em qualquer outra ocasião, devo amar a verdade, falar a verdade e confessá-la francamente [7] . Também devo defender e promover, tanto quanto puder, a honra e a boa reputação de meu próximo [8] .

[1] Pv 19:5,9; Pv 21:28. [2] Sl 50:19,20. [3] Sl 15:3; Rm 1:30. [4] Mt 7:1,2; Lc 6:37. [5] Jo 8:44. [6] Pv 12:22. [7] 1Co 13:6; Ef 4:25. [8] 1Pe 4:8.

DOMINGO 44

P. 113. 0 que Deus exige no décimo mandamento?

R. Jamais pode surgir em nosso coração o menor desejo ou pensamento contra qualquer mandamento de Deus. Pelo contrário, devemos sempre, de todo o coração odiar todos os pecados e amar toda justiça [1] .

[1] Rm 7:7.

P. 114. Mas aqueles que se converteram a Deus, podem guardar perfeitamente estes mandamentos?

R. Não, não podem, porque nesta vida até os mais santos deles apenas começam a guardar os mandamentos [1] . Entretanto, começam, com sério propósito, a viver não somente conforme alguns, mas conforme todos os mandamentos de Deus [2] .

[1] Ec 7:20; Rm 7:14,15; 1Co 13:9; 1Jo 1:8,10. [2] Sl 1:2; Rm 7:22; 1Jo 2:3.

P. 115. Para que, então, manda Deus pregar os Dez Mandamentos tão rigorosamente, já que ninguém pode guardá-los nesta vida?

R. Primeiro: para que, durante toda a vida, conheçamos cada vez melhor nossa natureza pecaminosa [1] e, por isso, ainda mais desejemos buscar, em Cristo, o perdão dos pecados e a justiça [2] .Segundo: para que sempre sejamos zelosos e oremos a Deus pela graça do Espírito Santo, a fim de que sejamos cada vez mais renovados segundo a imagem de Deus até que, depois desta vida, alcancemos o objetivo, a saber: a perfeição [3] .

[1] Sl 32:5; Rm 3:20; 1Jo 1:9. [2] Mt 5:6; Rm 7:24,25. [3] 1Co 9:24; Fp 3:12-14.

A ORAÇÃO

DOMINGO 45

P. 116. Por que a oração e necessária aos cristãos?

R. Porque a oração é a parte principal da gratidão, que Deus requer de nós [1] . Além disto, Deus quer conceder sua graça

e seu Espírito Santo somente aos que continuamente Lhe pedem e agradecem, de todo o coração [2] .

[1] Sl 50:14,15. [2] Mt 7:7,8; Lc 11:9,10; 1Ts 5:17,18.

P. 117. Como devemos orar, para que a oração seja agradável a Deus e Ele nos ouça?

R. Primeiro: devemos invocar, de todo o coração [1] , o único e verdadeiro Deus, que se revelou a nós em sua palavra [2] , e orar por tudo o que Ele nos ordenou pedir [3] .Segundo: devemos muito bem conhecer nossa necessidade e miséria [4] , a fim de nos humilharmos perante sua majestade [5] .Terceiro: devemos ter a plena certeza [6] de que Deus, apesar de nossa indignidade, quer atender à nossa oração [7] , por causa de Cristo, como Ele prometeu em sua Palavra [8] .

[1] Sl 145:18-20; Tg 4:3,8. [2] Jo 4:22-24; Ap 19:10. [3] Rm 8:26; Tg 1:5; 1Jo 5:14. [4] 2Cr 20:12; Sl 143:2. [5] Sl 2:11; Sl 51:17; Is 66:2. [6] Rm 8:15,16; Rm 10:14; Tg 1:6-8. [7] Dn 9:17-19; Jo 14:13,14; Jo 15:16; Jo 16:23. [8] Sl 27:8; Sl 143:1; Mt 7:8.

P. 118. 0 que Deus ordenou pedir a Ele?

R. Tudo o que é necessário ao nosso corpo e a nossa alma [1] , como Cristo, o Senhor, o resumiu na oração que Ele mesmo nos ensinou.

[1] Mt 6:33; Tg 1:17.

P. 119. Que diz esta oração?

R. "Pai nosso, que estás nos céus,

santificado seja o teu nome;venha o teu reino,faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu;o pão nosso de cada dia dá-nos hoje;e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores;e não nos deixes cair em tentação, mas livra nos do mal; pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre.Amém"

(Mateus 6:9-13; Lucas 11:2- [4] .

DOMINGO 46

P. 120. Por que Cristo nos ordenou dizer a Deus "Pai nosso"?

R. Porque Cristo quer despertar em nós, logo no início como base da oração, respeito e confiança, como uma criança para com Deus. Pois Deus se tornou nosso Pai, por Cristo. E muito menos do que nossos pais nos recusam bens materiais, Ele nos recusará o que Lhe pedirmos com verdadeira fè [(1)] .

[(1)] Mt 7:9-11; Lc 11:11-13.

P. 121. Por que se acrescenta: "que estás nos céus"?

R. Porque assim Cristo nos ensina a não ter idéia terrena da majestade celestial de Deus [(1)] e a esperar, da onipotência dEle, tudo o que é necessário ao nosso corpo e a nossa alma [(2)] .

[(1)] Jr 23:23,24; At 17:24-27.
[(2)] Rm 10:12.

DOMINGO 47

P.122. Qual e a primeira petição?

R. *"Santificado seja o teu nome".*Quer dizer:Faze primeiro, com que Te conheçamos em verdade [(1)] e Te santifiquemos, honremos e glorifiquemos em todas as tuas obras [(2)] , em que brilham tua onipotência, sabedoria, bondade, justiça, misericórdia e verdade.Faze, também, com que dirijamos toda a nossa vida -nossos pensamentos, palavras e obras- de tal maneira que teu nome não seja blasfemado por nossa causa, mas honrado e glorificado [(3)] .

[(1)] Sl 119:105; Jr 9:24; Jr 31:33,34, Mt 16:17; Jo 17:3; Tg 1:5. [(2)] Êx 34:6,7; Sl 119:137,138; Sl 145:8,9; Jr 31:3; Jr 32:18,19; Mt 19:17; Lc 1:46-55; Lc 1:68,69; Rm 3:3,4; Rm 11:22,23; Rm 11:33. [(3)] Sl 71:8; Sl 115:1; Mt 5:16.

DOMINGO 48
P. 123. Qual é a segunda petição?

R. *"Venha o teu reino".*Quer dizer:Governa-nos por tua palavra e por teu Espírito, de tal maneira que, cada vez mais, nos submetamos a Ti [1] ;conserve e aumenta tua igreja [2] ;destrói as obras do diabo, e todo poder que se levanta contra Ti, e todos os maus planos que são inventados contra tua santa Palavra [3] ;até que venha a plenitude de teu reino [4] ,em que Tu serás tudo em todos [5] .

[1] Sl 119:5; Sl 143:10; Mt 6:33. [2] Sl 51:18; Sl 122:6,7. [3] Rm 16:20; 1Jo 3:8. [4] Rm 8:22,23; Ap 22:17,20. [5] 1Co 15:28.

DOMINGO 49
P. 124 . Qual é a terceira petição ?

R. *"Faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu".*Quer dizer:Faze com que nós e todos os homens renunciemos à nossa própria vontade [1] e obedeçamos, sem protestos, à tua vontade [2] , a única que é boa, para que cada um, assim, cumpra sua tarefa e vocação [3] , tão pronta e fielmente como os anjos no céu [4] .

[1] Mt 16:24; Tt 2:11,12. [2] Lc 22:42; Rm 12:2; Ef 5:10. [3] 1Co 7:22-24. [4] Sl 103:20,21.

DOMINGO 50
P. 125. Qual é a quarta petição?

R. *"O pão nosso de cada dia dá-nos hoje".*Quer dizer:Cuida de nós com tudo o que for necessário ao nosso corpo [1] , para que reconheçamos que Tu és a única fonte de todo o bem [2] e que, sem tua bênção, nem nosso cuidado e trabalho, nem teus dons nos são úteis [3] .Faze também com que, por isso, não mais depositemos nossa confiança em qualquer criatura, mas somente em Ti [4] .

[1] Sl 104:27,28; Sl 145:15,16; Mt 6:25,26. [2] At 14:17; At 17:27,28; Tg 1:17. [3] Dt 8:3; Sl 37:3-7,16,17; Sl 127:1,2; 1Co 15:58. [4] Sl 55:22; Sl 62:10; Sl 146:3; Jr 17:5,7.

DOMINGO 51
P. 126. Qual é a quinta petição?

R. *"E perdoa-nos as nossas dividas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores".*Quer dizer:Por causa do sangue de Cristo, não cobres de nós, miseráveis pecadores que somos, nossas transgressões nem o mal que ainda há em nós [1] , assim como tua graça em nós fez com que tenhamos o firme propósito de perdoar nosso próximo, de todo o coração [2] .

[1] Sl 51:1; Sl 143:2; Rm 8:1; 1Jo 2:1. [2] Mt 6:14,15.

DOMINGO 52
P. 127. Qual é a sexta petição?

R. *"E não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal".*Quer dizer:Somos tão fracos que, por nós mesmos, não podemos subsistir por um só momento [1] ; além disto, nossos inimigos declarados -o diabo [2] , o mundo [3] e nossa própria carne [4] - nos tentam continuamente.Por isso, Te pedimos: sustenta-nos e fortalece-nos, pelo poder de teu Espírito Santo, a fim de que neste combate espiritual não sejamos derrotados [5] , mas possamos fortemente resistir, até que finalmente alcancemos a vitória total [6] .

[1] Sl 103:14-16; Jo 15:5. [2] Ef 6:12; 1Pe 5:8. [3] Jo 15:19. [4] Rm 7:23; Gl 5:17. [5] Mt 26:41; Mc 13:33; 1Co 10:12,13. [6] 1Ts 3:13; 1Ts 5:23.

P. 128. Como você termina sua oração?

R. *"Pois teu é o reino, o poder e a glória, para sempre".*Quer dizer:Tudo isso Te pedimos, porque Tu queres e podes dar-nos todo o bem, pois és nosso Rei e tudo está em teu poder [1] .Pedimos-Te isso também, para que não o nosso, mas teu santo nome seja eternamente glorificado [2] .

[1] 1Cr 29:10-12; Rm 10:11-13; 2Pe 2:9. [2] Sl 115:1; Jr 33:8,9; Jo 14:13.

P. 129. 0 que significa a palavra: "amém"?

R. Amém quer dizer: é verdadeiro e certo. Pois Deus atende à minha oração com muito mais certeza do que o desejo que eu sinto, no coração, de ser ouvido por Ele [1] .

(1) 2Co 1:20; 2Tm 2:13

Segunda Confissão Helvética

Elaborada em 1562 por Heinrich Bullinger, publicada em 1566 por Frederico III da Palatina, adotada pelas Igrejas Reformadas da Suíça, França, Escócia, Hungria, Polônia e outras.

1. Da Sagrada Escritura como a verdadeira Palavra de Deus

Escritura Canônica. Cremos e confessamos que as Escrituras Canônicas dos santos profetas e apóstolos de ambos os Testamentos são a verdadeira Palavra de Deus, e têm suficiente autoridade de si mesmas e não dos homens. O próprio Deus falou aos patriarcas, aos profetas e aos apóstolos, e ainda nos fala a nós pelas Santas Escrituras.

E nesta Escritura Sagrada a Igreja Universal de Cristo tem a mais completa exposição de tudo o que se refere à fé salvadora e à norma de uma vida aceitável a Deus; e a esse respeito é expressamente ordenado por Deus que a ela nada se acrescente ou dela nada se retire.

A Escritura ensina plenamente toda a piedade. Julgamos, portanto, que destas Escrituras devem derivar-se a verdadeira sabedoria e piedade, a reforma e o governo das igrejas, também a instrução em todos os deveres da piedade; enfim, a confirmação de doutrinas e a refutação de todos os erros, assim como todas as exortações segundo a palavra do apóstolo: 'Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão", etc. (II Tim 3.16-17). E ainda: "Escrevo-te estas cousas", diz o apóstolo a Timóteo, "para que fiques ciente de como se deve proceder na casa de Deus", etc. (I Tim 3.14-15).

A Escritura é a Palavra de Deus. O mesmo apóstolo diz aos tessalonissenses: "Tendo vós recebido a palavra que de nós ouvistes, que é de Deus, acolhestes, não como palavra de homens, e, sim, como, em verdade é, a palavra de Deus", etc. (I Tes 2.13). E o Senhor disse no Evangelho: "Não sois vós os que falais, mas o Espírito de vosso Pai é quem fala em vós" (Mat 10.20); portanto, "quem vos der ouvidos, ouve-me a mim; e, quem vos rejeitar, a mim me rejeita; quem, porém, me rejeitar, rejeita aquele que me enviou", (Mat 10.40; Luc 10.16; João 13.20).

A pregação da Palavra de Deus é a Palavra de Deus. Portanto, quando esta Palavra de Deus é agora anunciada na Igreja por pregadores legitimamente chamados, cremos que a própria Palavra de Deus é anunciada e recebida pelos fiéis; e que nenhuma outra Palavra de Deus pode ser inventada, ou esperada do céu: e que a própria Palavra anunciada é que deve ser levada em conta e não o ministro que a anuncia, pois, mesmo que este seja mau e pecador, contudo a Palavra de Deus permanece boa e verdadeira.

Nem pensamos que a pregação exterior deve ser considerada infrutífera pelo fato de a instrução na verdadeira religião depender da iluminação interior do Espírito; porque está escrito: "Não ensinará jamais cada um ao seu próximo... porque todos me conhecerão" (Jer 31.34), e "nem o que planta é alguma cousa, nem o que rega, mas Deus que dá o crescimento", (I Cor 3.7). Pois, ainda que ninguém possa vir a Cristo, se não for levado pelo Pai (cf. João 6.44), se não for

interiormente iluminado pelo Espírito Santo, sabemos contudo que é da vontade de Deus que sua palavra seja pregada também externamente. Deus poderia, na verdade, pelo seu Santo Espírito, ou diretamente pelo ministério do anjo, sem o ministério de São Pedro, ter ensinado a Cornélio (cf. At 10.1 ss); não obstante, ele o envia a São Pedro, a respeito de quem o anjo diz: "Ele te dirá o que deves fazer" (cf. At 11.14).

A iluminação interior não elimina a pregação exterior. Aquele que ilumina interiormente dando aos homens o Espírito Santo é o mesmo que deu aos discípulos este mandamento: "Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16.5). E assim, em Filipos, São Paulo pregou a Palavra externamente a Lídia, vendedora de púrpura; mas o Senhor, internamente, abriu o coração da mulher (At 16.14). E o mesmo São Paulo, numa bela gradação, em Rom 10.17, chega, afinal, a esta conclusão: "E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo".

Reconhecemos, entretanto, que Deus pode iluminar quem ele quiser e quando quiser, mesmo sem ministério externo, pois isso está em seu poder; mas aqui falamos da maneira usual de instruir os homens, que nos foi comunicado por Deus, tanto por mandamento como pelo exemplo.

Heresias. Detestamos, portanto, todas as heresias de Artêmon, dos maniqueus, dos valentinianos, de Cerdon e dos marcionitas, os quais negaram que as Escrituras procediam do Espírito Santo; ou não aceitaram algumas partes delas, ou as interpelaram e corromperam.

Apócrifos. Contudo, não dissimulamos o fato de que certos livros do Velho Testamento foram chamados Apócrifos pelos antigos autores, e Eclesiásticos por outros, porquanto alguns admitiam que fossem lidos nas igrejas, não, porém, invocados para confirmar a autoridade da fé. Assim também Santo Agostinho, em sua *De Civitate Dei*, livro 18, cap. 38, observa que "nos livros dos Reis, nomes e livros de certos profetas são citados"; mas acrescenta que "eles não se encontram no Cânon"; e que "os livros que temos são suficientes para a piedade".

2. Da interpretação das Escrituras Sagradas; e dos santos padres, dos concílios e das tradições

A verdadeira interpretação da Escritura. O Apóstolo São Pedro disse que as Escrituras Sagradas não são de interpretação particular (II Ped 1.20). Assim não aprovamos quaisquer interpretações; pelo que nem reconhecemos como a verdadeira ou genuína interpretação das Escrituras a que se chama simplesmente a opinião da Igreja Romana, isto é, a que os defensores da Igreja Romana claramente sustentam que deve ser imposta à aceitação de todos. Mas reconhecemos como ortodoxa e genuína a interpretação da Escritura que é retirada das próprias Escrituras segundo o gênio da língua em que elas foram escritas, segundo as circunstâncias em que foram registradas, e pela comparação de muitíssimas passagens semelhantes e diferentes, e que concorda com a regra de fé e amor, e mais contribui para a glória e a salvação dos homens.

Interpretação dos santos padres. Por isso, não desprezamos as interpretações dos santos padres gregos e latinos, nem rejeitamos as suas discussões e os seus tratados sobre assuntos sagrados, sempre que concordem com as Escrituras; mas respeitosamente divergimos deles, quando neles

encontramos coisas estranhas às Escrituras ou contrárias a elas. E não julgamos fazer-lhes qualquer injustiça nesta questão, visto que todos eles, unanimemente, não procuram igualar seus escritos com as Escrituras Canônicas, mas nos mandam verificar até onde eles concordam com elas ou delas discordam, aceitando o que está de acordo com elas e rejeitando o que está em desacordo.

Concílios. Nessa mesma ordem colocam-se também as definições e cânones dos concílios.

Por esse motivo, nas controvérsias religiosas não aceitamos como imposição as simples opiniões dos Santos Padres ou os decretos dos concílios; muito menos, os costumes herdados ou, até, o fato de ser uma opinião partilhada por uma multidão ou consagrada por um longo tempo. Quem é o juiz? Portanto, em questão de fé, não admitimos juiz algum, a não ser o próprio Deus, que, pelas Santas Escrituras, proclama o que é verdadeiro, o que é falso, o que deve ser seguido ou o que deve ser evitado. Assim, apoiamo-nos exclusivamente nos julgamentos de homens espirituais, por eles tomados à Palavra de Deus. Jeremias e outros profetas condenaram severamente os concílios de sacerdotes estabelecidos contra a lei de Deus; e nos advertiram diligentemente que não ouvíssemos os nossos pais, nem trilhássemos os seus caminhos, porque eles, andando segundo suas próprias invenções se desviaram da lei de Deus.

Tradições de homens. Rejeitamos, igualmente, as tradições humanas, mesmo que venham adornadas de títulos atraentes, como se fossem divinas e apostólicas, entregues à Igreja de viva voz pelos apóstolos e, como pelas mãos de varões apostólicos, aos bispos que os sucederam, as quais, quando comparadas com as Escrituras delas discrepam, e por essa discrepância revelam que, de modo nenhum, são apostólicas. Como os apóstolos não se contradisseram entre si quanto à doutrina, assim os varões apostólicos não ensinaram nada contrário aos apóstolos. Ao contrário, seria ímpio afirmar que os apóstolos, de viva voz, tivessem ensinado coisas contrárias aos seus escritos. São Paulo afirma claramente que ele ensinava as mesmas coisas em todas as igrejas (I Co 4.17). E mais: “Porque nenhuma outra cousa vos escrevemos, além das que ledes e bem compreendeis” (II Co 1.13). Também, em outra passagem, testifica que ele e seus discípulos - a saber, os varões apostólicos - andavam do mesmo modo e, ligados pelo mesmo Espírito, faziam todas as coisas (II Co 12.18). Os judeus também tiveram, no passado, as tradições dos seus anciãos, mas essas tradições foram severamente repetidas pelo Senhor, que mostrou que a sua observância põe entraves à lei de Deus, e que por meio delas Deus é em vão adorado (Mat. 15.1 ss; Mc 7.1 ss)

3. De Deus, sua unidade e trindade

Deus é uno. Cremos e ensinamos que Deus é um em essência ou natureza, subsistindo por si mesmo, todo suficiente em si mesmo, invisível, incorpóreo, imenso, eterno, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis, o supremo-bem, vivo, vivificador e preservador de todas as coisas, onipotente e supremamente sábio, clemente ou misericordioso, justo e verdadeiro. Abominamos a pluralidade de deuses, porque está claramente escrito: “O Senhor nosso Deus é o único Senhor” (Deut 6.4). “Eu sou o Senhor teu Deus. Não terás outros deuses diante de mim” (Êx 20.2-3). “Eu sou o Senhor, e não há outro; além de mim não há Deus.

Deus justo e Salvador não há além de mim" (Is 45.5.21). "Senhor, Senhor Deus compassivo, clemente e longânimo, e grande em misericórdia e fidelidade" (Êx 34.6).

Deus é trino. Entretanto, cremos e ensinamos que o mesmo Deus imenso, uno e indiviso é inseparavelmente e sem confusão, distinto em pessoas - Pai, Filho e Espírito Santo - e, assim como o Pai gerou o Filho desde a eternidade, o Filho foi gerado por inefável geração, e o Espírito Santo verdadeiramente procede de um e outro, desde a eternidade e deve ser com ambos adorado.

Assim, não há três deuses, mas três pessoas, consubstanciais, co-eternas e co-iguais, distintas quanto às hipóstases e quanto à ordem, tendo uma precedência sobre a outra, mas sem qualquer desigualdade. Segundo a natureza ou essência, acham-se tão unidas que são um Deus, e a essência divina é comum ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo.

A Escritura ensina-nos manifesta distinção de pessoas, quando o anjo diz, entre outras coisas, à bem-aventurada Virgem; "Descerá sobre ti o Espírito Santo e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso também o ente santo que há de nascer, será chamado Filho de Deus" (Luc 1.35). E, igualmente, no batismo de Cristo, ouve-se uma voz do céu a seu respeito, dizendo: "Este é o meu Filho amado" (Mat 3.17). O Espírito Santo também apareceu em forma de pomba (João 1.32). E, quando o Senhor mesmo mandou os apóstolos batizar, mandou-os batizar "em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo" (Mat 28.19). Em outra parte do Evangelho, diz ele: "O Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome" (João 14.26). E noutro lugar: "Quando, porém, vier o Consolador, que eu vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da verdade, que dele procede, esse dará testemunho de mim", etc. (João 15.26). Em resumo, recebemos o Credo dos Apóstolos, porque ele nos comunica a verdadeira fé.

Heresias. Portanto, condenamos judeus e maometanos, e todos quantos blasfemam da Trindade santa e digna de adoração. Condenamos, também, todas as heresias e os heréticos que ensinam que o Filho e o Espírito Santo são Deus apenas de nome, e ainda que há algo criado e subserviente, ou subordinado a outro, na Trindade, e que nela há algo desigual, maior ou menor, corpóreo ou corporeamente concebido, diferente quanto aos costumes ou à vontade, confuso ou solitário, como se o Filho e o Espírito Santo fossem os sentimentos e propriedades de um Deus o Pai, como pensavam os monarquistas, os novacianos, Praxeas, os patripassianos, Sabélio, Paulo de Samosata, Êcio, Macedônio, os antropomorfitas, Ário e outros semelhantes.

4. Dos ídolos ou imagens de Deus, de Cristo e dos santos

Imagens de Deus. Visto que Deus como Espírito é, em essência, invisível e imenso, não pode, certamente, ser expresso por qualquer arte ou imagem. Por essa razão, não tememos afirmar com a Escritura que imagens de Deus não passam de mentiras. Assim, rejeitamos não somente os ídolos dos gentios mas também as imagens dos cristãos.

Imagens de Cristo. Embora Cristo tenha assumo a natureza humana, não a assumiu para fornecer modelo a escultores e pintores. Afirmou que não veio "revogar a lei ou os profetas" (Mat 5.17). E as imagens são proibidas pela lei e pelos profetas (Deut 4.15; Is 44.9). Afirmou que a sua presença corporal não seria

de proveito para a Igreja, e prometeu que estaria junto de nós, para sempre, pelo seu Espírito (João 16.7). Quem, pois, haveria de crer que uma sombra ou semelhança de seu corpo traria qualquer benefício para as almas piedosas? (II Co 5.5). Se ele vive em nós pelo seu Espírito, somos já os templos de Deus (I Co 3.16). Mas, "que ligação há entre o santuário de Deus e os ídolos?" (II Co 6.16).

Imagens de santos. E desde que os espíritos bem-aventurados e os santos do céu, quando viviam aqui na terra, rejeitaram qualquer culto de si mesmos (At 3.12 ss; 14.11 ss; Apoc 14.7; 22.9) e condenaram as imagens, poderá alguém achar plausível que os santos e anjos celestiais se agradem com suas imagens, diante das quais os homens se ajoelham, descobrem as cabeças e dispensam outras honras?

Para instruir os homens na religião e relembrá-los das coisas divinas e da sua salvação, o Senhor ordenou que se pregasse o Evangelho (Mc 16.15) - e não que se pintassem quadros para ensinar os leigos. Instituiu também os sacramentos, mas em nenhum lugar estabeleceu imagens.

A escritura dos leigos. Demais, para onde quer que volvamos os olhos, vemos as criaturas de Deus, vivas e verdadeiras ao nosso olhar, as quais, se bem examinadas como convém, causam ao observador uma impressão muito mais viva do que todas as imagens ou pinturas vãs, imóveis, frágeis e mortas, feitas pelos homens, das quais com razão disse o profeta: "Têm olhos, e não vêem" (Sal 115.5).

Lactâncio, Epifânio e Jerônimo. Por isso aprovamos a opinião de Lactânio, escritor antigo, que diz: "Indubitavelmente nenhuma religião existe onde há uma imagem". Afirmamos, também, que o bem-aventurado bispo Epifânio procedeu bem quando, ao encontrar nas portas de uma igreja um véu no qual estava pintada uma figura que se dizia ser de Cristo ou de algum santo, rasgou-o e o arrancou dali, por ver, contra a autoridade da Escritura, a figura de um homem afixada na Igreja de Cristo. Por isso, ele ordenou que dali por diante tais véus, que eram contrários à nossa religião, não fossem afixados na Igreja de Cristo, mas antes fossem removidas essas coisas duvidosas, indignas da Igreja de Cristo e dos fiéis. Além disso, aprovamos esta afirmação de Santo Agostinho sobre a verdadeira religião: "Não seja a nossa religião um culto de obras humanas: os próprios artistas que as fazem são melhores do que elas; no entanto, não devemos adorá-los" (*De Vera Religione*, IV, 108).

5. Da adoração, do culto e da invocação de Deus por Jesus Cristo, único Mediador

Somente Deus deve ser adorado e cultuado. Ensinamos que somente o verdadeiro Deus deve ser adorado e cultuado. Esta honra não concedemos a nenhum outro, segundo o mandamento do Senhor: "Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto" (Mat 4.10). Sem dúvida, todos os profetas censuraram severissimamente o povo de Israel todas as vezes que este adorou e cultuou deuses estranhos e não o único Deus verdadeiro. E ensinamos que Deus deve ser adorado e cultuado como ele mesmo nos ensinou a cultuá-lo, a saber, "em Espírito e em verdade" (João 4.23 ss), e não com qualquer superstição, mas com sinceridade, segundo a sua Palavra; para que, em tempo algum, não venha ele a dizer-nos: "Quem vos requereu o só pisardes os meus átrios?" (Is 1,12; Jer 6,20).

São Paulo também diz: “Deus não é servido por mãos humanas, como se de alguma cousa precisasse”, etc. (At 17,25).

Só Deus deve ser invocado pela exclusiva mediação de Cristo. Em todas as crises e provações de nossa vida invocamos somente a ele e isso pela mediação de Jesus Cristo, nosso único mediador e intercessor. Eis o que nos é claramente ordenado: “Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás” (Sal 50,15). Temos uma promessa generosíssima do Senhor, que disse: “Se pedirdes alguma cousa ao Pai, ele vo-la concederá em meu nome” (João 16,23), e: “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mat 11,28). Está escrito: “Como, porém, invocarão aquele em que não creram?” (Rom 10.14). Nós cremos em um só Deus, e só a ele invocamos, e o fazemos mediante Cristo. “Porquanto há um só Deus, diz o Apóstolo, e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem” (I Tim 2,5). Também se diz: “Se, todavia, alguém pecar, temos Advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o justo”, etc. (I João 2,1).

Os santos não devem ser adorados, cultuados ou invocados. Por essa razão não adoramos, nem cultuamos nem invocamos os santos dos céus, nem outros deuses, nem os reconhecemos como nossos intercessores ou mediadores perante o Pai que está no céu. Deus e Cristo, o Mediador, nos são suficientes. Nem concedemos a outros a honra que é devida somente a Deus e ao seu Filho, porque ele claramente disse: “A minha glória, pois, não a darei a outrem” (Is 42.8). E porque São Pedro disse: “Porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos”, a não ser o nome de Cristo (At 4,12). Nele, os que dão seu assentimento pela fé não buscam coisa alguma além de Cristo.

A honra devida aos santos. Entretanto, não desprezamos os santos nem os tratamos como seres vulgares. Reconhecemo-los como membros vivos de Cristo e amigos de Deus, que venceram gloriosamente a carne e o mundo. Por isso nós os amamos como irmãos e também os honramos; não, porém, com qualquer espécie de culto, mas os encaramos com apreciação e respeito e com justos louvores. Também os imitamos, pois com ardentíssimos anseios e súplicas desejamos ser imitadores da sua fé e das suas virtudes, partilhar com eles a salvação eterna, habitar eternamente com eles na presença de Deus e regozijar-nos com eles em Cristo. Neste ponto aprovamos o que diz Santo Agostinho: “Não seja a nossa religião um culto dos mortos. Pois, se viveram vidas santas, não devemos supor que estejam à procura de tais honras; ao contrário, querem que adoremos aquele por cuja iluminação eles se alegram de que sejamos conservos dos seus méritos. Devem, portanto, ser honrados pela imitação, e não adorados por religião”, etc. (*De Vera Religione*, LV, 108).

Relíquias dos santos. Muito menos cremos que as relíquias dos santos devem ser adoradas ou cultuadas. Aqueles santos antigos pareciam ter honrado suficientemente seus mortos, se de modo decente tinham entregado seus restos mortais à terra, depois que os espíritos subiram ao alto. E consideravam que as mais nobres relíquias de seus ancestrais eram suas virtudes, sua doutrina e sua fé, as quais, como eles as recomendavam pelo louvor dos seus mortos, assim se esforçavam para imitá-las enquanto viviam na terra.

Juramento só pelo nome de Deus. Aqueles homens antigos não juravam senão pelo nome do único Deus, Javé, como ordenava a lei divina. Como por ela é proibido jurar pelo nome de deuses estranhos (Êx 23.13; Deut 10.20), assim não juramos em nome dos santos, como se exige de nós. Rejeitamos, portanto, em todas estas questões, uma doutrina que atribui mais do que o devido aos santos que estão nos céus.

6. Da providência de Deus

Todas as coisas são governadas pela providência de Deus. Cremos que tudo o que há no céu e na terra, e em todas as criaturas, é preservado e governado pela providência deste Deus sábio, eterno e onipotente. Davi o testifica e diz: "Excelso é o Senhor acima de todas as nações, e a sua glória acima dos céus. Quem há semelhante ao Senhor nosso Deus, cujo trono está nas alturas; que se inclina para ver o que se passa no céu e sobre a terra?" (Sal 113,4 ss). Outra vez: "Esquadrinhas... todos os meus caminhos. Ainda a palavra me não chegou à língua, e tu, Senhor, já a conheces toda" (Sal 139, 3 ss). São Paulo também testifica e declara: "Nele vivemos, e nos movemos, e existimos" (At 17, 28), e "dele e por meio dele e para ele são todas as cousas" (Rom 11, 36). Portanto Santo Agostinho, muito acertadamente e segundo a Escritura, declarou em seu livro *De Agone Christi*, cap. 8: "O Senhor disse: 'Não se vendem dois pardais por um asse? e nenhum deles cairá em terra sem o consentimento de vosso Pai'" (Mat 10.29). Assim falando, ele quis mostrar que aquilo que os homens consideram de valor insignificante é governado pela onipotência de Deus. Porquanto aquele que é a verdade diz que as aves do céu são alimentadas por ele e os lírios do campo são vestidos por ele; e diz também, que os cabelos de nossa cabeça estão contados (Mat 6.26 ss).

Os Epicureus. Condenamos, portanto, os epicureus que negam a providência de Deus e todos quantos blasfemem dizendo que Deus está ocupado com os céus e nem nos vê, nem vê nossos interesses, nem cuida de nós. Davi, o rei-profeta, também os condenou, quando disse: "Senhor, até quando exultarão os perversos? Dizem: O Senhor não vê; nem disso faz caso o Deus de Jacob. Atendei, ó estúpidos dentre o povo; e vós insensatos, quando sereis prudentes? O que fez o ouvido, acaso não ouvirá? e o que formou os olhos, será que não enxerga?" (Sal 94, 3.7-9).

Os meios não devem ser desprezados. Entretanto, não desprezamos como inúteis os meios pelos quais opera a providência divina, mas ensinamos que devemos acomodar-nos a eles, na medida em que nos são recomendados na Palavra de Deus. Eis por que desaprovamos as afirmações temerárias daqueles que dizem que, se todas as coisas são geridas pela providência de Deus, então nossos esforços e diligências são inúteis. Seria o bastante deixarmos tudo ao governo da divina providência e não nos preocuparmos nem fazermos coisa alguma. São Paulo reconhecia que navegava sob a providência de Deus, que lhe dissera: "...deste testemunho a meu respeito em Jerusalém, assim importa que também o faças em Roma" (At 23.11), e em adição lhe havia prometido: "Porque nenhuma vida se perderá de dentre vós... pois nenhum de vós perderá nem mesmo um fio de cabelo" (At. 27, 22.34). Todavia, quando os marinheiros estavam pensando em abandonar o navio, ele mesmo disse ao centurião e aos soldados: "Se estes não permanecerem a bordo, vós não podereis salvar-vos" (At 27.31).

Deus, que destinou a cada coisa o seu fim, ordenou o começo e os meios pelos quais a coisa atinge seu alvo. Os pagãos atribuem as coisas à fortuna cega e ao acaso incerto. No entanto, São Tiago não deseja que digamos: “Hoje, ou amanhã, iremos para a cidade tal, e lá passaremos um ano, e negociaremos e teremos lucros”, mas aconselha: “Em vez disso, deveis dizer: Se o Senhor quiser, não só viveremos, como faremos isto ou aquilo” (Tiago 4, 13.15). E Santo Agostinho diz: “Tudo o que para os homens vãos, na natureza parece acontecer por acidente, realiza simplesmente a sua Palavra, porque não acontece senão por sua ordem” (*Enarrationes in Psalmos*, 148). Assim, parecia acontecer por mero acaso quando Saul, enquanto procurava as jumentas de seu pai, inesperadamente se encontrou com o profeta Samuel. Mas previamente o Senhor dissera ao profeta: “Amanhã a estas horas te enviarei um homem da terra de Benjamim” (I Sam 9.16).

7. Da criação de todas as coisas: dos anjos, do diabo e do homem *Deus criou todas as coisas*. Este Deus bom e onipotente criou todas as coisas, visíveis e invisíveis, pela sua Palavra co-eterna, e as preserva pelo seu Espírito co-eterno, como Davi testificou, quando disse: “Os céus por sua palavra se fizeram, e pelo sopro de sua boca o exército deles” (Sal 33.6). E, como diz a Escritura, tudo o que Deus fez era muito bom, e foi feito para proveito e uso do homem. Ora, afirmamos que todas aquelas coisas partiram de um princípio.

Maniqueus e Marcionitas. Portanto, condenamos os maniqueus e os marcionitas que impiamente imaginaram duas substâncias e duas naturezas, a do bem e a do mal; também dois princípios e dois deuses, um contrário ao outro, um bom e um mau.

Dos anjos e do diabo. Entre todas as criaturas, os anjos e os homens são os mais excelentes. Dos anjos declara a Santa Escritura: “Fazes a teus anjos ventos, e a teus ministros, labaredas de fogo” (Sal 104, 4). Diz ainda: “Não são todos eles espíritos ministradores enviados para serviço, a favor dos que hão de herdar a salvação?” (Heb 1, 14). Do Diabo testifica o próprio Senhor Jesus: “Ele foi homicida desde o princípio e jamais se firmou na verdade. Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (João 8.44). Portanto, ensinamos que alguns anjos persistiram na obediência e foram designados para fiel serviço a Deus e aos homens, mas outros caíram pela sua própria vontade e foram precipitados na ruína, tornando-se inimigos de todo o bem e dos fiéis, etc.

Do homem. Já do homem diz a Escritura que no princípio ele foi criado bom, à imagem e semelhança de Deus, que Deus o colocou no Paraíso e lhe sujeitou todas as coisas (Gén cap. 2). Isso é o que Davi magnificamente celebra no Salmo 8. Além disso, Deus lhe deu uma esposa e os abençoou. Afirmamos também que o homem consiste de duas substâncias diferentes numa pessoa: de uma alma imortal, que, quando separada do corpo, nem dorme nem morre, e de um corpo mortal que, porém, ressuscitará dos mortos no juízo final, de modo que desde então o homem todo, na vida ou na morte, viva para sempre.

As seitas. Condenamos todos os que ridicularizam ou mediante argumentos subtis põem em dúvida a imortalidade das almas, ou dizem que a alma dorme ou é parte de Deus. Em resumo, condenamos todas as opiniões de todos os homens, por mais numerosos que sejam, que ensinam diversamente do que, a respeito da

criação, dos anjos e dos demônios, e do homem, nos foi ensinado pelas Santas Escrituras na Igreja apostólica de Cristo.

8. Da queda do homem, do pecado e sua causa

A queda do homem. Desde o inicio foi o homem Por Deus criado à imagem de Deus, em justiça e santidade de verdade, bom e reto, mas, por instigação da serpente e pela sua própria culpa, ele se afastou da bondade e da retidão e tornou-se sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades. E qual veio ele a ser pela queda - isto é, sujeito ao pecado, à morte e a várias calamidades - tais são todos os que dele descenderam.

Pecado. Por pecado entendemos a corrupção inata do homem, que se comunicou ou propagou de nossos primeiros pais, a todos nós, pela qual nós - mergulhados em más concupiscências, avessos a todo o bem, inclinados a todo o mal, cheios de toda impiedade, de descrenças, de desprezo e de ódio a Deus - nada de bom podemos fazer, e, até, nem ao menos podemos pensar por nós mesmos. Além disso, à medida que passam os anos, por pensamentos, palavras e obras más, contrárias à lei de Deus, produzimos frutos corrompidos, dignos de uma árvore má (Mat 12,33 ss). Por essa razão, sujeitos à ira de Deus, por nossas próprias culpas, estamos expostos ao justo castigo, de modo que todos nós teríamos sido por Deus lançados fora, se Cristo, o Libertador, não nos tivesse reconduzido.

Morte. Por morte entendemos não só a morte corpórea, que todos nós teremos de experimentar uma vez, por causa dos pecados, mas também os suplícios eternos devidos aos nossos pecados e à nossa corrupção. Eis o que diz o apóstolo: “Estando vós mortos nos vossos delitos e pecados... éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia... e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo” (Ef 2.1 ss). E também: “Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Rom 5.12).

Pecado original; pecados atuais. Reconhecemos, portanto, que há pecado original em todos os homens. Reconhecemos que todos os outros pecados que deste provêm são chamados, e verdadeiramente são, pecados, qualquer que seja o nome que lhes seja dado - pecados mortais, veniais ou mesmo aquele que é chamado pecado contra o Espírito Santo, que nunca é perdoado (Mc 3.29; I João 5.16). Confessamos também que os pecados não são iguais: embora surjam da mesma fonte de corrupção e incredulidade, alguns são mais graves que os outros. Como disse o Senhor, haverá mais tolerância para Sodoma do que para a cidade que rejeita a palavra do Evangelho (Mat 10.14 ss; 11.20 ss).

As seitas. Condenamos, portanto, todos os que ensinaram o contrário disto, especialmente Pelágio e todos os pelagianos, juntamente com os jovinianos, que, com os estóicos, consideravam todos os pecados como iguais. Em toda esta questão concordamos com Santo Agostinho, que das Escrituras Sagradas extraiu seu ponto de vista e por elas o defendeu. Mais ainda, condenamos Florino e Blasto, contra quem escreveu Irineu, e todos os que fazem Deus o autor do pecado.

Deus não é o autor do pecado; e até onde se pode dizer que ele endurece. Está claramente escrito: “Tu não és Deus que se agrade com a iniqüidade. Aborreces a todos que praticam iniqüidade. Tu destróis os que proferem mentira” (Sal 5.4 ss). E de novo: “Quando ele profere a mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira” (João 8.44). Além disso, há em nós suficiente pecado e corrupção, não sendo necessário que Deus em nós infunda uma nova e ainda maior depravação. Quando, portanto, se diz nas Escrituras que Deus endurece, cega e entrega a uma disposição réproba de mente, deve-se entender que Deus o faz mediante um justo juízo, como um Juiz Vingador e justo. Finalmente, sempre que na Escritura se diz ou parece que Deus faz algo mal, não se diz, por isso, que o homem não pratique o mal, mas que Deus o permite e não o impede, segundo o seu justo juízo, que poderia impedi-lo se o quisesse, ou porque ele transforma o mal do homem em bem, como fez no caso do pecado dos irmãos de José, ou porque ele próprio controla os pecados, para que não irrompam e grassem mais largamente do que convém. Santo Agostinho escreve em seu *Enchiridion*: “De modo admirável e inexplicável não se faz além da sua vontade aquilo que contra a sua vontade faz. Pois não se faria, se ele não o permitisse. E, no entanto, ele não o permite contra a vontade, mas voluntariamente. O bom não permitiria que se fizesse o mal, a não ser que, sendo onipotente, pudesse do mal fazer o bem”. É isso o que ele diz.

Questões curiosas. As demais questões - tais como, se Deus quis que Adão caísse, ou se o incitou à queda, ou por que não impediu a queda e outras semelhantes - nós as reconhecemos como curiosas (salvo, talvez, se a impiedade dos heréticos ou de outros homens grosseiros nos leve a explicá-las também, com base na Palavra de Deus, como freqüentemente o fizeram os piedosos doutores da Igreja), sabendo que o Senhor proibiu o homem de comer do fruto proibido e puniu sua transgressão. Sabemos também que as coisas que se fazem não são más com respeito à providência, à vontade e ao poder de Deus, mas com respeito a Satanás e à nossa vontade que se opõe à vontade de Deus.

9. Do livre arbítrio e da capacidade humana

Nesta questão, que sempre produziu muitos conflitos na Igreja, ensinamos que se deve considerar uma tríplice condição ou estado do homem.

Qual era o homem antes da queda. Há o estado em que o homem se encontrava no princípio, antes da queda; era certamente reto e livre, de modo que podia continuar no bem ou declinar para o mal, mas inclinou-se para o mal e se envolveu a si mesmo e a toda a raça humana em pecado e morte, como se disse acima.

Qual se tornou o homem depois da queda. Depois, importa considerar qual se tornou o homem depois da queda. Sem dúvida, seu entendimento não lhe foi retirado, nem foi ele privado de vontade, nem foi transformado inteiramente numa pedra ou árvore; mas seu entendimento e sua vontade foram de tal sorte alterados e enfraquecidos que não podem mais fazer o que podiam antes da queda. O entendimento se obscureceu, e a vontade, que era livre, tornou-se uma vontade escrava. Agora ela serve ao pecado, não involuntária mas voluntariamente. Tanto é assim que o seu nome é “vontade”; não é “não – vontade”.

O homem pratica o mal por sua própria vontade. Portanto, quanto ao mal ou ao pecado, o homem não é forçado por Deus ou pelo Diabo, mas pratica o mal espontaneamente e nesse sentido ele tem arbítrio muito livre. Mas o fato de vermos, não raro, que os piores crimes e desígnios dos homens são impedidos por Deus de atingir seus propósitos não tolhe a liberdade do homem na prática do mal, mas é Deus que pelo seu próprio poder impede aquilo que o homem livremente determinou de modo diverso. Assim, os irmãos de José livremente determinaram desfazer-se dele, mas não o puderam, porque outra coisa parecia bem ao conselho de Deus.

O homem por si só não é capaz do bem. Com referência ao bem e à virtude, o entendimento do homem, por si mesmo, não julga retamente a respeito das coisas divinas. A Escritura evangélica e apostólica requer regeneração de todos aqueles de entre nós que desejamos ser salvos. Por conseguinte, nosso primeiro nascimento de Adão em nada contribui para nossa salvação. São Paulo diz: "O homem natural não aceita as cousas do Espírito de Deus", etc. (I Co 2.14). E em outra passagem ele afirma que nós, por nós mesmos, não somos capazes de pensar nada de bom (II Co 3.5). Ora, sabe-se que a mente ou entendimento é a luz da vontade, e quando o guia é cego, é óbvio até onde a vontade poderá chegar. Por isso, o homem ainda não regenerado não tem livre arbítrio para o bem e nenhum poder para realizar o que é bom. O Senhor diz no Evangelho: "Em verdade, em verdade vos digo: Todo o que comete pecado é escravo do pecado" (João 8.34). E o apóstolo São Paulo diz: "Por isso o pendor da carne é inimizade contra Deus, pois não está sujeito à lei de Deus, nem mesmo pode estar" (Rom 8.7). O entendimento das coisas terrenas, porém, não é inteiramente nulo no homem decaído.

Compreensão das artes. Deus em sua misericórdia permitiu que permanecesse o talento natural, apesar de este distar muito daquele que existia no homem antes da queda. Deus manda o homem cultivar o seu talento e, ao mesmo tempo, lhe acrescenta dons e favores. E é manifesto que não fazemos nenhum progresso em todas as artes sem a bênção de Deus. Certamente, a Escritura atribui todas as artes a Deus; e, na verdade, até os pagãos atribuem a origem das artes a deuses, que seriam os seus inventores.

Quais são os poderes dos regenerados, e de que modo é livre o seu arbítrio. Finalmente, devemos ver se os regenerados têm e até que ponto têm livre arbítrio. Na regeneração, o entendimento é iluminado pelo Espírito Santo, para que compreenda os mistérios e a vontade de Deus. E a própria vontade não é somente mudada pelo Espírito, mas é também equipado com poderes, de modo, que ela espontaneamente deseje o bem e seja capaz de praticá-la (Rom 8.1 ss). Se não concedermos isso, negaremos a liberdade cristã e introduziremos uma servidão geral. Mas também o profeta registra o que Deus diz: "Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhas inscreverei" (Jer 31.33; Ez 36.26 ss). E o Senhor também diz no Evangelho: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (João 8.36). E São Paulo também escreve aos filipenses: "Porque vos foi concedida a graça de padecerdes por Cristo, e não somente de crerdes nele" (Fil 1.29). E outra vez: "Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao dia de Cristo

Jesus" (v. 6). E ainda: "Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (2.13).

Os regenerados operam não só passiva, mas ativamente. Entretanto, ensinamos que há duas coisas a serem observadas: Primeiro, que os regenerados, na sua eleição e operação, não agem só passiva mas ativamente. São levados por Deus a fazer por si mesmos o que fazem. Santo Agostinho muito bem afirma que "Deus é nosso ajudador. Mas ninguém pode ser ajudado, se não aquele que faz alguma coisa". Os maniqueus despojavam o homem de toda ação e o faziam semelhante a uma pedra ou a um pedaço de pau.

O livre arbítrio é fraco nos regenerados. Segundo, nos regenerados permanece a fraqueza. Desde que o pecado permanece em nós, e nos regenerados a carne luta contra o espírito até o fim de nossa vida, eles não conseguem realizar livremente tudo o que planejaram. Isso é confirmado pelo apóstolo em Rom 7 e Gal 5. Portanto, é fraco em nós o livre arbítrio por causa dos remanescentes do velho Adão e da corrupção humana inata, que permanece em nós até o fim de nossa vida. Entretanto, desde que os poderes da carne e os remanescentes do velho homem não são tão eficazes que extingam totalmente a operação do Espírito, os fiéis são por isso considerados livres, mas de modo tal que reconhecem a própria fraqueza e não se gloriam de modo algum em seu livre arbítrio. Os fiéis devem ter sempre em mente o que Santo Agostinho tantas vezes inculca, segundo o apóstolo: "o que tendes que não recebestes? Se, pois, o recebestes, por que vos vangloriais, como se não fosse um dom?" A isso ele acrescenta que aquilo que planejamos não acontece imediatamente, pois os resultados das coisas estão nas mãos de Deus. Esta a razão por que São Paulo ora ao Senhor para promover sua viagem (Rom 1.10). E esta é também a razão pela qual o livre arbítrio é fraco.

Nas coisas externas há liberdade. Todavia, ninguém nega que nas coisas externas tanto os regenerados como os não-regenerados gozam de livre arbítrio. O homem tem em comum com os outros animais (aos quais ele não é inferior) esta natureza de querer umas coisas e não querer outras. Assim, ele pode falar ou ficar calado, sair de sua casa ou nela permanecer, etc. Contudo, mesmo aqui deve-se ver sempre o poder de Deus, pois essa foi a causa por que Balaão não pôde ir tão longe quanto desejava (Num, cap. 24), e Zacarias, ao voltar do templo, não podia falar como era seu desejo (Luc, cap. 1).

Heresias. Nesta questão, condenamos os maniqueus, os quais afirmam que o início do mal, para o homem bom, não foi de seu livre arbítrio. Condenamos, também, os pelagianos, que afirmam que um homem mau tem suficiente livre arbítrio para praticar o bem que lhe é ordenado. Ambos são refutados pela Santa Escritura, que diz aos primeiros: "Deus fez o homem reto"; e aos segundos: "Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres" (João 8.36).

10. Da predestinação de Deus e da eleição dos santos

Deus nos elegeu pela graça. Deus, desde a eternidade, livremente e movido apenas pela sua graça, sem qualquer respeito humano, predestinou ou elegeu os santos que ele quer salvar em Cristo, segundo a palavra do apóstolo: "Ele nos escolheu nele antes da fundação do mundo" (Ef 1.4); e de novo: "... que nos salvou, e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas

conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos, e manifestada agora pelo aparecimento de nosso Salvador Cristo Jesus" (II Tim 1.9-10).

Somos eleitos ou predestinados em Cristo. Portanto, não foi sem medo, embora não por qualquer mérito nosso, mas em Cristo e por causa de Cristo que Deus nos elegeu, para que aqueles que agora se encontram enxertados em Cristo pela fé também sejam eleitos, mas sejam rejeitados aqueles que estão fora de Cristo, segundo a palavra do apóstolo: "Examinai-vos a vós mesmos se realmente estais na fé; provai-vos a vós mesmos. Ou não reconheceis que Jesus Cristo está em vós? Se não é que já estais reprovados" (II Co 13.5).

Somos eleitos para um fim determinado. Finalmente, os santos são eleitos em Cristo por Deus para um fim determinado, que o apóstolo esclarece, quando diz: "Ele nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo... para o louvor da glória de sua graça" (Ef 1.4-6).

Devemos bem esperar acerca de todos. E, embora Deus conheça os que são seus, e nalgum lugar se faça menção do reduzido número dos eleitos, devemos, contudo, bem esperar acerca de todos, e não julgar apressadamente nenhum homem como rejeitado. São Paulo diz aos filipenses: "Dou graças ao meu Deus por tudo que recordo de vós" (ora, ele fala de toda a Igreja dos filipenses), "pela vossa cooperação no Evangelho... Estou plenamente certo de que aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até o dia de Cristo Jesus" (Fil 1.3-7).

Sobre se são poucos os eleitos. E, quando perguntaram ao Senhor se eram poucos os que seriam salvos, ele não respondeu que poucos ou muitos seriam salvos ou condenados, mas antes exortou todo homem a "esforçar-se por entrar pela porta estreita" (Luc 13.24). É como se dissesse: "Não vos compete inquirir com muita curiosidade acerca dessas questões, mas antes esforçar-vos por entrar no céu pelo caminho estreito".

O que deve ser condenado nesse caso. Por isso, não aprovamos as afirmações ímpias de alguns que dizem: "Poucos são os eleitos, e, como eu não sei se estou no número desses poucos, não me privarei dos prazeres". Outros dizem: "Se sou predestinado ou eleito por Deus, nada me impedirá da salvação, já certamente determinada, seja o que for que eu fizer. Mas, se estou no número dos rejeitados, nenhuma fé ou arrependimento poderá valer-me, visto que a determinação de Deus não pode ser mudada. Portanto, todas as doutrinas e advertências são inúteis". Mas o ensino do apóstolo contradiz estes homens: "O servo do Senhor deve ser apto para instruir... disciplinando com mansidão os que se opõem, na expectativa de que Deus lhes conceda não só o arrependimento ... livrando-se eles dos laços do diabo, tendo sido feitos cativos por ele, para cumprirem a sua vontade" (II Tm 2.24-26).

As admoestações não são inúteis pelo fato de a salvação vir da eleição. Santo Agostinho também mostra que devem ser pregadas tanto a graça da livre eleição e predestinação como também as admoestações e doutrinas da salvação (*De Bono Perseverantiae*, cap. 14 ss),

Se somos eleitos. Condenamos, portanto, aqueles que, fora de Cristo, perguntam se são eleitos, e o que sobre eles decretou Deus antes de toda a

eternidade, pois deve ser ouvida a pregação do Evangelho e deve-se crer nele, e deve-se ter como fora de dúvida que, se alguém crê e está em Cristo, é eleito. Com efeito, o Pai nos revelou em Cristo o eterno propósito da sua predestinação, como ainda há pouco expus, pelo que diz o apóstolo, em II Tim 1.9-10. Deve-se, pois, ensinar e antes de tudo considerar quão grande amor do Pai para conosco nos foi revelado em Cristo. Devemos ouvir o que o próprio Senhor diariamente nos prega no Evangelho, como ele nos chama e diz: "Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei" (Mat 11.28); "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho Unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (João 3.16). E ainda: "Não é a vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos" (Mat 18.14).

Seja, pois, Cristo o espelho, no qual contemplemos a nossa predestinação. Teremos um testemunho bastante claro e seguro de que estamos inscritos no Livro da Vida, se tivermos comunhão com Cristo, e se ele for nosso e nós dele em verdadeira fé.

Tentação sobre a predestinação. Na tentação sobre a predestinação, que é, talvez, mais perigosa do que qualquer outra, console-nos o fato de que as promessas de Deus são universais para os fiéis, pois ele diz: "Pedi, e dar-se-vos-á... Pois todo o que pede recebe" (Luc 11.9-10). É, finalmente, o que pedimos com toda a Igreja de Deus: "Pai nosso que nos céus" (Mat 6.9). Fomos enxertados no corpo de Cristo, pelo batismo, e da sua carne e do seu sangue nos alimentamos freqüentemente em sua Igreja, para a vida eterna. Fortalecidos por essas bênçãos, segundo o preceito de São Paulo recebemos ordem de operar a nossa salvação com temor e tremor.

11. De Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, único Salvador do mundo

Cristo é verdadeiro Deus. Além disso, ensinamos que o Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, foi, desde a eternidade, predestinado ou pré-ordenado pelo Pai para ser o Salvador do Mundo. E cremos que ele nasceu, não somente quando da Virgem Maria assumiu a carne, nem apenas antes que se lançassem os fundamentos do mundo, mas antes de toda a eternidade e certamente pelo Pai, de um modo inexprimível. Isaías diz: "E da sua linhagem quem dela cogitou?" (cap. 53.8). E Miquéias diz "E cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade" (Miq 5.2). Também São João disse no Evangelho: "No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus", etc. (cap. 1.1). Portanto, quanto à sua divindade, o Filho é co-igual e consubstancial com o Pai; verdadeiro Deus (Fil 2.11), não de nome ou por adoção ou por qualquer dignidade, mas em substância e natureza, como disse o apóstolo São João: "Este é o verdadeiro Deus e a vida eterna" (I João 5.20). São Paulo também diz: "A quem constituiu herdeiro de todas as cousas, pelo qual também fez o universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as cousas pela palavra do seu poder" (Heb I.2 ss). E no Evangelho o Senhor mesmo também disse: "Glorifica-me, ó Pai, contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti, antes que houvesse mundo" (João 17.5). Em outro lugar do Evangelho também está escrito: "Os judeus ainda mais procuravam matá-lo,

porque... também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus" (João 5.18).

As seitas. Abominamos, pois, a doutrina ímpia de Ário e de todos os arianos contra o Filho de Deus, e especialmente as blasfêmias do espanhol, Miguel Serveto, e de todos os servetanos, que Satanás, por meio deles, retirou do inferno, por assim dizer, e vai espalhando por todo o mundo, audaciosa e impiamente.

Cristo é verdadeiro homem, tendo verdadeira carne. Cremos também e ensinamos que o eterno Filho do eterno Deus se fez Filho do homem, da semente de Abraão e David, não com concurso carnal do homem, como diz Ébion, mas concebido do Espírito Santo com toda a pureza e nascido da sempre virgem Maria, como a história evangélica cuidadosamente nos explica (Mat, cap.1). E São Paulo diz: "Ele não assumiu a natureza de anjos, mas a da semente de Abraão". Também o apóstolo São João diz que todo aquele que não crê que Jesus Cristo veio em carne não é de Deus. Portanto, a carne de Cristo não era nem imaginária nem trazido do céu, como erradamente sonhavam Valentino e Márcion.

Alma racional em Cristo. Além disso, nosso Senhor Jesus Cristo não possuiu uma alma desprovida de percepção e de razão, como pensava Apolinário, nem carne sem alma, como ensinava Eudômio, mas alma com sua razão e carne com seus sentidos, pelos quais por ocasião de sua paixão ele suportou dores reais, como ele mesmo testifica quando diz: "A minha alma está profundamente triste até à morte" (Mat 26.38); "Agora está angustiada a minha alma" (João 12.27).

Duas naturezas em Cristo. Reconhecemos, portanto, duas naturezas ou substâncias, a divina e a humana, num e no mesmo Senhor nosso Jesus Cristo (Heb, cap. 2). E dizemos que elas estão ligadas e unidas uma com a outra de tal modo que não foram absorvidas, ou confundidas, ou misturadas, mas unidas ou integradas numa pessoa - com as propriedades das naturezas intactas e permanentes.

Não dois, mas um só Cristo. Assim, não adoramos dois, mas um Cristo, o Senhor, um verdadeiro Deus e verdadeiro homem, segundo a natureza divina, consubstancial com o Pai, e segundo a natureza humana, consubstancial com os homens e semelhante a nós em todas as coisas, excepto no pecado (Heb 4.15).

As seitas. Certamente abominamos o dogma nestoriano, que de um Cristo faz dois e dissolve a união da Pessoa. Semelhantemente, execramos totalmente a loucura de Eutiques e dos monotelitas ou monofisitas, que destrói a propriedade da natureza humana.

A natureza divina de Cristo não sofreu e a humana não está em toda a parte. Portanto, de modo nenhum ensinamos que a natureza divina em Cristo sofreu, ou que Cristo em sua natureza humana ainda está neste mundo e ainda em toda parte. Pois nem pensamos nem ensinamos que a realidade do corpo de Cristo cessou depois de sua glorificação, ou que foi deificado e deificado de tal modo que ele tenha deposto as suas propriedades com respeito ao corpo e à alma, e estes se tenham mudado inteiramente em uma natureza divina e passado a ser uma substância una.

As seitas. Por isso, de maneira nenhuma aprovamos ou aceitamos as argúcias sem argúcia, intrincadas e obscuras, de Schwenkfeldt e de semelhantes

dizedores de sutilezas, nem suas dissertações pouco consistentes sobre essa questão, nem somos schwenkfeldianos.

Nosso Senhor verdadeiramente sofreu. Cremos, além disso, que nosso Senhor Jesus Cristo verdadeiramente sofreu e morreu por nós em carne, como diz São Pedro (I Ped 4.1). Abominamos a impiíssima loucura dos jacobitas e de todos os turcos, que blasfemam do sofrimento do Senhor. Ao mesmo tempo, não negamos que o Senhor da glória foi crucificado por nós, segundo as palavras de São Paulo (I Co 2.8).

Comunicação de propriedades de linguagem. Aceitamos e aplicamos pia e respeitosamente a comunicação de propriedades de linguagem derivada da Escritura e usada por toda a antiguidade para explicar e reconciliar passagens aparentemente contraditórias.

Cristo verdadeiramente ressuscitou dos mortos. Cremos e ensinamos que o mesmo Jesus Cristo nosso Senhor, em sua verdadeira carne na qual fora crucificado e morrera, ressuscitou dos mortos, e que não foi outra carne que ressuscitou, mas a que foi sepultada, nem foi o espírito que subiu ao alto em vez da carne, mas ele reteve seu verdadeiro corpo. Portanto, ainda que os seus discípulos pensassem ver o espírito do Senhor, ele lhes mostrou as mãos e os pés marcados realmente com os sinais dos cravos e das feridas, e ajuntou: “Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo, apalpai-me e verificam, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho” (Luc 24-39).

Cristo verdadeiramente subiu ao céu. Cremos que nosso Senhor Jesus Cristo, em sua própria carne, subiu acima de todos os céus visíveis ao supremo céu, isto é, à habitação de Deus e dos bem-aventurados, à destra de Deus o Pai. Embora isso signifique participação igual em glória e majestade, considera-se, contudo, também como um lugar definido, acerca do qual o Senhor, falando no Evangelho, diz: “Vou preparar-vos lugar” (João 14.2). O apóstolo São Pedro também diz: “Ao qual é necessário que o céu receba até aos tempos da restauração de todas as cousas” (Act 3.21). E do céu o mesmo Cristo retomará para o juízo, quando a impiedade no mundo estiver no seu máximo e quando o Anticristo, tendo corrompido a verdadeira religião, tiver envolvido todas as coisas com superstição e impiedade, e tiver cruelmente assolado a Igreja com sangue e fogo (Dn, cap. 11). Mas Cristo voltará para reclamar os seus, e pela sua vinda destruir o Anticristo e julgar os vivos e os mortos (Act 17,31). s mortos ressuscitarão (I Tes 4.14 ss), e os que naquele dia (que é desconhecido de todas as criaturas - Mc 13.32) estiverem vivos serão transformados “num abrir e fechar de olhos”, e todos os fiéis serão arrebatados ao encontro de Cristo nos ares, para assim entrarem com ele nas benditas mansões e viverem para sempre (I Co 15.51 ss). Mas os incrédulos ou os ímpios descerão com os demônios para o inferno a fim de arderem para sempre e nunca serem libertados dos tormentos (Mat 25.46).

As seitas. Condenamos, portanto, todos os que negam a ressurreição real da carne (II Tim 2.18), ou que, com João de Jerusalém, contra quem escreveu São Jerônimo, não pensem corretamente acerca dos corpos glorificados. Condenamos também os que ensinam que os demônios e todos os ímpios serão um dia salvos, e que haverá um fim dos castigos. O Senhor declarou com clareza: “Onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga” (Mc 9.44). Condenamos, além disso, os sonhos judaicos de que haverá uma idade áurea na terra antes do Dia do

Juízo, e que os piedosos, tendo subjugado todos os seus inimigos ímpios, entrarão na posse de todos os reinos do mundo. Pois a verdade evangélica em Mat, caps. 24 e 25, e Lucas, cap. 18, e o ensino apostólico em II Tes, cap. 2, e II Tim, caps. 3 e 4, apresentam coisa inteiramente diversa.

O fruto da morte e ressurreição de Cristo. Além do mais, pela sua paixão e morte e tudo o que, em sua carne e na sua vinda, ele fez e suportou por nossa causa nosso Senhor reconciliou o Pai celestial com todos os fiéis, expiou o pecado, desarmou a morte, arruinou a condenação e o inferno, e, pela sua ressurreição dos mortos, trouxe de novo e restituiu a vida e a imortalidade. Ele é a nossa justiça, a nossa vida e ressurreição, em uma palavra, a plenitude e perfeição de todos os fiéis, a salvação e a mais completa suficiência. O apóstolo diz: "Aprouve a Deus que nele residisse toda a plenitude", e "Viestes à plenitude da vida nele" (Cl caps. I e 2).

Jesus Cristo é o único Salvador do mundo, e o verdadeiro Messias esperado. Ensinamos e cremos que este Jesus Cristo, nosso Senhor, é o único e eterno Salvador do gênero humano, e também do mundo inteiro, em quem pela fé se salvaram todos os que antes da Lei, sob a Lei e sob o Evangelho foram salvos, e em quem se salvarão todos os que ainda vierem a salvar-se até o fim do mundo. É o próprio Senhor quem diz no Evangelho: "O que não entra pela porta no aprisco das ovelhas, mas sobe por outra parte, esse é ladrão e salteador ... Eu sou a porta das ovelhas" (João 10.1 e 7). E também em outro lugar, no mesmo Evangelho: "Abraão... viu o meu dia e regozijou-se" (cap. 8.56). O apóstolo São Pedro também diz: "Não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos". Cremos, portanto, que seremos salvos mediante a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, como nossos pais o foram (Act 4.12; 10.43; 15.1 1). São Paulo também diz: "Todos eles comeram de um só manjar espiritual, e beberam da mesma fonte espiritual; porque bebiam de uma pedra espiritual que os seguia. E a pedra era Cristo" (I Co 10.3 ss). E assim lemos o que João diz: Cristo era o "Cordeiro que foi morto, desde a fundação do mundo" (Apoc 13.8), e João Baptista testificou que Cristo é "o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (João 1.29). Eis por que professamos e pregamos, com toda a clareza, que Jesus Cristo é o único Redentor e Salvador do mundo, o Rei e o Sumo - Sacerdote, o verdadeiro Messias esperado, aquele santo e bendito que todos os tipos da lei e todos os vaticínios dos profetas prefiguraram e prometeram; e que Deus o designou anteriormente e no-lo enviou, de modo que não devemos esperar nenhum outro. Nem nos resta agora outra coisa que darmos a Cristo toda a glória, nele crermos, somente nele descansarmos, desprezando e rejeitando todas as demais ajudas na vida. Com efeito, decaíram da graça e tornam Cristo vão para si todos os que buscam a salvação em qualquer outra coisa que não somente em Cristo (Gal 5.4).

Os credos recebidos de quatro concílios. E, para dizer muito em poucas palavras, cremos de todo o coração, e livremente confessamos à viva voz, tudo o que foi definido com fundamento nas Escrituras Sagradas a respeito do mistério da Encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo, compreendido nos Credos e decretos dos quatro primeiros venerandos sínodos reunidos em Niceia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia - juntamente com o Credo do bem-aventurado

Atanásio, e todos os credos similares; e condenamos tudo o que for contrário a eles.

As seitas. E dessa maneira mantemos inviolada ou intacta a fé cristã, ortodoxa e católica, sabendo que nada se contêm nos credos atrás citados que não seja conforme com a Palavra de Deus, e que não contribua, ao mesmo tempo, para uma exposição pura da fé.

12. Da lei de Deus

A vontade de Deus nos é exposta na lei de Deus. Ensinamos que a vontade de Deus nos é exposta na Lei de Deus: o que ele quer ou não quer que façamos, o que é bom e justo, ou o que é mau e injusto. Portanto, confessamos que a Lei é boa e santa.

A lei natural. Esta lei foi escrita nos corações dos homens pelo dedo de Deus (Rom 2.15), e é chamada a lei natural; foi também esculpida pelo dedo de Deus nas duas tábuas de Moisés e mais pormenorizadamente exposta nos livros de Moisés (Êx 20.1 ss; Deut 5.6 ss). Para maior clareza, distinguimos: a lei moral contida no Decálogo ou nas duas Tábuas e expostas nos livros de Moisés; a lei cerimonial, que determina as cerimônias e o culto de Deus; e a lei judiciária, que versa questões políticas e domésticas.

A lei é completa e perfeita. Cremos que toda a vontade de Deus e todos os preceitos necessários a cada esfera da vida são nesta lei ensinados com toda a plenitude. De outro modo o Senhor não nos teria proibido de adicionar-lhe ou de subtrair-lhe qualquer coisa; nem nos teria mandado andar num caminho reto diante desta Lei, sem dela nos declinarmos para a direita ou para a esquerda (Deut 4.2; 12.32, 5.32, cf. Num 20-17 e Deut 2.27).

Porque foi dada a lei. Ensinamos que esta Lei não foi dada aos homens para que fôssemos justificados pela sua observância, mas antes para que, pelo seu ensino, conhecêssemos nossa fraqueza, nosso pecado e condenação e, perdendo a confiança em nossas forças, nos convertêssemos a Cristo pela fé. O apóstolo diz claramente: “A Lei suscita a ira”; “pela Lei vem o pleno conhecimento do pecado” (Rom 4.15; 3.20); “porque, se fosse promulgada uma Lei que pudesse dar vida, a justiça, na verdade seria procedente da Lei; mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que mediante a fé em Jesus Cristo fosse a promessa concedida aos que crêem... De maneira que a Lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé” (Gal 3.21 ss).

A carne não cumpre a lei. Ninguém poderia ou pode satisfazer a Lei de Deus ou cumpri-la, por causa de fraqueza da nossa carne que adere e permanece em nós até nosso último suspiro. Outra vez diz o apóstolo: “O que fora impossível à Lei, no que estava enferma pela carne, isso fez Deus enviando o seu próprio Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado” (Rom 8.3). Portanto, Cristo é o aperfeiçoador da Lei e o nosso cumprimento dela (Rom 10.4), o qual, com o fim de remover a maldição da Lei, foi feito maldição por nós (Gal 3.13). Assim, ele nos comunica, pela fé, o seu cumprimento da Lei, e a sua justiça e obediência nos são imputadas.

Até que ponto foi a lei ab-rogada. A Lei de Deus é, pois, ab-rogada na medida em que ela não mais nos condena, nem opera ira em nós. Estamos debaixo da graça e não debaixo da Lei. Além disso, Cristo cumpriu todas as

formas da Lei. Daí, vindo o corpo, cessaram as sombras, de modo que agora em Cristo temos a verdade e toda a plenitude. Contudo, de modo nenhum rejeitamos por isso a Lei. Lembramo-nos das palavras do Senhor, que disse: “Não vim para revogar, vim para cumprir” (Mat 5.17). Sabemos que na Lei nos são ensinados os padrões de virtudes e vícios. Sabemos que a Lei escrita, quando explicado pelo Evangelho, é útil à Igreja, e que, portanto, sua leitura não deve ser excluída da Igreja. E, embora a face de Moisés estivesse recoberta com um véu, no entanto o apóstolo diz que o véu foi retirado e abolido por Cristo.

As seitas. Condenamos tudo o que os heréticos, antigos e modernos, ensinaram contra a Lei.

13. Do Evangelho de Jesus Cristo, das promessas, do espírito e da letra

Os antigos tiveram promessas evangélicas. O Evangelho opõe-se à Lei. A Lei opera a ira e anuncia a maldição, enquanto o Evangelho prega a graça e a bênção. São João diz: “Porque a Lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo” (João 1.17). Não obstante, é perfeitamente certo que aqueles que viveram antes da Lei e sob a Lei não estavam totalmente destituídos do Evangelho. Tinham insignes promessas evangélicas, tais como estas: “A semente da mulher te ferirá a cabeça” (Gen 3.15). “Nela serão benditas todas as nações da terra” (Gen 22.18). “O cetro não se arredará de Judá... até que venha Silo” (Gen 49.10). “O Senhor teu Deus te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos” (Deut 18.15; At 3.22) etc.

Promessas dúplices. Reconhecemos que duas espécies de promessas foram reveladas aos antigos, como também a nós. Algumas eram de coisas presentes ou terrenas, tais como as promessas da Terra de Canaã e de vitórias, e como, ainda hoje, as promessas do pão quotidiano. Outras eram naquela ocasião, e são ainda agora, de coisas celestiais e eternas, como a graça divina, a remissão de pecados, a vida eterna por meio da fé em Jesus Cristo.

Os patriarcas tiveram promessas não só carnais, mas também espirituais. Os antigos não tiveram, em Cristo, apenas promessas externas ou terrenas, mas também espirituais e celestiais. São Pedro diz: “Foi a respeito desta salvação que os profetas indagaram e inquiriram, os quais profetizaram acerca da graça a vós outros destinada” (I Pe 1.10). Donde também o apóstolo São Paulo diz: “O Evangelho de Deus... foi... outrora prometido por intermédio dos seus profetas nas Sagradas Escrituras” (Rom 1.2). Por isso é bem claro que os antigos não foram inteiramente destituídos de todo o Evangelho.

Que é propriamente o Evangelho? E, embora nossos pais tivessem dessa maneira, nos escritos dos profetas, o Evangelho, pelo qual alcançaram a salvação em Cristo pela fé, contudo, o que se chama propriamente “Evangelho” são as notícias alegres e felizes pelas quais, primeiro por João Baptista, depois por Cristo, o Senhor, e depois pelos apóstolos e seus sucessores, se anunciou aos homens que Deus já realizou o que ele prometera, desde o princípio do mundo, e nos mandou, ou melhor nos deu o seu único Filho e nele a reconciliação com o Pai, a remissão dos pecados, toda a plenitude e a vida eterna. Portanto, a história apresentada pelos quatro evangelistas, explicando como isso foi realizado ou cumprido por Cristo, o que Cristo ensinou e praticou, e que aqueles que crêem nele têm toda a plenitude, e exatamente o que se chama “Evangelho”. A Pregação

e os escritos apostólicos, nos quais os apóstolos nos expõem como o Filho nos foi dado pelo Pai, e nele tudo o que diz respeito à vida e à salvação, são também o que se chama corretamente "doutrina evangélica", de modo que ainda hoje, se sinceramente pregada, não perde o direito a tão preclara designação.

Do espírito e da letra. Essa mesma pregação do Evangelho é também chamada pelo apóstolo "o espírito" e "o ministério do espírito", porque pela fé ela se torna eficaz e viva nos ouvidos, ou melhor, nos corações dos crentes iluminados pelo Espírito Santo (II Co 3.6). A letra, que se opõe ao Espírito, significa tudo o que é externo, mas especialmente a doutrina da Lei, que, sem o Espírito e a fé, produz ira e excita o pecado nas mentes daqueles que não têm uma fé viva. Por isso o apóstolo chama a isso «o ministério da morte». Aqui é pertinente a palavra do apóstolo: "A letra mata, mas o Espírito vivifica". Falsos apóstolos também pregavam um Evangelho corrompido, misturando-lhe a Lei, como se sem a Lei Cristo não pudesse salvar.

As seitas. Assim, afirmavam os ebionitas, descendentes espirituais do herege Ébion, e os nazaritas, que anteriormente eram chamados mineus. A todos estes nós condenamos, e pregamos ao mesmo tempo o puro Evangelho, ensinando que os crentes são justificados só pelo Espírito, e não pela Lei. Uma exposição mais detalhada deste assunto virá sob o título de "justificação".

O ensino do Evangelho não é novo, mas muito antigo. Embora o ensino do Evangelho, comparado com o dos fariseus sobre a Lei, tenha parecido ser uma nova doutrina quando pregado por Cristo a primeira vez, o que também Jeremias profetizou a respeito do Novo Testamento, contudo, ele, na realidade não só era como ainda é, uma velha doutrina (que hoje ela é chamada nova pelos papistas, quando comparada com a doutrina agora recebida entre eles), mas na verdade é a mais antiga de todas no mundo. Com efeito Deus predestinou desde a eternidade salvar o mundo por Cristo, e manifestou ao mundo, através do Evangelho, esta sua predestinação e o seu conselho eterno (II Tim 2.9 ss). Disso é evidente que a religião e a doutrina evangélica, entre quantas já existiram, existem e virão a existir, é a mais antiga de todas. Por isso, afirmamos que todos os que dizem que a religião e a doutrina evangélica é uma fé surgida recentemente, e que não tem mais que trinta anos de existência, erram vergonhosamente e falam coisas indignas do conselho eterno de Deus. A eles se aplica a palavra de Isaías, o profeta: "Ai dos que ao mal chamam bem, que fazem da escuridade luz, e da luz escuridade; põem o amargo por doce, e o doce por amargo!" (Is 5.20).

14. Do arrependimento e da conversão do homem

A doutrina do arrependimento está ligada ao Evangelho. Pois assim diz o Senhor no Evangelho: "Que em seu nome se pregasse arrependimento para remissão de pecados a todas as nações" (Luc 24.47).

Que é arrependimento? Por arrependimento entendemos uma volta atrás da mente no pecador provocado pela Palavra do Evangelho e pelo Espírito Santo, e recebida pela verdadeira fé, com o que o pecador imediatamente reconhece a sua corrupção inata e todos os seus pecados denunciados pela Palavra de Deus; e entristece-se por eles em seu coração, e não apenas os lamenta e francamente confessa diante de Deus com um sentimento de vergonha, mas também com

indignação os abomina; cuidando agora zelosamente de emendar-se, num esforço constante em busca da inocência e da virtude, no qual esforço se exercita santamente em todo o resto de sua vida.

O arrependimento é verdadeira conversão a Deus. E este é o verdadeiro arrependimento, uma sincera volta para Deus e para todo o bem, e uma profunda aversão ao Diabo e a todo o mal.

O arrependimento é dom de Deus. Dizemos expressamente que este arrependimento é puro dom de Deus e não uma realização de nossas forças. O apóstolo ordena a um fiel ministro que diligentemente instrua aqueles que se opõem à verdade, "na expectativa de que Deus lhes conceda o arrependimento para conhecerem plenamente a verdade" (II Tim 2.25). Lamenta os pecados cometidos. Aquela mulher que lavou os pés do Senhor com suas lágrimas, e São Pedro, que chorou amargamente e lamentou ter negado o Senhor (Luc 7.38; 22.62) mostram claramente como deve ser o espírito de um homem arrependido, lamentando seriamente os pecados que cometeu. Confessa os pecados a Deus. E o filho pródigo e o publicano no Evangelho, quando comparados com o fariseu, apresentam-nos as fórmulas mais adequadas de confessar os nossos pecados a Deus. O primeiro disse: "Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus trabalhadores" (Luc 15.18 ss). E o segundo, não ousando erguer os olhos ao céu, bate no peito, dizendo: "Ó Deus, sê propício a mim, pecador!" (cap. 18.13). E não temos duvida de que foram aceitos em graça por Deus, pois o apóstolo São João diz: "Se confessarmos os nossos pecados, ele é fiel e justo para nos perdoar os pecados e nos purificar de toda injustiça. Se dissermos que não temos cometido pecado, fazemo-lo mentiroso e a sua palavra não está em nós" (I João 1.9 ss).

Confissão e absolvição sacerdotais. Cremos que é suficiente esta sincera confissão feita só a Deus, ou particularmente entre Deus e o pecador, ou publicamente na Igreja quando se faz a confissão geral de pecados, e que para se obter perdão de pecados não é necessário ninguém confessar seus pecados a um sacerdote, sussurrando-lhe aos ouvidos, para dele ouvir em troca a absolvição, com a imposição das mãos, porque não existe nenhum mandamento nem exemplo disso Santas Escrituras. David testifica e diz: "Confessei-te o meu pecado e a minha iniqüidade não mais ocultei. Disse: Confessarei ao Senhor as minhas transgressões; e tu perdoaste a iniqüidade do meu pecado" (Sal 32.5). E o Senhor, ao ensinar-nos a orar e ao mesmo tempo a confessar nossos pecados, disse: "Pai nosso que estás nos céus... perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores" (Mat 6.9 e 12). Portanto, é necessário que confessemos nossos pecados a Deus, nosso Pai, e nos reconciliemos com nosso próximo, se o ofendemos. Quanto a esse tipo de confissão, o apóstolo São Tiago diz: "Confessai, pois, os vossos pecados uns aos outros" (Tiag 5.16). Se, contudo, alguém se acha acabrunhado pelo peso de seus pecados e por tentações que o põem perplexo, e procurar conselho, instrução e conforto individualmente, ou de um ministro da Igreja, ou de um outro irmão instruído na Lei de Deus, não desaprovamos. Por outro lado, aprovamos plenamente a confissão de pecados geral e pública, que usualmente se realiza na Igreja e em reuniões de culto, como notamos acima, tanto mais que isso está de acordo com a Escritura.

Das chaves do Reino do Céu. Quanto às chaves do Reino de Deus, que o Senhor entregou aos apóstolos, muitos tagarelam inúmeras coisas espantosas, e com elas forjam espadas, lanças, cetros e coroas, e pleno poder sobre os maiores reinos, e, afinal, sobre almas e corpos. Julgando de modo singelo, segundo a Palavra do Senhor, dizemos que todos os que são legitimamente chamados ministros possuem e exercem as chaves, ou o uso das chaves, quando anunciam o Evangelho; isto é, quando ensinam, exortam, confortam, repreendem e exercem a disciplina sobre o povo confiado aos seus cuidados.

Abrir e fechar (o Reino). Desse modo abrem o Reino dos Céus aos obedientes e o fecham aos desobedientes. O Senhor prometeu essas chaves aos apóstolos em Mat, cap.16, e as deu em João, cap. 20, Marcos, cap. 16 e Lucas, cap.24, quando enviou seus discípulos e os mandou pregar o Evangelho a todo o mundo, e perdoar pecados.

O ministério da reconciliação. Na carta aos Coríntios diz o apóstolo que o Senhor deu o ministério da reconciliação aos seus ministros (II Co 5.18 ss). E ele explica qual é ele, dizendo que é a pregação ou o ensino da reconciliação. E, tornando suas palavras ainda mais claras, acrescenta que os ministros de Cristo desempenham o ofício de embaixadores em nome de Cristo, como se Deus mesmo por meio deles exortasse o povo a se reconciliar com Deus, sem dúvida nenhuma pela fiel obediência. Portanto, exercem o poder das chaves quando persuadem os homens à fé e ao arrependimento. Assim, reconciliam os homens com Deus.

Os ministérios proclamam a remissão de pecados. Assim, eles perdoam pecados. Abrem, assim, o Reino dos Céus e nele introduzem os crentes: mui diferentemente daqueles de quem o Senhor fala no Evangelho: “Ai de vós, intérpretes da lei! porque tomastes a chave da ciência; contudo, vós mesmos não entrastes e impedistes os que estavam entrando” (Luc 11.52).

Como os ministros absolvem. Os ministros, portanto, absolvem correta e eficazmente quando pregam o Evangelho de Cristo e nele a remissão de pecados, que é prometida a todo aquele que crê, assim como cada um é batizado, e quando testificam que ela pertence a cada um particularmente. E não julgamos que esta absolvição se torne mais eficaz por ser murmurada no ouvido de alguém ou individualmente sobre a cabeça de alguém. Pensamos, contudo, que a remissão de pecados pelo sangue de Cristo deve ser diligentemente anunciada, e que cada um deve ser avisado de que o perdão de pecados lhe pertence.

Diligência na renovação da vida. Ademais os exemplos do Evangelho ensinam-nos quão vigilantes e diligentes devem ser os arrependidos no esforço de renovação de vida e na mortificação do homem velho e despertamento do homem novo. O Senhor disse ao paralítico que ele curara: “Olha que já estás curado; não peques mais, para que não te suceda cousa pior” (João 5.14). De igual modo, disse à adúltera a quem libertou: “Vai, e não peques mais” (cap. 8.11). Sem dúvida, por estas palavras ele não quis dizer que o homem, alguma vez, enquanto ainda vive nesta carne, não peque; mas recomenda vigilância cuidadosa e diligência para que nos esforcemos de todos os modos e supliquemos a Deus em nossas orações para não cairmos nos pecados dos quais como que ressuscitamos, e para não sermos vencidos pela carne, pelo mundo e pelo Diabo. Zaqueu, o publicano, recebido pelo Senhor em graça, exclama no Evangelho:

“Senhor, resolvo dar aos pobres a metade dos meus bens; e, se nalguma cousa tenho defraudado alguém, restituo quatro vezes mais” (Luc 19.8). Portanto, do mesmo modo pregamos que restituição e misericórdia, e, até, esmolas, são necessárias para aqueles que verdadeiramente se arrependem, e exortamos todos os homens em toda parte com as palavras do apóstolo: “Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçais às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado como instrumentos de iniqüidade; mas oferecei-vos a Deus como ressurrectos dentre os mortos, e os vossos membros a Deus como instrumentos de justiça” (Rom 6.12 ss).

Erros. Por isso, condenamos todas as afirmações ímpias de alguns que fazem mau uso da pregação do Evangelho e dizem: “É fácil retornar a Deus; Cristo expiou todos os pecados: é fácil o perdão dos pecados; portanto, que mal há em pecar? Nem precisamos estar muito preocupados acerca do arrependimento, etc.” Não obstante, ensinamos sempre que o acesso a Deus está aberto a todos os pecadores, e que ele perdoa todos os pecados a todos os que crêem, exceto o pecado contra o Espírito Santo (Mc 3.29).

As seitas. Eis por que condenamos os antigos e modernos novacianos e os cataristas.

Indulgências papais. Condenamos, de modo especial, a doutrina lucrativa do Papa sobre a penitência, e contra a sua simonia e as suas indulgências simoníacas usamos o julgamento de São Pedro com respeito a Simão: “O teu dinheiro seja contigo para perdição, pois julgaste adquirir por meio dele o dom de Deus. Não tens parte nem sorte neste ministério, porque o teu coração não é reto diante de Deus” (At 8.20 ss).

Satisfações. Não aprovamos também aqueles que pensam que, pelas suas satisfações, reparam os pecados cometidos. Ensinamos que só Cristo, pela sua morte ou paixão, é a satisfação, a propiciação ou a expiação de todos os pecados (Is. cap. 53; I Co 1.30). Contudo, como já dissemos, não cessamos de insistir na mortificação da carne. Mas acrescentamos que essa mortificação não deve ser orgulhosamente exaltada perante Deus como satisfação pelos pecados, mas deve ser realizada humildemente, de conformidade com a natureza dos filhos de Deus, como uma nova obediência resultante da gratidão pelo livramento e pela satisfação plena obtidos pela morte e satisfação do Filho de Deus.

15. Da verdadeira justificação dos fiéis

Que é justificação? Segundo o apóstolo no seu tratamento da justificação, justificar significa “perdoar pecados”, “absolver de culpa e castigo”, “receber em graça” e “declarar justo”. Em sua Epístola aos Romanos o apóstolo diz: “É Deus quem os justifica. Quem os condenará?” (Rom 8.33). Justificar e condenar são termos opostos. E nos Atos dos Apóstolos o apóstolo diz: “Tomai, pois, irmãos, conhecimento de que se vos anuncia remissão de pecados por intermédio deste; e por meio dele todo o que crê é justificado de todas as cousas das quais vós não pudestes ser justificados pela lei de Moisés” (At 13.38 ss). Na Lei, assim como nos Profetas, lemos: “Em havendo contenda entre alguns, e vierem a juízo, os juizes os julgarão, justificando ao justo e condenando ao culpado” (Deut 25.1). E em Is. cap. 5: “Ai dos que... por suborno justificam o perverso”.

Somos justificados por causa de Cristo. É absolutamente certo que todos nós somos por natureza pecadores e ímpios, e diante do tribunal de Deus somos acusados de impiedade e réus de morte, mas, só pela graça de Cristo, sem qualquer mérito nosso ou consideração por nós, somos justificados, isto é, absolvidos dos pecados e da morte por Deus, o juiz. Que é, com efeito, mais claro do que o que disse São Paulo? "Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (Rom 3.23 ss).

A justiça imputada. Cristo tomou sobre si mesmo e carregou os pecados do mundo, e satisfez a justiça divina. Portanto, é só por causa dos sofrimentos e ressurreição de Cristo que Deus é propício para com nossos pecados e não no-los imputa, mas imputa-nos como nossa a justiça de Cristo (II Co 5.19 ss; Rom 4.25), de modo que agora não só estamos limpos e purificados de pecados ou somos santos, mas também, sendo-nos dada a justiça de Cristo, e sendo nós assim absolvidos do pecado, da morte ou da condenação, somos finalmente justos e herdeiros da vida eterna. Propriamente falando, portanto, só Deus justifica, e justifica somente por causa de Cristo, não nos imputando os pecados, mas a sua justiça.

Somos justificados somente pela fé. E porque recebemos esta justificação, não por quaisquer obras, mas pela fé na misericórdia de Deus e em Cristo, por isso ensinamos e cremos, com o apóstolo, que o pecador é justificado somente pela fé em Cristo e não pela lei ou por quaisquer obras. O apóstolo diz: "Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei" (Rom 3.28). Também: "Porque se Abraão foi justificado por obras, tem de que se gloriar, porém não diante de Deus. Pois, que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça... Mas ao que não trabalha, porém crê naquele que justifica ao ímpio, a sua fé lhe é atribuída como justiça" (Rom 4.2 ss; Gén 15.6). E outra vez: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie", etc. (Ef 2.8 ss). Portanto, porque a fé recebe Cristo, nossa justiça, e atribui tudo à graça de Deus em Cristo, por isso a justificação é atribuída à fé, principalmente por causa de Cristo, e não porque ela seja obra nossa, visto que é dom de Deus.

Recebemos Cristo pela fé. Além disso, o Senhor mostra sobejamente que recebemos Cristo pela fé, em João, cap. 6, onde ele usa comer por crer, e crer por comer. Pois, como é comendo que recebemos o alimento, assim é crendo que participamos de Cristo. A justificação não é atribuída parcialmente a Cristo ou à fé, e parcialmente a nós. Por conseguinte, não compartilhamos do benefício da justificação em parte por causa da graça de Deus ou de Cristo, e em parte por causa de nós mesmos, de nosso amor, de nossas obras ou de nosso mérito, mas atribuímo-lo totalmente à graça de Deus em Cristo pela fé. Mas também nosso amor e nossas obras não poderiam agradar a Deus, sendo realizados por homens injustos: por isso, é necessário que sejamos justos antes que possamos amar ou praticar obras justas. Somos feitos verdadeiramente justos, como dissemos, pela fé em Cristo, só pela graça de Deus, que não nos imputa os nossos pecados, mas a justiça de Cristo, e por isso, ele nos imputa a fé em Cristo como justiça. Ademais, o apóstolo mui claramente deriva da fé o amor, quando diz: "Ora, o

intuito da presente admoestação visa o amor que procede de coração puro e de consciência boa e de fé sem hipocrisia" (I Tim 1.5).

Tiago comparado com Paulo. Por isso, aqui falamos, não de uma fé imaginária, vã e inerte ou morta, mas de uma fé viva e vivificante, a qual, por apreender a Cristo, que é vida e vivifica, é viva e se chama "viva" e se mostra viva por obras vivas. E assim São Tiago não contradiz coisa alguma nesta nossa doutrina. É que ele fala de uma fé vã e morta, da qual alguns se vangloriavam, mas que não tinham Cristo vivendo neles pela fé (Tiago 2.14 ss). São Tiago disse que as obras justificam, contudo sem contradizer o apóstolo (do contrário ele teria de ser rejeitado), mas mostrando que Abraão provou sua fé viva e justificadora pelas obras. É isso o que fazem todos os piedosos, confiados, porém, só em Cristo e não em suas próprias obras. O apóstolo ainda diz: "Já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que agora tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e a si mesmo se entregou por mim. Não anulo a graça de Deus; pois, se a justiça é mediante a lei, segue-se que morre Cristo em vão", etc. (Gal 2.20).

16. Da fé e das boas obras, e da sua recompensa, e do mérito do homem

Que é a fé? A fé cristã não é opinião e convicção humana, mas confiança extremamente firme, e o claro e inabalável assentimento do espírito, e finalmente a apreensão certíssima da verdade de Deus apresentadas nas Escrituras e no Credo dos Apóstolos, assim como apreensão do próprio Deus, o supremo bem, e especialmente da promessa de Deus e de Cristo, que é o cumprimento de todas as promessas.

A fé é dom de Deus. Mas esta fé é simplesmente um dom de Deus, que só ele pela sua graça, segundo a sua medida, concede aos seus eleitos quando, a quem e quanto ele quer. E ele realiza isso pelo Espírito Santo, pela pregação do Evangelho e pela oração fiel.

O aumento da fé. Essa fé pode também ser aumentada por Deus; se assim não fosse, o apóstolo não teria dito: "Senhor: aumenta-nos a fé" (Luc 17.5). Tudo o que até aqui temos dito com respeito à fé, os apóstolos ensinaram antes de nós. São Paulo disse: "Ora, a fé é *hypostasis* ou a certeza das cousas que se esperam, a *elegchos*, isto é, a convicção dos fatos que se não vêem" (Heb 11.1). E noutro passo ele diz que todas as promessas de Deus são sim por Cristo, e pelo mesmo Cristo são amém (II Co 1.20). E aos filipenses ele disse que a eles lhes foi dado crer em Cristo (Fil 1.29). Noutro passo: Deus concedeu a cada um a medida da fé (Rom 12.3). Noutro ainda: "Nem todos têm fé" e, "Nem todos obedecem ao Evangelho" (II Tes 3.2; Rom 10.16). Também Lucas atesta, dizendo: "Creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna" (At 13.48). Eis porque São Paulo também a chama "a fé dos eleitos de Deus" (Tit I.1), e outra vez: "A fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo" (Rom 10.17). Em outras partes, com freqüência, manda que os homens orem pedindo fé.

Fé eficaz e ativa. O mesmo apóstolo chama a fé "eficaz" e "que atua pelo amor" (Gal 5.6). Ela também acalma a consciência e abre um livre acesso para Deus, de modo que podemos aproximar-nos dele com confiança e dele conseguir o que é útil e necessário. A mesma (fé) conserva-nos no serviço que devemos a Deus e ao próximo, fortalece-nos a paciência na adversidade, molda uma

verdadeira confissão e manifesta-a: numa palavra, produz bons frutos de todas as espécies, e boas obras.

Das boas obras. Ensinamos que as verdadeiras boas obras nascem de uma fé viva, pelo Espírito Santo, e são praticadas pelos fiéis segundo a vontade ou a regra da Palavra de Deus. Ora, o apóstolo São Pedro diz: "Reunindo a vossa diligência, associai com a vossa fé a virtude; com a virtude, o conhecimento; com o conhecimento, o domínio próprio", etc. (II Ped 1.5 ss). Dissemos acima que a Lei de Deus, que é sua vontade, estabelece para nós o padrão de boas obras. E o apóstolo diz: "Pois esta é a vontade de Deus, a vossa santificação: que vos abstenhais da prostituição... e que, nesta matéria, ninguém ofenda nem defraude a seu irmão" (I Tes 4.3 ss).

Obras de escolha humana. E na verdade, obras e cultos que escolhemos por nosso arbítrio não são agradáveis a Deus. A estes São Paulo denomina *ethelothreskia* (Cl 2.23). Desses o Senhor diz no Evangelho: "Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens" (Mat 15.9). Portanto, desaprovamos tais obras, mas aprovamos e estimulamos aquelas que são da vontade e de mandado de Deus.

O fim das boas obras. Essas mesmas obras não devem ser praticadas para, por meio delas, ganharmos a vida eterna pois, como diz o apóstolo, a vida eterna é dom de Deus. Nem devem ser elas praticadas por ostentação, o que o Senhor rejeita em Mat, cap. 6, nem para lucro, o que também ele rejeita em Mat, cap. 23, mas para a glória de Deus, para adornar a nossa vocação, para manifestar gratidão a Deus e para benefício do próximo. É assim que Nosso Senhor diz no Evangelho: "Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus" (Mat S.16). E o apóstolo São Paulo diz: "Que andeis de modo digno da vocação a que fostes chamados" (Ef 4.1). Ainda: "E tudo o que fizerdes, seja em palavra, seja em acção, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai" (Col 3.17); "Não tenha cada um em vista o que é propriamente seu, senão também cada qual o que é dos outros" (Fil 2.4); "Que aprendam também a distinguir-se nas boas obras, a favor dos necessitados, para não se tornarem infrutíferos" (Tit 3.14).

As boas obras não são rejeitadas. Portanto, embora ensinemos com o apóstolo que o homem é justificado pela graça pela fé em Cristo e não por quaisquer boas obras, contudo não menosprezamos nem condenamos as boas obras. Sabemos que o homem não foi criado ou regenerado pela fé, para viver ocioso, mas antes para fazer sem cessar o que é bom e útil. No Evangelho o Senhor diz que uma árvore boa produz bom fruto (Mat 12.33), e que aquele que nele permanece produz muito fruto (João 15.5). O apóstolo diz: "Pois somos feitura dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas" (Ef 2.10). E ainda: "O qual a si mesmo se deu por nós, a fim de remir-nos de toda iniqüidade, e purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras" (Tit 2.14). Condenamos, portanto, todos os que desprezam as boas obras e vivem a dizer que não precisamos dar atenção a elas e que elas são inúteis.

Não somos salvos pelas boas obras. Entretanto, como foi dito acima, não julgamos que somos salvos pelas boas obras nem que elas sejam necessárias para a salvação, de modo que sem elas ninguém já tenha sido salvo. Pois somos

salvos somente pela graça e pelo favor de Cristo. As obras procedem, necessariamente, da fé. A salvação é impropriamente atribuída a elas; ao passo que é com absoluta propriedade que ela é atribuída à graça. É bem conhecida a declaração do apóstolo: “E se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça” (Rom 11.6).

As boas obras agradam a Deus. As obras que praticamos pela fé são agradáveis a Deus e são por ele aprovadas. Por causa da fé em Cristo, aqueles que praticam boas obras, que sobretudo pelo Espírito Santo são praticadas pela graça de Deus, são agradáveis a Deus. São Pedro diz: “Em qualquer nação, aquele que teme e faz o que é justo lhe é aceitável” (At 10.35). E São Paulo diz: “Não cessamos de orar por vós... a fim de viverdes de modo digno do Senhor, para o seu inteiro agrado, frutificando em toda boa obra” (Col 1.9 ss).

Ensinamos as verdadeiras virtudes, não as falsas e filosóficas. Assim, zelosamente ensinamos as verdadeiras virtudes, não as falsas ou filosóficas, as verdadeiramente boas obras e os genuínos serviços de um cristão. E tanto quanto podemos, diligente e insistentemente as inculcamos a todos os homens, censurando ao mesmo tempo a desídia e hipocrisia dos que com os lábios louvam e professam o Evangelho e o desonram pelas suas vidas ignominiosas. Nesta questão, pomos diante deles as terríveis ameaças de Deus, bem como as suas ricas promessas e generosas recompensas - exortando, consolando e repreendendo.

Deus recompensa as boas obras. Ensinamos que Deus dá uma rica recompensa aos que praticam boas obras, segundo a palavra do profeta: “Reprime a tua voz de choro... porque há recompensa para as tuas obras” (Jer 31.16; Is. cap. 4). Também o Senhor disse no Evangelho: “Regozijai-vos e exultai, porque é grande o vosso galardão nos céus” (Mat 5.12), e “Quem der a beber ainda que seja um copo de água fria, a um destes pequeninos ... em verdade vos digo que de modo algum perderá o seu galardão” (cap. 10.42). Atribuímos, entretanto, esta recompensa, que o Senhor dá, não ao mérito do homem que a recebe, mas à bondade ou generosidade e veracidade de Deus, que a promete e a dá, e que, embora não deva nada a ninguém, contudo prometeu que dará recompensa a seus fiéis adoradores; mas ele lhes dá para que eles o adorem. Além disso, mesmo nas obras dos santos há muitas coisas indignas de Deus e muitas mais que são imperfeitas. Mas, porque Deus recebe em graça e acolhe os que praticam obras por amor a Cristo, confere-lhes a prometida recompensa. A assim que em outro contexto as nossas justiças são comparadas a “trapo de imundícia” (Is 64.6). Também o Senhor diz no Evangelho: “Vós, depois de haverdes feito quanto vos foi ordenado, dizei: Somos servos inúteis, porque fizemos apenas o que devíamos fazer” (Luc 17.10).

Os méritos dos homens são nulos. Portanto, embora ensinemos que Deus recompensa as nossas boas ações, todavia ensinamos, ao mesmo tempo, com Santo Agostinho, que Deus não coroa em nós os nossos méritos, mas os seus dons. Por isso dizemos, que qualquer recompensa que recebemos é também graça, e é mais graça que recompensa, porque o bem que fazemos, fazemo-lo mais por Deus do que por nós mesmos, e porque São Paulo diz: “Que tens tu que não tenhas recebido? E, se o recebeste, por que te vanglorias, como se o não tiveras recebido?” (I Co 4.7). E isto é o que o bendito mártir São Cipriano concluiu

deste verso: Não devemos gloriar-nos de coisa alguma em nós, visto que nada é propriamente nosso. Condenamos, portanto, os que defendem os méritos dos homens, de modo a esvaziar a graça de Deus.

17. Da Igreja de Deus, santa e católica, e do único Cabeça da Igreja.

A Igreja sempre existiu e sempre existirá. Visto que Deus desde o princípio quis salvar os homens e trazê-los ao conhecimento da verdade (I Tim 2.4), é absolutamente necessário que a Igreja tenha existido no passado, exista agora e continue até o fim do mundo.

Que é a Igreja. A Igreja é a assembléia dos fiéis convocada ou reunida do mundo: é, direi, a comunhão de todos santos, isto é, dos que verdadeiramente conhecem, adoram corretamente e servem o verdadeiro Deus em Cristo, o Salvador, pela palavra e pelo Espírito Santo, e que, finalmente, participam, pela fé, de todos os benefícios gratuitamente oferecidos mediante Cristo. Cidadãos de uma comunidade. São todos eles cidadãos de uma só cidade, vivem sob o mesmo Senhor, sob as mesmas leis, e na mesma participação de todos os benefícios. O apóstolo os chamou "concidadãos dos santos, e... da família de Deus" (Ef 2.19), denominando "santos" os fiéis na terra (I Co 4.1), que são santificados pelo sangue do filho de Deus. Deve ser entendido inteiramente com relação a estes santos o artigo do Credo: "Creio na santa Igreja Católica, na comunhão dos santos".

Uma só Igreja em todos os tempos. E, visto que há sempre um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus o Messias, e um só Pastor de todo o rebanho, uma só Cabeça deste corpo, enfim, um só Espírito, uma só salvação, uma só fé, um só testamento ou aliança, segue-se, necessariamente, que existe uma só Igreja. A Igreja Católica. Por isso chamamos "católica" e essa Igreja, porque é universal, e se espalha por todas as partes do mundo, estende-se por todos os tempos e não é limitada pelo tempo ou pelo espaço. Condenamos, portanto, os donatistas, que confinavam a Igreja a não sei que cantos da África, e não aprovamos o clero romano, que vive a propalar que só a Igreja de Roma é Católica.

Partes ou formas da Igreja. A Igreja divide-se em diferentes partes ou formas, não por estar dividida ou rasgada em si mesma, mas por ser distinta pela diversidade dos seus membros. Militante e triunfante. Uma é chamada a Igreja Militante e a outra a Igreja Triunfante. A primeira ainda milita na terra e luta contra a carne, o mundo e o Diabo, que é o príncipe deste mundo, e contra o pecado e a morte. A outra, já deu baixa e triunfa no céu depois de ter vencido esses inimigos, e exulta diante do Senhor. Entretanto, essas duas igrejas têm comunhão e união uma com a outra.

A Igreja particular. A Igreja Militante na terra tem tido, sempre, muitas igrejas particulares. Contudo, todas estas devem ser referidas à unidade da Igreja católica. Esta Igreja (Militante) foi estabelecida de um modo antes da Lei, entre os patriarcas, de outro modo diferente sob Moisés, pela Lei; e de modo diferente por Cristo, por meio do Evangelho.

Os dois povos. Em geral se mencionam dois povos: os israelitas e os gentios, ou aqueles que foram congregados de entre judeus e gentios na Igreja. Há, também, dois Testamentos, o Velho e o Novo. A mesma Igreja para o velho e

o novo povo. No entanto, de todos esses povos foi e ainda é só uma a comunidade, uma só a salvação num só Messias, em quem, como membros de um só corpo, sob um só Cabeça, todos estão unidos na mesma fé, participando também do mesmo alimento e da mesma bebida espiritual. Aqui, porém, reconhecemos uma diversidade de tempos e uma diversidade nos sinais do Messias prometido e manifestado; agora, abolidas as cerimônias, a luz brilha sobre nós de maneira mais clara, e bênçãos nos são dadas mais abundantemente, e uma liberdade mais completa.

A Igreja, casa do Deus vivo. Esta santa Igreja de Deus é chamada a casa do Deus vivo, construída de pedras vivas e espirituais e fundada sobre uma rocha firme, sobre fundamento que ninguém tem o direito de substituir por um outro, e é, assim chamada "coluna e baluarte da verdade" (I Tim 3.15). A Igreja não erra. Ela não erra, enquanto se apóia sobre a rocha, Cristo, e sobre o fundamento dos profetas e apóstolos. E não é de admirar se ela errar, todas as vezes que abandonar aquele que, só, é a verdade. A Igreja noiva e virgem. A Igreja é também chamada virgem e a noiva de Cristo e, em verdade, única e dileta. O apóstolo diz: "Tenho-vos preparado para vos apresentar como virgem pura a um esposo" (II Co II.2). A Igreja, rebanho de ovelhas. A Igreja é chamada rebanho sob um só pastor, Cristo, segundo Ez, cap. 34, e João, cap. 10. A Igreja corpo de Cristo. É chamada também corpo de Cristo, porque os fiéis são os membros vivos de Cristo, sob Cristo, o Cabeça.

Cristo o único cabeça da Igreja. É a cabeça que tem a preeminência no corpo, e dela o corpo todo recebe vida; pelo seu espírito o corpo é em tudo governado; dela, ainda, o corpo recebe incremento e crescimento. Mais ainda, há uma só cabeça do corpo a qual com ele se ajusta. Por isso a Igreja não pode ter nenhuma outra cabeça além de Cristo. Como a Igreja é um corpo espiritual, ela precisa ter também uma cabeça espiritual em harmonia consigo mesma. Não pode ser governada por outro espírito que não seja o Espírito de Cristo. Por conseguinte, São Paulo diz: "Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito de entre os mortos, para em todas as cousas ter a primazia" (Col 1.18). E em outro lugar: "Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo" (Ef 5.23). E novamente: Ele é "o cabeça sobre todas as cousas, e o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as cousas" (Ef 1.22 ss). Também: "Cresçamos em tudo naquele que é o cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado... efetua o seu próprio aumento" (Ef 4.15 ss). Por isso não aprovamos a doutrina do clero romano, que faz do seu Pontífice Romano o pastor universal, o cabeça supremo da Igreja Militante aqui na terra, e assim o próprio vigário de Jesus Cristo, que tem, como eles dizem, toda a plenitude de poder e soberana autoridade na Igreja. Cristo o único pastor da Igreja. Ensinamos que Cristo, nosso Senhor, é e continua a ser o único pastor universal e sumo Pontífice diante de Deus seu Pai, e que na Igreja ele mesmo realiza todas as funções de um pontífice ou pastor, até o fim do mundo; [VIGÁRIO] e, conseqüentemente, não necessita de vigário, que é substituto de quem está ausente. Mas Cristo está presente com sua Igreja e é sua cabeça vivificadora. Nenhum primado na Igreja. Ele proibiu, com toda a severidade, aos seus apóstolos e sucessores qualquer veleidade de primado e domínio na Igreja. Portanto, todos os que resistem, opondo-se a essa verdade

transparente, e introduzem outro governo na Igreja de Cristo devem ser ligados àqueles, a respeito de quem profetizam os apóstolos de Cristo, São Pedro e São Paulo, em II Ped cap. 2, e Act 20.2, II Co 11.2, II Tes, cap. 2, assim como em outros passos.

Nenhuma confusão na Igreja. Contudo, repudiando o cabeça romano, não introduzimos na Igreja de Cristo nenhuma confusão ou perturbação, pois ensinamos que o governo da Igreja, estabelecido pelos apóstolos, nos é suficiente para conservar a Igreja na devida ordem. No princípio, quando a Igreja não tinha esse chefe romano, que hoje, como se diz, a conserva em ordem, não estava em confusão ou desordenada. O chefe romano preserva, na verdade, a sua tirania e a corrupção que foi introduzido na Igreja; e, ao mesmo tempo, ele impede, resiste e, com todas as suas forças, arruína a conveniente reforma da Igreja.

Dissentimento e luta na Igreja. Objetam-nos que tem havido várias lutas e dissenssões em nossas Igrejas desde que se separaram da Igreja Romana, e que por isso elas não podem ser igrejas verdadeiras. Como se nunca tivesse havido seitas na Igreja Romana, nem dissenssões e lutas a respeito de religião, e na verdade presentes não tanto nas escolas como nos púlpitos no meio do povo. Sabemos, certamente, que o apóstolo disse: “Deus não é de confusão; e, sim, de paz” (I Co 14.33). E: “porquanto, havendo entre vós ciúmes e contendas, não é assim que sois carnais?” Contudo, não podemos negar que Deus estava na Igreja apostólica e que a Igreja apostólica era Igreja verdadeira, não obstante a existência de combates e dissensões nela. O apóstolo São Paulo repreendeu o apóstolo São Pedro (Gal 2.11 ss), e Barnabé divergiu de Paulo. Grande luta surgiu na Igreja de Antioquia entre os que pregavam o único Cristo, como Lucas registra nos Atos dos Apóstolos, cap. 15. E tem havido, em todos os tempos, graves lutas na Igreja, e os mais eminentes doutores da Igreja divergiram de opinião entre si acerca de importantes assuntos, sem, no entanto, a Igreja deixar de ser aquilo que ela era, por causa de tais contendas. Pois, dessa forma, é do agrado de Deus usar as dissensões que surgem na Igreja para a glória do seu nome, para elucidar a verdade e para que os que são aprovados sejam manifestados (I Co 11.19).

Marcas ou sinais da verdadeira Igreja. Ademais, visto que não reconhecemos nenhum outro chefe da Igreja a não ser Cristo, de igual modo não reconhecemos como a verdadeira Igreja qualquer Igreja que se vangloria de o ser; ensinamos, no entanto, que a verdadeira Igreja é aquela em que se encontram as marcas ou sinais da verdadeira Igreja, principalmente a legítima e sincera pregação da palavra de Deus como nos foi deixada nos escritos dos profetas e apóstolos, que nos conduzem todos nós a Cristo, que no Evangelho disse: “As minhas ovelhas ouvem a minha voz; eu as conheço, e elas me seguem. Eu lhes dou a vida eterna... De modo nenhum seguirão o estranho, antes fugirão dele porque não conhecem a voz dos estranhos” (João 10.5, 27, 28).

E aqueles que são assim na Igreja de Deus têm uma fé e um espírito; e por isso adoram o único Deus e só a ele cultuam em espírito e verdade, só a ele amando de todo o coração e de todas as suas forças, só a ele orando por meio de Jesus Cristo, o único Mediador e Intercessor; e não buscam nenhuma justiça e vida fora de Cristo e da fé nele. Pelo fato de reconhecerem a Cristo como o único chefe e fundamento de sua Igreja, apoiando-se nele, renovam-se diariamente pelo arrependimento e, com paciência, carregam a cruz imposta a eles. Além disso,

congregados juntos com todos os membros de Cristo por um amor não fingido, revelam que são discípulos de Cristo perseverando no vínculo da paz e da santa unidade. Ao mesmo tempo participam dos sacramentos instituídos por Cristo e a nós entregues pelos seus apóstolos, não os usando de nenhuma outra maneira a não ser como os receberam do próprio Senhor. Aquela palavra do apóstolo São Paulo é bem conhecida de todos: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei" (I Co 11.23 ss). Por causa disso, condenamos como alienadas da verdadeira Igreja de Cristo todas aquelas igrejas que não são como ouvimos que devem ser, a despeito do muito que se jactam de uma sucessão de bispos, de unidade e de antiguidade. Além do mais, temos a advertência dos apóstolos de Cristo, para que fujamos da idolatria e de Babilônia (I Co 10.14; I João 5.21), e não tenhamos parte com ela se não queremos ser participantes das pragas de Deus (Apoc 18.4; II Co 6.17).

Fora da Igreja de Deus não há salvação. Consideramos a comunhão com a verdadeira Igreja de Cristo coisa tão elevada que negamos que possa viver perante Deus aqueles que não estiverem em comunhão com a verdadeira Igreja de Deus, mas dela se separam. Pois, como não havia salvação fora da arca de Noé, quando o mundo perecia no dilúvio, igualmente cremos que não há salvação certa e segura fora de Cristo, que se oferece para o bem dos eleitos na Igreja; e por isso ensinamos que os que querem viver não podem separar-se da Igreja de Cristo.

A Igreja não está limitada aos seus sinais. Entretanto, pelos sinais acima mencionados, não restringimos a Igreja ao ponto de ensinarmos que estão fora dela todos aqueles que ou não participam dos sacramentos, pelo menos não voluntariamente ou por desprezo, mas antes, forçados pela necessidade, involuntariamente se abstêm deles ou deles são privados, ou em quem a fé algumas vezes falha, embora não seja inteiramente extinta e não cesse de todo; ou em quem se encontram as imperfeições e erros devidos à fraqueza. Sabemos que Deus teve alguns amigos no mundo fora da comunidade de Israel. Sabemos do que aconteceu ao povo de Deus no cativeiro da Babilônia, onde foram privados dos seus sacrifícios por setenta anos. Sabemos o que aconteceu a São Pedro, que negou o Mestre, e o que costuma acontecer diariamente aos eleitos de Deus e às pessoas fiéis que se desviam e são fracas. Sabemos, mais, que tipo de igrejas eram as existentes na Galácia e em Corinto nos dias dos apóstolos, nas quais o apóstolo encontrou muitos e sérios pecados; apesar disso ele as chama santas igrejas de Cristo (I Co 1.2; Gal 1.2).

A Igreja às vezes parece estar extinta. Sim, muitas vezes acontece que Deus, em seu justo juízo, permite que a verdade da sua Palavra, a fé católica e o culto verdadeiro de Deus sejam de tal forma obscurecidos e deformados, que a Igreja parece quase extinta e não mais existir, como vemos ter acontecido nos dias de Elias (I Reis 19.10, 14), e em outras ocasiões. Não obstante, Deus tem, neste mundo e nestas trevas, os seus verdadeiros adoradores, que não são poucos, chegando mesmo a sete mil e mais (I Reis 19.18, Apoc 7.4, 9). Pois o apóstolo exclama: "O firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo, 'O Senhor conhece os que lhe pertencem'", etc. (II Tim 2.19). Vem daí que pode a Igreja de Deus ser designada invisível; não que os homens dos quais ela é

formada sejam invisíveis, mas porque, estando oculta de nossos olhos e sendo conhecida só de Deus, ela às vezes secretamente foge ao juízo humano.

Nem todos os que estão na Igreja são da Igreja. Por outro lado, nem todos os que são contados no número da Igreja são santos ou membros vivos e verdadeiros da Igreja. Pois há muitos hipócritas que externamente ouvem a palavra de Deus e publicamente recebem os sacramentos, e parecem invocar a Deus somente por meio de Cristo, confessar que Cristo é a sua única justiça, e adorar a Deus e exercer os deveres de caridade e por algum tempo suportar com paciência as desgraças. E, não obstante, interiormente, estão completamente destituídos da verdadeira iluminação do Espírito, de fé e de sinceridade de coração, e de perseverança até o fim. Mas finalmente o caráter destes homens, em sua maior parte, será manifestado. O apóstolo São João diz: "Eles saíram de nosso meio, mas não eram dos nossos; porque, se tivessem sido dos nossos, teriam permanecido conosco" (I João 2.19). Todavia, conquanto simulem piedade, não são da Igreja, ainda que sejam considerados estarem na Igreja, exatamente como os traidores numa república estão incluídos no número de seus cidadãos, antes que sejam descobertos; e, como o joio e a palha se encontram no trigo, e como inchaços e tumores se acham no corpo sadio, quando ao contrário são doenças e deformidades e não genuínos membros do corpo. E assim a Igreja de Deus é muito adequadamente comparada a uma rede que retira peixes de todas as espécies, e a um campo no qual se encontram joio e trigo (Mat 13.24 ss, 47 ss).

Não devemos julgar irrefletida e prematuramente. Conseqüentemente, devemos ser muito cuidadosos, não julgando antes da hora, nem tentando excluir e rejeitar ou separar aqueles aos quais o Senhor não quer excluídos nem rejeitados, e nem aqueles que não podemos eliminar sem prejuízo para a Igreja. Por outro lado, devemos estar vigilantes para que, enquanto os piedosos ressonam, os ímpios não ganhem terreno e causem mal à Igreja.

A unidade da Igreja não consiste em ritos externos. Além disso, diligentemente ensinamos que se deve tomar grande cuidado naquilo em que consistem de modo especial a verdade e a unidade da Igreja, para não provocarmos nem alimentarmos cismas na Igreja, irrefletidamente. A unidade não consiste em cerimônias e ritos externos, mas antes na verdade e unidade da fé católica. A fé católica não nos é transmitida pelas leis humanas, mas pelas Santas Escrituras, das quais é um resumo o Credo Apostólico. E, assim, lemos nos escritores antigos que havia grande diversidade de cerimônias, mas que eram livres e ninguém jamais pensava que a unidade da Igreja era, desse modo, dissolvida. Assim, ensinamos que a verdadeira harmonia da Igreja consiste em doutrinas e na verdadeira e unânime pregação do Evangelho de Cristo, nos ritos que foram expressamente transmitidos pelo Senhor. E aqui insistimos na palavra do apóstolo: "Todos, pois, que somos perfeitos, tenhamos este sentimento; e, se porventura pensais doutro modo, também isto Deus vos esclarecerá. Todavia, andemos de acordo com o que já alcançamos" (Fil 3.11 ss).

18. Dos ministros da Igreja, sua instituição e deveres

Deus usa ministros na edificação da Igreja. Deus sempre usou ministros para reunir ou estabelecer para si a Igreja, e para o governo e preservação da

mesma; e ainda os usa e sempre os usará, enquanto a Igreja permanecer na terra. Portanto, a origem, a instituição e o ofício de ministros é uma ordenação muito antiga de Deus mesmo e não inovação de homens. Instituição e origem de ministros. É verdade que Deus poderia, pelo seu poder, sem qualquer meio, congregar para si mesmo uma Igreja de entre os homens; mas ele preferiu tratar com os homens pelo ministério de homens. Por isso os ministros devem ser considerados não como ministros apenas por si mesmos, mas como ministros de Deus, visto que por meio deles Deus realiza a salvação de homens.

O ministério não deve ser depreciado. Por essa razão, chamamos a atenção dos homens para que tomem cuidado para não atribuirmos o que diz respeito à nossa conversão e instrução ao poder secreto do Espírito Santo, fazendo pouco do ministério eclesiástico. Pois convém termos sempre em mente as palavras do apóstolo: "Como, porém, invocarão aquele em que não creram? e como crerão naquele de quem nada ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue? ... E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo" (Rom 10.14, 17). E também o que o Senhor disse no Evangelho: "Em verdade, em verdade vos digo: Quem recebe aquele que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou" (João 13.20). De igual modo, um homem da Macedônia, que apareceu numa visão a São Paulo, enquanto este se encontrava na Ásia, secretamente o admoestou dizendo: "Passa à Macedônia, e ajuda-nos" (At 16.9). E em outro lugar o mesmo apóstolo diz: "Porque de Deus somos cooperadores; lavoura de Deus, edifício de Deus sois vós" (I Co 3.9).

Por outro lado, no entanto, devemos precaver-nos para não atribuirmos demasiado aos ministros e ao ministério; aqui também lembrando-nos das palavras de nosso Senhor no Evangelho: "Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou não o trouxer" (João 6.44), e as palavras do apóstolo: "Quem é Apolo? e quem é Paulo? Servos por meio de quem crestes, e isto conforme o Senhor concedeu a cada um ... Eu plantei, Apolo regou; mas o crescimento veio de Deus. De modo que nem o que planta é alguma cousa, nem o que rega, mas Deus que dá o crescimento" (I Co 3. 5, 7). Deus move os corações dos homens. Então, creiamos que Deus nos ensina pela sua palavra, externamente por meio dos seus ministros e internamente move os corações dos seus eleitos à fé pelo seu Espírito Santo; e que, portanto, devemos atribuir a Deus toda a glória de todo este benefício. Mas deste assunto já tratamos no primeiro capítulo desta Explanação.

Quem são os ministros e de que sorte são os que Deus deu ao mundo. E em verdade desde o princípio do mundo Deus usou os mais eminentes homens no mundo inteiro (ainda que muitos deles fossem simples na sabedoria terrena ou na filosofia, no entanto na verdadeira teologia eram excelentes), a saber, os patriarcas, com os quais ele falou freqüentemente pelos anjos. Pois os patriarcas eram os profetas e mestres dos seus dias, aos quais, por essa razão, quis Deus que vivessem por vários séculos, para que fossem, por assim dizer pais e luzes do mundo. Foram seguidos por Moisés e os profetas famosos pelo mundo inteiro.

Cristo o mestre. Depois destes o Pai celestial enviou o seu Filho unigênito, o mais perfeito mestre do mundo, em quem está escondida a sabedoria de Deus, a qual veio até nós através da mais santa, simples e perfeita de todas as doutrinas. Ele escolheu discípulos para si mesmo, aos quais fez apóstolos. Estes saíram por todo o mundo e em toda parte congregaram igrejas pela pregação do Evangelho,

e depois ordenaram pastores ou mestres (doutores) em todas as igrejas do mundo, segundo o mandamento de Cristo; mediante seus sucessores ele ensinou e governou a Igreja até hoje. Portanto, como Deus deu ao seu povo antigo os patriarcas, juntamente com Moisés e os profetas, assim também ao seu povo do Novo Testamento ele enviou seu Filho unigênito e, com ele, os apóstolos e doutores da Igreja.

Ministros do Novo Testamento. Além disso, os ministros do novo povo são designados por diversos nomes. São chamados apóstolos, Profetas, evangelistas, bispos, anciãos, pastores e mestres (I Co 12.28; Ef 4.11). Os apóstolos. Os apóstolos não permaneciam num lugar determinado, mas por todo o mundo iam congregando diversas igrejas. Uma vez estas estabelecidos, deixou de haver apóstolos, e, em seu lugar, apareceram pastores, cada um em sua igreja. Profetas. Nos primeiros tempos eram videntes, conhecendo o futuro; mas também interpretavam as Escrituras. Tais homens são encontrados também hoje. Evangelistas. Os escritores da história evangélica eram chamados Evangelistas; mas eram também arautos do Evangelho de Cristo; como o apóstolo São Paulo ordena a Timóteo: “Faze o trabalho de evangelista” (II Tim 4.5). Bispos. Bispos são os supervisores e vigias da Igreja, que administram o alimento e outras necessidades da vida da Igreja. Presbíteros. Os presbíteros são os anciãos e, por assim dizer, os senadores e pais da Igreja, governando-a com sadio conselho. Pastores. Os pastores não só guardam o rebanho do Senhor, como também providenciam as coisas necessárias a ele. Mestres. Os mestres instruem e ensinam a verdadeira fé e piedade. Portanto, os ministros da Igreja podem, agora, ser chamados bispos, anciãos, pastores e mestres.

Ordens dos papistas. Com o passar o tempo, muitas outras designações de ministros na Igreja foram introduzidas na Igreja de Deus. Alguns foram ordenados patriarcas, outros arcebispos, outros sufragâneos; também metropolitanos, arquidiáconos, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, cantores, porteiros e não sei quantos outros, como cardeais, reitores e priores; abades maiores e menores; ordens mais elevadas e inferiores. Não estamos preocupados, porém, acerca de todas estas, de como foram uma vez e são agora. Basta-nos a doutrina apostólica no que concerne aos ministros.

A respeito dos monges. Como sabemos com certeza que os monges e as ordens, ou seitas de monges, não são instituídas nem por Cristo, nem pelos apóstolos, ensinamos que elas nada valem para a Igreja de Deus; antes são perniciosas. Pois, embora anteriormente fossem toleráveis - quando eram solitários, ganhando a vida com suas próprias mãos, e não eram carga para ninguém e, como os leigos, eram por toda parte obedientes aos pastores das igrejas - agora, porém, o mundo todo vê e sabe a que são semelhantes. Eles formulam não sei que votos; mas levam vida totalmente contrária aos seus votos, de modo que os melhores deles merecem ser incluídos entre aqueles de quem o apóstolo fala: “Estamos informados de que entre vós há pessoas que andam desordenadamente, não trabalhando” etc. (II Tes 3.11). Portanto, não temos tais pessoas em nossas igrejas, nem ensinamos que devem existir nas igrejas de Cristo.

Os ministros devem ser chamados e eleitos. Ninguém deve usurpar a honra do ministério eclesiástico; isto é, apoderar-se dele por suborno ou quaisquer

enganos, ou por sua própria escolha. Que os ministros da Igreja sejam chamados e eleitos por eleição legal e eclesiástica; isto é, que sejam eleitos escrupulosamente pela Igreja ou por aqueles que dela receberam delegação para tal fim, na devida ordem, sem qualquer tumulto, divisões ou rivalidade. Não se eleja qualquer um, mas homens idôneos, que se distingam por suficiente cultura sagrada, piedosa eloqüência, sabedoria simples, e por fim, pela moderação e reputação honrada, segundo a regra apostólica fixada pelo apóstolo em I Tim, cap. 3, e Tit, cap. 1.

Ordenação. E os que foram eleitos sejam ordenados pelos anciãos com orações públicas e imposição das mãos. Aqui condenamos todos quantos concorrem por conta própria, não sendo nem escolhidos, nem enviados, nem ordenados (Jer. cap. 23). Condenamos os ministros ineptos e os desprovidos dos dons necessários a um pastor.

Ao mesmo tempo, reconhecemos que a inocente simplicidade de certos pastores na Igreja Antiga por vezes aproveitou mais à Igreja do que a erudição multiforme, refinada e elegante mas demasiado infatuada de outros. Por esse motivo não rejeitamos, nem mesmo hoje, a simplicidade honesta de alguns, que não é, porém, de modo algum ignorante.

O sacerdócio de todos os crentes. Sem dúvida, os apóstolos de Cristo designam todos os que crêem em Cristo como “sacerdotes”, não por causa de qualquer ofício, mas porque, por Cristo, todos os fiéis, feitos reis e sacerdotes, podemos oferecer sacrifícios espirituais a Deus (Êx 19.6; I Ped 2.9; Apoc 1.6). Portanto, o sacerdócio e o ministério são bem diferentes um do outro. O sacerdócio, como acabamos de dizer, é comum a todos os cristãos; o mesmo não acontece com o ministério. Nem abolimos o ministério da Igreja pelo fato de termos repudiado o sacerdócio papístico da Igreja de Cristo.

Sacerdotes e sacerdócio. Sem dúvida nenhuma, na nova aliança de Cristo não existe mais essa forma de sacerdócio como existia entre o povo antigo; o qual incluía unção externa, roupagens santas e inúmeras cerimônias que eram tipos de Cristo, que aboliu tudo isso pela sua vinda e cumprimento desses tipos. Mas ele mesmo permanece o único sacerdote para sempre e para não subtrairmos qualquer coisa dele, não chamamos sacerdote a nenhum dos ministros. Pois o próprio Senhor nosso não nomeou nenhum sacerdote na Igreja do Novo Testamento, que, tendo recebido autoridade do sufragâneo, ofereçam sacrifício diariamente, isto é, a própria carne e sangue do Senhor, pelos vivos e mortos, mas ministros que ensinem e administrem os sacramentos.

A natureza dos ministros do Novo Testamento. São Paulo expõe de modo simples e conciso o que devemos pensar dos ministros do Novo Testamento ou da Igreja Cristã, e o que devemos atribuir-lhes: “Assim, pois, importa que os homens nos considerem como ministros de Cristo, e despenseiros dos mistérios de Deus” (I Co 4.1). Por isso, o apóstolo quer que estimemos os ministros como ministros. Ora, o apóstolo os chamou *hyperétas*, “remadores”, que têm os olhos fixos unicamente no timoneiro, e são, assim, homens que não vivem para si mesmos ou segundo sua própria vontade, mas para os outros - a saber, para os seus senhores, de cujas ordens dependem inteiramente. Pois em todos os seus deveres todo ministro da Igreja recebe ordens, não de satisfazer a sua vontade, mas de executar apenas o que está nos mandamentos recebidos do seu Senhor.

E neste caso declarasse, expressamente, quem é o Senhor, isto é, Cristo, a quem os ministros estão sujeitos em todas as questões do ministério.

Os ministros, despenseiros dos mistérios de Deus. Contudo, para explicar mais completamente o ministério, o apóstolo acrescenta que os ministros da Igreja são *ecónomo*s ou despenseiros dos mistérios de Deus. Ora, em muitas passagens, especialmente em Efésios, cap. 3, São Paulo chamou "mistérios de Deus" ao Evangelho de Cristo. E os escritores antigos também chamaram "mistérios" aos sacramentos de Cristo. Assim, é para isto que os ministros da Igreja são vocacionados - para pregarem o Evangelho de Cristo aos fiéis e para administrarem os sacramentos. Lemos, ainda, em outro lugar do Evangelho, a respeito do "mordomo fiel e prudente" a quem "o senhor confiará os seus conservas para dar-lhes o sustento a seu tempo" (Luc 12.42). Além disso, em outra passagem do Evangelho, um homem parte de viagem para um pais estrangeiro e, deixando sua casa, passa os seus bens e a sua autoridade nesta a seus servos, dando a cada um a sua tarefa.

Do poder dos ministros da Igreja. Agora, pois, convém falarmos algo também acerca do poder e do dever dos ministros da Igreja. Sobre esse poder alguns têm discutido diligentemente, e a ele sujeitaram tudo o que há de supremo valor na terra, e o fizeram contrariamente ao mandamento do Senhor, que proibiu aos seus discípulos o domínio e recomendou com insistência a humildade (Luc 22. 24 ss; Mat 18.3 ss; 20.25 ss). Há, na verdade, outro poder que é simples e absoluto, chamado o poder do direito. Segundo esse poder, todas as coisas do mundo inteiro estão sujeitas a Cristo, o Senhor, como ele mesmo declarou, dizendo: "Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra" (Mat 28.18). E ainda: "Eu sou o primeiro e o último, e aquele que vive; estive morto, mas eis que estou vivo pelos séculos dos séculos, e tenho as chaves da morte e do inferno" (Apoc 1.18). Igualmente: "... aquele que tem a chave de David, que abre e ninguém fechará, e que fecha e ninguém abre" (Apoc 3.7).

O Senhor reserva para si o verdadeiro poder. Esse poder o Senhor o reserva para si, e não o transfere a nenhum outro, ficando ao lado ocioso, como espectador, enquanto os seus ministros trabalham. É Isaías que diz: "Porei sobre o seu ombro a chave da casa de David" (Is 22.22). E outra vez: "O governo está sobre os seus ombros" (Is 9.6). Ele não lança o governo sobre os ombros de outros homens, mas ainda conserva e usa o seu próprio poder, governando todas as coisas.

O poder do ofício e o ministerial. Entretanto, há outro poder, o do oficio, ou poder ministerial, limitado por aquele que usa do poder pleno. E este é mais semelhante a um ministério do que a um império. As chaves. Um senhor concede poder ao seu mordomo e para isso dá-lhes as chaves, com as quais ele introduz na casa ou dela exclui quem o seu senhor gostaria de introduzir ou excluir. Em virtude desse poder o ministro, pelo seu oficio, realiza aquilo que o Senhor ordenou que ele fizesse, e o Senhor confirma aquilo que ele faz e deseja que o que o seu servo fez seja considerado e reconhecido como se ele mesmo o tivesse feito. Indubitavelmente, é a isto que se referem estas sentenças evangélicas: "Dar-te-ei as chaves do reino dos céus: o que ligares na terra, terá sido ligado nos céus; e o que desligares na terra, terá sido desligado nos céus" (Mat 16.19). Ainda: "Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são

retidos" (João 20.23). Mas, se o ministro não agir em todas as coisas como o Senhor lhe ordenou, mas transgredir os limites da fé, então o Senhor certamente invalida aquilo que ele fez. Eis por que o poder eclesiástico dos ministros da Igreja é aquela função pela qual eles de fato governam a Igreja de Deus, mas fazem todas as coisas na Igreja como o Senhor as ordenou em sua Palavra. Quando essas coisas são feitas, os fiéis as consideram como feitas pelo próprio Senhor. Quanto às chaves, delas já se fez acima uma menção.

O poder dos ministros é um e o mesmo em todos. Ora, o mesmo e igual poder ou função é concedido a todos os ministros na Igreja. Certamente, no princípio os bispos ou presbíteros governavam a Igreja em comum; nenhum homem se elevava acima de qualquer outro, ninguém usurpava maior poder ou autoridade sobre seus *co-epíscopos*. Lembrados das palavras do Senhor "Aquele que dirige seja como o que serve" (Luc 22.26) conservavam-se em humildade, e pelo serviço mútuo ajudavam-se no governo e na preservação da Igreja.

A ordem a ser preservada. Entretanto, por causa da preservação da ordem, algum dos ministros convocava reunião da assembléia, e perante ela propunha assuntos a serem apresentados, reunia as opiniões dos demais e, enfim, o quanto estava nele, providenciava para que não surgisse confusão. Assim procedeu São Pedro, segundo lemos nos Atos dos Apóstolos, o qual contudo não era, por essa razão, preferido pelos demais, nem revestido de maior autoridade que os outros. Mui acertadamente disse o Mártir São Cipriano, no seu *De Simplicitate Clericorum*: "Os outros apóstolos eram, seguramente, o que era Pedro, dotados de semelhante associação de honra e poder; mas, [seu] primado procede da unidade para que a Igreja seja manifesta como sendo uma".

Como e quando um foi colocado diante dos outros. Também São Jerônimo, em seu Comentário à Epístola de Paulo a Tito, diz algo não muito diferente disto: "Antes que começasse a ligação a pessoas em religião, pela instigação do diabo, as igrejas eram governadas pelo conselho comum dos anciãos; mas, depois que cada um passou a pensar que aqueles que ele havia batizado eram seus e não de Cristo, decretou-se que um dos anciãos fosse escolhido e colocado sobre os demais, em quem recairia o cuidado de toda a Igreja, e que se removessem todas as sementes de cismas". Contudo, São Jerônimo não recomenda este decreto como divino; pois ele logo acrescenta: "Assim como os anciãos sabem pelo costume da Igreja que se acham sujeitos ao que foi posto sobre eles, assim saibam os bispos, que se acham sobre os anciãos mais pelo costume do que pela verdade de uma disposição do Senhor, e que devem governar a Igreja em comum com eles". Até aqui São Jerônimo. Por conseguinte, ninguém tem o direito de proibir o retorno à antiga constituição da Igreja de Deus, e recorrer a isso com apoio no costume humano.

Os deveres do ministro. São vários os deveres dos ministros, no entanto, em geral se restringem a dois, nos quais todos os outros estão incluídos: o ensino evangélico de Cristo e a legítima administração dos sacramentos. É dever dos ministros reunir a assembléia sagrada e nela expor a Palavra de Deus, e aplicar toda a doutrina à razão e ao uso da Igreja, de modo que o que for ensinado seja útil aos ouvintes e edifique os fiéis. É dever dos ministros, afirmo, ensinar os ignorantes e exortar; e estimular os indecisos ou ainda os que caminham lentamente à avançar no caminho do Senhor, consolar e confirmar os pusilânimes,

e armá-los contra as multiformes tentações de Satanás; corrigir os que pecam; reconduzir ao caminho os transviados; levantar os caídos; convencer os contradizentes; expulsar do rebanho do Senhor os lobos; repreender, prudente e severamente os crimes e os criminosos; não serem coniventes nem se calarem perante o crime. Mas, além de tudo isso, é seu dever administrar os sacramentos, recomendar o uso justo deles e, pela sã doutrina, preparar todos para recebê-los; conservar também os fiéis numa santa unidade; e impedir os cismas, enfim catequizar os ignorantes, recomendar à Igreja as necessidades dos pobres, visitar, instruir e conservar no caminho da vida os enfermos e os afligidos por várias tentações. Além disso, devem cuidar das orações públicas ou das súplicas em ocasiões de necessidade, juntamente com o jejum, isto é, procurar uma santa abstinência; e cuidar o mais diligentemente possível de tudo o que diz respeito à tranqüilidade, à paz e à salvação das igrejas.

E para que o ministro possa realizar todas estas coisas da melhor maneira e mais facilmente, requer-se especialmente dele que tema a Deus, seja constante na oração, entregue-se à leitura sagrada e, em todas as coisas e em todas as ocasiões, seja vigilante, e pela pureza de vida deixe sua luz brilhar diante de todos os homens.

Disciplina. E, visto que a disciplina é absolutamente necessária na Igreja, e que a excomunhão foi outrora usada, entre os antigos, e havia, entre o povo de Deus julgamentos eclesiásticos, nos quais esta disciplina era exercida por homens sábios e piedosos, será também dever dos ministros regular essa disciplina para edificação, de acordo com as circunstâncias dos tempos, do estado público e com a necessidade. Todas as vezes que se deve observar a regra, tudo se deve fazer para edificação, decente e honestamente, sem tirania e divisão. Pois o apóstolo atesta que lhe foi outorgada pelo Senhor autoridade na Igreja “para edificação, e não para destruição” (II Co 10.8). E o Senhor mesmo proibiu arrancar o joio no campo do Senhor, porque haveria o perigo de ser arrancado o trigo juntamente com ele (Mat 13.29 ss).

Mesmo os maus ministros devem ser ouvidos. Ademais, detestamos energicamente o erro dos donatistas, que consideram a doutrina e a administração dos sacramentos eficazes ou ineficazes, segundo a vida boa ou má dos ministros. Porquanto sabemos que a voz de Cristo deve ser ouvida, mesmo dos lábios de maus ministros; porque o Senhor mesmo disse: “Fazei e guardai, pois, tudo quanto eles vos disserem, porém, não os imiteis nas suas obras” (Mat 23.3). Sabemos que os sacramentos são santificados pela instituição e pela palavra de Cristo, e que são válidos para o fiel, embora administrados por ministros indignos. Sobre este assunto Santo Agostinho, o bem-aventurado servo de Deus, muitas vezes argumentou com base nas Escrituras, contra os donatistas.

Sínodos. Apesar disso, deve haver disciplina adequada entre os ministros. Nos Sínodos a doutrina e a vida dos ministros devem ser cuidadosamente examinadas. Os que pecam devem ser repreendidos pelos anciãos e reconduzidos ao caminho certo, se forem curáveis; e, se forem incuráveis, devem ser depostos, e, como lobos, expulsos do rebanho do Senhor pelos verdadeiros pastores. Se são falsos mestres, não podem ser de modo algum tolerados. Nem desaprovamos os concílios ecumênicos, se convocados segundo o exemplo dos apóstolos, para a salvação da Igreja e não para sua destruição.

O obreiro é digno do seu salário. Todos os ministros fiéis, como bons obreiros, são também dignos do seu salário e não pecam quando recebem estipêndios e todas as coisas necessárias a eles mesmos e suas famílias. O apóstolo mostra em I Co, cap. 9 e em I Tim, cap. 5, bem como em outras passagens, que tais coisas são, de direito, dadas pela Igreja e recebidas pelos ministros. Os anabaptistas, que condenam e difamam os ministros que vivem do seu ministério, são também refutados pelo ensino apostólico.

19. Dos sacramentos e da Igreja de Cristo

Os sacramentos (são) adicionais à Palavra e o que são eles. Deus, desde o princípio, acrescentou à pregação da Palavra em sua Igreja os sacramentos ou sinais sacramentais. É o que a Sagrada Escritura claramente testifica. Sacramentos são símbolos místicos, ou ritos santos, ou atos sagrados instituídos pelo próprio Deus, consistindo segundo a sua Palavra, de sinais e de coisas significadas, por meio das quais ele, na Igreja, conserva a memória dos grandes benefícios por ele concedidos ao homem - renovando-a freqüentemente - por meio dos quais, também, ele sela as suas promessas e, externamente as representa e, como que nos põe diante dos olhos aquelas coisas que internamente ele nos concede, e assim fortalece e aumenta a nossa fé pela operação do Espírito de Deus em nossos corações. Finalmente, por meio deles, ele nos separa de todos os outros povos e religiões, e nos consagra e nos liga a si só, e nos dá a entender o que ele requer de nós.

Alguns são sacramentos do Velho, outros do Novo Testamento. Alguns sacramentos são do velho povo, outros do novo. Os sacramentos do velho povo eram a Circuncisão e o Cordeiro Pascal, que era imolado; por essa razão, ele se relaciona com os sacrifícios celebrados desde o princípio do mundo.

O número dos sacramentos do novo povo. Os sacramentos do novo povo são o Batismo e a Ceia do Senhor. Alguns há que reconhecem sete sacramentos do novo povo. Destes, reconhecemos que o arrependimento, a ordenação de ministros - não a ordenação papista, mas a apostólica - e o matrimônio são instituições úteis de Deus, não porém sacramentos. A confirmação e a extrema unção são simples invenções dos homens, que a Igreja pode dispensar sem nenhum prejuízo. Na verdade, não as temos em nossas igrejas, pois elas contêm certas coisas que de modo nenhum podemos aprovar. Acima de tudo, detestamos todo o comércio que exercem os romanistas na dispensação dos sacramentos.

O autor dos sacramentos. O autor de todos os sacramentos não é nenhum homem, mas Deus somente. Os homens não podem instituir sacramentos. Estes fazem parte do culto de Deus. E não é da competência do homem estabelecer e prescrever o culto de Deus, mas receber e preservar o que por Deus foi entregue. Além disso, os símbolos têm juntas as promessas que requerem fé. E a fé se apóia exclusivamente na Palavra de Deus; e a Palavra de Deus assemelha-se a escritos ou cartas, e os sacramentos a selos, que somente Deus coloca nas cartas.

Cristo ainda opera nos sacramentos. E sendo Deus o autor dos sacramentos, assim ele continuamente opera na Igreja, em que os sacramentos são devidamente celebrados; de modo que os fiéis, quando recebem dos ministros os sacramentos, reconhecem que Deus opera em sua própria instituição, e

portanto, recebem os sacramentos como da mão do próprio Deus; e os defeitos do ministro (ainda que sejam muito grandes) não podem prejudicá-lo, se eles reconhecem que a integridade dos sacramentos depende da instituição do Senhor.

Deve-se distinguir entre o autor e o ministro dos sacramentos. Por conseguinte, na administração dos sacramentos distinguem eles, também claramente, entre o Senhor mesmo e o ministro do Senhor, confessando que a substância dos sacramentos lhes é dada pelo próprio Senhor e os símbolos pelos ministros do Senhor.

A essência ou coisa principal nos sacramentos. Mas, a coisa principal que Deus propõe em todos os sacramentos e para a qual todos os piedosos de todos os tempos voltam a atenção que outros chamam substância e matéria nos sacramentos é Cristo o Salvador, o sacrifício único, o Cordeiro de Deus morto desde a fundação do mundo, a rocha, também, da qual todos os nossos pais beberam, por quem todos os eleitos são circuncidados não por mãos, pelo Espírito Santo, e são lavados de todos os seus pecados e alimentados com o próprio corpo e sangue de Cristo para a vida eterna.

Semelhança e diferença dos sacramentos do velho e do novo povo de Deus. Com respeito ao que é o principal e a própria matéria, os sacramentos de ambos os povos são iguais. Pois Cristo, o único Salvador e Mediador dos fiéis, é o principal elemento e a própria substância dos sacramentos em ambos; porquanto o mesmo Deus é o autor dos dois sacramentos.

Eles foram dados aos dois povos como sinais e selos da graça e das promessas de Deus, para que tragam à mente e renovem a lembrança dos grandíssimos benefícios de Deus e para que distinguissem os fiéis de todas as outras religiões do mundo; finalmente, para que fossem recebidos espiritualmente pela fé e ligassem à Igreja os participantes, e os lembrassem dos seus deveres. Nesses e em outros pontos semelhantes digo que os sacramentos de ambos os povos não são diferentes como parecem, embora exteriormente o sejam. E, na verdade. no que diz respeito aos sinais, fazemos uma maior distinção. Os nossos são mais firmes e mais duradouros, visto que nunca serão mudados até o fim do mundo. Mais ainda, os nossos testificam que tanto a substância como a promessa foram cumpridas ou consumadas em Cristo; os anteriores significavam o que estava para ser cumprido. Os nossos são também, mais simples e menos complicados, menos pomposos e menos envolvidos com cerimônias. E ainda mais, pertencem a um povo mais numeroso, disperso por toda a face da terra. E, porque são mais excelentes e pelo Espírito Santo despertam maior fé, resultam ainda, em maior abundância do Espírito.

Nossos sacramentos sucedem aos antigos, que foram abolidos. Certamente, visto que Cristo, o verdadeiro Messias, nos é apresentado e a abundância da graça é derramada sobre o povo do Novo Testamento, os sacramentos do velho povo de Deus foram abolidos e cessaram; e em seu lugar colocaram-se os símbolos do Novo Testamento - o Batismo em lugar da Circuncisão, a Ceia do Senhor em lugar do Cordeiro Pascal e dos sacrifícios.

Em que consistem os sacramentos. E como outrora os sacramentos consistiam da palavra, do sinal e da coisa significada, assim também agora eles se compõem, por assim dizer, dessas mesmas partes. Pois, a Palavra de Deus os

faz sacramentos, o que antes não eram. A consagração dos sacramentos. São consagrados pela Palavra e declarados santificados por aquele que os instituiu. Santificar ou consagrar uma coisa a Deus é dedicá-la a usos sagrados isto é, retirá-la do uso comum ou profano e destiná-la a uso sagrado, pois, os sinais nos sacramentos se derivam do uso comum, de coisas externas e visíveis. No Batismo, o sinal externo é o elemento da água e a ablução visível, feita pelo ministro; a coisa significada é a regeneração e purificação de pecados. Na Ceia do Senhor, o sinal externo é o pão e o vinho, tomados do uso comum do comer e do beber; a coisa significado é o corpo do Senhor que foi entregue, e seu sangue vertido por nós, ou a comunhão do corpo e do sangue do Senhor. Por isso, a água, o pão, o vinho, segundo sua natureza e à parte da instituição divina e do uso sagrado, são somente aquilo que são chamados, e que experimentamos. Mas, quando a Palavra do Senhor lhes é acrescentada, com a invocação do nome divino e a renovação de sua primeira instituição e santificação, então esses sinais são consagrados e se mostram santificados por Cristo. A primeira instituição de Cristo e a consagração dos sacramentos permanece sempre eficaz na Igreja de Deus, de tal modo que aqueles que celebram os sacramentos, não de modo diferente daquele que o Senhor mesmo estabeleceu desde o princípio, ainda hoje desfrutam daquela primeira e sobre-excelente consagração. E por isso, na celebração dos sacramentos, são repetidas as próprias palavras de Cristo.

Os sinais recebem o nome das coisas significadas. Porque aprendemos da Palavra de Deus que estes sinais foram instituídos para outro fim, diverso do uso comum, ensinamos que eles agora, em seu santo uso, assumem em si os nomes das coisas significados e não são mais chamados apenas água, pão ou vinho, mas também, regeneração ou o lavar com água e o corpo e sangue do Senhor, ou símbolos e sacramentos do corpo e sangue do Senhor. Não que os símbolos se transformem nas coisas significados ou cessem de ser o que são por sua natureza. Pois de outro modo não poderiam ser sacramentos. Se fossem apenas a coisa significado, não seriam sinais.

A união sacramental. Portanto, os sinais adquirem os nomes das coisas, porque são símbolos místicos de coisas sagradas, e porque os sinais e as coisas significados estão sacramentalmente ligados; ligam-se, digo, ou unem-se pela significação mística e pela vontade e conselho daquele que instituiu os sacramentos. A água, o pão e o vinho não são sinais comuns, mas sagrados. E aquele que instituiu a água no batismo não a instituiu com a vontade e intenção de que os fiéis apenas fossem aspergidos pela água do batismo; e aquele que mandou comer o pão e beber o vinho na ceia não queria que os fiéis recebessem apenas pão e vinho sem qualquer mistério, da maneira como comem pão em suas casas, mas, que participassem espiritualmente das coisas significados, sendo pela fé verdadeiramente lavados de seus pecados e participantes de Cristo.

As seitas. Portanto, não podemos absolutamente aprovar os que atribuem a santificação dos sacramentos a não sei que propriedades e fórmulas ou ao poder de palavras pronunciadas por alguém que é consagrado e o que tem a intenção de consagrar, ou por outros acidentes quaisquer, que nem Cristo nem os apóstolos nos entregaram por palavras ou exemplo. Nem aprovamos tampouco a doutrina daqueles que falam dos sacramentos apenas como sinais comuns, não santificados nem eficazes. Nem aprovamos os que desprezam o aspecto visível

dos sacramentos por causa do invisível, e assim crêem que os sinais são supérfluos porque pensam que já gozam as próprias coisas significados, como dizem que os messalianos sustentavam.

A coisa significada não está incluída nos sacramentos nem a eles ligada. Não aprovamos a doutrina daqueles que ensinam que a graça e as coisas significadas estão de tal modo ligadas aos sinais e neles incluídas que, todos aqueles que participarem externamente dos sinais, não importando que espécie de pessoas sejam, são também interiormente participantes da graça e das coisas significados.

No entanto, como não julgamos o valor dos sacramentos pela dignidade ou indignidade dos ministros, assim também não os avaliamos pela condição daqueles que os recebem. Pois, sabemos que o valor dos sacramentos depende da fé e da veracidade e exclusiva bondade de Deus. Assim como a Palavra de Deus permanece a verdadeira Palavra de Deus que, em sendo pregada, não são meras palavras repetidas, mas ao mesmo tempo, as coisas significadas ou anunciadas em palavras são oferecidas por Deus, embora os ímpios e incrédulos as ouçam e compreendam, contudo não aproveitam as coisas significadas, porque não as recebem pela verdadeira fé, assim os sacramentos, que pela Palavra consistem de sinais e de coisas significadas, continuam sendo sacramentos verdadeiros e invioláveis, significando não somente coisas sagradas mas, pelo oferecimento de Deus, as próprias coisas significadas, embora os incrédulos não percebam as coisas oferecidas. Neste caso, a culpa não é de Deus que as dá e as oferece, mas dos homens que as recebem sem fé e de modo ilegítimo, cuja incredulidade, porém, não invalida a fidelidade de Deus (Rom 3.3 ss).

O fim para o qual os sacramentos foram instituídos. Desde que o fim para o qual os sacramentos foram instituídos foi também explanado, de passagem, quando logo no começo de nossa exposição se mostrou o que eles são, não há necessidade de se fazer a repetição molesta daquilo que já foi dito. Conseqüentemente, portanto, falaremos agora, separadamente, dos sacramentos do novo povo.

20. Do santo batismo

A instituição do batismo. O batismo foi instituído e consagrado por Deus. Primeiro João batizou, tendo imergido Cristo na água do Jordão. Dele passou para os apóstolos, que também batizavam com água. Ordenou-lhes expressamente o Senhor que pregassem o Evangelho e batizassem “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mat 28.19). E nos Atos disse São Pedro aos judeus que perguntaram o que deviam fazer: “... e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para remissão dos vossos pecados, e recebereis o dom do Espírito Santo” (At 2.38). Em conseqüência disso, o batismo é chamado por alguns, sinal de iniciação para o povo de Deus, visto que por ele os eleitos de Deus são consagrados a Deus.

Um só batismo. Há um só batismo na Igreja de Deus; e é suficiente ser uma só vez batizado ou consagrado a Deus. Pois o batismo, uma vez recebido, continua por toda a vida; e é o selo perpétuo de nossa adoção.

O que significa ser batizado. Ser batizado em nome de Cristo é ser arrolado, incluído e recebido na aliança e na família, e assim na herança dos filhos de Deus;

sim, e nesta vida ser chamado segundo o nome de Deus, isto é, ser chamado filho de Deus; ser purificado também da impureza dos pecados, e receber a multiforme graça de Deus para uma vida nova e inocente. O batismo, portanto, retém na memória e renova o grande benefício que Deus dispensou à raça dos mortais. Pois todos nascemos na impureza do pecado e somos filhos da ira. Mas Deus, que é rico em misericórdia, nos purifica gratuitamente dos nossos pecados pelo sangue de seu Filho, e, nele nos adota como seus filhos, e por uma santa aliança nos une a si mesmo e nos enriquece com inúmeros dons, para podermos viver uma nova vida. Todas estas coisas são consignadas pelo batismo. Internamente, somos regenerados, purificados e renovados por Deus mediante o Espírito Santo; e exteriormente recebemos o selo dos maiores dons na água, pela qual são também representados os maiores benefícios, e como que colocados diante dos nossos olhos para serem observados.

Somos batizados com água. Por isso, somo batizados, isto é, lavados ou aspergidos com a água visível. Pois a água lava as impurezas, resfria e refresca os corpos quentes e cansados. E a graça de Deus realiza estas coisas para as almas, e o faz de modo invisível ou espiritual.

A obrigação do batismo. Deus também nos separa de todas as religiões e povos estranhos pelo símbolo do batismo, e nos consagra a si mesmo como sua propriedade. Confessamos, portanto, nossa fé quando somos batizados, e sujeitamo-nos a Deus pela obediência, mortificação da carne e novidade de vida, e, com isso, alistamo-nos na santa milícia de Cristo para lutarmos durante toda a nossa vida contra o mundo, Satanás e nossa própria carne. Ademais, somos batizados no corpo da Igreja para, com todos os seus membros, podermos de modo distinto, participar de uma só e da mesma religião e dos serviços mútuos.

A forma do batismo. Cremos que a mais perfeita forma de batismo é aquela pela qual Cristo foi batizado e pela qual os apóstolos batizaram. Aquilo, portanto, que pelo expediente do homem foi acrescentado posteriormente, e usado na Igreja, não consideramos necessário à perfeição do batismo. Por exemplo, o exorcismo, o uso de velas acesas, óleo, sal, cuspo e outras coisas semelhantes como a idéia de que o batismo deve ser administrado duas vezes por ano com um grande número de cerimônias. Cremos que um só batismo da Igreja foi santificado na primeira instituição realizada por Deus, e que ele é consagrado pela Palavra, e é também eficaz ainda hoje, em virtude da primeira bênção de Deus.

O ministro do batismo. Ensinamos que o batismo não deve ser administrado na Igreja por mulheres ou por parteiras. São Paulo vetou à mulher os ofícios eclesiásticos. E o batismo pertence aos ofícios eclesiásticos.

Anabatistas. Condenamos os anabatistas, que negam que as criancinhas recém-nascidas dos fiéis devam ser batizadas. Mas, segundo o ensino evangélico, “dos tais é o Reino de Deus”, e as mesmas se encontram na aliança de Deus. Por que, então, não deve o sinal da aliança de Deus ser conferido a elas? Por que não devem aqueles que são propriedade de Deus e estão na sua Igreja ser iniciados pelo santo batismo? Condenamos os anabatistas em outras das suas doutrinas peculiares, que eles sustentam em oposição à Palavra de Deus. Não somos, portanto, anabatistas e nada temos em comum com eles.

21. Da santa Ceia do Senhor

A Ceia do Senhor. A Ceia do Senhor - também chamada Mesa do Senhor e Eucaristia, isto é, Ação de Graças - é em geral chamada ceia porque foi instituída por Cristo em sua última ceia, e ainda a representa, e porque nela os fiéis são espiritualmente alimentados e dessedentados.

O autor e consagrador da Ceia. O autor da Ceia do Senhor não é nenhum anjo ou homem, mas o próprio Filho de Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, que primeiro a consagrou para sua Igreja. Essa consagração ou bênção ainda permanece entre todos quantos celebram não outra ceia, mas aquela mesma, que o Senhor instituiu e na qual eles recitam as palavras da Ceia do Senhor, e em tudo voltam o olhar com verdadeira fé para o único Cristo, e recebem, como de suas mãos, aquilo que recebem pelo ministério dos ministros da Igreja.

Um memorial das bênçãos de Deus. Por este rito sagrado o Senhor deseja manter em viva lembrança a maior bênção que concedeu aos mortais, a saber, que pelo dom do seu corpo e pelo derramamento do seu sangue ele perdoou todos os nossos pecados e nos redimiu da morte eterna e do poder do Diabo, e agora nos alimenta com a sua carne e nos dá a beber o seu sangue, os quais, recebidos espiritualmente com verdadeira fé, nos alimentam para a vida eterna. E essa bênção tão grande se renova tantas vezes quantas é celebrada a Ceia do Senhor. Eis o que disse o Senhor: “Fazei isto em memória de mim”. Esta santa Ceia sela, também, para nós, que o próprio corpo de Cristo foi verdadeiramente entregue por nós, e seu sangue vertido para remissão dos nossos pecados, a fim de que em nada a nossa fé venha a vacilar.

O sinal e a coisa significada. E isto é visivelmente representado de modo exterior por este sacramento pelo ministrante e, como que exposto aos olhos para ser contemplado, aquilo que pelo Espírito Santo é concedido interiormente na alma de maneira invisível. O pão é exteriormente oferecido pelo ministro, e ouvem-se as palavras do Senhor: “Tomai, comei; este é o meu corpo”; e “Recebei e reparti entre vós. Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue”. Portanto, os fiéis recebem o que é dado pelo ministro do Senhor, e comem o pão do Senhor e bebem do cálice do Senhor. Ao mesmo tempo, pela obra de Cristo por meio do Espírito Santo, interiormente recebem também a carne e o sangue do Senhor e deles se alimentam para a vida eterna. Pois a carne e o sangue de Cristo são o verdadeiro alimento e a verdadeira bebida para a vida eterna; e Cristo mesmo, desde que foi entregue por nós e é nosso Salvador, é o principal elemento na Ceia, e não permitimos que nenhuma outra coisa seja colocada em seu lugar.

Mas, para que se compreenda mais retamente e com clareza corno a carne e o sangue de Cristo são o alimento e a bebida dos fiéis, e são recebidos pelos fiéis para a vida eterna, acrescentaríamos estas poucas coisas. Há mais de uma espécie de comer. Há o comer corporal, pelo qual o alimento é posto pelo homem na boca, mastigado com os dentes e deglutido para o estômago. No passado, os cafarnauenses acharam que a carne do Senhor devia ser comida desse modo, mas são refutados pelo próprio Senhor, em João, cap. 6. Desde que a carne de Cristo não pode ser comida corporalmente, sem infâmia e selvageria, assim ela não é alimento para o estômago. Todos os homens são obrigados a admitir isso. Desaprovamos, portanto, o cânon nos decretos do papa, *Ego Berengariust* (*De Consecrat*., *Dist*. 2). Nem a piedosa antiguidade cria, nem cremos nós que o corpo de Cristo possa ser corporalmente e essencialmente comido pela boca.

O comer o Senhor espiritualmente. Há também um comer espiritual do corpo de Cristo; não que pensemos que, por isso, o próprio alimento se mude em espírito, mas o corpo e o sangue do Senhor, embora permanecendo em sua própria essência e propriedade, nos são espiritualmente comunicados, certamente não de modo corporal, mas espiritual, pelo Espírito Santo, que aplica em nós e nos confere estas coisas que nos foram preparadas pelo sacrifício do corpo e do sangue do Senhor por nós, a saber, a remissão de pecados, o livramento e a vida eterna; de tal modo que Cristo vive em nós e nós vivemos nele, sendo que ele nos possibilita recebê-lo pela verdadeira fé para que possa tornar-se, para nós, esse alimento e bebida espirituais, isto é, nossa vida.

Cristo como nosso alimento sustenta-nos a vida. Assim como o alimento e a bebida corporal não só refazem e fortalecem nossos corpos, mas também os conservam vivos, também a carne de Cristo, entregue por nós e seu sangue vertido por nós não só refazem e fortalecem nossas almas, mas também as conservam vivas, não na medida em que sejam corporalmente comidos e bebidos, mas na medida em que nos são comunicados espiritualmente pelo Espírito de Deus, como diz o Senhor: “O pão que darei pela vida do mundo, é a minha carne” (João 6.51), e “a carne” (sem dúvida, corporalmente comida) “para nada aproveita; o espírito é o que vivifica” (v. 63). E mais: “As palavras que eu vos tenho dito, são espírito e são vida”.

Cristo recebido pela fé. E como devemos, pelo comer, receber alimento em nossos corpos para que ele atue em nós e prove a sua eficácia em nós - visto que ele não é de comum proveito quando retido fora de nós - assim é necessário que recebamos Cristo pela fé, para que ele se torne nosso e viva em nós e nós nele. Pois, ele diz: “Eu sou o pão da vida; o que vem a mim, jamais terá fome; e o que crê em mim, jamais terá sede” (João 6.35); e também: “Quem de mim se alimenta, por mim viverá... permanece em mim e eu nele” (vs. 57, 56).

Alimento espiritual. De tudo isto, fica claro que por alimento espiritual não queremos dizer algum alimento imaginário que não se sabe bem o que seja mas o próprio corpo do Senhor dado por nós, que entretanto é recebido pelos fiéis não corpórea, mas espiritualmente pela fé. Nesta questão seguimos o ensino do próprio Salvador, Cristo o Senhor, segundo João, cap. 6

O comer é necessário à salvação. E este comer da carne e beber do sangue do Senhor é tão necessário à salvação, que sem ele, nenhum homem pode ser salvo. Mas este comer e beber, espiritualmente, ocorrem também à parte da Ceia do Senhor, sempre e onde quer que o homem creia em Cristo. A isto talvez se aplique a frase de Santo Agostinho: “Por que preparas os dentes e o estômago? Crê e terás comido”.

O comer sacramental do Senhor. Além do comer altamente espiritual há também o comer sacramental do corpo do Senhor, pelo qual o crente participa não só espiritual e interiormente do verdadeiro corpo e sangue do Senhor, mas também, pela aproximação à Mesa do Senhor, recebe externamente o sacramento visível do corpo e do sangue do Senhor. Sem dúvida alguma, já antes, quando creu, recebeu o crente o alimento que lhe dá a vida, e ainda o usufrui. Portanto, quando ele agora recebe o sacramento não é que não receba algo. Pois ele progride na comunicação contínua do corpo e do sangue do Senhor, e assim sua fé se aviva e se desenvolve mais e mais, sendo revigorada pelo

alimento espiritual. Enquanto vivemos, nossa fé aumenta continuamente. Ora, aquele que, externamente, recebe o sacramento com verdadeira fé, não recebe apenas o sinal, mas também, como dissemos, desfruta a própria realidade. Além disso, obedece ele à instituição e ao mandamento do Senhor, e com mente alegre rende graças pela própria redenção e a da humanidade toda, realizando uma fiel comemoração da morte do Senhor, dando testemunho diante da Igreja, de cujo corpo é membro. Assegura-se também, aos que recebem o sacramento que o corpo do Senhor foi dado e seu sangue derramado, não apenas pelos homens em geral, mas, particularmente por todo fiel comungante, para quem ele é alimento e bebida para a vida eterna.

Os incrédulos recebem o sacramento para seu julgamento. Mas, aquele que se aproxima da sagrados da Mesa do Senhor sem fé, participa somente do sacramento e não recebe a essência do sacramento, de onde provém vida e salvação; e tais pessoas participam indignamente da Mesa do Senhor. Ora, os que comem o pão e bebem o cálice do Senhor de modo não digno, tornam-se culpados do corpo e do sangue do Senhor comendo e bebendo para si mesmo condenação (I Co 11.26-29). Não se aproximando com verdadeira fé, desonram a morte de Cristo e, conseqüentemente, comem e bebem condenação para si mesmos.

A presença de Cristo na Ceia. Nós, pois, não identificamos o corpo do Senhor e seu sangue com o pão e o vinho a ponto de dizer que o próprio pão é o corpo de Cristo, exceto no sentido sacramental; ou que o corpo de Cristo está oculto corporeamente sob o pão, de modo que deve ser adorado sob a forma de pão; ou ainda que, quem quer que receba o sinal, recebe também a própria realidade. O corpo de Cristo está nos céus, à mão direita do Pai; e, portanto, nossos corações devem elevar-se para o alto e não se fixarem no pão, nem deve o Senhor ser adorado no pão. Contudo, o Senhor não está ausente de sua Igreja, quando esta celebra a Ceia. O sol, que está afastado de nós, nos céus, encontra-se, entretanto, efetivamente presente em nosso meio. Quanto mais o Sol da justiça, Cristo, embora estando ausente de nós nos céus, pelo seu corpo, não estará presente conosco, não corporal, mas, espiritualmente, pela sua operação vivificadora, como ele mesmo declarou, por ocasião da última Ceia, que haveria de estar presente conosco (João, caps. 14, 15 e 16). Decorre dai que não temos uma Ceia sem Cristo, mas uma Ceia incruenta e mística, como foi universalmente chamada pela antiguidade.

Outros propósitos da Ceia do Senhor. Além do mais, na celebração da Ceia do Senhor, somos admoestados a estarmos conscientes de cujo corpo nos tornamos membros, e portanto, a sermos uma só mente com todos os irmãos; a viver uma vida santa e a não nos corrompermos com a iniqüidade e com religiões estranhas; mas, perseverando na verdadeira fé até o fim da vida, esforçarmo-nos para alcançar a excelência da santidade de vida.

Preparação para a Ceia. Convém, portanto, que tendo de participar da Ceia, primeiro examinemo-nos a nós mesmos, segundo o mandamento do apóstolo, especialmente quanto à fé que temos, se cremos que Cristo veio para salvar os pecadores e chamá-los ao arrependimento, e se cremos que pertencemos ao número dos que foram libertados e salvos por Cristo; e se estamos resolvidos a mudar nossa vida ímpia, a fim de levarmos uma vida santa e, com o auxílio do

Senhor, a perseverar na verdadeira religião e na harmonia com os irmãos, e a render graças devidas a Deus pelo seu livramento.

A observância da Ceia com pão e vinho. Julgamos que o rito, a maneira ou forma da Ceia mais simples e excelente seja aquela que mais se aproxime da primeira instituição do Senhor e da doutrina dos apóstolos. Consiste na proclamação da Palavra de Deus, em orações piedosas, na ação do Senhor mesmo, e em sua repetição, comendo do corpo do Senhor, e bebendo de seu sangue; relembrando a morte do Senhor e ele fiel ação de graças; e numa santa participação na união do corpo da Igreja.

Desaprovamos, pois, os que privaram os fiéis de um dos elementos do sacramento, a saber, do cálice do Senhor. Estes pecam seriamente contra a ordem do Senhor, que diz: "Bebei dele todos"; o que ele não disse de modo tão expresso a respeito do pão.

Não estamos discutindo, agora, que espécie de missa existiu outrora entre os antigos, se deve ser tolerada ou não. Mas, dizemos isto abertamente: a missa agora usada em toda a Igreja Romana foi abolida em nossas igrejas por muitas e boas razões, as quais, para sermos breve, não enumeramos agora em pormenores. Não poderíamos aprovar a mudança de uma ação salutar em um espetáculo inútil, e num meio de alcançar mérito, e celebrado por um preço. Nem poderíamos aprovar a afirmação de que na mesma, o sacerdote efetua o próprio corpo do Senhor, e realmente o oferece pela remissão dos pecados dos vivos e dos mortos, e ainda para a honra, veneração e lembrança dos santos no céu, etc.

22. Do culto e das reuniões na Igreja

Como deve ser o culto. Embora se permita a todos os homens lerem as Escrituras particularmente em casa, pela instrução edificando-se mutuamente na verdadeira religião, no entanto, para que a Palavra de Deus seja anunciada convenientemente ao povo, e se façam publicamente orações e súplicas, bem como sejam os sacramentos administrados de modo próprio, e se levantem ofertas para os pobres e para o pagamento de todas as despesas da Igreja, e para a conservação das relações sociais, é muito necessário que se mantenham as reuniões de culto ou da Igreja. Pois, é certo que na Igreja apostólica e primitiva, havia tais assembléias, freqüentadas por todos os piedosos.

As reuniões para culto não devem ser negligenciadas. Todos quantos negligenciam as reuniões de culto, delas ficando ausentes, desprezam a verdadeira religião, devendo ser exortados pelos pastores e magistrados piedosos para não continuarem ausentes dos cultos.

As reuniões devem ser públicas. As reuniões da Igreja não devem ser ocultas ou às escondidas, mas públicas e bem freqüentadas, a não ser que a perseguição movida pelos inimigos de Cristo e da Igreja não permita que sejam públicas. Pois, sabemos como sob a tirania dos imperadores romanos, as reuniões da Igreja Primitiva realizavam-se em lugares secretos.

Lugares decentes de reunião. Além disso, os lugares onde os fiéis se congregam devem ser decentes, e em tudo próprios para a Igreja de Deus. Portanto, devem-se escolher prédios com bastante espaço ou templos, mas expurgados de tudo o que não seja adequado a uma Igreja. E tudo deve concorrer

para o decoro, a necessidade e a piedosa decência, a fim de que nada fique faltando, nada que seja indispensável ao culto e às obras necessárias da Igreja.

Nas reuniões, devem-se observar a modéstia e a humildade. E como cremos que Deus não habita em templos feitos por mãos, também sabemos que, por causa da Palavra de Deus e do uso sagrado, os lugares dedicados a Deus e ao seu culto não são profanos, mas sagrados, e os que neles estão presentes devem conduzir-se com reverência e com modéstia, reconhecendo que se encontram em lugar sagrado, na presença de Deus e de seus santos anjos.

A verdadeira ornamentação dos santuários. Portanto, todo aparato, orgulho e tudo o que seja impróprio à humildade, à disciplina e à modéstia cristãs, deve ser banido dos santuários e lugares de oração dos cristãos. Pois, a verdadeira ornamentação das igrejas não consiste em marfim, ouro e pedras preciosas, mas na frugalidade, na piedade e nas virtudes daqueles que estão na Igreja. Que todas as coisas sejam feitas com decência e ordem na igreja e, finalmente, que todas as coisas concorram para a edificação.

Culto na linguagem comum. Calem-se, pois, todas as línguas estranhas nas reuniões de culto, e sejam todas as coisas expressas na língua do povo, compreendida por todas as pessoas presentes.

23. Das orações da Igreja, do cântico e das horas canônicas

Vernáculo. Certo é que se permite a quem quer que seja orar em particular em qualquer língua que entenda, mas as orações públicas nas reuniões de culto devem ser feitas em vernáculo, a língua conhecida do povo. Oração. Que todas as orações dos fiéis sejam dirigidas somente a Deus, pela mediação única de Cristo, procedentes da fé e do amor. O sacerdócio de Cristo, o Senhor, e a verdadeira religião proíbem invocar os santos no céu, ou usá-los como intercessores. Devem-se fazer orações pelos magistrados, pelos reis e por todos quantos estão investidos de autoridade, pelos ministros da Igreja e por todas as necessidades das igrejas. Em calamidades, especialmente em se tratando da Igreja, deve-se orar sem cessar, tanto em particular como publicamente.

Oração livre. Ademais, deve a oração ser voluntária, sem constrangimento e não buscar recompensa. Não convém mesmo que se limite, supersticiosamente a oração a um lugar, como se não fosse permitido orar em qualquer lugar, exceto num templo. Nem é necessário que as orações públicas sejam as mesmas quanto à forma e ao tempo, em todas as igrejas. Que cada igreja use de liberdade neste sentido. Diz Sócrates, em sua história: “Em todas as regiões do mundo não encontrareis duas igrejas, que concordem inteiramente quanto à oração” (*Hist. ecclesiast*. V. 22,57). Os autores de tais diferenças - é de supor-se - foram aqueles, que se encontravam à frente das igrejas em certas ocasiões. No entanto, se concordam, recomenda-se com insistência que o exemplo seja imitado por outras.

O método para as orações públicas. Como em todas as coisas, também nas orações públicas deve haver um padrão, a fim de que não se tornem longas demais e cansativas. A maior parte das reuniões de culto deve, portanto, destinar-se ao ensino evangélico, tomando-se o cuidado para que a congregação não se aborreça com as orações muito longas, de forma que ao chegar a hora de ouvir a pregação do Evangelho, os presentes, já exaustos, deixem a reunião ou queiram

suprimi-la. Para tais pessoas o sermão parece muito longo, quando de outra forma, seria breve. Convém pois, que os pregadores saibam manter a medida.

Cântico. De igual forma, deve o cântico ser usado com moderação no culto. O Cântico chamado Gregoriano encerra muitas coisas tolas; daí com justa razão ser ele rejeitado por muitas de nossas igrejas. Não se deve condenar as igrejas, que embora tendo bom sermão não têm um bom cântico. Nem todas podem contar com a vantagem de ter boa música. Sabemos pelo testemunho da antiguidade que se o hábito de cantar é muito velho nas Igrejas Orientais, só tardiamente foi aceito no Ocidente.

Horas canônicas. A antiguidade nada conhecia das horas canônicas, isto é, das orações preparadas para certas horas do dia, cantadas ou recitadas pelos papistas, o que se comprova pelos seus breviários e por outras fontes. Há nelas não poucos absurdos, dos quais nada direi mais; são elas, com razão, omitidas pelas igrejas que colocaram em seu lugar coisas benéficas para toda a Igreja de Deus.

24. Dos dias santos, dos jejuns e da escolha dos alimentos

O tempo necessário para o culto. Embora não esteja a religião limitada pelo tempo, contudo não pode ser cultivada ou praticada sem distribuição e arranjo próprio do tempo. Toda igreja, portanto, escolhe determinado horário para as orações públicas, a pregação do Evangelho e a celebração dos sacramentos, não sendo permitido a ninguém transtornar esse horário da igreja a seu bel prazer. Pois, a não ser que algum tempo livre seja reservado ao exercício da religião, sem dúvida os homens absorvidos pelos seus negócios, estariam afastados dela.

O Dia do Senhor. Por isso vemos que nas igrejas antigas não havia apenas certas horas da semana destinadas às reuniões, mas que também o Dia do Senhor, desde o tempo dos apóstolos, fora separado para as mesmas, e para o santo repouso, prática essa, acertadamente preservada por nossas igrejas para fins de culto e serviço de amor.

Superstição. Neste ponto, entretanto, não cedemos às observâncias dos judeus e às superstições. Pois, não cremos que um dia seja mais santo do que outro, nem pensamos que o repouso em si mesmo seja aceitável a Deus. Além disso, guardamos o Dia do Senhor, e não o sábado como livre observância.

As festas de Cristo e dos santos. Ademais, se na liberdade cristã, as igrejas celebram de modo religioso a lembrança do nascimento do Senhor, a circuncisão, a paixão, a ressurreição e sua ascensão ao céu, bem como o envio do Espírito Santo sobre os discípulos, damos-lhes plena aprovação. Não aprovamos, contudo, as festas instituídas em honra de homens ou dos santos. Os dias santificados têm a ver com a primeira Tábua da Lei e só a Deus pertencem. Finalmente, os dias santificados, instituídos em honra dos santos, os quais abolimos, têm muito de absurdo e inútil, e não devem ser tolerados. Entretanto, confessamos que a lembrança dos santos, em hora e lugar apropriados, pode ser recomendada de modo aproveitável ao povo em sermões, e os seus santos exemplos, apresentados como dignos de serem imitados por todos.

Jejum. Ora, quanto mais seriamente a Igreja de Cristo condena a gula, a embriaguez e toda a espécie de lascívia e intemperança, tanto mais e com insistência, recomenda-nos o jejum cristão. Pois, jejuar nada mais é do que a

abstinência e moderação dos piedosos e uma disciplina, cuidado e castigo de nossa carne, exercitados segundo a necessidade do momento, pelos quais nos humilhamos diante de Deus, privando nossa carne de seu combustível, de modo que possa mais espontânea e facilmente obedecer ao Espírito. Portanto, aqueles que não dão atenção a tais coisas não jejuam, mas imaginam que o fazem se abarrotam o estômago uma vez por dia e a certa hora ou em horário prescrito abstêm-se de certos alimentos, pensando que, pelo fato de terem praticado essa obra agradam a Deus e estão fazendo algo de bom. O jejum vem a ser um auxílio para as orações dos santos e para todas as virtudes. Mas, como se vê nos livros dos profetas, o jejum dos judeus, que se abstinham de alimento, não porém da iniqüidade, não agradava a Deus.

Jejum público e particular. Há jejum público e pessoal. Nos tempos antigos celebravam-se jejuns públicos, em tempos de calamidade ou em situações difíceis da Igreja. Abstendo-se totalmente de alimento até o anoitecer, dedicavam-se todo o tempo a santas orações, ao culto a Deus e ao arrependimento. Eles diferiam pouco do luto, havendo freqüente menção do mesmo nos Profetas, especialmente em Joel, cap. 2. Tal jejum deve ser observado ainda hoje, sempre que a Igreja se encontre em situação difícil. Os jejuns particulares podem ser praticados por qualquer um de nós, quando se sente afastado do Espírito. Pois, dessa maneira, priva-se a carne de seu combustível.

Características do jejum. Todo jejum deve partir de um espírito livre, espontâneo e realmente humilde, e não simulado, só para conquistar o aplauso ou favor dos homens, e muito menos para que por meio dele pretenda o homem ser merecedor de justiça. Mas, que cada um jejue para este fim - não dar lugar aos desejos da carne e servir a Deus mais fervorosamente.

Quaresma. O jejum da Quaresma tem o testemunho dos antigos, mas não dos escritos apostólicos, pelo que não deve e não pode ser imposto aos fiéis. É certo que no princípio havia várias formas ou costumes de jejum. Por isso, diz Irineu, escritor muito antigo: “Uns pensam que se deve observar o jejum somente um dia, outros, dois dias, outros mais dias, e alguns, quarenta dias. Tal diversidade na observância do jejum não começou em nossos tempos, porém, muito antes de nós por aqueles, suponho, que não se apegavam simplesmente ao que lhes havia sido entregue desde o princípio, mas passaram a outro costume por negligência ou ignorância” (*Fragm. 3*, ed. Stieren, I, 824 s). Além disso, Sócrates, o historiador, diz: “Visto que não se encontra nenhum texto antigo acerca deste assunto, penso que os apóstolos o deixaram à opinião de cada pessoa, de modo que cada qual pudesse fazer o que é bom, sem temor ou constrangimento” (*Hist. ecclesiast*, V. 22,40).

A escolha dos alimentos. Quanto à escolha dos alimentos, julgamos que no jejum se deve negar à carne tudo o que possa torná-la mais arrogante e deleitá-la mais, aguçando-lhe o desejo de peixe, ou carne, ou condimentos, ou de guloseimas e bons vinhos. Além do mais, sabemos que todas as criaturas de Deus foram feitas para o uso e serviço dos homens. Tudo o que Deus fez é bom, devendo ser usado no temor de Deus e com moderação (Gen 2.15 s). Diz o apóstolo: “Todas as coisas são puras para os puros” (Tit I.15), e mais: “Comei de tudo o que se vende no mercado, sem nada perguntardes por motivo de consciência” (I Co 10.25). O mesmo apóstolo chama a doutrina daqueles que

ensinam abstenção de carnes “doutrina de demônios”; pois “... alimentos, que Deus criou para serem recebidos, com ações de graças, pelos fiéis, e por quantos conhecem plenamente a verdade; pois, tudo o que Deus criou é bom e, recebido com ações de graça, nada é recusável” (I Tim 4.1 ss).

Seitas. Portanto, condenamos inteiramente os tacianos e os encratitas, bem como todos os discípulos de Eustátio, contra quem foi convocado o Sinodo Gangrense.

25. Da catequese, do conforto e das visitas aos doentes

A juventude deve ser instruída na piedade. O Senhor ordenou ao seu povo antigo que tivesse o maior cuidado no sentido de que a mocidade, desde a infância, fosse devidamente instruída, e mais do que isso, expressamente ordenou em sua Lei, que a ensinasse e lhe interpretasse os mistérios dos sacramentos. Sabe-se pelos escritos dos evangelistas bem como dos apóstolos que não é menor o interesse de Deus hoje, pela juventude do povo da nova aliança, pois claramente nos dá testemunho disso, dizendo: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os embaraces, porque dos tais é o reino de Deus” (Mc 10.14). Por isso, os pastores das igrejas agem de maneira a mais sábia, quando desde cedo e com cuidado, catequizam a juventude, transmitindo-lhe os primeiros fundamentos da fé, fielmente ensinando-lhe os rudimentos da nossa religião pela explicação dos Dez Mandamentos, do Credo Apostólico, da Oração Dominicial e da doutrina dos sacramentos, com outros princípios semelhantes e tópicos principais da nossa religião. Que a Igreja mostre a sua fé e diligência trazendo as crianças para serem catequizadas, desejosa e feliz de ter seus filhos bem instruídos.

A visitação dos doentes. Visto que os homens nunca estão mais expostos às mais penosas tentações do que quando enfraquecidos por enfermidades do espírito ou do corpo, sendo afligidos por elas, não há dúvida de que nada é mais próprio aos pastores das igrejas do que zelar com o maior cuidado pelo bem-estar do rebanho, em doenças ou fraquezas. Portanto, que visitem os enfermos, prontamente, e que sejam chamados em tempo pelos doentes, se as circunstâncias assim o exigirem. Que os confortem e confirmem na verdadeira fé, ajudando-os a lutar contra as perniciosas sugestões de Satanás. Devem também orar pelos doentes no lar, e se necessário, orar por eles também no culto público; e cuidem para que sintam felizes ao partir desta vida. Dissemos anteriormente, que não aprovamos a visitação papista ao doente com a extrema unção, por ser absurda, não tendo a aprovação das Escrituras canônicas.

26. Do sepultamento dos fiéis e do cuidado que se deve ter com os mortos; do purgatório e da aparição de espíritos

O sepultamento dos corpos. Sendo os corpos dos fiéis o templo do Espírito Santo, que seguramente cremos hão de ser ressuscitados no último dia, as Escrituras mandam que sejam entregues à terra, honrosamente e sem superstição, e também que se façam referências honrosas aos santos, que dormiram no Senhor, bem como se cumpram todos os deveres de piedade familiar para com suas viúvas e órfãos. Não ensinamos que se tenha qualquer outro cuidado com os mortos. Portanto, damos ênfase ao fato de que desaprovamos os cínicos, que negligenciavam os corpos dos mortos e descuidada e

desdenhosamente os lançavam à terra, nunca pronunciando uma boa palavra acerca do falecido, ou se preocupando com os seus que ficaram.

O cuidado pelos mortos. Por outro lado, não aprovamos aqueles que se preocupam excessiva e indevidamente com os mortos; que, à semelhança dos pagãos, lamentam os seus mortos (embora não censuremos o luto moderado, que o apóstolo permite em I Tes 4.13, julgando até desumano não entristecer-se alguém de modo nenhum); e que oferecem sacrifícios pelos mortos, murmuram certas orações, não sem paramento, com o fim de, por meio de tais cerimônias, libertar os entes queridos dos tormentos em que foram imersos pela morte, e pensam serem capazes assim de libertá-los por meio de tal magia.

O estado da alma que deixou o corpo. Cremos que os fiéis, depois da morte do corpo, vão diretamente para Cristo e, portanto, não há necessidade de sufrágios e orações dos vivos pelos mortos, nem de seus ofícios. Igualmente, cremos que os incrédulos são imediatamente lançados no inferno, do qual não há saída possível para os ímpios por quaisquer ofícios dos vivos.

Purgatório. O que alguns ensinam a respeito do fogo do purgatório se opõe à fé cristã, a saber, "creio no perdão de pecados e na vida eterna", e à perfeita purificação mediante Cristo, bem como a estas palavras de Cristo, nosso Senhor: "Em verdade, em verdade vos digo: Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida" (João 5.24). E estas: "Quem já se banhou não necessita de lavar senão os pés; quanto ao mais está todo limpo" (João 13.10).

A aparição de espíritos. No tocante aos espíritos, ou às almas dos mortos, que algumas vezes aparecem aos vivos e pedem a estes certos trabalhos, pelos quais possam ser libertados, incluímos tais aparições entre os ludíbrios, as artimanhas e os enganos do Diabo, que, como pode transformar-se em anjo de luz, assim se esforça para, ou transtornar a verdadeira fé, ou lançar dúvida sobre a mesma. No Velho Testamento, o Senhor proibiu a busca da verdade com os mortos e toda espécie de contacto com os espíritos (Deut 18.11). Ao rico glutão, que estava em tormentos, como narra a verdade evangélica, se negou a faculdade de voltar a seus irmãos. Assim diz o divino oráculo: "Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos. Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tampouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos" (Luc 16.29 ss)

27. Dos ritos, cerimônias e coisas indiferentes

Cerimônias e ritos. Ao povo do Velho Testamento foram dadas no passado, certas cerimônias, como uma espécie de instrução para os que estavam sob a Lei, como sob um pedagogo ou tutor. Mas, quando veio Cristo, o Libertador, e a Lei foi abolida, nós os fiéis, não estamos mais debaixo da Lei (Rom 6.14), e as cerimônias desapareceram; por isso os apóstolos não quiseram conservá-las ou restaurá-las na Igreja de Cristo, a tal ponto que, abertamente declararam não desejarem pôr nenhuma carga sobre a Igreja. Portanto, pareceria estarmos introduzindo e restaurando o Judaísmo, se multiplicássemos as cerimônias e os ritos na Igreja de Cristo, segundo o costume da Igreja antiga. Por isso, de nenhum modo aprovamos a opinião daqueles que pensaram que a Igreja de Cristo deve ser regulamentada por diferentes ritos, como uma espécie de treinamento. Pois, se os apóstolos não quiseram impor ao povo cristão cerimônias ou ritos, que

foram indicados por Deus, quem, pergunto eu, em perfeito juízo haveria de impor-lhes invenções imaginadas pelo homem? Quanto mais aumenta o volume de ritos na Igreja, tanto mais ela se despoja da liberdade cristã, de Cristo, e de sua fé nele, enquanto o povo busca nos ritos aquilo que deveria buscar somente pela fé no Filho de Deus, Jesus Cristo. Por conseguinte, basta aos crentes, alguns ritos moderados e simples, que não sejam contrários à Palavra de Deus.

Diversidade de ritos. Se nas igrejas se encontram ritos diferentes, ninguém deve pensar que por isso estejam as mesmas em desacordo. Diz Sócrates: "Seria impossível colocar junto no papel todos os ritos das igrejas, em todas as cidades e países. Nenhuma religião observa os mesmos ritos, ainda que reconheça a mesma doutrina a respeito deles. Pois, os que pertencem à mesma fé discordam entre si mesmos acerca dos ritos" (*Hist. ecclesiast*. V. 22, 30, 62). Isto é o que diz Sócrates. E nós, hoje, tendo em nossas igrejas diferentes ritos na celebração da Ceia do Senhor e em algumas outras coisas, contudo não discordamos na doutrina e na fé; nem é, por esse fato, rasgada em pedaços a unidade e a comunidade de nossas igrejas. Sempre tiveram as igrejas sua liberdade em tais ritos, como sendo coisas indiferentes. O mesmo fazemos nós hoje.

Coisas indiferentes. Mas, ao mesmo tempo as admoestamos a se manterem em guarda, a fim de não considerarem indiferentes coisas que de fato não o são, como querem alguns em relação à missa e ao uso das imagens em lugares de culto. "Indiferente", escreveu São Jerônimo a Santo Agostinho, "é aquilo que não é bom nem mau, de modo que, se você o fizer ou não fizer, não é justo nem injusto". Portanto, quando para dar validade às coisas indiferentes se torce a confissão de fé, deixam as mesmas de ser indiferentes. São Paulo mostra que está certo o homem comer carne, desde que alguém não o informe de que foi oferecida aos ídolos; pois, de outra forma estaria errado, visto que comendo, parece aprovar a idolatria (I Co 8.9 ss; 10.25 ss).

28. Dos bens da Igreja

Os bens da Igreja e seu justo uso. A Igreja de Cristo conta com recursos provindos da generosidade de príncipes e da liberalidade dos fiéis, que doaram seus bens à Igreja. Necessita a Igreja de tais recursos, e desde os tempos antigos têm-nos tido para a manutenção de tudo o que lhe é necessário. Ora, o verdadeiro uso dos bens da Igreja era outrora, e ainda o é, o de manter o ensino nas escolas e nas reuniões religiosas, bem como o culto, ritos e edifícios sagrados; manter mestres, discípulos e ministros, juntamente com outras coisas necessárias, e especialmente ajudar a alimentar os pobres. Administração. Além disso, homens sábios e tementes a Deus, destacados na administração dos negócios devem ser escolhidos para administrar legitimamente os bens da Igreja.

O mau uso dos bens da Igreja. Mas, se por uma calamidade ou por causa da ousadia, ignorância ou avareza de alguns, os bens da Igreja forem malbaratados, devem ser restaurados para o uso sagrado por homens fiéis e sábios. Pois, não se pode ser conivente com o abuso, o que seria o maior sacrilégio. Portanto, ensinamos que as escolas e instituições, que se tenham corrompido na doutrina, no culto e na moral, devem ser reformadas, e que o serviço aos pobres deve ser organizado de uma forma responsável, prudente e de boa fé.

29. Do celibato, casamento e administração dos negócios domésticos.

Pessoas solteiras. Os que têm do céu o dom do celibato, de modo que, de coração ou de toda a alma podem ser puros e continentes e não são levados pelos ardores do sexo, sirvam ao Senhor nessa vocação, enquanto se sentirem dotados do dom divino. E não se julguem melhores do que os outros, mas sirvam o Senhor continuamente em simplicidade e humildade (I Co 7.7 ss). Estes estão mais aptos a lidar com as coisas divinas do que aqueles que se distraem com os interesses particulares de uma família. Mas, no caso de ser-lhes retirado o dom, e sentirem um durável ardor, lembrem-se das palavras do apóstolo: "É melhor casar do que viver abrasado" (I Co 7.9).

Casamento. O casamento (que é o remédio da incontinência e é a própria continência) foi instituído pelo Senhor Deus mesmo, que o abençoou da maneira mais generosa, e que desejou que o homem e a mulher se unissem um ao outro inseparavelmente e vivessem juntos em completo amor e concórdia (Mat 19.4 ss). Sobre isso sabemos o que disse o apóstolo: "Digno de honra entre todos seja o matrimônio, bem como o leito sem mácula" (Heb 13,4). E outra vez: "Se a virgem se casar, por isso não peca" (I Co 7.28).

As seitas. Condenamos, portanto, a poligamia e os que condenam o segundo casamento.

Como deve ser contraído o casamento. Ensinamos que o casamento deve ser contraído legalmente no temor do Senhor, e não contra as leis, que proíbem certos graus de consangüinidade, a fim de que o casamento não seja incestuoso. O casamento deve ser feito com o consentimento dos pais, ou dos que estão em lugar dos pais, e acima de tudo para o fim para o qual o Senhor instituiu o casamento. Além disso, devem conservar-se santos, com a máxima fidelidade, piedade, amor e pureza dos que se uniram. Portanto, evitem-se as discussões, as dissenções, a lascívia e o adultério.

Fórum matrimonial. Devem estabelecer-se cortes legais na Igreja, tendo juizes santos, que possam cuidar dos casamentos, reprimir a impureza e a imprudência, diante dos quais se resolvam os conflitos matrimoniais.

A criação dos filhos. Devem os filhos ser criados pelos pais, no temor do Senhor; e devem os pais prover o sustento dos seus filhos, lembrando-se do que disse o apóstolo: "Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé, e é pior do que o descrente" (I Tm 5.8). Mas, devem principalmente ensinar a seus filhos para terem uma carreira ou profissões honestas com que possam manter-se a si mesmos. Devem conservá-los afastados da ociosidade, e em tudo inculcar neles a verdadeira fé em Deus, a fim de que, pela falta de confiança ou demasiada segurança ou pela feia avareza venham a tornar-se dissolutos, e a fracassar na vida.

Aliás, é muito certo que as obras praticadas pelos pais com verdadeira fé, mediante os deveres domésticos e administração de sua casa, são, aos olhos de Deus, santas e verdadeiramente boas obras. Não são menos agradáveis a Deus do que as orações, os jejuns e as obras de beneficência. Pois, assim ensinou o apóstolo em suas epístolas, especialmente nas dirigidas a Timóteo e a Tito. E com o mesmo apóstolo incluímos entre os ensinos de demônios a doutrina dos que

proíbem o casamento e abertamente o criticam ou indiretamente o desacreditam, como se não fosse santo e puro.

Execramos também, a vida impura dos solteiros, a lascívia secreta ou às claras, e a fornicação dos hipócritas, que simulam continência, sendo os mais incontinentes de todos. A todos estes julgará Deus. Não desaprovamos as riquezas dos que as possuem, quando são piedosos e fazem bom uso delas. Mas, rejeitamos a seita dos Apostólicos, etc.

30. Da magistratura

A magistratura vem de Deus. A magistratura em todas as suas formas foi instituída por Deus mesmo para a paz e a tranqüilidade do gênero humano, devendo pois, ter o lugar mais importante no mundo. Se o magistrado for inimigo da Igreja poderá entravar a sua ação e perturbá-la muito; mas sendo amigo ou membro da Igreja, torna-se o mais útil e excelente entre os seus membros, podendo ajudá-la muito e dar-lhe assistência melhor do que todos os demais.

O dever do magistrado. O principal dever do magistrado é garantir e preservar a paz e a tranqüilidade pública. Indubitavelmente, ele nunca realizará isso com tanto sucesso como quando é de fato temente a Deus e religioso. Quer isso dizer, quando segundo o exemplo dos mais santos reis e príncipes do povo do Senhor, promove o magistrado a pregação da verdade e a fé sincera, extirpa as mentiras e toda a superstição, juntamente com toda impiedade e idolatria e defende a Igreja de Deus. Certamente, ensinamos que o cuidado da religião pertence especialmente ao santo magistrado.

Tenha ele, pois, em suas mãos a Palavra de Deus, tomando cuidado de que não se ensine nada contrário à mesma. Governe também o povo, que lhe foi confiado por Deus, por meio de boas leis, elaboradas segundo a Palavra de Deus, conservando-o na disciplina, no dever e na obediência. Exerça o seu ofício de magistrado, julgando com justiça. Não faça acepção de pessoas, nem aceite subornos. Proteja as viúvas, os órfãos e os aflitos. Use sua autoridade para punir os criminosos e até bani-los, bem como aos impostores e bárbaros. Pois, não é sem motivo que ele traz a espada. (Rom 13.4).

Portanto, desembainhe a espada de Deus contra todos os malfeitores, sediciosos, ladrões, homicidas, opressores, blasfemadores, perjuros, e contra todos aqueles, a quem Deus lhe ordenou punir e mesmo executar. Reprima os hereges incorrigíveis (verdadeiramente heréticos), que não cessam de blasfemar contra a majestade de Deus, e de perturbar e mesmo pôr em perigo a Igreja de Deus.

Guerra. E, se for necessário preservar pela guerra a segurança do povo, que o magistrado declare guerra em nome de Deus, desde que tenha primeiramente procurado por todos os meios possíveis fazer a paz, não podendo pois, salvar seu povo a não ser pela guerra. Quando, pela fé pratica o magistrado estas coisas, serve a Deus por aquelas obras, que são verdadeiramente boas, e recebe a bênção do Senhor.

Condenamos os Anabaptistas que, ao negarem possa o cristão exercer o ofício de magistrado, negam também que o homem possa ser, com justiça, condenado à morte pelo magistrado, ou que este possa declarar guerra, ou que se prestem juramentos ao magistrado, e coisas semelhantes.

O dever dos súditos. Como Deus efetua a segurança do povo através do magistrado, a quem deu ao mundo para ser como uma espécie de pai, assim ordena a todos os súbditos que reconheçam este favor de Deus no magistrado. Que os súditos, pois, honrem e respeitem o magistrado como ministro de Deus; que o estimem, colaborem com ele, orem por ele como por um pai, e obedeçam às suas decisões justas e legítimas. Finalmente, paguem fiel e prontamente todos os impostos e taxas e todos os demais direitos. E se a segurança pública do país e a justiça o exigirem, e vir-se o magistrado obrigado a empreender uma guerra, dêem até suas vidas e derramem o seu sangue pela segurança pública e pela do magistrado. E o façam em nome de Deus, espontaneamente, com bravura e alegria. Pois, quem se opõe ao magistrado provoca contra si mesmo a severa ira de Deus.

Seitas e sedições. Condenamos, portanto, todos quantos desprezam o magistrado - os rebeldes, os inimigos do estado, os vilões sediciosos, enfim, todos os que aberta ou astuciosamente se recusam a cumprir qualquer das obrigações, que lhes competem. Oramos a Deus, nosso mui misericordioso Pai do Céu, para que abençoe os governantes, a nós e a todo o seu povo, mediante Jesus Cristo, nosso único Senhor e Salvador, a quem seja o louvor e a glória, e as ações de graças, para todo o sempre. Amém.

Pequena Introdução

A Confissão de Fé, o Catecismo de Heidelberg, e os Canones de Dordt são conhecidos como as três formas de unidade, porque as Igrejas Reformadas de Holanda se confederaram nesta base doutrinária.

A Confissão da Fé foi escrita no ano 1561 por Guido de Brès para convencer o rei Felipe II de Espanha, que a fé reformada foi conforme as Escrituras. Ela logo se tornou conhecida entre as Igrejas Reformadas de Holanda, que a adotou como uma exposição fiel das doutrinas das Escrituras.

O Catecismo de Heidelberg foi escrito em Heidelberg, uma cidade Alemã, no ano 1563. O principe deste principado, Frederico III, queria um livrinho para instruir o seu povo no verdadeiro ensino das Escrituras, e mandou dois teólogos, Zacarias Ursinus e Caspar Olevianus prepará-lo. O catecismo também foi adotoado logo pelas igrejas holandesas.

Os Canones de Dort foram a última destas formas escritas. O Sínodo de Dort (1618-19) o emitiu para refutar os ensinamentos dos Arminianos. Este sínodo também revisou e reemitiu a Confissão da Fé e o Catecismo de Heidelberg, que juntos com os Canones de Dort foram adotado como a base da federação das Igrejas Reformadas de Holanda.

Estas formas, como base de unidade, foram muito disputadas várias vezes na sua história, mas as igrejas que se manteram fieis às Escrituras sempre as guardaram. Destas igrejas estas três formas se espalharam pelo mundo inteiro, e continuam ajudando as pessoas para entenderem as Escrituras, e formam a base da unidade de várias outras federações novas pelo mundo.

Os Cânones de Dort (1618-1619)

CAPÍTULO 1
A DIVINA ELEIÇÃO E REPROVAÇÃO

1. Todos os homens pecaram em Adão, estão debaixo da maldição de Deus e são condenados à morte eterna. Por isso Deus não teria feito injustiça a ninguém se Ele tivesse resolvido deixar toda a raça humana no pecado e sob a maldição e condená-la por causa do seu pecado, de acordo com estas palavras do apóstolo: "... para que se cale toda boca, e todo o mundo seja culpável perante Deus... pois todos pecaram e carecem da glória de Deus...", e:"...o salário do pecado é a morte..." (Rom. 3:19,23; 6:23).

2. Mas "Nisto se manifestou o amor de Deus em nós, em haver Deus enviado o seu Filho unigênito ao mundo...", "...para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna." (I Jo 4:9; Jo 3:16).

3. Para que os homens sejam conduzidos à fé, Deus envia, em sua misericórdia, mensageiros desta mensagem muito alegre a quem e quando Ele quer. Pelo ministério deles, os homens são chamados ao arrependimento e à fé no Cristo crucificado. Porque "...como crerão naquele de quem nada ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue? E como pregarão se não forem enviados?..." (Rom. 10:14, 15).

4. A ira de Deus permanece sobre aqueles que não crêem neste Evangelho. Mas aqueles que o aceitam e abraçam Jesus, o Salvador, com uma fé verdadeira e viva, são redimidos por

Ele da ira de Deus e da perdição, e presenteados com a vida eterna (Jo 3:36; Mc 16:16).

5. Em Deus não está, de forma alguma, a causa ou culpa desta incredulidade. O homem tem a culpa dela, tal como de todos os demais pecados. Mas a fé em Jesus Cristo e também a salvação por meio dEle são dons gratuitos de Deus, como está escrito: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus..." (Ef 2:8). Semelhantemente, "Porque vos foi concedida a graça de..." crer em Cristo (Fp 1:29).

6. Deus dá nesta vida a fé a alguns enquanto não dá a fé a outros. Isto procede do eterno decreto de Deus. Porque as Escrituras dizem que Ele "...faz estas cousas conhecidas desde séculos." e que Ele "faz todas as cousas conforme o conselho da sua vontade..." (Atos 15:18; Ef 1:11). De acordo com este decreto, Ele graciosamente quebranta os corações dos eleitos, por duros que sejam, e os inclina a crer. Pelo mesmo decreto, entretanto, segundo seu justo juízo, Ele deixa os não-eleitos em sua própria maldade e dureza. E aqui especialmente nos é manifesta a profunda, misericordiosa e ao mesmo tempo justa distinção entre os homens que estão na mesma condição de perdição. Este é o decreto da eleição e reprovação revelado na Palavra de Deus. Ainda que os homens perversos, impuros e instáveis o deturpem, para sua própria perdição, ele dá um inexprimível conforto para as pessoas santas e tementes a Deus.

7. Esta eleição é o imutável propósito de Deus, pelo qual Ele, antes da fundação do mundo, escolheu um número grande e definido de pessoas para a salvação, por graça pura. Estas são escolhidas de acordo com o soberano bom propósito de sua vontade, dentre todo o gênero humano, decaído pela sua própria culpa de sua integridade original para o pecado e a perdição. Os eleitos não são melhores ou mais dignos que os outros, porém envolvidos na mesma miséria dos demais. São escolhidos em Cristo, quem Deus constituiu, desde a eternidade, como Mediador e Cabeça de todos os eleitos e fundamento da salvação. E, para salvá-los por Cristo, Deus decidiu dá-los a Ele e efetivamente chamá-los e atraí-los à sua comunhão por meio da sua Palavra e seu Espírito. Em outras palavras, Ele decidiu dar-lhes verdadeira fé em Cristo, justificá-los, santificá-los, e depois, tendo-os guardado poderosamente na comunhão de seu Filho, glorificá-los finalmente. Deus fez isto para a demonstração de sua

misericórdia e para o louvor da riqueza de sua gloriosa graça. Como está escrito: "... assim como nos escolheu nele, antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito [bom propósito] de sua vontade, para louvor da glória de sua graça, que ele nos concedeu gratuitamente no Amado...". E em outro lugar: "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou" (Ef 1:4-6; Rom 8:30).

8. Esta eleição náo é múltipla, mas ela é uma e a mesma de todos os que são salvos tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento. Pois a Escritura nos prega o único bom propósito e conselho da vontade de Deus, pelo qual Ele nos escolheu desde a eternidade, tanto para a graça como para a glória, assim também para a salvação e para o caminho da salvação, o qual preparou para que andássemos nEle (Ef 1:4,5; 2:10).

9. Esta eleição não é baseada em fé prevista, em obediência de fé, santidade ou qualquer boa qualidade ou disposição, que seria uma causa ou condição previamente requerida ao homem para ser escolhido. Mas a eleição é para fé, obediência de fé, santidade, etc. Eleição, portanto, é a fonte de todos os bens da salvação, de onde procedem a fé, a santidade e os outros dons da salvação, e finalmente a própria vida eterna como seus frutos. É conforme o testemunho do apóstolo: Ele "...nos escolheu..." (não por sermos mas) "...para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4).

10. A causa desta eleição graciosa é somente o bom propósito de Deus. Este bom propósito não consiste no fato de que, dentre todas as condições possíveis Deus tenha escolhido certas qualidades ou ações dos homens como condição para salvação. Mas este bom propósito consiste no fato de que Deus adotou certas pessoas dentre da multidão inteira de pecadores para ser a sua propriedade. Como está escrito: "E ainda não eram os gêmeos nascidos, nem tinham praticado o bem ou o mal...já lhe fora dito a ela (Rebeca): O mais velho será servo do mais moço. Como está escrito, "Amei a Jacó, porém me aborreci de Esaú." E, "...creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (Rom 9:11-13; At 13:48).

11. Como Deus é supremamente sábio, imutável, onisciente, e Todo-Poderoso, assim sua eleição não pode ser cancelada e depois renovada, nem alterada, revogada ou anulada; nem mesmo podem os eleitos ser rejeitados, ou o número deles ser diminuído.

12. Os eleitos recebem, no devido tempo, a certeza da sua eterna e imutável eleição para salvação, ainda que em vários graus e em medidas desiguais. Eles não a recebem quando curiosamente investigam os mistérios e profundezas de Deus. Mas eles a recebem, quando observam em si mesmos, com alegria espiritual e gozo santo, os infalíveis frutos de eleição indicados na Palavra de Deus - tais como uma fé verdadeira em Cristo, um temor filial para com Deus, tristeza com seus pecados segundo a vontade de Deus, e fome e sede de justiça.

13. A consciência e a certeza desta eleição fornecem diariamente aos filhos de Deus maior motivo para se humilhar perante Deus, para adorar a profundidade de sua misericórdia, para se purificar, e para amar ardentemente Aquele que primeiro tanto os amou. Contudo absolutamente não é verdade que esta doutrina da eleição e a reflexão na mesma os façam relaxar na observação dos mandamentos de Deus ou rendam segurança falsa. No justo julgamento de Deus isto ocorre freqüentemente àqueles que se vangloriam levianamente da graça da eleição, ou facilmente falam acerca disto, mas recusam andar nos caminhos dos eleitos.

14. A doutrina da divina eleição, segundo o mui sábio conselho de Deus, foi pregada pelos profetas, por Cristo mesmo, e pelos apóstolos, tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento, e depois escrita e nos entregue nas Escrituras Sagradas. Por isso, também hoje esta doutrina deve ser ensinada no seu devido tempo e lugar na Igreja de Deus, para qual ela foi particularmente destinada. Ela deve ser ensinada com espírito de discrição, de modo reverente e santo, sem curiosa investigação dos caminhos do Altíssimo, para a glória do santo nome de Deus e consolação vivificante do seu povo.

15. A Escritura Sagrada mostra e recomenda a nós esta graça eterna e imerecida sobre nossa eleição, especialmente quando, além disso, testifica que nem todos os homens são eleitos, mas que alguns não o são, ou seja, são passados na eleição eterna de Deus. De acordo com seu soberano, justo, irrepreensível e imutável bom propósito, Deus decidiu deixá-los na miséria

comum em que se lançaram por sua própria culpa, nao lhes concedendo a fé salvadora e a graça de conversão. Para mostrar sua justiça, decidiu deixá-los em seus próprios caminhos e debaixo do seu justo julgamento, e finalmente condená-los e puni-los eternamente, não apenas por causa de sua incredulidade, mas também por todos os seus pecados, para mostrar sua justiça. Este é o decreto da reprovação qual não torna Deus o autor do pecado (tal pensamento é blasfêmia!), mas O declara o temível, irrepreensível e justo Juiz e Vingador do pecado.

16. Há pessoas que não sentem fortemente a fé viva em Cristo, nem confiança firme no coração, nem boa consciência, nem zelo pela obediência filial e pela glorificação de Deus por meio de Cristo. Apesar disso elas usam os meios pelos quais Deus prometeu operar tais coisas em nós. Elas não devem se desanimar quando a reprovação for mencionada nem contar a si mesmos entre os reprovados. Pelo contrário, devem continuar diligentemente no uso destes meios, desejando ferventemente dias de graça mais abundante e esperando-os com reverência e humildade. Não devem se assustar de maneira nenhuma com a doutrina da reprovação os que desejam seriamente se converter a Deus, agradar só a Ele e serem libertos do corpo de morte, mas ainda não podem chegar no ponto que gostariam no caminho da piedade e da fé. O Deus misericordioso prometeu não apagar a torcida que fumega, nem esmagar a cana quebrada. Mas esta doutrina é certamente assustadora para os que não contam com Deus e o Salvador Jesus Cristo e se entregaram completamente às preocupações do mundo e aos desejos da carne, enquanto não se converterem seria mente a Deus.

17. Devemos julgar a respeito da vontade de Deus com base na sua Palavra. Ela testifica que os filhos de crentes são santos, não por natureza mas em virtude da aliança da graça, na qual estão incluídos com seus pais. Por isso os pais que temem a Deus não devem ter dúvida da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância.

18. Aqueles que reclamam contra esta graça de eleição imerecida e a severidade da justa reprovação, nós replicamos com esta sentença do apóstolo: "Quem és tu, ó homem para discutires com Deus?!" (Rom 9:20). E com esta palavra do Salvador: "Porventura não me é lícito fazer o que quero do que é meu?" (Mt 20:15). Nós entretanto, adorando reverentemente estes mistérios, exclamamos com o apóstolo: "O profundidade

da riqueza, tanto da sabedoria, como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e quão inescrutáveis os seus caminhos! Quem, pois conheceu a mente do Senhor? ou quem foi o seu conselheiro? Ou quem primeiro lhe deu a ele para que lhe venha a ser restituído? Porque dele e por meio dele e para ele são todas as cousas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém." (Rom 11:33-36).

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa de eleição e reprovação, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

Erro 1 - A vontade de Deus para salvar aqueles que crerem e perseverarem na fé e na obediência da fé é o decreto inteiro e total da eleição para salvação. Nada mais sobre este decreto foi revelado na Palavra de Deus.

Refutação - Este erro engana aos simples e claramente contradiz a Escritura. Ela testifica não apenas que Deus salvará aqueles que crêem mas também que escolheu específicas pessoas desde a eternidade. Nesta vida Ele dará a estes eleitos a fé em Cristo e perseverança, que Ele não dá a outros; como está escrito: "Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo." (Jo 17:6). "...e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (At 13:48). "...como nos escolheu nele antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4).

Erro 2 - Há vários tipos de eleição divina para a vida eterna. Um é geral e indefinido, e outro é particular e definido. Esta última eleição ou é incompleta, revogável, não-decisiva e condicional, ou é completa, irrevogável, decisiva e absoluta. Do mesmo modo, há uma eleição para fé e outra para salvação. Portanto eleição pode ser para a fé justificante, sem ser decisiva para a salvação.

Refutação - Isto é uma invenção da mente humana, sem nenhuma base na Escritura. Essa invenção corrompe a doutrina da eleição e quebra a corrente de ouro da nossa salvação. "E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou." (Rom 8:30).

Erro 3 - O bom propósito de Deus do qual a Escritura fala na doutrina da eleição não significa que Ele escolheu certas pessoas e não outras, mas que Ele, dentre todas as condições possíveis (inclusive as obras da lei) ou seja, dentre todas as possibilidades, escolheu como condição de salvação, o ato de fé, que é sem méritos de si mesmo, e a obediência imperfeita da fé. Na sua graça Ele a considera como obediência perfeita e digna da recompensa da vida eterna.

Refutação - Este erro perigoso invalida o bom propósito de Deus e o mérito de Cristo, e desvia as pessoas, por questões inúteis, da verdade da justificação graciosa e da simplicidade da Escritura. Ele acusa de falsidade esta declaração do apóstolo: " ...que nos salvou e nos chamou com santa vocação; não segundo as nossas obras, mas conforme a sua própria determinação e graça que nos foi dada em Cristo Jesus antes dos tempos eternos." (II Tim 1:9).

Erro 4 - Eleição para fé depende das seguintes condições prévias: o homem deve fazer uso adequado da luz da natureza, e deve ser piedoso, humilde, submisso e qualificado para a vida eterna.

Refutação - Assim parece que a eleição depende destas coisas. Isto tem o sabor do ensino de Pelágio e está em conflito com o ensino do apóstolo em Efésios 2:3-9: "...entre os quais também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais. Mas Deus, sendo rico em misericórdia, por causa do grande amor com que nos amou, e estando nós mortos em nossos delitos, nos deu vida juntamente com Cristo -- pela graça sois salvos, e juntamente com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus; para mostrar nos séculos vindouros a suprema riqueza da sua graça, em bondade para conosco em Cristo Jesus. Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie."

Erro 5 - A eleição incompleta e não-definitiva de certas pessoas para a salvação se baseou nisto: Deus previu que elas começariam a crer, se converter, viver em santidade e piedade, e até continuariam nisto por algum tempo. Eleição completa e definitiva de pessoas, porém, ocorreu porque Deus previu que elas perseverariam em fé, conversão, santidade e piedade até ao fim. Isto é a dignidade graciosa e evangélica por causa da

qual a pessoa que é escolhida é mais digna que outra que não é escolhida. Consequentemente a fé, a obediência de fé, a piedade e a perseverança não são frutos da imutável eleição para glória. São condições e causas previamente requeridas e previstas como cumpridas naqueles que serão eleitos completamente. Só com base nestas condições ocorre a eleição imutável para a glória.

Refutação - Este erro está em conflito com toda a Escritura que repete constantemente para nossos ouvidos e corações, estas e semelhantes afirmações: eleição "não [é] por obras mas por aquele que chama..." (Rom 9:11), "...e creram todos os que haviam sido destinados para a vida eterna." (At 13:48); "...nos escolheu nele antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis perante ele..." (Ef 1:4); "Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros..." (Jo 15:16); "...se é pela graça, já não é pelas obras; do contrário, a graça já não é graça." (Rom 11:6). "Nisto consiste o amor, não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que Ele nos amou, e enviou o seu Filho..." (I Jo 4:10).

Erro 6 - Nem toda eleição para salvação é imutável. Alguns dos eleitos podem perder-se e de fato se perdem eternamente, não obstante qualquer decreto de Deus.

Refutação - Este erro grosseiro faz Deus mutável, destrói o conforto dos crentes quanto à constância de sua eleição, e contradiz a Escritura: os eleitos não podem ser enganados (Mt 24:24); "E a vontade de quem me enviou é esta: Que nenhum eu perca de todos os que me deu..." (Jo 6:39); "E aos que predestinou a esses também chamou; e aos que chamou a esses também justificou; e aos que justificou a esses também glorificou." (Rom 8:30).

Erro 7 - Nesta vida não há fruto, consciência ou certeza da eleição imutável para glória, exceto a certeza que depende de uma condição mutável e incerta.

Refutação - Falar acerca de uma certeza incerta é não apenas absurdo mas também contrário à experiência dos santos. Sentindo sua eleição, eles se regozijam junto com o apóstolo e glorificam este benefício de Deus (Cf Ef 1:12). Conforme o mandamento de Cristo Eles se regozijam junto com os discípulos por seus nomes estarem escritos nos céus (Lc 10:20). Eles colocam a consciência de sua eleição contra os dardos inflamados das tentações do diabo, quando

perguntam: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus?" (Rom 8:33).

Erro 8 - Deus não decidiu, simplesmente com base em sua justa vontade, deixar ninguém na queda de Adão e no estado comum de pecado e condenação. Nem decidiu passar ninguém quando deu a graça, necessária para fé e conversão.

Refutação - Pois isto é certo: "Logo, tem ele misericórdia de quem quer, e também endurece a quem lhe apraz." (Rom 9:18). E também isto: "...Porque a vós outros é dado conhecer os mistérios do reino dos céus, mas àqueles não lhes é isso concedido." (Mt 13:11). Igualmente: "...Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas cousas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi de teu agrado." (Mt 11:25,26).

Erro 9 - Deus envia o Evangelho a um povo mais que a um outro, não meramente e somente por causa do bom propósito de sua vontade, mas por ser este melhor e mais digno que o outro, ao qual o Evangelho não é comunicado.

Refutação - Moisés nega isto quando se dirige ao povo de Israel dizendo: "Eis que os céus e os céus dos céus são do SENHOR teu Deus, a terra e tudo o que nela há. Tão-somente o SENHOR se afeiçoou a teus pais para os amar: a vós outros, descendentes deles escolheu de todos os povos, como hoje se vê." (Dt 10:14, 15). E Cristo diz: "Ai de ti, Corazim! ai de ti, Betsaida! porque, se em Tiro e em Sidom se tivessem operado os milagres que em vós se fizeram, há muito que elas se teriam arrependido, com pano de saco e cinza." (Mt 11:21).

CAPÍTULO 2
A MORTE DE CRISTO
E A REDENÇÃO DO HOMEM POR MEIO DELA

1. Deus é não só supremamente misericordioso mas também supremamente justo. E como Ele se revelou em sua Palavra,

sua justiça exige que nossos pecados, cometidos contra sua infinita majestade, sejam punidos nesta vida e na futura, em corpo e alma. Não podemos escapar destas punições a menos que seja cumprida a justiça de Deus.

2. Por nós mesmos, entretanto, não podemos cumprir tal satisfação nem podemos livrar a nós mesmos da ira de Deus. Por isso Deus, em sua infinita misericórdia deu seu Filho único como nosso Fiador. Por nós, ou em nosso lugar, Ele foi feito pecado e maldição na cruz para que pudesse satisfazer a Deus por nós.

3. Esta morte do Filho de Deus é o único e perfeito sacrifício pelos pecados, de valor e dignidade infinitos, abundantemente suficiente para expiar os pecados do mundo inteiro.

4. Essa morte é de tão grande poder e valor porque quem se submeteu a ela, é não apenas verdadeira e perfeitamente santo homem, mas também o Filho único de Deus. Ele é Deus eterno e infinito junto ao Pai e ao Espírito Santo. Assim devia ser nosso Salvador. Além disto, Ele sentiu, quando morria a ira e a maldição de Deus que nós merecemos, pelos nossos pecados.

5. A promessa do Evangelho é que todo aquele que crer no Cristo crucificado não pereça mas tenha vida eterna. Esta promessa deve ser anunciada e proclamada sem discriminação a todos os povos e a todos os homens, aos quais Deus em seu bom propósito envia o Evangelho, com a ordem de se arrepender e crer.

6. Muitos que têm sido chamados pelo Evangelho não se arrependem nem crêem em Cristo, mas perecem na incredulidade. Isto não acontece por causa de algum defeito ou insuficiência no sacrifício de Cristo na cruz, mas por causa de sua própria culpa.

7. Mas aqueles que verdadeiramente crêem e, pela morte de Cristo, são libertos e salvos dos seus pecados e perdição, recebem tal benefício apenas por causa da graça de Deus, que lhes é dada, em Cristo, desde a eternidade. Deus não deve a ninguém tal graça.

8. Pois este foi o soberano conselho, a vontade graciosa e o propósito de Deus o Pai, que a eficácia vivificante e salvífica da preciosíssima morte de seu Filho fosse estendida a todos os

eleitos. Daria somente a eles a justificação pela fé e por conseguinte os traria infalivelmente à salvação. Isto quer dizer que foi da vontade de Deus que Cristo por meio do sangue na cruz (pelo qual Ele confirmou a nova aliança) redimisse efetivamente de todos os povos, tribos, línguas e nações, todos aqueles e somente aqueles que foram escolhidos desde a eternidade para serem salvos, e Lhe foram dado pelo Pai. Deus quis que Cristo lhes desse a fé, que Ele mesmo lhes conquistou com sua morte, junto com outros dons salvíficos do Espírito Santo. Deus quis também que Cristo os purificasse de todos os pecados por meio do seu sangue, tanto do pecado original como dos pecados atuais, que foram cometidos antes e depois de receberem a fé. E que Cristo os guardasse fielmente até ao fim e finalmente os fizesse comparecer perante o próprio Pai em glória, "sem mácula, nem ruga" (Ef 5:27).

9. Este conselho, procedendo do amor eterno de Deus aos eleitos, tem sido poderosamente cumprido, desde o começo do mundo até hoje, ainda que as "portas do inferno" em vão tentem frustrá-lo. O conselho de Deus também continuará a ser cumprido. No devido tempo os eleitos serão unidos em um só rebanho, e sempre haverá uma Igreja de crentes fundada no sangue de Cristo. Esta Igreja ama firmemente seu Salvador (o qual como noivo deu na cruz sua própria vida por sua noiva), O serve com perseverança e O glorifica agora e para sempre.

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

Erro 1 - Deus o Pai destinou seu Filho à morte na cruz sem um decreto definido de determinadas pessoas. Mesmo que a redenção por Cristo conquistada de fato nunca tivesse sido aplicada a nem uma só pessoa, o que Ele alcançou pela sua morte podia ter sido necessário, proveitoso e valioso e podia permanecer perfeito, completo, e intacto em todas as suas partes.

Refutação - Esta doutrina é uma ofensa à sabedoria do Pai, ao mérito de Cristo e é contrária à Escritura. Pois o nosso

Salvador afirma: "... dou a minha vida pelas ovelhas." e "eu as conheço..." (Jo 10:15, 27). E o profeta Isaías fala acerca do Salvador: "... quando der ele a sua alma como oferta pelo pecado, verá a sua posteridade e prolongará os seus dias; e a vontade do SENHOR prosperará nas suas mãos." (Is 53:10). Finalmente, este erro invalida o artigo de fé pelo qual confessamos a Igreja universal de Cristo.

Erro 2 - Não era propósito da morte de Cristo que Ele confirmasse de fato a nova aliança da graça pelo seu sangue. Mas era somente propósito que conquistasse para o Pai o mero direito de estabelecer de novo uma aliança com o homem, seja de graça seja de obras, conforme a vontade do Pai.

Refutação - Isto contradiz a Escritura que ensina que Cristo se tornou o Fiador e Mediador de uma aliança superior, isto é, da nova aliança. Um testamento só se concretiza em caso de morte (Hb 7:22 e 9:15, 17).

Erro 3 - Por sua satisfação ao Pai, Cristo não mereceu para ninguém a salvação segura nem a fé pela qual esta satisfação para salvação é efetivamente aplicada. Ele obteve apenas para o Pai a possibilidade ou a vontade perfeita, para tratar de novo com o homem e para prescrever novas condições conforme sua vontade. Depende entretanto da livre vontade do homem para preencher estas condições. Portanto poderia acontecer que ninguém ou todos os homens preenchessem tais condições.

Refutação - Aqueles que ensinam este erro desprezam a morte de Cristo e não reconhecem de maneira nenhuma o seu mais importante resultado ou benefício. Eles evocam do inferno o erro pelagiano.

Erro 4 - A nova aliança da graça, que Deus o Pai, mediante a morte de Cristo, estabeleceu com o homem, não consiste nisso que nós estamos justificados diante de Deus e salvos pela fé se ela aceita o mérito de Cristo. Ela consiste no fato de que Deus revogou a exigência de perfeita obediência à lei e considera agora a própria fé e a obediência de fé, ainda que imperfeitas, como a perfeita obediência à lei. Ele acha, em sua graça, que elas sejam dignas da recompensa da vida eterna.

Refutação - Os que ensinam isto contradizem a Escritura: "...sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus, a quem Deus propôs, no

seu sangue, como propiciação, mediante a fé..." (Rom 3:24, 25). Eles introduzem, junto com o ímpio Socino, uma nova e estranha justificação do homem diante de Deus, contrária ao consenso da Igreja inteira.

Erro 5 - Todas as pessoas têm sido aceitas por Deus, de tal maneira que estão reconciliadas com Ele e participam da aliança. Por isso ninguém está sujeito à condenação ou será condenado por causa do pecado original. Todos estão livres da culpa deste pecado.

Refutação - Esta opinião contraria a Escritura que ensina que nós somos "por natureza filhos da ira" (Ef 2:3).

Erro 6 - Deus, por sua parte, quer dar a todas as pessoas igualmente os benefícios conquistados pela morte de Cristo. Entretanto algumas obtêm o perdão de pecados e a vida eterna, e outras não. Esta distinção depende de sua própria livre vontade que se junta à graça que é oferecida sem distinção. Mas não depende do dom especial da misericórdia que opera tão poderosamente nestas pessoas, que elas, diferentes de outras, se apropriam desta graça.

Refutação - Os que ensinam assim abusam da distinção entre aquisição e apropriação da salvação para implantar esta opinião nas mentes de pessoas imprudentes e sem experiência. Enquanto eles simulam apresentar esta distinção da maneira correta, procuram induzir na mente do povo o perigoso veneno dos erros pelagianos.

Erro 7 - Cristo não podia nem precisava morrer, nem morreu de fato, por aqueles a quem Deus amou supremamente e elegeu para a vida eterna, visto que estes não precisavam da morte de Cristo.

Refutação - Esta doutrina contradiz o apóstolo, que declara: O Filho de Deus "me amou e a si mesmo se entregou por mim." (Gl 2:20). Igualmente: "Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo Jesus quem morreu..." por eles (Rom.8:33, 34). E o Salvador assegura: "...dou a minha vida pelas ovelhas." (Jo 10:15). E mais: "O meu mandamento é este, que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos." (Jo 15:12, 13).

CAPÍTULOS 3 e 4
A CORRUPÇÃO DO HOMEM, A SUA CONVERSÃO A DEUS E O MODO DELA

1. No princípio o homem foi criado à imagem de Deus. Foi adornado em seu entendimento com o verdadeiro e salutar conhecimento de Deus e de todas as coisas espirituais. Sua vontade e seu coração eram retos, todos os seus afetos puros; portanto, era o homem completamente santo. Mas, desviando-se de Deus sob instigação do diabo e pela sua própria livre vontade, ele se privou destes dons excelentes. Em lugar disso trouxe sobre si cegueira, trevas terríveis, leviano e perverso juízo em seu entendimento; malícia, rebeldia e dureza em sua vontade e seu coração; também impureza em todos os seus afetos.

2. Depois da queda, o homem corrompido gerou filhos corrompidos. Então a corrupção, de acordo com o justo julgamento de Deus, passou de Adão até todos os seus descendentes, com exceção de Cristo somente. Não passou por imitação, como os antigos pelagianos afirmavam, mas por procriação da natureza corrompida.

3. Portanto, todos os homens são concebidos em pecado e nascem como filhos da ira, incapazes de qualquer ação que o salve, inclinados para o mal, mortos em pecados e escravos do pecado. Sem a graça do Espírito Santo regenerador nem desejam nem tampouco podem retornar a Deus, corrigir suas naturezas corrompidas ou ao menos estar dispostos para esta correção.

4. É verdade que há no homem depois da queda um resto de luz natural. Assim ele retém ainda alguma noção sobre Deus, sobre as coisas naturais e a diferença entre honrado e desonrado e pratica um pouco de virtude e disciplina exterior. Mas o homem está tão distante de chegar ao conhecimento salvífico de Deus e à verdadeira conversão por meio desta luz natural que ele não a usa apropriadamente nem mesmo em assuntos cotidianos. Antes, qualquer que seja esta luz, o homem totalmente a polui de maneiras diversas e a detém pela injustiça. Assim ele se faz indesculpável perante Deus.

5. O que foi dito sobre a luz da natureza vale também com relação à lei dos Dez Mandamentos, dada por Deus através de Moisés, particularmente aos judeus. A lei revela como é grande o pecado e mais e mais convence o homem de sua culpa, mas não aponta o remédio nem dá a força para sair desta miséria. A lei ficou sem força pela carne e deixa o transgressor debaixo da maldição. Por esta razão o homem não pode obter a graça salvadora através da lei.

6. Aquilo que a luz natural nem a lei podem fazer, Deus o faz pelo poder do Espírito Santo e pela pregação ou ministério da reconciliação, que é o Evangelho do Messias. Agradou a Deus usar este Evangelho para salvar os crentes, tanto na antiga quanto na nova aliança.

7. No Antigo Testamento Deus revelou este mistério da sua vontade apenas a poucas pessoas. No Novo testamento, entretanto, Ele retirou a distinção entre os povos e revelou o mistério a muito mais pessoas. Esta distribuição distinta do Evangelho não é causada pela maior dignidade de um certo povo, nem pelo melhor uso da luz da natureza, mas pelo soberano bom propósito e amor imerecido de Deus. Portanto eles que recebem tão grande graça, além e ao contrário de tudo que merecem, devem reconhecer isto com coração humilde e agradecido. Mas eles devem com o apóstolo adorar a severidade e justiça dos julgamentos de Deus sobre aqueles que não recebem esta graça. Estes julgamentos de Deus, eles não devem, de maneira nenhuma, investigá-los curiosamente.

8. Mas tantos quantos são chamados pelo Evangelho, seriamente o são. Porque Deus revela séria e sinceramente em sua Palavra o que Lhe agrada, a saber, que aqueles que são chamados venham a Ele. Ele também seriamente promete descanso para a alma e vida eterna a todos que a Ele vierem e crerem.

9. Muitos são chamados através do ministério do Evangelho mas não vêm nem são convertidos. Não é a culpa do Evangelho, nem do Cristo que é oferecido pelo Evangelho, nem de Deus que chama através do Evangelho e inclusive confere vários dons a eles. Mas é sua própria culpa. Alguns deles não aceitam a Palavra da vida por descuido. Outros de fato a recebem, mas não em seus corações, e por isso, quando desaparece a alegria de sua fé temporária, viram as costas à Palavra. Ainda outros sufocam a semente da Palavra com os espinhos dos cuidados e prazeres deste mundo, e não

produzem nenhum fruto. Isto é o que o Salvador ensina na parábola do semeador (Mt 13).

10. Outros que são chamados pelo ministério do Evangelho vêm e são convertidos. Isto não pode ser atribuído ao homem, como se ele se distinguisse por sua livre vontade de outros que receberam a mesma e suficiente graça para fé e conversão, como a heresia orgulhosa de Pelágio afirma. Mas isto deve ser atribuído a Deus: como Ele os escolheu em Cristo desde a eternidade, assim Ele os chamou efetivamente no tempo. Ele lhes dá fé e arrependimento; Ele os livra do poder das trevas e os transfere para o reino de seu Filho. Tudo isto Ele faz a fim de que eles proclamem as grandes virtudes daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz, e se gloriem não em si mesmos mas no Senhor, como é o testemunho geral dos escritos apostólicos (Col 1:13; 1 Pe 2:9; 1 Cor 1:31).

11. Deus realiza seu bom propósito nos eleitos e opera neles a verdadeira conversão da seguinte maneira: Ele faz com que ouçam o Evangelho mediante a pregação e poderosamente ilumina suas mentes pelo Espírito Santo de tal modo que possam entender corretamente e discernir as coisas do Espírito de Deus. Mas pela operação eficaz do mesmo Espírito regenerador, Deus também penetra até os recantos mais íntimos do homem. Ele abre o coração fechado e amolece o que está duro, circuncida o que está incircunciso e introduz novas qualidades na vontade. Esta vontade estava morta, mas Ele a faz reviver; era má, mas Ele a torna boa; estava indisposta, mas Ele a torna disposta; era rebelde, mas Ele a faz obediente. Ele move e fortalece esta vontade de tal forma que, como uma boa árvore, seja capaz de produzir frutos de boas obras (I Cor 2:14).

12. Esta conversão é aquela regeneração, renovação, nova criação, ressurreição dos mortos e vivificação, tão exaltada nas Escrituras, a qual Deus opera em nós, sem nós. Mas esta regeneração não é efetuada pela pregação apenas, nem por persuasão moral. Nem ocorre de tal maneira que, havendo Deus feito a sua parte, resta ao poder do homem ser regenerado ou não regenerado, convertido ou não convertido. Ao contrário, a regeneração é uma obra sobrenatural, poderosíssima, e ao mesmo tempo agradabilíssima, maravilhosa, misteriosa e indizível. De acordo com o testemunho da Escritura, inspirada pelo próprio autor desta obra, regeneração não é inferior em poder à criação ou à ressurreição dos mortos. Consequentemente todos aqueles em

cujos corações Deus opera desta maneira maravilhosa são, certamente, infalivelmente e efetivamente regenerados e de fato passam a crer. Portanto a vontade que é renovada não é apenas acionada e movida por Deus, mas ela age também, sob a ação de Deus, por si mesma. Por isso também se diz corretamente que o homem crê e se arrepende mediante a graça que recebeu.

13. Como Deus opera, os crentes, enquanto vivos, não podem entender completamente. Entretanto, porém, estão tranqüilos sabendo e sentindo que por esta graça de Deus eles crêem com o coração e amam seu Salvador.

14. Fé é, portanto, um dom de Deus. Isto não significa que Deus a oferece à livre vontade do homem, mas que ela é, de fato, conferida ao homem e nele infundida. Não é um dom no sentido de que Deus apenas concede poder para crer e depois espera da livre vontade do homem o consentimento para crer ou o ato de crer. Ao contrário, é um dom no sentido de que Deus efetua no homem tanto a vontade de crer quanto o ato de crer. Ele opera tanto o querer como o realizar, sim, opera tudo em todos. (Ef 2:8; Fp 2:13).

15. Esta graça Deus não deve a ninguém. Em troca de que seria Ele devedor ao homem? Quem tem primeiro dado a Ele para que possa ser retribuído? O que poderia Deus dever a alguém que nada tem de si mesmo a não ser pecado e falsidade? Aquele portanto, que recebe esta graça deve e rende eterna gratidão a Deus. Porém quem não recebe esta graça, nem valoriza estas coisas espirituais e tem prazer na sua própria situação, ou numa falsa segurança em vão se gaba de ter o que não tem. Além disto, quanto aos que manifestam sua fé e corrigem suas vidas, nós devemos julgar e falar da maneira mais favorável, de acordo com o exemplo dos apóstolos, pois o fundo do coração é desconhecido de nós. Quanto aos que ainda não foram chamados, nós devemos orar a Deus em seu favor, pois Ele é que chama à existência as coisas que não existem. De maneira nenhuma, porém, podemos ter uma atitude orgulhosa para com eles, como se nós tivéssemos realizado nossa posição distinta (Rom 11:35).

17. O homem não deixou, apesar da queda, de ser homem dotado de intelecto e vontade; e o pecado, que tem penetrado em toda a raça humana, não privou o homem de sua natureza humana, mas trouxe sobre ele depravação e morte espiritual. Assim também a graça divina da regeneração não age sobre os

homens como se fossem máquinas ou robôs, e não destrói a vontade e as suas propriedades, ou a coage violentamente. Mas a graça a faz reviver espiritualmente, a cura, a corrige, e a dobra agradável e ao mesmo tempo poderosamente. Como resultado, onde dominava rebelião e resistência da carne, agora, pelo Espírito começa a prevalecer uma pronta e sincera obediência. Esta é a verdadeira renovação espiritual e liberdade da vontade. E se o admirável autor de todo bem não agisse desse modo conosco, o homem não teria esperança de levantar-se da sua queda por meio de sua livre vontade, pela qual ele, quando ainda estava em pé, se lançou na perdição.

18. A todo-poderosa operação de Deus pela qual Ele produz e sustenta nossa vida natural não exclui mas requer o uso de meios, pelos quais Ele quis exercer seu poder, de acordo com sua infinita sabedoria e bondade. Da mesma maneira a mencionada operação sobrenatural de Deus, pela qual Ele nos regenera, de modo nenhum exclui ou anula o uso do Evangelho, que o mui sábio Deus ordenou para ser a semente da regeneração e o alimento da alma. Por esta razão os apóstolos, e os mestres que os sucederam, piedosamente instruíram o povo acerca da graça de Deus, para sua glória e para humilhação de toda soberba do homem. Ao mesmo tempo eles não descuidaram de manter o povo, pelas santas admoestações do Evangelho, sob a ministração da Palavra, dos sacramentos e da disciplina.

Por isso aqueles que hoje ensinam ou aprendem na igreja não devem ousar tentar a Deus, separando aquilo que Ele em seu bom propósito quis preservar inteiramente unido. Pois a graça é conferida, através de admoestações, e quanto mais prontamente desempenhamos nosso dever, tanto mais este benefício de Deus, que opera em nós, se manifesta gloriosamente e sua obra prossegue da maneira melhor. A Deus somente toda glória eternamente, tanto pelos meios quanto pelo fruto e eficácia salvíficos.

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

Erro 1 - É impróprio dizer que o pecado original em si é suficiente para condenar toda a raça humana ou merecer castigo temporal e eterno.

Refutação - Isto contradiz o apóstolo que declara: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram." (Rom 5:12) E no verso 16 diz: "... o julgamento derivou de uma só ofensa, para a condenação." E em Rom 6:23: "O salário do pecado é a morte."

Erro 2 - Os dons espirituais ou as boas qualidades e virtudes, tal como a bondade, santidade, justiça, não podiam estar na vontade do homem quando no princípio foi criado. Por isso também não podiam ter sido separados da sua própria vontade quando caiu.

Refutação - Este erro é contrário à descrição da imagem de Deus que o apóstolo dá em Ef 4:24, dizendo que ela consiste em justiça e santidade, que sem dúvida estão na vontade.

Erro 3 - Na morte espiritual os dons espirituais não são separados da vontade do homem. Porque a vontade como tal nunca tem sido corrompida mas apenas atrapalhada pelo obscurecimento do entendimento e pela desordem das afeções. Se estes obstáculos forem removidos, a vontade pode exercer seu livre poder inato. A vontade é por si mesma capaz de desejar e escolher ou não toda espécie de bem que lhe for apresentada.

Refutação - Esta é uma novidade e um engano, e tende a exaltar os poderes da livre vontade, contrário ao que o profeta Jeremias declara no cap. 17:9: "Enganoso é o coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto...." E o apóstolo Paulo escreve: "Entre os quais (os filhos da desobediência) também todos nós andamos outrora, segundo as inclinações da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos" (Ef 2:3).

Erro 4 - O homem não-regenerado não é realmente ou totalmente morto em pecados, ou privado de toda capacidade para fazer o bem. Ele ainda pode ter fome e sede de justiça e vida, e pode oferecer sacrifício de espírito contrito e quebrantado que agrada a Deus.

Refutação - Estas afirmações são contrárias ao testemunho claro da Escritura: "Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados" (Ef 2:1; cf.vs.5). E, "...era continuamente mau todo o desígnio do seu coração" (Gn 6:5; cf.8:21). Além do mais, somente os regenerados e os bem-aventurados têm fome e sede da libertação da miséria, e da vida, e oferecem a Deus um sacrifício de espírito quebrantado (Sl 51:19 e Mt 5:6).

Erro 5 - O homem degenerado e carnal pode usar bem a graça comum (o que é a luz natural), ou os dons ainda lhe deixados após a queda. Assim ele, sozinho, pode alcançar, pouco a pouco e gradualmente, uma graça maior, isto é, a graça evangélica ou salvadora, e até a salvação. Dessa forma Deus, por seu lado, mostra-se pronto para revelar Cristo a todo homem, porque a todos Ele administra suficiente e efetivamente os meios necessários para conhecer Cristo, para crer e se arrepender.

Refutação - Tanto a experiência de todas as épocas como a Escritura testificam que isto não é verdade. "Mostra a sua palavra a Jacó, as suas leis e os seus preceitos a Israel. Não fez assim a nenhuma outra nação; todas ignoram os seus preceitos" (Sl 147:19,20). "...o qual nas gerações passadas permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos" (At 14:16). E Paulo e seus companheiros foram "impedidos pelo Espírito Santo de pregar a Palavra na Asia, defrontando Mísia, tentavam ir para Bitínia, mas o Espírito de Jesus não o permitiu" (At 16:6,7).

Erro 6 - Na verdadeira conversão do homem, Deus não pode infundir novas qualidades, novos poderes ou dons na vontade humana. Portanto a fé, que é o começo da conversão, e que nos dá o nome de crente, não é uma qualidade ou um dom outorgados por Deus mas apenas um ato do homem. Somente com respeito ao poder para alcançar a fé, pode se dizer que é um dom.

Refutação - Este ensino contradiz a Sagrada Escritura que declara que Deus infunde em nossos corações novas qualidades de fé, obediência e experiência de seu amor: "Na mente lhes imprimirei as minhas leis, também nos corações lhas inscreverei" (Jr 31:33). E: "...derramarei água sobre o sedento, e torrentes sobre a terra seca" (Is 44:3). E ainda: "...o amor de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi outorgado" (Rom 5:5). O ensino arminiano

também contraria a prática constante da Igreja, que ora com o profeta: "Converte-me, e serei convertido" (Jr 31:18).

Erro 7 - Esta graça pela qual somos convertidos a Deus é apenas um apelo gentil. Ou (como alguns explicam): Esta maneira de agir, que consiste em aconselhar é a mais nobre maneira de converter o homem e está mais em harmonia com a natureza do homem. Não há razão porque tal graça persuasiva não seja suficiente para tornar espiritual o homem natural. Em verdade, Deus não produz o consentimento da vontade a não ser através deste tipo de apelo moral. O poder da operação divina supera a ação de Satanás, Deus prometendo bens eternos e Satanás bens temporais.

Refutação - Isto é Pelagianismo por completo, e contrário a toda Escritura que conhece além deste apelo moral, outra operação, muito mais poderosa e divina: a ação do Espírito Santo na conversão do homem: "Dar-vos-ei coração novo, e porei dentro em vós espírito novo; tirarei de vós o coração de pedra e vos darei coração de carne" (Ez 36:26).

Erro 8 - Na regeneração do homem Deus não usa os poderes de sua onipotência de tal maneira que Ele dobra a vontade do homem, à força e infalivelmente, para fé e conversão. Mesmo sendo realizadas todas as operações da graça que Deus possa usar para converter o homem e mesmo que Deus tenha a intenção e a vontade de regenerá-lo, o homem ainda pode resistir a Deus e ao Santo Espírito. De fato freqüentemente resiste, chegando a impedir totalmente sua regeneração. Portanto ser ou não ser regenerado permanece no poder do homem.

Refutação - Isto é nada mais nada menos que anular todo o poder da graça de Deus em nossa conversão e sujeitar a operação do Deus Todo-Poderoso à vontade do homem. É contrário ao que os apóstolos ensinam: cremos "... segundo a eficácia da força do seu poder" (Ef 1:19), e: "...para que nosso Deus cumpra... com poder todo propósito de bondade e obra de fé..." (2 Ts 1:11), e também: "...pelo seu divino poder nos têm sido doadas todas as coisas que conduzem à vida e piedade..." (2 Pe 1:3).

Erro 9 - Graça e livre vontade são as causas parciais que operam juntas no início da conversão. Pela ordem destas causas a graça não precede à operação da vontade do homem. Deus não ajuda efetivamente a vontade do homem para sua

conversão, enquanto a própria vontade do homem não se move e decide se converter.

Refutação - A Igreja Antiga há muito tempo já condenou esta doutrina dos Pelagianos, de acordo com a palavra do apóstolo: "Assim, pois, não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rom 9:16). Também: "Pois quem é que te faz sobressair? e que tens tu que não tenhas recebido?..." (1 Cor 4:7)? E ainda: "...porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade" (Fp 2:13).

CAPÍTULO 5
A PERSEVERANÇA DOS SANTOS

1. Aqueles que, de acordo com o seu propósito, Deus chama à comunhão do seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e regenera pelo seu Santo Espírito, Ele certamente os livra do domínio e da escravidão do pecado. Mas nesta vida, Ele não os livra totalmente da carne e do corpo de pecado (Rom 7:24).

2. Portanto, pecados diários de fraqueza surgem e até as melhores obras dos santos são imperfeitas. Estes são para eles constante motivo para humilhar-se perante Deus e refugiar-se no Cristo crucificado. Também são motivo para mais e mais mortificar a carne através do Espírito de oração, e através dos santos exercícios de piedade, e ansiar pela meta da perfeição. Eles fazem isto até que possam reinar com o Cordeiro de Deus nos céus, finalmente livres deste corpo de morte.

3. Por causa dos seus pecados remanescentes e também por causa das tentações do mundo e de Satanás, aqueles que têm sido convertidos não poderiam perseverar nesta graça, se deixados ao cuidado de suas próprias forças. Mas Deus é fiel: misericordiosamente os confirma na graça, uma vez conferida sobre eles, e poderosamente preserva a eles na sua graça até o fim.

4. O poder de Deus, pelo qual Ele confirma e preserva os verdadeiros crentes na graça, é tão grande que isto não pode ser vencido pela carne. Mas os convertidos nem sempre são guiados e movidos por Deus, e assim eles poderiam, em certos casos, por sua própria culpa, se desviar da direção da graça, e ser seduzidos pelos desejos da carne e segui-los. Devem, portanto, vigiar constantemente e orar para que não caiam em tentação. Quando não vigiarem e orarem, eles podem ser levados pela carne, pelo mundo e por Satanás para sérios e horríveis pecados. Isto ocorre também muitas vezes pela justa permissão de Deus. A lamentável queda de Davi, Pedro e outros santos, descrita na Sagrada Escritura, demonstra isto.

5. Por tais pecados grosseiros, entretanto, eles causam a ira de Deus, se tornam culpados da morte, entristecem o Espírito Santo, suspendem o exercício da fé, ferem profundamente suas consciências e algumas vezes perdem temporariamente a sensação da graça. Mas quando retornam ao reto caminho por meio de arrependimento sincero, logo a face paternal de Deus brilha novamente sobre eles.

6. Pois Deus, que é rico em misericórdia, de acordo com o imutável propósito da eleição, não retira completamente o seu Espírito dos seus, mesmo em sua deplorável queda. Nem tão pouco permite que venham a cair tanto que recaiam da graça da adoção e do estado de justificado. Nem permite que cometam o pecado que leva à morte, isto é, o pecado contra o Espírito Santo e assim sejam totalmente abandonados por Ele, lançando-se na perdição eterna.

7. Pois, em primeiro lugar, em tal queda, Deus preserva neles sua imperecível semente da regeneração, a fim de que esta não pereça nem seja lançada fora. Além disto, através da sua Palavra e seu Espírito, certamente Ele os renova efetivamente para arrependimento. Como resultado eles se afligem de coração com uma tristeza para com Deus pelos pecados que têm cometido; procuram e obtêm pela fé, com coração contrito, perdão pelo sangue do Mediador; e experimentam novamente a graça de Deus, que é reconciliado com eles, adorando sua misericórdia e fidelidade. E de agora em diante eles se empenham mais diligentemente pela sua salvação com temor e tremor.

8. Assim, não é por seus próprios méritos ou força mas pela imerecida misericórdia de Deus que eles não caiam totalmente da fé e da graça e nem permaneçam caídos ou se percam

definitivamente. Quanto a eles, isto facilmente poderia acontecer e aconteceria sem dúvida. Porém, quanto a Deus, isto não pode acontecer, de modo nenhum. Pois seu decreto não pode ser mudado, sua promessa não pode ser quebrada, seu chamado em acordo com seu propósito não pode ser revogado. Nem o mérito, a intercessão e a preservação de Cristo podem ser invalidados, e a selagem do Espírito tão pouco pode ser frustrada ou destruída.

9. Os crentes podem estar certos e estão certos desta preservação dos eleitos para salvação e da perserverança dos verdadeiros crentes na fé. Esta certeza é de acordo com a medida de sua fé, pela qual eles crêem com certeza que são e permanecerão verdadeiros e vivos membros da Igreja, e que têm o perdão de pecados e a vida eterna.

10. Esta certeza não vem de uma revelação especial, sem ou fora da Palavra, mas vem da fé nas promessas de Deus, que Ele revelou abundantemente em sua Palavra para nossa consolação. Vem também do testemunho do Espírito Santo, testificando com o nosso espírito de que somos filhos e herdeiros de Deus; e finalmente, vem do zelo sério e santo por uma boa consciência e por boas obras. E se os eleitos não tivessem neste mundo a sólida consolação de obter a vitória e esta garantia infalível da glória eterna, seriam os mais miseráveis de todos os homens (Rom 8:16,17).

11. No entanto, a Escritura testifica que os crentes nesta vida têm de lutar contra várias dúvidas da carne e, sujeitos a graves tentações, nem sempre sentem plenamente esta confiança da fé e certeza da perseverança. Mas Deus, que é Pai de toda a consolação, não os deixa ser tentados além de suas forças, mas com a tentação proverá também o livramento e pelo Espírito Santo novamente revive neles a certeza da perseverança (I Cor. 10:13).

12. Entretanto, esta certeza de perseverança não faz de maneira nenhuma que os verdadeiros crentes se orgulhem e se acomodem. Ao contrário, ela é a verdadeira raiz da humildade, reverência filial, verdadeira piedade, paciência em toda luta, orações fervorosas, firmeza em carregar a cruz e confessar a verdade e alegria sólida em Deus. Além do mais, a reflexão deste benefício é para eles um estímulo para praticar séria e constantemente a gratidão e as boas obras, como é evidente nos testemunhos da Escritura e nos exemplos dos santos.

13. Quando pessoas são levantadas de uma queda (no pecado) começa a reviver a confiança na perseverança. Isto não produz descuido ou negligência na piedade delas. Em vez disto produz maior cuidado e diligência para guardar os caminhos do Senhor, já preparados, para que, andando neles, possam preservar a certeza da perseverança. Quando fazem isto o Deus reconciliado não retira de novo sua face delas por causa do abuso da sua bondade paternal (a contemplação dela é para os piedosos mais doce que a vida e sua retirada mais amarga que a morte), e elas não cairão em tormentos mais graves da alma (Ef. 2:10).

14. Tal como agradou a Deus iniciar sua obra da graça em nós pela pregação do evangelho, assim Ele a mantém, continua e aperfeiçoa pelo ouvir e ler do Evangelho, pelo meditar nele, pelas suas exortações, ameaças, e promessas, e pelo uso dos sacramentos.

15. Deus revelou abundantemente em sua Palavra esta doutrina da perseverança dos verdadeiros crentes e santos, e da certeza dela, para a glória do seu Nome e para a consolação dos piedosos. Ele a imprime nos corações dos crentes, mas a carne não pode entendê-la. Satanás a odeia, o mundo zomba dela, os ignorantes e hipócritas dela abusam, e os heréticos a ela se opõem. A Noiva de Cristo, entretanto, sempre tem-na amado ternamente e defendido constantemente como um tesouro de inestimável valor. Deus, contra quem nenhum plano pode se valer e nenhuma força pode prevalecer, cuidará para que a Igreja possa continuar fazendo isso. Ao único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, sejam a honra e a glória para sempre. Amém!

REJEIÇÃO DE ERROS

Havendo explicado a doutrina ortodoxa, o Sínodo rejeita os seguintes erros:

Erro 1 - A perseverança dos verdadeiros crentes não é resultado da eleição ou um dom de Deus obtido pela morte de Cristo. É uma condição da nova aliança, que o homem deve cumprir pela sua livre vontade antes da assim chamada eleição decisiva, e justificação.

Refutação - A Escritura Sagrada testifica que a perseverança provém da eleição e é dada aos eleitos pelo poder da morte, ressurreição e intercessão de Cristo: "a eleição o alcançou; e os mais foram endurecidos" (Rom 11:7). Também: "Aquele que não poupou a seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura não nos dará graciosamente com Ele todas as coisas? Quem intentará acusação contra os eleitos de Deus? É Deus quem os justifica. Quem os condenará? É Cristo quem morreu, ou antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo?" (Rom 8:32-35)

Erro 2 - Deus de fato provê os crentes de suficientes forças para perseverar, e está pronto para preservar tais forças nele, se este cumprir seu dever; mas ainda que todas estas coisas tenham sido estabelecidas, que são necessárias para perseverar na fé e que Deus usa para preservar a fé, ainda assim dependerá da vontade humana se perseverar ou não.

Refutação - Esta idéia é abertamente pelagiana. Enquanto deseja libertar o homem, o faz usurpador da honra de Deus. Combate o consenso geral da doutrina evangélica que retira do homem todo motivo de orgulho e atribui todo louvor por este benefício somente à graça de Deus. É também contrário ao apóstolo que declara: "...o qual também vos confirmará até ao fim, para serdes irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Cor 1:8).

Erro 3 - Crentes verdadeiramente regenerados não só podem perder completa e definitivamente a fé justificadora, a graça e a salvação, mas de fato as perdem freqüentemente e assim se perdem eternamente.

Refutação - Esta opinião invalida a graça, justificação, regeneração e contínua preservação por Cristo. Ela é contrária às palavras expressas do apóstolo Paulo: "Mas Deus prova o seu próprio amor para conosco, pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira" (Rom 5:8,9). É contrária ao apóstolo João: "Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando porque é nascido de Deus" (1 Jo 3:9). Também é contrária às palavras de Jesus Cristo: "Eu lhes dou a vida eterna; jamais perecerão, eternamente, e ninguém as arrebatará da minha mão. Aquilo que meu Pai me deu é maior

do que tudo; e da mão do Pai ninguém pode arrebatar" (Jo 10:28,29).

Erro 4 - Verdadeiros crentes regenerados podem cometer o pecado que leva à morte ou o pecado contra o Espírito Santo.

Refutação - Após o apóstolo João ter falado no 5º capítulo de sua 1ª carta, versos 16 e 17, sobre aqueles que pecam para morte e de ter proibido de orar por eles, logo acrescenta no verso 18: "Sabemos que todo aquele que é nascido de Deus não vive em pecado, antes, Aquele que nasceu de Deus o guarda, e o maligno não lhe toca."

Erro 5 - Sem uma revelação especial não podemos ter nesta vida, nenhuma certeza da perseverança futura.

Refutação - Por tal doutrina o seguro consolo dos crentes verdadeiros nesta vida é tirado, e as dúvidas dos seguidores do papa são novamente introduzidas na igreja. As Escrituras Sagradas, entretanto, sempre deduzem esta segurança, não a partir de uma revelação especial e extraordinária, mas a partir das marcas dos filhos de Deus e das promessas mui firmes dEle. Especialmente o apóstolo Paulo ensina isto:"...nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus que há em Cristo Jesus nosso Senhor" (Rom 8:39). E João escreve: "E aquele que guarda os seus mandamentos permanece em Deus, e Deus nele. E nisto conhecemos que Ele permanece em nós, pelo Espírito que nos deu" (1 Jo 3:24).

Erro 6 - Por sua própria natureza a doutrina da certeza da perseverança e da salvação causa falsa segurança e prejudica a piedade, os bons costumes, orações e outros santos exercícios. Ao contrário, é louvável duvidar desta certeza.

Refutação - Esta falsa doutrina ignora o efetivo poder da graça de Deus e a operação do Santo Espírito, que habita em nós. Contradiz o apóstolo João que, em palavras explícitas, ensina o contrário: "Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque havemos de vê-Lo como ele é. E a si mesmo se purifica todo o que nele tem esta esperança, como ele é puro." (1 Jo 3:2,3) Ainda mais, ela é refutada pelos exemplos dos santos tanto no Antigo como no Novo Testamento, que, não obstante estarem certos de sua perseverança e salvação, continuaram em oração e outros exercícios de piedade.

Erro 7 - A fé daqueles que crêem apenas por um tempo não é diferente da fé justificadora e salvadora, a não ser com respeito à sua duração.

Refutação - Em Mt 13:20-23 e Lc 8:13-15 Cristo mesmo indica claramente, além da duração, uma tríplice diferença entre os que crêem só por um tempo e os verdadeiros crentes. Ele declara que o primeiro recebe a semente em terra rochosa, mas o último em bom solo, ou seja, em bom coração; que o primeiro é sem raiz, mas o último tem firme raiz; que o primeiro não tem fruto, mas o último produz fruto em várias medidas, constante e perseverantemente.

Erro 8 - Não é absurdo o fato de alguém, tendo perdido sua primeira regeneração, nascer de novo e mesmo freqüentemente nascer de novo.

Refutação - Esta doutrina nega que a semente de Deus, pela qual somos nascidos de novo, seja incorruptível. Isto é contrário ao testemunho do apóstolo Pedro: "...pois fostes regenerados, não de semente corruptível, mas de incorruptível..." (I Ped. 1:23).

Erro 9 - Cristo em lugar algum orou para que os crentes perseverassem infalivelmente na fé.

Refutação - Isto contradiz ao próprio Cristo, que diz: "Eu, porém, roguei por ti" (Pedro) "para que a tua fé não desfaleça." (Lc 22:32). Também contradiz o apóstolo João que declara que Cristo não orava somente pelos apóstolos, mas também por todos aqueles que viessem a crer por meio da palavra deles: "Pai Santo, guarda-os em teu nome, que me deste...Não peço que os tires do mundo; e, sim, que os guardes do mal." (Jo 17:11,15).

CONCLUSÃO

Esta é a declaração clara, simples, e sincera da doutrina ortodoxa com respeito aos Cinco Artigos de Fé disputados na Holanda; e esta é a rejeição dos erros pelos quais as Igrejas têm sido perturbadas, por algum tempo. O Sínodo de Dort

julga a presente declaração e as rejeições serem tiradas da Palavra de Deus e conforme as Confissões das Igrejas Reformadas. Assim torna-se evidente que alguns agiram muito impropriamente e contrário à toda verdade, equidade e amor, desejando persuadir o povo do seguinte:

- A doutrina das Igrejas Reformadas com relação à predestinação e assuntos relacionados com ela, por seu caráter e tendência, desvia os corações dos homens da verdadeira religião.

- Ela é um ópio do diabo para a carne, bem como uma fortaleza para Satanás, onde permanece à espera por todos, fere multidões atingindo mortalmente a muitos com os dardos tanto de desespero quanto de falsa segurança.

- Faz de Deus o autor injusto do pecado, um tirano e hipócrita; é nada mais do que um renovado Estoicismo, Maniqueísmo, Libertinismo e Islamismo.

- Conduz a um pecaminoso descuido porque faz as pessoas crer que nada pode impedir a salvação dos eleitos, não importando como vivam, e que portanto podem, tranqüilamente, cometer os crimes mais horríveis. Por outro lado, se os reprovados tivessem produzido todas as obras dos santos, isto não poderia nem ao menos contribuir para a salvação deles.

- A mesma doutrina ensina que Deus tem predestinado e criado a maior parte da humanidade para a condenação eterna só por um ato arbitrário de sua vontade sem levar em conta qualquer pecado.

- Da mesma maneira pela qual a eleição é a fonte e a causa da fé e boas obras, a reprovação é a causa da incredulidade e impiedade.

- Muitos filhos inocentes de pais crentes são arrancados do seio de suas mães e, tiranicamente lançados no inferno, de tal modo que nem o sangue de Cristo, nem o batismo nem as orações da Igreja no ato do batismo lhes podem ser proveitosos.

Há muitas outras coisas semelhantes que as Igrejas Reformadas não apenas não confessam mas também repelem de todo coração.

Portanto, este Sínodo de Dort conclama em nome do Senhor a todos os que piedosamente invocam o nosso Salvador Jesus Cristo, que não julguem a fé das Igrejas Reformadas a partir das calúnias juntadas daqui e dali, nem tão pouco a partir de declarações pessoais de alguns professores, modernos ou antigos, que muitas vezes são citadas em má fé, distorcidas e explicadas de forma oposta ao seu sentido real.

Mas deve-se julgar a fé das Igrejas Reformadas pelas Confissões públicas destas Igrejas, e pela presente declaração da ortodoxa doutrina, confirmada pelo consenso unânime de cada um dos membros de todo o Sínodo.

Além do mais, o Sínodo adverte os caluniosos para que considerem o severo julgamento de Deus à espera deles, por falar falso testemunho contra tantas igrejas e contra as Confissões delas, e por conturbar as consciências dos fracos e por tentar colocar em suspeito, aos olhos de muitos, a comunidade dos verdadeiros crentes.

Finalmente, este Sínodo exorta todos os conservos no evangelho de Cristo a comportar-se em santo temor e piedade diante de Deus, quando lidarem com esta doutrina em escolas e igrejas.

Ao ensiná-la, tanto pela palavra falada quanto escrita, devem procurar a glória de Deus, a santidade de vida, e a consolação das almas aflitas. Seus pensamentos e palavras sobre a doutrina devem estar em concordância com a Escritura, de acordo com a analogia da fé. E devem abster-se de usar qualquer frase que exceda os limites prescritos pelo genuíno sentido das Escrituras

Sagradas para não dar aos frívolos sofistas boas oportunidades para atacar ou caluniar a doutrina das Igrejas Reformadas.

Que o Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, o qual está sentado à direita do Pai e envia seus dons aos homens, nos santifique na verdade. Que Ele traga à verdade os que se desviaram dela, cale a boca dos caluniosos da sã doutrina e equipe os ministros fiéis da sua Palavra com o Espírito de sabedoria e discrição, para que tudo que falem possa ser para a glória de Deus e a edificação dos ouvintes. Amém.

A Confissão de Fé Menonita de Dordrecht (1632)

Tradução: Walter Andrade Campelo

Adotada em 21 de abril de 1632, pela Conferência Menonita Holandesa reunida em Dordrecht, Holanda.

I. De Deus e a Criação de Todas as Coisas

Desde que encontramos testificado que sem fé é impossível agradar a Deus, e que aquele que vem a Deus deve crer que há um Deus, e que Ele é galardoador dos que o buscam; então, confessamos com a boca, e cremos com o coração, com toda a piedade, de acordo com as Sagradas Escrituras, no eterno, todo-poderoso, e incompreensível Deus, o Pai, o Filho, e o Espírito Santo, e em nada mais, ou em qualquer outro; [O Deus][1] diante de quem nenhum outro deus foi feito ou existiu, nem haverá qualquer um diante Dele: porque Dele, e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; a Ele seja o louvor e a honra para todo o sempre, Amém.

Hb.11:6; Dt.6:4; Gn.17:1; Is.46:8; I Jo.5:7; Rm.11:36

Deste mesmo Deus único, que opera tudo em todos, nós cremos e confessamos que é o Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; [cremos] que Ele, em seis dias, criou, fez, e preparou o céu e a terra, e o mar, e tudo o que neles há; e que Ele ainda governa e sustenta a mesma e toda a Sua obra através da Sua sabedoria, do Seu poder, e da palavra do Seu poder.

I Co.12:6; Gn.1; At.14:15

E quando terminou Suas obras, e tendo-as ordenado e preparado, cada uma em sua natureza e propriedades, boas e corretas, de acordo com Sua vontade, criou o primeiro homem, o pai de nós homens, Adão; a quem formou do pó da terra, e soprou em suas narinas o fôlego da vida, de modo que se tornasse alma vivente, [que foi] criada por Deus à Sua própria imagem e semelhança, em justiça e santidade, para a vida eterna. Ele o considerou acima de todas as outras criaturas, dotando-o com mui altos e gloriosos dons, colocando-o no jardim do gozo ou Paraíso, e lhe dando um mandamento e proibição; em seguida tomou uma costela de Adão, e fez dela uma mulher, e a trouxe a ele, unindo e dando-a a ele como ajudadora, companheira, e esposa; e como conseqüência disto também fez com que deste único homem, Adão, descendam todos os homens que habitam sobre toda a terra.

Gn.1:27; 2:7, 17-18, 22

II. Da Queda do Homem

Cremos e confessamos, de acordo com as Sagradas Escrituras, que estes nossos primeiros pais, Adão e Eva, não continuaram por muito [tempo] neste estado de glória no qual foram criados, mas que eles, seduzidos pela sutileza e engano da serpente, e a inveja do demônio, transgrediram o grande mandamento de Deus e se tornaram desobedientes ao seu Criador; por esta desobediência o pecado veio ao mundo, e a morte pelo pecado, a qual então passou a todos os homens, porque todos pecaram, e, conseqüentemente, trouxeram sobre si a ira de Deus, e a condenação; por esta razão, por Deus foram expulsos do Paraíso, ou jardim de gozo, para arar a terra, em dor comer dela, e comer seu pão no suor dos seus rostos, até que tornassem à terra, de onde foram tomados; e que, por conseguinte, por este único pecado, eles se tornaram tão desonrados, separados, e distantes de Deus que, nem por si mesmos, nem por quaisquer de seus descendentes, nem pelos anjos, nem por homens, nem por qualquer outra criatura no céu ou na terra, poderiam ser erguidos, remidos, ou reconciliados com Deus, e assim deveriam permanecer eternamente perdidos, não tendo Deus em compaixão por Suas criaturas, provendo por elas, ou intervindo com Seu amor e misericórdia.

Gn.3:6; IV Esd.3:7; Rm.5:12,18; Gn.3:23; Sl.49:8; Ap.5:9; Jo.3:16

III. Da Restauração do Homem Através da Promessa do Cristo que Estava por Vir

No que concerne à restauração do primeiro homem e de sua posteridade, confessamos e cremos, que Deus, não obstante sua queda, transgressão e pecado, e sua posterior incapacidade, não estava, todavia, desejando lançá-los fora inteiramente, ou deixá-los para sempre perdidos; mas, [confessamos e cremos] que o chamou novamente a si, o consolou, e lhe mostrou que nele ainda havia um meio para sua reconciliação, a saber: o Cordeiro imaculado, o Filho de Deus, que foi para isto conhecido antes da fundação do mundo, e que lhe foi prometido enquanto ainda estava no Paraíso para a consolação, redenção e salvação dele mesmo e de sua posteridade; sim, aqueles que, daquele momento em diante, pela fé, fossem dados a Ele como sendo seus; por quem todos os piedosos patriarcas, aos quais esta promessa foi frequentemente renovada,

almejavam e inquiriam, e a quem, pela fé, eles viram à frente e à distância, [enquanto estavam] à espera do cumprimento [da promessa], de que Ele, por sua vinda, redimiria, libertaria e ergueria a raça humana da queda do seu pecado, da culpa e da injustiça.

Jo.1:29; I Pe.1:19[-20]; Gn.3:15; I Jo.3:8; 2:1; Hb.11:13, 39; Gl.4:4

IV. Da Vinda de Cristo a Este Mundo, e o Propósito Pelo Qual Ele Veio

Cremos e confessamos, além disso, que quando o tempo da promessa, pelo qual todos os piedosos antepassados tanto haviam almejado e esperado, chegou e foi cumprido, o previamente prometido Messias, Redentor e Salvador, vindo de Deus, foi enviado. E que, conforme as previsões dos profetas e o testemunho dos evangelistas, Ele veio ao mundo, e de fato, em carne se manifestou, e a Palavra, ela própria, se fez carne e homem; [cremos e confessamos também] que Ele foi concebido na virgem Maria, que foi desposada com um homem chamado José, da casa de Davi; e que ela Lhe deu à luz como seu filho primogênito, em Belém, que O envolveu em panos, e que O deitou em uma manjedoura.

Jo.4:25, 16:28; I Tm.3:16; Jo.1:14; Mt.1:23; Lc.2:7

Também confessamos e cremos que este é o mesmo que foi divulgado como tendo sido desde a antiguidade, desde a eternidade, sem início de dias, ou fim de vida; sobre quem está testificado que Ele próprio é o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim, o primeiro e o derradeiro; que Ele é aquele mesmo, e nenhum outro, que foi conhecido, prometido, enviado, e que veio a este mundo; que é o único, primeiro e o próprio Filho de Deus; que foi antes que João o Batista, antes que Abraão, antes que o mundo; de fato, que foi o Senhor de Davi, e Deus de todo o mundo, o primogênito de toda a criação; que foi trazido a este mundo, e para quem um corpo foi preparado, o qual Ele entregou como um sacrifício e oferta, como cheiro suave a Deus, sim, para a consolação, redenção, e salvação de toda a humanidade.

Jo.3:16; Hb.1:6; Rm.8:32; Jo.1:30; Mt.22:43; Cl.1:15; Hb.10:5

Mas sobre como e de que maneira este precioso corpo foi preparado, e como a Palavra se fez carne, e Ele Próprio [se fez] homem, sobre isto nós nos contentamos com a afirmação concernente a este assunto a qual os ilustres evangelistas nos deixaram em seus relatos, de acordo com a qual confessamos juntamente com todos os santos, que: Ele é o Filho do Deus vivente, em quem somente consiste toda nossa esperança, consolação, redenção, e salvação, o que não podemos nem devemos buscar em nenhum outro.

Lc.1:31-32; Jo.20:31; Mt.16:16

Nós ademais cremos e confessamos com as Escrituras que, quando Ele terminou Sua carreira, e cumpriu a obra para a qual Ele foi enviado e [pela qual] veio ao mundo, Ele foi, conforme a providência de Deus, entregue nas mãos dos iníquos; sofreu sob o juiz, Pôncio Pilatos; foi crucificado, morto, foi enterrado, e ao terceiro dia ressuscitou dos mortos, e ascendeu ao céu; e que se assentou ao alto à direita

de Deus a Majestade, de onde Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos.

Lc.22:53; 23:1; 24:6-7,51

E que deste modo o Filho de Deus morreu, e experimentou a morte, e derramou Seu precioso sangue por todos os homens; e que por meio disso Ele pisou a cabeça da serpente, desfazendo as obras do Demônio, riscando a cédula [que era contrária] e obtendo perdão dos pecados para toda a humanidade; portanto se tornando a causa da salvação eterna de todos aqueles que, de Adão até o fim do mundo, cada um a seu tempo, crerem Nele, e O obedecerem.

Gn.3:15; I Jo.3:8; Cl.2:14; Rm.5:18

V. Da Lei de Cristo, isto é, o Santo Evangelho ou o Novo Testamento

Nós também cremos e confessamos que antes de Sua ascensão Ele instituiu Seu Novo Testamento, e, desde que era para ser e permanecer um Testamento eterno, [cremos] que Ele o confirmou e selou com Seu precioso sangue, e o deu e deixou para Seus discípulos; sim, preenchendo-os tão fortemente com ele, que nem anjo nem homem podem alterá-lo, nem acrescentar ou tirar dele; e que Ele o produziu contendo tanto do inteiro conselho e vontade de Seu Pai celestial quanto foi necessário para a salvação ser proclamada, em Seu nome, por Seus amados apóstolos, mensageiros, e ministros - a quem Ele chamou, escolheu, e enviou ao mundo com este propósito - entre todos os povos, nações, e línguas; para que o arrependimento e a remissão dos pecados fossem pregados e testificados; e [cremos] que, concordemente, Ele tem com isto declarado a todos os homens sem distinção, que aqueles que, através da fé, como filhos obedientes atenderem, seguirem, e praticarem o que o mesmo contém, serão Seus filhos e herdeiros legais; deste modo não excluindo ninguém da preciosa herança de eterna salvação, exceto os descrentes e desobedientes, tortos e obstinados, que desprezam [o evangelho], e incorrem nisto por seus próprios pecados, fazendo-os, desta forma, indignos da vida eterna.

Jr.31:31; Hb.9:-15-17; Mt.26:28; Gl.1:8; I Tm.6:3; Jo.15:15; Mt.28:19; Mc.16:15; Lc.24:47; Rm.8:17; At.13:46

VI. Do Arrependimento e Transformação de Vida

Cremos e confessamos que, já que a imaginação do coração do homem é má desde sua juventude, e, portanto, inclinada a toda iniqüidade, pecado, e maldade, a primeira lição do precioso Novo Testamento do Filho de Deus é o arrependimento e a transformação de vida; conseqüentemente, aqueles que têm ouvidos para ouvir, e corações para entender, devem gerar genuínos frutos [dignos] de arrependimento, transformar suas vidas, crer no Evangelho, evitar o mal e fazer o bem, desistir da iniqüidade, renunciar ao pecado, despir-se do velho homem com seus feitos, e vestir-se do novo homem, que conforme Deus é criado em justiça e verdadeira santidade: porque, nem o batismo, ou a ceia, ou o ser membro da igreja, nem qualquer outra cerimônia exterior, podem sem fé, regeneração, mudança, e renovação de vida, ajudar em algo a agradar a Deus ou a obter Dele qualquer consolação ou promessa de salvação; mas devemos ir a

Deus com um coração puro, e uma fé perfeita, e a crença em Jesus Cristo, como nos diz a Escritura, e testificar Dele; [pois,] através de tal fé obtemos perdão dos pecados, somos santificados, justificados, e feitos filhos de Deus, sim, participantes de Sua mente, natureza, e imagem, sendo, do alto, de novo gerados de Deus, através de uma semente incorruptível.

Gn.8:21; Mc.1:15; Ez.12:2; Cl.3:9-10; Ef.4:22,24; Hb.10:22-23; Jo.7:38

VII. Do Santo Batismo

No que concerne ao batismo confessamos que nós, crentes arrependidos, os que pela fé, regeneração, e renovação do Espírito Santo, fomos feitos um com Deus e estamos escritos no céu, devemos: sobre Bíblica profissão de fé, e renovação de vida, ser batizados em água, no digníssimo nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, de acordo com o mandamento de Cristo e o ensino, exemplo e prática dos apóstolos, para sepultamento dos pecados, e assim ser incorporados na comunhão dos santos; e daí em diante aprender a observar todas as coisas que o Filho de Deus tem ensinado, deixado, e ordenado aos Seus discípulos.

At.2:38; Mt.28:19-20; Rm.6:4; Mc.16:16; Mt.3:15; At.8:16; 9:18; 10:47; 16:33; Cl.2:11-12

VIII. Da Igreja de Cristo

Cremos em, e confessamos, uma igreja de Deus visível, a saber, aqueles que, como foi dito antes, verdadeiramente se arrependem e crêem, e são corretamente batizados; aqueles que são um com Deus no céu, e [são] perfeitamente incorporados na comunhão dos santos aqui na terra. Esta nós confessamos ser a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, os que são declarados ser a noiva e a esposa de Cristo, sim, filhos e herdeiros da vida eterna, a tenda, o tabernáculo, e a habitação de Deus em Espírito; edificados sobre a fundação dos apóstolos e profetas, dos quais o próprio Jesus Cristo é declarado ser a pedra principal de esquina (sobre a qual a Sua igreja é construída). Esta [é] a igreja do Deus vivente, a qual Ele adquiriu, comprou, e remiu com Seu próprio e precioso sangue; com a qual, de acordo com Sua promessa, Ele estará e permanecerá para sempre, mesmo no fim do mundo, para consolação e proteção, sim, habitará e andará junto deles, e os preservará, de modo que nem rios nem tempestades, nem mesmo as portas do inferno, os moverão ou prevalecerão contra eles; - esta igreja, nós afirmamos, pode ser reconhecida por sua fé bíblica, sua doutrina, seu amor, e sua santa conversação, como, também, pela frutífera observância, prática, e manutenção das verdadeiras ordenanças de Cristo, as quais Ele tão altamente ordenou aos Seus discípulos.

I Co.12; I Pe.2:9; Jo.3:29; Ap.19:7; Tt.3:6-7; Ef.2:19-21; Mt.16:18; I Pe.1:18-19; Mt.28:20; II Co.6:16; Mt.7:25

IX. Da Eleição, e dos Ofícios de Mestres, Diáconos, e Diaconisas na Igreja

No que concerne aos ofícios e eleições na igreja, nós cremos e confessamos que, já que sem os ofícios e as ordenações a igreja não pode subsistir em seu crescimento, nem continuar em desenvolvimento, então o próprio Senhor Jesus

Cristo, como o esposo em Sua casa, instituiu, determinou, encarregou, e ordenou Seus ofícios e ordenações. De maneira que todos devem andar neles, e atentar para a Sua obra e chamado e executá-los, assim que encontrados, do mesmo modo como Ele próprio, sendo o fiel, grande, e sumo Pastor e Bispo de nossas almas, foi enviado, e veio ao mundo, não para ferir, quebrar, ou destruir as almas dos homens, mas para curá-las e restaurá-las, para buscar o perdido, e derrubar a parede de separação que estava no meio, para fazer de dois um, e assim reunir judeus, gentios, e todas as nações, em um rebanho, em uma igreja com Seu nome, para que - nenhum venha a pecar ou estar perdido - Ele próprio deu Sua vida, e assim ministrando-lhes a salvação, e libertando-os e remindo-os, no que ninguém mais poderia ajudá-los ou socorrê-los.

Ef.4:10-12; I Pe.2:25; Mt.12:19; 18:11; Ef.2:14; Gl.3:28; Jo.10:9,11,15; Sl.49:8

E que Ele, além disso, antes de Sua partida, deixou Sua igreja suprida com ministros fiéis, apóstolos, evangelistas, pastores e mestres, a quem Ele antes, através do Espírito Santo, escolheu com oração e súplica; que eles devem governar a igreja, alimentar o Seu rebanho, e vigiá-lo, protegê-lo e supri-lo, sim, fazer todas as coisas, como Ele fez antes deles, tendo ensinado, pelo exemplo mostrado, e tendo-lhes incumbido, de ensinar a guardar todas as coisas que Ele lhes mandou.

Lc.10:1; 6:12-13; Jo.2:15

Que, do mesmo modo, os apóstolos, como fiéis seguidores de Cristo, e líderes da igreja, foram diligentes a este respeito, com oração e súplicas a Deus, através da eleição de irmãos, de modo a suprir cada cidade, lugar, ou igreja, com bispos, pastores, e líderes. E que para ordenar tais pessoas a isto, os mesmos deverão ter cuidado de si mesmos, da doutrina e do rebanho; para que sejam sadios na fé, piedosos na vida e na conversação, e de boa fama tanto fora quanto dentro da igreja; para que possam ser exemplo, luz, e padrão de todas as santas e boas obras, dignamente administrando as ordenanças do Senhor - o batismo e a ceia. E devem em todo lugar (onde tais possam ser encontrados) apontar homens fiéis que sejam capazes de também ensinar a outros, como presbíteros, ordenando-os através de imposição de mãos em nome do Senhor, para prover todas as necessidades da igreja de acordo com suas habilidades; assim que, como servos fiéis, devem bem usar seus talentos recebidos do Senhor, obtendo benefício com eles, e, consequentemente, salvando a si mesmos e aqueles que os ouvem.

I Tm.3:1; At.23:24; Tt.1:5; I Tm.4:16; Tt.2:1-2; I Tm.3:7; II Tm.2:2; I Tm.4:14; 5:2; Lc.19:13

Que eles devem também olhar diligentemente, cada um particularmente entre aqueles seus sobre os quais tenha a supervisão, para que todos os lugares estejam bem supridos com diáconos (para olhar pelos pobres e cuidar deles), os quais devem receber as contribuições e as ofertas, de modo a reparti-las fielmente e com toda a propriedade aos santos que sejam pobres e necessitados.

At.6:3-6

E que também as viúvas honradas e idosas devem ser escolhidas e ordenadas diaconisas. Que elas com os diáconos devem visitar, confortar, e cuidar dos pobres, fracos, doentes, aflitos e necessitados, como também das viúvas e dos órfãos, e ajudar a atender a outras carências e necessidades da igreja no melhor de suas habilidades.

I Tm.5:9; Rm.16:1; Tg.1:27

Ademais, no que diz respeito aos diáconos, que eles - especialmente quando são preparados, e eleitos e ordenados a isto pela igreja, para a assistência e alívio dos presbíteros - devem exortar a igreja (já que eles, como tem sido dito, são escolhidos para isto), e labutar também na Palavra e no ensino; que cada um deve ministrar aos outros com os dons que recebeu do Senhor, de modo que através do mútuo serviço e da assistência de cada membro, cada um em sua medida, o corpo de Cristo possa ser aperfeiçoado, e a videira e igreja do Senhor continue a crescer, aumentar, e ser edificada, como lhe é próprio.

X. Da Santa Ceia

Também confessamos e observamos o partir do pão, ou Ceia, uma vez que o Senhor Cristo Jesus antes do Seu sofrimento o instituiu com pão e vinho, e observou e comeu com Seus apóstolos, ordenando-lhes que o observassem em memória Dele; o que eles ensinaram e praticaram na igreja, e ordenaram que fosse mantido em memória do sofrimento e da morte do Senhor; e [em memória de] Seu precioso corpo [que] foi partido, e [de] Seu sangue [que foi] derramado, por nós e por toda a humanidade, como também dos frutos disto, a saber, a redenção e a salvação eterna, os quais Ele comprou com este ato, mostrando [este] tão grande amor por nós homens pecadores; através do qual somos admoestados ao extremo, a amar e a perdoar-nos uns aos outros e aos nossos próximos, como Ele tem feito conosco, e a estarmos atentos para nos mantermos e vivermos à altura da unidade e da comunhão que temos com Deus e uns com os outros, a qual é, para nós, representada por este partir de pão.

Mt.26:26; Mc.14:22; At.2:42; I Co.10:16; 11:23

XI. Do Lavar os Pés dos Santos

Também confessamos o lavar os pés dos santos, já que o Senhor Cristo não somente o instituiu, impôs e ordenou, mas Ele próprio, mesmo sendo Ele Senhor e Mestre deles, lavou os pés de Seus apóstolos, dando, por meio disto, o exemplo de que eles deveriam do mesmo modo lavar os pés uns dos outros, e fazer conforme Ele lhes fez; o que em conformidade, deste momento em diante, eles ensinaram os crentes a observar, como sinal de verdadeira humildade, e, especialmente, para lembrar por este lavar de pés, da verdadeira lavagem, pela qual somos lavados através do Seu precioso sangue, e feitos puros de alma.

Jo.13:4-17; I Tm.5:10

XII. Do Estado de Matrimônio

Confessamos que há na igreja de Deus um honrado estado de matrimônio, de duas pessoas, crentes e livres, em concordância com a forma pela qual Deus originalmente o ordenou no Paraíso, e o instituiu Ele mesmo com Adão e Eva; e

[confessamos] que o Senhor Cristo aboliu e pôs de lado todos os abusos ao casamento que neste meio tempo haviam sido sorrateiramente introduzidos, e trouxe todas as coisas à sua ordem original, e assim as deixou.

Gn.1:27; Mc.10:4

Desta forma o Apóstolo Paulo também ensinou e permitiu o matrimônio na igreja, e deixou livre para que todas as pessoas se casem, de acordo com a ordem original, no Senhor, e para que qualquer pessoa possa obter este consentimento. Por estas palavras - no Senhor - há que se entender, pensamos, que do mesmo modo como os patriarcas tinham que se casar entre sua parentela ou geração, assim os crentes do Novo Testamento não têm igualmente nenhuma outra liberdade além daquela de se casarem entre os [que são] da geração eleita e da parentela espiritual de Cristo, isto é, aqueles, e não outros, que previamente se uniram à igreja com um mesmo coração e alma, tendo recebido o único batismo, e permanecendo em comunhão, fé, doutrina e prática, diante do que podem se unir um com o outro pelo casamento. Estes tais são então unidos por Deus em Sua igreja de acordo com a ordem original; e isto é chamado de casamento no Senhor.

II Co.7:2; I Co.9:5; Gn.24:4; 28:2; I Co.7:39

XIII. Do Ofício da Autoridade Secular

Cremos e confessamos que Deus tem ordenado poder e autoridade, e os determinou para punir o mau, e proteger o bom, para governar o mundo, e manter países e cidades, com suas populações, em boa ordem e legalidade; e que nós, por esta razão, não podemos desprezar, injuriar, ou resistir a eles, mas devemos reconhecê-los e honrá-los como ministros de Deus, e estar sujeitos e obedientes a eles, sim, prontos para todas as boas obras, especificamente no que não é contrário à lei, vontade, e ordenação de Deus; também fielmente pagar direitos, impostos e taxas, e entregar a eles o que lhes for de direito, do modo como o Filho de Deus ensinou e praticou, e ordenou que Seus discípulos fizessem; que nós devemos, além disso, constante e fervorosamente orar ao Senhor por eles e por seu bem-estar, e pela prosperidade do país, para que possamos habitar sob sua proteção, ganhar nosso sustento, e levar uma vida quieta e pacífica, com toda a piedade e honestidade; e, ademais, que o Senhor possa recompensá-los, aqui, e depois na eternidade, com todos os benefícios, liberdade, e favores que gozamos aqui sob sua louvável administração.

Rm.13:1-7; Tt.3:1; I Pe.2:17; Mt.22:21; 17:27; I Tm.2:1

XIV. Da Vingança

Com relação à vingança, que é o opor-se a um inimigo através da espada, cremos e confessamos que o Senhor Cristo proibiu e colocou à parte para Seus discípulos e seguidores toda [forma de] vingança e retaliação, e lhes ordenou não tornar a ninguém mal por mal, ou maldição por maldição, mas que ponham a espada na bainha, ou, como o profeta predisse, que convertam as espadas em enxadões.

Mt.5:39,44; Rm.12:14; I Pe.3:9; Is.2:4; Mq.4:3; Zc.9:8-9

Disto entendemos então que, de acordo com Seu exemplo, não devemos infligir dor, dano, ou tristeza a ninguém, mas buscar o maior bem-estar e salvação de todos os homens, e se a necessidade o requerer, [devemos] escapar por amor do Senhor de uma cidade ou país para outro, e sofrer a espoliação de nossos bens; [e] que não devemos prejudicar ninguém, quando somos atingidos, mas antes dar a outra face, ao invés de tomar vingança ou retaliar.

Mt.5:39

E, além disso, devemos orar por nossos inimigos, alimentá-los e fortalecê-los sempre que estiverem com fome ou com sede, e deste modo convencê-los por bem-fazer, e [assim] superar toda a ignorância.

Rm.12:19-20

Finalmente, que devemos bem fazendo nos recomendar à consciência de todo o homem; e, conforme a lei de Cristo, não fazer a ninguém o que não tivermos feito a nós.

II Co.4:2; Mt.7:12

XV. Do Afirmar sob Juramento

Concernente à afirmação sob juramento cremos e confessamos que o Senhor Cristo pôs isto de parte e proibiu Seus discípulos [de o fazerem], que eles não devem jurar de nenhuma forma, mas que sim deve ser sim, e não, não; disto entendemos que todos os juramentos, altos e baixos, são proibidos, e que ao invés deles devemos confirmar todas as nossas promessas e obrigações, sim, todas as nossas declarações e testemunhos sobre qualquer assunto, somente que nossa palavra sim, seja um sim, e que o não, seja um não; e ainda, que devemos sempre, em todos os assuntos, e com todos, sermos fiéis, manter, seguir, e cumprir [nossa palavra], como se a tivéssemos confirmado com um juramento solene. E se fizermos assim, cremos que ninguém, nem mesmo a própria Magistratura, terá justa razão para colocar grande peso sobre nossas mentes e consciência.

Mt.5:34-35; Tg.5:12; II Co.1:17

XVI. Da Excomunhão Eclesiástica, ou Separação da Igreja

Cremos em, e confessamos, um banimento, separação e Cristã correção na igreja, para regeneração, e não para destruição, de modo a distinguir o que é puro do [que é] impuro: isto é, quando alguém, após ter sido iluminado, ter aceitado o conhecimento da verdade, e ter sido incorporado à comunhão dos santos, peca novamente para a morte, seja por obstinação, ou por arrogância contra Deus, ou por alguma outra causa, e cai nas obras infrutuosas das trevas, e por isso torna-se separado de Deus, e transgressor do reino de Deus; este tal, após o fato ter sido manifesto e suficientemente conhecido pela igreja, não pode permanecer na congregação dos justos, mas, como um membro ofensor, e um pecador notório, pode e deve ser separado, [ser] posto de lado, reprovado publicamente, e lançado fora como fermento; e isto para a sua correção, como um exemplo que os outros possam temer, e para manter a igreja pura, através da sua limpeza de tais

manchas, a fim de que pela falta disto o nome do Senhor não seja blasfemado, e a igreja desonrada, e a transgressão dada aos que são de fora; e finalmente, que o pecador possa não ser condenado com o mundo, mas convença-se em sua mente, e seja movido à contrição, ao arrependimento, e à transformação.

Jr.59:2[2]; I Co.5:5,13; I Tm.5:20; I Co.5:6; II Co.10:8; 13:10

Mais além, no que concerne à reprovação e admoestação fraternal, como também à instrução dos transgressores, é necessário exercitar toda a diligência e cuidado, para velar por eles e para admoestá-los com toda mansidão, para que possam ser aperfeiçoados, e para reprovar, de acordo com o que é certo, o obstinado que permanecer empedernido; em resumo, a igreja deve afastar dela os maus (tanto em doutrina ou na vida), e a nenhum outro.

Tg.5:19; Tt.3:10; I Co.5:13

XVII. Do Evitar os Separados

No que diz respeito ao privar-se, ou afastar-se dos separados, cremos e confessamos que se alguém, tanto por sua vida de maldade ou [por sua] perversão da doutrina, tem caído tão fundo que está separado de Deus, e, conseqüentemente, também separado e punido pela igreja; este deve, de acordo com a doutrina de Cristo e Seus apóstolos, ser evitado, sem distinção, por todos os membros em comunhão da igreja, especialmente aqueles de quem ele é conhecido, em comer, beber, e outros relacionamentos similares, e nenhuma companhia devem ter com ele para que não se tornem contaminados pelo relacionamento com ele, nem sejam feitos participantes de seus pecados; mas que o pecador possa ser envergonhado, pungido em seu coração, e condenado em sua consciência, até sua reformação.

I Co.5:9-11; II Te.3:14

Ainda, em se afastar bem como em reprovar, a moderação e a discrição Cristã devem ser usadas para tal, de modo que possa conduzir o pecador, não à destruição, mas à restauração. Porque, se ele está necessitado, faminto, sedento, nu, doente, ou em qualquer outro perigo, estamos presos ao dever, a necessidade requerendo isto, de acordo com o amor e a doutrina de Cristo e Seus apóstolos, a oferecer-lhe auxílio e assistência; caso contrário, a separação tenderia neste caso mais à destruição que à restauração.

Portanto, não devemos contá-los como inimigos, mas admoestá-los como irmãos, que por meio disso possam ser trazidos ao conhecimento e ao arrependimento e contrição por seus pecados, para que assim possam ser reconciliados com Deus, e conseqüentemente ser recebidos novamente na igreja, e que o amor possa continuar com eles, como é apropriado.

II Te.3:15

XVIII. Da Ressurreição dos Mortos, e do Julgamento Final

Finalmente, no que diz respeito à ressurreição dos mortos, confessamos com a boca, e cremos com o coração, de acordo com as Escrituras, que no último dia todos os homens que morreram, e caíram adormecidos, serão despertos e

vivificados, e ressuscitarão através do incompreensível poder de Deus; e que eles, juntamente com aqueles que então estiverem vivos, e que serão transformados no piscar de um olho, ao som da última trombeta, serão postos diante do trono de julgamento de Cristo, e os bons serão separados dos maus; e que então todos receberão em seu próprio corpo de acordo com o que tiverem feito, ou bem ou mal; e que o bom ou piedoso, como bem-aventurado, será levado com Cristo, e entrará na vida eterna, e obterá aquele gozo que o olho não pode ver, nem o ouvido ouvir, nem entrou no coração do homem, para reinar e triunfar com Cristo para todo o sempre.

Mt.22:30-31; Dn.12:12; Jó 19:26; Mt.25:31; Jo.5:28; II Co.5:10; I Co.15; Ap.20:12; I Te.4:15; I Co.2:9

E que, por outro lado, os maus ou ímpios, como amaldiçoados, serão lançados fora na escuridão, sim, nas eternas dores do inferno, onde seu bicho não morre, nem seu fogo é apagado, e onde eles, de acordo com a Sagrada Escritura, não poderão jamais ter qualquer esperança, conforto, ou redenção.

Mc.9:44; Ap.14:11

Possa o Senhor, pela Sua graça, nos fazer todos dignos e adequados, que isto não aconteça a nenhum de nós; mas que possamos deste modo ter cuidado de nós mesmos, e usarmos toda a diligência, para que naquele dia possamos ser encontrados diante Dele imaculados e irrepreensíveis em paz. Amém.

Conclusão

Estes, então, como foram brevemente declarados acima, são os principais artigos de nossa geral fé Cristã, como a ensinamos e praticamos em toda parte em nossas igrejas e entre nosso povo; a qual, em nosso julgamento, é a única verdadeira fé Cristã, e que os apóstolos em seu tempo creram e ensinaram, sim, testificando com suas vidas, confirmando com suas mortes, e, alguns deles, também selando com seu sangue; na qual, nós em nossa fraqueza, junto com eles e com todos os piedosos, iremos alegremente permanecer, viver, e morrer, para que possamos por fim obter salvação juntamente com eles através da graça do Senhor.

Deste modo feito e finalizado em nossas igrejas unidas, na cidade de Dordrecht, em 21 de abril, 1632, calendário gregoriano[3].

Adoção pelos Menonitas Alsacianos[4], 1660

Nós, abaixo-assinados, ministros da palavra de Deus, e presbíteros da igreja na Alsácia, com isto declaramos e fazemos conhecido, que estando reunidos neste 04 de fevereiro do ano de nosso Senhor de 1660, em Ohnenheim no principado de Rappoltstein, por conta da Confissão de fé, a qual foi adotada na Convenção de Paz de Taufls-gesinnten a qual foi chamada de Flamenga, na cidade de Dort, no dia 21 de abril do ano de 1632, e que foi impressa em Roterdam por Franciscus von Hochstraten, no ano de 1658; e tendo examinado a mesma, e encontrado-a de acordo com nosso julgamento, a temos inteiramente adotado como nossa própria.

Adoção pelos Menonitas da América, 1725
Nós os abaixo assinados Servos da Palavra de Deus, e Presbíteros na Congregação do Povo chamada, Menonitas, na Província da Pensilvânia, validamos, e com isto tornamos conhecido, que reconhecemos a Confissão acima, Apêndice, e a escusa de Menno, como estando de acordo com nossa Opinião: e que também a temos tomado como sendo inteiramente nossa.

---

[1] NT: Esta tradução foi realizada utilizando-se o princípio de equivalência formal, assim, todas as palavras entre colchetes não se encontram no original em inglês, mas foram incluídas para dar entendimento e fluência em português.
[2] NT: Esta referência não existe, talvez seja Jr.52:9, ou mais propriamente, Is.59:2
[3] NT: do inglês "new style", referindo-se ao calendário gregoriano, que é usado até hoje, e que foi instituído em 1582.
[4] NT: a Alsácia é uma região administrativa da França, localizada a leste do país, junto às fronteiras alemã e suíça. Sua capital e maior cidade é Estrasburgo.

Confissão de Fé de Westminster

CAPÍTULO I
DA ESCRITURA SAGRADA

I. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação; por isso foi o Senhor servido, em diversos tempos e diferentes modos, revelar-se e declarar à sua Igreja aquela sua vontade; e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazê-la escrever toda. Isto torna indispensável a Escritura Sagrada, tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a sua vontade ao seu povo.
Sal. 19: 1-4; Rom. 1: 32, e 2: 1, e 1: 19-20, e 2: 14-15; I Cor. 1:21, e 2:13-14; Heb. 1:1-2; Luc. 1:3-4; Rom. 15:4; Mat. 4:4, 7, 10; Isa. 8: 20; I Tim. 3: I5; II Pedro 1: 19.

II. Sob o nome de Escritura Sagrada, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, que são os seguintes, todos dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e de prática:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	**Esdras**	**Oséias**
Êxodo	**Neemias**	**Joel**
Levítico	**Ester**	**Amós**
Números	**Jó**	**Obadias**
Deuteronômio	**Salmos**	**Jonas**
Josué	**Provérbios**	**Miquéias**
Juízes	**Eclesiastes**	**Naum**
Rute	**Cântico dos Cânticos**	**Habacuque**
I Samuel	**Isaías**	**Sofonias**
II Samuel	**Jeremias**	**Ageu**
I Reis	**Lamentações**	**Zacarias**
II Reis	**Ezequiel**	**Malaquias**
I Crônicas	**Daniel**	
II Crônicas		

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	**I Timóteo**
Marcos	**II Timóteo**
Lucas	**Tito**
João	**Filemon**
Atos	**Hebreus**
Romanos	**Tiago**
I Coríntios	**I Pedro**
II Coríntios	**II Pedro**

Gálatas	**I João**
Efésios	**II João**
Filipenses	**III João**
Colossenses	**Judas**
I Tessalonicenses	**Apocalipse**
II Tessalonicenses	

Ef. 2:20; Apoc. 22:18-19: II Tim. 3:16; Mat. 11:27.

III. Os livros geralmente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; não são, portanto, de autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou empregados senão como escritos humanos.
Luc. 24:27,44; Rom. 3:2; II Pedro 1:21.

IV. A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a palavra de Deus.
II Tim. 3:16; I João 5:9, I Tess. 2:13.

V. Pelo testemunho da Igreja podemos ser movidos e incitados a um alto e reverente apreço da Escritura Sagrada; a suprema excelência do seu conteúdo, e eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvar-se o homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela palavra e com a palavra testifica em nossos corações.
I Tim. 3:15; I João 2:20,27; João 16:13-14; I Cor. 2:10-12.

VI. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas necessárias para a glória dele e para a salvação, fé e vida do homem, ou é expressamente declarado na Escritura ou pode ser lógica e claramente deduzido dela. À Escritura nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens; reconhecemos, entretanto, ser necessária a íntima iluminação do Espírito de Deus para a salvadora compreensão das coisas reveladas na palavra, e que há algumas circunstâncias, quanto ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comum às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser

ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da palavra, que sempre devem ser observadas.
II Tim. 3:15-17; Gal. 1:8; II Tess. 2:2; João 6:45; I Cor. 2:9, 10, l2; I Cor. 11:13-14.

VII. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos; contudo, as coisas que precisam ser obedecidas, cridas e observadas para a salvação, em um ou outro passo da Escritura são tão claramente expostas e explicadas, que não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas.
II Pedro 3:16; Sal. 119:105, 130; Atos 17:11.

VIII. O Velho Testamento em Hebraico (língua vulgar do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em Grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus e pelo seu singular cuidado e providência conservados puros em todos os séculos, são por isso autênticos e assim em todas as controvérsias religiosas a Igreja deve apelar para eles como para um supremo tribunal; mas, não sendo essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras e que deve no temor de Deus lê-las e estudá-las, esses livros têm de ser traduzidos nas línguas vulgares de todas as nações aonde chegarem, a fim de que a palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, adorem a Deus de modo aceitável e possuam a esperança pela paciência e conforto das escrituras.
Mat. 5:18; Isa. 8:20; II Tim. 3:14-15; I Cor. 14; 6, 9, 11, 12, 24, 27-28; Col. 3:16; Rom. 15:4.

IX. A regra infalível de interpretação da Escritura é a mesma Escritura; portanto, quando houver questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), esse texto pode ser estudado e compreendido por outros textos que falem mais claramente.
At. 15: 15; João 5:46; II Ped. 1:20-21.

X. O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nos devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura.
Mat. 22:29, 3 1; At. 28:25; Gal. 1: 10.

CAPÍTULO II
DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

I. Há um só Deus vivo e verdadeiro, o qual é infinito em seu ser e perfeições. Ele é um espírito puríssimo, invisível, sem corpo, membros ou paixões; é imutável, imenso, eterno, incompreensível, - onipotente, onisciente, santíssimo,

completamente livre e absoluto, fazendo tudo para a sua própria glória e segundo o conselho da sua própria vontade, que é reta e imutável. É cheio de amor, é gracioso, misericordioso, longânimo, muito bondoso e verdadeiro remunerador dos que o buscam e, contudo, justíssimo e terrível em seus juízos, pois odeia todo o pecado; de modo algum terá por inocente o culpado.
Deut. 6:4; I Cor. 8:4, 6; I Tess. 1:9; Jer. 10:10; Jó 11:79; Jó 26:14; João 6:24; I Tim. 1:17; Deut. 4:15-16; Luc. 24:39; At. 14:11, 15; Tiago 1:17; I Reis 8:27; Sal. 92:2; Sal. 145:3; Gen. 17:1; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Sal. 115:3; Exo3:14; Ef. 1:11; Prov. 16:4; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; I João 4:8; Exo. 36:6-7; Heb. 11:6; Nee. 9:32-33; Sal. 5:5-6; Naum 1:2-3.

II. Deus tem em si mesmo, e de si mesmo, toda a vida, glória, bondade e bem-aventurança. Ele é todo suficiente em si e para si, pois não precisa das criaturas que trouxe à existência, não deriva delas glória alguma, mas somente manifesta a sua glória nelas, por elas, para elas e sobre elas. Ele é a única origem de todo o ser; dele, por ele e para ele são todas as coisas e sobre elas tem ele soberano domínio para fazer com elas, para elas e sobre elas tudo quanto quiser. Todas as coisas estão patentes e manifestas diante dele; o seu saber é infinito, infalível e independente da criatura, de sorte que para ele nada é contingente ou incerto. Ele é santíssimo em todos os seus conselhos, em todas as suas obras e em todos os seus preceitos. Da parte dos anjos e dos homens e de qualquer outra criatura lhe são devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que ele há por bem requerer deles.
João 5:26; At. 7:2; Sal. 119:68; I Tim. 6: 15; At - . 17:24-25; Rom. 11:36; Apoc. 4:11; Heb. 4:13; Rom. 11:33-34; At. 15:18; Prov. 15:3; Sal. 145-17; Apoc. 5: 12-14.

III. Na unidade da Divindade há três pessoas de uma mesma substância, poder e eternidade - Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo, O Pai não é de ninguém - não é nem gerado, nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai; o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho.
Mat. 3:16-17; 28-19; II Cor. 13:14; João 1:14, 18 e 15:26; Gal. 4:6.

CAPÍTULO III
DOS ETERNOS DECRETOS DE DEUS

I. Desde toda a eternidade, Deus, pelo muito sábio e santo conselho da sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece, porém de modo que nem Deus é o autor do pecado, nem violentada é a vontade da criatura, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes estabelecidas.
Isa. 45:6-7; Rom. 11:33; Heb. 6:17; Sal.5:4; Tiago 1:13-17; I João 1:5; Mat. 17:2; João 19:11; At.2:23; At. 4:27-28 e 27:23, 24, 34.

II. Ainda que Deus sabe tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis, ele não decreta coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como coisa que havia de acontecer em tais e tais condições.

At. 15:18; Prov.16:33; I Sam. 23:11-12; Mat. 11:21-23; Rom. 9:11-18.

III. Pelo decreto de Deus e para manifestação da sua glória, alguns homens e alguns anjos são predestinados para a vida eterna e outros preordenados para a morte eterna.
I Tim.5:21; Mar. 5:38; Jud. 6; Mat. 25:31, 41; Prov. 16:4; Rom. 9:22-23; Ef. 1:5-6.

IV. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são particular e imutavelmente designados; o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído.
João 10: 14-16, 27-28; 13:18; II Tim. 2:19.

V. Segundo o seu eterno e imutável propósito e segundo o santo conselho e beneplácito da sua vontade, Deus antes que fosse o mundo criado, escolheu em Cristo para a glória eterna os homens que são predestinados para a vida; para o louvor da sua gloriosa graça, ele os escolheu de sua mera e livre graça e amor, e não por previsão de fé, ou de boas obras e perseverança nelas, ou de qualquer outra coisa na criatura que a isso o movesse, como condição ou causa.
Ef. 1:4, 9, 11; Rom. 8:30; II Tim. 1:9; I Tess, 5:9; Rom. 9:11-16; Ef. 1: 19: e 2:8-9.

VI. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da sua vontade, preordenou todos os meios conducentes a esse fim; os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo, são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo seu Espírito, que opera no tempo devido, são justificados, adotados, santificados e guardados pelo seu poder por meio da fé salvadora. Além dos eleitos não há nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo.
I Pedro 1:2; Ef. 1:4 e 2: 10; II Tess. 2:13; I Tess. 5:9-10; Tito 2:14; Rom. 8:30; Ef.1:5; I Pedro 1:5; João 6:64-65 e 17:9; Rom. 8:28; I João 2:19.

VII. Segundo o inescrutável conselho da sua própria vontade, pela qual ele concede ou recusa misericórdia, como lhe apraz, para a glória do seu soberano poder sobre as suas criaturas, o resto dos homens, para louvor da sua gloriosa justiça, foi Deus servido não contemplar e ordená-los para a desonra e ira por causa dos seus pecados.
Mat. 11:25-26; Rom. 9:17-22; II Tim. 2:20; Jud. 4; I Pedro 2:8.

VIII. A doutrina deste alto mistério de predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado, a fim de que os homens, atendendo à vontade revelada em sua palavra e prestando obediência a ela, possam, pela evidência da sua vocação eficaz, certificar-se da sua eterna eleição. Assim, a todos os que sinceramente obedecem ao Evangelho esta doutrina fornece motivo de louvor, reverência e admiração de Deus, bem como de humildade diligência e abundante consolação.

Rom. 9:20 e 11:23; Deut. 29:29; II Pedro 1:10; Ef. 1:6; Luc. 10:20; Rom. 5:33, e 11:5-6, 10.

CAPÍTULO IV
DA CRIAÇÃO

I. Ao princípio aprouve a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo, para a manifestação da glória do seu eterno poder, sabedoria e bondade, criar ou fazer do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bom, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis.
Rom. 9:36; Heb. 1:2; João 1:2-3, Rom. 1:20; Sal. 104:24; Jer. 10: 12; Gen. 1; At. 17:24; Col. 1: 16; Exo. 20: 11.

II. Depois de haver feito as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea, com almas racionais e imortais, e dotou-as de inteligência, retidão e perfeita santidade, segundo a sua própria imagem, tendo a lei de Deus escrita em seus corações, e o poder de cumpri-la, mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, que era mutável. Além dessa escrita em seus corações, receberam o preceito de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal; enquanto obedeceram a este preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre as criaturas.
Gen. 1:27 e 2:7; Sal. 8:5; Ecl. 12:7; Mat. 10:28; Rom. 2:14, 15; Col. 3:10; Gen. 3:6.

CAPÍTULO V
DA PROVIDÊNCIA

I. Pela sua muito sábia providência, segundo a sua infalível presciência e o livre e imutável conselho da sua própria vontade, Deus, o grande Criador de todas as coisas, para o louvor da glória da sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia, sustenta, dirige, dispõe e governa todas as suas criaturas, todas as ações e todas as coisas, desde a maior até a menor.
Nee, 9:6; Sal. 145:14-16; Dan. 4:34-35; Sal. 135:6; Mat. 10:29-31; Prov. 15:3; II Cron. 16:9; At.15:18; Ef. 1:11; Sal. 33:10-11; Ef. 3:10; Rom. 9:17; Gen. 45:5.

II. Posto que, em relação à presciência e ao decreto de Deus, que é a causa primária, todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente, contudo, pela mesma providência, Deus ordena que elas sucedam conforme a natureza das causas secundárias, necessárias, livre ou contingentemente.
Jer. 32:19; At. 2:13; Gen. 8:22; Jer. 31:35; Isa.10:6-7.

III. Na sua providência ordinária Deus emprega meios; todavia, ele é livre para operar sem eles, sobre eles ou contra eles, segundo o seu arbítrio.
At. 27:24, 31; Isa. 55:10-11; Os.1:7; Rom. 4:20-21; Dan.3:27; João 11:34-45; Rom. 1:4.

IV. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam na sua providência, que esta se estende até a primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens, e isto não por uma

mera permissão, mas por uma permissão tal que, para os seus próprios e santos desígnios, sábia e poderosamente os limita, e regula e governa em uma múltipla dispensarão mas essa permissão é tal, que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão somente da criatura e não de Deus, que, sendo santíssimo e justíssimo, não pode ser o autor do pecado nem pode aprová-lo.
Isa. 45:7; Rom. 11:32-34; At. 4:27-28; Sal. 76:10; II Reis 19:28; At.14:16; Gen. 50:20; Isa. 10:12; I João 2:16; Sal. 50:21; Tiago 1:17.

V. O mui sábio, justo e gracioso Deus muitas vezes deixa por algum tempo seus filhos entregues a muitas tentações e à corrupção dos seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e dolo dos seus corações, a fim de que eles sejam humilhados; para animá-los a dependerem mais intima e constantemente do apoio dele e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar, para vários outros fins justos e santos.
II Cron. 32:25-26, 31; II Sam. 24:1, 25; Luc. 22:31-32; II Cor. 12:7-9.

VI. Quanto àqueles homens malvados e ímpios que Deus, como justo juiz, cega e endurece em razão de pecados anteriores, ele somente lhes recusa a graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações, mas às vezes tira os dons que já possuíam, e os expõe a objetos que a sua corrupção torna ocasiões de pecado; além disso os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Sataná5: assim acontece que eles se endurecem sob as influências dos meios que Deus emprega para o abrandamento dos outros.

Rom. 1:24-25, 28 e 11:7; Deut. 29:4; Mar. 4:11-12; Mat. 13:12 e 25:29; II Reis 8:12-13; Sal.81:11-12; I Cor. 2:11; II Cor. 11:3; Exo. 8:15, 32; II Cor. 2:15-16; Isa. 8:14.

VII. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todos os crentes, também de um modo muito especial ele cuida da Igreja e tudo dispõe a bem dela.
Amós 9:8-9; Mat. 16:18; Rom. 8-28; I Tim. 4: 10.

CAPÍTULO VI
DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DO SEU CASTIGO

I. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido. Segundo o seu sábio e santo conselho, foi Deus servido permitir este pecado deles, havendo determinado ordená-lo para a sua própria glória.
Gen. 3:13; II Cor. 11:3; Rom. 11:32 e 5:20-21.

II. Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma.

Gen. 3:6-8; Rom. 3:23; Gen. 2:17; Ef. 2:1-3; Rom. 5:12; Gen. 6:5; Jer. 17:9; Tito 1:15; Rom.3:10-18.

III. Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária.
At. 17:26; Gen. 2:17; Rom. 5:17, 15-19; I Cor. 15:21-22,45, 49; Sal.51:5; Gen.5:3; João3:6.

IV. Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais.
Rom. 5:6, 7:18 e 5:7; Col. 1:21; Gen. 6:5 e 8:21; Rom. 3:10-12; Tiago 1:14-15; Ef. 2:2-3; Mat. 15-19.

V. Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado.
Rom. 7:14, 17, 18, 21-23; Tiago 3-2; I João 1:8-10; Prov. 20:9; Ec. 7-20; Gal.5:17.

VI. Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrária, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.
I João 3:4; Rom. 2: 15; Rom. 3:9, 19; Ef. 2:3; Gal. 3:10; Rom. 6:23; Ef. 6:18; Lam, 3:39; Mat. 25:41; II Tess. 1:9.

CAPÍTULO VII
DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

I. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura, que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência como ao seu Criador, nunca poderiam fruir nada dele como bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência da parte de Deus, a qual foi ele servido significar por meio de um pacto.
Jó 9:32-33; Sal. 113:5-6; At. 17:24-25; Luc. 17: 10.

II. O primeiro pacto feito com o homem era um pacto de obras; nesse pacto foi a vida prometida a Adão e nele à sua posteridade, sob a condição de perfeita obediência pessoal.
Gal. 3:12; Rom. 5: 12-14 e 10:5; Gen. 2:17; Gal. 3: 10.

III. O homem, tendo-se tornado pela sua queda incapaz de vida por esse pacto, o Senhor dignou-se fazer um segundo pacto, geralmente chamado o pacto da graça; nesse pacto ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação por

Jesus Cristo, exigindo deles a fé nele para que sejam salvos; e prometendo dar a todos os que estão ordenados para a vida o seu Santo Espírito, para dispô-los e habilitá-los a crer.
Gal. 3:21; Rom. 3:20-21 e 8:3; Isa. 42:6; Gen. 3:15; Mat. 28:18-20; João 3:16; Rom. 1:16-17 e 10:6-9; At. 13:48; Ezeq. 36:26-27; João 6:37, 44, 45; Luc. 11: 13; Gal. 3:14.

IV. Este pacto da graça é freqüentemente apresentado nas Escrituras pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o testador, e à perdurável herança, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.
Hb. 9:15-17.

V. Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu, prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a vida eterna: essa dispensarão chama-se o Velho Testamento.
II Cor. 3:6-9; Rom. 6:7; Col. 2:11-12; I Cor. 5:7 e 10:14; Heb. 11:13; João 8:36; Gal. 3:7-9, 14.

VI. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos de graça diferentes em substância mas um e o mesmo sob várias dispensações.
Col. 2:17; Mat. 28:19-2; I Cor. 11:23-25; Heb. 12:22-24; II Cor. 3:9-11; Luc. 2:32; Ef. 2:15-19; Luc. 22:20; Gal. 3:14-16; At. 15: l 1; Rom. 3:21-22, 30 e 4:16-17, e 23-24; Heb. 1:1-2.

CAPÍTULO VIII
DE CRISTO O MEDIADOR

I. Aprouve a Deus em seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, seu Filho Unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem, o Profeta, Sacerdote e Rei, o Cabeça e Salvador de sua Igreja, o Herdeiro de todas as coisas e o Juiz do Mundo; e deu-lhe desde toda a eternidade um povo para ser sua semente e para, no tempo devido, ser por ele remido, chamado, justificado, santificado e glorificado.
Isa. 42: 1; I Ped. 1: 19-20; I Tim. 2:5; João 3:16; Deut. 18:15; At. 3:20-22; Heb. 5:5-6; Isa. 9:6-7; Luc. 1:33; Heb. 1:2; Ef. 5:23; At. 17:31; II Cor.5:10; João 17:6; Ef. 1:4; I Tim. 2:56; I Cor. 1:30; Rom.8:30.

II. O Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a ele, quando chegou o cumprimento do tempo, tomou sobre si a natureza humana com todas as suas propriedades essenciais e enfermidades comuns, contudo sem pecado, sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria e da substância dela. As duas naturezas, inteiras, perfeitas e distintas - a Divindade e a humanidade - foram inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão composição ou confusão; essa pessoa é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem.
João 1:1,14; I João 5:20; Fil. 2:6; Gal. 4:4; Heb. 2:14, 17 e 4:15; Luc. 1:27, 31, 35; Mat. 16:16; Col. 2:9; Rom. 9:5; Rom. 1:3-4; I Tim. 2:5.

III. O Senhor Jesus, em sua natureza humana unida à divina, foi santificado e sem medida ungido com o Espírito Santo tendo em si todos os tesouros de sabedoria e ciência. Aprouve ao Pai que nele habitasse toda a plenitude, a fim de que, sendo santo, inocente, incontaminado e cheio de graça e verdade, estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador. Este ofício ele não tomou para si, mas para ele foi chamado pelo Pai, que lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e lhe ordenou que os exercesse.
Sal. 45:5; João 3:34; Heb. 1:8-9; Col. 2:3, e 1:9; Heb. 7:26; João 1: 14; At. 10:38; Heb. 12:24, e 5:4-5; João 5:22, 27; Mat. 28:18.

IV. Este ofício o Senhor Jesus empreendeu mui voluntariamente. Para que pudesse exercê-lo, foi feito sujeito à lei, que ele cumpriu perfeitamente; padeceu imediatamente em sua alma os mais cruéis tormentos e em seu corpo os mais penosos sofrimentos; foi crucificado e morreu; foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu a corrupção; ao terceiro dia ressuscitou dos mortos com o mesmo corpo com que tinha padecido; com esse corpo subiu ao céu, onde está sentado à destra do Pai, fazendo intercessão; de lá voltará no fim do mundo para julgar os homens e os anjos.
Sal. 40:7-8; Heb. 10:5-6; João 4:34: Fil. 2-8; Gal. 4:4; Mat. 3:15 e 5:17; Mat. 26:37-38; Luc.22:24; Mat. 27.46; Fil 2:8; At. 2:24, 27 e 13:37; I Cor.15:4; João 20:25-27; Luc. 24:50-51; II Ped. 3:22; Rom. 8:34; Heb. 7:25; Rom. 14:10: At. 1:11, João5:28-29; Mat. 13:40-42.

V. O Senhor Jesus, pela sua perfeita obediência e pelo sacrifício de si mesmo, sacrifício que pelo Eterno Espírito, ele ofereceu a Deus uma só vez, satisfez plenamente à justiça do Pai. e para todos aqueles que o Pai lhe deu adquiriu não só a reconciliação, como também uma herança perdurável no Reino dos Céus.
Rom. 5: 19 e :25-26; Heb. 10: 14; Ef. 1: 11, 14; Col.1:20; II Cor.5: 18; 20; João 17:2; Heb.9:12,15.

VI. Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela, em

todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.
Gal. 4:45; Gen. 3:15; Heb. 3:8.

VII. Cristo, na obra da mediação, age de conformidade com as suas duas naturezas, fazendo cada natureza o que lhe é próprio: contudo, em razão da unidade da pessoa, o que é próprio de uma natureza é às vezes, na Escritura, atribuído à pessoa denominada pela outra natureza.
João 10:17-l8; I Ped. 3:18; Heb. 9:14; At. 20:28; João3:13

VIII. Cristo, com toda a certeza e eficazmente aplica e comunica a salvação a todos aqueles para os quais ele a adquiriu. Isto ele consegue, fazendo intercessão por eles e revelando-lhes na palavra e pela palavra os mistérios da salvação, persuadindo-os eficazmente pelo seu Espírito a crer e a obedecer, dirigindo os corações deles pela sua palavra e pelo seu onipotente poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a sua admirável e inescrutável dispensação.
João 6:37; 39 e10:15-16; I João 2:1; João 15:15; Ef. 1:9; João 17:6; II Cor. 4:13; Rom. 8:9, 14 e 15:18-19; João 17:17; Sal. 90:1; I Cor. 15: 25-26; Col. 2:15; Luc. 10: 19.

CAPÍTULO IX
DO LIVRE ARBITRIO

I. Deus dotou a vontade do homem de tal liberdade, que ele nem é forçado para o bem ou para o mal, nem a isso é determinado por qualquer necessidade absoluta da sua natureza.
Tiago 1:14; Deut. 30:19; João 5:40; Mat. 17:12; At.7:51; Tiago 4:7.

II. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus, mas mudavelmente, de sorte que pudesse decair dessa liberdade e poder.
Ec. 7:29; Col. 3: 10; Gen. 1:26 e 2:16-17 e 3:6.

III. O homem, caindo em um estado de pecado, perdeu totalmente todo o poder de vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação, de sorte que um homem natural, inteiramente adverso a esse bem e morto no pecado, é incapaz de, pelo seu pr6prio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso.
Rom. 5:6 e 8:7-8; João 15:5; Rom. 3:9-10, 12, 23; Ef.2:1, 5; Col. 2:13; João 6:44, 65; I Cor. 2:14; Tito 3:3-5.
IV. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, ele o liberta da sua natural escravidão ao pecado e, somente pela sua graça, o habilita a querer e fazer com toda a liberdade o que é espiritualmente bom, mas isso de

tal modo que, por causa da corrupção, ainda nele existente, o pecador não faz o bem perfeitamente, nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau.
Col.1: 13; João 8:34, 36; Fil. 2:13; Rom. 6:18, 22; Gal.5:17; Rom. 7:15, 21-23; I João 1:8, 10.

V. É no estado de glória que a vontade do homem se torna perfeita e imutavelmente livre para o bem só.
Ef. 4:13; Judas, 24; I João 3:2.

CAPÍTULO X
DA VOCAÇÃO EFICAZ

I. Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as coisas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.
João 15:16; At. 13:48; Rom. 8:28-30 e 11:7; Ef. 1:5,10; I Tess. 5:9; 11 Tess. 2:13-14; IICor.3:3,6; Tiago 1:18; I Cor. 2:12; Rom. 5:2; II Tim. 1:9-10; At. 26:18; I Cor. 2:10, 12: Ef. 1:17-18; II Cor. 4:6; Ezeq. 36:26, e 11:19; Deut. 30:6; João 3:5; Gal. 6:15; Tito 3:5; I Ped. 1:23; João 6:44-45; Sal. 90;3; João 9:3; João6:37; Mat. 11:28; Apoc. 22:17.

II. Esta vocação eficaz é só da livre e especial graça de Deus e não provem de qualquer coisa prevista no homem; na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada.
II Tim. 1:9; Tito 3:4-5; Rom. 9:11; I Cor. 2:14; Rom. 8:7-9; Ef. 2:5; João 6:37; Ezeq. 36:27; João5:25.

III. As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer, Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.
Gen. 17:7; Sal. 105:8-10; Ezeq. 16-20-21; Luc. 18:1516; At. 2:39; Gal. 3:29; João 3:8 e 16:7-8; I João 5: 12; At. 4:12.

IV. Os não eleitos, posto que sejam chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas das operações comuns do Espírito, contudo não se chegam nunca a Cristo e portanto não podem ser salvos; muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio os que não professam a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas com a luz da natureza e com a

lei da religião que professam; o asseverar e manter que podem é muito pernicioso e detestável.
Mat. l3:14-15; At. 28:24; Mat. 22:14; Mat. 13:20-21, e 7:22; Heb. 6:4-5; João 6:64-66, e 8:24; At. 4:12; João 14:6 e 17:3; Ef. 2:12-13; II João 10: l 1; Gal. 1:8; I Cor. 16:22.

CAPÍTULO XI
DA JUSTIFICAÇÃO

I. Os que Deus chama eficazmente, também livremente justifica. Esta justificação não consiste em Deus infundir neles a justiça, mas em perdoar os seus pecados e em considerar e aceitar as suas pessoas como justas. Deus não os justifica em razão de qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas somente em consideração da obra de Cristo; não lhes imputando como justiça a própria fé, o ato de crer ou qualquer outro ato de obediência evangélica, mas imputando-lhes a obediência e a satisfação de Cristo, quando eles o recebem e se firmam nele pela fé, que não têm de si mesmos, mas que é dom de Deus.
Rom. 8:30 e 3:24, 27-28; II Cor. 5:19, 21; Tito 3:5-7; Ef. 1:7; Jer. 23:6; João 1:12 e 6:44-45; At. 10:43-44; Fil. 1:20; Ef. 2:8.

II. A fé, assim recebendo e assim se firmando em Cristo e na justiça dele, é o único instrumento de justificação; ela, contudo não está sozinha na pessoa justificada, mas sempre anda acompanhada de todas as outras graças salvadores; não é uma fé morta, mas obra por amor.
João 3:16, 18, 36; Rom. 3:28, e 5: I; Tiago 2:17, 22, 26; Gal. 5:6.

III. Cristo, pela sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados, e, em lugar deles, fez a seu Pai uma satisfação própria, real e plena. Contudo, como Cristo foi pelo Pai dado em favor deles e como a obediência e satisfação dele foram aceitas em lugar deles, ambas livremente e não por qualquer coisa neles existente, a justificação deles é só da livre graça, a fim de que tanto a justiça restrita como a abundante graça de Deus sejam glorificadas na justificação dos pecadores.
Rom. 5:8, 9, 18; II Tim. 2:5-6; Heb. 10:10, 14; Rom. 8:32; II Cor. 5:21; Mat. 3:17; Ef. 5:2; Rom. 3:26; Ef. 2:7.

IV. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos, e Cristo, no cumprimento do tempo, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles; contudo eles não são justificados enquanto o Espírito Santo, no tempo próprio, não lhes aplica de fato os méritos de Cristo.
Gal. 3:8; I Ped. 1:2, 19-20; Gal. 4:4; I Tim. 2:6; Rom. 4:25; I Ped. 1:21; Col. 1:21-22; Tito 3:4-7.

V. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados. Embora eles nunca poderão decair do estado de justificação, poderão, contudo, incorrer no paternal desagrado de Deus. e ficar privados da luz do seu rosto, até que se

humilhem, confessem os seus pecados, peçam perdão e renovem a sua fé e o seu arrependimento.
Mat. 6:12; I João 1:7, 9, e 2:1-2; Luc. 22:32; João 10:28; Sal. 89:31-33; e 32:5.

VI. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos. a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento.
Gal. 3:9, 13-14; Rom. 4:22, 24.

CAPÍTULO XII
DA ADOÇÃO

I. Todos os que são justificados é Deus servido, em seu único Filho Jesus Cristo e por ele, fazer participantes da graça da adoção. Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam a liberdade e privilégios deles; têm sobre si o nome deles, recebem o Espírito de adoção, têm acesso com confiança ao trono da graça e são habilitados, a clamar "Abba, Pai"; são tratados com comiseração, protegidos, providos e por ele corrigidos, como por um pai; nunca, porém, abandonados, mas selados para o dia de redenção, e herdam as promessas, como herdeiros da eterna salvação.
Ef. 1:5; Gal. 4:4-5; Rom. 8:17; João 1: 12; Jer. 14:9; II Cor. 6:18; Apoc. 3:12; Rom. 8:15; Ef. 3:12; Gal. 4:6; Sal. 10313; Prov. 14.26; Mat. 6:30, 32; Heb. 12:6; Lam. 3:31-32; Ef. 4:30; Heb. 6:12; I Ped. 1: 3-4; Heb. 1: 14.

CAPÍTULO XIII
DA SANTIFICAÇÃO

I. Os que são eficazmente chamados e regenerados, tendo criado em si um novo coração e um novo espírito, são além disso santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo, pela sua palavra e pelo seu Espírito, que neles habita; o domínio do corpo do pecado é neles todo destruído, as suas várias concupiscências são mais é mais enfraquecidas e mortificadas, e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvadores, para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá a Deus.
I Cor. 1:30; At. 20:32; Fil. 3:10; Rom. 6:5-6; João 17:17, 19; Ef. 5-26; II Tess. 2:13; Rom. 6:6, 14; Gal. 5:24; Col., 1:10-11; Ef. 3:16-19; II Cor. 7:1; Col. 1:28, e 4:12; Heb. 12:14.

II. Esta santificação é no homem todo, porém imperfeita nesta vida; ainda persistem em todas as partes dele restos da corrupção, e daí nasce uma guerra contínua e irreconciliável - a carne lutando contra o espírito e o espírito contra a carne.
I Tess. 5:23; I João 1:10; Fil. 3:12; Gal. 5:17; I Ped.2:11.

III. Nesta guerra, embora prevaleçam por algum tempo as corrupções que ficam, contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada do homem novo vence, e assim os santos crescem em graça, aperfeiçoando a santidade no temor de Deus.

Rom. 7:23, e 6:14; I João 5:4; Ef. 4:15-16; II Ped. 3:18; II Cor. 3:18, e 7: 1.

CAPÍTULO XIV
DA FÉ SALVADORA

I. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação das suas almas, é a obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles, e é ordinariamente operada pelo ministério da palavra; por esse ministério, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida.
Heb. 10:39; II Cor. 4:13; Ef. 1:17-20, e 2:8; Mat. 28:19-20; Rom. 10:14, 17: I Cor. 1:21; I Ped. 2:2; Rom. 1:16-17; Luc. 22:19; João 6:54-56; Rom. 6:11; Luc. 17:5, e 22:32.
II. Por essa fé o cristão, segundo a autoridade do mesmo Deus que fala em sua palavra, crê ser verdade tudo quanto nela é revelado, e age de conformidade com aquilo que cada passagem contém em particular, prestando obediência aos mandamentos, tremendo às ameaças e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a futura; porém os principais atos de fé salvadora são - aceitar e receber a Cristo e firmar-se só nele para a justificação, santificação e vida eterna, isto em virtude do pacto da graça.
João 6:42; I Tess. 2:13; I João 5:10; At. 24:14; Mat. 22:37-40; Rom. 16:26; Isa. 66:2; Heb. 11:13; I Tim. 6:8; João1:12; At. 16:31; Gal. 2:20; At. 15: 11.

III. Esta fé é de diferentes graus, é fraca ou forte; pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas sempre alcança a vitória, atingindo em muitos a uma perfeita segurança em Cristo, que é não somente o autor, como também o consumador da fé.
Rom. 4:19-20; Mat. 6:30, e 5: 10; Ef. 6:16; I João 4:5; Heb. 6:11, 12, 10:22 e 12:2.

CAPÍTULO XV
DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

I. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica, cuja doutrina deve ser tão pregada por todo o ministro do Evangelho como a da fé em Cristo.
At. 11: 18; Luc. 24:47; Mar. 1: 15; At. 20:21.

II. Movido pelo reconhecimento e sentimento, não só do perigo, mas também da impureza e odiosidade do pecado como contrários à santa natureza e justa lei de Deus; apreendendo a misericórdia divina manifestada em Cristo aos que são penitentes, o pecador pelo arrependimento, de tal maneira sente e aborrece os seus pecados, que, deixando-os, se volta para Deus, tencionando e procurando andar com ele em todos os caminhos dos seus mandamentos.
Ezeq. 18:30-31 e 34:31; Sal.51:4; Jer. 31:18-19; II Cor.7:11; Sal. 119:6, 59, 106; Mat. 21:28-29.

III. Ainda que não devemos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado ou em qualquer sentido a causa do perdão

dele, o que é ato da livre graça de Deus em Cristo, contudo, ele é de tal modo necessário aos pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão,
Ez. 36:31-32 e 16:63; Os. 14:2, 4; Rom. 3:24; Ef. 1: 7; Luc. 13:3, S; At. 17:30,31.

IV. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação, assim também não há pecado tão grande que possa trazer a condenação sobre os que se arrependem verdadeiramente.
Rom. 6:23; Mat. 12:36; Isa. 55: 7; Rom. 8:1; Isa. 1: 18.,

V. Os homens não devem se contentar com um arrependimento geral, mas é dever de todos procurar arrepender-se particularmente de cada um dos seus pecados.
Sal. 19:13; Luc. 19:8; I Tim. 1:13, 15.

VI. Como todo o homem é obrigado a fazer a Deus confissão particular das suas faltas, pedindo-lhe o perdão delas, fazendo o que, achará misericórdia, se deixar os seus pecados, assim também aquele que escandaliza a seu irmão ou a Igreja de Cristo, deve estar pronto, por uma confissão particular ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos; isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor.
Sal. 32:5-6; Prov. 28:13; I João 1:9; Tiago 5: 16; Luc. 17:3-4; Josué 7:19; II Cor. 2:8.

CAPÍTULO XVI
DAS BOAS OBRAS

I. Boas obras são somente aquelas que Deus ordena em sua santa palavra, não as que, sem autoridade dela, são aconselhadas pelos homens movidos de um zelo cego ou sob qualquer outro pretexto de boa intenção.
Miq. 6:8; Rom. 12:2; Heb. 13:21; Mat. I5:9; Isa. 29:13; I Ped. 1:18; João 16:2; Rom. 10:2;1 Sam. I5:22; Deut. 10:12-13; Col. 2:16, 17, 20-23.

II. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são o fruto e as evidências de uma fé viva e verdadeira; por elas os crentes manifestam a sua gratidão, robustecem a sua confiança, edificam os seus irmãos, adornam a profissão do Evangelho, tapam a boca aos adversários e glorificam a Deus, cuja feitura são, criados em Jesus Cristo para isso mesmo, a fim de que, tendo o seu fruto em santificação, tenham no fim a vida eterna.
Tiago 2:18, 22; Sal. 116-12-13; I Ped. 2:9; I João 2:3,5; II Ped. 1:5-10; II Cor. 9:2; Mat. 5:16; I Tim. 4:12; Tito 2:5, 912; I Tim. 6:1; I Pedro. 2:12, 15; Fil. 1,11; João 15:8; Ef. 2:10; Rom. 6:22.
III. O poder de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios fiéis, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo. A fim de que sejam para isso habilitados, é necessário, além da graça que já receberam, uma influência positiva do mesmo Espírito Santo para obrar neles o querer e o perfazer segundo o seu beneplácito; contudo, não devem por isso tornar-se negligentes, como se

não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito, mas devem esforçar-se por estimular a graça de Deus que há neles.
João I5:4-6; Luc. 11:13; Fil. 2:13, e 4:13; II Cor. 3:5; Ef. 3:16; Fil. 2:12; Heb. 6:11-12; Isa. 64:7.

IV. Os que alcançam pela sua obediência a maior perfeição possível nesta vida estão tão longe de exceder as suas obrigações e fazer mais do que Deus requer, que são deficientes em muitas coisas que são obrigados a fazer.
Luc. 17: 10; Gal. 5: 17.

V. Não podemos, pelas nossas melhores obras, merecer da mão de Deus perdão de pecado ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre eles e a glória porvir, e infinita a distância que vai de nós a Deus, a quem não podemos ser úteis por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores; e porque, como boas, procedem do Espírito e, como nossas, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus; assim, depois que tivermos feito tudo quanto podemos, temos cumprido tão somente, o nosso dever, e somos servos inúteis.
Rom. 3:20, e 4:2,4, 6; Ef. 2:8-9; Luc. 17:lO;Gal. 5:2223; Isa. 64-6; Sal. 143, 2, e 130:3.

VI. Não obstante o que havemos dito, sendo aceitas por meio de Cristo as pessoas dos crentes, também são aceitas nele as boas obras deles, não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus, mas porque Deus considerando-as em seu Filho, é servido aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições.
Ef. 1:6; I Ped. 2:5; Sal. 143:2; II Cor. 8:12; Heb. 6:10; Mat. 2,5:21, 23.

VII. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena, e úteis tanto a si mesmos como aos outros, contudo, porque procedem de corações não purificados pela fé, não são feitas devidamente - segundo a palavra; - nem para um fim justo - a glória de Deus; são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus; não obstante, o negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus.
II Reis 10:30, 31; Fil. 1:15-16, 18; Heb. 11:4, 6; Mar. 10:20-21; I Cor. 13:3; Isa. 1:12; Mat. 6:2, 5, 16; Ag. 2:14; Amós 5:21-22; Mar. 7:6-7; Sal. 14:4; e 36:3; Mat. 2,5:41-45, e 23:23.

CAPÍTULO XVII
DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

I. Os que Deus aceitou em seu Bem-amado, os que ele chamou eficazmente e santificou pelo seu Espírito, não podem decair do estado da graça, nem total,

nem finalmente; mas, com toda a certeza hão de perseverar nesse estado até o fim e serão eternamente salvos.
Fil. 1: 6; João 10: 28-29; I Ped. 1:5, 9.

II. Esta perseverança dos santos não depende do livre arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai, da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo, da permanência do Espírito e da semente de Deus neles e da natureza do pacto da graça; de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade. ,
II Tim. 2:19; Jer. 31:3; João 17:11, 24; Heb 7:25; Luc. 22:32; Rom. 8:33, 34, 38-39; João 14:16-17; I João 2:27 e 3:9; Jer. 32:40; II Tess. 3:3; I João 2:19; João 10:28.

III. Eles, porém, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela força da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de preservação, podem cair em graves pecados e por algum tempo continuar neles; incorrem assim no desagrado de Deus, entristecem o seu Santo Espírito e de algum modo vêm a ser privados das suas graças e confortos; têm os seus corações endurecidos e as suas consciências feridas; prejudicam e escandalizam os outros e atraem sobre si juízos temporais.
Sal. 51:14; Mat. 26:70-74; II Sam. 12:9, 13; Isa. 64:7, 9; II Sam. 11:27; Ef. 6:30; Sal. 51:8, 10, 12; Apoc. 2:4; Isa. 63:17; Mar. 6:52; Sal. 32:3-4; II Sam. 12:14; Sal. 89:31-32; I Cor. 11:32.

CAPÍTULO XVIII
DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

I. Ainda que os hipócritas e os outros não regenerados podem iludir-se vãmente com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de Salvação, esperança essa que perecerá, contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e o amam com sinceridade, procurando andar diante dele em toda a boa consciência, podem, nesta vida, certificar-se de se acharem em estado de graça e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, nessa esperança que nunca os envergonhará.
Deut. 29:19; Miq. 3:11; João 5:41; Mat. 8:22-23; I João 2:3 e *5:* 13; Rom. 5:2, S; II Tim. 4:7-8.

II. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança, mas uma infalível segurança da fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação, na evidência interna daquelas graças a que são feitas essas promessas, no testemunho do Espírito de adoção que testifica com os nossos espíritos sermos nós filhos de Deus, no testemunho desse Espírito que é o penhor de nossa herança e por quem somos selados para o dia da redenção.
Heb. 6:11, 17-19; I Ped. 1:4-5, 10-11; I João 3:14; Rom.8:15-16; Ef.1: 13-14, e 4:30; II Cor.1:21-22.

III. Esta segurança infalível não pertence de tal modo à essência da fé, que um verdadeiro crente, antes de possuí-la, não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades; contudo, sendo pelo Espírito habilitado a conhecer as coisas que lhe são livremente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários. É, pois, dever de todo o fiel fazer toda a diligência para tornar certas a sua vocação e eleição, a fim de que por esse modo seja o seu coração no Espírito Santo confirmado em paz e gozo, em amor e gratidão para com Deus, em firmeza e alegria nos deveres da obediência que são os frutos próprios desta segurança. Este privilégio está, pois, muito longe de predispor os homens à negligência.
I João 5:13; I Cor. 2:12; I João 4:13; Heb. 6:11-12; II Ped. 1:10; Rom. 5:1-2, 5. 14:17, e 15:13; Sal. 119:32; Rom. 6:1-2; Tito 2:11-12, 14; II Cor. 7: 1; Rom. 8: 1; 12; I João 1:6-7, e 3:2-3.

IV. Por diversos modos podem os crentes ter a sua segurança de salvação abalada, diminuída e interrompida negligenciando a conservação dela, caindo em algum pecado especial que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo, cedendo a fortes e repentinas tentações, retirando Deus a luz do seu rosto e permitindo que andem em trevas e não tenham luz mesmo os que temem; contudo, eles nunca ficam inteiramente privados daquela semente de Deus e da vida da fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever; dessas bênçãos a certeza de salvação poderá, no tempo próprio, ser restaurada pela operação do Espírito, e por meio delas eles são, no entanto, suportados para não caírem no desespero absoluto.
Sal. 51: 8, 12, 14; Ef. 4:30; Sal. 77: 1-10, e 31:32; I João 3:9; Luc. 22:32; Miq. 7:7-9; Jer. 32:40; II Cor. 4:8-10.

CAPÍTULO XIX
DA LEI DE DEUS

I. Deus deu a Adão uma lei como um pacto de obras. Por este pacto Deus o obrigou, bem como toda sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumprir com a lei e o ameaçou com a morte no caso dele violá-la; e dotou-o com o poder e capacidade de guardá-la.
Gen. 1:26, e 2:17; Ef. 4:24; Rom. 2:14-15, e 10:5, e 5:12, 19.

II. Essa lei, depois da queda do homem, continuou a ser uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas; os primeiros quatro mandamentos ensinam os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.
Tiago 1:25 e 2:8, 10; Deut. 5:32, e 10:4; Mat. 22:37-40.

III. Além dessa lei, geralmente chamada lei moral, foi Deus servido dar ao seu povo de Israel, considerado uma igreja sob a sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis, que em parte se referem ao culto

e prefiguram Cristo, as suas graças, os seus atos, os seus sofrimentos e os seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais, estão todas abrogadas sob o Novo Testamento.
Heb.10:1; Gal. 4:1-3; Col. 2:17; Exo. 12:14; I Cor.5:7; II Cor. 6:17; Col. 2:14, 16-17; Ef. 2:15-16.

IV. A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus deu leis civis que terminaram com aquela nacionalidade, e que agora não obrigam além do que exige a sua eqüidade geral.
Exo. 21, e 22:1-29; Gen. 49:10; Mat. 5:38-39.

V. A lei moral obriga para sempre a todos a prestar-lhe obediência, tanto as pessoas justificadas como as outras, e isto não somente quanto à matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, não desfaz de modo algum esta obrigação, antes a confirma.
I João 2:3-4, 7; Rom. 3:31; Tiago, 2:8, 10, 11; Rom-. 3:19- Mat. 5:18-19.

VI. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei como pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo, ela lhes serve de grande proveito, como aos outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus, e o dever que eles têm, ela os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluções da sua natureza, dos seus corações e das suas vidas, de maneira que eles, examinando-se por meio dela, alcançam mais profundas convicções do pecado, maior humilhação por causa deles e maior aversão a eles, e ao mesmo tempo lhes dá uma melhor apreciação da necessidade que têm de Cristo e da perfeição da obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa deles devem esperar nesta vida, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei. Do mesmo modo as suas promessas mostram que Deus aprova a obediência deles e que bênção podem esperar, obedecendo, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considerada como pacto das obras - assim o fazer um homem o bem ou o evitar ele o mal, porque a lei anima aquilo e proibe isto, não é prova de estar ele debaixo da lei e não debaixo da graça.
Rom. 6:14,e 8:1; Gal. 3:13; Rom. 7:12, 22, 25; Sal.119:5; I Cor. 7:19; Rom.7:7, e 3:20; Tiago 1:23, 25; Rom. 7:9,14, 24; Gal. 3:24; Rom. 8:3-4; Rom. 7:25; Tiago 2:11; Esdras 9:13-14; Sal. 89:30-34 e 37:11, e 19:11; Gal. 2:16; Luc. 17:10; Rom. 6:12,-14; Heb. 12:28-29; I Ped. 3:8-12; Sal. 34:12, 16.

VII. Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho, mas suavemente condizem com ela, pois o Espírito de Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer se faça.

Gal. 3:21; Ezeq. 36:27; Heb. 5:10.

CAPÍTULO XX
DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

I. A liberdade que Cristo, sob o Evangelho, comprou para os crentes consiste em serem eles libertos do delito do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral e em serem livres do poder deste mundo. do cativeiro de Satanás, do domínio do pecado, do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna: como também em terem livre acesso a Deus, em lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário. Todos estes privilégios eram comuns também aos crentes debaixo da lei, mas sob o Evangelho, a liberdade dos cristãos está mais ampliada, achando-se eles isentos do jugo da lei cerimonial a que estava sujeita a Igreja Judaica, e tendo maior confiança de acesso ao trono da graça e mais abundantes comunicações do Espírito de Deus, do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam.

Tito 2:14; I Tess. 1: 10; Gal. 3:13; Rom. 8: 1; Gal. 1:4; At. 26:18; Rom. 6:14; I João 1:7; Sal. 119:71; Rom. 8:28; I Cor, 15:54-57; Rom. 5l: 1-2; Ef. 2:18 e 3:12; Heb. 10: 19; Rom. 8:14. 15; Gal. 6:6; I João 6:18; Gal. 3:9, 14, e 5: 1; At. 15: 10; Heb. 4:14, 16, e 10: 19-22; João 7:38-39; Rom. 5:5.

II. Só Deus é senhor da consciência, e ele deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que em qualquer coisa, sejam contrários à sua palavra ou que, em matéria de fé ou de culto estejam fora dela. Assim crer tais doutrinas ou obedecer a tais mandamentos como coisa de consciência é trair a verdadeira liberdade de consciência; e requerer para elas fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir a liberdade de consciência e a mesma razão.
Rom. 14:4, 10; Tiago 4:12; At. 4:19, e 5:29; Mat. 28:8-10; Col. 2:20-23; Gal. 1: 10, e 2:4-5, e 4:9-10, e 5: 1;. Rom, 14:23; At. 17:11; João 4:22; Jer. 8:9; I Ped. 3: 15.

III. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, cometem qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, destroem por isso mesmo o fim da liberdade cristã; o fim da liberdade é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça, diante dele todos os dias da nossa vida.
Luc. 1:74-75; Rom. 6:15; Gal. 5:13; I Ped. 2:16; II Ped. 3: 15.

IV. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram por Deus designados para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, resistem à ordenança de Deus os que, sob pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder legítimo, civil ou religioso, ou ao exercício dele. Se publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo concernentes à fé, ao culto ou ao procedimento; se publicarem opiniões, ou

mantiverem práticas contrárias ao poder da piedade ou que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e mantê-las, são destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, podem, de justiça ser processados e visitados com as censuras eclesiásticas.
I Ped. 2:13-16; Heb. 13:17; Mat. 18:15-17; II Tess.3:14; Tito3:10; I Cor. 5:11-13; Rom. 16:17; II Tess. 3:6.

CAPÍTULO XXI
DO CULTO RELIGIOSO E DO DOMINGO
I. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo, que é bom e faz bem a todos, e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força; mas o modo aceitável de adorar o verdadeiro Deus é instituído por ele mesmo e tão limitado pela sua vontade revelada, que não deve ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens ou sugestões de Satanás nem sob qualquer representação visível ou de qualquer outro modo não prescrito nas Santas Escrituras.
Rom. 1:20; Sal. 119:68, e 31:33; At. 14:17; Deut. 12:32; Mat. I5:9, e 4:9, 10; João 4:3, 24; Exo. 20:4-6.

II. O culto religioso deve ser prestado a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo - e só a ele; não deve ser prestado nem aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura; nem, depois da queda, deve ser prestado a Deus pela mediação de qualquer outro senão Cristo.
João 5:23; Mat. 28:19; II Cor. 13:14; Col. 2:18; Apoc 19:10; Rom. l:25; João 14:6; I Tim. 2:5; Ef. 2:18; Col. 3:17.

III. A oração com ações de graças, sendo uma parte especial do culto religioso, é por Deus exigida de todos os homens; e, para que seja aceita, deve ser feita em o nome do Filho, pelo auxílio do seu Espírito, segundo a sua vontade, e isto com inteligência, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. Se for vocal, deve ser proferida em uma língua conhecida dos circunstantes.
Fil. 4:6; I Tim. 2:1; Col. 4:2; Sal. 65:2, e 67:3; I Tess. 5:17-18; João 14:13-14; I Ped. 2:5; Rom. 8:26; Ef. 6:8; João 5:14; Sal. 47:7; Heb. 12:28; Gen. 18:27; Tiago 5:16; Ef. 6:18; I Cor. 14:14.

IV. A oração deve ser feita por coisas lícitas e por todas as classes de homens que existem atualmente ou que existirão no futuro; mas não pelos mortos, nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte.
Mat. 26:42; I Tim. 2:1-2; João 17:20; II Sam. 7:29, e 12:21-23; Luc. 16:25-26; I João 5: 16.

V. A leitura das Escrituras com o temor divino, a sã pregação da palavra e a consciente atenção a ela em obediência a Deus, com inteligência, fé e reverência; o cantar salmos com graças no coração, bem como a devida administração e

digna recepção dos sacramentos instituídos por Cristo - são partes do ordinário culto de Deus, além dos juramentos religiosos; votos, jejuns solenes e ações de graças em ocasiões especiais, tudo o que, em seus vários tempos e ocasiões próprias, deve ser usado de um modo santo e religioso.
At. 15:21; Apoc. 1:3; II Tim. 4:2; Tiago 1:22: At. 10:33; Heb. 4:2; Col. 3:16; Ef. 5:19; Tiago 5:13; At. 16:25; Mat. 28:19; At. 2:42; Deut. 6:13; Ne. 10:29; Ec. 5:4-5; Joel 2:12; Mat. 9:15.

VI. Agora, sob o Evangelho, nem a oração, nem qualquer outro ato do culto religioso é restrito a um certo lugar, nem se torna mais aceito por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija, mas, Deus deve ser adorado em todo o lugar, em espírito e verdade - tanto em famílias diariamente e em secreto, estando cada um sozinho, como também mais solenemente em assembléias públicas, que não devem ser descuidosas, nem voluntariamente desprezadas nem abandonadas, sempre que Deus, pela sua providência, proporciona ocasião.
João 5:21; Mal. 1:11; I Tim. 2:8; João 4:23-24; Jer. 10: 25; Jó 1:5; II Sam. 6:18-20; Deut. 6:6-7; Mat. 6: 11, e 6:6; Isa. 56:7; Heb. 10:25; Prov. 5:34; At. 2:42.

VII. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção do tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também em sua palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, preceito que obriga a todos os homens em todos os séculos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um sábado (descanso) santificado por Ele; desde o princípio do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia foi o último da semana; e desde a ressurreição de Cristo foi mudado para o primeiro dia da semana, dia que na Escritura é chamado Domingo, ou dia do Senhor, e que há de continuar até ao fim do mundo como o sábado cristão.
Exo. 20:8-11; Gen. 2:3; I Cor. 16:1-2; At. 20:7; Apoc.1:10; Mat. 5: 17-18.

VIII. Este sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado os seus corações e de antemão ordenado os seus negócios ordinários, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso das suas próprias obras, palavras e pensamentos a respeito dos seus empregos seculares e das suas recreações, mas também ocupam todo o tempo em exercícios públicos e particulares de culto e nos deveres de necessidade e misericórdia.
Exo. 16:23-26,29:30, e 31:15-16; Isa.58:13.

CAPÍTULO XXII
DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

I. O Juramento, quando lícito, é uma parte do culto religioso pelo qual o crente, em ocasiões necessárias e com toda a solenidade, chama a Deus por testemunha do que assevera ou promete; pelo juramento ele invoca a Deus para julgá-lo segundo a verdade ou falsidade do que jura.
Deut. 10:20; Exo..20:7; Lev. 19:12; II Cor. 1:23; II Cron. 6:22-23.

II. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, nome que se pronunciará com todo o santo temor e reverência; jurar, pois, falsa ou temerariamente por este glorioso e tremendo nome ou jurar por qualquer outra coisa é pecaminoso e abominável, contudo, como em assuntos de gravidade e importância o juramento é autorizado pela palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho, o juramento, sendo exigido pela autoridade legal, deve ser prestado com referência a tais assuntos.
Deut. 6:13; Jer. 5:7; Mat. 5:34,.37; Tiago 5:12; Heb. 6:16; I Reis 5:31; Esdras 10:5.

III. Quem vai prestar um juramento deve considerar refletidamente a gravidade de ato tão solene e nada afirmar de cuja verdade não esteja plenamente persuadido, obrigando-se tão somente por aquilo que é justo e bom e que tem como tal, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir. É, porém, pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa justa e boa, sendo ele exigido pela autoridade legal.
Jer. 4:2; Gen. 24:2-3; 9; Ne.5: 12.

IV. O juramento deve ser prestado conforme o sentido claro e óbvio das palavras, sem equívoco ou restrição mental. Não pode obrigar a pecar, mas sendo prestado com referência a qualquer coisa não pecaminosa, obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura. Não deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis.
Sal. 24:4, e 15:4; Ezeq. 17:16, 18.

V. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório; deve ser feito com o mesmo cuidado religioso e cumprindo com igual fidelidade.
Isa. 19:21; Ec. 5:4-6; Sal. 66:13-14.

VI. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, em reconhecimento de misericórdias recebidas ou para obter o que desejamos. Pelo voto obrigamo-nos mais restritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde ou quando elas conduzirem a esses deveres.
Sal. 76:1 1; Deut. 23:21, 23; Sal. 50:14.

VII. Ninguém deve prometer fazer coisa alguma que seja proibida na palavra de Deus ou que embarace o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem o que não está em seu poder cumprir e para cuja execução não tenha promessa ou poder de Deus; por isso os votos monásticos que os papistas fazem do celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de laços supersticiosos e iníquos com os quais nenhum cristão deve embaraçar-se.
At. 23:12; Mar. 6:26; I Cor. 2:9; Ef. 4:28; I Tess. 4:11-12; I Cor. 7:23.

CAPÍTULO XXIII
DO MAGISTRADO CIVIL

I. Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores.
Rom. 13:1-4; I Ped. 2:13-14.

II. Aos cristãos é licito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.
Prov. 8:15-16; Sal. 82:3-4; II Sam. 23:3; Luc. 3:14; Mat. 8:9-10; Rom. 13:4.

III. Os magistrados civis não podem tomar sobre si a administração da palavra e dos sacramentos ou o poder das chaves do Reino do Céu, nem de modo algum intervir em matéria de fé; contudo, como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo. Como Jesus Cristo constituiu em sua Igreja um governo regular e uma disciplina, nenhuma lei de qualquer Estado deve proibir, impedir ou embaraçar o seu devido exercício entre os membros voluntários de qualquer denominação cristã, segundo a profissão e crença de cada uma. E é dever dos magistrados civis proteger a pessoa e o bom nome de cada um dos seus jurisdicionados, de modo que a ninguém seja permitido, sob pretexto de religião ou de incredulidade, ofender, perseguir, maltratar ou injuriar qualquer outra pessoa; e bem assim providenciar para que todas as assembléias religiosas e eclesiásticas possam reunir-se sem ser perturbadas ou molestadas.
Heb. 5:4; II Cron. 26:18; Mat. 16:19; I Cor. 4:1-2; João 15:36; At. 5:29; Ef. 4:11-12; Isa. 49:23; Sal. 105:15; 11 Sam.23:3.

IV. É dever do povo orar pelos magistrados, honrar as suas pessoas, pagar-lhes tributos e outros impostos, obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, e tudo isto por amor da consciência. Incredulidade ou indiferença de religião não anula a justa e legal autoridade do magistrado, nem absolve o povo da obediência que lhe deve, obediência de que não estão isentos os eclesiásticos. O papa não tem nenhum poder ou jurisdição sobre os magistrados dentro dos domínios deles ou sobre qualquer um do seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los dos seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto.
I Tim. 2:1-3; II Ped. 2:17; Mat. 22:21; Rom. 13:2-7, e 13:5; Tito 3:1; I Ped. 2:13-14, 16; Rom. 13:1; At. 25:10-11; II Tim. 2:24; I Ped. 5:3.

CAPÍTULO XXIV
DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

I. O casamento deve ser entre um homem e uma mulher; ao homem não é licito ter mais de urna mulher nem à mulher mais de um marido, ao mesmo tempo.
Gen. 2:24; Mat. 19:4-6; Rom. 7:3.

II. O matrimônio foi ordenado para o mútuo auxílio de marido e mulher, para a propagação da raça humana por uma sucessão legítima e da Igreja por uma semente santa, e para impedir a impureza.
Gen. 2:18, e 9:1; Mal.2:15; I Cor. 7:2,9.

III. A todos os que são capazes de dar um consentimento ajuizado, é lícito casar; mas é dever dos cristãos casar somente no Senhor; portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem casar-se com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prender-se desigualmente pelo jugo do casamento aos que são notoriamente ímpios em suas vidas ou que mantém heresias perniciosas.
Heb. 13:4; I Tim. 4:3; Gen.24:57-58; I Cor. 7:39; II Cor. 6:14.

IV. Não devem casar-se as pessoas entre as quais existem os graus de consagüinidade ou afinidade proibidos na palavra de Deus, tais casamentos incestuosos jamais poderão tornar-se lícitos pelas leis humanas ou consentimento das partes, de modo a poderem coabitar como marido e mulher.
I Cor. 5:1; Mar. 6:18; Lev. 18:24, 28.

V. O adultério ou fornicação cometida depois de um contrato, sendo descoberto antes do casamento, dá à parte inocente justo motivo de dissolver o contrato; no caso de adultério depois do casamento, à parte inocente é lícito propor divórcio, e depois de obter o divórcio casar com outrem, como se a parte infiel fosse morta.
Mat., 1: 18-20, e 5:31-32, e 19:9.

VI. Posto que a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos a fim de indevidamente separar aqueles que Deus uniu em matrimônio, contudo só é causa suficiente para dissolver os laços do matrimônio o adultério ou uma deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil; para a dissolução do matrimônio é necessário haver um processo público e regular. não se devendo deixar ao arbítrio e discreção das partes o decidirem seu próprio caso.
Mat. 19:6-8; I Cor. 7:15; Deut. 24:1-4; Esdras 10:3.

CAPÍTULO XXV
DA IGREJA

I. A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consta do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só

corpo sob Cristo, seu cabeça; ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todas as coisas.
Ef. 1: 10, 22-23; Col. 1: 18.

II. A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consta de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos; é o Reino do Senhor Jesus, a casa e família de Deus, fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação.
I Cor. 1:2, e 12:12-13,; Sal .2:8; I Cor. 7 :14; At. 2:39; Gen. 17:7; Rom. 9:16; Mat. 13:3 Col. 1:13; Ef. 2:19, e 3:15; Mat. 10:32-33; At. 2:47.

III. A esta Igreja Católica Visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para congregamento e aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até o fim do mundo, e pela sua própria presença e pelo seu Espírito, os torna eficazes para esse fim, segundo a sua promessa.
Ef. 4:11-13; Isa. 59:21; Mat. 28:19-20.

IV. Esta Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível. As igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras conforme neles é, com mais ou menos pureza, ensinado e abraçado o Evangelho, administradas as ordenanças e celebrado o culto público.
Rom. 11:3-4; At. 2:41-42; I Cor. 5:6-7.

V. AS igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas à mistura e ao erro; algumas têm degenerado ao ponto de não serem mais igrejas de Cristo, mas sinagogas de Satanás; não obstante, haverá sempre sobre a terra uma igreja para adorar a Deus segundo a vontade dele mesmo.
I Cor. 1:2, e 13:12; Mat. 13:24-30, 47; Rom. 11.20-22; Apoc. 2:9; Mat. 16:18.

VI. Não há outro Cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo; em sentido algum pode ser o Papa de Roma o cabeça dela, mas ele é aquele anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e contra tudo o que se chama Deus.
Col. 1:18; Ef. 1:22; Mat. 23:8-10; I Ped. 5:2-4; II Tess. 2:3-4.

CAPÍTULO XXVI
DA COMUNHÃO DOS SANTOS

I. Todos os santos que pelo seu Espírito e pela fé estão unidos a Jesus Cristo, seu Cabeça, têm com Ele comunhão nas suas graças, nos seus sofrimentos, na sua morte, na sua ressurreição e na sua glória, e, estando unidos uns aos outros no amor, participam dos mesmos dons e graças e estão obrigados ao cumprimento dos deveres públicos e particulares que contribuem para o seu mútuo proveito, tanto no homem interior como no exterior.

I João 1:3; Ef. 3:16-17; João 1:16; Fil. 3:10; Rom. 6:56, e8:17; Ef. 4:15-16; I Tess.5:11, 14; Gal. 6:10.

II. Os santos são, pela sua profissão, obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto de Deus e na observância de outros serviços espirituais que tendam à sua mútua edificação, bem como a socorrer uns aos outros em coisas materiais, segundo as suas respectivas necessidades e meios; esta comunhão, conforme Deus oferecer ocasião, deve estender-se a todos aqueles que em qualquer lugar, invocam o nome do Senhor Jesus.
Heb.10:24-25; At.2:42,46; I João3:17; At. 11:29-30.

III. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna de modo algum participantes da substância da sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer respeito; afirmar uma ou outra coisa, é ímpio e blasfemo. A sua comunhão de uns com os outros não destrói, nem de modo algum enfraquece o título ou domínio que cada homem tem sobre os seus bens e possessões.
Col. 1:18; I Cor. 8:6; I Tim. 6:15-16; At. 5:4.

CAPÍTULO XXVII
DOS SACRAMENTOS

I. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça, imediatamente instituídos por Deus para representar Cristo e os seus benefícios e confirmar o nosso interesse nele, bem como para fazer uma diferença visível entre os que pertencem à Igreja e o resto do mundo, e solenemente obrigá-los ao serviço de Deus em Cristo, segundo a sua palavra.
Ron. 6:11; Gen. 17:7-10; Mat. 28:19; I Cor. ll:23, e 10:16, e 11:25-26; Exo. 12:48; I Cor. 10:21; Rom. 6:3-4; I Cor. 10:2-16.

II. Em todo o sacramento há uma relação espiritual ou união sacramental entre o sinal e a coisa significada, e por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro.
Gen. 17:10; Mat. 26:27-28; Tito 3:5.

III. A graça significada nos sacramentos ou por meio deles, quando devidamente usados, não é conferida por qualquer, poder neles existentes; nem a eficácia deles depende da piedade ou intenção de quem os administra, mas da obra do Espírito e da palavra da instituição, a qual, juntamente com o preceito que autoriza o uso deles, contém uma promessa de benefício aos que dignamente o recebem.
Rom. 2:28-29; I Ped. 3:21; Mat. 3:11; I Cor. 12:13; Luc. 22:19-20; I Cor. 11:26.

IV. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no Evangelho - O Batismo e a Santa Ceia; nenhum destes sacramentos deve ser administrado senão pelos ministros da palavra legalmente ordenados.
Mat. 28:19; I Cor. 11: 20, 23-34; Heb. 5:4.

V . Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram em substância os mesmos que do Novo Testamento.
I Cor. 10: 1-4.

CAPÍTULO XXVIII
DO BATISMO

I. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo, não só para solenemente admitir na Igreja a pessoa batizada, mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça, de sua união com Cristo, da regeneração, da remissão dos pecados e também da sua consagração a Deus por Jesus Cristo a fim de andar em novidade de vida. Este sacramento, segundo a ordenação de Cristo, há de continuar em sua Igreja até ao fim do mundo.
Mat. 28:19; I,Cor. 12:13; Rom. 4:11; Col. 2:11-12; Gal. 3:27; Tito 3:5; Mar. 1:4; At. 2:38; Rom. 6:3-4; Mat. 28:19-20.

II. O elemento exterior usado neste sacramento, é água com a qual um ministro do Evangelho, legalmente ordenado, deve batizar o candidato em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.
At. 10-47, e 8:36-38; Mat. 28:19.

III. Não é necessário imergir na água o candidato, mas o batismo é devidamente administrado por efusão ou aspersão.
At. 2:41, e 10:46-47, e 16:33; I Cor. 10:2.

IV. Não só os que professam a sua fé em Cristo e obediência a Ele, mas os filhos de pais crentes (embora só um deles o seja) devem ser batizados.
At. 9:18; Gen. 17:7, 9; Gal. 3:9, 14; Rom. 4:11-12; At. 2:38-39.
V. Posto que seja grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança, contudo, a graça e a salvação não se acham tão inseparavelmente ligadas com ela, que sem ela ninguém possa ser regenerado e salvo os que sejam indubitavelmente regenerados todos os que são batizados.
Luc.7:30; Exo. 4:24-26; Deut. 28:9; Rom. 4:11; At. 8:13, 23.

VI. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que é administrado; contudo, pelo devido uso desta ordenança, a graça prometida é não somente oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles a quem ele pertence, adultos ou crianças, segundo o conselho da vontade de Deus, em seu tempo apropriado.
João 3:5, 8; Gal. 3:27; Ef. 5:25-26.

VII. O sacramento do batismo deve ser administrado uma só vez a uma mesma pessoa.
Tito 3:5.

CAPÍTULO XXIX
DA CEIA DO SENHOR

I . Na noite em que foi traído, nosso Senhor Jesus instituiu o sacramento do seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em sua Igreja até ao Fim do mundo, a fim de lembrar perpetuamente o sacrifício que em sua morte Ele fez de si mesmo; selar aos verdadeiros crentes os benefícios provenientes. desse sacrifício para o seu nutrimento espiritual e crescimento nele e a sua obrigação de cumprir todos os seus deveres para com Ele; e ser um vínculo e penhor da sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do seu corpo místico.
I Cor. 11:23-26, e 10: 16-17, 21, e 12:13.

II. Neste sacramento não se oferece Cristo a seu Pai, nem de modo algum se faz um sacrifício pela remissão dos pecados dos vivos ou dos mortos, mas se faz uma comemoração daquele único sacrifício que Ele fez de si mesmo na cruz, uma só vez, e por meio dele uma oblação de todo o louvor a Deus; assim o chamado sacrifício papal da missa é sobremodo ofensivo ao único sacrifício de Cristo, o qual é a única propiciação por todos os pecados dos eleitos.
Heb. 9:22, 25-26, 28; Mat. 26:26-27; Luc. 22:19-20; Heb. 7:23-24, 27, e 10:11-12, 14, 18.

III. Nesta ordenança o Senhor Jesus constituiu seus ministros para declarar ao povo a sua palavra de instituição, orar, abençoar os elementos, pão e vinho, e assim separá-los do comum para um uso sagrado, tomar e partir o pão, tomar o cálice dele participando também e dar ambos os elementos aos comungantes e tão somente aos que se acharem presentes na congregação.
Mar. 14:22-24; At. 20:7; I Cor. 11:20.

IV. A missa ou recepção do sacramento por um só sacerdote ou por uma só pessoa, bem como a negação do cálice ao povo, a adoração dos elementos, a elevação ou procissão deles para serem adorados e a sua conservação para qualquer uso religioso, são coisas contrárias à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo.
I Tim.1:3-4; I Cor. 11:25-29; Mat. 15:9.

V. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente consagrados aos usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Cristo Crucificado, que verdadeira, mas só sacramentalmente, são às vezes chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo; porém em substância e natureza conservam-se verdadeira e somente pão e vinho, como eram antes.
Mat. 26:26-28; I Cor. 11:26-28.

VI. A doutrina geralmente chamada transubstanciação, que ensina a mudança da substância do pão e do vinho na substância do corpo e do sangue de Cristo, mediante a consagração de um sacerdote ou por qualquer outro meio, é

contrária, não só às Escrituras, mas também ao senso comum e à razão, destrói a natureza do sacramento e tem sido a causa de muitas superstições e até de crassa idolatria.
At. 3:21; I Cor. 11:24-26; Luc. 24:6, 39.

VII. Os que comungam dignamente, participando exteriormente dos elementos visíveis deste sacramento, também recebem intimamente, pela fé, a Cristo Crucificado e todos os benefícios da sua morte, e nele se alimentam, não carnal ou corporalmente, mas real, verdadeira e espiritualmente, não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas espiritual e realmente presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos aos seus sentidos corporais.
I Cor. 11:28, e 10:16.

VIII. Ainda que os ignorantes e os ímpios recebam os elementos visíveis deste sacramento, não recebem a coisa por eles significada, mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor para a sua própria condenação; portanto eles como são indignos de gozar comunhão com o Senhor, são também indignos da sua mesa, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, participar destes santos mistérios nem a eles ser admitidos, enquanto permanecerem nesse estado.
I Cor. 11:27, 29, e 10:21; II Cor. 6:14-16; I Cor. 5:6-7, 13; II Tess. 3:6, 14-15; Mat. 7:6.

CAPÍTULO XXX
DAS CENSURAS ECLESIÁSTICAS

I. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça da sua Igreja, nela instituiu um governo nas mãos dos oficiais dela; governo distinto da magistratura civil.
Isa. 9:6-7; I Tim. 5:17; I Tess. 5:12; At. 20:17, 28; I Cor. 12:28.

II. A esses oficiais estão entregues as chaves do Reino do Céu. Em virtude disso eles têm respectivamente o poder de reter ou remitir pecados; fechar esse reino a impenitentes, tanto pela palavra como pelas censuras; abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do Evangelho e pela absolvição das censuras, quando as circunstâncias o exigirem.
Mat.l6:19,e18:17-18;João 20:21-23;IICor.2:6-8.

III. As censuras eclesiásticas são necessárias para chamar e ganhar para Cristo os irmãos ofensores para impedir que outros pratiquem ofensas semelhantes, para purgar o velho fermento que poderia corromper a massa inteira, para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do Evangelho e para evitar a ira de Deus, a qual com justiça poderia cair sobre a Igreja, se ela permitisse que o pacto divino e os seios dele fossem profanados por ofensores notórios e obstinados.
I Cor. S; I Tim. 5:20; e 1:20; Judas 23.

IV. Para melhor conseguir estes fins, os oficiais da Igreja devem proceder na seguinte ordem, segundo a natureza do crime e demérito da pessoa: repreensão, suspensão do sacramento da Ceia do Senhor e exclusão da Igreja.
Mat. 18:17; ITess.5:12; II Tess. 3:6,14-15; I Cor. 5:4-5;13.

CAPÍTULO XXXI
DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

I. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver as assembléias comumente chamadas sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembléias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja.
At.15:2, 4, 6 e 20:17, 28; Apoc. 2:1-6.

II. Aos sínodos e concílios compete decidir ministerialmente controvérsias quanto à fé e casos de consciência, determinar regras e disposições para a melhor direção do culto público de Deus e governo da sua Igreja, receber queixas em caso de má administração e autoritativamente decidi-las. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a palavra de Deus, devem ser recebidas com reverência e submissão, não só pelo seu acordo com a palavra, mas também pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em sua palavra.
At. 16:4, e 15:27-31.

III. Todos os sínodos e concílios, desde os tempos dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado; eles, portanto, não devem constituir regra de fé e prática, mas podem ser usados como auxílio em uma e outra coisa.
At. 17:11; I Cor. 2:5; II Cor. 1:24.

IV. Os sínodos e concílios não devem discutir, nem determinar coisa alguma que não seja eclesiástica; não devem imiscuir-se nos negócios civis do Estado, a não ser por humilde petição em casos extraordinários ou por conselhos em satisfação de consciência, se o magistrado civil os convidar a fazê-lo.
Luc. 12:13-14; João 18:36; Mat. 11:21.

CAPÍTULO XXXII
DO ESTADO DO HOMEM DEPOIS DA MORTE E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

I. Os corpos dos homens, depois da morte, convertem-se em pó e vêm a corrupção; mas as suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo uma substância imortal, voltam imediatamente para Deus que as deu. As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas na santidade, são recebidas no mais alto dos céus onde vêm a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção dos

seus corpos; e as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde ficarão, em tormentos e em trevas espessas, reservadas para o juízo do grande dia final. Além destes dois lugares destinados às almas separadas de seus respectivos corpos as Escrituras não reconhecem nenhum outro lugar.
Gen. 3:19; At. 13:36; Luc. 23:43; Ec. 12:7; Apoc. 7:4, 15; II Cor. 5: 1, 8; Fil. 1:23; At. 3:21; Ef. 4:10; Rom. 5:23; Luc. 16:25-24.

II. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão mudados; todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos e não outros, posto que com qualidades diferentes, e ficarão reunidos às suas almas para sempre.
I Tess. 4:17; I Cor. 15:51-52, e 15:42-44.

III. Os corpos dos injustos serão pelo poder de Cristo ressuscitados para a desonra, os corpos dos justos serão pelo seu Espírito ressuscitados para a honra e para serem semelhantes ao próprio corpo glorioso dele.
At. 24:l5; João5:28-29; Fil. 3:21.

CAPÍTULO XXXIII
DO JUIZO FINAL

I. Deus já determinou um dia em que, segundo a justiça, há de julgar o mundo por Jesus Cristo, a quem foram pelo Pai entregues o poder e o juízo. Nesse dia não somente serão julgados os anjos apóstatas, mas também todas as pessoas que tiverem vivido sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, a fim de darem conta dos seus pensamentos, palavras e obras, e receberem o galardão segundo o que tiverem feito, bom ou mau, estando no corpo.
At. 17:31 ; João 5:22, 27; Judas 6; II Ped. 2:4; II Cor.5:10; Ec. 12:14; Rom. 2:16, e 14:10, 12; Mat. 12:36-37.

II. O fim que Deus tem em vista, determinando esse dia, é manifestar a sua glória - a glória da sua misericórdia na salvação dos eleitos e a glória da sua justiça na condenação dos réprobos, que são injustos e desobedientes. Os justos irão então para a vida eterna e receberão aquela plenitude de gozo e alegria procedente da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho de Jesus Cristo, serão lançados nos eternos tormentos e punidos com a destruição eterna proveniente da presença do Senhor e da glória do seu poder.
Rom. 9:23; Mat. 2.5:21; Rom. 2:5-6; II Tess. 1:7-8; Mat. 25:31-34; At. 3:19.

III. Assim como Cristo, para afastar os homens do pecado e para maior consolação dos justos nas suas adversidades, quer que estejamos firmemente convencidos de que haverá um dia de juízo, assim também quer que esse dia não seja conhecido dos homens, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal, sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e estejam prontos para dizer - "Vem logo, Senhor Jesus". Amém.

II Ped. 3:11, 14; II Cor. 5:11; II Tess. 1:5-7; Luc. 21:27-28; Mat. 24:36, 42-44; Mar. 13:35-37; Luc. 12:35-36; Apoc. 22:20.

Apêndice

PREFÁCIO AOS NOVOS CAPÍTULOS

Considerando a conveniência de exprimir claramente a doutrina da Igreja a respeito do Espírito Santo, das Missões e do amor de Deus para com todos os homens, foram acrescentados os seguintes capítulos:

CAPÍTULO XXXIV
DO ESPÍRITO SANTO

I. O Espírito Santo é a terceira pessoa da Trindade, procedente do Pai e do Filho, da mesma substância e igual em poder e glória, e deve-se crer nele, amá-Lo, obedecê-Lo e adorá-Lo, juntamente com o Pai e o Filho, por todos os séculos.
Mt.3:16-17; Mt.28:19; II Cor. 13:13; Jo.15:26 e 16:13,14 e 17:24.

II. É Ele o Senhor e Doador da vida, presente em toda parte na natureza, e é a fonte de todos os pensamentos bons, desejos puros e conselhos santos que se encontram nos homens. Por Ele os Profetas foram levados a falar a Palavra de Deus, e todos os autores da Sagrada Escritura foram inspirados a registrar de um modo infalível a disposição e a vontade de Deus. A dispensação do Evangelho foi-lhe entregue de um modo especial. O Espírito Santo prepara o caminho para o Evangelho, acompanhado com seu poder persuasivo e recomenda a sua mensagem à razão e à consciência dos homens, de maneira que os que rejeitam a oferta misericordiosa, ficam não somente sem desculpa, mas também culpados de terem resistido ao Espírito Santo.
Rom. 8:2; Gn.1:2; Sl.139:7; Jo.16:13,14; II Pe. 1:19-21; Jo. 14:16 e 16:7-11; At.7:51-53.

III. O Espírito Santo, o qual o Pai prontamente dá a todos os que Lho pedirem, é o único agente eficaz na aplicação da redenção. Ele convence os homens do pecado, leva-os ao arrependimento, regenera-os pela sua graça e persuade-os e habilita-os a abraçar a Jesus Cristo pela fé. Ele une todos os crentes a Cristo, habita neles como seu Consolador e Santificador, dá-lhes o espírito de adoção e de oração, e cumpre neles todos os graciosos ofícios pelos quais eles são santificados e selados até o dia da redenção.
Lc.11:13; At.1:5; At.5:32; Jo.16:8; At.2:37,38; Tt.3:4-7; At.8:29,37; I Cor.12:13 e 3:16,17; Rom.8:15; Ef.4:30.

IV Pela presença do Espírito Santo nos seus corações, todos os crentes, estando intimamente unidos a Cristo, a Cabeça, estão assim unidos uns aos outros na Igreja, que é o seu corpo. Ele chama e unge os ministros para o seu santo ofício, prepara todos os outros oficiais na Igreja para o seu trabalho especial e concede vários dons e graças aos demais membros. Ele torna eficazes a Palavra e as ordenanças do Evangelho. Por Ele a Igreja será preservada e aumentada até

cobrir a face da terra, será purificada e, afinal, tornada perfeitamente santa na presença de Deus.
Ef.1:22,23; At.20:28; I Cor.12:11; Ef.5:27.

CAPÍTULO XXXV
DO AMOR DE DEUS E DAS MISSÕES

I. Em seu amor infinito e perfeito - e tendo provido no pacto da graça, pela mediação e sacrifício do Senhor Jesus Cristo, um caminho de vida e salvação suficiente e adaptado a toda a raça humana decaída como está - Deus determinou que a todos os homens esta salvação de graça seja anunciada no Evangelho.
Jo.3:16; I Tim.4:10; Mc.16:15

II. No Evangelho Deus proclama o seu amor ao mundo, revela clara e plenamente o único caminho da salvação, assegura vida eterna a todos quantos verdadeiramente se arrependem e crêem em Cristo, e ordena que esta salvação seja anunciada a todos os homens, a fim de que conheçam a misericórdia oferecida e, pela ação do Seu Espírito, a aceitem como dádiva da graça.
Jo.3:16 e 14:6; At.4:12; I Jo.5:12; Mc.16:15; Ef.2:4,8,9.

III. As Escrituras nos asseguram que os que ouvem o Evangelho e aceitam imediatamente os seus misericordiosos oferecimentos, gozam os eternos benefícios da salvação: porém, os que continuam impenitentes e incrédulos agravam a sua falta e são os únicos culpados pela sua perdição.
Jo.5:24 e 3:18.

IV. Visto não haver outro caminho de salvação a não ser o revelado no Evangelho e visto que, conforme o usual método de graça divinamente estabelecido, a fé vem pelo ouvido que atende à Palavra de Deus, Cristo comissionou a sua Igreja para ir por todo o mundo e ensinar a todas as nações. Todos os crentes, portanto, têm por obrigação sustentar as ordenanças religiosas onde já estiverem estabelecidas e contribuir, por meio de suas orações e ofertas e por seus esforços, para a dilatação do Reino de Cristo por todo o mundo.
Jo.14:6; At.4:12; Rom.10:17; Mt.28:19,20; I Cor.4:2; II Cor.9:6,7,10.

NOTA HISTÓRICA

Desde Julho de 1643 até Fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na história pelo nome de Assembléia de Westminster. Este Concílio foi convocado pelo Parlamento Inglês, para preparar uma nova base de doutrina e forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para a Igreja do Estado nos Três Reinos. Em um sentido, a ocasião não foi propícia. Já começara a luta entre o Parlamento e o rei Carlos I, e durante as sessões do Concílio o país foi agitado pela revolução em que o rei perdeu a vida e Cromwell tomou as rédeas do governo. Em outro sentido, a ocasião foi oportuna. Os teólogos mais eruditos daquele tempo tomaram parte nos trabalhos da Assembléia. A Confissão de Fé e os Catecismos

foram discutidos ponto por ponto, aproveitando-se o que havia de melhor nas Confissões já formuladas, e o resultado foi a organização de um sistema de doutrina cristã baseado na Escritura e notável pela sua coerência em todas as suas partes.
O Parlamento não conseguiu o que almejava quando nomeou os membros do Concílio. A Confissão de Pé foi aprovada, mas apenas poucos meses a Igreja Presbiteriana foi nominalmente a Igreja do Estado na Inglaterra.
A Confissão de Westminster foi a última das confissões formuladas durante o período da Reforma. Até agora tem havido na história da Igreja somente dois períodos que se distinguiram pelo número de credos ou confissões que neles foram produzidos. O primeiro pertence aos séculos IV e V, que produziram os credos formulados pelos concílios ecumênicos de Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia; o segundo sincroniza com o período da Reforma. Os símbolos do primeiro período chamam-se "credos", os do segundo "confissões". Uma comparação entre o Credo dos Apóstolos, por exemplo, e a Confissão de Westminster mostrará a diferença. O Credo é a fórmula de uma fé pessoal e principia com a palavra "Creio". A Confissão de Fé de Westminster segue o plano adotado no tempo da Reforma, é mais elaborada e apresenta um pequeno sistema de teologia. Esse sistema é conhecido pelo nome de Calvinismo, por ser o que João Calvino ensinou, e foi aceito pelas Igrejas Reformadas, que diferiam das Luteranas.
A utilidade de uma Confissão de Fé evidenciou-se na história das Igrejas Reformadas ou Presbiterianas. Sendo a Confissão de Westminster a mais perfeita que elas têm podido formular, serve de laço de união e estreita as relações entre os presbiterianos de todo o mundo. Os Catecismos especialmente têm servido para doutrinar a mocidade nas puras verdades do Evangelho.
No tempo em que se reuniu a Assembléia, e por muito tempo antes, todos sustentavam a necessidade da união da Igreja e do Estado, e originalmente havia no Capítulo que trata do Magistrado Civil uma seção ensinando essa necessidade.
Ao formar-se a Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos da América do Norte, em 1788, essa seção foi omitida, pois ali quase todos entendiam que a Igreja devia estar livre de toda união com o Estado, sendo ambos livres e independentes na esfera que lhes pertence.
Em 1887, ou quase cem anos mais tarde, a Igreja geralmente chamada Igreja do Norte eliminou a última parte da Seção IV do Capítulo XXIV, que dizia:
"O viúvo não pode desposar nenhuma parente carnal de sua mulher nos graus de parentesco em que não possa desposar uma das suas próprias parentes, nem a viúva poderá casar-se com um parente carnal de seu marido nos graus de parentesco em que não possa casar-se com um de seus próprios parentes".
O Sínodo do Brasil organizado em 1888, fez igual eliminação.
No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO XVI. SECÃO VII

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria. coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV, SEÇÃO VI

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

Eliminação.

No ano 1903 a mesma Igreja do Norte dos Estados Unidos fez outras emendas mais importantes que, por serem de interesse geral, ficam aqui registradas. As duas Seções que foram modificadas, rezam do modo seguinte:

CAPÍTULO XVI. SECÃO VII

As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam quanto à matéria. coisas que Deus ordena e em si mesmas louváveis e úteis, e embora o negligenciá-las seja pecaminoso e ofensivo a Deus, não obstante, em razão, de não procederem de um coração purificado pela fé, elas não são feitas devidamente - segundo a Palavra - nem para um fim justo - a glória de Deus - ficam aquém do que Deus exige e não podem preparar homem algum para receber a graça de Deus.

CAPÍTULO XXV, SEÇÃO VI

Nosso Senhor Jesus Cristo é o único Cabeça da Igreja, e a pretensão de qualquer homem ser vigário de Cristo e cabeça da Igreja, é contrária à Escritura nem tem base alguma na História e é uma usurpação que desonra a nosso Senhor Jesus Cristo.

Breve Catecismo de Westminster

PERGUNTA 1. Qual é o fim principal do homem?

RESPOSTA. O fim principal do homem é glorificar a Deus, e gozá-lo para sempre.

Referências: Rm 11.36; 1Co 10.31; Sl 73.25-26; Is 43.7; Rm 14.7-8; Ef 1.5-6; Is 60.21; 61.3.

PERGUNTA 2. Que regra deu Deus para nos dirigir na maneira de o glorificar e gozar?

R. A Palavra de Deus, que se acha nas Escrituras do Velho e do Novo Testamentos, é a única regra para nos dirigir na maneira de o glorificar e gozar.

Ref. Lc 24.27, 44; 2Pe 3.2, 15-16; 2Tm 3.15-17; Lc 16.29-31; Gl 1.8-9; Jo 15.10-11; Is 8.20; Hb 1:1 comparado com Lc 1.1-4 e Jo 20.30-31.

PERGUNTA 3. Qual é a coisa principal que as Escrituras nos ensinam?

R. A coisa principal que as Escrituras nos ensinam é o que o homem deve crer acerca de Deus, o dever que Deus requer do homem.

Ref. Jo 5.39; 20.31; Sl 119.105; Rm 15.4; 1Co 10.11.

PERGUNTA 4. Quem é Deus?

R. Deus é espírito, infinito, eterno e imutável em seu ser, sabedoria, poder, santidade, justiça, bondade e verdade.

Ref. Jo 4.24; Ex 3.14; Sl 145.3; 90.2; Tg 1.17; Rm 11.33; Gn 17.1, Ap 4.8; Ex 34.6-7.

PERGUNTA 5. Há mais de um Deus?

R. Há só um Deus, o Deus vivo e verdadeiro.

Ref. Dt 6.4; 1Co 8.4; Jr 10.10; Jo 17.3.

PERGUNTA 6. Quantas pessoas há na Divindade?

R. Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e estas três são um Deus, da mesma substância, iguais em poder e glória.

Ref. Mt 3.16-17; 28.19; 2Co 13.13; Jo 1.1; 3.18; At 5.3-4; Hb 1.3; Jo 10.30.

PERGUNTA 7. Que são os decretos de Deus?

R. Os decretos de Deus são o seu eterno propósito, segundo o conselho da sua vontade, pelo qual, para sua própria glória, Ele predestinou tudo o que acontece.

Ref. Rm 11.36; Ef 1.4-6, 11; At 2.23; 17.26; Jo 21.19; Is 44.28; At 13.48; 1Co 2.7; Ef 3.10-11.

PERGUNTA 8. Como executa Deus os seus decretos?

R. Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência.

Ref. Ap 4.11; Dn 4.35; Is 40.26; 14.26-27; 46.9-11; At 4.24.

PERGUNTA 9. Qual é a obra da criação?

R. A obra da criação é aquela pela qual, Deus fez todas as coisas do nada, no espaço de seis dias, e tudo muito bem.

Ref. Gn 1; Hb 11.3; Sl 33.9; Gn 1.31.

PERGUNTA 10. Como criou Deus o homem?

R. Deus criou o homem macho e fêmea, conforme a sua própria imagem, em conhecimento, retidão e santidade com domínio sobre as criaturas.

Ref. Gn 1.27-28; Cl 3.10; Ef 4.24; Rm 2.14-15; Sl 86-8.

PERGUNTA 11. Quais são as obras da providência de Deus?

R. As obras da providência de Deus são a sua maneira muito santa, sábia e poderosa de preservar e governar todas as suas criaturas, e todas as ações delas.

Ref. Sl 145.17; 104.10-24; Hb 1.3; Mt 10.29-30; Os 2.6.

PERGUNTA 12. Que ato especial de providência exerceu Deus para com o homem no estado em que ele foi criado?

R. Quando Deus criou o homem, fez com ele um pacto de vida, com a condição de perfeita obediência: proibindo-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal, sob pena de morte.

Ref. Gl 3.12; Gn 2.17.

PERGUNTA 13. Conservaram-se nossos primeiros pais no estado em que foram criados?

R. Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, caíram do estado em que foram criados, pecando contra Deus.

Ref. Rm 5.12; Gn 3.6.

PERGUNTA 14. Que é pecado?

R. Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou qualquer transgressão desta lei.

Ref. Tg 2.10; 4.17; 1Jo 3.4.

PERGUNTA 15. Qual foi o pecado pelo qual nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados?

R. O pecado pelo qual nossos primeiros pais caíram do estado em que foram criados foi o comerem do fruto proibido.

Ref. Gn 3.12-13; Os 6.7.

PERGUNTA 16. Caiu todo o gênero humano pela primeira transgressão de Adão?

R. Visto que o pacto foi feito com Adão não só para ele, mas também para sua posteridade, todo gênero humano que dele procede por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na sua primeira transgressão.

Ref. Gn 1.28; At 17.26; 1Co 15.21-22; Rm 5.12-14.

PERGUNTA 17. Qual foi o estado a que a queda reduziu o gênero humano?

R. A queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria.

Ref. Rm 5.12.

PERGUNTA 18. Em que consiste o estado de pecado em que o homem caiu?

R. O estado de pecado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão original e na corrupção de toda a sua natureza, o que ordinariamente de chama Pecado Original, juntamente com todas as transgressões atuais que procedem dele.

Ref. Rm 5.18-19; Ef 2.1-3; Rm 8.7-8; Sl 51.5.

PERGUNTA 19. Qual é a miséria do estado em que o homem caiu?

R. Todo o gênero humano pela sua queda perdeu comunhão com Deus, está debaixo da sua ira e maldição, e assim sujeito a todas as misérias nesta vida, à morte e às penas do Inferno para sempre.

Ref. Gn 3.8, 24; Ef 2.3; Rm 6.23; Mt 25.41-46.

PERGUNTA 20. Deixou Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria?

R. Tendo Deus, unicamente pela sua boa vontade desde toda a eternidade, escolhido alguns para a vida eterna, entrou com eles em um pacto de graça, para os livrar do estado de pecado e miséria, e trazer a um estado de salvação por meio de um Redentor.

Ref. Ef 1.4; Tt 1.2; 3.4-7; Jo 17.6.

PERGUNTA 21. Quem é o Redentor dos escolhidos de Deus?

R. O único redentor dos escolhidos de Deus é o Senhor Jesus Cristo que, sendo o eterno Filho de Deus, se fez homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas distintas, e uma só pessoa, para sempre.

Ref. 1Tm 2.5; Jo 1.14; Rm 9.5; Cl 2.9; Hb 13.8.

PERGUNTA 22. Como Cristo, sendo o Filho de Deus, se fez homem?

R. Cristo, o Filho de Deus, fez-se homem tomando um verdadeiro corpo, e uma alma racional, sendo concebido pelo poder do Espirito Santo no ventre da virgem Maria, e nascido dela, mas sem pecado.

Ref. Hb 2.14; Mt 26.38; Lc 2.52; 1.31, 35; Hb 4.15.

PERGUNTA 23. Que funções exerce Cristo como nosso Redentor?

R. Cristo, como nosso Redentor, exerce as funções de profeta, sacerdote e rei, tanto no seu estado de humilhação como no de exaltação.

Ref. At 3.22; Hb 5.5-6; Sl 2.6; Jo 1.49.

PERGUNTA 24. Como exerce Cristo as funções de profeta?

R. Cristo exerce as funções de profeta, revelando-nos, pela sua Palavra e pelo seu Espírito, a vontade de Deus para a nossa salvação.

Ref. Jo 1.18; Hb 1.1-2; Jo 14.26; 16.13.

PERGUNTA 25. Como exerce Cristo as funções de sacerdote?

R. Cristo exerce as funções de sacerdote, oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício, para satisfazer a justiça divina, reconciliar-nos com Deus e fazendo contínua intercessão por nós.

Ref. Hb 9.28; Rm 3.24-26; 10.4; Hb 2.17; 7.25; Is 53.12.

PERGUNTA 26. Como exerce Cristo as funções de rei?

R. Cristo exerce as funções de rei, sujeitando-nos a si mesmo, governando-nos e protegendo-nos, contendo e subjugando todos os seus e os nossos inimigos.

Ref. Sl 110.3; At 2.36; 18.9-10; Is 9.6-7; 1Co 15.26-27.

PERGUNTA 27. Em que consistiu a humilhação de Cristo?

R. A humilhação de Cristo consistiu em Ele nascer, e isso em condição baixa, feito sujeito à lei; em sofrer as misérias desta vida, a ira de Deus e amaldiçoada morte na cruz; em ser sepultado, e permanecer debaixo do poder da morte durante certo tempo.

Ref. Lc 2.7; Fp 2.6-8; Gl 4.4; 3.13; Is 53.3; Mt 27.43; 1Co 15.3-4.

PERGUNTA 28. Em que consiste a exaltação de Cristo?

R. A exaltação de Cristo consiste em Ele ressurgir dos mortos no terceiro dia; em subir ao Céu e estar sentado à mão direita de Deus Pai, e em vir para julgar o mundo no último dia.

Ref. 1Co 15.4; Ef 1.20-21; At 17.31.

PERGUNTA 29. Como nos tornamos participantes da redenção adquirida por Cristo?

R. Tornamo-nos participantes da redenção adquirida por Cristo pela eficaz aplicação dela a nós pelo Seu Santo Espírito.

Ref. Jo 1.12; 3.5-6; Tt 3.5-6.

PERGUNTA 30. Como nos aplica o Espírito a redenção adquirida por Cristo?

R. O Espírito aplica-nos a redenção adquirida por Cristo, operando em nós a fé, e unindo-nos a Cristo por meio dela em nossa vocação eficaz.

Ref. Gl 2.20; Ef 2.8; 1Co 12.12-13.

PERGUNTA 31. Que é vocação eficaz?

R. Vocação eficaz é a obra do Espírito Santo, pela qual, convencendo-nos do nosso pecado, e da nossa miséria, iluminando nossos entendimentos pelo conhecimento de Cristo, e renovando a nossa vontade, nos persuade e habilita a abraçar Jesus Cristo, que nos é oferecido de graça no Evangelho.

Ref. 1Ts 2.13; At 2.37; 26.18; Ez 36.25-27; 2Tm 1.9; Fp 2.13; Jo 6.37, 44-45.

PERGUNTA 32. Que bênçãos gozam nesta vida aqueles que são eficazmente chamados?

R. Aqueles que são eficazmente chamados, gozam, nesta vida, da justificação, adoção e santificação, e das diversas bênçãos que acompanham estas graças ou delas procedem.

Ref. Rm 8.30; Ef 1.5; 1Co 1.30.

PERGUNTA 33. Que é justificação?

R. Justificação é um ato da livre graça de Deus, no qual Ele perdoa todos os nossos pecados, e nos aceita como justos diante de Si, somente por causa da justiça de Cristo a nós imputada, e recebida só pela fé.

Ref. Ef 1.7; 2Co 5.21; Rm 4.6; 5.18; Gl 2.16.

PERGUNTA 34. Que é adoção?

R. Adoção é um ato de livre graça de Deus, pelo qual somos recebidos no número dos filhos de Deus, e temos direito a todos os seus privilégios.

Ref. 1Jo 3.1; Jo 1.12; Rm 8.14-17.

PERGUNTA 35. Que é santificação?

R. É a obra da livre graça de Deus, pela qual somos renovados em todo o nosso ser, segundo a imagem de Deus, e habilitados a morrer cada vez mais para o pecado e a viver para a retidão.

Ref. 1Pe 1.2; Ef 4.20-24; Rm 6.6; 12.1-2.

PERGUNTA 36. Quais são as bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação ou delas procedem?

R. As bênçãos que nesta vida acompanham a justificação, adoção e santificação, ou delas procedem, são: certeza do amor de Deus, paz de consciência, gozo no Espírito Santo, aumento de graça, e perseverança nela até ao fim.

Ref. Rm 5.1-5; 14.17; Jo 1.16; Fp 1.6; 1Pe 1.5.

PERGUNTA 37. Quais são as bênçãos que os fiéis recebem de Cristo na hora da morte?

R. As almas dos fiéis na hora da morte são aperfeiçoadas em santidade, e imediatamente entram na glória; e os corpos que continuam unidos Cristo, descansam na sepultura até a ressurreição.

Ref. Ap 14.13; Lc 23.43; At 7.55, 59; Fp 1.23; 1Ts 4.14; Jo 5.28-29; 14.2-3; Hb 12.22-23.

PERGUNTA 38. Quais são as bênçãos que os fieis recebem de Cristo na ressurreição?

R. Na ressurreição, os fieis, sendo ressuscitados em glória, serão publicamente reconhecidos e absolvidos no dia de juízo, e tornados perfeitamente felizes no pleno gozo de Deus por toda a eternidade.

Ref. 1Co 15.43; Mt 10.32; 25.34; Sl 16.11.

PERGUNTA 39. Qual é o dever que Deus exige do homem?

R. O dever que Deus exige do homem é obediência à sua vontade revelada.

Ref. Mq 6.8; Lc 10.27-28; Gn 17.1.

PERGUNTA 40. Que revelou Deus primeiramente ao homem para regra de sua obediência?

R. A regra que Deus revelou primeiramente ao homem para sua obediência foi a lei moral.

Ref. Rm 2.14-15.

PERGUNTA 41. Onde está a lei moral resumidamente compreendida?

R. A lei moral está resumidamente compreendida nos dez mandamentos.

Ref. Dt 10.4; Mt 19.17-19.

PERGUNTA 42. Em que se resumem os dez mandamentos?

R. Os dez mandamentos se resumem em amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento; e ao nosso próximo como a nós mesmos.

Ref. Mt 22-37-40.

PERGUNTA 43. Qual é o prefácio dos dez mandamentos?

R. O prefácio dos dez mandamentos é: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão".

Ref. Ex 20.2.

PERGUNTA 44. Que nos ensina o prefácio dos dez mandamentos?

R. O prefácio dos dez mandamentos ensina-nos que nós temos obrigação de guardar todos os mandamentos de Deus, por ser Ele o Senhor nosso Deus e Redentor.

Ref. Dt 11.1; 1Pe 1.15-19.

PERGUNTA 45. Qual é o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento é: "Não terás outros deuses além de mim".

Ref. Ex 20.3.

PERGUNTA 46. Que exige o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento exige de nós o conhecer e reconhecer a Deus como o único Deus verdadeiro, e nosso Deus; e como tal adorá-lo.

Ref. 1Cr 28.9; Dt 26.17; Sl 95.6-7.

PERGUNTA 47. Que proíbe o primeiro mandamento?

R. O primeiro mandamento proíbe o negar, ou deixar de adorar ou glorificar ao verdadeiro Deus, como Deus, e nosso Deus; e dar a qualquer outro a adoração e a glória que só a Ele são devidas.

Ref. Sl 14.1; Rm 1.20-21, 25; Sl 8.11.

PERGUNTA 48. Que se nos ensina especialmente pelas palavras "além de mim", no primeiro mandamento?

R. As palavras "além de mim", no primeiro mandamento, ensinam-nos que Deus, que vê todas as coisas, toma conhecimento e muito se ofende do pecado de ter-se em seu lugar outro deus.

Ref. Sl 139.1-3; Dt 30.17-18.

PERGUNTA 49. Qual é o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento é: "Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo que há em cima no Céu, e do que há embaixo na terra, nem de coisa alguma que haja nas águas, debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus zeloso, que vinga a iniqüidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem; e que usa de misericórdia com milhares daqueles que me amam e que guardam os meus preceitos".

Ref. Ex 20.4-6.

PERGUNTA 50. Que exige o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento exige que recebamos, observemos e guardemos puros e inteiros todo o culto e ordenanças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra.

Ref. Dt 12.32; Mt 28.20; Jo 4.23-24.

PERGUNTA 51. Que proíbe o segundo mandamento?

R. O segundo mandamento proíbe o adorar a Deus por meio de imagens, ou de qualquer outra maneira não prescrita na sua Palavra.

Ref. Rm 1.22-23; 2Rs 18.3-4.

PERGUNTA 52. Quais são as razões anexas ao segundo mandamento?

R. As razões anexas ao segundo mandamento são a soberania de Deus sobre nós, a sua propriedade em nós em nós, e o zelo que Ele tem pelo seu culto.

Ref. Sl 45.11; 100.3; Ex 34.14; 1Co 10.22.

PERGUNTA 53. Qual é o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento é: "Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus".

Ref. Ex 20.7.

PERGUNTA 54. Que exige o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento exige o santo e reverente uso dos nomes, títulos, atributos, ordenanças, palavras e obras de Deus.

Ref. Sl 29,2; Ap 15.3-4; Ec 5.1; Sl 138.2; 104.24.

PERGUNTA 55. O que proíbe o terceiro mandamento?

R. O terceiro mandamento proíbe toda a profanação ou abuso das coisas por meio das quais Deus se faz conhecer.

Ref. Lv 19.12; Mt 5.34-35.

PERGUNTA 56. Qual é a razão anexa ao terceiro mandamento?

R. A razão anexa ao terceiro mandamento é que, embora os transgressores deste mandamento escapem do castigo dos homens, o Senhor nosso Deus não os deixará escapar do seu justo juízo.

Ref. Dt 28.58-59.

PERGUNTA 57. Qual é o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento é: "Lembra-te de santificar o dia do Sábado. Trabalharás seis dias, e farás nele tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o Sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia, obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu, a terra e o mar, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo dia. Por isso o Senhor abençoou o dia sétimo e o santificou".

Ref. Ex 20. 8.11.

PERGUNTA 58. Que exige o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento exige que consagremos a Deus os tempos determinados em sua Palavra, particularmente um dia inteiro em cada sete, para ser um dia de santo descanso a Ele dedicado.

Ref. Lv 19.30; Dt 5.12.

PERGUNTA 59. Qual dos sete dias designou Deus para esse descanso semanal?

R. Desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo, Deus designou o sétimo dia da semana para o descanso semanal; e desde então o primeiro dia da semana para continuar sempre até ao fim do mundo, que é o Sábado cristão, ou Domingo.

Ref. Gn 2.3; Ex 16.23; At 20.7; 1Co 16.1-2; Ap 1.10.

PERGUNTA 60. De que modo se deve santificar o Domingo?

R. Deve-se santificar o Domingo com um santo repouso por todo aquele dia, mesmo das ocupações e recreações temporais que são permitidas nos outros dias; empregando todo o tempo em exercícios públicos e particulares de adoração a Deus, Exceto o tempo preciso para as obras de pura necessidade e misericórdia.

Ref. Lv 23.3; Is 58.13-14; Mt 12.11-12; Mc 2.27-28.

PERGUNTA 61. Que proíbe o quarto mandamento?

R. O quarto mandamento proíbe a omissão ou a negligência no cumprimento dos deveres exigidos, e a profanação deste dia por meio de ociosidade ou por fazer aquilo que é em si mesmo pecaminoso, ou por desnecessários pensamentos, palavras, ou obras acerca de nossos negócios e recreações temporais.

Ref. Jr 17.21; Lc 23.56.

PERGUNTA 62. Quais são as razões anexas ao quarto mandamento?

R. As razões anexas ao quarto mandamento são: a permissão que Deus nos concede de fazermos uso dos seis dias da semana para os nossos interesses temporais; o reclamar ele para si a propriedade especial do dia sétimo, o seu próprio exemplo, e a benção que ele conferiu ao dia do descanso.

Ref. Ex 31. 15-16; Lv 23.3; Ex 31.17; Gn 2.3.

PERGUNTA 63. Qual é o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento é: "Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma dilatada vida sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar".

Ref. Ex 20.12.

PERGUNTA 64. Que exige o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento exige a conservação da honra e o desempenho dos deveres pertencentes a cada um em suas diferentes condições e relações, como superiores, inferiores, ou iguais.

Ref. Ef 6.1-3; Rm 13.1-2; 12.10.

PERGUNTA 65. Que proíbe o quinto mandamento?

R. O quinto mandamento proíbe negligenciarmos ou fazermos alguma coisa contra a honra e dever que pertencem a cada um em suas diferentes condições e relações.

Ref. Rm 13.7-8.

PERGUNTA 66. Qual é a razão anexa ao quinto mandamento?

R. A razão anexa ao quinto mandamento é uma promessa de longa vida e prosperidade (quanto sirva para glória de Deus e bem do homem) a todos aqueles que guardam este mandamento.

Ref. Ef 6.2-3.

PERGUNTA 67. Qual é o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento é: "Não matarás".

Ref. Ex 20.13.

PERGUNTA 68. Que exige o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento exige todos os esforços lícitos para conservar a nossa vida e a dos nossos semelhantes.

Ref. Sl 132.3-4; At 27.33-34; Rm 12.20-21; Lc 10.33-37.

PERGUNTA 69. Que proíbe o sexto mandamento?

R. O sexto mandamento proíbe o tirar a nossa própria vida, ou a do nosso próximo injustamente, e tudo aquilo que para isso concorre.

Ref. At 16.28; Gn 9.6; Dt 24.6; Pv 24.11-12; 1Jo 3.15.

PERGUNTA 70. Qual é o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento é: "Não adulterarás"

Ref. Ex 24.14.

PERGUNTA 71. Que exige o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento exige a conservação da nossa própria castidade, e da do nosso próximo, no coração, nas palavras e nos costumes.

Ref. 1Ts 4.4; Ef 4.29; 5.11-12; 1Pe 3.2.

PERGUNTA 72. Que proíbe o sétimo mandamento?

R. O sétimo mandamento proíbe todos os pensamentos, palavras e ações impuras.

Ref. Mt 5.28; Ef 5.3-4.

PERGUNTA 73. Qual é o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento é: "Não furtarás".

Ref. Ex 20.15.

PERGUNTA 74. Que exige o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento exige que procuremos o lícito adiantamento das riquezas e do estado exterior, tanto nosso como do nosso próximo.

Ref. Pv. 27.23; 22.1-14; Fl 2.4; Ex 23.4-6.

PERGUNTA 75. Que proíbe o oitavo mandamento?

R. O oitavo mandamento proíbe tudo o que impede ou pode impedir injustamente o adiantamento da riqueza ou do bem-estar, tanto nosso como do nosso próximo.

Ref. Pv 28.19; 1Tm 5.8; Tg 5.1-4.

PERGUNTA 76. Qual é o nono mandamento?

R. O nono mandamento é: "Não dirás falso testemunho contra o teu próximo".

Ref. Ex 20.16.

PERGUNTA 77. Que exige o nono mandamento?

R. O nono mandamento exige a conservação e promoção da verdade entre os homens, e a manutenção da nossa boa reputação, e a do nosso próximo, especialmente quando somos chamados a dar testemunho.

Ref. Ef 4.25; 1Pe 3.16; At 25.10; 3Jo 12; Pv 14.5, 25; Mt 5.37.

PERGUNTA 78. Que proíbe o nono mandamento?

R. O nono mandamento proíbe tudo o que é prejudicial à verdade, ou injurioso, tanto à nossa reputação como à do nosso próximo.

Ref. Cl 3.9; 2Co 8.20-21; Sl 15.3; 12.3.

PERGUNTA 79. Qual é o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento é : "Não cobiçarás a casa do teu próximo; não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença.

Ref. Ex 20.17.

PERGUNTA 80. Que exige o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento exige o pleno contentamento com a nossa condição, bem como disposição caridosa para com o nosso próximo e tudo o que lhe pertence.

Ref. Hb 13.5; 1Tm 6.6-10; Lv 19.18; 1Co 13.4-6.

PERGUNTA O que proíbe o décimo mandamento?

R. O décimo mandamento proíbe todo o descontentamento com a nossa condição, todo o movimento de inveja ou pesar à vista da prosperidade do nosso próximo e todas as tendências ou afeições desordenadas a alguma coisa que lhe pertence.

Ref. 1Co 10.10; Gl 5.26; Cl 3.5; 1Tm 6.6-10.

PERGUNTA 82. Será alguém capaz de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus?

R. Nenhum mero homem, desde a queda de Adão, é capaz, nesta vida, de guardar perfeitamente os mandamentos de Deus, mas diariamente os quebranta por pensamentos, palavras e obras.

Ref. Rm 3.9-10; Tg 3.2.

PERGUNTA 83. São igualmente odiosas todas as transgressões da lei?

R. Alguns pecados em si mesmos, e em razão de circunstâncias agravantes, são mais odiosos à vista de Deus do que outros.

Ref. Sl 19.13; Mt 11.24; Lc 12.10; Hb 2.2-3.

PERGUNTA 84. Que merece cada pecado?

R. Cada pecado merece a ira e a maldição de Deus, tanto nesta vida como na vindoura.

Ref. Gl 3.10; Tg 2.10; Mt 25.41.

PERGUNTA 85. Que exige Deus de nós para que possamos escapar a sua ira e maldição em que temos incorrido pelo pecado?

R. Para escaparmos à ira e maldição de Deus, em que temos incorrido pelo pecado, Deus exige de nós fé em Jesus Cristo e arrependimento para a vida, com o uso diligente de todos os meios exteriores pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção.

Ref. At 20.21; 2Pe 1.10; Hb 2.3; 1Tm 4.16.

PERGUNTA 86. Que é fé em Jesus Cristo?

R. Fé em Jesus Cristo é uma graça salvadora, pela qual o recebemos e confiamos só nEle para a salvação, como Ele nos é oferecido.

Ref. At 16.31; Hb 10.39; Jo 1.12; Fp 3.9; Ap 22.17.

PERGUNTA 87. Que é arrependimento para a vida?

R. Arrependimento para a vida é uma graça salvadora pela qual o pecador, tendo um verdadeiro sentimento do seu pecado e percepção da misericórdia de Deus em Cristo, se enche de tristeza e de horror pelos seus pecados, abandona-os e volta para Deus, inteiramente resolvido a prestar-lhe nova obediência.

Ref. 2Co 7.10; At 2.37; Lc 1.77-79; Jr 31.18-19; Rm 6.18.

PERGUNTA 88. Quais são os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção?

R. Os meios exteriores e ordinários pelos quais Cristo nos comunica as bênçãos da redenção, são as suas ordenanças, especialmente a Palavra, os sacramentos e a oração; as quais todas se tornam eficazes aos eleitos para a salvação.

Ref. At 2.41-42.

PERGUNTA 89. Como se torna a Palavra eficaz para a salvação?

R. O Espírito de Deus torna a leitura e especialmente a pregação da Palavra, meios eficazes para convencer e converter os pecadores, para os edificar em santidade e conforto, por meio da fé para a salvação.

Ref. Ne 8.8; At 20.32; Rm 15.4; 2Tm 3.15;.

PERGUNTA 90. Como se deve ler e ouvir a Palavra a fim de que ela se torne eficaz para a salvação?

R. Para que a Palavra se torne eficaz para a salvação, devemos ouvi-la com diligência, preparação e oração; recebê-la com fé e amor, guardá-la em nossos corações e praticá-la em nossas vidas.

Ref. Dt 6.6-7; 1Pe 2.1-2; Sl 119.11-18; Rm 1.16; 2Ts 2.10; Tg 1.21-25.

PERGUNTA 91. Como se tornam os sacramentos meios eficazes para a salvação?

R. Os sacramentos tornam-se meios eficazes para a salvação, não por alguma virtude que eles ou aqueles que os ministram tenham, mas somente pela bênção de Cristo e pela obra do seu Espírito naqueles que pela fé os recebem.

Ref. 1Pe 3.21; Rm 2.28-29; 1Co 12.13; 10.16-17.

PERGUNTA 92. Que é um sacramento?

R. Um sacramento é uma santa ordenança, instituída por Cristo, na qual, por sinais sensíveis, Cristo e as bênçãos do novo pacto são representadas, seladas e aplicadas aos crentes.

Ref. Mt 26.26-28; 28.19; Rm 4.11.

PERGUNTA 93. Quais são os sacramentos do Novo Testamento?

R. Os sacramentos do Novo Testamento são o Batismo e a Ceia do Senhor.

Ref. At 10.47-48; 1Co 11.23-26.

PERGUNTA 94. Que é o Batismo?

R. O Batismo é o sacramento no qual o lavar com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo significa e sela a nossa união com Cristo, a participação das bênçãos do pacto da graça, e a promessa de pertencermos ao Senhor.

Ref. Mt 28.19; Jo 3.5; Rm 6.1-11; Gl 3.27.

PERGUNTA 95. A quem deve ser ministrado o Batismo?

R. O Batismo não deve ser ministrado àqueles que estão fora da igreja visível, enquanto não professarem sua fé em Cristo e obediência a Ele; mas os filhos daqueles que são membros da igreja visível devem ser batizados.

Ref. At 18.8; Gn 17.7-14; At 2.38-39; 1Co 7.14.

PERGUNTA 96. O que é a Ceia do Senhor?

R. A Ceia do Senhor é o sacramento no qual, dando-se e recebendo-se pão e vinho, conforme a instituição de Cristo, se anuncia a sua morte, e aqueles que participam dignamente tornam-se, não de uma maneira corporal e carnal, mas pela fé, participantes do seu corpo e do seu sangue, com todas as suas bênçãos para o seu alimento espiritual e crescimento em graça.

Ref. 1Co 11.23-26; At 3.21; 1Co 10.16.

PERGUNTA 97. Que se exige para participar dignamente da Ceia do Senhor?

R. Exige-se daqueles que desejam participar dignamente da Ceia do Senhor que se examine sobre o seu conhecimento em discernir o corpo do Senhor, sobre a sua fé para se alimentarem dele, sobre o seu arrependimento, amor e nova obediência; para não suceder que, vindo indignamente, comam e bebam para si a condenação.

Ref. 1Co 11.27; 31-32; Rm 6.17-18.

PERGUNTA 98. O que é Oração?

R. A Oração é um santo oferecimento dos nossos desejos a Deus, por coisas conformes com a sua vontade, em nome de Cristo, com a confissão dos nossos pecados, e um agradecido reconhecimento das suas misericórdias.

Ref. Sl 10.17; 145.19; 1Jo 5.14; 1.9; Jo 16.23-24; Fp 4.6.

PERGUNTA 99. Qual é a regra que Deus nos deu para nos dirigir em oração?

R. Toda palavra de Deus é útil para nos dirigir em oração, mas a regra especial de direção é aquela forma de oração que Cristo ensinou aos seus discípulos, e que geralmente se chama a Oração Dominical.

Ref. Rm 8.26; Sl 119.170; Mt 6.9-13.

PERGUNTA 100. Que nos ensina o prefácio da Oração Dominical?

R. O prefácio da Oração Dominical, que é: "Pai nosso que estás no Céu", ensina-nos que nos devemos aproximar de Deus com toda a santa reverência e confiança, como filhos a um pai poderoso e pronto para nos ajudar, e também nos ensina a orar com os outros e por eles.

Ref. Lc 11.13; Rm 8.15; 1Tm 2.1-2.

PERGUNTA 101. Pelo que oramos na primeira petição?

R. Na primeira petição que é: "Santificado seja o Teu nome" pedimos que Deus nos habilite a nós e aos outros a glorificá-lo em tudo aquilo em que se dá a conhecer; e que disponha tudo para sua glória.

Ref. Sl 67.1-3; Rm 11.36; Ap 4.11.

PERGUNTA 102. Pelo que oramos na segunda petição?

R. Na segunda petição, que é: "Venha o Teu reino", pedimos que o reino de Satanás seja destruído e que o reino da graça seja adiantado; que nós e os outros a ele sejamos guiados e nele guardados, e que cedo venha o reino da glória.

Ref. Sl 68.1; Jo 12.31; Mt 9.37-38; 2Ts 3.1; Rm 10.1; Ap 22.20.

PERGUNTA 103. Pelo que oramos na terceira petição?

R. Na terceira petição, que é: "Seja feita Tua vontade, assim na terra como no Céu", pedimos que Deus, pela sua graça, nos torne capazes e desejosos de conhecer a sua vontade, de obedecer e submeter-nos a ela em tudo, como fazem os anjos no Céu.

Ref. Mt 24.39; Fp 1.9-11; Sl 103.20-21.

PERGUNTA 104. Pelo que oramos na quarta petição?

R. Na quarta petição, que é: O pão nosso de cada dia nos dá hoje", pedimos que da livre dádiva de Deus recebamos uma porção suficiente das coisas boas desta vida, e gozemos com elas de suas bênçãos.

Ref. Pv 30.8-9; 1Tm 6.6-8; Pv 10.22.

PERGUNTA 105. Pelo que oramos na quinta petição?

R. Na quinta petição, que é: "E perdoa-nos as nossas dividas, assim como nós também perdoamos aos nossos devedores", pedimos que Deus, por amor de Cristo, nos perdoe gratuitamente os nossos pecados, o que somos animados a pedir, porque, pela Sua graça somos habilitados a perdoar de coração ao nosso próximo.

Ref. Sl 51.1-2, 7; Mt 18.35.

PERGUNTA 106. Pelo que oramos na sexta petição?

R. Na sexta petição, que é: "E não nos deixes cair em tentação", pedimos que Deus nos guarde de sermos tentados a pecar, ou nos preserve e livre, quando formos tentados.

Ref. Mt 26.41; Sl 19.13; Jo 17.15; 1Co 10.13.

PERGUNTA 107. Que nos ensina a conclusão da Oração Dominical?

R. A conclusão da Oração Dominical, que é: "Porque Teu é o reino, o poder e a glória, para sempre. Amém", ensina-nos que na Oração devemos confiar somente em Deus, e louvá-lO em nossas orações, atribuindo-Lhe reino, poder e glória. E em testemunho do nosso desejo e certeza de sermos ouvidos, dizemos: Amém.

Ref. Dn 9.18-19; Fp 4.6; 1Cr 29.11-13; 1Co 14.16; APERGUNTA 22.20-21.

OS DEZ MANDAMENTOS

Ex 20.3-17

1. Não terás outros deuses além de mim.

2. Não farás para ti imagem de escultura, nem figura alguma de tudo que há em cima no céu, e do que há em baixo na terra, nem de coisa que haja nas água debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto, porque Eu sou o Senhor teu Deus, o Deus zeloso, que vinga a iniqüidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia com milhares daqueles que me amam e que guardam os meus preceitos.

3. Não tomarás em vão o nome do Senhor teu Deus, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus.

4. Lembra-te de santificar o dia de Sábado. Trabalharás seis dias e farás neles tudo o que tens para fazer. O sétimo dia, porém, é o sábado do Senhor teu Deus. Não farás nesse dia obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu animal, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro. Porque o Senhor fez em seis dias o céu e a terra, e tudo o que neles há, e descansou no sétimo e o santificou.

5. Honrarás a teu pai e a tua mãe, para teres uma vida dilatada sobre a terra que o Senhor teu Deus te há de dar.

6. Não matarás.

7. Não adulterarás.

8. Não furtarás.

9. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

10. Não cobiçarás a casa de teu próximo; não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença.

RESUMO DOS DEZ MANDAMENTOS

Lc 10.27

Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda tua a alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e ao teu próximo como a ti mesmo.

ORAÇÃO DOMINICAL

Mt 6.9-13

Pai nosso que estás nos Céus, santificado seja Teu nome; venha o Teu reino; seja feita a Tua vontade, assim na terra como no Céu. O pão nosso de cada dia nos dá hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal; porque Teu é o reino, o poder e a glória para sempre . Amém.

CREDO

Creio em Deus Pai, todo poderoso, Criador do céu e da terra. Creio em Jesus Cristo, Seu único Filho, nosso Senhor, o qual foi concebido por obra do Espírito Santo; nasceu da Virgem Maria; padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu em Hades; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao Céu; está sentado à mão direita de Deus Pai todo poderoso; donde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo; na santa Igreja universal; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.

Catecismo Maior de Westminster

1. Qual é o fim supremo e principal do homem?

Resposta. O fim supremo e principal do homem e glorificar a Deus e gozá-lo para sempre.

Rom. 11:36; 1 Cor. 10:31; Sal. 73:24-26; João 17:22-24.

2. Donde se infere que há um Deus?

A própria luz da natureza no espírito do homem e as obras de Deus claramente manifestam que existe um Deus; porém só a sua Palavra e o seu Espírito o revelam de um modo suficiente e eficazmente aos homens para a sua salvação

Rom. 1:19-20; 1 Cor. 2:9-10: II Tim. 3,15-17.

3. Que é a Palavra de Deus?

As Escrituras Sagradas, o Velho e o Novo Testamento, são a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática.

II Tim. 3:16; 11 Pedro 1:19 21; Isa. 8:20; Luc. 16:29, 31; Gal. 1:8-9.

4. Como se demonstra que as Escrituras são a Palavra de Deus?

Demonstra-se que as Escrituras são a Palavra de Deus - pela majestade e pureza do seu conteúdo, pela harmonia de todas as suas partes, e pelo propósito do seu conjunto, que é dar toda a glória a Deus; pela sua luz e pelo poder que possuem para convencer e converter os pecadores e para edificar e confortar os crentes para a salvação. O Espírito de Deus, porém, dando testemunho, pelas Escrituras e juntamente com elas no coração do homem, é o único capaz de completamente persuadi-lo de que elas são realmente a Palavra de Deus.

Os. 8:12; 1 Cor. 2:6-7; Sal. 119:18, 129, 140; Sal. 12:6; Luc. 24:27; At. 10:43 e 26;22; Rom, 16:25-27; At. 28:28; Heb. 4:12; Tiago 1:18; Sal. 19:7-9; Rom. 15:4: At 20:32; João 16:13-14.

5. Que é o que as Escrituras principalmente ensinam?

As Escrituras ensinam principalmente o que o homem deve crer acerca de Deus e o dever que Deus requer do homem.

João 20:31; 11 Tim. 1:13.

6. Que revelam as Escrituras acerca de Deus?

As Escrituras revelam o que Deus é, quantas pessoas há na Divindade, os seus decretos e como Ele os executa.

Mas. 3:16-17; Isa. 46:9-10; At. 4:27-28,

7. Quem é Deus?

Deus é espírito, em si e por si infinito em seu ser, glória, bem-aventurança e perfeição; todo - suficiente, eterno, imutável, insondável, onipresente, infinito em

poder, sabedoria, santidade, justiça, misericórdia e clemência, longânimo e cheio de bondade e verdade.

João 4:24; Exo. 3:14; Job. 11:7-9; At. 5:2; I Tim. 6:15; Mat. 5:48; Rom. 11:35-36 Sal. 90:2 -145:3 e 139:1, 2, 7; Mal. 2:6; Apoc. 4:8; Heb. 4:13; Rom. 16:27; Isa. 6:3; Deut. 32:4; Exo. 34:6.

8. Há mais que um Deus?

Há um só Deus, o Deus vivo e verdadeiro.

Deut. 6:4: Jer. 10:10; 1 Cor. 8:4.

9. Quantas pessoas há na Divindade?

Há três pessoas na Divindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo; estas três pessoas são um só Deus verdadeiro e eterno, da mesma substância, iguais em poder e glória, embora distintas pelas suas propriedades pessoais.

Mat. 3:16-17, e 28:19; 11 Cor. 13:14; João 10:30.

10. Quais são as propriedades pessoais das três pessoas da Divindade?

O Pai gerou o Filho, o Filho foi gerado pelo Pai, e o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, desde toda à eternidade.

Heb. 1:5-6; João 1:14 e 15:26; Gal. 4:6.

11. Donde se infere que o Filho e o Espírito Santo são Deus, iguais ao Pai?

As Escrituras revelam que o Filho e o Espírito Santo são Deus igualmente com o Pai, atribuindo-lhes os mesmos nomes, atributos, obras e culto que só a Deus pertencem.

Jer. 23:6; Isa. 6:3, 5, 8; João 12:41; At. 28:25; 1 João 5:20; Sal. 45:6; At. 5:3-4; João 1:1; Isa. 9:6; João 2:24-25; 1 Cor. 2:10-11; Col. 1:16; Gen. 1:2; Mat. 28:19; 11 Cor. 13:14.

12. Que são os decretos de Deus?

Os decretos de Deus são os atos sábios, livres e santos do conselho da sua vontade, pelos quais, desde toda a eternidade, Ele, para a sua própria glória, imutavelmente predestinou tudo o que acontece, especialmente com referência aos anjos e ,os homens.

Isa. 45:6-7; Ef. 1:11; Rom. 11:33; Sal. 33:11: Ef. 1:4; Rom. 9:22-23.

13. Que decretou Deus especialmente com referência aos anjos e aos homens?

Deus, por um decreto eterno e imutável, unicamente do seu amor e para patentear a sua gloriosa graça, que tinha de ser manifestada em tempo devido, elegeu alguns anjos para a glória, e, em Cristo, escolheu alguns homens para a vida eterna e os meios para consegui-la; e também, segundo o seu soberano poder e o conselho inescrutável da sua própria vontade (pela qual Ele concede, ou não, os seus favores conforme lhe apraz), deixou e predestinou os mais à desonra e à ira, que lhes serão infligidas por causa dos seus pecados, para patentear a glória da sua justiça.

I Tim. 5:21; Ef. 2A0; II Tess. 2:13-14; 1 Pedro 1:2; Rom. 9:17-18, 21-22; Judas 4; Mat. 11:25-26.

14. Como executa Deus os seus decretos?

Deus executa os seus decretos nas obras da criação e da providência, segundo a sua presciência infalível e o livre e imutável conselho da rua vontade.

Dan. 4:35; Ef. 1:11.

15. Que é a obra da criação?

A obra da criação é aquela pela qual Deus, pela palavra do seu poder, fez do nada o mundo, e tudo quanto nele há, para si no espaço de seis dias, e tudo muito bom.

Gen. 1: Heb. 11:3; Apoc. 4:11; Rom. 11:36.

16. Como criou Deus os anjos?

Deus criou todos os anjos como espíritos imortais, santos, poderosos e excelentes em conhecimento, para executarem os seus mandamentos e louvarem o seu nome, todavia sujeitos à mudança.

Col. 1:16; Mat. 22:30; Luc. 20:36; Mat. 25:31, e 24:36; 1 Pedro 1:12; 11 Tess. 1:7, Sal. 91:11-12; Mat. 13:39; Sal. 103:20-21; 11 Pedro 2:4.

17. Como criou Deus o homem?

Depois de ter feito todas as mais criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea; formou-o do pó, e a mulher da costela do homem; dotou-os de almas viventes, racionais e imortais; fê-los conforme a sua própria imagem, em conhecimento, retidão e santidade, tendo a lei de Deus escrita em seus corações e poder para a cumprir, com domínio sobre as criaturas, contudo sujeitos a cair.

Gen. 1:7, e 2:7, 32 e 1:26; Mat. 19:4; Ecl. 12:9; Mat. 10:28; Col. 3:10; Ef. 4:24; Rom. 2:14-15; Gen. 3:6, e 1:28, 3:1-19.

18. Quais são as obras da providência de Deus?

As obras da providência de Deus são a sua mui santa, sábia e poderosa maneira de preservar e governar todas as suas criaturas e todas as suas ações, para a sua própria glória.

Lev. 21:8; Sal. 104:24: Isa. 92:29; Ne. 9:6; Heb. 1:3; Sal. 103:19; Mat. 10:29-30; Gen. 45:7; Rom. 11:36; Isa. 63:14.

19. Qual é a providência de Deus para com os anjos?

Deus, pela sua providência, permitiu que alguns dos anjos, voluntária e irremediavelmente, caíssem em pecado e perdição, limitando e ordenando isso, como todos os pecados deles, para a sua própria glória; e estabeleceu os mais em santidade e felicidade, empregando-os todos, conforme lhe apraz, na administração do seu poder, misericórdia e justiça.

Judas 6; Luc. 10:17; Mar. 8:38; 1 Tim. 5:21; Heb. 12:22; Sal. 103:20; Heb. 1:14.

20. Qual foi a providência de Deus para com o homem no estado em que ele foi criado?

A providência de Deus para com o homem no estado em que ele foi criado consistiu em colocá-lo no Paraíso, designando-o para o cultivar, dando-lhe liberdade para comer do fruto da terra; pondo as criaturas sob o seu domínio; e ordenando o matrimônio para o seu auxílio; em conceder-lhe comunhão com Deus, instituindo o dia de descanso, entrando em um pacto de vida com ele, sob a condição de obediência pessoal, perfeita e perpetua, da qual a árvore da vida era um penhor, e proibindo-lhe comer da árvore da ciência do bem e do mal sob pena de morte.

Gen. 1:28, e 21:15-16, e 1:26, e 3:8, e 2:3, Exo. 20:11; Gal. 3:12; Gen. 2:9, 16-17.

21. Continuou o homem no estado em que Deus o criou no princípio?

Nossos primeiros pais, sendo deixados à liberdade da sua própria vontade, pela tentação de Satanás transgrediram o mandamento de Deus, comendo do fruto proibido, e por isso caíram do estado de inocência em que foram criados.

Gen. 3:6-8, 13.

22. Caiu todo o gênero humano na primeira transgressão?

O pacto sendo feito com Adão, como representante, não para si somente, mas para toda a sua posteridade, todo o gênero humano, descendendo dele por geração ordinária, pecou nele e caiu com ele na primeira transgressão.

At. 17:26; Gen. 2:17.

23. A que estado ficou reduzido o gênero humano por essa queda?

Essa queda reduziu o gênero humano a um estado de pecado e miséria.

Rom. 5:12; Gal. 3:10.

24. Que é pecado?

Pecado é qualquer falta de conformidade com a lei de Deus, ou a transgressão de qualquer lei por Ele dada como regra, à criatura racional.

Rom. 3:23; 1 João 3:4; Gal. 3:10-12.

25. Em que consiste o pecado desse estado em que o homem caiu?

O pecado desse estado em que o homem caiu consiste na culpa do primeiro pecado de Adão, na falta de retidão na qual este foi criado e na corrupção da sua natureza pela qual se tornou inteiramente indisposto, incapaz e oposto a todo o bem espiritual e inclinado a todo o mal, e isso continuamente: o que geralmente se chama pecado original, do qual precedem todas as transgressões atuais.

Rom. 5:12, 19 e 5:6, e 3:10-12; Ef. 2:3; Rom.8:7-8; Gen. 6:1; Tiago 1:14-15; Mat. 15:19.

26. Como é o pecado original transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade?

O pecado original é transmitido de nossos primeiros pais à sua posteridade por geração natural, de maneira que todos os que assim procedem deles são concebidos e nascidos em pecado.

Sal 51:15; João 3:6.

27. Qual é a miséria que a queda trouxe sobre o gênero humano?

A queda trouxe sobre o gênero humano a perda da comunhão com Deus, o seu desagrado e maldição; de modo que somos por natureza filhos da ira, escravos de Satanás e justamente expostos a todas as punições, neste mundo e no vindouro.

Gen. 3:8, 24; Ef. 2:2-3; 11 Tim. 2:26; Luc. 11:21-22; Heb. 2:14; Lam. 3:39; Rom. 6:23; Mat. 25:41, 46.

28. Quais são as punições do pecado neste mundo?

As punições do pecado neste mundo são: ou interiores, como cegueira do entendimento, sentimentos depravados, fortes ilusões, dureza de coração, remorso na consciência e afetos baixos; ou exteriores como a maldição de Deus sobre as criaturas por nossa causa e todos os outros males que caem sobre nós em nossos corpos, nossos bens, relações e empregos -juntamente com a morte.

Ef. 4:18; Rom, 1:28; 11 Tess. 2:11; Rom. 2:5; Isa. 33:14; Rom. 1:26; Gen. 3:17; Deut. 28:15; Rom. 6:21, 23.

29. Quais são as punições do pecado no mundo vindouro?

As punições do pecado no mundo vindouro são a separação eterna da presença consoladora de Deus e os tormentos mais penosos na alma e no corpo, sem intermissão, no fogo do inferno para sempre

II Tess. 1:9; Mar. 9:47-48: Luc. 16:24, 26; Apoc. 14:11.

30. Deixa Deus todo o gênero humano perecer no estado de pecado e miséria?

Deus não deixa todos os homens perecer no estado de pecado e miséria, em que caíram pela violação do primeiro pacto comumente chamado o pacto das obras; mas, por puro amor e misericórdia livra os escolhidos desse estado e os introduz num estado de salvação pelo segundo pacto comumente chamado o pacto da graça.

I Tess. 5:9; Gal. 3:lC; Tito 3:4-7, e 1:2.

31. Com quem foi feito o pacto da graça?

O pacto da graça foi feito com Cristo, como o segundo Adão, e nEle, com todos os eleitos, como sua semente.

Gal. 3:16; Isa. 53:10-11; e 59:21.

32. Como é manifestada a graça de Deus no segundo pacto?

A graça de Deus é manifestada no segundo pacto em Ele livremente prover e oferecer aos pecadores um Mediador e a vida e a salvação por Ele; exigindo a fé como condição de interessá-los nEle, promete e dá o Espírito Santo a todos os seus eleitos, para neles operar essa fé, com todas as mais graças salvadoras, e

para os habilitar a praticar toda a santa obediência, como evidência da sinceridade da sua fé e gratidão para com Deus e como o caminho que Deus lhes designou para a salvação.

Gen. 3:15: Isa. 4:3-6; João 326, 6:27; Tito 2:5; 1 João 5:11-12; João 3:36, 1:2; Prov. 1:23; Luc. 11:13; 1 Cor. 12:3, 9; Gal. 5:22-23; Eze. 34:27; Tiago 2:18, 12; II Cor. 5:14-15; Ef. 2:10.

33. Foi o pacto da graça sempre administrado de uma só maneira?

O pacto da graça não foi administrado da mesma maneira; mas as suas administrações no Velho Testamento eram diferentes das debaixo do Novo.

Cor. 3:6-9; Heb. 8:7-13.

34. Como foi administrado o pacto da graça no Velho Testamento?

O pacto da graça foi administrado no Velho Testamento por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pela páscoa e por outros símbolos e ordenanças: todos os quais tipificaram. o Cristo, que havia de vir e eram naquele tempo suficientes para edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tiveram, ainda nesse tempo, a plena remissão do pecado e a salvação eterna.

Rom. 15:8; At. 3:24; Heb. 10:1; Rom. 4:11, 1 Cor. 5:7; Heb. 11:13; Gal. 3:7-9. 14.

35. Como é o pacto da graça administrado no Novo Testamento?

No Novo Testamento, quando Cristo, a substância, foi manifestado, o mesmo pacto da graça foi e continua a ser administrado na pregação da palavra na celebração dos sacramentos do batismo e da Ceia do Senhor; e assim a graça e a salvação são manifestadas em maior plenitude, evidência e eficácia a todas as nações.

Luc. 24:47-48; Mat. 28:19-20; 1 Cor. 11:23-25; Rom. 1: 16; 11 Cor. 3:6.

36. Quem é o Mediador do pacto da graça?

0 único Mediador do pacto da graça é o Senhor Jesus Cristo, que, sendo o eterno Filho de Deus, da mesma substância e igual ao Pai, no cumprimento do tempo fêz-se homem, e assim foi e continua a ser Deus e homem em duas naturezas perfeitas e distintas e uma só pessoa para sempre.

João 14:16; 1 Tim. 2:5; João 1:1 e 10:30 ; Fil. 2:6; Gal. 4:4; Luc. 1:35; Rom. 9:5; Col. 2:9; Heb. 13:8.

37. Sendo Cristo o Filho de Deus, como se fêz homem?

Cristo, o Filho de Deus, fêz-se homem tomando para si um verdadeiro corpo e uma alma racional sendo concebido pelo poder do Espírito Santo no ventre da Virgem Maria, da sua substância e nascido dela, mas sem pecado.

João 1:14; Mat. 26:38; Luc. 1:31, 35-42; Heb. 4:15, e 7:26.

38. Qual a necessidade de o Mediador ser Deus?

Era necessário que o Mediador fosse Deus para poder sustentar a natureza humana e guardá-la de cair debaixo da ira infinita de Deus e do poder da morte; para dar valor e eficácia aos seus sofrimentos, obediência e intercessão; e para satisfazer a justiça de Deus, conseguir o seu favor, adquirir um povo peculiar, dar a este povo o seu Espírito, vencer todos os seus inimigos e conduzi-lo à salvação eterna.

At. 2:24; Rom. 1:4; At. 20:28; Heb. 7:25; Rom. 3:24-26; Ef. 1:6; Tito 2:14; João 15:26; Luc. 1:69, 71, 74; Heb. 5:9.

39. Qual a necessidade de o Mediador ser homem?

Era necessário que o Mediador fosse homem para poder levantar a nossa natureza e obedecer à lei, sofrer e interceder por nós em nossa natureza, e simpatizar com as nossas enfermidades; para que recebêssemos a adoção de filhos, e tivéssemos conforto e acesso com confiança ao trono da graça.

Rom. 8:34; 11 Fed. 1:4; Mat. 5:17; Gal. 4:4, Rom. 5:19; Heb. 2:4; e 7:24-25, e 4:15-16; Gal. 4:5

40. Qual a necessidade de o Mediador ser Deus e homem em uma só pessoa?

Era necessário que o Mediador, que havia de reconciliar o homem com Deus, fosse Deus e homem e isto em uma só pessoa, para que as obras próprias de cada natureza fossem aceitas por Deus a nosso favor e que nós confiássemos nelas como as obras da pessoa inteira.

Mat. 1:21, 23 e 3:17; 1 Ped. 2:6.

41. Por que foi o nosso Mediador chamado Jesus?

O nosso Mediador foi chamado Jesus, porque salva o seu povo dos pecados.

Mat. 1:21.

42. Por que foi o nosso Mediador chamado Cristo?

O nosso Mediador foi chamado Cristo, porque foi acima de toda a medida ungido com o Espírito Santo; e assim separado e plenamente revestido com toda a autoridade e poder para exercer as funções de profeta, sacerdote e rei da sua igreja, tanto no estado da sua humilhação, como no da sua exaltação.

Mat. 3:16; João 3:24; Sal. 45:7, João 6:27; At. 3:22; Luc. 4:18, 21; Heb. 5:5-6; Isa-9:6-7.

43. Como exerce Cristo as funções de profeta?

Cristo exerce as funções de profeta revelando a igreja em todos os tempos, pelo seu Espírito e Palavra, por diversos modos de administração, toda a vontade de Deus em todas as coisas concernentes à sua edificação e salvação.

João 1:18; 1 Pedro 1:10-12; Heb. 1:1-2; João 15:15; Ef. 4:11-13; João 20:31.

44. Como exerce Cristo as funções de sacerdote?

Cristo exerce as funções de sacerdote oferecendo-se a si mesmo uma vez em sacrifício sem mácula, a Deus, para ser a reconciliação pelos pecados do seu povo e fazendo contínua intercessão por ele.

Heb. 9:14, 28, e 2:17, e 7:35.

45. Como exerce Cristo as funções de rei?

Cristo exerce as funções de rei chamando do mundo um povo para si, dando-lhe oficiais, leis e disciplinas para visivelmente o governar; dando a graça salvadora aos seus eleitos; recompensando a sua obediência e corrigindo-os por causa dos seus pecados; preservando-os por causa dos seus pecados; preservando-os e sustentando-os em todas as tentações e sofrimentos; restringindo e vencendo todos os seus inimigos, e poderosamente dirigindo todas as coisas para a sua própria glória e para o bem do seu povo; e também castigando os que não conhecem a Deus nem obedecem ao Evangelho.

Isa. 55:5; Gen. 49:10; 1 Cor. 12:28; João 15:14; Mat. 18:17-18; At. 5:31; Apoc. 22:12, e 3:19; Rom. 8:37-39; 1 Cor. 15:25; Rom. 14:11, e 8:28; 11 Tess. 1:8; Sal. 2:9.

46. Qual foi o estado da humilhação de Cristo?

O estado da humilhação de Cristo foi aquela baixa condição, na qual, por amor de nós, despindo-se da sua glória, Ele tomou a forma de servo em sua concepção e nascimento, em sua vida, em sua morte e depois até à sua ressurreição.

Fil. 2:6-8; 11 Cor. 8:9.

47. Como se humilhou Cristo na sua concepção e nascimento?

Cristo humilhou-se na sua concepção e nascimento, em ser, desde toda a eternidade o Filho de Deus no seio do Pai, quem aprouve, no cumprimento do tempo, tornar-se Filho do homem, nascendo de uma mulher de humilde posição com diversas circunstâncias de humilhação fora do comum.

I João 1:14, 18; Luc. 2:7.

48. Como se humilhou Cristo na sua vida?

Cristo humilhou-se na sua vida, sujeitando-se à lei, a qual perfeitamente cumpriu, e lutando com as indignidades do mundo, as tentações de Satanás e as enfermidades da carne, quer comuns à natureza do homem, quer as procedentes dessa baixa condição.

Gal. 4:4; Mat. 5:17; Isa. 53:2-3; Heb. 12:2-3; Mat. 4:1; Heb. 2:17-18.

49. Como se humilhou Cristo na sua morte?

Cristo humilhou-se na sua morte porque, tendo sido traído por Judas, abandonado pelos seus discípulos, escarnecido e rejeitado pelo mundo, condenado por Pilatos e atormentado pelos seus perseguidores, tendo também lutado com os terrores da morte e os poderes das trevas, tendo sentido e suportado o peso da ira de Deus, Ele deu a sua vida como oferta pelo pecado, sofrendo a penosa, vergonhosa e maldita morte da cruz.

Mat. 27:4, e 26:56; Isa. 53:3; Mat, 27:26; Luc, 22:44; Mat. 27:46; Isa. 53:10; Mat. 20:28; Fil. 2:8; Gal. 3:13.

50. Em que consistiu a humilhação de Cristo depois da sua morte?

A humilhação de Cristo depois da sua morte consistiu em ser ele sepultado, em continuar no estado dos mortos e sob o poder da morte até ao terceiro dia; o que, aliás, tem sido exprimido nestas palavras: Ele desceu ao inferno (Hades).

1 Cor. 15:3-4; Mat. 12:40.

51. Qual é o estado de exaltação de Cristo?

O estado de exaltação de Cristo compreende a sua ressurreição, ascensão, o estar sentado à destra do Pai, e a sua segunda vinda para julgar o mundo.

I Cor. 15:4; Luc. 24:51; Ef. 4:10, e 1:20; A 1:11.

52. Como foi Cristo exaltado na sua ressurreição?

Cristo foi exaltado na sua ressurreição em não ter visto a corrupção na morte (pela qual não era possível que Ele fosse retido), e o mesmo corpo em que sofrera, com as suas propriedades essenciais (sem a mortalidade e outras enfermidades comuns a esta vida), tendo realmente unido à sua alma, ressurgiu dentre os mortos ao terceiro dia, pelo seu próprio poder, e por essa ressurreição declarou-se Filho de Deus, haver satisfeito a justiça divina, ter vencido a morte e aquele que tinha o poder sobre ela, e ser o Senhor dos vivos e dos mortos. Tudo isto fez Ele na sua capacidade representativa, corno Cabeça da sua Igreja, para a justificação e vivificação dela na graça, apoio contra os inimigos, e para lhe assegurar sua ressurreição dos mortos no último dia.

At. 2:24; Sal. 16:10; Luc. 24:39; Rom. 6:9; Apoc. 1:18; João 2:19, e 10:18; Rom. 1:4 e 8:33-34; Heb. 2:14; Rom. 14:9; 1 Cor. 15:21-22; Ef. 1:22-23; Rom. 4:25; Ef. 2:5-6; 1 Cor. 15:20, 25-25; 1 Tess. 4:14.

53. Como foi Cristo exaltado na sua ascensão?

Cristo foi exaltado na sua ascensão em ter, depois da sua ressurreição, aparecido muitas vezes aos seus apóstolos e conversado com eles, falando-lhes das coisas pertencentes ao seu reino, impondo-lhes. o dever de pregarem o Evangelho a todos os povos, e em subir aos mais altos céus, no fim de quarenta dias, levando a nossa natureza e, como nosso Cabeça triunfante sobre os inimigos, para ali, à destra de Deus, receber dons para os homens, elevar os nossos afetos e aparelhar-nos um lugar onde Ele está e estará até à sua segunda vinda no fim do mundo.

At. 1:2-3; Mat. 28:19; Heb. 6:20: Ef. 4:8, 10; At. 1:9; Sal. 68:18; Col. 3:1, 2; João 14:2-3; At. 3:21.

54. Como é Cristo exaltado em sentar-se à destra de Deus?

Cristo é exaltado em sentar-se à destra de Deus, em ser Ele, como Deus-homem, elevado ao mais alto favor de Deus o Pai, tendo toda a plenitude de gozo, glória e poder sobre todas as coisas no céu e na terra; em reunir e defender a sua Igreja e subjugar os seus inimigos; em fornecer aos seus ministros e ao seu povo dons e graças e em fazer intercessão por eles.

Fil. 2:9; At. 2:28; João 17:5; Ef. 1:22; Mat. 28:18; Ef. 4:11-12; Rom. 8:34.

55. Como faz Cristo a sua intercessão?

Cristo faz a sua intercessão apresentando-se em nossa natureza continuamente perante o Pai no céu, pelo mérito da sua obediência e sacrifício cumpridos na terra, declarando ser a Sua vontade que seja aplicado a todos os crentes respondendo a todas acusações contra eles; adquirindo-lhes paz de consciência,

não obstante as faltas diárias, dando-lhes acesso com confiança ao trono da graça e aceitação das suas pessoas e serviços.

Heb. 9:24 e 1:3; João 17:9, 20,24; Rom. e 5:1-2, 1 João 2:1-2; Heb, 4:16; Ef. 11:6; 1 Ped 2:5.

56. Como há de ser Cristo exaltado em vir segunda vez para julgar o mundo?

Cristo há de ser exaltado na sua vinda para julgar o mundo, em que, tendo sido injustamente julgado e condenado pelos homens maus, virá segunda vez no último dia com grande poder e na plena manifestação da sua glória e da do seu Pai, com todos os seus santos e anjos, com brado, com voz de arcanjo e com a trombeta de Deus, para julgar o mundo em retidão.

At. 3:14-15; Mat. 24:30; Luc 9:26, I Tess. 4:16; At. 17:31.

57. Quais são os benefícios que Cristo adquiriu pela sua mediação?

Cristo, pela sua mediação, adquiriu a redenção, juntamente com todos os mais benefícios do pacto da graça.

Heb. 9:12; 1 Cor. 1:20.

58. Como nos tornamos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu?

Tornamo-nos participantes dos benefícios que Cristo adquiriu, pela aplicação deles, a nós, que é especialmente a obra do Espírito Santo.

João 1:12; Tito 3:5-6; João 16:14-15.

59. Quem são feitos participantes da redenção mediante Cristo?

A redenção é aplicada e eficazmente comunicada a todos aqueles para quem Cristo a adquiriu, os quais são nesta vida habilitados pelo Espírito Santo a crer em Cristo conforme o Evangelho.

João 6:37, 39 e 10:15-16; Ef. 2:8; João 3:5.

60. Poderão ser salvos por viver segundo a luz da natureza aqueles que nunca ouviram o Evangelho e por conseguinte não conhecem a Jesus Cristo, nem nEle crêem?

Aqueles que nunca ouviram o Evangelho e não conhecem a Jesus Cristo, nem nEle crêem, não poderão se salvar, por mais diligentes que sejam em conformar as suas vidas à luz da natureza, ou às leis da religião que professam; nem há

salvação em nenhum outro, senão em Cristo, que é o único Salvador do seu corpo, a Igreja.

Rom. 10:14; 11 Tess. 1:8-9; Ef. 2:12: João 3:18, e 8:24; 1 Cor. 1:21; Rom. 3:20, e 2:14-15; João 4:22: At. 4:12; Ef. 5:23.

61. Serão salvos todos os que ouvem o Evangelho e pertencem à Igreja?

Nem todos os que ouvem o Evangelho e pertencem à Igreja visível serão salvos, mas unicamente aqueles que são membros verdadeiros da Igreja invisível.

Rom. 9:6; Mat. 7:21.

62. Que é a Igreja visível?

A Igreja visível é uma sociedade composta de todos quantos, em todos os tempos e lugares do mundo, professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos.

1 Cor. 1:2; Gen. 17:7; At. 2:39; 1 Cor. 7:14.

63. Quais são os privilégios da Igreja visível?

A Igreja visível tem o privilégio de estar sob o cuidado e governo especial de Deus; de ser protegida e preservada em todos os tempos, não obstante a oposição de todos os inimigos; e de gozar da comunhão dos santos, dos meios ordinários de salvação e das ofertas da graça por Cristo a todos os membros dela, no ministério do Evangelho, testificando que todo o que crer nEle será salvo, não excluindo a ninguém que queira vir a Ele.

Isa. 4:5-6; Mat. 16:18; At. 2:42; Sal. 147:19-20; Ef. 4:11-12; Rom. 8:9; João 6:37.

64. Que é a Igreja invisível?

A Igreja invisível é o número completo dos eleitos, que têm sido e que hão de ser reunidos em um corpo sob Cristo, a cabeça.

Ef. 1:10; 22-23; João 11:52 e 10:16.

65. Quais são os benefícios especiais de que gozam por Cristo os membros da Igreja invisível?

Os membros da igreja invisível gozam por Cristo da união e comunhão com Ele em graça e gloria.

João 17:21, 24; 1 João 1:3.

66. Qual é a união que os eleitos têm com Cristo?

A união que os eleitos têm com Cristo é a obra da graça de Deus, pela qual são eles espiritual e misticamente, ainda que real e inseparavelmente, unidos a Cristo, seu Cabeça e esposo o que se efetua na sua vocação eficaz.

Ef. 2:5; 1 Cor. 6:17; João 10:28; EL 5:23; 1 Cor. 1:9; 1 Pedro 5:10.

67. Que é vocação eficaz?

Vocação eficaz é a obra do poder e graça onipotente de Deus, pela qual (do seu livre e especial amor para com os eleitos e sem que nada neles o leve a Isto), Ele, no tempo aceitável, os convida e atrai a Jesus Cristo pela sua palavra e pelo seu Espírito, iluminando os seus entendimentos de urna maneira salvadora, renovando e poderosamente determinando as suas vontades, de modo que eles, embora em si mortos no pecado, tornam-se por isso prontos e capazes de livremente responder à sua chamada e de aceitar e abraçar a graça nela oferecida e comunicada.

Ef. 1:18-20; 11 Tim. 1:8-9; Tito 3:4-5; Rom. 9:11; 11 Cor. 5:20; e 6:2, João 6:44; 11 Tess. 2:13-14; At. 26:18; Eze. 11:19; João 6:45; Fil. 2:13.

68. Os eleitos são os únicos eficazmente chamados?

Todos os eleitos, e somente eles, são eficazmente chamados; ainda que outros o possam ser, e multas vezes são exteriormente chamados pelo ministério da palavra e tenham algumas operações comuns do Espírito, contudo, pela sua negligência e desprezo voluntário da graça que é oferecida, são justamente deixados na sua incredulidade e nunca vêm sinceramente a Jesus Cristo.

At. 13:48, e 2:47; Mat. 22:14, e 13:20-21; Sal. 81:11-12; João 12:38-40.

69. Que é a comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo?

A comunhão em graça que os membros da Igreja invisível têm com Cristo é a participação da virtude da sua mediação, na justificação, adoção, santificação e tudo o que nesta vida manifesta a união com Ele .

Rom. 8:30; Ef. 1:5; 1 Cor. 1:30.

70. Que é justificação?

Justificação é um ato da livre graça de Deus para com os pecadores, no qual Ele os perdoa, aceita e considera justas as suas pessoas diante dEle, não por qualquer coisa neles operada, nem por eles feita mas unicamente pela perfeita

obediência e plena satisfação de Cristo, a eles imputadas por Deus e recebidas só pela fé.

Rom. 3:22-25, e 4:5; 11 Cor. 5:19, 21; Ef. 1:6-7; Rom, 3:24, 25, 28, e 5:17-19, e 4:6-8, e 5:1; At. 10:43.

71. Como é a justificação um ato da livre graça de Deus?

Ainda que Cristo, pela sua obediência e morte, prestasse uma verdadeira satisfação real e plena à justiça de Deus a favor dos que são justificados, contudo a sua justificação é de livre graça para eles desde que Deus aceita a satisfação de um fiador, a qual podia ter exigido deles; e proveu este fiador,

Seu único Filho, imputando-lhes a justiça deste e não exigindo deles nada para a sua justificação senão a fé, a qual também é dom de Deus.

Mat. 20:28; Rom. 5:8-10, 19; 1 Tim. 2:5-6; Isa. 53:5-6; Heb. 7:22; Rom. 8:32; 11 Cor. 5:21; Rom. 3:25; Ef. 2:8, e 1:7.

72. Que é a fé justificadora?

A fé justificadora é a que salva. É operada .pelo Espírito e pela Palavra de Deus no coração do pecador que, sendo por eles convencido do seu pecado e miséria e da sua incapacidade, e das demais criaturas, para o restaurar desse estado, não somente aceita a verdade da promessa do Evangelho, mas recebe e confia em Cristo e na sua justiça, que lhe são oferecidos no Evangelho, para o perdão de pecados e para que a sua pessoa seja aceita e reputada justa diante de Deus para a salvação.

Heb. 10:39; 1 Cor, 12:3, 9; Rom. 10:14, 17; João 16:8-9; At. 16:30; Ef. 1:13; Ef. 10:43; Fil. 3.9; At. 15:11.

73. Como justifica a fé o pecador diante de Deus?

A fé justifica o pecador diante de Deus, não por causa das outras graças que sempre a acompanham, nem por causa das boas obras que são os frutos dela, nem como se fosse a graça da fé, ou qualquer ato dela, que lhe é imputado para a justificação; mas unicamente porque a fé é o instrumento pelo qual o pecador recebe e aplica a si Cristo e a sua justiça.

Rel. Gal. 3:11; Rom. 3:28, e 4:5; João 1:12; Gal2:16.

74. Que é adoção?

Adoção é um ato da livre graça de Deus, em seu único Filho Jesus Cristo e por amor dEle, pelo qual todos os que são justificados são recebidos no número dos

filhos de Deus, trazem o seu nome, recebem o Espírito do Filho, estão sob o seu cuidado e dispensações paternais, são admitidos a todas as liberdades e privilégios dos filhos de Deus, feitos herdeiros de todas as promessas e co-herdeiros com Cristo na glória.

1 João 3:1; Ef. 1:5; Gal. 4:4-5: João 1:12; II Cor. 6:18; Apoc. 3:12; Gal. 4:6; Sal. 103:13; Mat. 6:32; Rom. 8:17.

75. Que é santificação?

Santificação é a obra da graça de Deus, pela qual os que Deus escolheu, antes da fundação do mundo, para serem santos, são nesta vida, pela poderosa operação do seu Espírito, aplicando a morte e a ressurreição de Cristo, renovados no homem interior, segundo a imagem de Deus, tendo os germes do arrependimento que conduz à vida e de todas as outras graças salvadoras implantadas em seus corações, e tendo essas graças de tal forma excitadas, aumentadas e fortalecidas, que eles morrem, cada vez mais para o pecado e ressuscitam para novidade de vida.

Ef. 1:4; 1 Cor. 6:11; 11 Tess. 2:13; Rom. 6:4~6; Fil. 3:10; Ef. 4:23-24; At. 11:18; 1 João 3:9; Judas. 20; Ef. 3:16-19; Col. 1:10-11; Rom. 6:4-6.

76. Que é o arrependimento que conduz à vida?

0 arrependimento que conduz à vida é uma graça salvadora, operada no coração do pecador pelo Espírito e pela Palavra de Deus, pela qual, reconhecendo e sentindo, não somente o perigo, mas também a torpeza e odiosidade dos seus pecados, e apreendendo a misericórdia de Deus em Cristo para com os arrependidos, o pecador tanto se entristece pelos seus pecados e os aborrece, que se volta de todos eles para Deus, tencionando e esforçando-se a andar constantemente com Deus em todos os caminhos da nova obediência.

Luc. 24:47; II Tim. 2:25; João 16:8-9; At. 11:18, 20:21; Eze. 18:30, 32; Luc. 15:17-18; Eze. 36-31. e 16:61, 63; Sal. 130:34; Joel 2:12-13; Jer. 31:18-19; II Cor. 7:11; At. 26:18; 1 Reis 8:47-48; Eze. 14:6; Sal. 119:59, 128; Rom. 6:17-18; Luc. 19:8.

77. Em que difere a justificação da santificação?

Ainda que a santificação seja inseparavelmente unida com a justificação, contudo elas diferem nisto: na justificação Deus imputa a justiça de Cristo, e na santificação o seu Espírito infunde a graça e dá forças para a exercer. Na justificação o pecado é perdoado, na santificação ele é subjugado; aquela liberta a todos os crentes igualmente da ira vingadora de Deus, e isto perfeitamente nesta vida, de modo que eles nunca mais caem na condenação; esta não é igual em todos os crentes e nesta vida não é perfeita em crente algum, mas vai crescendo para a perfeição.

I Cor. 6:11, e 1:30; Rom. 4:6, 8; Eze. 36:27; Rom. 6:6, 14, e 8:1, 33-34; Heb. 5:12-14; 1 João 1:8, 10; 11 Cor. 7:1: Fil. 3:12-14.

78. Como é que a santificação dos crentes é imperfeita?

A santificação dos crentes é imperfeita por causa dos restos do pecado que permanecem neles, e das perpétuas concupiscência da carne contra o espirito; por isso são eles, muitas vezes arrastados pelas tentações e caem em muitos pecados, são impedidos em todos os seus serviços espirituais, e as suas melhores obras são imperfeitas e manchadas diante de Deus.

Rom. 7:18, 23; Gal. 5:17; Heb. 12:1; Isa. 64:6.

79. Não poderão os crentes verdadeiros cair do estado de graça, em razão das suas imperfeições e das multas tentações e pecados que os surpreendem?

Os crentes verdadeiros, em razão do amor imutável de Deus e do seu decreto e pacto de lhes dar a perseverança, da união inseparável entre eles e Cristo, da contínua intercessão de Cristo por eles e do Espírito e semente de Deus permanecendo neles, nunca poderão total e finalmente cair do estado de graça, mas são conservados pelo poder de Deus, mediante a fé para a salvação.

Jer. 31:3; João 13:1; 11 Tim. 2:19; Beb. 13:2021; 11 Sam. 23:5; 1 Cor. 1:8-9; Heb. 7:25; Luc. 22:32; 1 João 3:9, e 2:27; Jer. 32:40; João 10:28; 1 Ped. 1:5; Fil. 1:6.

80. Poderão os crentes verdadeiros ter certeza infalível de que estão no estado da graça e de que neste estado perseverarão até a salvação?

Aqueles que verdadeiramente crêem em Cristo, e se esforçam por andar perante Ele com toda a boa consciência, podem, sem uma revelação extraordinária, ter a certeza infalível de que estão no estado de graça, e de que neste estado perseverarão até a salvação, pela fé baseada na verdade das promessas de Deus e pelo Espírito que os habilita a discernir em si aquelas graças às quais são feitas as promessas da vida, testificando aos seus espíritos que eles são filhos de Deus.

I João 2:3; 1 Cor. 2:12; 1 João 4:13, 16 e 3:14,. 18-21, 24; Heb. 6:11-12; Rom. 8:16; 1 João 5:13; 11 Tim. 1: 12.

81. Têm todos os crentes sempre a certeza de que estão no estado da graça e de que serão salvos?

A . certeza da graça e salvação, não sendo da essência da fé, crentes verdadeiros podem esperar muito tempo antes do consegui-la; e depois de gozar dela podem sentir enfraquecida e interrompida essa certeza, por muitas perturbações, Pecados, tentações e deserções; contudo nunca são deixados sem uma tal

presença e apoio do Espírito de Deus, que os guarda de caírem em desespero absoluto.

II Ped 1:10; 1 João 5:13; Sal. 77:7-9, e 22:1 e 31:22, e 73:13-15, 23; 1 João 3:9; Isa. 54:7-11,

82. Em que tempo se realiza a comunhão em glória que os membros da Igreja invisível têm com Cristo?

A comunhão em glória que os membros da Igreja Invisível têm com Cristo realiza-se nesta vida e imediatamente depois da morte, e é finalmente aperfeiçoada na ressurreição e no dia do juízo.

II Cor 3:18; Col. 3:3; Luc. 23:43; 11 Cor. 5:8; 1 Tess. 4:17.

83. Qual é a comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam nesta vida?

Aos membros da Igreja Invisível são comunicadas, nesta vida, as primícias da glória com Cristo visto serem membros dEle, a Cabeça, e, estando nEle têm, parte naquela glória que na sua plenitude lhe pertence; e como penhor dela sentem o amor de Deus, a paz de consciência, o gozo do Espírito Santo e a esperança da glória. Do mesmo modo, o sentimento ,da ira vingadora de Deus, o terror da consciência e uma terrível expectação do juízo, são para os ímpios o princípio dos tormentos, que eles hão de sofrer depois da morte.

Ef. 2:5-6; Rom. 5:5; 11 Cor. 1:22; Rom. 5:1-2 e 14:17; Gen. 4:13; Mat. 27:4; Heb. 10:27; Mar. 9:48.

84. Morrerão todos os homens?

A morte, sendo imposta como o estipêndio do pecado, está decretada a todos que uma vez morram, pois todos são pecadores.

Rom. 6:23; Heb. 9:27; Rom. 5:12.

85. A morte sendo o estipêndio do pecado, por que não são os justos livrados dela, visto que todos os seus pecados são perdoados em Cristo?

Os justos no último dia serão libertados da própria morte, e no ato de morrer estarão isentos do aguilhão e maldição dela, de modo que, embora morram, contudo, vem isto do amor de Deus, Para os livrar perfeitamente do pecado e miséria e os tornar capazes de maior comunhão com Cristo na glória, na qual eles imediatamente entram.

1 Cor. 15:26, 55-57; Rom. 14:8; Sal. 116:15; Apoc. 14.:13; Luc. 16:25, e 23:45; Fil. 1:23.

86. Que é a comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte?

A comunhão em glória com Cristo de que os membros da Igreja invisível gozam imediatamente depois da morte, consiste em serem aperfeiçoadas em santidade as suas almas e recebidas nos mais altos céus onde vêem a face de Deus em luz e glória, esperando a plena redenção de seus corpos, os quais até na morte continuam unidos a Cristo, e descansam nas suas sepulturas, como em seus leitos, até que no último dia sejam unidos novamente às suas almas. Quanto às almas dos ímpios, são imediatamente depois da sua morte lançadas no inferno onde permanecem em tormentos e trevas exteriores; e os seus corpos ficam guardados nas suas sepulturas, como em cárceres, até à ressurreição e juízo do grande dia.

At. 7:55, 59; Apoc. 7:13;14, e 19:8; II Cor5:8; Fil. 1:23: At. 3:21; Ef. 4:20; Apoc. 7:15; I Cor. 13:12; Rom. 8:11, 23; 1 Tess. 4:6; 1 Reis 2:10; João11:11; I Tess, 4:14; Luc. 16:23-24; Judas 7.

87. Que devemos crer acerca da ressurreição?

Devemos crer que no último dia haverá uma ressurreição geral dos mortos, dos justos e dos injustos; então os que se acharem vivos serão mudados em um momento, e os mesmos corpos dos mortos, que têm jazido na sepultura, estando então novamente unidos às suas almas para sempre, serão ressuscitados pelo poder de Cristo. Os corpos dos justos, pelo Espírito e em virtude da ressurreição de Cristo, como cabeça deles, serão ressuscitados em poder, espirituais e incorruptíveis, e feitos semelhantes ao corpo glorioso dEle; e os corpos dos ímpios serão por Ele ressuscitados para vergonha, como por um juiz ofendido.

At. 24:15; I Cor. 15:51-53: I Tess. 4:15-17; I Cor. 15:21-23, 42-44; Fil. 3:21; João 5:28-29; Dan. 12:2.

88. Que se seguirá imediatamente depois da ressurreição?

Imediatamente depois da ressurreição se seguirá o juízo geral e final dos anjos e dos homens, o dia e a hora do qual homem nenhum sabe, para que todos vigiem, orem e estejam sempre prontos para a vinda do Senhor.

Mat. 16:27; II Ped. 2:4; 11 Cor. 5:10; Mat. 36, 42, 44.

89. Que sucederá aos ímpios no dia do juízo?

No dia do juízo os ímpios serão postos à mão esquerda de Cristo, e sob clara evidência e plena convicção das suas próprias consciências terão pronunciada contra si a terrível, porem justa, sentença de condenação; então serão excluídos da presença favorável de Deus e da gloriosa comunhão com Cristo, com e seus santos, e com todos os santos anjos e lançados no inferno, para serem punidos com tormentos indizíveis, do corpo e da alma, com o diabo e seus anjos para sempre.

Mat. 25:23, e 22:12; Luc. 19:22; Mat. 25:41-42, 46; II Tess. 1:8-9

90. Que sucederá aos justos no dia do juízo?

No dia do juízo os justos, sendo arrebatados para encontrar a Cristo nas nuvens, serão postas à sua destra e ali, abertamente, reconhecidos e justificados, se unirão com Ele para julgar os réprobos, anjos e homens; e serão recebidos no céu, onde serão plenamente e para sempre libertados de todo o pecado e miséria, cheios de gozos inefáveis, feitos perfeitamente santos e felizes, no corpo e na alma, na companhia de inumeráveis santos e anjos, mas especialmente na imediata visão e fruição de Deus o Pai, de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo, por toda a eternidade. É esta a perfeita e plena comunhão de que os membros da Igreja invisível gozarão com Cristo em glória, na ressurreição e no dia do juízo.

I Tess, 4:17; Mat. 25:33, e 10:32; I Cor. 6:2-3; Mat. 25:34, 46; Ef. 5:27; Sal 16:11; Heb. 12:22-23; I João 3:2; I Cor, 13:12; I Tess. 4:17-18.

91. Qual é o dever que Deus requer do homem?

O dever que Deus requer do homem é obediência à sua vontade revelada.

Deut. 29:29; Miq. 6:8; I Sam. 15:22.

92. Que revelou Deus primeiramente ao homem como regra da sua obediência?

A regra de obediência revelada a Adão no estado de inocência, e a todo o gênero humano nele, além do mandamento especial de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, foi a lei moral.

Gen. 1:27; Rom. 10:5, e 2:14:15; Gen. 2:17

93. Que é a lei moral?

A lei moral é a declaração da vontade de Deus, feita ao gênero humano, dirigindo e obrigando todas as pessoas à conformidade e obediência perfeita e perpétua a ela - nos apetites e disposições do homem inteiro, alma e corpo, e no

cumprimento de todos aqueles deveres de santidade e retidão que se devem a Deus e ao homem, prometendo vida pela obediência e ameaçando com a morte a violação dela.

Deut. 5:1, 31, 33; Luc. 10:26-28; Gal 3:10; I Tess. 5:28; Luc. 1:75; At. 24,:16; Rom. 10:15.

94. É a lei moral de alguma utilidade ao homem depois da queda?

Embora nenhum homem, depois da queda, possa alcançar a retidão e a vida pela lei moral, todavia ela é de grande utilidade a todos os homens, tendo uma utilidade especial aos não regenerados e outra aos regenerados.

Rom. 8:3; Gal. 2:16; I Tim. 1:8.

95. De que utilidade é a lei moral a todos os homens?

A lei moral é de utilidade a todos os homens, para os instruir sobre a natureza e vontade de Deus e sobre os seus deveres para com Ele, obrigando-os, a andar conforme a essa vontade; para os convencer de que são incapazes de a guardar e do estado poluto e pecaminoso da sua natureza, corações e vidas; para os humilhar, fazendo-os sentir o seu pecado e miséria, e assim ajudando-os a ver melhor como precisam de Cristo e da perfeição da sua obediência.

Lev. 20:7-8; Rom. 7:12; Tiago 2:10; Miq. 6:8; Sal. 19:11-12; Rom. 3:9, 20, 23 e 7:7, 9, 13; Gal. 3:21-22; Rom. 10:4.

96. De que utilidade especial é a lei moral, aos homens não regenerados?

A lei moral é de utilidade aos homens não regenerados para despertar as suas consciências a fim de fugirem da ira vindoura e forçá-los a recorrer a Cristo; ou para deixá-los inescusáveis e sob a maldição do pecado, se continuarem nesse estado e caminho.

I Tim. 1:9-10; Gal. 3:10, 24; 1:20,

97. De que utilidade especial é a lei moral aos regenerados?

Embora os que são regenerados e crentes em Cristo sejam libertados da lei moral, como pacto de obras, de modo que nem. são justificado, nem condenados por ela; contudo, além da utilidade geral desta lei comum a eles e a todos os homens é ela de utilidade especial para lhes mostrar quanto devem a Cristo por cumpri-la e sofrer a maldição dela, em lugar e para bem deles, e assim provocá-los a uma gratidão maior e a manifestar esta gratidão por maior cuidado da sua parte em conformarem-se a esta lei, como regra de sua obediência.

Rom. 6:14 e 7:4, 6; Gal. 4:4-5; Rom. 3:20 e .8:1, 34 e 7:24-25; Gal. 3:13-14; Rom. 8:3-4; II Cor. 5:21; Col. 1:12-14; Rom. 7:22 e 12:2; Tito 2:11-14.

98. Onde se acha a lei moral resumidamente compreendida?

A lei moral acha-se resumidamente compreendida nos dez mandamentos, que foram dados pela voz de Deus no monte Sinal e por Ele escritos em duas tábuas de pedra, e estão registrados no capítulo vigésimo do Êxodo. Os quatro primeiros mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus e os outros seis os nossos deveres para com o homem.

Deut. 10,4; Mat. 22:37-40.

99. Que regras devem ser observadas para a boa compreensão dos dez mandamentos?

Para a boa compreensão dos dez mandamentos as seguintes regras devem ser observadas:

1a. Que a lei é perfeita e obriga a todos à plena conformidade do homem inteiro à retidão dela e à inteira obediência para sempre; de modo que requer a sua perfeição em todos os deveres e proíbe o mínimo grau de todo o pecado.

Sal. 19:7, Tiago 2:10; Mat. 5:21-22.

2a. Que a lei é espiritual, e assim se estende tanto ao entendimento, à vontade, aos afetos e a, todas as outras potências da alma - como às palavras, às obras e ao procedimento.

Rom. 7:14; Deut. 6:5; Mat. 22:37-39 e 12:36-37.

3a. Que uma e a mesma coisa, em respeitos diversos, é exigida ou proibida em diversos mandamentos.

Col. 3:5; 1 Tim. 6:10; Prov. 1:19; Amós 8:5.

4a. Que onde um dever é prescrito, o pecado contrário é proibido; e onde um pecado é proibido, o dever contrário é prescrito; assim como onde uma Promessa está anexa, a ameaça contrária está inclusa; e onde uma ameaça está anexa a promessa contrária está inclusa.

Isa. 58:13; Mat. 15:4-6; Ef. 4:28; Exo. 20:12, Prov. 30:17; Jer. 18:7-8; Exo. 20:7.

5a. Que o que Deus proíbe não se há de fazer em tempo algum, e o que Ele manda é sempre um dever; mas nem todo o dever especial é para se cumprir em todos os tempos.

Rom. 3:8; Deut. 4:9; Miat. 12:7; Mar. 14:7.

6a. Que, sob um pecado ou um dever, todos os da mesma classe são proibidos ou mandados, juntamente com todas as coisas, meios, ocasiões e aparências deles e provocações a eles.

Heb. 10:24-25; I Tess. 5:22; Gal. 5:26; Col. 3:21; Judas 23.

7a. Que aquilo que nos é proibido ou mandado temos a obrigação, segundo o lugar que ocupamos, de procurar que seja evitado ou cumprido por outros segundo o dever das suas posições.

Exo. 20; Lev. 19:17; Gen. 18:19; Deut. 6:6:7; Jos. 24:15.

8a. Que, quanto ao que é mandado a outros, somos obrigados, segundo a nossa posição e vocação, a ajudá-los, e a cuidar em não participar com outros do que lhe é proibido.

II Cor 1:24; I Tim. 5:221; Ef 5:7.

100. Que pontos devemos considerar nos dez mandamentos?

Devemos considerar nos dez mandamentos - o prefácio, o conteúdo dos mesmos mandamentos e as divinas razões anexas a alguns deles para lhes dar maior força.

101. Qual é o prefácio dos dez mandamentos?

O prefácio dos dez mandamentos é: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão". Nestas palavras Deus manifesta a sua soberania como JEOVA (Senhor), o eterno, imutável e todo-poderoso Deus, existindo em si e por si, cumprindo todas as suas palavras e obras, manifestando que é um Deus em pacto, com todo o seu povo e com o Israel antigo; que assim como tirou a estes da servidão do Egito, assim nos libertou do cativeiro espiritual, e que, portanto, é nosso dever aceitar a Ele só por nosso Deus e guardar todos os seus mandamentos.

Exo. 20:2; Isa. 44:6; Exo. 3:14 e 6:13; At. 17:24, 28; Gen. 17:7; Rom. 3:29; Luc. 1:74-75 1 Pedro 1:15-18.

102. Qual é o resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus?

O resumo dos quatro mandamentos que contêm o nosso dever para com Deus é amar ao Senhor nosso Deus de todo o nosso coração, de toda a nossa alma, de todas as nossas forças e de todo o nosso entendimento.

Luc. 10:27.

103. Qual é o primeiro mandamento?

O primeiro mandamento é: "Não terás outros deuses diante de mim."

Exo. 20:3.

104. Quais são os deveres exigidos no primeiro mandamento?

Os deveres exigidos no primeiro mandamento são - o conhecer e reconhecer Deus como único verdadeiro Deus e nosso Deus, e adorá-lo e glorificá-lo como tal; pensar e meditar nÊle, lembrar-nos dÊle, altamente apreciá-lo, honrá-lo, adorá-lo, escolhê-lo, amá-lo, desejá-lo e temê-lo; crêr nÊle, confiando, esperando, deleitando-nos e regozijando-nos nÊle; ter zêlo por Ele; invocá-lo, dando-Lhe todo louvor e agradecimentos, prestando-Lhe toda a obediência e submissão do homem todo; ter cuidado de o agradar em tudo, e tristeza quando Ele é ofendido em qualquer coisa; e andar humildemente com Ele.

I Cron. 28:9; Deut. 26:17; Isa. 43:10; Sal. 95:6-7; Mat. 4:10; Sal. 29:2; Mat. 3:16; Sal. 63:6; Ec. 12:1; Sal. 71:19; Mat. 1:6; Isa. 45:23; Jos. 24:22; Deut. 6:5; Sal. 73:25; Isa. 8:13; Exo. 14:31; Isa. 26:4; Sal. 130:7; e 37:4; e 12:11; Rom. 12:11; Fil. 4:6; Jer 7:23; Tiago 4:7; I João 3:22; Sal. 119:136; Jer. 31:18; Miq. 6:8.

105. Quais são os pecados proibidos no primeiro mandamento?

Os pecados proibidos no primeiro mandamento são - o ateísmo, negar ou não ter um Deus; a idolatria, ter ou adorar mais do que um Deus, ou qualquer outro juntamente com o verdadeiro Deus ou em lugar dÊle; o não tê-lo e não confessá-lo como Deus, e nosso Deus; a omissão ou negligência de qualquer coisa devida a Ele, exigida neste mandamento; a ignorância, o esquecimento, as más concepções, as falsas opiniões, os pensamentos indignos e ímpios quanto a Ele; o pesquisar audaz e curioso dos seus segredos; toda a impiedade, todo o ódio de Deus, egoísmo, espírito interesseiro e tôda a aplicação desordenada e imoderada do nosso entendimento, vontade ou afetos e outras coisas e o desvio destes de Deus, em tudo ou em parte; a vã credulidade, a incredulidade, a heresia, as crenças errôneas, a desconfiança, o desespêro; a resistência obstinada e a insensibilidade sob os juízos de Deus; a dureza de coração; a soberba; a presunção; a segurança carnal; o tentar a Deus; o uso de meios ilícitos, a confiança nos lícitos; os deleites e gozos carnais; um zêlo corrupto, cego e indiscreto; a tibieza e o amortecimento nas coisas de Deus; o alienar-nos e apostatar-nos de Deus; o orar ou prestar qualquer culto religioso a santos, anjos ou qualquer outra criatura; todos os pactos com o diabo; o consultar com ele e dar ouvidos às suas sugestões; o fazer dos homes senhores da nossa fé e consciência; o fazer pouco caso e desprezar a Deus e aos mandamentos; o resistir e entristecer o seu Espírito; o descontentamento e impaciência com as suas dispensações; acusá-lo estultamente dos males com que Ele nos aflige, e o

atribuir o louvor de qualquer bem que somos, temos ou podemos fazer à fortuna, aos ídolos, a nós mesmos, ou a qualquer outra criatura.

Sal. 14:1; Ef. 2:12; Jer. 2:27-28; I Tess. 1:4; Sal. 81:11; Isa. 43:22-23; Jer. 4:22; Ose. 4:1-6; Jer. 2:32; At.17:23, 29; Isa. 40:18; Sal. 50:21; Deut. 29:29; Tito 1:16; Heb.12:16; Rom. 1:30; II Tim. 3:2; Fil. 2:21; I João 2:15-16; e 4:1; Heb. 3:12; Gal. 5:20; At. 26:9; Sal. 78:22; Gen. 4:13; Jer. 5:3; Isa. 43:25; Rom. 2:5; Jer. 13:15; Sal. 19:13; Sof. 1:12; Mat. 4:7; Rom. 3:8; Jer. 17:5; II Tim. 3:4; Gal. 4:17; Apoc. 3:1 e 3:16; Ez. 14:5; Isa. 1:4-5; Oze. 4:12; Apoc. 19:10; Col. 2:18; Rom. 1:25; lev. 20:6; At. 5:3; II Co. 1:24; Deut. 32:15; Prov. 13:13; At. 7:51; Ef. 4:30; Sal. 73:2-3; Job. 1:22; Luc. 12:19; Dan. 5:23; Deut. 8:17; Hab. 1:16.

106. Que nos ensina especialmente pela palavras "além de mim" no primeiro mandamento?

As palavras "além de mim" no primeiro mandamento ensinam-nos que Deus, que tudo vê, nota especialmente e se ofende muito, com o pecado de ter-se qualquer outro Deus, de maneira que elas sirvam de argumento para nos dissuadir desse pecado e de agravá-lo com uma provocação mui ousada; assim como para nos persuadir e fazer como diante dos olhos de deus tudo o que fizemos no seu serviço.

Sal. 44:20-21; I Cron. 28:29

107. Qual é o segundo mandamento?

O segundo mandamento é: "Não farás para tí imagem de escultura, nem figura alguma de tudo o que há em cima no céu, e do que há embaixo na terra; nem de coisas que haja debaixo da terra. Não as adorarás nem lhe dará culto, porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zeloso, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e que usa de misericórdia até mil gerações com a queles que me amam e que guardam os meus preceitos."

Exo. 20:4-6.

108. Quais são os deveres exigidos no segundo mandamento?

Os deveres exigidos no segundo mandamento são - o receber, observar e guardar, puros e inalterados, todo o culto e todas as ordenaças religiosas que Deus instituiu na sua Palavra, especialmente a oração e ações de graças em nome de Cristo; a leitura, a prédica, e o ouvir da Palavra; a administração e a recepção dos sacramentos; o governo e a disciplina da igreja; o ministério e a sua manutenção; o jejum religioso, o jurar em nome de Deus e o fazer os votos a Ele; bem como o desaprovar, detestar e opor-nos a todo o culto falso, e, segundo a posição e vocação de um, o remover tal culto e todos os símbolos de idolatria.

Deut. 32:43; Mat 28:20; I Tim. 6:13-14; Fil. 4:6; Ef. 5:20; Deut. 17:18-19; At. 15:21; II Tim. 4:2; At 10:33; Mat. 28:19 e 16:18 e 18:15-17; I Co 12:28; Ef. 4:11-12; Tim. 5-17-18; Joel 2:12; I Co 7:5; Deut. 6:13; Sal. 76:11; At. 17:16-17; Sal 16:4; Deut. 7:5; Isa. 30:22.

109. Quais são os pecados proibidos no segundo mandamento?

Os pecados proibinos no segundo mandamento são - o estabelecer, aconselhar, mandar, usar e aprovar de qualquer maneira qualquer culto religioso não instituído por Deus; o fazer qualquer imagem de Deus, de todas e qualquer das três pessoas, quer interiormente no espírito, quer exteriormente em qualquer forma de imagem ou semelhança de criatura alguma; toda a adoração dela, ou de Deus nela ou por meio dela; o fazer qualquer qualquer imagem de deuses imaginários e todo o culto ou serviço a eles pertecentes; todas as invensões superticiosas, corrompendo oculto de Deus, acrescentando ou tirando dele, quer sejam inventadas e adotadas por nós, quer recebidas por tradição de outros, embora sob o título de antiguidade, de costume, de devoção, de boa intenção, ou por qualquer outro pretexto; a simonia, o sacrilégio; toda a negligência, desprezo, impedimento e oposiçào ao culto e ordenanças que Deus instituiu.

Num. 15:39; Deut. 13:6-8; Oze. 5:11; Miq. 6:16; I Reis 11:33 e 12:23; Deut. 12:30-32 e 4:15-16; At. 17:29; Rom. 1:21-23,25; Gal. 4:8; Exo. 32:5,8; I Reis 18:26-28; At. 17:22; Col. 2 :21-23; Mal. 1:7-8,14; Deut. 4:2; Sal. 104:39; Mat. 15:9; I Ped. 1:8; Jer. 44:17; Isa. 55:3-5; Gal. 1:13-14; I Sam. 13:12 e 15:21; At. 8:18-19; Rom. 2:22; Mal. 3:8 e 1:7,13; Mat. 22:5 e 23:13; At. 13:45.

110. Quais são as razões anexas ao segundo mandamento para lhe dar maior força?

As razões anexas para o segundo mandamento, para lhe dar maior força, contidas nestas palavras: "Porque eu sou o Senhor teu Deus, o Deus forte e zelozo, que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem e que usa de misericórdia até mil gerações com a queles que me amam e que guardam os meus preceitos", são, além da soberania de Deus sobre nós e o seu direito de propriedade em nós, o seu zelo fervoroso pelo seu culto e indignação vingadora contra todo o culto falso, considerando-o uma apostasia religiosa, tendo por inimigos os violadores desse mandamento e ameaçando puni-los até diversas gerações e tendo por amigos os que guardam os seus mandamentos, prometendo-lhes a misericórdia até muitas gerações.

Exo. 20:5-6; Sal. 14:11; Apoc. 15:3-4; Exo. 34:13-14; I Co. 10-20-22; Oze 2:2-4; Deut. 5:29.

111. Qual é o terceiro mandamento?

O terceiro mandamento é: "Não tomarás o nome to Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tomar em vão o nome do Senhor seu Deus".

Exo. 20:7

CONFISSÃO DE FÉ BATISTA DE 1689

Tradução: Júlio Filho[1]
Revisão: Walter Andrade Campelo

Adotada pelos Ministros e Mensageiros da Assembléia Geral reunida em Londres de 03 a 11 de julho de 1689

Prólogo por Charles H. Spurgeon

Este antigo documento é o mais excelente resumo escrito das coisas mais seguramente cridas entre nós. Não é publicado como regra impositiva ou código de fé, por meio do qual vós possais ser algemados, mas como um meio de edificação em justiça. É uma excelente, ainda que não inspirada, expressão dos ensinos das Sagradas Escrituras por meio das quais todas as confissões devem ser medidas. Nós através dela sustentamos as humilhantes verdades da soberana graça de Deus no processo de salvação dos pecadores perdidos. A salvação é somente através de Cristo e somente por fé.

Índice	
1 - As Sagradas Escrituras	17 - A Perseverança dos Santos

2 - Deus e a Santíssima Trindade	18 - A Certeza da Graça e da Salvação
3 - O Decreto de Deus	19 - A Lei de Deus
4 - A Criação	20 - O Evangelho e a Extensão de Sua Graça
5 - A Providência Divina	21 - Libertadade Cristã e Liberdade de Consciência
6 - A Queda do Homem; O Pecado e Sua Punição	22 - Adoração Religiosa e o Dia do Senhor
7 - O Pacto de Deus	23 - Juramentos Legítimos e Votos
8 - Cristo, O Mediador	24 - Magistrado Civil
9 - Livre Arbitrio	25 - Matrimônio
10 - A Chamada Eficaz	26 - A Igreja
11 - A Justificação	27 - A Comunhão dos Santos
12 - A Adoção	28 - Batismo e Ceia do Senhor
13 - A Santificação	29 - Batismo
14 - Fé Salvadora	30 - A Ceia do Senhor
15 - Arrependimento para Vida e Salvação	31 - O Estado do Homem após a Morte
16 - Boas Obras	32 - O Juízo Final

CAPÍTULO 1
AS SAGRADAS ESCRITURAS

1. A Sagrada Escritura é a única regra suficiente, certa e infalível de conhecimento para a salvação, de fé e de obediência.[1] A luz da natureza, e as obras da criação e da providência, manifestam a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de tal modo que os homens ficam inescusáveis; contudo não são suficientes para dar conhecimento de Deus e de sua vontade que é necessário para a salvação.[2]

Por isso, em diversos tempos e por diferentes modos, o Senhor foi servido revelar-se a si mesmo e declarar sua vontade à sua igreja.[3] E para a melhor preservação e propagação da verdade, e o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja, contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, foi igualmente servido fazer escrever por completo todo esse conhecimento de Deus e revelação de sua vontade necessários à salvação; o que torna a Escritura indispensável, tendo cessado aqueles antigos modos em que Deus revelava sua vontade a seu povo.[4]

[1] II Timóteo 3:15-17; Isaías 8:20; Lucas 16:29,31; Efésios 2:20.

[2] Romanos 1:19-21; Romanos 2:14,15; Salmo 19:1-3.

[3] Hebreus 1:1.

[4] Provérbios 22:19-21; Romanos 15:4; II Pedro 1:19-20.

2. Sob o nome de Sagradas Escrituras ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho Testamento e Novo Testamento, que são os seguintes:

O VELHO TESTAMENTO

Gênesis	1Reis	Eclesiastes	Obadias
Êxodo	2Reis	Cantares	Jonas
Levítico	1Crônicas	Isaías	Miquéias
Números	2Crônicas	Jeremias	Naum
Deuteronômio	Esdras	Lamentações	Habacuque
Josué	Neemias	Ezequiel	Sofonias
Juizes	Ester	Daniel	Ageu
Rute	Jó	Oséias	Zacarias
1Samuel	Salmos	Joel	Malaquias
2Samuel	Provérbios	Amós	

O NOVO TESTAMENTO

Mateus	Efésios	Hebreus
Marcos	Filipenses	Tiago
Lucas	Colossenses	1Pedro
João	1Tessalonissenses	2Pedro
Atos	2Tessalonissenses	1João
Romanos	1Timóteo	2João
1Coríntios	2Timóteo	3João
2Coríntios	Tito	Judas
Gálatas	Filemom	Apocalipse

Todos os quais foram dados por inspiração de Deus, para serem a regra de fé e vida prática.[5]

[5] II Timóteo 3:16.

3. Os livros comumente chamados Apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon ou compêndio das Escrituras. Portanto, nenhuma autoridade têm para a Igreja de Deus, e nem podem ser de modo algum aprovados ou utilizados, senão como quaisquer outros escritos humanos.[6]

[6] Lucas 24:27,44; Romanos 3:2.

4. A autoridade da Sagrada Escritura, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas provém inteiramente de Deus, sendo Ele mesmo a verdade e o seu autor. A Escritura, portanto, tem que ser recebida, por ser a Palavra de Deus.[7]

[7] II Pedro 1:19-21; II Timóteo 3:16; II Tessalonicenses 2:13; I João 5:9.

5. Pelo testemunho da Igreja de Deus podemos ser movidos e persuadidos a ter em alto e reverente apreço as Sagradas Escrituras. A santidade do assunto, a eficácia da doutrina, a majestade do estilo, a harmonia de todas as partes, o propósito do todo (que é dar toda glória a Deus), a plena revelação que faz do único meio de salvação para o homem, e muitas outras excelências incomparáveis e perfeição completa, são argumentos pelos quais abundantemente se

evidencia serem elas a Palavra de Deus. Contudo, a nossa plena persuasão e certeza quanto à sua verdade infalível e divina autoridade provém da operação interna do Espírito Santo, que pela Palavra e com a Palavra testifica aos nossos corações.[8]

[8] João 16:13-14; I Coríntios 2:10-12; I João 2:20,27.

6. Todo o conselho de Deus, concernente a todas as coisas necessárias para a sua própria glória, para a salvação do homem, a fé e a vida, está expressamente declarado ou necessariamente contido na Sagrada Escritura. A ela nada em tempo algum se acrescentará, quer por nova revelação do Espírito, quer por tradições de homens.[9] Entretanto, reconhecemos ser necessária a iluminação interior, da parte do Espírito de Deus, para a compreensão salvadora daquilo que é revelado na Palavra.[10] Reconhecemos que há algumas circunstâncias, concernentes à adoração a Deus e ao governo da igreja, que são peculiares às sociedades e costumes humanos, e que devem ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as normas gerais da Palavra que sempre devem ser observadas.[11]

[9] II Timóteo 3:15-17; Gálatas 1:8-9.

[10] João 6:45; I Coríntios 2:9-12.

[11] I Coríntios 11:13-14; I Coríntios 14:26,40.

7. Na Escritura não são todas as coisas igualmente claras, nem igualmente evidentes para todos.[12] Mesmo assim, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e obedecidas para a salvação estão claramente propostas e explicadas em uma passagem ou outra; e, pelo devido uso de meios comuns, não apenas os eruditos, mas também os indoutos, podem obter uma compreensão suficiente de tais coisas.[13]

[12] II Pedro 3:16.

[13] Salmo 19:7; Salmo 119:130.

8. O Antigo Testamento em hebraico (que era a língua vernácula do povo de Deus na Antigüidade),[14] e o Novo Testamento em grego (que em sua época era a língua mais conhecida entre as nações), tendo sido diretamente inspirados por Deus e, pelo seu singular cuidado e providência, conservados puros no correr dos séculos, são, portanto, autênticos, de maneira que, em toda controvérsia de natureza religiosa, a Igreja deve apelar para eles como palavra final.[15] Mas visto que essas línguas originais não são conhecidas de todo o povo de Deus – Que tem direito e interesse nas Escrituras, e que é ordenado a ler[16] e examinar[17] as Escrituras no temor de Deus – os Testamentos devem ser traduzidos para a língua de cada nação,[18] a fim de que, permanecendo a Palavra no povo de Deus, abundantemente, todos adorem a Deus e maneira aceitável, e pela paciência e consolação das Escrituras possam ter esperança.[19]

[14] Romanos 3:2.

[15] Isaías 8:20.

[16] Atos 15:15.

[17] João 5:39.

[18] I Coríntios 14:6,9,11-12,24,28.

[19] Colossenses 3:16.

9. A regra infalível de interpretação das Escrituras é a própria Escritura. Portanto, sempre que houver dúvida quanto ao verdadeiro e pleno sentido de qualquer passagem (sentido este que não é múltiplo, mas um único), essa passagem deve ser examinada em confrontação com outras passagens, que falem mais claramente.[20]

[20] II Pedro 1:20-21; Atos 15:15-16

10. O juiz supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser resolvidas e todos os decretos e concílios, todas as opiniões de escritores antigos e doutrinas de homens devem ser examinadas, e os espíritos provados, não pode ser outro senão a Sagrada Escritura entregue pelo Espírito Santo. Nossa fé recorrerá à Escritura para a decisão final.[21]

[21] Mateus 22:29,31-32; Efésios 2:20; Atos 28:23.

CAPÍTULO 2
DEUS E A SANTÍSSIMA TRINDADE

1. O Senhor nosso Deus é somente um, o Deus vivo e verdadeiro,[1] cuja subsistência está em si mesmo e provém de si mesmo;[2] infinito em seu ser e perfeição, cuja essência por ninguém pode ser compreendida, senão por Ele mesmo.[3] Ele é um espírito puríssimo,[4] invisível, sem corpo, membros ou paixões; o único que possui imortalidade, habitando em luz inacessível, a qual nenhum homem é capaz de ver;[5] imutável,[6] imenso,[7] eterno,[8] incompreensível, todo-poderoso;[9] em tudo infinito, santíssimo,[10] sapientíssimo; completamente livre e absoluto, operando todas as coisas segundo o conselho da sua própria vontade,[11] que é justíssima e imutável, e para a sua própria glória;[12] amantíssimo, gracioso, misericordioso, longânimo; abundante em verdade e benignidade, perdoando a iniqüidade, a transgressão e o pecado; o recompensador daqueles que o buscam diligentemente;[13] contudo justíssimo e terrível em seus julgamentos,[14] odiando todo pecado,[15] e que de modo nenhum inocentará o culpado.[16]

[1] I Coríntios 8:4,6; Deuteronômio 6:4.
[2] Jeremias 10:10; Isaías 48:12.
[3] Êxodo 3:14.
[4] João 4:24.
[5] I Timóteo 1:17; Deuteronômio 4:15-16.
[6] Malaquias 3:6.
[7] I Reis 8:27; Jeremias 23:23.
[8] Salmo 90:2.
[9] Gênesis 17:1.
[10] Isaías 6:3.
[11] Salmo 115:3; Isaías 46:10.
[12] Provérbios 16:4; Romanos 11:36.
[13] Êxodo 34:6-7; Hebreus 11:6.
[14] Neemias 9:32-33.
[15] Salmo 5:5-6.
[16] Êxodo 34:7; Naum 1:2-3.

2. Deus tem em si mesmo e de si mesmo toda a vida,[17] glória,[18] bondade[19] e bem-aventurança. Somente ele é auto-suficiente, em si e para si mesmo; e não precisa de nenhuma das criaturas que fez, nem delas deriva glória alguma;[20] mas somente manifesta, nelas, por elas, para elas e sobre elas a sua própria glória. Ele, somente, é a fonte de toda existência: de quem, através de quem e para quem são todas as coisas,[21] tendo o mais soberano domínio sobre todas as criaturas, para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto lhe agrade.[22] Todas as coisas estão abertas e manifestas perante Ele;[23] o seu conhecimento é infinito, infalível e independe da criatura, de maneira que para Ele nada é contingente ou incerto.[24] Ele é santíssimo em todos os seus pensamentos, em todas as suas obras,[25] e em todos os seus mandamentos. A Ele são devidos, da parte de anjos e de homens, toda adoração,[26] todo serviço, e toda obediência que, como criaturas, eles devem a criador; e tudo mais que Ele se agrade em requerer de suas criaturas.

[17] João 5:26.
[18] Salmo 148:13.
[19] Salmo 119:68.
[20] Jó 22:2-3.
[21] Romanos 11:34-36.
[22] Daniel 4:25,34-35.
[23] Hebreus 4:13.

[24] Ezequiel 11:5; Atos 15:18.

[25] Salmo 145:17.

[26] Apocalipse 5:12-14.

3. Neste ser divino e infinito há três pessoas: o Pai, a Palavra (ou Filho) e o Espírito Santo;[27] de uma mesma substância, igual poder e eternidade, possuindo cada uma inteira essência divina, que é indivisível.[28] O Pai, de ninguém é gerado ou procedente; o Filho é gerado eternamente do Pai;[29] o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, eternamente;[30] todos infinitos e sem princípio de existência. Portanto, um só Deus; que não deve ser divido em seu ser ou natureza, mas, sim, distinguido pelas diversas propriedades peculiares e relativas, e relações pessoais. Essa doutrina da Trindade é o fundamento de toda a nossa comunhão com Deus e confortável dependência dEle.

[27] I João 5:7; Mateus 28:19; II Coríntios 13:14.

[28] Êxodo 3:14; João 14:11; I Coríntios 8:6.

[29] João 1:14,18.

[30] João 15:26; Gálatas 4:6.

CAPÍTULO 3
O DECRETO DE DEUS

1. Desde toda a eternidade, Deus mesmo decretou todas as coisas que iriam acontecer no tempo; e isto Ele fez segundo o conselho da sua própria vontade, muita sábia e muito santa.[1] Fê-lo, porém, de um modo em que Deus em nenhum sentido é o autor do pecado,[2] nem se torna co-responsável pelo pecado, nem faz violência à vontade de suas criaturas, nem impede a livre ação das causas secundárias ou contingentes. Pelo contrário, estas causas secundárias são confirmadas;[3] e em tudo isso aparece a sabedoria de Deus em dispor de todas as coisas, e o seu poder e fidelidade em fazer cumprir seu decreto.[4]

[1] Isaías 46:10; Efésios 1:11; Hebreus 6:17; Romanos 9:15,18.

[2] Tiago 1:13; I João 1:5.

[3] Atos 4:27-28; João 19:11.

[4] Números 23:19; Efésios 1:3-5.

2. Embora Deus saiba tudo quanto pode ou poderá acontecer,[5] em todas as condições possíveis, Ele nada decretou por causa do seu conhecimento prévio do futuro ou daquilo que viria a acontecer em determinada situação.[6]

[5] Atos 15:18.

[6] Romanos 9:11,13,16,18.

3. Pelo decreto, e para manifestação da glória de Deus, alguns homens e alguns anjos são predestinados (ou preordenados) para a vida eterna através de Jesus Cristo,[7] para louvor da sua graça gloriosa.[8] Os demais são deixados em seu pecado, agindo para sua própria e justa condenação; e isto para louvor da justiça gloriosa de Deus.[9]

[7] I Timóteo 5:21; Mateus 25:34.

[8] Efésios 1:5-6.

[9] Romanos 9:22-23; Judas 4.

4. Os anjos e homens predestinados (ou preordenados) estão designados de forma particular e imutável, e o seu número é tão certo e definido que não pode ser aumentado ou diminuído.[10]

[10] II Timóteo 2:19; João 13:18.

5. Dentre a humanidade, aqueles que são predestinados para a vida, Deus os escolheu em Cristo para glória eterna; e isto de acordo com o seu propósito eterno e imutável, pelo conselho secreto e pelo beneplácito da sua vontade, antes da fundação do mundo, apenas por sua livre graça e

amor,[11] nada havendo em suas criaturas que servisse como causa ou condição para essa escolha.[12]

[11] Efésios 1:4,9,11; Romanos 8:30; II Timóteo 1:9; I Tessalonicenses 5:9.

[12] Romanos 9:13,16; Efésios 2:5,12.

6. Deus não apenas designou os eleitos para glória, de acordo com o propósito eterno e espontâneo da sua vontade, mas também preordenou todos os meios pelos quais o seu propósito será efetivado.[13] Por isso os eleitos, achando-se caídos em Adão, são redimidos em Cristo[14] e chamados eficazmente para a fé nEle, pela ação do Espírito Santo, e no seu devido tempo; e são justificados, adotados, santificados[15] e guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para salvação.[16]

Ninguém mais é redimido por Cristo, chamado eficazmente, justificado, adotado, santificado e salvo, senão unicamente os eleitos.[17]

[13] I Pedro 1:2; II Tessalonicenses 2:13.

[14] I Tessalonicenses 5:9-10.

[15] Romanos 8:30; II Tessalonicenses 2:13.

[16] I Pedro 1:5.

[17] João 10:26; João 17:9; João 6:64.

7. Este alto mistério da predestinação deve ser tratado com especial prudência e cuidado, para que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em sua Palavra, e prestando-lhe obediência, possam assegurar-se de sua eleição eterna,[18] pela comprovação de sua chamada eficaz. Será desse modo que a doutrina da predestinação promoverá louvor,[19] reverência e admiração a Deus, bem como humildade,[20] diligência e consolação abundante para todos os que obedecem sinceramente ao evangelho.[21]

[18] I Tessalonicenses 1:4-5; II Pedro 1:10.

[19] Efésios 1:6; Romanos 11:33.

[20] Romanos 11:5-6,20.

[21] Lucas 10:20.

CAPÍTULO 4
A CRIAÇÃO

1. No princípio, aprouve ao Deus triuno (Pai, Filho e Espírito Santo),[1] para manifestação da glória do seu poder,[2] sabedoria e bondade eternais, criar ou fazer o mundo e todas as coisas que nele existem, tanto visíveis como invisíveis, no espaço de seis dias; e tudo muito bom.[3]

[1] João 1:2-3; Hebreus 1:2; Jó 26:13.

[2] Romanos 1:20.

[3] Colossenses 1:16; Gênesis 1:31.

2. Depois de ter feito todas as demais criaturas, Deus criou o ser humano, homem e mulher,[4] dotados de uma alma racional e imortal.[5] E os adequou perfeitamente para a vida para Deus, para a qual foram criados, tendo sido feitos segundo a imagem de Deus, em conhecimento, retidão e verdadeira santidade,[6] possuindo a lei de Deus inscrita em seus corações,[7] e o poder para cumpri-la. No entanto havia a possibilidade de transgressão, pois foram deixados na liberdade e sua própria vontade, a qual estava sujeita a mudanças.[8]

[4] Gênesis 1:27.

[5] Gênesis 2:7.

[6] Eclesiastes 7:29; Gênesis 1:26.

[7] Romanos 2:14-15.

[8] Gênesis 3:6.

3. Além de terem a lei de Deus escrita em seus corações, eles também receberam a ordem de não comerem da árvore da ciência do bem e do mal;[9] enquanto obedeceram a esse preceito, foram felizes em sua comunhão com Deus e tiveram domínio sobre todas as criaturas.[10]

[9] Gênesis 2:17.

[10] Gênesis 1:26,28.

CAPÍTULO 5
A PROVIDÊNCIA DIVINA

1. Deus, o bom criador de todas as coisas, em seu poder e sabedoria infinitos, mantém, dirige, dispõe de, e governa todas as criaturas e coisas,[1] desde as maiores até às mínimas,[2] pela sua muito sábia e muito santa providência, para que cumpram com a finalidade para a qual foram criadas. Isso é feito de acordo com a infalível presciência de Deus e o conselho livre e imutável das sua própria vontade, para o louvor da glória de sua sabedoria, poder, justiça, bondade infinita e misericórdia.[3]

[1] Hebreus 1:3; Jó 38:11; Isaías 46:10-11; Salmo 135:6.

[2] Mateus 10:29-31.

[3] Efésios 1:11.

2. Em relação à presciência e ao decreto de Deus (que é a causa primária de tudo), todas as coisas acontecem imutável e infalivelmente,[4] de maneira que nada sucede por acaso ou fora da providência de Deus.[5] No entanto, por esta mesma providência, Deus dirige os acontecimentos por meio de causas secundárias, que operam livremente, ou como leis fixas, ou por interdependência.[6]

[4] Atos 2:23.

[5] Provérbios 16:33.

[6] Gênesis 8:22.

3. Normalmente, Deus faz uso de meios em sua providência,[7] mas é livre para operar sem,[8] acima de,[9] e contra[10] os meios ordinários, segundo bem entenda.

[7] Atos 27:31,44; Isaías 55:10-11.

[8] Oséias 1:7.

[9] Romanos 4:19-21.

[10] Daniel 3:27.

4. A onipotência, a sabedoria inescrutável e a infinita bondade de Deus se manifestam na providência, de um modo tão abrangente, que o seu conselho determinado se estende até mesmo à queda no pecado e a todos os outros atos pecaminosos, sejam de homens ou de anjos.[11] Isto envolve mais do que uma mera permissão, porque Deus, muito sábia e muito poderosamente, limita, regula e governa[12] os atos pecaminosos, em uma dispensação multiforme, atendendo aos santos desígnios de Deus.[13] Mesmo assim, a pecaminosidade desses atos procede das criaturas, e não de Deus, que, sendo muito santo e muito justo, não é nem pode ser o autor do pecado; e nem pode aprová-lo.[14]

[11] Romanos 11:32-34; II Samuel 24:1; I Crônicas 21:1.

[12] II Reis 19:28; Salmo 76:10.

[13] Gênesis 50:20; Isaías 10:6-7,12.

[14] Salmo 50:21; I João 2:16.

5. Deus, que é muito sábio, justo e gracioso, muitas vezes deixa os seus próprios filhos entregues a várias tentações e à corrupção de seus próprios corações, por algum tempo: para castigá-los por antigos pecados, ou para mostrar-lhes o poder oculto da corrupção e do dolo em seus corações, a fim de que se humilhem; para levá-los a uma dependência mais constante e mais próxima de Deus; para torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecado; e para outros propósitos justos e santos.[15]

Por isso, tudo o que sobrevêm aos eleitos acontece por designação divina, para a glória de Deus e o bem de seus filhos.[16]

[15] II Crônicas 32:25-26,31; II Coríntios 12:7-9.

[16] Romanos 8:28.

6. Quanto aos perversos e ímpios, Deus, como reto juiz, os cega e endurece, em razão de pecados anteriores.[17] Ele não apenas lhes nega a sua graça, pela qual poderiam ser iluminados no entendimento e transformados no coração;[18] às vezes Ele também lhes retira os dons que já possuíam,[19] e os expõe a situações que se tornam ocasiões de pecado,[20] por causa da corrupção. Em outras palavras, Ele os entrega às suas próprias paixões, às tentações do mundo e ao poder de Satanás,[21] de maneira que eles vêm a se endurecer, mesmo sob aquelas circunstâncias que Deus emprega para abrandamento de outras pessoas.[22]

[17] Romanos 1:24-26,28; Romanos 11:7-8.

[18] Deuteronômio 29:4.

[19] Mateus 13:12.

[20] Deuteronômio 2:30; II Reis 8:12-13.

[21] Salmo 81:11-12; II Tessalonicenses 2:10-12.

[22] Êxodo 8:15,32; Isaías 6:9-10; I Pedro 2:7-8.

7. A providência de Deus se estende a todas as criaturas, em geral; mas, acima de tudo, cuida de sua igreja, e tudo dispõe para o bem dela.[23]

[23] I Timóteo 4:10; Amós 9:8-9; Isaías 43:3-5.

CAPÍTULO 6
A QUEDA DO HOMEM; O PECADO E SUA PUNIÇÃO

1. Deus criou o homem justo e perfeito, e lhe deu uma lei justa, que lhe seria para vida, se a guardasse, ou para morte, se a desobedecesse.[1] Mesmo assim o homem não manteve por muito tempo a sua honra. Satanás valeu-se da astúcia da serpente para seduzir Eva; e esta seduziu a Adão, que, sem ser compelido, transgrediu voluntariamente a lei instituída na criação, e a ordem de não comer do fruto proibido.[2] De acordo com seu conselho sábio e santo, aprouve a Deus permitir a transgressão, porque, no âmbito do seu propósito, mesmo isso Ele usaria para a sua própria glória.

[1] Gênesis 2:16-17.

[2] Gênesis 3:12-13; II Coríntios 11:3.

2. Por esse pecado, nosso primeiros pais decaíram de sua condição original de retidão e comunhão com Deus. No pecado deles nós também pecamos, e por isso a morte veio sobre todos;[3] todos se tornaram mortos no pecado[4] e totalmente corrompidos, em todas as faculdades e partes do corpo e da alma.[5]

[3] Romanos 3:23.

[4] Romanos 5:12-21.

[5] Tito 1:15; Gênesis 6:5; Jeremias 17:9; Romanos 3:10-19.

3. Sendo eles os ancestrais e, pelo desígnio de Deus, os representantes de toda humanidade, a culpa do pecado foi imputada a toda a sua posteridade, e a corrupção natural passou a todos os seus descendentes,[6] por nascimento, visto que todos são concebidos em pecado.[7] E são por sua natureza filhos da ira,[8] escravos do pecado e passíveis de morte;[9] e todos estão sujeitos às misérias espirituais, temporais e eternais, a menos que o Senhor Jesus os liberte.[10]

[6] Romanos 5:12-19; I Coríntios 15:21-22,45,49.

[7] Salmo 51:5; Jó 14:4.

[8] Efésios 2:3.

[9] Romanos 6:20; Romanos 5:12.

[10] Hebreus 2:14-15; I Tessalonicenses 1:10.

4. Da corrupção natural procedem todas as atuais transgressões,[11] porque ela nos torna completamente indispostos, incapacitados e contrários a todo bem, e totalmente inclinados para todo o mal.[12]

[11] Tiago 1:14-15; Mateus 15:19.

[12] Romanos 8:7; Colossenses 1:21.

5. Durante esta vida, a corrupção de natureza permanece, mesmo naqueles que são regenerados.[13] E embora ela seja perdoada e mortificada mediante Cristo, a corrupção em si, as suas inclinações, e o que dela procede, tudo é verdadeiramente pecado.[14]

[13] Romanos 7:18,23; Eclesiastes 7:20; I João 1:8.

[14] Romanos 7:23-25; Gálatas 5:17.

CAPÍTULO 7
O PACTO DE DEUS

1. A distância entre Deus e a criatura é tão grande que, embora as criaturas racionais lhe devam obediência, por ser Ele o criador, elas jamais poderiam alcançar o Dom da vida, senão por alguma condescendência voluntária da parte de Deus.[1] E isto Ele se agradou em expressar por meio de um pacto com o homem.

[1] Lucas 17:10; Jó 35:7-8.

2. Tendo o homem trazido sobre si mesmo a maldição da lei, por causa de sua queda no pecado, o Senhor teve por bem estabelecer o pacto da graça.[2] Neste pacto Deus oferece gratuitamente, a pecadores, vida e salvação por Jesus Cristo, requerendo-lhes fé nEle para que sejam salvos,[3] e prometendo dar o Espírito Santo a todos os que estão destinados para a vida eterna, para lhes dar a vontade e a capacidade para crerem.[4]

[2] Gênesis 2:17; Gálatas 3:10; Romanos 3:20-21.

[3] Romanos 8:3; Marcos 16:15-16; João 3:16.

[4] Ezequiel 36:26-27; João 6:44-45; Salmo 110:3.

3. Este pacto está revelado no evangelho: primeiramente na promessa feita a Adão, de salvação pelo descendente da mulher;[5] depois, por etapas sucessivas, até que sua plena revelação foi manifestada no Novo Testamento.[6] O pacto está fundamentado na eterna aliança que havia entre o Pai e o Filho para a redenção dos eleitos;[7] é somente pela graça deste pacto que os descendentes de Adão que são salvos obtêm vida e uma bendita imortalidade, pois o homem é agora totalmente incapaz de ser aceito diante de Deus nos mesmos termos em que Adão vivia, em seu estado de inocência.[8]

[5] Gênesis 3:15.

[6] Hebreus 1:1.

[7] II Timóteo 1:9; Tito 1:2.

[8] Hebreus 11:6,13; Romanos 4:1-2; Atos 4:12; João 8:56.

CAPÍTULO 8
CRISTO, O MEDIADOR

1. Em seu propósito eterno, e de acordo com o pacto estabelecido entre ambos, aprouve a Deus escolher e destinar o Senhor Jesus Cristo, seu Filho unigênito, para ser o mediador entre Deus e os homens;[1] para ser o profeta,[2] sacerdote[3] e rei;[4] o cabeça e Salvador de sua Igreja;[5] o herdeiro de todas as coisas[6] e juiz do mundo.[7] Desde toda a eternidade, Deus deu-Lhe um povo para ser

sua descendência, e para que, em tempo, esse povo seja por Ele redimido, chamado, justificado, santificado e glorificado.[8]

[1] Isaías 42:1; I Pedro 1:19-20.

[2] Atos 3:22.

[3] Hebreus 5:5-6.

[4] Salmo 2:6; Lucas 1:33.

[5] Efésios 1:22-23.

[6] Hebreus 1:2.

[7] Atos 17:31.

[8] Isaías 53:10; João 17:6; Romanos 8:30.

2. O Filho de Deus, Segunda pessoa da Trindade Santa – sendo o próprio Deus eterno, o resplendor da glória do Pai, da mesma essência e igual ao Pai - Ele fez o mundo, sustém e governa todas as coisas que criou. Quando veio a plenitude do tempo, Ele tomou sobre si a natureza humana, com todas as suas propriedades essenciais e fraquezas comuns[9] – porém, sem pecado.[10]

E foi concebido pelo Espírito Santo, no ventre da Virgem Maria (pois o Espírito Santo desceu sobre ela, e o poder do Altíssimo a envolveu). Foi nascido de mulher, da tribo de Judá, da descendência de Abraão e de Davi, segundo previam as Escrituras.[11]

Desse modo, duas naturezas completas, perfeitas e distintas foram inseparavelmente unidas, em uma única pessoa, sem conversão, composição ou confusão. E essa pessoa é verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem; no entanto, um só Cristo, o único mediador entre Deus e os homens.[12]

[9] João 1:14; Gálatas 4:4.

[10] Romanos 8:3; Hebreus 2:14,16-17; Hebreus 4:15.

[11] Mateus 1:22-23; Lucas 1:27,31,35.

[12] Romanos 9:5; I Timóteo 2:5.

3. Em sua natureza humana assim unida à divina, na pessoa do Filho, o Senhor Jesus foi santificado e ungido com o Espírito Santo, sobremaneira.[13] Nele se encontram todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento,[14] porque aprouve ao Pai que nEle habitasse toda plenitude,[15] a fim de que, sendo santo, inculpável e sem mácula,[16] cheio de graça e de verdade,[17] Ele fosse plenamente qualificado para exercer o oficio de mediador e fiador,[18] ofício que Ele mesmo não tomou para si, mas para o qual foi chamado por seu Pai.[19] E o Pai lhe conferiu às mãos toda autoridade e julgamento, e ordenou que executasse essa autoridade.[20]

[13] Salmo 45:7; Atos 10:38; João 3:34.

[14] Colossenses 2:3.

[15] Colossenses 1:19.

[16] Hebreus 7:26.

[17] João 1:14.

[18] Hebreus 7:22.

[19] Hebreus 5:5.

[20] João 5:22,27; Mateus 28:18; Atos 2:36.

4. Esse ofício o Senhor Jesus assumiu de muitíssima boa vontade[21] e cumpriu perfeitamente; foi para isso que nasceu sob a lei.[22] Ele suportou o castigo que a nós era devido, que nós deveríamos ter recebido e sofrido.[23] E foi feito pecado e maldição, por nossa causa,[24] suportando as tristezas mais aflitivas em sua alma, e os sofrimentos mais dolorosos em seu corpo.[25] Foi crucificado e morreu; e, embora tenha estado sob o poder da morte, seu corpo não viu corrupção.[26] Ao terceiro dia Ele se levantou dentre os mortos,[27] com o mesmo corpo em que havia sofrido,[28] e com o qual

ascendeu ao céu.[29] Ele está assentado à direita de seu Pai, como intercessor,[30] e voltará para julgar homens e anjos, no fim do mundo.[31]

[21] Salmo 40:7-8; Hebreus 10:5-10; João 10:18.

[22] Gálatas 4:4; Mateus 3:15.

[23] Gálatas 3:13; Isaías 53:6; I Pedro 3:18.

[24] II Coríntios 5:21.

[25] Mateus 26:37-38; Lucas 22:44; Mateus 27:46.

[26] Atos 13:37.

[27] I Coríntios 15:3-4.

[28] João 20:25,27.

[29] Marcos 16:19; Atos 1:9-11.

[30] Romanos 8:34; Hebreus 9:24.

[31] Atos 10:42; Romanos 14:9-10; Atos 1:11; II Pedro 2:4.

5. Por sua obediência perfeita, e pelo sacrifício que fez de si mesmo (que Ele, pelo Espírito Santo, ofereceu a Deus uma única vez), o Senhor Jesus satisfez plenamente a justiça de Deus,[32] obteve a reconciliação e adquiriu uma herança eterna no reino dos céus, para todos quantos foram dados a Ele pelo Pai.[33]

[32] Hebreus 9:14; Hebreus 10:14; Romanos 3:25-26.

[33] João 17:2; Hebreus 9:15.

6. O preço da redenção não foi pago por Cristo senão após a sua encarnação. No entanto, a virtude, a eficácia e os benefícios da redenção foram sucessivamente comunicados aos eleitos, em todas as eras, desde o começo do mundo, nas – e através das – promessas, tipos e sacrifícios em que Cristo foi revelado, e que o apontavam como o descendente da mulher, aquele que iria esmagar a cabeça da serpente;[34] e como o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo,[35] o mesmo ontem, hoje e para sempre.[36]

[34] I Coríntios 10:4; Hebreus 4:2; I Pedro 1:10-11.

[35] Apocalipse 13:8.

[36] Hebreus 13:8.

7. Cristo, na obra de mediação, age de acordo com suas duas naturezas, cada uma delas atuando como lhe é próprio. Mesmo assim, em razão da unidade de pessoa, aquilo que é próprio de uma natureza às vezes é atribuído à pessoa de Cristo pelo nome de sua outra natureza.[37]

[37] João 3:13; Atos 20:28.

8. Cristo certamente aplica e comunica eficazmente a redenção eterna, para todos quantos Ele a obteve: fazendo intercessão por eles;[38] unindo-os a si mesmo por seu Espírito; revelando-lhes o mistério da salvação, na Palavra e pela Palavra; persuadindo-os a crer e obedecer;[39] governando os corações deles por seu Espírito e sua Palavra;[40] e vencendo todos os inimigos deles, por seu poder e sabedoria infindos,[41] de modo tal e por caminhos que são os mais harmoniosos com a sua maravilhosa e insondável providência; e tudo por sua graça livre e soberana, sem a precondição de neles ter sido vista de antemão uma busca pela redenção.[42]

[38] João 6:37; João 10:15-16; João 17:9; Romanos 5:10.

[39] João 17:6; Efésios 1:9; I João 5:20.

[40] Romanos 8:9,14.

[41] Salmo 110:1; I Coríntios 15:25-26.

[42] João 3:8; Efésios 1:8.

9. Este ofício de mediador entre Deus e os homens cabe exclusivamente a Cristo, que é profeta, sacerdote e rei da Igreja de Deus; e nem em parte nem totalmente pode ser transferido de Cristo para qualquer outrem.[43]

[43] I Timóteo 2:5.

10.Este número e ordem de ofícios é necessário. Precisamos de seu ofício profético, por causa de nossa ignorância.[44] Por causa de nossa alienação de Deus, e da imperfeição de nossos melhores serviços, precisamos de seu ofício sacerdotal para nos reconciliar e apresentar aceitáveis a Deus.[45] E, para nosso resgate e segurança, contra nossos adversários espirituais, precisamos de seu ofício real para nos convencer, subjugar, atrair, sustentar, libertar e preservar para o seu reino celestial.[46]

[44] João 1:18.

[45] Colossenses 1:21; Gálatas 5:17.

[46] João 16:8; Salmo 110:3; Lucas 1:74-75.

CAPÍTULO 9
LIVRE ARBÍTRIO

1. Deus dotou a vontade humana com a liberdade e o poder natural de agir por escolha, sem ser forçada ou predeterminada por alguma necessidade natural para fazer o bem ou o mal.[1]

[1] Mateus 17:12; Tiago 1:14; Deuteronômio 30:19.

2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que era bom e agradável a Deus.[2] Essa, porém, era uma condição mutável, pois o homem podia decair dessa liberdade de poder.[3]

[2] Eclesiastes 7:29.

[3] Gênesis 3:6.

3. Com a queda no pecado, o homem perdeu completamente toda a sua habilidade volitiva para aquele bem espiritual que acompanha a salvação.[4] Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecados.[5] Ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo de se dispor a isso.[6]

[4] Romanos 5:6; Romanos 8:7.

[5] Efésios 2:1,5.

[6] Tito 3:3-5; João 6:44.

4. Quando Deus converte um pecador, e o transfere para o estado de graça, Ele o liberta da sua escravidão natural do pecado,[7] e, somente pela graça, o habilita a livremente querer e fazer aquilo que é espiritualmente bom.[8] Mesmo assim, por causa de certas corrupções que permanecem, o homem redimido não faz o bem perfeitamente e nem deseja somente aquilo que é bom, mas também o que é mau.[9]

[7] Colossenses 1:13; João 8:36.

[8] Fl.2:13.

[9] Romanos 7:15,18-19,21,23.

5. Somente no estado de glória a vontade do homem será transformada, perfeita e imutavelmente;[10] e então será livre para fazer apenas o bem.

[10] Efésios 4:13.

CAPÍTULO 10
A CHAMADA EFICAZ

1. Aqueles a quem Deus predestinou para a vida, Ele se agrada em chamar eficazmente,[1] no tempo aceitável e por Ele mesmo determinado; por meio de sua Palavra e de seu Espírito; do estado natural de pecado e morte, para a graça e a salvação por Jesus Cristo.[2]

Isso Deus faz iluminando-lhes a mente de maneira espiritual e salvadora, para que compreendam as coisas de Deus;[3] tirando-lhes o coração de pedra e dando-lhes um coração de carne;[4] renovando-lhes a vontade e, pela sua onipotência, predispondo-os para o bem e trazendo-os irresistivelmente para Jesus Cristo.[5] No entanto, eles vêm a Cristo espontânea e livremente, porque a graça de Deus lhes dispõe o coração para isso.[6]

[1] Romanos 8:30; Romanos 11:7; Efésios 1:10-11; II Tessalonicenses 2:13-14.

[2] Efésios 2:1-6.

[3] Atos 26:18; Efésios 1:17-18.

[4] Ezequiel 36:26.

[5] Deuteronômio 30:6; Ex.36:27; Efésios 1:19.

[6] Salmo 110:3; Cantares de Salomão 1:4.

2. A chamada eficaz é resultante da graça especial e gratuita, de Deus, e não de algo que de antemão seja visto no homem; e nem de poder algum ou ação da criatura cooperando com a graça especial de Deus.[7] Por estar morta em pecados e transgressões, a criatura mantém-se totalmente passiva, até que, na chamada eficaz, ela seja vivificada e renovada pelo Espírito Santo.[8] A pessoa, então, é habilitada a responder a essa chamada e a abraçar a graça que ela comunica e oferece. Para isso é necessário um poder que de modo nenhum é menor do que aquele que ressuscitou a Cristo dentre os mortos.[9]

[7] II Timóteo 1:9; Efésios 2:8.

[8] I Coríntios 2:14; Efésios 2:5; João 5:25.

[9] Efésios 1:19-20.

3. As crianças que morrem na infância, se eleitas, são regeneradas e salvas por Cristo, através do Espírito,[10] que obra quando, onde e como lhe agrada.[11] Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem chamadas exteriormente, pelo ministério da Palavra.

[10] João 3:3,5-6.

[11] João 3:8.

4. Outros, não eleitos, podem ser chamados pelo ministério da Palavra, e desfrutar de algumas operações comuns do Espírito Santo.[12] Contudo, por não serem eficazmente trazidos a Cristo, pelo Pai, eles não desejam nem podem realmente vir a Cristo; e, portanto, não podem ser salvos.[13] Muito menos poderão ser salvos os que não seguem a religião cristã, por mais diligentes que sejam em conformar suas vidas à luz da natureza e aos ensinamentos da religião que professam.[14]

[12] Mateus 22:14; Mateus 13:20-21; Hebreus 6:4-5.

[13] João 6:44-45,65; I João 2:24-25.

[14] Atos 4:12; João 4:22; João 17:3.

CAPÍTULO 11
A JUSTIFICAÇÃO

1. Aqueles a quem Deus chama eficazmente, Ele também os justifica, gratuitamente;[1] não por infundir-lhes justiça, mas perdoando-lhes os pecados, considerando-os e aceitando-os como pessoas justas;[2] não por coisa alguma realizada neles ou por eles mesmos feita, mas unicamente por consideração a Cristo;[3] não por imputar-lhes como justiça a fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica, mas por imputar-lhes a obediência ativa de Cristo (a toda a lei) e sua obediência passiva (na morte), como total e única justiça daqueles[4] que recebem a Cristo e nEle descansam, pela fé; e esta fé, não a tem de si mesmos, é Dom de Deus.[5]

[1] Romanos 3:24; Romanos 8:30.

[2] Romanos 4:5-8; Efésios 1:7.

[3] I Coríntios 1:30-31; Romanos 5:17-19.

[4] Filipenses 3:8-9; Efésios 2:8-10.

[5] João 1:12; Romanos 5:17.

2. A fé, assim recebendo e apoiando-se em Cristo e sua justiça, é o único instrumento de justificação.[6] Porém, ela não está sozinha na pessoa justificada: está sempre acompanhada de todas as outras graças salvadoras; e não é uma fé morta, pois atua pelo amor.[7]

[6] Romanos 3:28.

[7] Gálatas 5:6; Tiago 2:17,22,26.

3. Pela sua obediência e morte, Cristo pagou plenamente a dívida de todos os que são justificados. A favor destes, pelo sacrifício de si mesmo, no sangue da sua cruz, Ele deu satisfação adequada, verdadeira e plena à justiça de Deus, quando tomou o lugar deles e recebeu a punição que a eles era devida.[8] O Pai voluntariamente concedeu Cristo, e livremente aceitou a obediência de Cristo e o seu cumprimento da Lei, em substituição, a favor dos que seriam justificados, sem que neles houvesse mérito algum.[9] Portanto, justificação advém exclusivamente da graça gratuita, para tanto a justiça rigorosa como a abundante graça de Deus possam ser glorificadas na justificação de pecadores,[10]

[8] Hebreus 10:14; I Pedro 1:18-19; Isaías 53:5-6.

[9] Romanos 8:32; II Coríntios 5:21.

[10] Romanos 3:26; Efésios 1:6-7; Efésios 2:7.

4. Desde toda eternidade, Deus decretou justificar a todos os eleitos.[11] Vindo a plenitude do tempo, Cristo morreu pelos pecados e ressuscitou para a justificação deles.[12] Entretanto, os eleitos não são justificados individualmente enquanto o Espírito Santo não lhes aplica, em tempo oportuno, a pessoa de Cristo e os benefícios de sua obra.[13]

[11] Gálatas 3:8; I Pedro 1:2; I Timóteo 2:6.

[12] Romanos 4:25.

[13] Colossenses 1:21-22; Tito 3:4-7.

5. Deus continua a perdoar os pecados daqueles que são justificados.[14] Embora jamais possam decair do estado de justificação,[15] eles, no entanto, podem incorrer no desagrado paternal de Deus,[16] por causa de seus pecados. E, nesse estado, eles geralmente não podem desfrutar da luz da presença de Deus, até que se humilhem, confessem o seu pecado, peçam perdão e renovem a sua fé e arrependimento.[17]

[14] Mateus 6:12; I João 1:7,9.

[15] João 10:28.

[16] Salmo 89:31-33.

[17] Salmo 32:5; Salmo 51:1-19; Mateus 26:75.

6. A justificação dos crentes, no Antigo Testamento, em todos estes aspectos, foi igual à justificação dos crentes no Novo Testamento.[18]

[18] Gálatas 3:9; Romanos 4:22-24.

CAPÍTULO 12
A ADOÇÃO

1. Em seu único Filho, Jesus Cristo, e, por causa dEle, Deus é servido fazer participantes da graça da adoção todos quantos são justificados.[1] Por essa graça eles são recebidos no número dos filhos de Deus,[2] e desfrutam das liberdades e privilégios dessa condição; recebem sobre si o nome de Deus;[3] recebem o espírito de adoção;[4] têm acesso com ousadia ao trono de graça, e clamam Aba, Pai;[5] recebem compaixão,[6] proteção,[7] e a provisão de suas necessidades.[8] E são castigados por Deus, como por um pai;[9] porém, jamais são lançados fora,[10] pois estão selados para o dia da redenção.[11] E herdam as promessas, na qualidade de herdeiros da salvação eterna.[12]

[1] Efésios 1:5; Gálatas 4:4-5.

[2] João 1:12; Romanos 8:17.

[3] II Coríntios 6:18; Apocalipse 3:12.
[4] Romanos 8:15.
[5] Gálatas 4:6; Efésios 2:18.
[6] Salmo 103:13.
[7] Provérbios 14:26.
[8] I Pedro 5:7.
[9] Hebreus 12:6.
[10] Isaías 54:8-9; Lamentações 3:31.
[11] Efésios 4:30.
[12] Hebreus 1:14; Hebreus 6:12.

CAPÍTULO 13
A SANTIFICAÇÃO

1. Os que estão unidos a Cristo, tendo sido chamados eficazmente e regenerados, possuem agora um novo coração e um novo espírito, criados nele por mérito da morte e da ressurreição de Cristo;[1] e, por esse mesmo mérito, são mais e mais santificados individualmente, pela atuação da Palavra e do Espírito de Cristo neles habitando.[2] O domínio de tudo que é pecado, sobre eles, é destruído;[3] as suas várias concupiscências vão sendo sempre mais enfraquecidas e mortificadas;[4] e os crentes mais e mais são vivificados e fortalecidos, em todas as graças salvadoras,[5] para praticarem toda a verdadeira santidade, "sem a qual ninguém verá o Senhor".[6]

[1] Atos 20:32; Romanos 6:5-6.
[2] João 17:17; Efésios 3:16-19; I Tessalonicenses 5:21-23.
[3] Romanos 6:14.
[4] Gálatas 5:24.
[5] Colossenses 1:11.
[6] II Coríntios 7:1; Hebreus 12:14.

2. A santificação abrange o homem todo,[7] ainda que imperfeita enquanto nesta vida. Em toda parte ainda permanecem alguns resíduos de corrupção,[8] dos quais provém uma guerra irreconciliável: a carne militando contra o Espírito, e o Espírito militando contra a carne.[9]

[7] I Tessalonicenses 5:23.
[8] Romanos 7:18,23.
[9] Gálatas 5:17; I Pedro 2:11.

3. Nesta guerra, embora a corrupção remanescente possa muito prevalecer,[10] por algum tempo, o contínuo suprimento de força, pelo Espírito de Cristo, santificador, faz com que a parte regenerada afinal vença.[11] E, desse modo, os santos cresçam em graça, aperfeiçoando a sua santidade no temor de Deus e esforçando-se por viver uma vida piedosa, em obediência evangélica a todos os mandamentos que Cristo, como Cabeça e Rei, lhes prescreveu em sua Palavra.[12]

[10] Romanos 7:23.
[11] Romanos 6:14.
[12] Efésios 4:15-16; II Coríntios 3:18; II Coríntios 7:1.

CAPÍTULO 14
FÉ SALVADORA

1. A graça de fé é uma obra do Espírito de Cristo nos corações,[1] e por ela os eleitos são habilitados a crer para a salvação de suas almas. Normalmente essa obra é lavrada pelo ministério da Palavra de Deus.[2] E com a Palavra, a administração do Batismo, a Ceia do Senhor, a oração, e outros meios designados por Deus, a fé é aumentada e fortalecida.[3]

[1] II Coríntios 4:13; Efésios 2:8.

[2] Romanos 10:14,17.

[3] Lucas 17:5; I Pedro 2:2; Atos 20:32.

2. Por esta fé o cristão crê ser verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra,[4] a qual se reveste da autoridade do próprio Deus. E também reconhece a sobreexcelência da Palavra, acima de todos os escritos e todas as demais coisas neste mundo[5] – por ela demonstrar a glória de Deus nos atributos de Deus; a excelência de Cristo na natureza e nos ofícios de Cristo; o poder e a plenitude do Espírito Santo nas obras e operações do Espírito. Reconhecendo tudo isso, o cristão é capacitado a confiar sua alma irrestritamente à verdade assim crida;[6] e a reagir coerentemente, segundo a índole de cada passagem em particular: prestando obediência aos mandamentos;[7] tremendo ante as ameaças;[8] e abraçando as promessas de Deus para esta vida e a que há de ser.[9]

Mas os atos mais importantes da fé salvadora relacionam-se diretamente a Cristo: aceitar a Cristo, recebê-lo, e confiar exclusivamente nEle para a justificação, a santificação e a vida eterna, conforme as disposições do pacto da graça.[10]

[4] Atos 24:14.

[5] Salmo 19:7-10; Salmo 119:72.

[6] II Timóteo 1:12.

[7] João 15:14.

[8] Isaías 66:2.

[9] Hebreus 11:13.

[10] João 1:12; Atos 16:31; Gálatas 2:20; Atos 15:11.

3. Esta fé pode ter graduações diferentes, ser mais forte ou mais fraca.[11] No entanto, assim como as demais graças salvadoras, e mesmo se for pequeníssima, ela é de um tipo e de uma natureza diferentes daquela fé e da graça comum que os seguidores professos possuem.[12] Por isso, mesmo que seja muitas vezes atacada e enfraquecida, a fé salvadora sempre alcança a vitória.[13] Ela existe em muitas pessoas, crescendo para a plena certeza da esperança,[14] mediante Cristo, que é o autor e também o consumador da nossa fé.[15]

[11] Hebreus 5:13-14; Mateus 6:30; Romanos 4:19-20.

[12] II Pedro 1:1.

[13] Efésios 6:16; I João 5:4-5.

[14] Hebreus 6:11-12; Colossenses 2:2.

[15] Hebreus 12:2.

CAPÍTULO 15
ARREPENDIMENTO PARA VIDA E SALVAÇÃO

1. Há entre os eleitos aqueles cuja conversão não se dá senão após certa idade, depois de eles terem vivido algum tempo em seu estado natural e servido a vários prazeres e concupiscências. Mas Deus, ao chamá-lo eficazmente, concede-lhes o arrependimento para vida.[1]

[1] Tito 3:2-5.

2. Não há quem faça o bem e que não peque;[2] sob a força da tentação, mesmo as melhores pessoas podem cair em grandes pecados e provocações contra Deus, pois existe no interior do homem um poder enganoso de corrupção. Foi por isso que Deus, no pacto da graça, providenciou misericordiosamente para que os crentes, caindo em pecado, sejam restaurados mediante o arrependimento para a salvação.[3]

[2] Eclesiastes 7:20.

[3] Lucas 22:31-32.

3. Este arrependimento salvador é uma graça evangélica,[4] por intermédio da qual a pessoa, por obra do Espírito Santo, é levada a sentir os múltiplos males do seu pecado, e, com fé em Cristo, humilha-se por causa do pecado, com uma tristeza santa, ódio ao pecado e repugnância a si mesma,[5] orando por perdão e fortalecimento na graça, com o propósito e o empenho de caminhar diante de Deus de um modo agradável em todas as coisas,[6] com o auxílio do Espírito Santo.

[4] Zacarias 12:10; Atos 11:18.

[5] Ezequiel 36:31; II Coríntios 7:11.

[6] Salmo 119:6,128.

4. Por trazermos conosco "o corpo desta morte", e as suas inclinações para o mal, o arrependimento deve continuar por toda a vida. Cada pessoa tem o dever de arrepender-se particularmente, de cada pecado seu de que tenha conhecimento.[7]

[7] Lucas 19:8; I Timóteo 1:13,15.

5.Mediante Cristo, no pacto da graça, Deus fez provisão completa para que os crentes sejam preservados na salvação. Assim como não existe pecado tão pequeno que não mereça a condenação eterna,[8] não existe pecado tão grande que possa trazer condenação sobre os que se arrependem.[9] Isso torna necessária a pregação constante de arrependimento.

[8] Romanos 6:23.

[9] Isaías 1:16-18; Isaías 55:7.

CAPÍTULO 16
BOAS OBRAS

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em sua santa Palavra,[1] e não as que os homens inventam, sem o respaldo da Palavra de Deus, movidos por um zelo cego ou por algum pretexto de boas intenções.[2]

[1] Miquéias 6:8; Hebreus 13:21.

[2] Mateus 15:9; Isaías 29:13.

2. As boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e a evidência de uma fé verdadeira e viva.[3] Por meio delas os crentes demonstram a sua gratidão,[4] fortalecem sua certeza de salvação,[5] edificam seus irmãos, adornam sua profissão do evangelho,[6] fazem calar os seus adversários e glorificam a Deus[7] – pois somos feitura dEle, criados em Cristo Jesus para as boas obras,[8] para que tenhamos o nosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna.[9]

[3] Tiago 2:18-22.

[4] Salmo 116:12-13.

[5] I João 2:3,5; II Pedro 1:5-11.

[6] Mateus 5:16.

[7] I Timóteo 6:1; I Pedro 2:15; Filipenses 1:11.

[8] Efésios 2:10.

[9] Romanos 6:22.

3. A aptidão para as boas obras não advém dos próprios crentes, de modo algum; essa aptidão provém do Espírito de Cristo.[10] E, para que os crentes possam desempenhar as boas obras, é necessária uma influência contínua do mesmo Espírito Santo – além das graças já recebidas – para neles realizar tanto o querer como o efetuar, segundo a boa vontade de Deus.[11] Isso, porém, não significa que devam tornar-se negligentes, como se não tivessem a obrigação de cumprir um dever senão quando especialmente movidos pelo Espírito Santo. Pelo contrário, os cristãos devem ser diligentes e desenvolver a graça de Deus que neles há.[12]

[10] João 15:4-5.

[11] II Coríntios 3:5; Filipenses 2:13.

[12] Filipenses 2:12; Hebreus 6:11-12; Isaías 64:7.

4. Mesmo os que conseguem prestar a maior obediência possível nesta vida estão longe de exceder e fazer mais do que o requerido por Deus; e estão muito aquém do dever que lhes cabe cumprir.[13]

[13] Jó 9:2-3; Gálatas 5:17; Lucas 17:10.

5. Por nossas melhores obras não podemos merecer junto a Deus o perdão do pecado ou a vida eterna, visto ser grande a desproporção entre nossas obras e a glória por vir, e infinita a distância entre nós e Deus. Com nossas obras não podemos fazer benefícios a Deus, e nem satisfazê-Lo pela dívida de nossos pecados anteriores.[14] Mesmo se fizermos tudo o que nos seja possível, teremos apenas cumprido com o nosso dever, e ainda seremos servos inúteis.

Se nossas obras são boas é porque procedem do Espírito.[15] Contudo, à medida que são desempenhadas por nós, essas obras vão sendo contaminadas, e mescladas a tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do julgamento divino.[16]

[14] Romanos 3:20; Efésios 2:8-9; Romanos 4:6.

[15] Gálatas 5:22-23.

[16] Isaías 64:6; Salmo 143:2.

6. Todavia, desde que os crentes, como pessoas, são aceitos por meio de Cristo, as suas obras também são aceitas em Cristo,[17] mas isto não significa que nesta vida tais obras sejam totalmente inculpáveis e irrepreensíveis aos olhos de Deus. Antes, significa que, vendo-as em seu Filho, Deus se agrada em aceitar e recompensar aquilo que é sincero, apesar de realizado com muitas fraquezas e imperfeições.[18]

[17] Efésios 1:6; I Pedro 2:5.

[18] Mateus 25:21,23; Hebreus 6:10.

7. As boas obras feitas por pessoas não regeneradas – embora por si mesmas possam ser coisas que Deus ordena, e proveitosas, tanto para a pessoa que as faz quanto para outrem[19] – não procedem de um coração purificado pela fé;[20] e, de acordo com a Palavra, não são feitas de maneira correta,[21] nem com a finalidade correta, nem com a finalidade correta, a glória de Deus.[22]

Portanto, essas obras são pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem tornar uma pessoa apta para receber a graça de Deus.[23] Contudo, a omissão de tais obras é ainda mais pecaminosa e ofensiva a Deus do que a sua prática.[24]

[19] II Reis 10:30; I Reis 21:27,29.

[20] Gênesis 4:5; Hebreus 11:4,6.

[21] I Coríntios 13:1.

[22] Mateus 6:2,5.

[23] Amós 5:21-22; Romanos 9:16; Tito 3:5.

[24] Jó 21:14-15; Mateus 25:41-43.

CAPÍTULO 17
A PERSEVERANÇA DOS SANTOS

1.Os que Deus aceitou no Amado, aqueles que foram chamados eficazmente e santificados por seu Espírito, e receberam a fé preciosa (que é dos seus eleitos), esses não podem decair totalmente nem definitivamente do estado de graça. Antes, hão de perseverar até o fim e ser eternamente salvos, tendo em vista que os dons e a vocação de Deus são irrevogáveis, e Ele continuamente gera e nutre neles a fé, o arrependimento, o amor, a alegria, a esperança e todas as graças que conduzem à imortalidade.[1] Ainda que muitas tormentas e dilúvios se levantem e se dêem contra eles, jamais poderão desarraigá-los da pedra fundamental em que estão firmados, pela fé.

Não obstante, a visão perceptível da luz e do amor de Deus pode, para eles, cobrir-se de nuvens e ficar obscurecida,[2] por algum tempo, por causa da incredulidade e das tentações de Satanás. Mesmo assim, Deus continua sendo o mesmo,[3] e eles serão guardados pelo poder de Deus, com toda certeza, até a salvação final, quando entrarão no gozo da possessão que lhes foi comprada; pois eles estão gravados nas palmas das mãos de seu Senhor, e os seus nomes estão escritos no Livro da Vida, desde toda eternidade.

[1] João 10:28-29; Filipenses 1:6; II Timóteo 2:19; I João 2:19.

[2] Salmo 89:31-32; I Coríntios 11:32.

[3] Malaquias 3:6.

2. Esta perseverança não depende de um livre-arbítrio da parte dos santos; mas, sim, decorre da imutabilidade do decreto da eleição,[4] fluindo do amor gratuito e inalterável de Deus Pai, sobre a eficácia do mérito e da intercessão de Jesus Cristo; da união com Ele;[5] do juramento de Deus;[6] da habitação de seu Espírito e da semente de Deus dentro neles;[7] da natureza do pacto da graça.[8] De tudo isso decorrem também a certeza e a infalibilidade da perseverança dos santos.

[4] Romanos 8:30; Romanos 9:11,16.

[5] Romanos 5:9-10; João 14:19.

[6] Hebreus 6:17-18.

[7] I João 3:9.

[8] Jeremias 32:40.

3. Levados pela tentação de Satanás e do mundo, pela prevalência da corrupção que ainda permanece dentro deles, ou pela negligência aos meios para a sua própria preservação, os santos podem incorrer em tristes pecados, e continuar em tais pecados, por algum tempo.[9]

Desse modo, eles caem em desagrado perante Deus e entristecem o seu Santo Espírito;[10] vêem-se privados de bênçãos e confortos;[11] têm os seus corações endurecidos e ferida a consciência;[12] ofendem e escandalizam outras pessoas; e fazem vir sobre si mesmos os juízos de Deus, ainda neste mundo.[13]

Não obstante, eles renovarão o seu arrependimento, e serão preservados através da fé em Cristo Jesus, até o fim.[14]

[9] Mateus 26:70,72,74.

[10] Isaías 64:5,9; Efésios 4:30.

[11] Salmo 51:10,12.

[12] Salmo 32:3-4.

[13] II Samuel 12:14.

[14] Lucas 22:32,61-62.

CAPÍTULO 18
A CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

1. Os seguidores professos, e outras pessoas não-regeneradas, em vão podem enganar a si mesmos com falsas esperanças e presunções carnais, supondo gozar do favor de Deus e estar em um estado de salvação, pois essa esperança deles perecerá.[1]

Porém, os que realmente crêem no Senhor Jesus, e o amam sinceramente, procurando andar perante Ele em toda boa consciência, esses podem estar certos de que estão em um estado de graça nesta vida, e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus,[2] de cuja esperança jamais se envergonharão.[3]

[1] Jó 8:13-14; Mateus 7:22-23.

[2] I João 2:3; I João 3:14,18-19,21,24; I João 5:13.

[3] Romanos 5:2,5.

2. Esta certeza não é uma mera persuasão teórica e presumível, baseada em uma esperança que pode falhar. Ela é uma certeza infalível de fé,[4] alicerçada no sangue e na retidão de Cristo revelados no evangelho,[5] bem como na evidência interior de certas graças do Espírito Santo, as quais recebem promessas de Deus.[6] Baseia-se, igualmente, no testemunho do Espírito de adoção, que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus.[7]

E esta certeza nos guarda, mantendo o nosso coração humilde e santo.[8]

[4] Hebreus 6:11,19.

[5] Hebreus 6:17-18.

[6] II Pedro 1:4-5,10-11.

[7] Romanos 8:15-16.

[8] I João 3:1-3.

3. Esta certeza infalível de salvação não é uma parte essencial da fé cristã, pois um crente pode esperar muito tempo, e lutar contra muitas dificuldades, antes de alcançá-la.[9]

Contudo, não é necessária uma revelação especial para que o crente possa ter essa certeza. Sendo habilitado pelo Espírito Santo a conhecer as coisas que lhe são dadas gratuitamente, por Deus, o crente pode obtê-la através do uso correto dos meios apontados por Deus.[10]

Portanto, todo cristão tem o dever de procurar confirmar a sua vocação e eleição, com toda diligência, para que seu coração possa dilatar-se, em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, em vigor e ânimo para os deveres de obediência. Tais são os frutos naturais dessa certeza,[11] a qual está longe de inclinar os homens para o relaxamento. [12]

[9] Isaías 50:10; Salmo 88:1-18; Salmo 77:1-12.

[10] I João 4:13; Hebreus 6:11-12.

[11] Romanos 5:1-2,5; Romanos 14:17; Salmo 119:32.

[12] Romanos 6:1-2; Tito 2:11-12,14.

4. Os crentes verdadeiros podem ter a sua certeza de salvação abalada, diminuída ou interrompida, de diversas maneiras: por negligência na preservação dessa certeza[13]; por caírem em algum pecado específico, que fere a consciência e entristece o Espírito;[14] por uma tentação súbita ou veemente;[15] por Deus retirar de sobre eles a luz da sua presença, permitindo que mesmo os que O temem caminhem em trevas, que não tenham luz.[16] Contudo, eles jamais ficam destituídos da divina semente[17] e da vida de fé,[18] do amor de Cristo e dos irmãos, da sinceridade de coração e da consciência do dever. É a partir dessas graças, por obra do Espírito, que a certeza da salvação pode ser revivificada, no devido tempo;[19] e, mediante elas, os crentes são preservados de um total desespero.[20]

[13] Cantares de Salomão 5:2-3,6.

[14] Salmo 51:8,12,14.

[15] Salmo 116:11; Salmo 77:7-8; Salmo 31:22.

[16] Salmo 30:7.

[17] I João 3:9.

[18] Lucas 22:32.

[19] Salmo 42:5,11.

[20] Lamentações 3:26-31.

CAPÍTULO 19
A LEI DE DEUS

1. Deus outorgou a Adão uma lei de obediência, que lhe inscreveu no coração; e também um preceito particular, o de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal.[1] Dessa maneira, Adão e toda sua posteridade ficaram compelidos a uma obediência pessoal, total, exata e

perpétua, à lei.[2] Deus prometeu vida como recompensa do cumprimento, e morte como castigo da quebra da lei,[3] tendo dado ao homem o poder e a habilidade para guardá-la.

[1] Gênesis 2:16-17; Eclesiastes 7:29.

[2] Romanos 10:5.

[3] Gálatas 3:10,12.

2. A mesma lei que uma vez foi inscrita no coração humano continuou a ser uma regra perfeita de justiça após a queda.[4] E essa lei foi dada por Deus sobre o monte Sinai e inscrita em duas tábuas de pedra, na forma de dez mandamentos. Os quatro primeiros mandamentos contêm nossos deveres para com Deus, e, os outros seis mandamentos, nossos deveres para com os homens.[5]

[4] Romanos 2:14-15.

[5] Deuteronômio 10:4.

3. Além desta lei, comumente chamada de lei moral, Deus houve por bem dar leis cerimoniais ao povo de Israel, contendo diversas ordenanças simbólicas: em parte, de adoração, prefigurando Cristo, as suas graças, suas ações, seus sofrimentos, e os benefícios que conferiu;[6] e, em parte, estabelecendo várias instruções de deveres morais.[7]

As leis cerimoniais foram instituídas com vigência temporária, pois mais tarde seriam ab-rogadas por Jesus, o Messias e único Legislador, que, vindo no poder do Pai, cumpriu e revogou essas leis.[8]

[6] Hebreus 10:1; Colossenses 2:17.

[7] I Coríntios 5:7.

[8] Colossenses 2:14,16-17; Efésios 2:14,16.

4. Deus também deu diversas leis judiciais ao povo de Israel, que expiraram juntamente com o antigo Estado de Israel e agora não possuem caráter obrigatório; são válidas, no entanto, como um padrão moral de equidade coletiva.[9]

[9] I Coríntios 9:8-10.

5. Para sempre a lei moral requer obediência de todos, tanto de pessoas justificadas quanto das demais.[10] E isto não apenas por causa do assunto de que trata essa lei, mas, também, por causa da autoridade de Deus, o Criador, que a impôs.[11] No evangelho, Cristo de modo nenhum dissolve a lei, antes confirma a sua obrigatoriedade.[12]

[10] Romanos 13:8-10; Tiago 2:8,10-12.

[11] Tiago 2:10-11.

[12] Mateus 5:17-19; Romanos 3:31.

6. Embora os verdadeiros crentes não estejam debaixo da lei (como num pacto de obras), para serem justificados ou condenados por ela,[13] mesmo assim a lei é de grande utilidade para eles, bem como para outras pessoas. Isso porque a lei, como uma regra de vida, lhes informa da vontade de Deus e do dever que lhes cabe, dirigindo e constrangendo-os a caminhar segundo esse dever. A lei também descobre as contaminações pecaminosas da natureza humana, dos corações e das vidas, para que eles, examinando-se na lei, possam vir a ter uma maior convicção, humilhação e ódio pelo pecado,[14] além de uma visão mais clara de sua necessidade de Cristo e da perfeição da obediência de Cristo.

Da mesma forma, a lei é útil para restringir as corrupções dos regenerados, pois proíbe o pecado. As ameaças da lei servem para mostrar o que os pecados deles merecem, e com que aflições eles podem contar nesta vida, se pecam, mesmo depois de libertados da maldição e do rigor intransigente da lei.

Igualmente, as promessas da lei demonstram a aprovação de Deus à obediência e quais bênçãos os homens podem esperar receber se cumprirem a lei, embora essas bênçãos não lhes sejam devidas por encargo da lei, como seria num pacto de obras. Por conseguinte, se um homem faz o bem e se refreia do mal (porque a lei encoraja a uma coisa e o dissuade da outra), isso não é evidência de ele estar debaixo da lei e não debaixo da graça.[15]

[13] Romanos 6:14; Gálatas 2:16; Romanos 8:1; Romanos 10:4.

[14] Romanos 3:20; Romanos 7:7-25.

[15] Romanos 6:12-14; I Pedro 3:8-13.

7. Os usos da lei, acima mencionados, não são contrários à graça do evangelho; antes, concordam docemente com ela,[16] à medida que o Espírito de Cristo conquista a vontade do homem e o capacita a fazer, espontânea e alegremente, aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, requer que seja feito.[17]

[16] Gálatas 3:21.

[17] Ezequiel 36:27.

CAPÍTULO 20
O EVANGELHO E A EXTENSÃO DE SUA GRAÇA

1. O pacto das obras foi quebrado pelo pecado e se tornou inútil para conduzir à vida. Mas Deus foi servido prometer Cristo, o descendente de mulher, como o meio de chamar os eleitos e gerar neles fé e o arrependimento.[1] Nesta promessa, a essência do evangelho foi revelada, o que a tornou eficaz para a conversão e salvação de pecadores.[2]

[1] Gênesis 3:15.

[2] Apocalipse 13:8.

2.Esta promessa, referente à Cristo e à salvação através dEle, somente é revelada pela Palavra de Deus.[3] As obras da criação ou da providência, bem como a luz da natureza, não fazem mais do que uma apresentação genérica e obscura[4] de Cristo e da graça através dEle; muito menos do que o necessário para que os homens destituídos da revelação de Cristo pudessem alcançar fé salvadora ou arrependimento.[5]

[3] Romanos 1:17.

[4] Romanos 10:14-15,17.

[5] Provérbios 29:18; Isaías 25:7; Isaías 60:2-3.

3. A revelação do evangelho a pecadores - para nações e indivíduos a quem tem sido feita, muitas vezes e de muitas maneiras, com adição de promessas e preceitos de obediência - é devida unicamente à vontade soberana e ao beneplácito de Deus.[6]

A revelação do evangelho não está ligada (em virtude de alguma promessa) ao devido bom uso das habilidades humanas à luz da revelação comum, recebida sem o evangelho, porque ninguém jamais conseguiu, nem poderá conseguir tal coisa.[7] Conseqüentemente, em todas as eras, a pregação do evangelho tem sido feita em grande variedade de extensão ou limitação, a indivíduos e a nações, de acordo com o conselho da vontade de Deus.

[6] Salmo 147:20; Atos 16:7.

[7] Romanos 1:18-32.

4. O evangelho é o único meio externo de revelação de Cristo e da graça salvadora, e, como tal, é abundantemente suficiente para isso. No entanto, para que homens que estão mortos em transgressões possam nascer de novo, ser vivificados ou regenerados, faz-se necessária, também, uma obra efetiva e insuperável do Espírito Santo, em cada parte da alma, para produzir neles uma nova vida espiritual.[8] Sem esta obra do Espírito Santo não há outros meios de produzir a conversão a Deus.[9]

[8] Salmo 110:3; I Coríntios 2:14; Efésios 1:19-20.

[9] João 6:44; II Coríntios 4:4,6.

CAPÍTULO 21
LIBERDADE CRISTÃ E LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

1. A Liberdade que Cristo comprou para os crentes, no evangelho, consiste na libertação da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, do rigor e da maldição da lei;[1] e consiste na libertação dos crentes deste mundo perverso,[2] da escravidão a Satanás,[3] do domínio do pecado,[4] da malignidade das aflições,[5] do medo e do aguilhão da morte, da vitória da sepultura,[6] e da perdição eterna.[7] Consiste no livre acesso a Deus, no prestar-lhe uma obediência não suscitada por medo escravizador;[8] e, sim, por amor, como o de uma criança, voluntariamente.[9]

Tudo isto, em essência, aplicava-se também aos crentes que viviam sob a lei.[10] Sob o Novo Testamento, porém, a liberdade cristã é ampliada, na libertação do jugo da lei cerimonial a que a igreja judaica estava sujeita, na maior ousadia de acesso ao trono da graça, e maior medida do livre Espírito de Deus do que os crentes normalmente desfrutavam sob a lei.[11]

[1] Gálatas 3:13.

[2] Gálatas 1:4.

[3] Atos 26:18.

[4] Romanos 8:3.

[5] Romanos 8:28.

[6] I Coríntios 15:54-57.

[7] II Tessalonicenses 1:10.

[8] Romanos 8:15.

[9] Lucas 1:73-75; I João 4:18.

[10] Gálatas 3:9,14.

[11] João 7:38-39; Hebreus 10:19-21.

2. Somente Deus é Senhor da consciência,[12] e Ele a liberou das doutrinas e mandamentos de homens que entrem em contradição com a Palavra ou que não estejam contidos nela.[13] Por isso, acreditar em tais doutrinas ou obedecer tais mandamentos, por causa da consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência.[14] A exigência de uma fé irrestrita, de uma obediência cega e total, significa destruir ao mesmo tempo as liberdades de consciência e raciocínio.[15]

[12] Tiago 4:12; Romanos 14:14.

[13] Atos 4:19; Atos 5:29; I Coríntios 7:23; Mateus 15:9.

[14] Colossenses 2:20,22-23.

[15] I Coríntios 3:5; II Coríntios 1:24.

3. Os que praticam algum pecado ou alimentam qualquer desejo pecaminoso, a pretexto da liberdade cristã, pervertem o desígnio principal da graça do evangelho, para destruição de si mesmos.[16] Desse modo, eles subvertem a finalidade da liberdade cristã, isto é, que, sendo libertados das mãos de todos os nossos inimigos, possamos servir ao Senhor em santidade e retidão perante Ele, sem medo, por todos os dias de nossa vida.[17]

[16] Romanos 6:1-2.

[17] Gálatas 5:13; II Pedro 2:18,21.

CAPÍTULO 22
ADORAÇÃO RELIGIOSA E O DIA DO SENHOR

1. A luz da natureza mostra que existe um Deus, que tem senhorio e soberania sobre todos, que é justo, bom, e faz o bem a todos; e que, portanto, deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido, de todo o coração, de toda alma, e com todas as forças.[1] Mas a maneira aceitável de se cultuar o Deus verdadeiro é aquela instituída por Ele mesmo,[2] e que está bem delimitada por sua própria vontade revelada, para que Deus não seja adorado de acordo com as imaginações e

invenções humanas, nem com as sugestões de Satanás, nem por meio de qualquer representação visível ou qualquer outro modo não descrito nas Sagradas Escrituras.[3]

[1] Jeremias 10:7; Marcos 12:33.

[2] Deuteronômio 12:32.

[3] Êxodo 20:4-6.

2. A adoração religiosa deve ser dada a Deus - Pai, Filho, Espírito Santo - e somente a Ele:[4] não a anjos, santos ou qualquer outra criatura.[5] E, desde a queda, não sem um mediador,[6] nem por mediação de qualquer outro, senão Cristo, apenas.[7]

[4] Mateus 4:9-10; João 4:23; Mateus 28:19.

[5] Romanos 1:25; Colossenses 2:18; Apocalipse 19:10.

[6] João 14:6.

[7] I Timóteo 2:5.

3. A oração com ações de graças é requerida por Deus, de todos os homens,[8] por ser parte daquela adoração que é inata a todos os seres humanos. Contudo, para ser aceitável, deve ser feita em nome do Filho,[9] com a ajuda do Espírito,[10] de acordo com a vontade de Deus;[11] com discernimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança. E, quando em público, em uma língua que seja conhecida.[12]

[8] Salmo 95:1-7; Salmo 65:2.

[9] João 14:13-14.

[10] Romanos 8:26.

[11] I João 5:14.

[12] I Coríntios 14:16-17.

4. A oração deve rogar por coisas lícitas, e por toda sorte de pessoas, vivas ou que ainda viverão;[13] mas não pelos mortos,[14] nem por pessoas que se sabe terem cometido o "pecado para morte".[15]

[13] I Timóteo 2:1-2; II Samuel 7:29.

[14] II Samuel 12:21-23.

[15] I João 5:16.

5. A leitura das Escrituras;[16] a pregação e o ouvir da Palavra de Deus;[17] o ensino e a advertência mútua; o louvor, com salmos, hinos e cânticos espirituais, com gratidão ao Senhor em nossos corações;[18] a administração do batismo,[19] e a Ceia do Senhor:[20] todos são partes da adoração religiosa, que devem ser cumpridas em obediência a Deus, com entendimento, fé, reverência e temor piedoso. Além disso, em ocasiões especiais devem ser usados a humilhação solene, com jejuns,[21] e ações de graças, de uma maneira santa e reverente.[22]

[16] I Timóteo 4:13.

[17] II Timóteo 4:2; Lucas 8:18.

[18] Colossenses 3:16; Efésios 5:19.

[19] Mateus 28:19-20.

[20] I Coríntios 11:26.

[21] Ester 4:16; Joel 2:12.

[22] Êxodo 15:1-19; Salmo 107:1-43.

6. Agora, no evangelho, nem a oração nem qualquer outra parte da adoração religiosa está relacionada a um lugar específico, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que é feita ou para o qual a pessoa esteja voltada. Deus deve ser adorado em todo lugar, em espírito e em verdade;[23] na privacidade familiar,[24] diariamente;[25] e em secreto, cada pessoa individualmente;[26] e muito mais solenemente nos cultos públicos, os quais não devem ser intencional ou inconseqüentemente negligenciados ou esquecidos, pois Deus, mediante sua Palavra e providência, nos conclama a prestá-lo.[27]

[23] João 4:21; Malaquias 1:11; I Timóteo 2:8.

[24] Atos 10:2.

[25] Mateus 6:11; Salmo 55:17.

[26] Mateus 6:6.

[27] Hebreus 10:25; Atos 2:42.

7. Por instituição divina, é uma lei universal da natureza que uma proporção de tempo seja separada para a adoração a Deus. Por isso, em sua Palavra - através de um mandamento explícito, perpétuo e moral, válido para todos os homens, em todas as eras - Deus determinou que um dia em cada sete lhe seja santificado, [28] como dia de descanso. Desde o começo do mundo, até a ressurreição de Cristo, esse dia era o último da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o primeiro dia da semana, que é chamado "Dia do Senhor".[29] A guarda desse dia como sábado cristão deve continuar até o fim do mundo, pois foi abolida a observância do último dia da semana.

[28] Êxodo 20:8.

[29] I Coríntios 16:1-2; Atos 20:7; Apocalipse 1:10.

8. O dia do descanso é santificado ao Senhor quando os homens preparam devidamente os seus corações para esse dia e põe em ordem os seus afazeres corriqueiros, de antemão; quando não apenas obedecem a um descanso consagrado, durante o dia todo, de seus próprios trabalhos, palavras e pensamentos, concernentes a ocupações seculares e recreações,[30] mas também ocupam o tempo todo em exercício de adoração a Deus, seja em particular ou em público, e deveres de necessidade e de misericórdia.[31]

[30] Isaías 58:13; Neemias 13:15-22.

[31] Mateus 12:1-13.

CAPÍTULO 23
JURAMENTOS LEGÍTIMOS E VOTOS

1. O juramento legítimo é também um ato de adoração religiosa, pelo qual a pessoa, jurando em verdade, justiça e discernimento, invoca solenemente a Deus como testemunha daquilo que foi jurado;[1] e para que julgue a pessoa de acordo com a veracidade ou falsidade de seu juramento.[2]

[1] Êxodo 20:7; Deuteronômio 10:20; Jeremias 4:2.

[2] II Crônicas 6:22-23.

2. O único nome pelo qual se deve jurar é o nome de Deus, que deve ser usado com santo temor e reverência. Por isso, jurar em vão, ou, temerariamente, por esse nome glorioso e tremendo; ou jurar por qualquer outra coisa, constitui um ato pecaminoso e abominável.[3]

No entanto, a Palavra de Deus autoriza o juramento, quando para decidir assuntos de grande importância e peso, para uma confirmação da verdade, e para encerrar contendas.[4] Por conseguinte, se a autoridade civil exige um juramento, e se este é legítimo, deve ser prestado.[5]

[3] Mateus 5:34,37; Tiago 5:12.

[4] Hebreus 6:16; II Coríntios 1:23.

[5] Neemias 13:25.

3. Qualquer pessoa que tome um juramento autorizado pela Palavra de Deus, deve considerar devidamente as implicações de um ato tão solene, para que nada afirme senão aquilo que ela sabe que é verdade, porque juramentos temerários, falsos ou em vão, constituem uma provocação ao Senhor, e por causa deles a terra se lamenta.[6]

[6] Levítico 19:12; Jeremias 23:10.

4. O juramento deve ser prestado no sentido claro e explícito das palavras, sem equívocos e sem restrições mentais.[7]

[7] Salmo 24:4.

5. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus; e deve ser feito e cumprido com todo cuidado e fidelidade religiosa.[8] Porém, os votos monásticos católico-romanos - voto de celibato,[9] voto de pobreza,[10] e voto de obediência - em vez de serem graus de maior perfeição, não passam de armadilhas supersticiosas e iníquas, com as quais cristão nenhum deve embaraçar-se.[11]

[8] Salmo 76:11; Gênesis 28:20-22.

[9] I Coríntios 7:2,9.

[10] Efésios 4:28.

[11] Mateus 19:11.

CAPÍTULO 24
MAGISTRADO CIVIL

1. Deus, o Senhor supremo e Rei de todo o mundo, ordenou que houvesse magistrados civis, para lhe estarem sujeitos e governarem sobre o povo, para o bem público e para a glória de Deus. E para que desempenhem essa função, Deus os armou com o poder da espada, para defesa e o encorajamento daqueles que fazem o bem, e para a punição dos malfeitores.[1]

[1] Romanos 13:1-4.

2. Quando chamado para isso, é lícito que o cristão aceite e execute o ofício do Magistrado. No desempenho desse ofício, ele deve especialmente manter a justiça e a paz,[2] de acordo com todas as leis de cada comunidade. E, para esse fim, mesmo agora, na vigência do Novo Testamento, ele pode inclusive empreender a guerra, se isto for justo e necessário na ocasião.[3]

[2] II Samuel 23:3; Salmo 82:3-4.

[3] Lucas 3:14.

3. Visto que os magistrados são instituídos por Deus para as finalidades já mencionadas anteriormente, requer-se de nós a obediência, no Senhor, a todas as coisas lícitas ordenadas pelas autoridades, não apenas por causa da punição, mas como dever de consciência.[4] Devemos suplicar e orar pelos magistrados e todos os que estão investidos de autoridade, para que, sob seu governo, vivamos vida tranqüila e mansa, com toda piedade e respeito.[5]

[4] Romanos 13:5-7; I Pedro 2:17.

[5] I Timóteo 2:1-2.

CAPÍTULO 25
MATRIMÔNIO

1.O casamento é para ser entre um homem e uma mulher. Não é lícito ao homem ter mais de uma esposa, e nem à mulher ter mais de um marido ao mesmo tempo.[1]

[1] Gênesis 2:24; Malaquias 2:15; Mateus 19:5-6.

2. O casamento foi ordenado para o auxílio mútuo entre marido e mulher,[2] para a propagação da humanidade por uma descendência legítima,[3] e para impedir a impureza.[4]

[2] Gênesis 2:18.

[3] Gênesis 1:28.

[4] I Coríntios 7:2,9.

3. O casamento é lícito para todos os tipos de pessoas, desde que possam dar o seu consentimento racional.[5] Porém, o dever dos cristãos é casarem-se somente no Senhor.[6] Por isso os que temem a Deus e professam a verdadeira religião não devem casar-se com incrédulos ou

idólatras, para que, casando-se, não se ponham em jugo desigual com uma pessoa iníqua, ou com quem defenda uma heresia condenável.[7]

[5] Hebreus 13:4; I Timóteo 4:3.

[6] I Coríntios 7:39.

[7] Neemias 13:25-27.

4. Não devem casar-se pessoas entre as quais existam graus de parentesco ou consangüinidade que sejam proibidos na Palavra de Deus.[8] As uniões incestuosas jamais poderão ser legitimadas por qualquer lei humana ou pelo consentimento das partes, pois não é correto tais pessoas viverem juntas, como marido e mulher.[9]

[8] Levítico 18:1-30.

[9] Marcos 6:18; I Coríntios 5:1.

CAPÍTULO 26
A IGREJA

1. A Igreja universal (ou católica), que com respeito à obra interna do Espírito, e da verdade da graça, pode ser chamada invisível, consiste no número total dos eleitos que já foram, estão sendo, ou ainda serão chamados em Cristo, o Cabeça de todos. A Igreja é a esposa, o corpo e a plenitude daquele que é tudo em todos.[1]

[1] Hebreus 12:23; Colossenses 1:18; Efésios 1:10,22-23; Efésios 5:23,27,32.

2. Todas as pessoas ao redor do mundo, que professam fé no evangelho e obediência a Deus, mediante Cristo, de acordo com o evangelho, e que não destroem o seu testemunho com alguma doutrina fundamentalmente errada ou conversão profana: esses podem ser chamados de os santos,[2] de que se compõe a igreja visível; e todas as congregações deviam ser constituídas de pessoas assim.[3]

[2] I Coríntios 1:2; Atos 11:26.

[3] Romanos 1:7; Efésios 1:20-22.

3. Mesmo as igrejas mais puras sobre a terra estão sujeitas a erros doutrinários e a comprometimentos.[4] Algumas se degeneraram tanto, que deixaram de ser Igrejas de Cristo, e passaram a ser sinagogas de Satanás.[5] A despeito disso, porém, Cristo sempre teve e sempre terá um reino neste mundo, até o fim dos tempos. Esse reino é formado dos que nEle crêem e confessam o se nome.[6]

[4] I Coríntios 5:1-13; Apocalipse 2:1-23; Apocalipse 3:1-22.

[5] Apocalipse 18:2; II Tessalonicenses 2:11-12.

[6] Mateus 16:18; Salmo 72:17; Salmo 102:28; Apocalipse 12:17.

4. O Senhor Jesus Cristo é o Cabeça da Igreja. Por determinação do Pai, de uma maneira suprema e soberana, nEle está investido o poder de chamar, instituir, ordenar e governar a Igreja.[7] O papa de Roma não pode, em qualquer sentido, ser o cabeça da Igreja; ele é o anticristo, o homem da iniqüidade e filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra Cristo e contra tudo que se chama Deus, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, como se fosse o próprio Deus. O Senhor Jesus o matará com o sopro da sua boca.[8]

[7] Colossenses 1:18; Mateus 28:18-20; Efésios 4:11-12.

[8] II Tessalonicenses 2:2-9.

5. No exercício desse poder de que está investido, o Senhor Jesus chama a si aqueles que deste mundo lhe foram dados pelo Pai,[9] através do ministério da Palavra, e por seu Espírito, a fim de que possam caminhar diante dEle, em todos os caminhos que Ele lhes prescreve na Palavra.[10] E manda que as pessoas assim chamadas caminhem juntas, formando sociedades locais, as igrejas, para a edificação mútua e a devida execução do culto público que Ele requer dos seus neste mundo.[11]

[9] João 10:16; João 12:32.

[10] Mateus 28:20.

[11] Mateus 18:15-20.

6. Os membros dessas igrejas são santos por chamamento, manifestando visivelmente e evidenciando a sua obediência ao chamado de Cristo,[12] tanto por confessarem a Cristo, como, também, pelo seu modo de vida. Os chamados consentem voluntariamente em ter comunhão uns com os outros, de acordo com o mandato de Cristo; e, por vontade de Deus, entregam-se uns aos outros e ao Senhor, submetendo-se às ordenanças do evangelho.[13]

[12] Romanos 1:7; I Coríntios 1:2.

[13] Atos 2:41-42; Atos 5:13-14; II Coríntios 9:13.

7. De acordo com a mente de Cristo, declarada na Palavra, Deus deu a cada uma dessa igrejas todo poder e autoridade necessários ao desempenho da forma de adoração e de disciplina por Ele instituídas para a observância na igreja, com mandamentos e normas para a aplicação devida e o emprego correto desse poder.[14]

[14] Mateus 18:17-18; I Coríntios 5:4-5; I Coríntios 5:13; II Coríntios 2:6-8.

8. Uma igreja local, reunida e completamente organizada de acordo com a mente de Cristo, consiste de oficiais e membros. Os oficiais designados por Cristo serão escolhidos e consagrados pela igreja congregada. São eles os anciãos (ou bispos) e os diáconos;[15] cabe-lhes especificamente a administração das ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] e o exercício do poder ou do dever com que foram instruídos, ou para o qual foram chamados por Cristo. Este sistema deve ser mantido na igreja, até o fim do mundo.

[15] Atos 20:17,28; Filipenses 1:1.

9. O modo designado por Cristo para o chamamento de uma pessoa capacitada e dotada pelo Espírito Santo, ao ofício de bispo ou ancião da igreja, é a escolha pelo consenso da igreja.[16] Os bispos serão consagrados solenemente, com jejum, oração, e a imposição de mãos pelos anciãos da igreja[17] (caso exista algum). Os diáconos serão escolhidos por igual eleição e consagrados por oração e imposição de mãos.[18]

[16] Atos 14:23.

[17] I Timóteo 4:14.

[18] Atos 6:3,5-6.

10. A incumbência dos pastores é atender constantemente à obra de Cristo nas igrejas, no ministério da Palavra e da oração, zelando pelo bem espiritual das almas que lhes foram confiadas, e das quais terão que prestar contas a Cristo.[19] As igrejas têm a incumbência de prestar todo o respeito que é devido aos seus ministros; e fazê-los participantes de todas as boas coisas materiais, de acordo com as possibilidades de cada igreja,[20] para que os ministros possam viver confortavelmente e não tenham que emaranhar-se em ocupações seculares,[21] podendo também exercer hospitalidade para com os outros.[22] Isto é requerido pela própria lei da natureza, e pelo mandato expresso de nosso Senhor Jesus, que ordenou "aos que pregam o evangelho, que vivam do evangelho".[23]

[19] Atos 6:4; Hebreus 13:17.

[20] I Timóteo 5:17-18; Gálatas 6:6-7.

[21] II Timóteo 2:4.

[22] I Timóteo 3:2.

[23] I Coríntios 9:6-14.

11. Embora a tarefa de serem diligentes na pregação da Palavra seja, por definição de ofício, uma incumbência dos bispos (os pastores) das igrejas, a pregação da Palavra não está confinada exclusivamente a eles. Outras pessoas, que tenham sido dotadas e preparadas pelo Espírito Santo, e que também tenham sido convocadas pela Igreja, podem e devem ocupar-se com a obra da pregação.[24]

[24] Atos 11:19-21; I Pedro 4:10-11.

12. Todos os crentes têm a obrigação de congregar-se em igrejas locais, no local que lhes seja possível, e quando lhes seja possível. E todos os que são admitidos aos privilégios da comunhão na igreja estão também sujeitos à disciplina e ao governo da igreja,[25] segundo a norma de Cristo.

[25] I Tessalonicenses 5:14; II Tessalonicenses 3:6,14-15.

13. Nenhum membro deve perturbar a ordem ou faltar às reuniões da igreja; e nem deve deixar de receber a ministração das ordenanças [Batismo e Ceia do Senhor] por causa de uma ofensa recebida de qualquer dos membros da igreja, seja qual for a ofensa.

Mesmo que já tenha cumprido com o seu dever em relação àqueles contra quem se sente ofendida, a pessoa deve esperar em Cristo, e deixar que o seu caso seja resolvido pela disciplina da igreja.[26]

[26] Mateus 18:15-17; Efésios 4:2-3.

14. Os membros de cada igreja local devem orar continuamente pelo bem e pela prosperidade de todas as igrejas de Cristo, em todo lugar.[27] E devem trabalhar para a expansão da Igreja, em todas as ocasiões, exercendo cada um os seu dons e graças, na sua área de atuação, e de acordo com o seu chamamento. Portanto, as igrejas - quando dispostas pela providência de Deus de uma maneira em que isto seja possível - devem desfrutar da oportunidade e das vantagens de manterem comunhão entre si, a fim de promoverem a paz, o amor, e a edificação mútua.[28]

[27] Efésios 6:18; Salmo 122:6.

[28] Romanos 16:1-2; III João 8-10.

15. Em caso de dificuldades ou divergências acerca de questões doutrinárias, ou do governo de igreja; se as igrejas em geral, ou se uma igreja está sendo perturbada em sua paz, união e edificação; ou se algum membro ou membros de alguma igreja for atingido por medidas disciplinares que não condizem com a verdade e a norma - nestes casos, segundo a mente de Cristo, muitas igrejas devem reunir-se em comunhão, mediante representantes, para considerar e opinar sobre o assunto de divergência; e o seu parecer deve ser comunicado a todas as igrejas envolvidas.[29]

Contudo, essa assembléia de representantes não fica investida de poder eclesiástico algum, propriamente dito, nem de qualquer jurisdição sobre as igrejas que a constituem. Ela não pode aplicar disciplina alguma sobre pessoas ou igrejas, e nem pode impor resoluções sobre as igrejas e seus oficiais.[30]

[29] Atos 15:2,4,6,22-23,25.

[30] II Coríntios 1:24; I João 4:1.

CAPÍTULO 27
A COMUNHÃO DOS SANTOS

1. Todos os santos estão unidos a Jesus Cristo, o Cabeça, pelo Espírito e pela fé, e têm comunhão com Ele em suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória,[1] muito embora isso não os torne uma só pessoa com Ele. Estamos unidos uns aos outros no amor, eles têm comunhão nos dons e nas graças de cada um;[2] e têm a obrigação de cumprir os deveres públicos ou particulares que, de uma maneira ordeira, conduzam ao bem-estar comum, tanto em questões espirituais quanto materiais.[3]

[1] I João 1:3; João 1:16; Filipenses 3:10; Romanos 6:5-6.

[2] Efésios 4:15-16; I Coríntios 12:7; I Coríntios 3:21-23.

[3] I Tessalonicenses 5:11,14; Romanos 1:12; I João 3:17-18; Gálatas 6:10.

2. Os santos, ao fazerem sua profissão de fé, comprometem-se a manter uma santa associação e comunhão para adorar a Deus e prestar outros serviços espirituais, que tendam à sua mútua

edificação;[4] também têm compromisso de socorrer uns aos outros em coisas materiais, de acordo com as habilidades e as necessidades de cada um.[5]

Esta comunhão, segundo a norma do evangelho, deve especialmente ser exercida no âmbito familiar[6] e nas igrejas;[7] mas, conforme Deus ofereça oportunidade para isso, também deve ser estendida a toda a família da fé, a todos os que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus. Entretanto, a comunhão de uns com os outros, como santos, não destrói nem infringe o direito ou a propriedade de cada pessoa, seus bens e possessões.[8]

[4] Hebreus 10:24-25; Hebreus 3:12-13.

[5] Atos 11:29-30.

[6] Efésios 6:4.

[7] I Coríntios 12:14-27.

[8] Atos 5:4; Efésios 4:28.

CAPÍTULO 28
BATISMO E CEIA DO SENHOR

1. O Batismo e a Ceia do Senhor são ordenanças que foram instituídas de maneira explícita e soberana, pelo próprio Senhor Jesus - o único Legislador. Ele determinou que sejam continuadas em sua igreja estas ordenanças, até o fim do mundo.[1]

[1] Mateus 28:19-20; I Coríntios 11:26.

2. Estas santas ordenanças cevem ser ministradas somente por aqueles que para isso estejam qualificados, e que sejam chamados por um comissionamento de Cristo.[2]

[2] Mateus 28:19; I Coríntios 4:1.

CAPÍTULO 29
BATISMO

1. O Batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituída por Jesus Cristo, para ser, para a pessoa batizada, um sinal de sua comunhão com Cristo, na sua morte e ressurreição; de sua união com Ele;[1] da remissão dos pecados;[2] da consagração da pessoa a Deus, através de Jesus Cristo, para viver e andar em novidade de Vida.[3]

[1] Romanos 6:3-5; Colossenses 2:12; Gálatas 3:27.

[2] Marcos 1:4; Atos 22:16.

[3] Romanos 6:4.

2. Somente pode ser submetidas a esta ordenança as pessoas que de fato professam arrependimento para com Deus, fé e obediência ao Senhor Jesus.[4]

[4] Marcos 16:16; Atos 8:36-37; Atos 2:41; Atos 8:12; Atos 18:8.

3. O elemento externo a ser empregado nesta ordenança será a água, na qual a pessoa será batizada em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo.[5]

[5] Mateus 28:19-20; Atos 8:38.

4. Para a devida administração desta ordenança é necessária a imersão, ou seja, a submersão da pessoa na água.[6]

[6] Mateus 3:16; João 3:23.

CAPÍTULO 30
A CEIA DO SENHOR

1. A ceia do Senhor Jesus foi instituída por Ele, na mesma noite em que foi traído, para ser observada nas igrejas até o fim do mundo; a fim de lembrar perpetuamente e ser um testemunho do sacrifício de sua morte;[1] para confirmar os crentes na fé e em todos os benefícios dela decorrentes; para promover a nutrição espiritual e o crescimento deles, em Cristo; para encorajar o maior engajamento deles em todos os seus deveres para com Cristo; e para ser um elo e um penhor da comunhão com Ele e de uns com os outros.[2]

[1] I Coríntios 11:23-26.

[2] I Coríntios 10:16-17,21.

2. Nesta ordenança Cristo não é oferecido ao Pai, nem qualquer sacrifício real é feito, para remissão do pecado dos vivos ou dos mortos. A ceia é apenas um memorial do sacrifício único que Cristo fez de si mesmo, sobre a cruz e de uma vez por todas;[3] é também uma oferta espiritual, de todo o louvor que é possível oferecer a Deus em reconhecimento ao sacrifício feito por Cristo.[4]

O sacrifício católico-romano da missa (como é chamado) é totalmente abominável e uma injúria ao sacrifício pessoal de Cristo, que é a propiciação única por todos os pecados dos eleitos.

[3] Hebreus 9:25-26,28.

[4] I Coríntios 11:24; Mateus 26:26-27.

3. No cumprimento desta ordenança, o Senhor Jesus determinou que seus ministros orem e abençoem os elementos, pão e vinho, separando-os do seu uso comum para uso sagrado. Os ministros devem tomar e partir o pão; tomar o cálice e, participando eles mesmos desses elementos, dá-los também, ambos, aos demais comungantes.[5]

[5] I Coríntios 11:23-26.

4. Negar o cálice ao povo; adorar os elementos; levantar ou carregá-los perante o público, para adoração; e guardar os elementos para qualquer outra finalidade supostamente religiosa: tudo isso contradiz a natureza desta ordenança, bem como a intenção de Cristo ao instituí-la.[6]

[6] Mateus 26:26-28; Mateus 15:9; Êxodo 20:4-5.

5. Os elementos exteriores desta ordenança, devidamente consagrados para os usos que Cristo ordenou, possuem uma correlação com Cristo crucificado. De fato, embora os termos sejam apenas usados figuradamente, às vezes eles são chamados pelo nome das coisas que representam, isto é, o corpo e o sangue de Jesus Cristo,[7] se bem que, em substância e em natureza, continuem sendo apenas pão e vinho, como eram antes.[8]

[7] I Coríntios 11:27.

[8] I Coríntios 11:26-28.

6. A doutrina que ensina uma mudança de substância no pão e no vinho (que supostamente se transformam na substância do corpo e do sangue de Cristo pela consagração por um sacerdote, ou por qualquer outro modo), comumente chamada de doutrina da transubstanciação, não somente é repugnante à Escritura,[9] mas também ao senso comum e à razão. Ela subverte a natureza desta ordenança, tendo sido, e é, a causa de muitas superstições e de grosseiras idolatrias.[10]

[9] Atos 3:21; Lucas 24:6,39.

[10] I Coríntios 11:24-25

7. De fato e em verdade, os que recebem exteriormente os elementos desta ordenança, desde que comungando dignamente, - pela fé, não de maneira carnal ou corporal, mas espiritual - recebem a Cristo crucificado e dEle se alimentam, bem como todos os benefício de sua morte.

Para os que crêem, o corpo e o sangue de Cristo estão presentes na ordenança, não de maneira corporal ou carnal, mas de modo espiritual, tanto quanto estão presentes os elementos visíveis.[11]

[11] I Coríntios 10:16; I Coríntios 11:23-26.

8. As pessoas ignorantes e ímpias, visto não estarem propriamente adequadas para desfrutar da comunhão com Cristo, são, portanto, indignas da mesa do Senhor, e não podem tomar parte nestes santos mistérios, nem a ele serem admitidas[12] sem que cometam um grande pecado contra Cristo. Qualquer que comer do pão ou beber do cálice do Senhor, indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor, comendo e bebendo juízo para si.[13]

[12] II Coríntios 6:14-15.

[13] I Coríntios 11:29; Mateus 7:6.

CAPÍTULO 31
O ESTADO DO HOMEM APÓS A MORTE
A RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

1. Após a morte o corpo humano retorna ao pó e vê corrupção.[1] A alma, porém, não morre nem dorme, porque possui subsistência imortal, retornando imediatamente para Deus, que a deu.[2]

As almas dos justos são aperfeiçoadas em santidade e recebidas no paraíso, onde estão com Cristo e contemplam a face de Deus, em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos.[3] As almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e completa escuridão, guardadas para o juízo do grande dia.[4] Além desses dois lugares, a Escritura não reconhece outro lugar para as almas separadas de seus corpos.

[1] Gênesis 3:19; Atos 13:36.

[2] Eclesiastes 12:7.

[3] Lucas 23:43; II Coríntios 5:1,6,8; Filipenses 1:23; Hebreus 12:23.

[4] Judas 6-7; I Pedro 3:19; Lucas 16:23-24.

2. No último dia, os santos que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados.[5] Todos os mortos serão ressuscitados com os seus mesmos corpos, e não outros;[6] porém, esses corpos terão propriedades diferentes das que anteriormente tinham; e serão novamente unidos às respectivas almas, para sempre.[7]

[5] I Coríntios 15:51-52; I Tessalonicenses 4:17.

[6] Jó 19:26-27.

[7] I Coríntios 15:42-43.

3. Os corpos dos injustos serão ressuscitados para a desonra, pelo poder de Cristo. Os corpos dos justos serão ressuscitados para a honra, pelo Espírito, e serão conformados ao corpo de Jesus glorificado.[8]

[8] Atos 24:15; João 5:28-29; Filipenses 3:21.

CAPÍTULO 32
O JUÍZO FINAL

1. Deus determinou um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de Jesus Cristo.[1] A Ele todo poder e todo julgamento foram conferidos pelo Pai.

Nesse dia, não somente os anjos apóstatas serão julgados;[2] também as pessoas que viveram sobre a terra, todas comparecerão perante o tribunal de Cristo, e para prestar conta de seus pensamentos, palavras e ações, para receberem segundo o bem ou o mal que tiverem feito por meio do corpo.[3]

[1] Atos 17:31; João 5:22,27.

[2] I Coríntios 6:3; Judas 6.

[3] II Coríntios 5:10; Eclesiastes 12:14; Mateus 12:36; Romanos 14:10,12; Mateus 25:32-46.

2. O propósito de Deus, ao estabelecer esse dia, consiste em manifestar a glória de sua misericórdia, na salvação eterna dos eleitos; e a glória de sua justiça, na punição eterna dos réprobos, que são perversos e desobedientes.[4] Naquele dia os justos irão para a vida eterna na presença do Senhor e receberão como galardão eterno uma plenitude de alegria e glória. Mas os perversos, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados aos tormentos eternos[5] e punidos com eterna destruição, banidos da face do Senhor e da glória do seu poder.[6]

[4] Romanos 9:22-23.

[5] Mateus 25:21,34; II Timóteo 4:8.

[6] Mateus 25:46; Marcos 9:48; II Tessalonicenses 1:7-10.

3. Cristo deseja que estejamos bem persuadidos de que haverá um dia de juízo, para que os homens se afastem do pecado,[7] e para que os justos tenham maior consolação em suas adversidades.[8] Ele também deseja que esse dia não seja conhecido dos homens, até que venha, a fim de que eles se despojem de toda confiança carnal e estejam sempre vigilantes, por não saberem a que hora o Senhor virá;[9] e que possam sempre estar preparados para dizer "Vem, Senhor Jesus, vem sem demora".[10] Amém.

[7] II Coríntios 5:10-11.

[8] II Tessalonicenses 1:5-7.

[9] Marcos 13:35-37; Lucas 12:35-40.

[10] Apocalipse 22:20.

Apêndice

Credos Antigos

(Credos anteriores à Reforma, e geralmente aceitos pelos Protestantes, além de duas Confissões de Fé valdenses)

Credo Apostólico
Credo Niceno
Credo Atanasiano
Confissão de Fé Waldense do Ano de 1120
Confissão de Fé Waldense do Ano de 1544

Credo Apostólico

Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra.

E em Jesus Cristo, seu unigênito Filho, nosso Senhor; o qual foi concebido pelo Espírito Santo, nasceu da virgem Maria; padeceu sob

Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu ao inferno; ao terceiro dia ressurgiu dos mortos; subiu ao céu e está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso; donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.

Creio no Espírito Santo; na santa Igreja de Cristo, a comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição da carne; e na vida eterna.

Credo Niceno

Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso, Criador do céu e da terra, de todas as coisas, visíveis e invisíveis.

E em um só Senhor Jesus Cristo, o unigênito Filho de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz de Luz, verdadeiro Deus de verdadeiro Deus, nascido, não criado, de uma só substância com o Pai, por quem todas as coisas foram feitas; o qual

por nós homens e pela nossa salvação desceu do céu e se fez carne pelo Espírito Santo na virgem Maria e se fez homem, e foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado, e ao terceiro dia ressuscitou, segundo as Escrituras, e subiu ao céu e está sentado à direita do Pai, e virá novamente com glória para julgar os vivos e os mortos, e o seu reino não terá fim.

E no Espírito Santo, que é Senhor e Vivificador, o qual procede do Pai e do Filho, que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou pelos profetas. E em uma só santa Igreja universal e apostólica.

Confesso um só batismo para remissão dos pecados.

Espero a ressurreição dos mortos e a vida do mundo vindouro.

Amém.

Credo Atanasiano

1. Aquele que quiser ser salvo, antes de tudo deve manter a verdadeira fé cristã.
2. Quem não a conservar na íntegra e inalterada, sem dúvida perecerá eternamente.
3. Ora, a verdadeira fé cristã é esta: que honremos um só Deus na Trindade e a Trindade na unidade.
4. Sem confundir as Pessoas ou dividir a substância.
5. Pois uma é a Pessoa do Pai, outra a do Filho e outra a do Espírito Santo.
6. Mas uma só é a Divindade do Pai e do Filho e do Espírito Santo, iguais em glória e da mesma majestade eterna.
7. Qual o Pai, tal o Filho e tal o Espírito Santo.

8. O Pai é incriado, o Filho é incriado, o Espírito Santo é incriado.
9. O Pai é incomensurável, o Filho é incomensurável, o Espírito Santo é incomensurável.
10. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno.
11. Contudo não são três eternos, mas um só Eterno.
12. Como também não são três incriados, nem três incomensuráveis, mas um só Incriado e um só Incomensurável.
13. Da mesma maneira, o Pai é todo-poderoso, o Filho é todo-poderoso, o Espírito Santo é todo-poderoso.
14. Contudo não são três todo-poderosos, mas um só Todo-poderoso.
15. Assim, o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus.
16. Contudo não são três Deuses, mas um só Deus.
17. Assim, o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, o Espírito Santo é Senhor.
18. Contudo não são três Senhores, mas um só Senhor.
19. Pois, assim como pela verdade cristã somos obrigados a confessar cada Pessoa em particular como sendo Deus e Senhor, assim somos proibidos pela fé cristã de falar de três Deuses ou Senhores.
20. O Pai por ninguém foi feito, nem criado, nem gerado.
21. O Filho não foi feito, nem criado, mas gerado, somente pelo Pai.
22. O Espírito Santo não foi feito, nem criado, nem gerado pelo Pai e pelo Filho, mas procede dEles.
23. Logo, um só Pai, não três Pais, um só Filho, não três Filhos, um só Espírito Santo, não três Espíritos Santos.
24. E nesta Trindade nada é anterior ou posterior, nada maior ou menor, mas todas as três Pessoas são juntamente eternas e iguais entre si.
25. De modo que, como acima já foi dito, em tudo deve ser honrada a Trindade na unidade e a unidade na Trindade.
26. Portanto, quem quiser ser salvo, deve pensar assim da Trindade.
27. Entretanto, é necessário para a eterna salvação que creia também fielmente na encarnação de nosso Senhor Jesus Cristo.
28. Logo, a fé correta é que creiamos e confessemos, que nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, é Deus tanto quanto homem.
29. É Deus da substância do Pai, gerado antes dos tempos, e homem da substância de sua mãe, nascido no tempo.
30. Plenamente Deus, plenamente homem, subsistindo em alma racional e carne humana.
31. Igual ao Pai segundo a sua divindade, menor do que o Pai segundo a sua humanidade.
32. Embora sendo Deus e homem, nem por isso é dois, mas um só Cristo.

33. Um só, porém, não porque a divindade se converteu em carne, mas porque Deus assumiu a humanidade.
34. Um só, não por fusão de substâncias, mas por unidade de pessoa.
35. Pois, assim como alma racional e carne são um só homem, assim Deus e homem é um só Cristo.
36. O qual padeceu pela nossa salvação, desceu ao inferno, ao terceiro dia ressurgiu dos mortos,
37. Subiu ao céu, está sentado à direita do Pai, donde há de vir para julgar os vivos e os mortos.
38. E na sua vinda, todos os homens devem ressuscitar com os seus corpos e dar contas dos seus próprios atos.
39. E aqueles que fizeram o bem, irão para a vida eterna, os que fizeram o mal, para o fogo eterno.
40. Esta é a verdadeira fé cristã, e quem não nela crer com fidelidade e firmeza, não poderá ser salvo.

Confissão de Fé Waldense do Ano de 1120

Tradução: Dawson Campos de Lima[1]

1. Cremos e mantemos firmemente tudo o que está contido nos doze artigos do símbolo comumente chamado de *Credo Apostólico*, e consideramos herética qualquer inconsistência com eles.
2. Cremos que há um só Deus - o Pai, Filho e Espírito Santo.
3. Reconhecemos como Escrituras Sagradas e canônicas os livros da Bíblia Sagrada.

4. Os livros acima mencionados nos ensinam: que há um DEUS, todo-poderoso, ilimitado em sabedoria, infinito em bondade, e que, em Sua bondade, fez todas as coisas. Porque Ele criou Adão à Sua própria imagem e semelhança. No entanto, por causa da inimizade do diabo e sua própria desobediência, Adão caiu, o pecado entrou no mundo, e nos tornamos transgressores em e por Adão.
5. Cremos que Cristo havia sido prometido aos pais que receberam a lei, a fim de que, conhecendo seu pecado pela lei, e sua injustiça e insuficiência, pudessem desejar a vinda de Cristo para realizar a satisfação por seus pecados, e cumprir a Lei por Ele mesmo.
6. Cremos que no tempo determinado pelo Pai, Cristo nasceu - em um tempo em que abundava a iniqüidade, para manifestar que não era devido à nossa bondade, porque éramos pecadores, mas para que Ele, que é verdadeiro pudesse mostrar Sua graça e misericórdia a nós.
7. Que Cristo é nossa vida, verdade, paz e justiça - nosso pastor e advogado, nosso sacrifício e sacerdote, quem morreu pela salvação de todo aquele que crê, e que ressuscitou para a justificação deles.
8. E também cremos firmemente que não há outro mediador, ou advogado para com Deus o Pai senão Jesus Cristo. Com respeito à Virgem Maria, ela era santa, humilde e plena de graça; e isto também cremos com relação a todos os outros santos, que estão esperando no céu a ressurreição de seus corpos no dia do juízo.
9. Cremos também que, depois desta vida, existem apenas dois lugares - um para os que são salvos e outro para os condenados, os quais chamamos paraíso e inferno, respectivamente. Negamos por completo o purgatório imaginário do Anticristo, inventado para se opor à verdade.
10. Ademais, sempre temos considerado todas as invenções [em matéria de religião] como uma abominação indizível diante de Deus; citamos os dias festivos e vigílias dos santos, a chamada "água benta", o abster-se de carnes em certos dias e outras coisas parecidas; porém, sobre tudo isso, citamos as missas.

11. Mantemo-nos contra todas as invenções humanas, como procedentes do Anticristo, as quais produzem angústia e são prejudiciais para a liberdade da mente. [Provavelmente aqui temos uma alusão às penitências e práticas ascéticas - *nota da versão espanhola*]
12. Consideramos os Sacramentos como sinais das coisas santas ou como emblemas das bênçãos invisíveis. Cremos que justo e também necessário que os crentes se utilizem desses símbolos ou formas, quando possível. No entanto, sustentamos que os crentes podem ser salvos sem esses sinais, quando não dispõem do lugar ou da oportunidade de observá-los.
13. Não aprovamos outros sacramentos [como instrução divina], à parte do Batismo e da Ceia do Senhor.
14. Honramos os poderes seculares, com sujeição, obediência, prontidão e impostos.

---

[1] Anteriormente publicada no site www.textosdareforma.net, que infelizmente deixou de existir.

Confissão de Fé Waldense do Ano de 1544

Tradução: Walter Andrade Campelo

1. Cremos que há somente um Deus, que é Espírito - o Criador de todas as coisas - o Pai de todos, que está acima de tudo, e em tudo, e em todos nós; que deve ser cultuado em espírito e em verdade - de quem nós somos continuamente dependentes, e a quem damos louvor por nossa vida, alimento, vestuário, saúde,

doença, prosperidade, e adversidade. Nós o amamos como a fonte de toda a bondade; e o reverenciamos como ser sublime, que sonda os rins e prova os corações dos filhos dos homens.

2. Cremos que Jesus Cristo é o Filho e imagem do Pai - que Nele habita toda a plenitude da divindade, e que somente por Ele conhecemos o Pai. Ele é nosso mediador e advogado; não há nenhum outro nome debaixo do céu pelo qual devamos ser salvos. Somente em Seu nome rogamos ao Pai, não usando nenhuma outra súplica além daquelas contidas nas Sagradas Escrituras, ou tais que estejam substancialmente de acordo com Elas.
3. Cremos no Espírito Santo como o Consolador, procedente do Pai e do Filho; pela inspiração de quem somos ensinados a orar; sendo por Ele renovados no espírito de nossas mentes; que nos recria em boas obras, e de quem recebemos o conhecimento da verdade.
4. Cremos que há uma só santa igreja, incluindo toda a assembléia dos eleitos e fiéis, que têm existido desde o início do mundo, ou que irão existir até o seu final. O Senhor Jesus Cristo é o cabeça desta igreja - ela é governada por Sua palavra e guiada pelo Espírito Santo. É benéfico a todos os Cristãos que tenham comunhão na igreja. Por ela Ele [Cristo] intercede incessantemente, e Sua oração por ela é mais aceitável a Deus, sem o que em verdade não poderia haver salvação.
5. Sustentamos que os ministros da igreja devem ser irrepreensíveis tanto na vida quanto na doutrina; e se encontrados diferentemente, [sustentamos] que devem ser destituídos em seu ofício, e outros devem tomar seu lugar; [sustentamos] que nenhuma pessoa deve conjeturar tomar esta honra sobre si mesmo, mas somente aquele que é chamado por Deus como foi Arão - [sustentamos] que os deveres destes tais são alimentar o rebanho de Deus, não pelo desejo de imundo lucro, ou como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas como sendo exemplos para o rebanho, em palavra, em conversação, em caridade, em fé, e em castidade.
6. Reconhecemos que reis, príncipes, e governadores, são designados e estabelecidos como ministros de Deus, aos quais somos compelidos a obedecer [em todas as questões legais e

civis]. Porque trazem a espada para defesa do inocente, e a punição dos agentes do mal; por esta razão somos compelidos a lhes honrar e pagar tributo. Deste poder e autoridade, nenhum homem pode se isentar uma vez que é manifesto o exemplo do Senhor Jesus Cristo, que voluntariamente pagou tributo, nunca tomando sobre si mesmo qualquer jurisdição de poder temporal.

7. Cremos que a ordenança do batismo em água é o sinal visível e externo, que representa aquilo que, pela virtude da operação invisível de Deus, está em nosso interior - a saber, a renovação de nossas mentes, e a mortificação de nossos membros através [da fé em] Jesus Cristo. E por esta ordenança somos recebidos na santa congregação do povo de Deus, previamente professando e declarando nossa fé e mudança de vida.
8. Sustentamos que a Ceia do Senhor é uma comemoração dos (e ação de graças pelos) benefícios que temos recebido por Seus sofrimentos e morte - e que é para ser recebida em fé e amor - examinando-nos a nós mesmos, para que possamos comer daquele pão e beber daquele cálice, como está escrito nas Sagradas Escrituras.
9. Mantemos que o casamento foi instituído por Deus. Que é santo e honrado, e não deve ser proibido a ninguém, contanto que não haja nenhum obstáculo proveniente da divina palavra.
10. Afirmamos que todos aqueles em quem habita o temor de Deus, serão por meio deste [temor] levados a agradá-lo, e a abundar nas boas obras [do evangelho] as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas - que são amor, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, gentileza sobriedade, e as outras boas obras impostas nas Sagradas Escrituras.
11. Por outro lado, confessamos que consideramos ser nosso dever nos guardarmos dos falsos mestres, cujo objetivo é desviar as mentes dos homens da verdadeira adoração a Deus, e levá-los a colocar sua confiança na criatura, bem como se desviar das boas obras do evangelho, e considerar as astúcias dos homens.
12. Tomamos o Velho e o Novo Testamento como regra para nossa vida, e estamos de acordo com a confissão geral de fé contida no [que é usualmente chamado de] Credo Apostólico.

Os 5 "sola´s" da Reforma:

Sola Scriptura,
Sola Gratia,
Sola Fide,
Solus Christus,

Soli Deo Gloria.

(Só a Escritura, só a Graça, só a Fé, só Cristo, só a glória de Deus.)